Sumário dêste número

EDITORIAL DO MÊS: Toponímia Ferroviária — Eng.º MOACIR M. F. SILVA (pg. 3).

COMENTÁRIO DO MÊS: Reflexões à margem de quatro excursões geográficas — Prof. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA (pg. 7).

TRANSCRIÇÕES DO MÊS: Nordeste do Brasil — II — Prof. SÍLVIO FRÓIS DE ABREU (pg. 15) — A Evolução da Geografia — Eng.º PEDRO C. SANCHEZ (pg. 32).

RESENHA: O Vale do Rio Doce: sua conquista e colonização (pg. 47) — O Centenário de Taunay (pg. 48) — Estudo ecológico da cidade (pg. 49) — Viajar no Espaço — Viajar no Tempo (pg. 50) — O Parque Internacional Livramento-Rivera (pg. 51) — Limites Alagoas-Pernambuco (pg. 51) — Henri Gorceix: passou despercebido o centenário do seu nascimento (pg. 52) — O couro e a civilização (pg. 53) — Escoadouro para a Lagoa Feia (pg. 55).

OPINIÕES: "Por que naturalogia?" (pg. 57) — Imigração de Após-Guerra (pg. 57) — Expedições Geográficas (pg. 59) — Sinopse Geográfica (pg. 60) — Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos (pg. 61) — Depoimento de Viajantes (pg. 61).

CONTRIBUIÇÃO DIDÁTICA: Plano de estudo de uma excursão geográfica — Prof. LOURENÇO MÁRIO PRUNES (pg. 63) — Aspecto geral da vegetação do Brasil — Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS (pg. 68) — Programas de Geografia — Instituto Santa Úrsula (pg. 74).

CONTRIBUIÇÃO CENSITÁRIA: Quesitos formulados para organização de monografias histórico-corográficas municipais (pg. 81).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Décima segunda tertúlia semanal (pg. 91) — Décima terceira tertúlia semanal (pg. 97) — Décima quarta tertúlia semanal (pg. 100).

NOTICIÁRIO: DA CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pg. 105) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 105) — Ministério da Aeronáutica (pg. 107) — Ministério da Agricultura (pg. 107) — Ministério da Educação e Saúde (pg. 110) — Ministério da Fazenda (pg. 111) — Ministério da Guerra (pg. 112) — Ministério da Justiça (pg. 112) — Ministério das Relações Exteriores (pg. 113) — Ministério do Trabalho (pg. 113) — Ministério da Viação (pg. 113) — Prefeitura do Distrito Federal (pg. 115) — Academia Brasileira de Letras (pg. 116) — Academia Carioca de Letras (pg. 118) — Associação dos Artistas Brasileiros (pg. 119) — Associação Brasileira de Educação (pg. 119) — Círculo de Estudos Municipais (pg. 119) — Clube de Engenharia (pg. 120) — Federação das Academias de Letras do Brasil (pg. 121) — Instituto Brasileiro de Cultura (pg. 122) — Instituto Brasil-Estados Unidos (pg. 122) — Instituto Brasileiro de História da Arte (pg. 122) — Instituto de Geografia e História Militar (pg. 122) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pg. 122) — Sociedade Brasileira de Estatística (pg. 112) — Sociedade Brasileira de Filosofia (pg. 123) — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pg. 123) — Congresso Científico Chileno (pg. 123) — Congresso de Economia (pg. 123) — Congresso Panamericano de Engenharia de Minas (pg. 124) — DAS UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pg. 124) — Amazonas (pg. 126) — Baía (pg. 126) — Ceará (pg. 131) — Espírito Santo (pg. 132) — Goiaz (pg. 134) — Maranhão (pg. 134) — Mato Grosso (pg. 135) — Minas Gerais (pg. 136) — Pará (pg. 141) — Paraíba (pg. 142) — Paraná (pg. 143) — Pernambuco (pg. 146) — Piauí (pg. 148) — Rio de Janeiro (pg. 150) — Rio Grande do Norte (pg. 151) — Rio Grande do Sul (pg. 152) — Santa Catarina (pg. 154) — São Paulo (pg. 155) — Sergipe (pg. 160) — Território do Acre (pg. 162) — DOS MUNICÍPIOS — Abaeté (pg. 162) — Alfenas (pg. 162) — Anápolis (pg. 162) — Andrelândia (pg. 163) — Aracajú (pg. 163) — Belo Horizonte (pg. 163) — Bom Jesús do Itabapoana (pg. 163) — Cáceres (pg. 163) — Camanducáia (pg. 163) — Campos (pg. 163) — Campos do Jordão (pg. 163) — Cantagalo (pg. 168) — Caxias (pg. 168) — Corumbá (pg. 168) —

Curitiba (pg. 169) — **Delfinópolis** (pg. 169) — **Flores** (pg. 169) — **Florianópolis** (pg. 169) — **Garanhuns** (pg. 169) — **Goiânia** (pg. 169) — **Iratí** (pg. 169) — **Itararé** (pg. 170) — **Jaraguá** (pg. 170) — **Jequitinhonha** (pg. 170) — **Lagarto** (pg. 170) — **Laguna** (pg. 170) — **Lavras** (pg. 170) — **Livramento** (pg. 171) — **Londrina** (pg. 171) — **Manaus** (pg. 171) — **Maragogí** (pg. 172) — **Miracema** (pg. 172) — **Muriaé** (pg. 172) — **Natal** (pg. 172) — **Niterói** (pg. 172) — **Nova Friburgo** (pg. 173) — **Nova Lima** (pg. 173) — **Parnaíba** (pg. 173) — **Passos** (pg. 173) — **Patrocínio** (pg. 173) — **Pelotas** (pg. 174) — **Piracuruca** (pg. 174) — **Pouso Alegre** (pg. 174) — **Poxoréu** (pg. 174) — **Pôrto Alegre** (pg. 174) — **Propriá** (pg. 175) — **Recife** (pg. 175) — **Rio Claro** (pg. 175) — **Rio do Sul** (pg. 175) — **Salvador** (pg. 175) — **Santa Maria do Suassuí** (pg. 176) — **Santa Teresa** (pg. 176) — **São Fidélis** (pg. 176) — **São Luiz** (pg. 176) — **São Mateus** (pg. 176) — **São Paulo** (pg. 176) — **Serra** (pg. 176) — **Sertanópolis** (pg. 176) — **Siqueira Campos** (pg. 176) — **Três Lagoas** (pg. 177) — **Ubá** (pg. 177) — **Uberaba** (pg. 177) **Vassouras** (pg. 177) — **Viçosa** (pg. 177) — **Vitória** (pg. 177).

BIBLIOGRAFIA: Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos — Professor Alberto José de Sampaio (pg. 179) — **Registos e comentários bibliográficos: sôbre livros** (pg. 191) — **sôbre periódicos** (pg. 198) — **sôbre mapas** (pg. 200). — **Contribuição bibliográfica especializada. Achegas para uma bibliografia sôbre inscrições rupestres — I —** (pg. 208) — **Retrospecto geográfico e cartográfico — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" — índice Alfabético dos assuntos — I — Letras A e B** (pg. 212) — **A cartografia brasileira nos livros estrangeiros — I — (1809-1894)** (pg. 219) — **Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil — V — (1842-1850)** (pg. 224) — **Mapoteca central do C.N.G. — catálogo geral — V — (mapas de ns. 401 a 500)** (pg. 227) — **Biblioteca central do C.N.G. — Publicações entradas durante o ano de 1942 — V —** (pg. 230).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — **Ementário dos decretos-leis baixados no mês de julho de 1943** (pg. 237) — **íntegra da legislação de interêsse geográfico** (pg. 241). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — **íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico** (pg. 247) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — **íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico** (pg. 263) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — **Ementário das Resoluções ns. 163 a 220, aprovadas no ano de 1941** (pg. 267) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — **Ementário das Resoluções ns. 104 a 121, aprovadas no ano de 1941** (pg. 269) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — **Ementário das Resoluções ns. 107 a 129, aprovadas no ano de 1942** (pg. 270) — **íntegra das Resoluções ns. 12 a 14** (pg. 271) — DIRETÓRIO CENTRAL — **Ementário das Resoluções ns. 89 a 100, aprovadas no ano de 1942** (pg. 273) — **íntegra das Resoluções ns. 8 a 11** (pg. 273) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — AMAZONAS — **íntegra das Resoluções ns. 11 a 15** (pg. 275).

INFORMAÇÕES: QUADRO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — **Administração federal** (pg. 276) — **Administração regional** (pg. 286) — **Administração municipal** (pg. 297).

Boletim Geográfico

Ano I | AGÔSTO, 1943 | N.º 5

Editorial do mês

Toponímia Ferroviária

Indubitàvelmente, é um dos aspectos interessantes, — e dos mais interessantes, — da toponímia, o da nomenclatura das estações, das paradas e dos postos ferroviários.

Além da importância meramente especulativa, por constituir curioso capítulo da "Geografia Linguística", assume a de ordem prática, imediata, qual seja a referente às facilidades, ou confusões, que possa oferecer, não só aos próprios serviços ferroviários, como aos de correios e telégrafos, sem já falar no que respeite pròpriamente ao conhecimento do território, pelo povo, e ao ensino corrente da corografia regional.

Altamente assinalada, nessa matéria, tem sido a ação profícua e contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, graças aos esforços nobilitantes do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, seu preclaro presidente, e do engenheiro Cristóvão Leite de Castro, o ilustre secretário geral do Conselho Nacional de Geografia.

O que ocorria, anteriormente, no fixar os topônimos, era a ausência de qualquer regra, a fantasia descuidada do que pudesse haver alhures, próximo ou remoto.

O Ministério da Viação e Obras Públicas desde muito se esforçava no sentido de atenuar a confusão reinante. Disso dá testemunho a "Legislação Ferroviária Federal do Brasil", de Alberto Rodolfo Paiva, em cujo vol. XI, pág. 241, se lê um aviso, sob n.º 73, de 30 de setembro de 1909, do Ministro Francisco Sá, à Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, que dizia:

"Convindo evitar constantes desvios de correspondência postal entre cidades ou vilas, colônias e estações de estradas de ferro, designadas por nomes de pessoas, e sendo indispensável proceder a uma revisão sistemática de tôdas elas, determino-vos que envieis a êste Ministério a relação de tôdas, nestas condições, que entendam com o serviço a vosso cargo."

"Recomendo-vos igualmente que oficieis às companhias sob vossa fiscalização para que não dêem a nenhuma das suas estações nome de pessoa viva ou morta, limitando-se a conservar nas que forem sendo inauguradas os nomes dos respectivos lugares, devendo as que porventura ainda não tenham designação receber nomes, já de acidentes geográficos, já extraídos da flora ou fauna respectivas, já de quaisquer elementos da natureza que os caracterizem com maior propriedade".

Decorreram trinta e dois anos até que devido à atuação esclarecedora do IBGE junto ao Govêrno da União, fôsse por êste sàbiamente regulada a matéria, no Decreto-lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, que "dispõe sôbre a nomenclatura das estações ferroviárias do país".

Fazemos nossas as palavras de Leite de Castro (no editorial de maio, dêste Boletim), aplicadas a outra lei (a de n.º 311, de 2 de março de 1938), mas que, igualmente, aquí se ajustam:

"Graças a essa notável lei, estabeleceu-se a ordem onde havia o caos"....

Hoje, o Ministério da Viação, por tôdas as suas Estradas de Ferro, pelo Departamento Nacional destas, pela Secretaria de Estado e por sua Secção de Segurança, pede sempre ao Conselho Nacional de Geografia se manifeste no que se refira à nominata ferroviária.

☆

Neste ensejo, entre os preceitos do Decreto-lei n.º 3 599, salientaremos apenas dois:

I) *Art. 6.º, letra* e):

"As estações situadas fora de cidades, vilas ou povoados deverão receber nomes com que posteriormente se designarão os núcleos que em tôrno delas se vierem a formar."

II) *Art. 9.º, § 3.º:*

"Em a nova nomenclatura de localidades, não será lícito o uso de nomes estrangeiros, nem de pessoas, bem como os longos ou formados de mais de uma palavra".

☆

Pelo primeiro dêsses dispositivos, parece-nos que, nos nomes novos, tanto como na revisão dos nomes antigos, se torna imprescindível seja a escolha feita com audiência das autoridades e populações locais, porquanto ocorre, aí, o caso inverso do comum: — em vez do topônimo ferroviário ser tomado ao do local, êste é que o vai, futuramente, tomar daquele.

É fôrça considerar-se que o gentílico respectivo seja viável, tanto vale dizer, aceitável pelas autoridades e populações locais.

No segundo dispositivo observamos a preferência do C. N. G., muito lógica e pràticamente conveniente, pelos topônimos univérbios indígenatos — "recomendando-se ainda a adoção, sempre que possível, de nomes indígenas com propriedade local" (Resolução n.º 118, da Assembléia Geral).

Se, na realidade, os melhores, ou antes os verdadeiros topônimos, sobretudo os indígenas, são os univérbios, releva, entanto, ponderar-se que certas expressões biverbiais, especialmente em estradas de ferro, constituem belos, e geogràficamente legítimos topônimos. Tais sejam, entre outros, Água Santa, Bela Vista, Campo Alegre, Capão Sêco, Cerro Chato, Entre-Rios, Monte Verde, Morro Agudo, Novo Horizonte, Pedra Branca, Pouso Alto, Ribeirão Vermelho, Rio Pardo, Serra Negra, Três Pontes, Volta Grande e tantos mais.

Embora o ideal (ideal teórico, é claro!) sejam os topônimos univérbios, não excluamos os belos topônimos bivérbios, — para que não venham a sofrer a verdade geográfica e a estética espontânea da língua luso-brasileira.

Não incidamos no exagêro, que nos conduziria à "boutade" *de Xavier Fernandes (depois de citar diversos topônimos monossilábicos e alguns mesmo de uma só letra):*

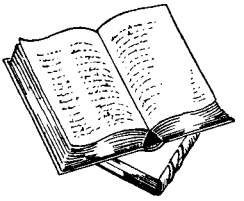
"Alguma vantagem haveria em que todos os topônimos fôssem assim reduzidíssimos, não só nas línguas chamadas monossilábicas, isolantes ou radicais, mas mesmo nas línguas aglutinantes e nas flexivas. Que tempo e trabalho não se poupariam!... E quantas probabilidades a menos de se errarem as respectivas grafias!..." ("Topônimos e Gentílicos", Pôrto, 1941 — pág. 31).

Mas, embora a geografia linguística, no dizer de um de seus mestres, em língua francesa, Albert Dauzat, — esteja em via de transformar certos estudos filológicos, cabe aquí, também, a observação de Georges Hardy, em sua "Geografia Psicológica", de que a língua de um povo é, dêste, "um retrato fiel". Assim, entre nós, ressalta logo da toponímia, (quase sempre em belas expressões biverbiais), o sentimento religioso do povo.

☆

Mas êsse delicado trabalho de correção e aformoseamento de nossa nomenclatura ferroviária é uma das tarefas pacientes do Conselho Nacional de Geografia, que soe sempre acertar.

Eng.º MOACIR M. F. SILVA
Consultor Técnico do Ministério da Viação e membro da Comissão da Faixa de Fronteiras



Comentário do mês

Reflexões à margem de quatro excursões geográficas

[Goiânia, Cabo-Frio, Itatiaia, Vale do Rio Doce]

Prof. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA
Membro da Biblioteca Geográfica Brasileira, Lente de Geografia do Colégio Pedro II e da Universidade do Ar.

O extraordinário interêsse que as excursões geográficas, universitárias ou não, vêm despertando últimamente entre nós, não é apenas o corolário de uma sadia orientação em matéria de ensino de geografia. E' também um resultado do esfôrço de quantos, a começar por Delgado de Carvalho, sèriamente pelejaram para levar até o campo, as pesquisas da ciência que Humboldt e Ritter criaram.

No Brasil, até pouco tempo, tal ciência permanecia na pavorosa rotina de nomes — espantalho e martírio dos estudantes, pobres vítimas, em verdade, de uma época que o esfôrço de muitos tradicionalistas livrescos não mais conseguiria ressuscitar.

Não decorre dos estudantes em si mesmos, porque a êstes, como ao Brasil, aplica-se à maravilha, a frase do escrivão... Plantando-se bem colhe-se tudo o que se plantou e com grande proveito.

Em matéria de geografia, o que faltava para colher, era preparar o terreno e semear. Apenas. O resto veio depois como atestam os resultados já promissores das freqüentes excursões realizadas por estudantes do curso de doutorado da Faculdade Nacional de Filosofia, quase sempre assistidos por diligentes funcionários e técnicos da ala mais jovem do I.B.G.E., o C.N.G.

Sem dúvida, houve no Brasil, anteriormente, iniciativas no gênero. Jamais tiveram, porém, o caráter sistemático atual, como na Universidade do Brasil com Francis Ruellan, e, na Universidade de S. Paulo com Pierre Monbeig.

Se à primeira tem levado, por todos os meios, o seu apôio decisivo o C.N.G., à segunda tem acorrido a visão providencial de Jorge Americano, o Reitor, sempre pronto, ao que fui informado, a cercar de todo recurso possível, principalmente material, as pequenas excursões dos universitários paulistas que, não obstante, conseguem trazer ricas contribuïções para a geografia, de volta de suas viagens de estudos no campo.

Se é certo que o desenvolvimento do espirito geográfico sòmente pode ser conseguido no contacto com a natureza, porque não permitir, então, um mais freqüente e íntimo exercício da observação geográfica no próprio seio da natureza, o grande laboratório do geógrafo?

São tão grandes os resultados que adviriam para o país, de constantes e bem organizadas excursões de estudos ao seu interior, que não se deveria pensar, sequer por um momento, nos possíveis gastos em dinheiro, que iniciativas daquele gênero poderiam provocar.

Quando bem ordenada e superiormente dirigida, uma excursão, mesmo de principiantes, pode oferecer a melhor documentação sôbre a região percorrida, principalmente quando estende a sua finalidade até o ponto de tornar possível o destaque dos fatos de geografia geral imiscuídos no conjunto, respeitada, evidentemente, a condição de serem expressos aqueles fatos com tôda a fôrça do seu valor geográfico.

A inauguração oficial da cidade de Goiânia ofereceu, por exemplo, o ensêjo para mais uma prova do quanto pode valer uma excursão de estudos geográficos.

A equipe de geógrafos do C.N.G., a que tive a honra de emprestar o meu concurso, integrando-a durante as observações realizadas no território do município da nova capital, além das análises do ponto de vista geomorfológico, cli-

mático, topográfico, etc., que conseguiu realizar, poude obter uma concepção bem próxima da verdade, das principais formas da ocupação humana e da utilização do solo, bem assim da estrutura econômica do município e de tôda a região do sul e sudoeste do Estado. Chegou, outrossim, a ter uma primeira idéia, a perceber, dentro dos métodos pròpriamente geográficos, as linhas essenciais da estrutura física da região dentro do plano da geografia geral.

Sob os olhos de geógrafos exercitados podem aparecer, às vêzes, inesperadamente, exemplos esplêndidos, digamos, de superfícies estruturais encerrando, no bôjo, todos os elementos indicadores do *processus* de sua formação. Quando relacionada com o conjunto terrestre, a pesquisa extravasa do campo da geografia regional para se situar nos domínios da geografia geral, atingindo, então, a excursão geográfica, e desta maneira, a sua verdadeira e grande finalidade. "Un besoin de l'esprit nous pousse à rapporter le détail isolé, par lui même inexplicable, à un ensemble quil'éclaire. Les groupements partiels, par régions ou parties de monde, ont leur sens et leur raison d'être, mais ils ne reflètent qu'imparfaitement la seul unité d'ordre supérieur qui ait une existence sans fractionnement ni restriction. De toutes parts nous voyons se manifester des affinités qui ne cadrent point avec les divisions traditionnelles: types de côtes qui enjambent les hémisphères, types de climats qui alternent à l'est et à l'ouest des continents, déserts réapparaissant d'un hémisphère à l'autre d'après la correspondence des zones. L'explication n'appartient donc qu'à la Terre, prise dans son ensemble. Au-dessus des mille combinaisons qui varient jusqu'a l'infini la physionomie des contrées, il y a des conditions générales de formes, de mouvements, d'étendue, de position, d'échanges, qui ramènent sans cesse l'image de la Terre. Les études locales, quand elles s'inspirent de ce principe de généralité superieur, acquièrent un sens et une portée qui dépassent de beaucoup le cas particulier qu'elles envisagent.[1]"

Cabem às análises topográficas, geológicas, geomorfológicas e físico-geográficas — realizando um trabalho recíproco de informações seguras — as primeiras tarefas para a interpretação em forma sintética, dos tipos de relêvo existentes no país, para os quais deverá a cartografia reservar uma representação concernente, imprescindível e expressiva, afim de que possa ficar bem figurada para o geógrafo, a estrutura do relêvo brasileiro.

Evidentemente a necessidade de análises bem feitas no campo e controladas posteriormente no gabinete, não se restringe apenas a um tipo de relêvo, ou aos problemas de geografia física, que não são os únicos a aguardar soluções urgentes. No Brasil quase tudo ainda está por fazer. Por isso mesmo é de boa prudência e de tôda conveniência, cercar as investigações de todos os requesitos materiais, técnicos, metodológicos, etc.

Se ainda pouco se fêz ou nada se fêz, que mal haveria em se enveredar definitivamente pelo caminho mais acertado?.

E' indispensável fixar clara e seguramente os objetivos das excursões, de acôrdo com a importância do tema geográfico. O contacto com a vida além de satisfazer o objetivo geográfico, porque é no espaço que se localizam e se desenvolvem tôda a vida e tôda produção humana, permite a verificação das influências do clima, do tempo, do solo, etc., sôbre a vida cultural cuja importância não é menor nem menos expressiva do que as variações impostas à paisagem pela agricultura e a indústria. Afinal de contas, de acôrdo com Schnass, muitas profissões, desde a de pastor e a de agricultor até o estadista e o político financeiro, nada mais são do que geografia aplicada. O rendimento e o êxito, segundo aquela autoridade, crescem ao compasso do conhecimento dos países e dos povos. A ignorância geográfica é culpa de muitos fracassos. Os ramos da Antropogeografia firmam as suas raízes em funções vitais importantes como a colonização, a habitação, a economia, o comércio, a estruturação dos Estados.[2]

A excursão geográfica tem objetivos próprios acordes com o modo de se considerar a finalidade da geografia. Um dêles é o de se visar a totalidade espacial, o de se dirigir ao conjunto das diferentes manifestações estudando a

---

[1] P. Vidal de La Blache — "Le principe de la géographie générale". *Annales de Géographie* — N.º XIX — 15-10-1895 — pgs. 129 a 142.

[2] Franz Schnass — *Enseñanza de la Geografia* — 1937 — Ed. Labor, pg. 91. (Tradução adaptada por José Junqueira Muné).

maneira como particularmente se expressam na paisagem através a conjugação de localidade e de interação recíproca. As demais ciências de aplicação restringem-se ùnicamente ou quase ùnicamente a objetos e processos determinados e homogêneos. Na opinião de Schnass, que afinal de contas é a opinião de todos os que visam as cousas práticas, considerar sòmente rochas ou minerais, animais ou plantas, efeitos óticos ou acústicos, processos químicos ou elétricos, equivale a dividir a realidade, despedaçá-la. Em lugar da pletora de objetos constitutivos da paisagem aparece o sistema construido artificialmente sôbre uma lógica objetiva. Nesta altura, convem a tradução ao pé da letra, do que escreveu o erudito metodólogo: "Logo, aquilo que sôbre a Terra se dá em pontos sumamente distantes, como a malva e o algodão, o leão e o gato, aparece contíguo. Aquele isolamento, aquela desagregação, aquele apartamento do mundo ambiente e da natural ação recíproca, é realizado graças a razões teóricas e é, antes de tudo, missão dos especialistas. Ao homem bem orientado, pelo contrário, a visão geográfica de conjunto da-realidade-objetiva-vital o interessa mais, pois que tem maior valor prático. O estudo intrínseco sinótico--espacial tem sempre maior contacto com a vida que o objetivo-sistemático. E uma experiência global que possa ser realizada no seio do país natal será por demais proveitosa para a educação do homem em nossa época em que o prurido de especialização ameaça de uma espécie de atrofia psiquica. A geografia tem valor por si mesma, não por graça do comércio ou da política. A geografia científica, impulsionada pelo anhelo de auto-conservação, pelo desejo de preservar-se "pura" e livre de "aplicações" e objetivos, se afastou da vida algumas vêzes. Um ensino da geografia ao serviço da vida não pode repelir questões práticas".[3]

A impossibilidade de nem sempre se poder executar "in-loco", por motivos vários, o estudo intrínseco sinótico espacial não exclúe a alta significação de uma excursão regional que embora se restringindo a um ou dois fatos precisos, a um ou dois exemplos concretos, venha, não obstante, dar ensêjo a examiná-los ou analisá-los no plano da geografia geral. O que se torna, porém, indispensável para que a excursão regional possa alcançar todo o seu verdadeiro sentido, é justamente aquela análise, porque é a geografia geral que permite classificar as regiões e lhe dar sua real expressão precisando o tipo a que possam pertencer tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista humano ou econômico. Não é fazendo coleção de fatos geográficos e rotulando-os convenientemente — frisou Cholley — que faremos a boa geografia, mas alçando-nos à vista de conjunto do mundo, colocando-nos sempre no plano geral. Sem contar as vantagens decorrentes para a pedagogia, considera Cholley ser aquele o melhor exercício para a prática da análise e para a de generalização, para a passagem do fato concreto à noção abstrata. Para o diretor de *L'Information Géographique,* uma excursão nos oferece uma multidão de ocasiões para aplicar os sadios métodos de ensino geográfico.

Um dêsses métodos foi mais ou menos posto em prática na recente excursão de estudos levada a efeito pela Faculdade Nacional de Filosofia, tendo por objetivo principal o vale do rio Doce. Pena é que não tenha ainda surgido a oportunidade para se aplicar integralmente em tôdas o que nêste comentário se preconiza. Integrando, como chefe, a equipe de geografia humana, por gentileza do Diretor da referida Faculdade, posso declarar que nas observações realizadas, jamais puzemos de lado a visão da paisagem, primeiro, em bloco, depois em suas partes integrantes e em seus elementos. Jamais deixamos de examinar os fatos observados, quando houve necessidade, no plano da geografia geral. Tanto em Siderúrgica, como em Monlevade ou em Itabira, em Vitória ou mesmo em Belo Horizonte — etapas da grande excursão universitária — a geografia econômica teve para a nossa equipe um tratamento especial à altura de sua grande importância presente para o Brasil — com particularidade. Não se procuraram, apenas listas de produções; indicações de correntes de transporte; minúcias sôbre as riquezas minerais próprias da região percorrida. Como base essencial para os estudos, procurou-se, sim, — com o auxílio da equipe de geografia física e de geomorfologia, especialmente com as luzes do professor Francis Ruellan, chefe-geral da excursão — conhecer os terrenos e

[3] Franz Schnass — Op. cit., pgs. 91 e 92.

sua estrutura. Depois, as condições geográficas da indústria metalúrgica e seus tipos diversificados; a metalurgia primária; a metalurgia secundária; as condições do trabalho humano; os aspectos sociais e econômicos da indústria; sua evolução, no tempo e no espaço; suas relações com o sistema de transportes e com a colonização européia estancada. Os sistemas agrícolas; as diferentes formas de economia, os modos de ocupação do solo e os gêneros de vida, foram outras preocupações constantes. O meio humano particularmente. O agrupamento humano com sua densidade, sua estrutura social, seu dinamismo, tomado como uma conseqüência, criada ou modificada pelas diversas formas da atividade industrial, agrícola ou comercial, — apesar do reduzido tempo para observações tão delicadas — reteve, por seu lado, a atenção da equipe de geografia humana. A técnica pròpriamente, vista como arma utilizada pelo grupamento humano para aperfeiçoar a sua ação, sendo pois menos durável que êle, foi por isso, relegada para um plano secundário. Aliás, numa excursão geográfica, do tipo da que foi promovida pela Faculdade Nacional de Filosofia, à qual o Conselho Nacional de Geografia mais uma vez emprestou o seu auxílio, enviando um grupo de técnicos especialistas, a orientação seguida parece ter sido melhor.

Os elementos geográficos capazes de fazer surgir uma atividade industrial, devem merecer sempre um carinho e um tratamento especiais. Sôbre êles refletiu maduramente o professor Cholley.[4] Uma atividade industrial cria de início uma païsagem particular, composta de usinas, animada pelos transportes, aproximando estreitamente, cerrando uma às outras, em aglomerações mais ou menos poderosas, as casas dos trabalhadores, dos funcionários, dos engenheiros e mesmos dos diretores. Cria sobretudo um agrupamento humano com uma estrutura particular, uma organização social mais ou menos complexa, mais ou menos estável, mais ou menos flexível e potente. Provoca, em fim, com os outros agrupamentos, intercâmbios, relações que nem sempre são relações materiais apenas. De todos êsses elementos, o meio social, o agrupamento humano é sem dúvida o essencial. E é sôbre o conhecimento de sua estrutura e de sua evolução que deverão fixar o seu objetivo e todo o seu esfôrço, os participantes de uma excursão interessados mais de perto pelos assuntos de geografia humana e econômica.

Monlevade, por exemplo, forneceu aos excursionistas da Faculdade Nacional de Filosofia uma visão grandiosa e eloqüente da siderurgia associada à exploração das florestas do rio Doce e apareceu como uma síntese do dinamismo do quadro esboçado pelo mestre da Sorbonne e de Sèvres. Enfeixa todos os elementos geográficos de que resultou a sua atividade industrial. Constitue bem um exemplo brasileiro de adaptação de uma situação humana e social pre-existente, ao sistema da grande indústria. Outros lugares, no entanto, outrora caracterizados por uma atividade industrial decorrente da instalação de forjas catalãs, por motivos geográficos, ideológicos, financeiros ou políticos, jazem hoje abandonados, ou sem possibilidades de florescimento: Rio Piracicaba, Girão, Itambé...

Nas excursões em que já tomei parte pude verificar como fator de êxito o indispensável espírito de companheirismo e de franco desprendimento que sempre caracterizou os seus diferentes elementos componentes. Em tôdas elas houve e tem havido mesmo uma alegria sadia, jovial, como convém a excursionistas em campo. Na do rio Doce foi particularmente notada a comunhão de vontades, sobretudo depois de vencida a primeira e exaustiva etapa de experiência: a marcha de reconhecimento, a pé, de Belo Horizonte a Nova Lima, escalando a serra do Curral e o pico de Belo Horizonte!

Alguns flagrantes esclarecem a conduta e o moral dos excursionistas.

Na tarde fria e úmida de um dos últimos dias de agôsto, quando, em canoas, atravessavam os universitários a lagoa de Juparanã, ninguem perdeu o ânimo ou se exasperou quando principiou a cair o vento sul e começaram os vagalhões a ameaçar a tranquilidade e a segurança do regresso. *"Voceis são apenas um!"* disse, então ao professor Ruellan, no momento mais delicado, o gentil engenheiro que nos acompanhava. Que magnífica significação! Que conduta! Que espírito!

---

[4] A. Cholley — *Information Géographique* — 3 ème Annèe — N.º 1 — Octobre-Novembre 1938.

Que moral elevado! Se o cansaço principiava, ecoavam então, surdamente, nos distantes rincões da terra capichaba, as palavras improvisadamente adaptadas à música do *Barqueiro do Volga*:

"Desprezemos a comodidade
Nós que somos da Universidade
Que a vida para ser feliz na pureza
Só no seio da Natureza".

Era o verdadeiro espírito universitário se arregimentando para subjugar a rudeza do Sertão.

Quando em *Talho Aberto,* tão bem descrito pelo velho Saint-Hilaire, os excursionistas davam mostras de cansaço físico, ao pretenderem atingir o pico do Seára, eu mesmo, compreendendo a situação, adaptei a uma melodia de valsa conhecida, cantada, porém, em compasso de marcha, as seguintes palavras, que arranjei, à guisa de canção, a qual daí por diante passou a servir de verdadeiro incentivo nas horas mais árduas:

"Marchemos, com firmeza
O' grupo varonil
Pra ter tôda a grandeza
E a vida do Brasil

Trazemos da cidade
P'ro centro do Sertão
A nossa mocidade
A Ciência e o coração".

Nos momentos de descanço, no alto dos morros, após as refeições frias e ligeiras, ou nas partes planas onde era possível a caminhada entre laivos de alegria e da mais franca camaradagem, de que participavam todos, quer alunos, quer professores, espoucavam então os desafios improvisados, cantados com a música de um velho samba de fácil melodia.

Geralmente versaram sôbre assuntos geográficos ou temas ligados à excursão.

No regresso da cansativa escalada, a pé, ao pico do Andrade, já à noite, dentro da *jardineira* da Companhia Belgo-Mineira, surgiram por exemplo, as seguintes brincadeiras entoadas de acôrdo com expressiva música popular antiga — *"Que barulho, que matinada!"*:

"Que esplendor, que ciência, que "doudice".
Hog-back, erosão, peneplanície...

Foi no alto do pico do Andrade
Que se viu um peneplaino de verdade!

Nos momentos sociais mais sérios, prevaleceu, porém, como era natural, o cunho de delicadeza e de fidalguia próprios de universitários. Por ocasião em que os engenheiros de Monlevade participavam de um jantar íntimo de despedida, no próprio Casino dos Engenheiros, a universitária Maria Yedda Leite escreveu de improviso, para ser cantada com a primeira parte de *Cidade Maravilhosa,* a letra que se segue, entoada por todos os excursionistas:

"Nós da Universidade
Levamos no coração
De tí — ó — Monlevade
Tôda a nossa gratidão.

No Casino dos Engenheiros
Trabalhamos com grande afan
Entre jovens hospitaleiros
Companheiros de elan".

Não deixa de ser admirável presenciar-se um tal espírito e uma tal disposição moral entre jovens permanecidos quase um mês fora de suas comodidades e longe da cidade do Rio de Janeiro, trabalhando mais de 10 horas por dia, andando, estudando, observando, relatando. Porque de fato não houve tempo para passeios, festas e banquetes. Não era isso, aliás, o que buscavam. A lembrança de tais acontecimentos é tanto mais expressiva, sabendo-se que da excursão participaram várias moças, algumas das quais pela primeira vez viajavam pelo interior do país.

Estas recordações, estas reminiscências de passagens aparentemente sem importância, servem sobretudo para frisar que já existe o "espírito" necessário às excursões no campo; que já existe uma certa "ética" que cabe aos excursionistas futuros conservar e devidamente respeitar: ninguém se queixou, ninguém desistiu de prosseguir, ninguem faltou ao cumprimento de seus deveres. *"Todos eram apenas um!"* Tal a tradução magistral de uma conduta coletiva feita por quem já possuia o "Trade Mark" das experiências do Sertão, o engenheiro, já referido. Porque já existe tudo isso, e porque o lema dos excursionistas universitários ou não, com os quais tenho andado por êsse interior a fora, é, *servir ao Brasil com a geografia,* por que não lhes dar então, visto que merecem, todo o apôio e tôdas as oportunidades para que possam trabalhar geogràficamente de verdade, com maior afinco, no campo e no gabinete?

Bem andariam, pois, os afortunados — sempre tão pródigos em auxiliar iniciativas de outras espécies — caso adquirissem o hábito de concorrer também para o êxito das investigações de campo, fornecendo recursos financeiros, ou proporcionando meios capazes de não só organizar mas ainda estabelecer fundos necessários às viagens de estudos, posteriores. Seria uma providência justa e estimuladora porque, significaria antes de mais nada, um reconhecimento público e de forma concreta, do valor do esfôrço e do sacrifício de quantos preferem trocar os banquetes e as festas de gala pelas provações, no contacto com a terra virgem, embora sempre bem recebidos pelos homens rudes do sertão. Por tudo isso, por que não lançar destas colunas, como agora o faço, a idéia — que muitos tìmidamente acalentam — de se animarem os homens de capital e de boa vontade, no sentido de não deixar que se limite a acanhadas viagens de estudos, o movimento ora em pleno vigor, tanto no seio dos estabelecimentos de ensino, como dentro do próprio Conselho Nacional de Geografia? Nada mais justo e patriótico, porque o gigantesco aparêlho de investigações e estudos geográficos, que é o C.N.G., necessita urgentemente, e cada vez mais, para melhor trabalhar para o bem comum — no caso, o conhecimento certo da terra brasileira — de recursos financeiros, amplos e de fácil movimentação.

A geografia de campo como a geografia de gabinete sòmente podem ser realizadas, com todo proveito, no dia em que se puder contar, no Brasil, com material bom e farto, com pessoal numeroso e competente e com as facilidades para o trabalho que a natureza da ciência exige. Ora, tudo isso, de vez que apenas agora se está criando e se desenvolvendo o espírito e o gôsto pelas pesquisas "in-loco", tudo isso, como dizia, se conseguirá havendo recursos em dinheiro; porque com êste criar-se-ão os indispensáveis centros de preparação científica, formar-se-ão especialistas, adquirir-se-ão instrumentos e materiais e pagar-se-ão, finalmente, as despesas relativas à estadia preliminar no campo e ao trabalho posterior de síntese no gabinete. Que adiantariam, em verdade, os resultados dos estudos para a coletividade, se acaso dêles pudessem tomar conhecimento "apenas" os que os realizaram, ou os poucos que os viram prontos nas mãos de colegas e amigos?

A propósito, quero citar um caso concreto: quantas seriam as pessoas capazes de estar a par — por exemplo — do trabalho que realizei, com trinta alunos do antigo Colégio Universitário da Universidade do Brasil, em 1939, percorrendo durante quase um mês, o vale médio do Paraíba do Sul? — Que me poderiam dizer essas pessoas àcêrca dos relatórios apresentados, das inúmeras fotografias obtidas, dos "films" que foram tirados? — Dos resultados da excursão, apenas sabem *com certeza,* os que a realizaram, porque não houve recursos para publicar o que se conseguiu apurar (e não foi pouco) e tempo disponível para "coordenar" o material conseguido afim de ser geogràficamente interpretado.

Os alunos que excursionaram, presos por severas obrigações e exigências das leis e regulamentos sempre rigorosos em demasia, só nas pouquíssimas horas vagas podiam trabalhar e o professor, a braços com tarefas outras a que se tinha de dedicar para poder viver, teve que cruzar os braços e aguardar a chegada de melhores dias. Mas o tempo foi passando, o Universitário foi fechado, os alunos se dispersaram e hoje quase tudo se perdeu, inclusive o sabor da oportunidade.

O velho hábito brasileiro de se deixar cair tudo nas costas do govêrno, precisa ceder lugar ao hábito novo de evitar-lhe certas despesas, que bem poderiam ser cobertas com iniciativas do gênero que ora preconizo e que não constituem novidade alguma em outros países.

Capitalistas, companhias, institutos econômicos, etc., todos fariam um grande bem, a si mesmos e ao País, caso profundamente meditassem no alto valor e no verdadeiro sentido da frase — "o homem é o habitante da terra"; e se convencessem que a terra é como uma grande propriedade que precisa ser perfeitamente conhecida afim de que possa ser bem "explorada" e melhor "utilizada"; e que o conhecimento certo da terra, em que todos vivemos, se o adquire, não pela política em si mesma, nem pela literatura, sem dúvida de largo alcance, nem pela química, ou pela filosofia, tôdas de grande importância; mas pela ciência cujo objeto é a própria terra nas suas relações de interdependência com o homem e com o clima; básica por excelência.

Colocada entre as ciências físicas e naturais por um lado, e as ciências sociais, por outro, a geografia delas recebe e a elas fornece qualquer cousa de novo, cimentando, por assim dizer, as bases e progressivamente estabelecendo o indispensável equilíbrio na cultura do homem. Naquele dia de entendimento e de magnanimidade, todos ganhariam e alguns seriam capazes de sorrir — quem sabe? — cheios de felicidade íntima, pelo bem geral praticado. Ou celebrariam, com certeza, a grande festa da compreensão diante da terra em que nasceram e sôbre a qual vivem e trabalham — ricos e pobres, ignorantes e cultos, altruistas e ávaros —; todos os que, diante dela, pelo menos se igualam, tendo enfim, irremediàvelmente os pés plantados no chão, numa dependência sugestiva e ao mesmo tempo niveladora. Por que, então, ilusões e arrogâncias, indiferenças e limitações desnecessárias? Em face da terra brasileira, cujo melhor conhecimento nada mais é do que a segurança e prosperidade para todos, a unidade nacional não é uma unidade imposta pela Natureza, mas uma unidade viva, consentida, que não decorre da base física apenas mas também da base humana da Nação. Ao esfôrço coletivo, cabe disciplinar a rebeldia da Natureza, extraindo-lhe os materiais de construção, regularizando-lhe as águas que fecundarão, combatendo os flagelos naturais, o paludismo, as crises de fome. Para tanto tem-se valido aquele esfôrço da imigração, da colonização, da educação, etc. A êste pensamento de Vidal de La Blache pode-se ajuntar o de Jacques Ancel — A disciplina comum conduz a Civilização — Quando aquela se debilita ou relaxa, a Civilização entra em decadência, registrando a História os exemplos conhecidos das civilizações agrícolas decaídas dos árabes e chineses de outros tempos.[5] Quem acompanhou, cômo eu acompanhei, nelas tomando parte ativa, as excursões do Conselho Nacional de Geografia, as da Faculdade Nacional de Filosofia, ou as que resultaram de esforços conjugados de ambos, póde depor e convictamente afirmar que já existindo o espírito geográfico novo e necessário à nova era da Geografia do Brasil, o que é preciso para que êsse espírito se possa firmar, crescer e frutificar, é a criação de uma atmosfera favorável de amparo, de incentivo, de reconhecimento, de estímulo. Já em 1922 escrevia Gonzaga de Campos.[6]: "Sem a geologia do país, que nem tem cartas, não podemos acoïmar de ingrata a natureza, que bem pode ter o direito de nos devolver o epíteto. O que é pois indispensável é criar, é promover é animar os estudos que nos dêem o conhecimento de nossas riquezas naturais".

Gonzaga de Campos esclarece cristalinamente a importância da matéria tratada nêste Comentário:

"O homem, nas agremiações de cada território, é o resultado do meio. E' a geografia, é a geologia, a climatologia especial que lhe definem o tipo. Mas, se estas circunstâncias lhe são mui pouco conhecidas, até se lhe afigura que são

---

[5] Jacques Anael — *Géopolitique* — 1936 — pg. 27.

[6] Gonzaga de Campos — *Informações sôbre a Indústria Siderúrgica* — Boletim n.º 2 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — 1922 — pg. 7.

de mínimo efeito, começa a procurar em outras fontes a origem de seus males. Foram os avós que lhe transmitiram fracas aptidões para a dominação do meio. São os estatutos, as leis que presidem à agremiação, que não lhe dão os necessários recursos para tirar do meio o melhor partido. Por último a queixa volta-se contra o próprio meio físico que é ingrato, que é baldo de riquezas naturais. São as explicações pressurosas que não dão tempo à justa observação de que tôdas essas causas apontam umà mesma origem — a pressão do meio, porém sòmente até o ponto onde é conhecido. O desejo de chegar logo às melhores soluções faz por vêzes esquecer quão difícil é penetrar a natureza, quanto tempo jazem os tesouros sob os pés nas regiões mais exploradas. Que esperar de um país desconhecido, vastíssimo e cuja constituïção física até nas pequenas plagas de populaçãc mais densa, começa apenas a ser esboçada?"[7]

A situação em 1943 é quase totalmente a mesma. A era da geografia de campo, da que se realiza pela observação direta dos diferentes "meios" e "païsagens"; da que se socorre de aparelhamento cientìficamente adequado, embora custoso, para completar o trabalho dos olhos dos que "sabem ver" e dos que geogràficamente compreendem que o objetivo de suas pesquisas no campo, se firma e se reduz no modo de plasmar-se recìprocamente o homem e a Natureza; essa era ainda não chegou verdadeiramente. Mas chegará! Era dos que sabem que, despovoado o Brasil, a sua é e será por muito tempo, uma missão de sacrifício e de desconfôrto, mas de construção e de revelação do Brasil, tal qual é, tal qual evolúe, tal qual vem, como Nação, se firmando no concêrto harmonioso dos seus "gêneros de vida" e "horizontes de trabalho".

No quadro físico, ainda hoje estão para ser firmadas, posto que jamais foram inteiramente dominadas e sèguramente interpretadas, as linhas mestras estruturais do relêvo; do clima, com suas diferentes modalidades bem demarcadas; do solo, com seus tipos perfeitamente definidos; da vegetação como convém à pura geografia botânica; dos próprios recursos naturais. No quadro humano, uma impressão real e justa daqueles diferentes "gêneros de vida" e "horizontes de trabalho" dentro do conceito próprio e moderno da geografia humana. E' da coordenação e da ação complementar dêsses "gêneros de vida" em cada região do Brasil, que efetivamente se vem reafirmando — e para isso basta uma observação atenta do que já se sabe do país — a individualidade geográfica da Nação.

Bastam dois ou três exemplos. Que seria da região amazônica para o Brasil sem a ação complementar expontânea do Nordeste que, por sua vez, se liga ao centro e ao sul do País pelo vale do São Francisco e do Paraíba do Sul? A que se reduziriam os efeitos humanos das sêcas, caso não houvesse na Amazônia um grande reservatório de energias como que aguardando a chegada dos *paroáras?* "Uma individualidade geográfica — frisou La Blache — não é uma cousa dada de antemão pela Natureza. Uma região (contrée) é um reservatório onde dormem as energias cujos germens a natureza depositou, mas cujo emprêgo depende do homem". Na Amazônia êsse homem foi o nordestino. Em outras, o bandeirante paulista ou o baiano.

Inúmeros exemplos poderão aparecer desde que se mergulhe na meditação... E com êles, o Brasil principiará a deixar que se desvende de maneira inédita o valôr do seu espetáculo como Nação...

---

[7] Gonzaga de Campos — *Informações sôbre a Indústria Siderúrgica* — Boletim n.º 2 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — 1922 — pgs. 5 e 6.

*

Nordeste do Brasil

Tese apresentada para inscrição no concurso à cadeira de Geografia Geral, especialmente do Brasil, da Escola Normal do Rio de Janeiro — 1929 — (Papelaria Melo — Rio).

SÍLVIO FRÓIS ABREU

Membro da Comissão Diretora da "Biblioteca Geográfica Brasileira" e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia

II

A FLORA

A flora do N.E. brasileiro tem caracteres especiais que a diferem de outras formações fitológicas do Brasil.

Já Martius notára êsse caráter especial da vagetação em certas regiões do nosso país, a que êle deu o nome de Hamadrias.

O tipo fitogeográfico Hamadrias de Martius abrangia uma porção territorial em forma de cunha, do litoral ao interior, abrangendo o oriente do Maranhão, parte de Goiaz, os sertões baïanos do São Francisco e os Estados de Sergipe ao Piauí. São limites *grosso-modo,* pois, dentro dessa área há zonas que escapam ao tipo em consideração e fora dela há formações hamadriádicas, v g. em Minas Gerais.

A. Engler classificou a flora das regiões tropicais e sub-tropicais em seis tipos: formações halófilas, hidrófilas, higrófilas megatermais, hidrófilas mesotermais, sub-xerófilas e xerófilas.

A flora do N.E. compreende, principalmente, as formações xerófilas, havendo, contudo, formações higrófilas mesotermais, sub-xerófilas e halófilas.

A fitogeografia do N.E. já está bem conhecida graças ao notável trabalho de von Luetzelburg — *Estudo Botânico do Nordeste,* levado a efeito com a colaboração dos principais botânicos da Europa.

Vários botânicos têm estudado as formações florísticas do Nordeste — Gardner, Barbosa Rodrigues, Taubert, João da Silva Feijó, J. G. Kunhlmann, Freire Alemão, Martius, Theberge, Huber, Loefgren, Ulle, Zehtner e outros.

A formação típica do Nordeste é a caatinga, bem definida por Martius, Euclides da Cunha, Gonzaga de Campos, Warming e Luetzelburg.

O têrmo caatinga ou abreviadamente catinga, é de origem tupí e significa, segundo os mestres mato branco, de *caa* mato e *tinga* — branco.

O genial autor d'*Os Sertões* descreveu em páginas brilhantes, com a maior exatidão os aspectos rústicos da flora nordestina.

Luetzelburg, com sua grande autoridade de fitogeógrafo define a caatinga como "uma associação de plantas lenhosas de pouca altura, apinhada para o máximo proveito da luz e que se contenta com todo e qualquer solo.

Forma uma espécie de mato desprovido dos dois mais importantes fatores: elevação das árvores em procura da luz e falta de umidade no solo. A caatinga é, pois, um mato xerófilo, denso, composto de árvores e arbustos de fôlhas caducas, pequenas, pinatas ou multipinatas rico de espinhos e cactáceas, constituïdo de elementos munidos de todos os meios protetores contra a demasiada transpiração".

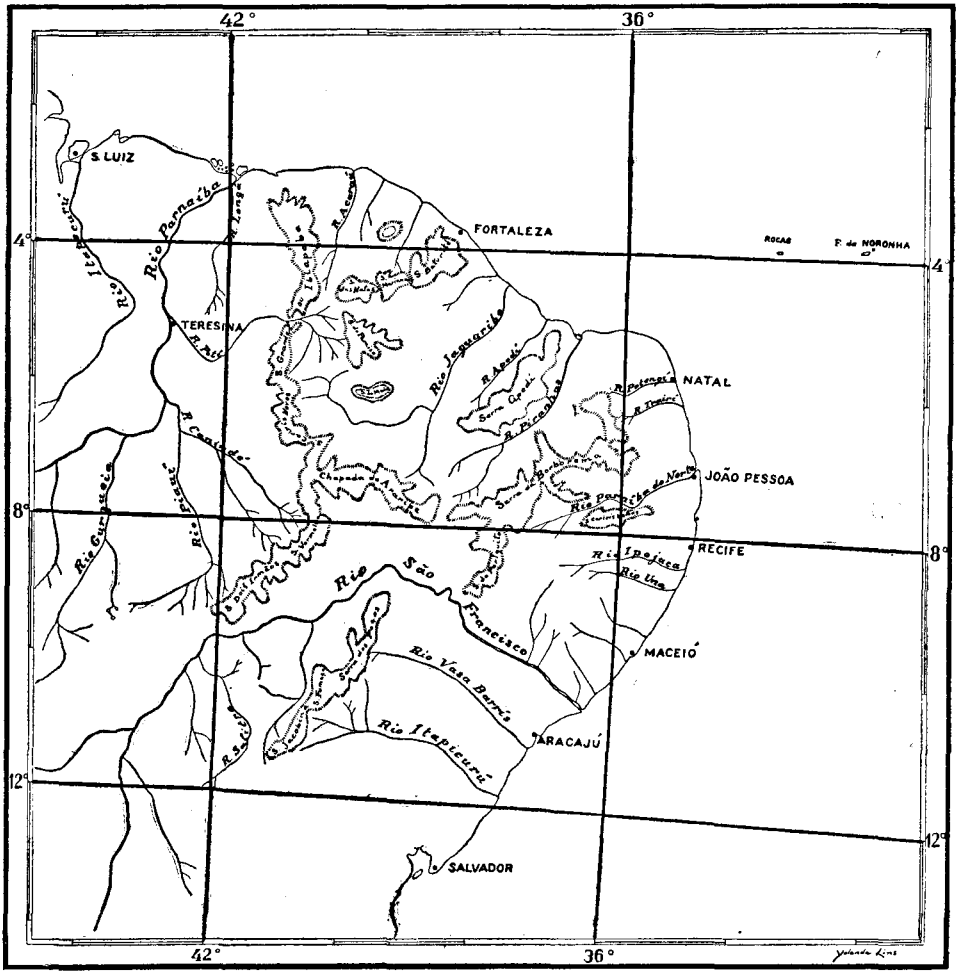
Martius definira: "uma floresta de árvores mais baixa, com o chão menos juncado de arbustos e que durante a sêca perde as fôlhas de quase todos os indivíduos. Algumas árvores, entretanto conservam os frutos que amadurecem durante a sêca. Ainda assim sustentam as árvores muitas parasitas epífitas.

N.R. — *Em seu número de julho, o BOLETIM inseriu a 1.ª parte da tese, que compreende o estudo da Geologia, do Clima e dos Recursos Minerais do Nordeste.*

Fica esta vegetação em tal modo dependente da umidade que, enquanto não chove, as árvores não criam fôlhas. Algumas têm uma organização especial para resistir ás grandes sêcas".

Um dos caracteres mais típicos da catinga é a perda das fôlhas (Martius, Warming).

A região da catinga, abrange quase todo o interior dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, o norte da Baía, parte do Piauí e do Maranhão. Cobre a peneplanície cristalina e as serras e chapadas mais baixas.



Mapa mostrando os principais acidentes geográficos no Nordeste

As serras altas, possuindo um clima diferente do clima da peneplanície, têm como conseqüência uma flora afeita à maior umidade do solo.

Assim, nos flancos da chapada do Araripe, da Ibiapaba, da Meruoca, de Baturité, da Borborema, (em Areia por exemplo) encontra-se uma vegetação higrófila.

Daí dizer-se que no Ceará as serras representam ilhas de verdura no seio da flora xerófila.

O tipo higrófilo, contudo, é uma exceção, no N.E.

A vegetação halófila encontra-se junto ao mar, comumente nos estuários dos rios ou no fundo dos recôncavos.

E' a vegetação do mangue que cobre a superfície alagada periòdicamente pelas águas salgadas. O sólo aí é inconsistente e deformado por uma vasa negra. As plantas que vivem nesse meio são de número de espécies muito restrito, mas formam associações muito densas. Os vegetais dos nossos mangues pertencem a três gêneros: *Laguncularia, Rizófora e Avicenia.*

O primeiro é representado pela *Lagunculária racemosa* Gaertn cujas fôlhas espessas, contêm grande porcentagem de taninos do grupo pirogálico.

O segundo, é representado pela *Rizófora mangle.* L. fàcilmente reconhecível pelas numerosas raízes aéreas que ajudam a sustentar a planta na vasa. Essa espécie tem grande desenvolvimento, formando densas florestas; suas cascas são taníferas e as populações litorâneas aproveitam-se delas para curtir couros e mordançar rêdes de pescaria.

Do gênero *Avicenia* conhecem-se as espécies *nítida* e *tomentosa* menos importantes, preferindo os lugares menos salinos e desprovidas de grande qüantidade de taninos.

Essas últimas são conhecidas por mangue ciriba, saraiba, etc., a *Rizófora* é chamada mangue vermelho e mangue sapateiro e a *Lagunculária* é o mangue branco ou canapomba. O mangue vermelho dá bôa lenha para combustão e caibros para construções.

Na costa, já livre da ação das águas marinhas, estende-se um tipo conhecido por vegetação do litoral, composto de mirtáceas e anacardiáceas em conjunto com as capoeiras, que Capistrano de Abreu definiu: "terreno privado de vegetação primitiva, ocupado depois por vegetais adventícios, cuja fisionomia ainda não assumiu feição bem caracterisada".

O exame pormenorizado da flora xerófila do Nordeste excede ao âmbito do nosso trabalho; será tratada aquí, apenas com o desenvolvimento suficiente para dar uma idéia da fisionomia vegetal da região.

As espécies dêsse grupo caracterizam-se pela perda de fôlhas na estação sêca, pela redução do diâmetro das fôlhas e pelo desenvolvimento de órgãos de defesa, como pêlos, espinhos, camadas de cêra e de cortiça.

Disse muito bem um escritor cearense: — "nossa flora é o resultado duma penosa adaptação à sêca"...

Vivendo num ambiente de muito pouca umidade, onde são freqüentes as grandes estiagens, as plantas se munem de meios de defesa contra a evaporação. A superfície das fôlhas reduz-se muito, o córtex se adensa e, como no caso típico de carnaúbeira, as fôlhas se revestem duma camada impermeável de cêra.

A flora das caatingas pode ser representada por um certo número de indivíduos de maior freqüência. Assim, entre as leguminosas, citam-se os angicos, as juremas, as unha de gato, sabiás (mimosáceas); entre as cesalpináceas, o jucá; entre as apocináceas, o páu pereiro; entre as bignoniáceas, o páu d'arco; entre as cactáceas, o xique-xique, o mandacarú, a corôa de frade; entre as bombáceas, as barrigudas e paineiras; entre as bromeliáceas, a macambira; entre as ramáceas, o juazeiro; entre as anacardináceas, o umbú; entre as palmáceas, a carnaúbeira, etc.

O aspecto da caatinga, no inverno, é muito diverso do aspecto no verão. Na estação sêca as fôlhas cáem, as plantas se reduzem a troncos, galhos e gravetos, só de longe em longe depara-se a copa verdejante dum juazeiro, que sempre se conserva cheio de viço.

Vista de longe, a caatinga se apresenta como uma mata cinzenta. Quando cáem as chuvas, em pouco tempo a paisagem muda completamente. Tudo enverdece, brotam fôlhas em todos os galhos, germinam as sementes enterradas no solo e surge em breve uma densa mata de folhagem luxuriante, erguendo-se dum solo tapetado de verdura.

Muitas plantas da caatinga são de utilidade para o homem. Umas dão frutos comestíveis, como o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), outras dão boas madeiras para construção, como a aroeira (*Schinus* sp.), a baraúna (*Melanoxilon barauna*), ou cascas ricas em taninos-angico (*Piptadenia* sp.), ou fibras têxteis — caruá (*Neoglaziovia variegata*), ou apresentam valiosas propriedades terapêuticas, como tantas espécies, conhecidas pelo sertanejo.

Entretanto, quase tôdas essas plantas, atualmente, só têm uma importância regional, exceto a carnaúbeira (*Copernicia cerifera*), que forma grandes associações em vários pontos dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Baía.

Exaltada por Ferdinand Denis que disse, com boa dose de lirismo, que a carnaúbeira bastava para suprir as necessidade duma nação inteira, essa palmeira é a planta de maior significação econômica no Nordeste, exceção feita do algodão, de cultura generalizada.

A carnaúbeira é aproveitada de diversos modos pelo nordestino.

As palmas são colhidas para se retirar delas a cêra, que constitue objeto de largo comércio.

Servem também para o fabrico de chapéus, de esteiras, cestos e de material para cobertura de habitações.

O estipe, rijo e muito durável, é largamente empregado na construção das casas, tanto do sertanejo pobre, que vive na caatinga, como do abastado morador das cidades.

O suco das raízes têm propriedades medicinais e dêle se preparam medicamentos de uso regional.

As principais zonas de exploração da carnaúbeira são: o centro e o N. do Piauí, as zonas de Granja, Sobral, Cauipe, Soure e vale do baixo Jaguaribe, no Ceará; Mossoró, Assú, e Ceará Mirim, no R. Grande do Norte, Piancó e Sousa, na Paraíba, oeste da Baía e sul do Piauí.

A exportação de cêra de carnaúba, de 1913 a 1924, oscilou entre o mínimo de 3 316 tons. em 1914 e o máximo de 6 224 em 1919. O valor médio da tonelada de cêra é 4 contos de réis. Cada palmeira produz por ano, têrmo médio, cêrca de 115 gramas de cêra, segundo um conhecedor (Felipe Guerra). De acôrdo com a extensão dos carnaúbais do N.E. verifica-se que a produção atual não chega a representar um quinto da produção possível.

*

O clima é muito propício à cultura do algodoeiro (*Gossypium* sp.), nos sertões do N.E. No Rio Grande do Norte, são tão favoráveis as condições do clima e do solo, que essa malvácea produz em certa zona dêsse Estado um tipo especial conhecido por "algodão do Seridó".

O vale do rio Jaguaribe, no Ceará, é afamado pela viabilidade à cultura do algodão; o vale do S. Francisco também tem trechos considerados pelos especialistas muito próprios para a cultura algodoeira.

O sertanejo planta algodão em todo o N.E., de preferência espécies arbóreas, mas cada qual planta uma área pouco extensa, de modo que, a despeito das condições favoráveis, a exportação total, do Estado do Maranhão ao da Baía, em 1926, foi apenas cêrca de 16 mil toneladas, no valor de 39 mil contos.

As mandiocas e macacheiras (*Manihot*) são plantas cultivadas, as primeiras para o fabrico da farinha, as últimas para o consumo de diversos modos. O cultivo intensivo dessas plantas é um hábito indígena que o sertanejo conservou sem a mais leve modificação. Até mesmo o modo de preparar a farinha, os utensílios, o tepiti, são remanescentes da cultura tupí e talvez também aruaque.

*

As canas de açúcar (*Saccharum* sp.) são cultivadas, de preferência, nas encostas de serras ou nas vasantes, isto é, em lugares de maior umidade.

Em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e Baía, a cultura dessa gramínea tomou grande incremento em certos trechos, não longe do litoral. Pernambuco é o maior centro açucareiro do Brasil, produzindo mais de 120 000 toneladas anualmente, e dispondo de grandes usinas com aparelhagem moderna.

A pequena cultura da cana está disseminada por todos os pontos do N.E. onde o meio é propício.

Em pequenas engenhocas, movidas por bois ou por pequenas e antiquadas máquinas de vapor (banguês), faz-se áçúcar claro, rapadura e aguardente.

A' indústria tão primitiva é permitido aplicar as palavras dum cronista antigo (Ayres de Cazal), por que elas ainda não perderam a atualidade.

"As canas do açúcar prosperam em muitas partes: mas o seu suco quase todo é destilado em aguardente, ou reduzido a *rapadura*, que são pedaços de açúcar mascavado com forma de tijolo, que se lhe dá em moldes cavados em madeira".

Nalgumas regiões serranas do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, cultiva-se o café (*Coffea* sp.) que não é um dos produtos principais do Nordeste, se bem que, em Pernambuco, nos últimos anos, a cultura dessa rubiácea se tenha desenvolvido consideràvelmente.

*

Ao longo da costa do Nordeste há grandes palmares de côco da praia ou da Baía (*Cocos nucifera*), que ainda não são devidamente aproveitados.

Segundo estimativas oficiais, o número de coqueiros, da Baía ao Ceará, chega a 3 milhões.

Algumas fábricas já preparam manteiga de côco, mas a produção é ainda limitada. Os coqueiros constituem uma paisagem típica das praias nordestinas.

*

O burití (*Mauricia vinifera*) é de grande utilidade ao homem de certas zonas do Nordeste. Acha-se em densas associações nos lugares úmidos e nos brejos; é comum no Piauí, no oeste da Baía e leste do Maranhão. As palmas são muito usadas na cobertura de casas, na confecção de cestos, esteiras, etc.; dos pecíolos fazem-se espécies de jangadas que trafegam nos rios e têm o nome de balsas; os frutos contêm uma polpa oleosa de alto poder alimentício.

*

O babassú (*Orbignia* sp.) forma associações nalguns pontos do Ceará e Pernambuco, v.g. bordas da chapada do Araripe e Rio Branco, mas a principal zona de babassú corresponde à baixada maranhense e parte do N. do Piauí.

As sementes da palmeira babassú constituem o principal gênero de exportação do Estado do Maranhão; Pernambuco já tem exportado alguma quantidade.

A palmeira é altamente produtiva, estima-se que produz, anualmente, cêrca de 800 côcos que encerram 9 quilos de sementes.

Cada semente pesa 2 a 4 gramas e contém de 66 a 68% de óleo utilizável em diversos mistéres, inclusive como alimento. O resíduo das amêndoas depois de retirada a maior parte da matéria graxa, forma o que se chama "torta"; é um bolo ou bagaço contendo hidratos de carbono, proteinas, celulose e matéria graxa; é um ótimo alimento para o gado.

Os pinheirais de babassú constituem uma das maiores sinão a maior riqueza natural de certas regiões do Brasil.

Atualmente já asseguram ao Maranhão e Piauí uma boa fonte de renda — são as principais produções dêsses dois Estados; o valor do produto exportado, em 1926, passou de 22 mil contos.

Os métodos de exportação são ainda muito rudimentares; colhe-se a amêndoa, quebrando os côcos, um a um, de encontro ao gume dum machado; é um processo lento e trabalhoso.

Como as sementes estão alojadas em cavidades num endocarpo lenhoso, muito rijo, tem-se procurado construir máquinas destinadas especialmente a quebrá-lo.

Ha vários tipos de máquinas, algumas eficientes, mas nenhuma ainda solucionou definitivamente o problema de quebrar os côcos sem fragmentar as amêndoas.

*

A fauna

No ponto de vista zoogeográfico o N.E. não tem uma feição especial, enquadra-se na província sul brasileira de Pelzeln.

A fauna nordestina não apresenta formas de grande porte, nem carnívoros que constituam uma ameaça à vida humana. E' apenas útil ao homem atual

e os acidentes por ela determinados jamais podem ser igualados aos perigos que oferecem as faunas africana e asiática, disse o eminente naturalista Miranda Ribeiro. Os maiores inimigos do homem são, entretanto, o mosquito e a fauna microbiana, espalhados por todo o país.

À beira dos rios e lagoas, nos pauis e nas ipueiras, desenvolvem-se anofelinas transmissoras do impaludismo.

Os rios e lagoas são geralmente muito piscosos; no S. Francisco é célebre o surubim, (*Arapaima*) de grande porte e carne saborosa; nêsse mesmo rio e no Assú, são abundantes as piranhas (*Serrasalmus, Pygocentrus*), de notável voracidade; vivem em cardumes e atacam as rezes que vão beber.

Os surubins (*Hemiplatistoma*) são apreciadas pelo paladar de sua carne e pelo porte.

Numerosos batráquios têm seu habitat à beira das lagoas, dos rios, dos açudes e das cacimbas, bem como diversas espécies de saurios e quelônios, jabotís (*Testudos*) no interior e tartarugas (*Thalassochelys*) no mar.

Entre as serpentes, são mais freqüentes as giboias (*Bôa*), as jararacas (*Trigonocefalus jararaca*), as cascaveis (*Crotalus terrificus*), as surucucús (*Lachesis muta*) — exceto a primeira, notáveis por serem venenosas.

As aves são muito numerosas, salientando-se como mais características da região, os *psitacídeos* — periquitos, jandaias e papagaios.

Muitos pássaros são criados em gaiolas, pela linda plumagem que os enfeitam ou pelo canto sonoro com que alegram as habitações humildes. Tais são: a jurití (*Peristera*), a patativa (*Fringila*), o corrupião e a graúna (*Icterus*), o japú (*Cassicus*), o cardeal (*Corisphispingus*), os sabiás (*Turdus*).

Junto às lagoas e açudes são comuns as jaçanãs (*Para*), e vários pequenos palmípedes.

Ao norte da Baia, são freqüentes a ema (*Rhéa Americana*), as seriemas (*Dicoluphus*); por tôda parte vivem os gaviões, caracará ou carcará (*Polyborus*) e os urubús (*Catphartres*).

Entre os bugios, os guaribas (*Mycetes*) e os micos (*Apale*) são os principais; entre os carnívoros, as iráras (*Galera*), os vários gatos do mato (*Felix*), os cangambás (*Conepatus*); entre os roedores, a capivara (*Hydrochoerus capibara*); entre os ungulados, os cervus são mais típicos da região; dos edentados, os tamanduás (*Myrcecophaga*), os tatús (*Dasypus*) e as preguiças (*Bradypus*); dos marsupiais, os gambás (*Didelphis*).

Até agora, referimo-nos aos animais selvagens.

Criados pelo homem, salientam-se pelo número, os bovinos, caprinos, ouvinos, asininos e muares; porcinos e galináceos são criados em menor escala.

Os bovinos, do Estado do Piauí à Baía, em 1920, contavam-se por 6,5 milhões de ovinos 2,7 milhões, de equinos pouco mais de 1 milhão, os asininos e muares somavam quasi 0,7 milhões.

Assim, a cada 1 000 habitantes correspondiam 722 bois, 466 cabras e 300 ovelhas.

Os rebanhos fazem do interior do Nordeste, uma região essencialmente criadora, atividade que lá foi plantada pelos colonizadores dos séculos XVI a XVIII.

Foram os agregados da poderosa casa da Torre de Garcia d'Avila, que, estabelecendo currais de gado nos sertões da Baía, Sergipe, Pernambuco, Piauí, etc., lançaram a semente dos grandes rebanhos que se vêm reproduzindo até nossos dias.

*

Da fauna do N.E. origina-se boa parte de sua produção comercial. Certos animais selvagens, como gatos e cachorros do mato, raposas, onças, são perseguidos por que danificam a pequena criação; caçando-os, o sertanejo tem dois proveitos — extermina um animal daninho e adquire uma pele que representa certo valor e é objeto de grande procura.

Do gado vacum, caprino e ovino procedem os couros e peles exportados do N.E., perfazendo, anualmente, um total de mais de 10 mil toneladas, no valor de cêrca de 44 mil contos de réis.

O N.E. é a região produtora das afamadas peles de cabra e de carneiros de cabelo (cabreta), conhecidas no estrangeiro por "Ceará", "Mossoró", "Pernambuco".

A produção do Nordeste brasileiro tem grande repercussão no mercado mundial. Uma autoridade no assunto escreveu recentemente:

"A produção de peles de cabra do Brasil, importante, tanto no ponto de vista da qualidade, como da quantidade, está concentrada nas terras altas do centro e, particularmente, no canto oriental da região, do Estado do Ceará ao Estado da Baía". (Arnolds, *Hides and Skins*, New York, 1925).

Couros e peles são, pois, das mais características produções do Nordeste brasileiro.

Os psitacídeos são os mais característicos representantes da fauna do N.E. pela quantidade, e pela freqüência com que são encontrados nas habitações do homem.

Póde-se dizer que há pelo menos um psitacídeo-papagaio, perequito, ou jandaia — em cada habitação.

O hábito de criar pássaros e, particularmente, papagaios e jandaias, é uma herança do aborígene, que a população do Nordeste ainda conserva com grande zêlo.

Nos primeiros anos do século XVI, a costa do N.E. era conhecida por costa dos papagaios e do pau de tinta.

Hoje, não é mais a costa do pau de tinta, mas tanto o litoral, como o interior ainda podem ser chamados — *Terra dos papagaios*.

O grande romancista José de Alencar já caracterizara o Ceará pela côr do mar, pela jandaia e pela carnaúbeira.

"Verdes mares bravios da minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba"...

*

Povoamento

Antes da ocupação pelo homem branco, o Nordeste era povoado por ameríndios de tribos diversas.

A História refere-se aos Tremembés, Potiguaras, Tabajaras, no litoral do Ceará até Paraíba, aos Cariris no centro do N.E., aos Caetés em Pernambuco e Alagoas, aos Amoipiras no rio de São Francisco, aos Pimenteiras no Piauí, aos Timbiras, Gamelas e Tupinambás no Maranhão.

Sabe-se que, ao tempo da descoberta, a costa já era ocupada pelos representantes do grupo tupí; nalguns pontos, como junto à foz do rio Parnaíba, dominavam tapuias.

Os ameríndios que habitavam o N.E., viviam em aldeias de casas feitas de palmas, cultivavam mandioca e algodão, caçavam e pescavam.

Estavam na idade da pedra polida; de pedra eram seus machados, almofarizes e adornos.

Usavam enfeites labiais chamados metáras e tembetás de quartzo ou pedras verdes (nefrita); praticavam a arte cerâmica e enterravam seus mortos em grandes potes de barro cozido (camocins).

As aldeias nunca tinham uma população muito numerosa, porque a concentração dificultava a procura de alimentos.

Viviam assim umas tribos, mais nômades, mudando de aldeia freqüentemente, outras, mais sedentárias, quando o homem branco começou a ocupar as terras nordestinas.

Os primeiros pontos conquistados foram o recôncavo baiano e a costa de Pernambuco, esta, sede das capitanias de Pernambuco e Itamaracá (século XVI). A maior parte da costa nordestina ficou sem ocupação; no Ceará e no Maranhão, sòmente no século XVII, estabeleceram-se feitorias.

No fim do século XVII o Nordeste já tinha três núcleos de povoamento, todos situados na costa: um no limite septentrional — ilha de São Luiz, — outro no limite meridional — Recôncavo da Baía, outro aproximadamente no centro — Recife e Olinda.

Em tôrno dêsses três pontos, desenvolveu-se a agricultura, a criação, e daí irradiaram as entradas que conquistaram o interior aos ameríndios.

A importância dêsses núcleos de colonização do N.E. decresce de S. para N.

Em primeiro plano está a cidade do Salvador, sede do govêrno geral, centro de dispersão dos agregados à casa da Tôrre, do célebre Garcia d'Avila, de notável atuação colonizadora.

No próprio século XVI foi feita a ocupação dos sertões do N. da Baía, e essa corrente baiana, se expandindo sempre penetrou nos sertões de Pernambuco, chegou ao Ceará; infletindo para O., dispersou-se pelos sertões do Gurguéia e Canindé; transpondo o Parnaíba, fundou Pastos Bons, no Maranhão.

Os caminhos das boiadas foram as primeiras estradas; as mais freqüentadas transpunham o São Francisco em Juazeiro (por isso chamado, antigamente, Passagem do Juazeiro), outra passava por Geremoabo, no Vasa Barris, e Pombal no Itapecurú.

De Pernambuco partiram correntes mais tênues, que a bravura do aborígene abatia; as de Francisco Caldas, Gaspar Dias Thaide e Frutuoso Barbosa são as mais conhecidas. Dêsse núcleo partiram os conquistadores do Ceará.

Pero Coelho, em 1603, partiu da Paraíba — parte integrante do núcleo central — com 65 soldados e 200 índios, por terra, mandando uma frota de barcos de vela que o deveria encontrar na foz do rio Jaguaribe.

Nêsse ponto a expedição encontrou as embarcações. Seguiram, à frente, "línguas" avisando a chegada dos portuguêses que lhes traziam dádivas, passaram pela "enseada do ambar" e "pela mata do pau de côres" e, no ano seguinte, atingiram a serra da Ibiapaba. Aí foram hostilizados por índios que já tinham relações com franceses.

Foram adiante, até o Punaré (Parnaíba), e era intento de Pero Coelho chegar ao golfo maranhense, mas a tropa revoltou-se e o valente conquistador retrocedeu à Paraíba, deixando Simão Nunes num presídio, no Ceará, com 45 soldados.

Numa segunda expedição, Pero Coelho levou a família embarcada até o Ceará lá encontrou, na maior miséria, os soldados que deixara. A expedição foi abatida pela crueza do meio.

O regresso da expedição, a pé, com fome e sêde, pelos ardentes areiais da costa nordestina, foi um episódio pungente que Vicente do Salvador descreveu com palavras que tocam o coração.

Em 1607, nova expedição tenta colonizar o N.E.; os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira partem de Pernambuco para a foz do Jaguaribe; daí, por terra, vão à Ibiapaba, onde o padre Pinto cáe aos golpes dos índios.

Essas expedições deram origem a pequenos povoamentos na costa.

A conquista pelos holandeses, mais tarde, não fêz povoar muito o interior, "apenas constitue mero episódio da ocupação da costa", diz Capistrano de Abreu. "Deixa-a na sombra, a todos os respeitos, o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo".

Do núcleo maranhense, as entradas foram de âmbito mais limitado e de menores conseqüências para a colonização do Nordéste.

Destaca-se apenas Bento Maciel Parente, figura de odioso destaque nos massacres e extermínio dos aborígenes do Maranhão e Piauí.

A corrente de maior vulto foi a da Baía, a mais fertilizante, na expressão adequada de Capistrano de Abreu.

No Maranhão e no Ceará, quando a corrente vinda do litoral, por infiltração ao longo das ribeiras, passou o paralelo de 6.º, já encontrou os colonizadores vindos da Baía, através dos sertões semi-áridos.

Nêsse meio de tão definidas características geográficas, a gente invasora assimilou quase tôda a população indígena. A influência africana foi quase nula; a portuguêsa diluiu-se no meio ameríndio. Depois, três séculos de isolamento criaram a homogeneidade étnica que se observa hoje no Nordeste.

*

A população do N.E. provém, principalmente, da mestiçagem do elemento indígena com o português e o mameluco.

No litoral, particularmente em tôrno de São Luiz, Recife e o Recôncavo da Baía, os africanos importados para o trabalho na lavoura deram origem a uma população com mescla de sangue negro.

No interior predomina a descendência ameríndia.

Do elemento aborígene, ainda puro, nada mais resta.

Já em 1859, Gonçalves Dias procurou em vão tribos indígenas no interior do Ceará.

Os antigos Cariris, Tremembés, Tabajaras etc., em parte foram extintos, em parte foram assimilados, transformando-se em "nordestinos".

Ficaram apenas, como amostras, já um tanto deturpados, alguns Carijós, segregados em Águas Belas, nos sertões de Pernambuco.

Vivem numa aldeia que não difere muito dos povoados de cearenses, baianos, alagoanos, etc., espalhados em todo o Nordeste. Diferem dêsses outros porque lá se fala o iatê, e se dança o tolê, ao som do *maracá* e do *iaquitchá*.

Seu tipo físico assemelha-se ao dos sertanejos cearenses, alagoanos, pernambucanos, etc., que são, em geral, de pequena estatura, branquicéfalos, têm pequena altura cefálica e grande distância bi-zigomática. Na linguagem vulgar: geralmente são baixos, de cabeça redonda e rosto largo.

Se há pequenas variantes nos caracteres somáticos entre o sertanejo do Canindé e o de Petrolina ou Traipú, os caracteres psíquicos aparecem semelhantes em todos êles. Os atributos da alma nordestina são bem definidos e representam, sem dúvida, herança dos ancestrais indígenas.

Os que mais ressaltam são o nomadismo, ao amôr à terra natal e a altivez. Todos êles pertenceram à alma do ameríndio e continuam vivazes no brasileiro do Nordeste.

O nordestino está disseminado em quase todo o Brasil, desde os seringais da Amazônia, às jazidas diamantíferas de Goiaz e aos cafezais de São Paulo.

O rio S. Francisco é uma calha que conduz constantemente sertanejos da Baía, Pernambuco, Alagoas e Sergipe para as fazendas paulistas; e o Nordeste só não se despovôa porque há uma contra-corrente dos próprios emigrados, que descem o S. Francisco em busca da terra onde nasceram.

E' notável a capacidade de trabalho do nordestino, bem como a confiança nos resultados do esfôrço despendido.

E' gente resignada e otimista, que roça o mato e lança a semente, sempre na esperança de não haver sêca nêsse ano.

Quando a calamidade chega e os reduz à mais absoluta miséria, lastimam as perdas, comentam que essa foi a pior sêca, e que, como ela, outra nunca se viu, e confiam que tão cedo não haverá outra igual...

Tais são os caracteres principais do sertanejo nordestino.

Não temos ainda trabalhos que nos dêm a conhecer a composição quantitativa da população do N.E. Para o N. do Brasil, em conjunto, o professor Roquette Pinto calcula a seguinte porcentagem: brancos — 36.89, mulatos claros 11.03. mulatos escuros — 16.20, caboclo — 21.72, negros — 14.13.

Para o Nordeste, os algarismos referentes ao preto e seus mestiços devem ser diminuidos na proporção do aumento do número de caboclos.

A densidade da população do N.E. é grande, relativamente às outras regiões do Brasil.

Para o país, em conjunto, a taxa é 4.7 habitantes por quilômetro quadrado; para todo o N.E. é 12, e em certa zona, próxima ao litoral, de Paraíba a Maceió, passa de 60.

E' curioso que, numa região sujeita a grandes calamidades climatéricas, se concentre tanta gente.

Fixa o homem àquela terra, o amor ao berço e a magnanimidade do solo, quando não falta umidade.

Nos bons tempos as colheitas são assás remuneradoras; o gado, livre de parasitas, engorda fàcilmente e reproduz-se em proporção compensadora.

Na Paraíba, em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía, não longe do litoral, há zonas de terras muito férteis, dotadas de boas condições climatéricas para a cultura da cana de açúcar.

A indústria açucareira concentra muita gente em tôrno das usinas; daí a elevada densidade, há pouco referida.

No interior, ao contrário, as pequenas culturas de algodão e a indústria pastoril não provocam grandes concentrações; a população fica espalhada mais ou menos uniformemente.

O sertão tem de 3 a 7 habitantes por quilômetro quadrado; nos lugares mais propícios às culturas reune-se mais gente; nas zonas de criação o povo está mais disseminado.

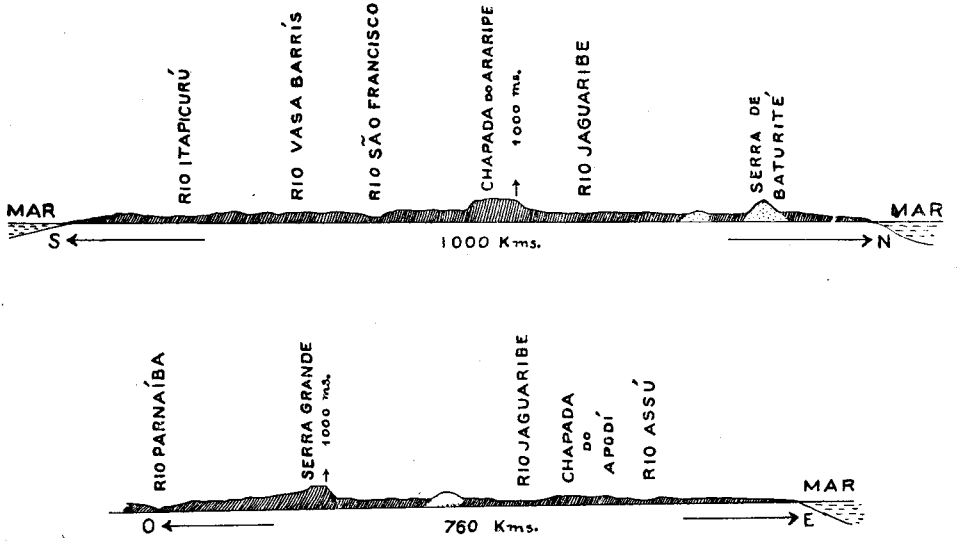
As várzeas úmidas e as serras frescas atraem o homem, as catingas, e as planícies pedregosas o dispersam.

Fontes de energia

O solo do N.E., composto na maior porção de rochas cristalinas, não é propício à existência de grandes jazidas de combustíveis.

Nas áreas sedimentares já se tem feito pesquisas de petróleo com resultados infrutíferos (Riacho Doce, Camaragibe, em Alagoas, chapada do Araripe, no Ceará); contudo, certas bacias cretáceas e terciárias podem ainda algum dia nos proporcionar lençóis petrolíferos ou camadas de lignitos.

Na costa de Alagoas são conhecidos os xistos oleígenos, que não tendo petróleo já formado, por distilação seca, dão misturas de hidrocarbonetos semelhantes a certos petróleos naturais.



Perfis da região do N.E., mostrando o relêvo geral da região

No baixo São Francisco, perto de Vila-Nova, em Sergipe, ocorre um material da classe do *Maraúnito* conhecido por turfa de Vila-Nova. Em Jatobá, no Estado de Pernambuco, tem-se encontrado madeira carbonizada, que, entretanto, não dá esperanças de jazidas possantes. O xisto betuminoso dos sedimentos do Araripe também não resolve o problema do combustível no Nordeste.

Pobre de combustíveis, a região também não dispõe de energia hidráulica, a não ser na região de Paulo Afonso, entre Alagoas e Baía.

A topografia e o regime hidrográfico são responsáveis pela ausência de grandes quédas dágua.

Sòmente o rio de S. Francisco proporciona uma grande produção de energia, na cachoeira de Paulo Afonso. O rio, depois de subdividido em vários braços por afloramento de rocha, despenha-se em quedas, num desnivelamento superior a 80 metros, produzindo, em épocas de descarga normal, cêrca de 800 000 c.v.

Atualmente, só é aproveitada uma porção mínima da energia disponível, na movimentação duma fábrica de fio de algodão — fábrica da Pedra — obra dum nordestino arrojado — Delmiro Gouvêa, que simboliza a operosidade e o espírito de aventura do homem das caatingas.

A região em tôrno da cachoeira de Paulo Afonso, apesar de ser extremamente árida, está fadada a um grande desenvolvimento, graças à facilidade de obter grande soma de energia hidro-elétrica por baixo preço.

A cachoeira criará um centro de indústrias dependentes da energia elétrica, tais como fixação do azoto atmosférico, indústrias eletro-químicas e outras mais.

Atualmente, o combustível de uso mais generalizado no Nordeste é a lenha, que alimenta as fornalhas das locomotivas e dos estabelecimentos fabris. É obtida com facilidade em tôda parte; no litoral tiram-na dos mangues das embocaduras, dos rios e das bordas das enseadas; no interior, as capoeiras e as caatingas fornecem igualmente um combustível barato.

Geralmente a boa lenha, de paus secos e bons para a queima, produz cêrca de 4 000 calorias grandes (poder calorífico superior) por quilo, ou seja cêrca da metade do poder calorífico do carvão tipo Cardiff. O custo da lenha, variável em função do local e do tempo, oscila em tôrno de 20$000 por tonelada, tornando-se assim susceptível de concorrer com vantagem — no ponto de vista econômico — com o carvão de pedra, quer o importado do estrangeiro, quer do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina.

Nas regiões açucareiras (Pernambuco, Alagoas, Sergipe) queimam-se anualmente para mais de 100 000 toneladas de bagaço de cana, poupando assim a lenha que se vai tornando cada vez mais escassa nos zonas industriais.

O gás pobre, produzido em gasogênios instalados nalgumas fábricas, os óleos combustíveis, e a gasolina, que alimentam os motores de combustão interna e de explosão dos descaroçadores de algodão e dos automóveis, são outros combustíveis empregados na região nordestina.

O primeiro é fabricado localmente com a lenha, os últimos são importados da América do Norte.

*

Vias de comunicação

As principais vias de comunicação no Nordeste são as estradas de ferro, as estradas de rodagem, os rios Parnaíba e São Francisco.

Há em tráfego cêrca de 4 890 quilômetros, formando uma rêde que liga os principais centros de produção aos portos do litoral. As linhas principais são a de S. Salvador a Juazeiro, no rio de S. Francisco (575 km.), de S. Salvador a Propriá (552 km.), de Maceió a Recife (351 km.), de Recife a Rio Branco (270 km.), Recife a Natal (422 km.), Natal a Epitácio Pessôa (171 km.), Fortaleza a Crato (600 km.), Camocim a Ibiapaba (374 km.), Parnaíba a Piracuruca (148 km.) e São Luiz a Senador Furtado (452 km.).

No cômputo acima (4 890 km.) não estão incluídas as linhas férreas particulares que transportam canas para as usinas formando uma rêde importante nas regiões açucareiras. A rêde ferroviária do Nordeste é em parte pertencente a companhias estrangeiras, como a *Chemins de Fer de l'Est Brésilien,* na Baía e Sergipe, a *The Great Western of Brazil R. C. Ld.* de Alagoas ao Rio Grande do Norte.

A maior parte da quilometragem tem bitola de 1 metro.

*

As estradas de rodagem são obras modernas executadas pela I.F.O.C.S. e formam uma rêde de cêrca de 5 271 quilômetros.

Além dessas, em todo o interior cruzam-se pequenas veredas que mal deixam passar o cavaleiro — são as estradas comuns abertas pelo primeiro vaqueiro que por alí passou e cujo freqüênte trânsito lhes impede o desaparecimento.

Por elas transitam as tropas de burros e jumentos, ocultos sob imensos fardos de algodão mal comprimido, de couros de boi e peles de cabra e carneiro de cabelo. O jumento, por mais moroso, é reservado para transporte de água em barrís e para pequenas viagens.

*

Os rios navegáveis favorecem muito o comércio dos sertões do Piauí e da Baía.

O Parnaíba, navegável por vapores e lanchas, desde a foz até Floriano, em cêrca de 600 km. serve de escoadouro de grande parte da produção maranhense, além da do Piauí. Por êle sobem as mercadorias que vão ter às cidades dos sertões piauienses e maranhenses. (Jeromenha, Aparecida, Benedito Leite, Bom Jesús

do Gurçueia, Pastos Bons, S. Félix do Balsas, etc.). Graças à navegabilidade do Balsas, do Gurgeia e do Urussuí-assú, pode-se alcançar facilmente o imo daqueles sertões.

O São Francisco, navegável por vapores desde Pirapora, em Minas Gerais, até Juazeiro, na Baía, e de Piranhas até a foz, representa uma importantíssima via de comunicação. Se noutras épocas, êsse rio histórico teve um papel muito saliente na colonização dos sertões baianos, não é hoje destituído de importância, que nos dias vindouros será ainda muito maior.

A cachoeira de Paulo Afonso e os rápidos que lhe ficam a montante impedem a navegação, da foz até Pirapora; o rio fica então dividido pelas cachoeiras em dois trechos: o alto São Francisco, e o baixo São Francisco.

No primeiro trecho, as companhias Indústria e Viação de Pirapora (sede nessa cidade) e Viação do São Francisco (sede em Juazeiro) têm linhas regulares, mantendo o intercâmbio comercial entre essas cidades e as demais da bacia do rio e da zona interior.

Acima da cidade de Pirapora a cachoeira do mesmo nome impede que a navegação se prolongue em direção às cabeceiras.

Ao longo do rio, no trecho encachoeirado, construiu-se uma via férrea de 116 quilômetros ligando Piranhas a Jatobá, atualmente de importância muito restrita.

Abaixo de Piranhas, o rio é navegável até a foz, tem geralmente cêrca de um quilômetro de largura e 4 metros de profundidade. Nêsse trecho ficam as cidades de Propriá, à margem direita, importante centro comercial de Sergipe, e Penedo, pôrto fluvial muito freqüentado, exportador dos produtos de grande parte do *hinterland* alagoano. Ao longo do S. Francisco, em ambos os trechos, é intenso o trânsito de pequenas embarcações de vela e de batelões, que têm à meia nau uma cobertura de palmas, igualmente munidos de velas, conhecidos localmente pelo nome de *paquetes*.

Os outros rios do N.E. não devem ser considerados vias de comunicação, servem apenas de ligação de localidades muito próximas e destituídas de grande importância. Assim, perto da foz, são navegáveis por canoas e pequenas lanchas, os rios Jaguaribe, Mossoró, Assú, Mamanguape, Paraíba do Norte (até à cidade da Paraíba do Norte podem navegar vapores de pequeno calado), Capiberibe, Ipojuca, Sergipe, Real, Vasa Barris, etc.

Geralmente os trechos navegáveis pouco passam de 20 a 30 quilômetros da foz. No litoral os pescadores utilizam a jangada — tôsca embarcação em que se afoitam pelos mares, impelida pelos ventos. A jangada é um tipo de embarcação peculiar à costa do Nordeste; o jangadeiro, como o sertanejo, é um tipo regional.

Os portos marítimos de Tutoia até S. Salvador são freqüentados pelos navios do Loide Brasileiro, da Comp. Nacional de Navegação Costeira, Comércio e Navegação e outras, nacionais e estrangeiras.

Recife e Baía, dispondo de docas, dando acesso a navios de grande calado, são freqüentados por transatlânticos da Mala Real, do Loide Holandês e outras companhias estrangeiras.

*

Divisão política

A região do Nordeste abrange nove Estados da Federação, a saber: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía.

Os de Maranhão e Baía só parcialmente estão encravados na região natural considerada; do Maranhão, só a parte oriental; da Baía, só a setentrional. Alagoas e Sergipe, na faixa costeira, têm caracteres de outra região natural, porém, dominam ainda os caracteres nordestinos.

No ponto de vista político a diversidade é maior que no ponto de vista natural.

A região nordestina, tal como compreende o autor, abrange cêrca de 1 milhão de quilômetros quadrados; a porcentagem com que contribue cada Estado pode ser avaliada, examinando-se um mapa da região.

Os limites de cada Estado, até época recente, não estavam livres de contestações; mas, por ocasião do Centenário da Independência, em 1922, o govêrno Epitácio Pessôa esforçou-se por dirimir tôdas as pendências interestaduais, no que diziam respeito a limites.

O mapa do Nordeste, reproduzido nesta tese, mostra os limites adotados pela Comissão da Carta Geral do Brasil, organizada pelo Club de Engenharia.

A superfície e a população calculada para o fim do ano de 1928 acham-se no quadro adiante.

Cada Estado tem sua organização administrativa independente da dos outros, respeitados os preceitos gerais estabelecidos na Constituição Federal.

Cada Estado tem a sua Capital, onde reside o governador ou presidente e onde se reune a Assembléia Estadual, que, numas unidades, é composta de deputados e senadores, noutras, só de deputados.

O Estado é dividido num certo número de municípios, dirigidos por um prefeito, substituível por sufrágio do povo, ou nomeação do poder executivo estadual, dentro dum prazo variável em cada Estado.

A Igreja estabelece uma divisão do território em arquidioceses, dioceses, e outras sub-divisões. Fortaleza, Paraíba, Recife e Maceió são sedes de arquidioceses.

A instrução pública está a cargo de cada um dos governos estaduais, que estipulam o número de escolas no interior de acôrdo com seus recursos financeiros.

Via de regra, a instrução é muito deficiente.

ESTADOS	Superfície (km2)	População aproximada em 1928	Densidade, habitantes por km2
Maranhão	346 217	1 140 000	3,3
Piauí	245 582	790 000	3,2
Ceará	148 591	1 720 000	11,6
Rio Grande do Norte	52 411	700 000	13,3
Paraíba	55 920	1 250 000	22,3
Pernambuco	99 254	2 810 000	28,3
Alagoas	28 571	1 140 000	39,9
Sergipe	21 552	620 000	28,8
Baía	529 379	4 350 000	8,2

Fisionomia das cidades

As cidades do Nordeste têm um aspecto geral, uniforme. As capitais já possuem construções modernas, estilizadas por cópia das habitações modernas do Rio de Janeiro, mostrando também tipos arquitetônicos do século passado.

As cidades pequenas, espalhadas em todo o N.E., têm caracteres especiais. Cada cidade é a reprodução fiel de muitas outras. Há pequenas variantes quando se trata de cidades constituídas nas encostas de montanhas, à margem de grandes rios, em planícies áridas, etc.

Em linhas gerais, os grupamentos de habitações podem ser divididos em três categorias: cidades grandes, cidades pequenas, e vilas ou povoados.

À primeira divisão corresponde, apenas, Recife, com seus 361 mil habitantes.

À segunda pertencem as pequenas capitais, com população entre 30 e 80 mil habitantes, e as cidades da costa e do interior, com população geralmente compreendida entre 4 000 e 10 000 habitantes.

As vilas e povoados, freqüentemente, têm menos de 2 000 habitantes.

Recife tem um cunho especial, que não se acha reproduzido senão em Olinda, — sua vizinha e companheira de fausto, nos séculos passados, — e na cidade do Salvador, já afastada da zona nordestina.

São Luiz e a cidade do Salvador marcam a transição entre o N.E. e o N. e o N.E. e o S.

Por ter sido sede de governos, e graças aos benefícios oriundos da indústria do açúcar, Recife poude tornar-se a grande cidade dos nossos dias, com belos solares antigos, suntuosas igrejas e modernas avenidas.

As vilas e povoações do N.E. são muito semelhantes; são pequenos arruamentos de palhoças, cobertos com palmas de burití, de carnaúba ou catolé.

Muita vez é um simples trecho de estrada, com casas dum lado e doutro, algumas cobertas de telha. Não longe, passa um riacho que não corre na maior parte do ano; em tôrno, pequenos roçados de algodão; pelos serrotes pedregosos alguns cabritos, um jumento de chocalho ao pescoço, uma cava e a caatinga a perder de vista...

Eis a fisionomia duma vila do Nordeste.

Nas cidades já se nota maior desenvolvimento.

As capitais, pelas mais freqüentes comunicações, sofrem a influência dos costumes sulistas.

No interior, entretanto, o progresso é moroso.

Os sobrados são raros, e nunca têm mais de dois andares.

As casas, geralmente, só têm um pavimento.

São construídas, uma ao lado das outras, sem solução de continuïdade. Não há jardins; na frente, há janelas e portas que dão acesso diretamente à calçada, onde se reunem as famílias, à tarde, para palestrar. O feitio das habitações tem grande semelhança, tanto interna como externamente.

A planta é quase a mesma. Um compartimento amplo, com janelas e porta para a calçada, é chamado a sala de visitas, onde se expõem os retratos dos antepassados, o santo da devoção da família e os "crochés" e "paninhos" bordados pelas meninas. Um corredor conduz à sala de jantar, aos quartos, à cosinha, ao quintal.

Os aposentos destinados a dormitório não têm janelas; quando não há uma claraboia no teto, reina alí uma penumbra, mesmo durante o dia.

A ausência do fôrro nas casas torna-as menos anti-higiênicas.

O clima leva os construtores a abolirem o fôrro; algumas casas têm apenas um pano na altura das paredes, à razoável distância do teto; êsse fôrro, leve e arejado, evita que os morcegos, à noite, esvoacem em tôrno das rêdes e das pessoas.

As paredes são caiadas ou pintadas com ocre de tons claros. Na cozinha ressalta um grande fogão de alvenaria onde se mantêm sempre acesos alguns tições para evitar o consumo de fósforos.

Da sala de jantar à cozinha, nos corredores e nas varandas, — quando a casa as têm, vêem-se sempre inúmeras gaiolas com pássaros. Geralmente, perto da cozinha, é que ficam os papagaios, palrando o dia todo, inteiramente soltos ou presos ao poleiro por uma pequena corrente.

No quintal, a cacimba, de um a dois metros de diâmetro e profundidade variável com o terreno; um catavento ou uma bomba manual eleva a água que é depois conduzida em potes de barro ou latas de querosene munidas duma trave de madeira.

Daí se tira todo o líquido para uso doméstico. Em muitas localidades, a água das cacimbas e poços é muito salgada, e as pessoas de posse compram água para beber, que se vende aos barrís, conduzidos por jumentos.

A poucos passos da cacimba há um compartimento pequeno, feito de palha ou de tábuas, que esconde a fossa, repositório de matérias fecais.

As cidades têm, geralmente, uma rua principal, calçada com blocos irregulares de granito ou lajes de rochas xistosas. Nessa rua estão os principais edifícios — o da Câmara Municipal, Coletoria Federal, Telégrafo Nacional e a residência de pessoas gradas.

Não longe dessa rua, que tem quase sempre o nome dum político da localidade, fica a praça da Matriz, com uma velha igreja e um cruzeiro na frente, local onde se realizam as festas religiosas e tômbolas em benefício de obras pias.

Há também uma praça ou largo onde se faz a feira em determinados dias em que o povo das circunvizinhanças aflue, com a intenção de comprar e vender.

Fazem-se, então, transações de grande vulto; tudo se negocia, desde carrinhos de linha e peças de renda, até cargas de rapadura, bois e cavalos.

Há cidades afamadas pelo movimento das feiras.

Assim, a de Campina Grande é a maior da Paraíba; lá se encontra tudo quanto se produz no Estado. No Ceará é célebre a feira do Crato, onde são vultosas as vendas de rapadura, farinha e cereais. No Piauí são célebres as feiras de gado.

Nalgumas cidades já há iluminação elétrica, com energia obtida à custa de pequenos motores a oleo ou a gás pobre. Na maioria delas, só de longe em longe, há um poste que sustenta um lampeão de querosene ou um pequeno aparêlho para a produção de acetileno; ao anoitecer, o encarregado da iluminação acende os bicos, que se apagam por si mesmos algumas horas depois. Quando há luar, não se faz iluminação artificial.

Durante os dias, quase sempre faz muito calor; vêem-se poucas pessoas nas ruas, essas mesmas, sempre apressadas para fugir aos raios solares.

Às tardes, após o jantar, que se põe à mesa entre 15 e 16 horas, as famílias se reünem nas portas, sentadas em cadeiras, formando grandes rodas que impedem o trânsito pelas calçadas.

Às 21 horas as ruas já estão desertas; um viajante que chega tem a impressão de que a cidade está deshabitada. Fecham-se quase tôdas as casas e a população recolheu-se às rêdes.

Raros grupos de homens discutem sôbre política, jogam cartas, dama ou gamão.

Tal é, em linhas gerais, o aspecto da vida nas pequenas cidades do Nordeste.

*

NOTA

Como anunciou o BOLETIM, em seu número anterior, referente ao mês de julho, o Professor Sílvio Fróes Abreu, revendo a 1.ª parte da sua tese, publicada naquele número, fêz diversas anotações, com o objetivo de acrescentar. o que as recentes explorações revelaram acêrca dos recursos mineralógicos nordestinos.

Essas notas, cujas indicações locativas se referem à 1.ª parte da tese, inserta no BOLETIM de julho, são as que publicamos, a seguir:

Nota à linha 40, da pág. 19 — Êsses pegmatitos apresentam hoje uma grande importância na economia mineral do Nordeste. São os depósitos de estanho, berilo e tantalo de que falaremos adiante. Como se salientam na topografia sob a forma de elevações, receberam do povo o nome de "altos".

Nota à linha 16, da pág. 20 — Essas jazidas foram estudadas recentemente pela Divisão de Fomento da Produção Mineral; tendo se verificado que representam pequeno interêsse econômico. O teor médio do minério é muito menor do que se supunha ao tempo de Eusébio de Oliveira.

Nota à linha 22, da pág. 20 — O geólogo William Johnston que visitou recentemente êsse depósito refere que o cobre se origina de intrusões gábricas e o enriquecimento se limita aos contactos não parecendo ser jazida de grande vulto.

Nota à linha 33, da pág. 20 — Atualmente voltaram à atividade as jazidas de manganês da região de Bomfim, Campo Formoso etc. e outras foram descobertas em Djalma Dutra.

Nota à linha 36, da pág. 20 — A carência de estanho, mineral estratégico de capital importância, fêz com que se intensificassem as pesquisas nos pegmatitos staníferos da Paraíba. Hoje há grande produção de cassiterita retirada dos "altos" pegmatíticos na zona da Borborema, principalmente nos municípios de S. Juazeiro, Soledade, Picuí, na Paraíba, Acarí, Jardim de Seridó, Parelhas, etc., no Rio Grande do Norte. Além da exportação do minério concentrado, instalaram-se fornos que preparam o estanho metálico em Campina Grande e João Pessoa. A exploração dos pegmatitos ainda se faz por processos primitivos e só é compensadora porque também se estrae o berilo e a tentalita que corre conjuntamente. Só o alto preço dêsses minerais na época atual permite a exploração econômica dos pegmatitos do Nordeste.

Nota à linha 42, da pág. 20 — Os minérios de cromo da região de Campo Formoso e Santa Luzia estão sendo novamente explorados não obstante as dificuldades de transporte e o teor relativamente baixo dos minérios baïanos. Ùltimamente, as jazidas daquelas regiões foram estudadas por Capper de Sousa e pelo reputado geólogo norte-americano William Jonhston.

Nota à linha 9, da pág. 21 — A recente corrida aos minérios no Nordeste tem levado a grandes descobertas. Na região de Bruscas por ex. foram achados ricos aluviões auríferos e a despeito da carência de água, a exploração tomou grande vulto e atraiu milhares de garimpeiros.

Nota à linha 15, da pág. 21 — A intensificação geral da produção de ouro no Brasil afetou também essas regiões e hoje inúmeros garimpos na região de Jacobina estão em exploração intensiva produzindo quantidades apreciáveis de ouro.

Nota à linha 18, da pág. 21 — As jazidas de gípsita do Sul do Ceará, na encosta do Araripe também entraram em exploração há vários anos e produzem mineral semelhante ao do Rio Grande do Norte utilizado eficientemente em nossa indústria de cimento Portland e no preparo de gesso para estuque.

Nota à linha 30, da pág. 21 — Nos pegmatitos do Nordeste o berilo é o principal representante das pedras coradas. Nalgumas lavras há pedras suficientemente límpidas para emprêgo em joalheria porém na maioria dos casos a produção é de berilo industrial. Êsse mineral, quando é transparente e de côr azul recebe o nome de água marinha e tem grande valor. A grande produção do Nordeste entretanto é de berilo para a indústria. Êsse mineral está sendo largamente empregado nos tempos modernos, para melhorar as propriedades mecânicas de várias ligas empregadas em aparelhos de aeronáutica e bastam quantidades mínimas para produzir os efeitos desejados.

O Brasil é atualmente o mais importante produtor de berilo no mundo e a maior parte provém dos pegmatitos explorados no Nordeste, principalmente na região da Borborema, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Há 15 anos passados o berilo industrial quase não tinha cotação e não podia ser explorado com proveito.

Nota à linha 32, da pág. 21 — A produção de mica no Nordeste aumentou bastante porém não tomou incremento comparável ao do estanho, berilo, columbita e tantalita etc. Embora existente em abundância nos pagmatitos do Nordeste ela não é de qualidade apreciada, pelas fraturas e inclusões nocivas.

Nota à linha 50, da pág. 22 — Em 1940 foram descobertos importantes depósitos de sal gema nos arredores de Maceió e em Socorro, Estado de Sergipe. São camadas muito espessas jazendo a profundidades superiores a 900m descobertas no curso de perfurações em busca de petróleo. Em Sergipe o sal gema foi descoberto pela Companhia Itatig que organizou uma Sociedade para a fabricação de soda cáustica utilizando essa nova riqueza do sub-solo do Nordeste. Em Maceió o sal gema foi descoberto pelo Conselho Nacional de Petróleo.

Nota à linha 20, da pág. 23 — Quando foi escrita esta tese, há 14 anos passados, muitos dos minerais hoje explorados no Nordeste não eram ainda conhecidos ou representavam apenas curiosidade mineralógica. Daí a necessidade desta nota complementar, pondo o geógrafo ao par dos verdadeiros recursos naturais do Nordeste.

Tantalita e *columbita* — São minerais encontrados nos pegmatitos da Borborema e empregados em ligas especiais em que o tantalo entra como elemento para dar as propriedades peculiares ao produto. São minerais pouco disseminados, raros mesmo, e pelo seu valor, são exportados de avião para os Estados Unidos.

Fluorita — Foi descoberta uma grande jazida na região de Salgadinho, na Paraíba e outra em Cachoeira, Ceará. E' um fluoreto de cálcio, empregado como fundente, na metalurgia e fabrico de esmaltes e também utilizado na preparação do fluor e seus compostos. Até pouco tempo não se conheciam jazidas dêsse mineral no Brasil.

Bismuto — O bismuto metálico e seus compostos tem sido encontrado em pequena quantidade nalguns pegmatitos da Paraíba. E' relativamente raro e a produção é ainda pequena.

Cheelita — É um mineral estratégico de alta importância, fonte de tungstênio, metal muito empregado em aços especiais. A América no Norte se abastecia dêsse mineral nos países do Oriente mas em vista da situação atual o Brasil passou a ser o grande fornecedor de cheelita, aliás só muito recentemente descoberta nos contactos dos calcáreos na zona mineralizada do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Baritina — Mineral empregado no fabrico de tintas e compostos de barro. Em Santa Luzia na Paraíba foi descoberta uma importante jazida pela pureza do minério.

Magnesita — No Estado do Ceará foram descobertas importantes jazidas de magnesita nos municípios de Icó e José de Alencar, que por muito tempo passaram por calcáreos cristalinos. Alguns depósitos já estão em plena exploração, fornecendo produto para fabrico de tijolos refratários de grande emprêgo na indústria siderúrgica bem como matéria prima para fabrico de sais de magnésio (sal amargo, magnésia alba, etc).

Diatomita — A primeira referência a distomita no Nordeste do Brasil foi resultante dos estudos do autor na região de Tutoia. Além dum depósito de espongilito e diatomáceas, já conhecido porém estudado pela primeira vez por Fróis de Abreu, êste descobriu novas jazidas e descreveu-as em publicações do Inst. Nac. Tecnologia em 1935. Depois foram descobertos depósitos de diatomito em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí estudados por Capper de Sousa, Luciano Morais, Paulo Carneiro e Elpídio Luiz. É um produto que o Brasil poderá exportar tal a abundância dos depósitos da costa do Nordeste.

Ambligonita e *Spodumeno* — São minerais de litio até pouco tempo desconhecidos no Brasil. Encontram-se nos pegmatitos, no Ceará, em Cascavel e na região da Borborema na Paraíba.

Sal Gema — Como já referimos, no ítem relativo ao sal, foram descobertos importantes depósitos de sal gema no sub solo de Alagoas e Sergipe. Tal achado abre novos horizontes a indústrias de alto vulto, como a da soda cáustica e barrilha, representando por isso uma importante valorização dos recursos minerais do Nordeste.

Petróleo — As pesquisas efetuadas nos últimos quatro anos pelo Conselho Nacional do Petróleo e pela Companhia Itatig revelaram indícios veementes de petróleo no litoral de Alagoas e de Sergipe. É de esperar que a continuação dêsses trabalhos leve à descoberta de quantidades exploráveis, tal como aconteceu no Recôncavo da Bahia. O petróleo é, pois, um dos produtos minerais que no futuro poderá representar uma importante contribuïção à economia do Nordeste.

*

Do exposto se verifica que muitas jazidas novas apareceram logo que foram intensificados os trabalhos de pesquisa. Aqueles sertões agrestes da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará estão agora fornecendo um valor apreciável de minerais de maior importância para a guerra, sobretudo porque estão suprindo matérias primas de metais outrora importadas do Oriente, tais como o estanho e o tungsteno. Isso mostra como o Brasil ainda está pouco estudado pois mesmo regiões, como a do Nordeste, tão povoadas e já tantas vêzes visitadas por engenheiros, apresentam surpresas impressionantes, como as descobertas minerais dêstes últimos anos.

*

A Evolução da Geografia

Evolucion de la Geografia
Publicacion n.º 12 del Instituto Panamericano de Geografia e História — 2.º edicion. México D.F. — 1938.

Eng. PEDRO C. SANCHEZ
Diretor do Instituto Panamericano de Geografia e História

As duas ciências que têm por objeto o estudo do Globo terrestre, são a geologia e a geografia.

O sábio inglês Mackinder de Oxford define a primeira dizendo que é "o estudo do passado à luz do presente"; e a segunda, "o estudo do presente à luz do passado", caracterizando assim a sua estreita relação.

Desde a mais remota antigüidade o homem teve necessidade da geografia, já que satisfaz a necessidade mais essencial da natureza humana; fixar a lembrança dos lugares que nos rodeiam numa extensão variável com as nossas necessidades e com o nosso meio de locomoção.

Sem dúvida alguma, a imperiosa necessidade que obrigou o homem a emigrar em busca da vida, o fêz meditar sôbre a maneira de regressar ao lugar que abandonava, e procurar que relação guardava o referido lugar com o nascer e o pôr do sol, da lua e talvez de algumas estrêlas; e quando se tinha afastado apenas centenas de quilômetros, o aspecto variável do céu lhe sugeriu a idéia de considerar a terra em conjunto e relacioná-la com os astros que noite após noite via brilhar no firmamento.

O certo é que, desde a mais remota antiguidade, a geografia, considerada como a ciência da Terra se divide em duas partes: geografia regional e geografia geral.

A primeira, essencialmente descritiva, estuda a etnografia, as migrações dos povos, seus costumes e suas instituïções. O seu adiantamento é devido às guerras, sobretudo as conquistas dos grandes capitães como Aníbal e Alexandre, e aos imperadores romanos nos seus grandes empreendimentos de extensão territorial, cujo desenvolvimento Políbio e Estrabão nos deram a conhecer.

Quanto à segunda, se pode dizer que é criação dos filósofos naturalistas jônios, à frente dos quais se salienta Thales de Mileto.

Os seus trabalhos pricipiaram desde o século VI antes da nossa era, abordando importantes problemas da física terrestre: forma, dimensão e posição da Terra no espaço.

A ocupar-se de questões tão interessantes como a continuïdade dos oceanos, teoria das ondas climatéricas, origem dos rios, etc, com freqüência a verdade está misturada com grandes erros, causa do seu descrédito e do abandono do seu estudo.

Na antigüidade, êstes dois ramos da ciência geográfica avançam quase paralelamente, sem se tocar nem penetrar; e a geografia moderna aparece desde que se fundem, graças aos trabalhos de dois espíritos poderosos como Humboldt e Ritter.

A Geografia na Antigüidade

A astronomia, fundada na observação, é obra de Babilônia e Assíria, e a elas se deve a divisão do zodíaco em doze signos, o sistema de numeração e de medidas e a divisão do círculo.

As guerras de conquistas dos egípcios alargaram o seu horizonte geográfico, mas não passaram da Ásia Ocidental e do Nordeste da África.

Mais importantes são as viagens dos fenícios, pois êstes percorreram todo Mediterrâneo até o estreito de Gibraltar e navegaram nas costas do Atlântico até o país de Tarshis, onde fundaram a cidade de Gadir, hoje Cádiz; e seguindo para o Norte alcançaram as "ilhas do Estanho", as Cassitérides ao Sul da In-

---

A tradução para o vernáculo esteve a cargo do prof. Orlando Valverde, secretário Assistente do Conselho Nacional de Geografia.

glaterra. Das cidades fundadas pelos fenícios a mais importante foi Cartago, já que, pela sua preponderância, competiu com a política mercantil dos gregos e romanos.

Os trabalhos de colonização dos gregos no Mediterrâneo e as suas relações com outros povos navegantes, contribuiram para a ampliação do horizonte geográfico.

Sem a menor dúvida, os filósofos jônios foram os primeiros geógrafos científicos, distinguindo-se Anaximandro, o qual pela primeira vez construiu o mapa mundi.

Na Ásia Menor aparecem as primeiras especulações cosmográficas dos jônios, os quais sustentavam que a Terra era um disco redondo que flutuava sôbre um mar imenso; e na chamada magna Grécia, na baixa Itália, se discutiu a esfericidade da Terra sustentada pelos pitagóricos.

Entre os geógrafos conscientes da Antigüidade deve considerar-se Herodoto, o violento contraditor dos jônios, pois tanto pelas suas narrações históricas sôbre as guerras entre os gregos e os bárbaros, assim como pelas suas observações próprias, computou uma multidão de materiais geográficos de povos e países e corrigiu os erros dos mapas de então, dando à Europa uma extensão maior para o Norte e demonstrando que o Cáspio era um mar fechado, pois os seus antecessores pensavam que era um gôlfo do oceano.

As conquistas de Alexandre Magno deram a conhecer a Ásia Ocidental que percorreu vitorioso até à Índia, aumentando assim o horizonte geográfico dos gregos; e a cultura notável dêsse discípulo de Aristóteles fêz com que seus descobrimentos tivessem na antigüidade tanta importância para a ciência como os obtidos depois por Napoleão I no Egito.

Na Grécia logrou-se acumular todo material geográfico das novas observações, e já Aristóteles, 384 a 322 antes de J. C. tratou pela primeira vez da teoria da esfera.

Meio século depois de Dicearco, discípulo de Aristóteles, aparece Eratóstenes, o erudito diretor da biblioteca de Alexandria, autor de uma grande obra geográfica, na qual foram compilados e criticados todos os dados até então conhecidos, devendo-se a êle a primeira medida da Terra 230 anos antes de J.C.

O grande astrônomo Hiparco, de Nicea, no século II antes de J. C., critica as cartas de Eratóstenes, as quais julga terem enganos, e a execução de novas cartas foi abandonada até haver melhores dados.

A grande extensão do domínio romano reclamava novos e melhores mapas, e a isto se dedicou o historiador Políbio, 205 a 123 antes de J.C. A medição das províncias romanas seguindo o traçado das vias militares e a linha do litoral, e as descrições dos próprios países, lhe subministraram abundantes elementos para a exposição da ciência geográfica. O seu trabalho foi principalmente de geografia descritiva, sem abandonar as representações cartográficas.

Uma posição intermédia adotou Estrabão de Amásia, pois participava com Políbio da prevenção contra Eratóstenes e Hiparco, sobretudo contra a geografia matemática; mas apesar da sua antipatia por aqueles autores, foi um verdadeiro eclético, e passou decididamente para o lado dos comentaristas de Homero.

A partir de Políbio, a geografia da esfera terrestre ficou estancada e foi substituída pela descrição dos países, abandonando as dissertações matemáticas e físicas, até o aparecimento de Possídonio de Apamea nos princípios do I século antes de J.C..; e graças aos seus ensinamentos as questões matemáticas da geografia não foram então completamente abandonadas, e no começo do século II da era cristã já se dá grande importância a tais estudos sob a influência de Marino de Tiro, o seu mais célebre cultivador.

O seu continuador foi Cláudio Ptolomeu de Alexandria, que deu grande importância às representações cartográficas, pela invenção de novos sistemas de projeção.

O grande progresso da geografia foi devido à dominação romana no mundo antigo, pois que as suas ações militares, políticas e administrativas trouxeram o conhecimento direto e a exploração dos países conquistados.

Devem citar-se dessa época a *Corografia de tôda a Terra* de Pompônio Mela e a obra de Plínio Velho intitulada *Historia Naturalis*.

Na verdade tôdas estas obras são resumos cuidadosos com algumas observações isoladas.

A idéia dos pitagóricos sôbre a esfericidade da Terra triunfou sôbre a concepção dos filósofos jônios, já que explicava mais satisfatòriamente as questões que se debatiam nas escolas filosóficas gregas, sobretudo as que se relacionavam com ó movimento dos astros, especialmente do Sol, e com as ondas climatéricas; mas ao mesmo tempo surgiam novos problemas, como o da determinação das dimensões da esfera terrestre; e relacionado com êste se discutia a configuração, posição e especialmente o tamanho do "Ecumeno".

Segundo Estrabão, o continente conhecido estava rodeado de água por tôdas as partes, e análogas massas terrestres podiam existir em outros lugares da superfície terrestre, como ilhas maiores ou menores que jaziam repartidas pelo único oceano que imaginava.

Também se discutia a idéia de que as terras formavam um grande sistema continental, unidas entre si, embora em muitas partes as uniões fôssem estreitas pontes de terra, à maneira de istmos, porém suficientes para manter a continüidade da massa continental; e os oceanos, apesar das suas dimensões, seriam verdadeiros mares interiores fechados.

Uma criação puramente poética é a tradição da ilha "Atlantida", que relata Platão no *Dialogo de Timeu e Crítias* aonde afirma que deveu existir anteriormente à abertura das colunas de Hércules e que era maior do que a Líbia e a Ásia.

A possibilidade de que estivessem habitadas outras partes do mundo, estava em estreita relação com as condições climatéricas da Terra ou teoria das zonas, conseqüência da repartição do calor solar, pois se admitia a intensidade progressiva do frio para o Norte e do calor para o Sul, aceitando zonas de transição, o que levou Hiparco a admitir 4 regiões climatéricas: uma fria, uma temperada, uma quente e outra tórrida.

As águas continentais foram também objeto de investigação dos filósofos da Antigüidade, estudando os rios sobretudo nos terrenos calcáreos, aonde muitas vêzes êles desaparecem por infiltração para tornar a aparecer em outros lugares. Os mananciais foram também objeto das suas especulações, sobretudo os quentes, cuja elevada temperatura era atribuída ao fogo interior da terra ou ao contacto com a cal viva.

Os mares e os seus caracteres eram conhecidos sòmente nos domínios continentais, e o mais estudado foi o Mediterrâneo. O Oceano Atlântico era sòmente uma porção do oceano, assim como o índico.

Acreditava-se que o fundo dos mares era como o solo dos continentes, com as suas montanhas e vales, e se aceitava para a sua profundidade de 10 a 50 estádios. Havia-se reconhecido a maior densidade das águas salgadas, mas sem determinar a quantidade de sais. A idéia de Arquimedes de que as águas tomam em tôda parte o mesmo nível tinha sido desprezada, e Eratóstenes sustentava que o Mar Vermelho estava mais alto que o Mediterrâneo, razão pela qual se havia abandonado o projeto de um canal que comunicasse os referidos mares, sobretudo por temor de inundar o Egito.

Explicavam-se as correntes marinhas pela diferença de nível das águas oceânicas, e como muitas correntes se dirigiam para o Sul aceitava-se a maior altitude das regiões septentrionais. As correntes alternativas dentro dos estreitos eram atribuídas às altas e baixas marés, que se julgava serem devidas à atração do sol e da lua, e supunham que a sua influência se exercia por meio da pressão atmosférica sôbre a superfície das águas, produzindo o reflexo e imediatamente o fluxo.

A Geografia na Idade Média

Esta Idade se caracteriza por uma decadência em tôdas as ciências: e no que se refere à Geografia não teve um desenvolvimento progressivo, pois todos os trabalhos foram antes reproduções das compilações dos clássicos; mas desde o século XIII o horizonte geográfico se foi alargando devido a novos descobri-

mentos, que embora de pronto não contribuiram para a renovação e a transformação das idéias geográficas, serviram para produzir um adeantamento sério na cartografia.

Foi preponderante a influência do cristianismo sôbre a concepção medieval do mundo e da cultura; e a Bíblia foi o livro básico da fé e da sabedoria. As teorias dos antigos eram aceitas sempre que não estivessem em contradição com as opiniões bíblicas, e o capítulo do Gênesis que fala da Creação, serviu de motivo para dissertar sôbre o aspecto físico da Terra.

Na realidade, tôdas as questões se reduziam, no fundo, a uma interpretação mais ou menos engenhosa da Bíblia, em cujo livro viam confirmados os autores as suas próprias idéias.

No século XIII se verifica uma transformação, por haver chegado ao Ocidente as fontes originais gregas, na sua maior parte em forma de traduções latinas, especialmente os trabalhos de Aristóteles. A sua geografia foi a dos escolásticos adaptada às concepções cristãs, aceitando, mediante crítica, as estranhas idéias dos comentaristas árabes. O escolástico mais eminente foi Alberto o Grande (falecido em 1280), que divulgou a doutrina dos filósofos gregos por meio de comentários e paráfrases sôbre cada assunto, compondo tantos livros quantos havia escrito Aristóteles.

Na segunda metade do século XV foi recuperada a geografia de Ptolomeu, já conhecida pelos árabes com o título arábico de Almagesto, que constituiu o fundamento da astronomia medieval e da geografia matemática.

Nos primeiros séculos da Idade Média não se divulgaram notícias de grandes viagens nem de descobrimentos; e as primeiras informações de importância se devem a Adão de Bremen, o erudito diretor da Escola capitular dessa cidade, sôbre as comarcas septentrionais.

Sôbre as ilhas Färöe, que por um século foram residência de anacoretas irlandeses nos informa o monge irlandês Dicuil; e pelo ano de 900 Günndjorn foi desviado da sua viagem à Islândia e impelido para o Oeste, chegou a um país novo e desconhecido, que não poude explorar.

Um decênio depois tornou a encontrar êste país Erich, o vermelho, e o chamou Grönland (terra verde) para atrair colonos com o reclame do título. Três anos durou Erich nêstes lugares e reconheceu a costa desde o cabo Farewell até o estreito de Davis.

As viagens à Groenlândia foram a causa do descobrimento das costas americanas. Leif, filho de Erich, o vermelho, desejando encurtar a viagem desde a Noruega até a Groenlândia, evitou tocar na Islândia, mas errou o rumo e depois de grandes rodeios chegou a uma terra desconhecida aonde crescia espontâneamente o trigo e a vinha e havia árvores que se chamavam "masur". Êste país era já conhecido do Adão de Bremen que lhe havia pôsto o nome de Vinlan.

Anos mais tarde, Thorfinn Karloevne foi da Islândia à Groenlândia e daquí foi em busca da terra descoberta por Leif, e avançando para o Sul chegou a uma costa que se supõe ser o Labrador, que chamou Helluland (país das rochas), e depois a outra que denominou Markland (país de selvas), a atual Terra Nova, e seguindo ao longo do litoral acertou com aquele país aonde cresciam espantâneamente o trigo e a vinha.

Mais importantes do que as viagens anteriores devidas aos normandos, foram as realizadas no Oriente.

Embora as Cruzadas pusessem em comunicação o ocidente e o oriente, o Extremo Oriente continuou incognito até que os Khans mongóis entraram em relação com os países ocidentais.

Entre os grandes viajantes da Ásia deve citar-se em primeiro lugar a Giovanni Piano di Carpini, que por encargo do Papa Inocêncio IV seguiu para Batuchan; mas as viagens mais importantes da Ásia no século XIII foram as do veneziano Marco Polo, que foi quem deu as notícias mais seguras e autênticas sôbre o império do Cathay.

A sua brilhante descrição sôbre a opulência das cidades chinesas e de portos tão importantes como o Zaiton, a atividade dos seus habitantes e as riquezas naturais dos países do Oriente, assim como a possibilidade de difundir o cristianismo e expandir o comércio, excitaram a cobiça dos contemporâneos de Marco Polo, os quais decidiram fazer novas viagens àqueles lugares.

Em 1289, o missionário João de Montecorvino, por encargo do Papa, esteve na Pérsia e na China e por cartas deu a conhecer as observações que fêz especialmente na Índia, que chamou Maabar, e na China.

Talvez de maior importância foram as viagens do veneziano Nicolo Conti que deu a conhecer a Ásia Meridional. Passou por Damasco, Bagdad e Ormuz, chegando à Índia, e finalmente às ilhas da Sonda e Clampa (Cambodge), e regressou pelo Mar Vermelho e Alexandria, rota que seguiam os cristãos que iam à Índia, mas que foi fechada pelos mamelucos.

O continente africano foi pouco explorado por causa das dificuldades devidas aos seus desertos e ao seu clima; e com exceção da região do Nilo e a zona da costa, era muito pouco conhecido naquela época.

As ilhas Canárias eram já conhecidas na Antiguidade com o nome de "Ilhas dos Afortunados"; mas como ninguém as havia visto, aos italianos se deve o seu novo descobrimento no último têrço do século XIII.

Os árabes que tinham aparecido no século VII, depois da morte de Mahomet começam a tomar um grande incremento, e durante várias centúrias desempenham um importante papel na história do mundo mediterrâneo, já que dominaram todos os países do norte da Africa e na Ásia até o Cáucaso e a Pérsia.

A consolidação do império muçulmano num território tão extenso, exigia para os efeitos administrativos um conhecimento preciso de povos e países; e, semelhantemente aos romanos, atenderam ao aspecto prático da geografia descritiva, e reuniram todos os dados relativos às diversas porções do seu território.

A igualdade de crenças em todos os países conquistados formava um vínculo de união e a peregrinação à Meca, obrigatória para todos os fieis, exigia um conhecimento exato do itinerário àquela cidade, e daí a estima concedida à geografia, que se baseava num fundamento religioso.

Notável foi a cultura dos árabes, pois além da geografia se dedicaram à filosofia e à matemática para cujos estudos demonstraram ter grandes aptidões; e os califas fomentaram todos os estudos científicos fundando escolas superiores e observatórios e protegendo aos homens que se dedicavam a tais trabalhos.

Ao século IX pertence a obra de Ibn Fosslan que descreveu o Império russo e os povos que o integravam. A Cardadbeh devemos um itinerário das grandes rotas comerciais, com expressão das suas paradas e distâncias, e além disso, uma cosmografia na qual se ocupa da forma esférica da Terra, e da natureza insular do "Ecumeno", situado no quadrante septentrional do planeta, segundo a concepção dos gregos. Ibn Haukal, no mesmo século, descreveu com grande perfeição os países maometanos e a animada vida comercial das suas cidades; mas a obra mais notável é a de Massudi (957) intitulada *Prados de ouro e minas de pedras preciosas,* que é uma compilação das obras anteriores.

O geógrafo mais notável do século XII é Edresi, o qual construiu um globo celeste e um mapa mundi de prata. Das suas obras geográficas se conserva uma descrição do mundo na qual se ocupa principalmente de Ásia e África e dedica uma parte à Europa estudando o que é hoje a Espanha, França, Países Baixos, Alemanha, Irlanda, Suécia, Finlândia, Rússia, mencionando as suas cidades mais importantes.

De todos os árabes, o que visitou mais países foi Ibn Batuta. Esteve no Egito, Pérsia, Costa Oriental da África, Ásia Menor, Índia, grandes ilhas da Sonda e China.

O horizonte geográfico dos árabes não foi superior ao dos cristãos do ocidente; porém cultivaram a geografia científica no seu aspecto mais profundo e transcendental; e no que se refere à geografia física reuniram uma multidão de observações e realizaram a medida em graus do meridiano tendo em vista os escritos dos geógrafos gregos, aceitando para o grau o valor de 56 2/3 de milha.

Os mapas medievais

Todos os mapas se apoiavam nas antigas idéias sôbre a forma da Terra, supondo-a um disco redondo, idéia aceita pelos cristãos, porque nos textos da Bíblia se aludia a esta mesma figura da Terra; não obstante, alguns exegetas lhe davam uma figura quadrangular.

Os mapas incluídos dentro de quadrados aparecem também no ocidente. Alguns são análogos ao esquema de Cormas com traçado retilíneo; em outros estão os ângulos arredondados; outros mostram já a linha de costas com alguns acidentes como a carta Cottoniana pertencente ao Codex de Prisciniano do Museu Britânico. Muito difundidos eram os mapas circulares, às vêzes em forma de oval, tipo que continuou até os últimos tempos da Idade Média.

Os mapas grandes estavam cheios de extensas legendas e repletos de pequenas circunferências nas quais se faziam indicações sôbre a natureza dos países e seus habitantes, govêrno dos mesmos, usos e costumes e se aludia a maravilhosos animais e sêres humanos monstruosos.

O conteúdo de todos êstes mapas procede dos mais antigos cosmógrafos; porém já a partir do século XIV aparecem os novos descobrimentos, como no mapa mundi do italiano Petrus Vesconte desenhado para a grande obra das Cruzadas.

Devem citar-se além dêsse o Atlas Marítimo dos Medicis de 1351, que se encontra na Biblioteca Laurentiana de Florença.

A carta catalã de 1375 da Biblioteca Nacional de Paris, representa uma franja recortada do mundo, que é imaginado de forma redonda e contém a Europa, África e Ásia até as costas orientais do Oceano.

A carta genovesa de 1447 da Biblioteca Nacional de Florença, de forma elíptica, atribue ao "Ecumeno" uma extensão maior de oeste a leste naquela figurando dados que não têm os mapas ptolomaicos.

Os mapas mais notáveis são os conhecidos com o nome de cartas de compasso, chamados também "Portulanos", que foram executados por cartógrafos italianos no princípio, e depois foram construídos também pelos catalãs, gregos, franceses e inglêses. Atendiam de preferência à linha das costas, que descreviam com uma grande série de nomes de localidades, enquanto que o interior, ou estava completamente vazio, ou se preenchia indicando aproximadamente o curso dos rios, montanhas e cidades importantes.

Uma das características destas cartas era a disposição sistemática da rêde de linhas cruzadas que constituiam a trama do mapa, embora carecesse propriamente de projeção. Do centro do mapa partiam dezesseis raios de uma rosa dos ventos para outras dezesseis rosêtas que se agrupavam em redor daquela formando uma circunferência. Estas linhas de orientação permitiam ao navegante vêr fàcilmente no mapa o seu roteiro; e também se podia determinar a distância percorrida desde a estação de partida até o lugar da costa em que se achava, por meio de uma escala graduada em milhas que levavam todos os mapas.

As costas do Mediterrâneo foram muito interpretadas pelos italianos; mas não assim as do Atlântico que foram medidas com uma unidade diferente, maior que a usada pelos italianos, os quais aproveitaram os dados de outras nações sem levar em conta o valor da milha.

Tôdas estas cartas de compasso, desde as mais antigas do século XIII até as modernas do século XVII, são quase idênticas no seu desenho e na nomenclatura, e persiste o êrro de orientação de um rumo de bússola, sem considerar as variações seculares da agulha magnética.

A declinação magnética já era conhecida antes de Colombo mas não nos séculos XIII e XIV. Naquela época dominava para os países mediterrâneos uma declinação oriental, por isso que tôdas as cartas de compasso estão orientadas falsamente: a região leste parece deslocar-se para o norte e para que ficassem no seu verdadeiro lugar tinha-se que fazer uma rotação de 11º1/4 que era o êrro de orientação.

A Geografia na época dos grandes descobrimentos, até meados do século XVII

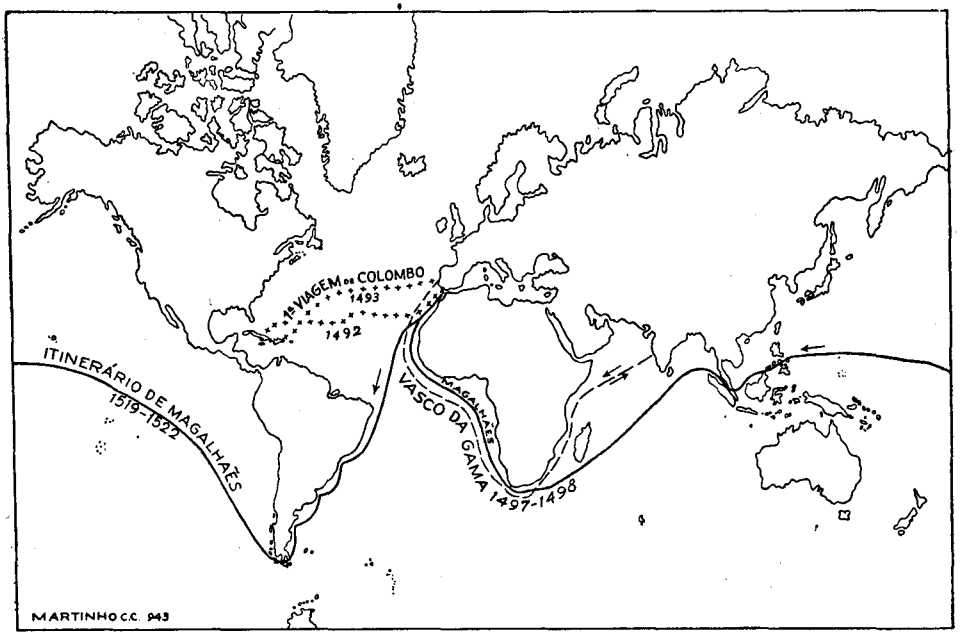
Os produtos da Índia foram sempre um estímulo para o comércio, razão pela qual ela sempre esteve em contacto com os países do ocidente; mas desde o século VII o acesso à referida região sofreu a interferência das potências muçulmanas, especialmente dos sultãos do Egito, para aproveitar por sua conta os benefícios mercantís e explorar o ativo comércio de trânsito. Tal foi a razão por que se buscaram outras rotas para chegar à Índia.

Já desde a remota Antiguidade se acreditava poder-se chegar à Índia navegando ao redor da África, em direção ao sul; mas nas viagens que se tinham tentado até a Idade Média, só se haviam reconhecido as costas ocidentais do Continente sem lograr passar do Cabo Bojador, que por tal motivo foi chamado "Caput finis Africae"; e ao príncipe Henrique o navegante se deve o conhecimento das costas africanas do oeste.

A rota marítima do ocidente aberta por Colombo, excitou os ciumes de Portugal, e por tal motivo se pensou estender a preponderância lusitana no oriente; e como já não se duvidava da possibilidade de chegar à Índia pelo leste, foi comissionado o insigne Vasco da Gama para realizar tal emprêsa.

Em março de 1497 fez-se à vela desde Lisboa, passou em novembro pelo Cabo de Boa Esperança, e a 20 de maio de 1498 chegou à Calicut no litoral ocidental da Índia.

O êxito desta viagem animou aos portugueses e os decidiu a disputar a Índia aos comerciantes árabes, fazendo uso das armas, encomendando para tal emprêsa a Pedro Álvares Cabral, que, arrastado pela corrente sul-equatorial, se desviou para oeste e por esta razão sem querer chegou ao Brasil, ao qual chamou ilha de Vera Cruz.



As grandes viagens do século XVI

Em 1502 voltou por segunda vez, Vasco da Gama à Índia, regressando com um rico tesouro e o seu sucessor Francisco D'Almeida foi o primeiro vice-rei da Índia, o qual começou por destruir o comércio arábico-egípcio, batendo a esquadra egípcia e vencendo-a na batalha de Dru em 1508. O seu sucessor, Afonso de Albuquerque assegurou a dominação portuguêsa na Índia e com a ocupação da ilha de Socotorá fechou aos árabes e aos venezianos o caminho da Índia.

Em 1515 chegaram os portugueses á China, em cujas costas se apresentou Fernando Peres de Andrade com uma grande esquadra, tendo ocupado a ilha Formosa; e o piloto Mendes Pinto chegou até ao Japão, aonde Francisco Xavier intentou difundir o cristianismo.

A idéia de que as costas orientais da Ásia podiam ser alcançadas desde as costas ocidentais da Europa era muito antiga; e também se suspeitava na antigüidade a possibilidade de encontrar uma nova parte do mundo entre as costas orientais da Ásia e as ocidentais européias.

Na Idade Média não se encontra nenhuma nova opinião sôbre êste assunto, mas se pensava que o oceano estava cheio de pequenas ilhas, que em parte se julgava conhecer e se representavam nos mapas com nomes imaginários.

Se Colombo foi o verdadeiro descobridor do Novo Mundo, deve-se honrar a memória do seu descobridor intelectual, o florentino Paolo del Pozzo Toscanelli, pois em carta dirigida ao confessor dos reis portugueses, Fernando Martínez, expunha Toscanelli detalhadamente como se podia chegar com facilidade ao "País das especiarias" seguindo a rota ocidental. Uma cópia desta carta foi enviada a Colombo em 1479, acompanhada de um mapa que leva o seu nome e infelizmente não foi conservado.

A carta de Toscanelli não teve êxito, como também não o tiveram as gestões de Colombo com o rei de Portugal, razão por que Colombo abandonou êste país e foi para a Espanha. O prior frei João Peres, do convento de Santa Maria de lá Rábida, acreditou em Colombo, deu-lhe sua proteção e por sua mediação as suas petições chegaram à Côrte, aonde a rainha Isabel lhe facilitou os fundos necessários para a sua atrevida emprêsa.

Colombo zarpou do pôrto de Palos a 3 de agôsto de 1492 e a 12 de outubro chegou a uma das ilhas Bahamas que os indígenas chamavam Guenehemí, e que o descobridor batizou com o nome de S. Salvador.

O êxito de Colombo despertou a cobiça das nações, e logo as expedições, ávidas de descobrimento, se sucederam sem interrupção.

Num período de trinta anos, de 1492 a 1522 sucederam-se descobrimentos verdadeiramente transcendentais: em primeiro lugar, Cristóvão Colombo, que descobriu a América, julgando haver chegado á Ásia oriental; Vasco da Gama, que percorreu a costa ocidental da África e chegou às ribeiras da Índia. Vespúcio e Pinzón percorrem a costa septentrional da América do Sul; Cortez chegou ao México: Cabot toca o Labrador e Terra Nova e por último, a expedição de Magalhães efetuada de 1519 a 1525, realiza a primeira viagem de circunavegação do mundo, dobrando a ponta extrema da América do Sul. Em trinta anos, o horizonte geográfico que não passava de 60° de latitude por 100° de longitude, abrange a Terra inteira.

O interior da América foi conhecido com grande lentidão, porquanto o seu conhecimento era o resultado das campanhas de conquista que pouco a pouco iam permitindo aos espanhóis Fernão Cortez, Francisco Pizarro e Diogo de Almagro tomar posse do país.

Nos anos de 1539 a 1542 empreendeu Fernando de Soto uma marcha atrevida desde a Flórida, pelos estados meridionais daquilo que são hoje os Estados Unidos, explorando o Mississipi, cuja desembocadura já havia descoberto antes Alonso de Pineda.

Francisco Vásquez Coronado em 1540/42 realizou uma campanha em busca das famosas sete cidades de Cibola e do Reino de Quivira.

Sebastião Cabot, então a serviço de Espanha, em 1527 explorou o estuário do Prata e recomendou os rios Paraná e Paraguai.

Gonzalo Jiménez de Quesada remontou em 1537 o rio Madalena e depois de realizar a conquista do reino dos Chibchas, assentado na meseta de Cundinamarca, fundou a cidade de Santa Fé de Bogotá.

Pedro de Valdívia se dirigiu desde Cuzco até o Chile, fundando a cidade de Santiago, em 1541, Valparaizo em 1544 e Valdívia em 1552.

Francisco de Orellana navegou em 1541/42 pelo rio Napo e o Amazonas até ganhar a foz. A maior parte destas expedições tinham por objeto ir em busca do "Eldorado".

Desde princípios do século XVII se foram conhecendo algumas costas do continente australiano, mas aos holandeses se deve principalmente o descobrimento da Austrália.

O conhecimento das extensas comarcas do norte da Rússia e Ásia foi muito deficiente na Antiguidade e na Idade Média, porque a maior parte da Rússia estava no século XIII nas mãos das hordas de nômades asiáticos, que tinham fundado o "Reino da horda de ouro", e sòmente em 1401, quando o mongol Timiur conquistou êste reino, puderam pensar os príncipes russos em estender a sua soberania aos países que estavam dominados pelas tribos uraloaltaicas. A João IV, o terrível, se deve o restabelecimento da ordem e a comunicação com o ocidente europeu, permitindo assim o acesso da cultura.

Os ingleses por iniciativa de Sebastão Cabot tentaram achar passagem pelo nordeste e chegar à Cathay dando volta ao norte da Europa e Ásia. O Czar acolheu esta emprêsa com gôsto que foi para a Rússia de grande significação, e a "Companhia Moscovita", que assim se chamou a socieadade inglêsa, foi favorecida pelo Govêrno e a exploração das terras da Sibéria, situadas do outro lado dos Urais, foi então combinada com uma companhia de conquista.

Também foram visitadas e percorridas pelos cossacos as costas do mar Glacial, e o cossaco Dejnov foi o primeiro que dobrou o cabo Nordeste da Ásia em 1648.

Os novos e importantes descobrimentos mudaram o fundamento das concepções cosmográficas admitidas na Antiguidade e na Idade Média. O conhecimento do outro hemisfério da Terra e de novas regiões com outra natureza distinta, fizeram surgir novas teorias. Na construção dos novos mapas para representar as novas terras descobertas se procedeu com muita cautela, e tôdas elas eram situadas como terras isoladas rodeadas pelas águas, enquanto que o litoral do oriente asiático se conservava invariável com a sua fisionomia tradicional conforme a representação formulada por Behaim.

A idéia de que tôda a América era um continente independente, tinha sido aceita pelos cosmógrafos do centro da Europa, antes de o ser pelos marinheiros práticos e as pessoas dedicadas aos descobrimentos.

As terras novamente descobertas não podiam ser incluídas no esquema preferido pelos antigos da divisão do globo em três partes (Terra tripartita) e tinha-se a necessidade de se aceitar uma nova quarta parte (Terra quadripartida).

A designação dêste novo país com o nome de Colombo teria sido um ato de justiça; mas a figura do descobridor tinha ficado obscurecida desde o fracasso da sua segunda viagem, e em compensação se havia exaltado a figura de Américo Vespúcio, cujos relatos das suas viagens foram muito lidos no estrangeiro, principalmente na Alemanha, e Martin Waltzemüller num folheto intitulado *"Cosmographiae introductio"* datado de 25 de abril de 1507 pôs pela primeira vez a estas terras descobertas o nome de Vespucci, denominação que se propagou imediatamente.

Era pois natural, com os novos descobrimentos e a nova concepção do mundo, que a cartografia tomasse um grande incremento; e como veio o descobrimento da imprensa, multiplicaram-se as edições de Ptolomeu com cartas cada vez mais aperfeiçoadas.

Na Itália, na França e na Alemanha aparecem cartógrafos à altura dos conhecimentos da época, superando-lhes a Holanda, com Gerhard Kremer, conhecido com o nome de Mercator, o qual inventou os principais sistemas de projeção.

Em 1573 Ortelius inaugurou as grandes coleções de cartas modernas com o seu *Theatrum Orbis*.

Na carta da Holanda, editada por Mercator em 1585, encontra-se medida pela primeira vez a profundidade dos mares. Os descobridores da América observaram as correntes marinhas e as marés, reconhecendo as suas causas.

Deve citar-se, como notável, a cosmografia de Sebastião Münster, o primeiro modêlo das descrições racionadas do Globo terrestre.

O renascimento assinala para a geografia, assim como para tôdas as ciências, uma época nova: é a idade das grandes viagens, que dão a conhecer novos mundos e grandes descobrimentos científicos. Caracterizam-no três grandes fatos: 1.º, o alargamento prodigioso do horizonte geográfico; 2.º, um grande desenvolvimento da geografia; e 3.º, o progresso das ciências físicas auxiliares da geografia.

O progresso da geografia regional descritiva foi, pois, de importância no renascimento, mas não progrediu o que devia, pela falta de contacto com a geografia geral. Esta, na aparência desprezada, ressurge no século XVII com novas teorias na admirável obra de *Geographie Generalis* de Varenius, que pode ser considerado como precursor de Humboldt.

A Geografia no período de 1650 a 1800

O Mar do Sul e os territórios antárticos tinham sido explorados medianamente. Os holandeses e sobretudo os ingleses desenvolveram nestas regiões uma grande atividade. Deve-se citar em primeiro lugar o pirata Guilherme Dampier, que por causa de suas excursões tinha logrado conhecer a costa americana e o Mar do Sul. Numa grande viagem que fêz a cargo do govêrno inglês encontrou no litoral noroeste da Austrália as ilhas que têm o seu nome e realizou vários descobrimentos na costa setentrional da Nova Guiné.

A parte principal nos descobrimentos do Mar do Sul, assim como a solução de muitos problemas geográficos, corresponde ao inglês James Cook, que descobriu a costa oriental da Austrália, o afastamento do pretendido continente austral, a separação da Ásia e da América, assim como o descobrimento de numerosas ilhas do Pacífico, modificou a idéia da repartição dos continentes e fixou a proporção entre os mares e as terras.

Antes que Cook se dirigisse ao estreito de Bering e fornecesse com isto a prova da separação dos dois continentes, já se havia dobrado o Cabo Oriental da Ásia em duas ocasiões: a primeira com a atrevida viagem do cossaco Dejnov (1648) e a segunda com Bering. Na expedição dirigida por êste último figuraram também dois exploradores alemães, o historiador Frederico Müller e o químico Jorge Gmelin.

Em meados do século XVII se adquiriu um conhecimento completo do Japão graças à expedição de Jean François de Calaup, conde de Lapérouse, por encargo de Luiz XVI.

Lapérouse chegou às Filipinas e pelo estreito da Coréa entrou no mar do Japão, que cruzou a pouca distância da costa asiática até a Mancha da Tartária, que separa Sakalina do continente. Descobriu a parte meridional desta ilha e passou entre ela e a de Yeso pelo estreito que tem o seu nome.

A presença dos russos na Ásia como descobridores e colonizadores tornava necessárias algumas explorações nos países conquistados. Vários alemães a serviço dos russos se dedicaram a esta tarefa; e entre êles se distinguiu Peter Simon Pallas, de Berlim, o qual depois de longas viagens feitas de 1768 a 1774 deu a conhecer os países da Ásia Central, o Mar Cáspio, os Urais meridionais, os montes Daurski e o Cáucaso, sendo notáveis os seus escritos pela importância geográfica que lhes soube dar.

Os jesuítas conseguiram penetrar no Tibet, e Grüber e Derville chegaram a êste país desde Pekim, e depois de cruzar o interior da China, chegaram à cidade santa de Lhasse e atravessaram o Himalaia.

Na região da Ásia dominada pela Meia Lua não se permitiu a entrada dos cristãos, e por isso a Ásia interior ficou como país incógnito.

Na África, os descobrimentos se sucederam com muita lentidão e só se exploraram os países próximos ao litoral. Como o estímulo principal era encontrar ouro, ante o fracasso das expedições, só os missionários se aventuraram e com grande valor percorreram comarcas perigosas povoadas por gentes temíveis. O médico holandês Olfert Dapper oferece um estudo de conjunto sôbre o resultado das explorações realizadas no século XVII na sua obra intitulada *Descrição ilustrada dos países do Norte da África.*

Passada a época dos grandes descobrimentos, inicia-se em meados do século XVII uma paralização geral das explorações que chega até os tempos de Cook, e igual estancamento se nota também na América; é a época da ocupação política.

Os holandeses, ingleses e franceses repartiram entre si sua possessão contra os espanhóis que dominavam principalmente no México, América Central e América do Sul, embora conservassem uma parte da Flórida.

Sôbre a ilha de Manhattan, que Hudson havia descoberto em 1609, fundaram os hodandeses em 1612 sua primeira colônia, Nova Amsterdam, que em 1664 caiu em poder dos ingleses a mando do duque de York, pelo que se chamou Nova York.

Os ingleses já tinham tomado posse em 1584, por obra de Walter Raleigh da Carolina no Norte, que depois foi chamada Virgínia.

Até 1606, as Sociedades de Londres e Plymouth puderam estabelecer-se no país para colonizá-lo. Os primeiros êxitos trouxeram novos colonos: em 1634 foi fundado Maryland, e, em 1620, o Massachusetts; Pennsylvânia se fundou em 1681; e pouco depois aparecem Nova Jersey e Delaware. Pela mesma época os franceses colonizam o Canadá e fundam Quebec em 1608; mas em 1759 abandonaram tudo que conquistaram aos ingleses.

A guerra de independência contra a Inglaterra sustentada de 1773 a 1782 produziu a poderosa nação que hoje forma o que se chama Estados Unidos da América do Norte.

Na América do Sul os portugueses disputavam o terreno aos espanhóis, dominando a região que hoje é o Brasil. O único acontecimento de importância na exploração dos países da América do Sul, foi o dos trabalhos de medição do grande meridiano, realizado pelos franceses no Perú no segundo terço do século XVIII.

Nos séculos XVII e XVIII efetuaram-se grandes descobrimentos: Halley prepara a primeira carta dos ventos e esboça a teoria dos alíseos; Snellius faz uso das triangulações para o levantamento de planos; o barômetro inventado por Torricelli, serviu a Pascal para as famosas experiências do Puy de Dome, que contêm o princípio da medida das altitudes. Porém o mais notável é a aparição de uma boa ciência: a geologia. Os primeiros geólogos, Buffon, Hurtton, Deluc, Leopoldo de Buch, ocuparam-se quase exclusivamente dos fenômenos considerados atualmente como da geografia física.

Ao mesmo tempo a geografia matemática tem um grande desenvolvimento. À França toca a honra de ter inaugurado a nova série de invenções na medição do arco de meridiano entre Paris e Amiens efetuada por Picard (1667/1670), considerado, com razão, como o criador da geodésia; e com os trabalhos de igual índole de Maupertuis na Lapônia (1735/1739), e os de La Condamine no Perú. Nesta época o engenheiro Cassini começa a obra colossal da primeira carta topográfica da França na escala de 1:80 000.

Até aquí, a geografia tinha sido obra de estudo, e não chama a atenção do público. A geografia de Kant, o único livro que no século XVIII responde às idéias de Varenius, consagra um capítulo às curiosidades naturais.

Estas tendências subsistem até que Humboldt demonstra que a geografia é, antes de tudo, a ciência da vida física e orgânica na superfície do Globo, e com os trabalhos de Ritter.

Humboldt fundou os métodos de observação em quase tôdas as divisões da geografia física, e é o criador da geografia botânica.

A êle se deve que a geografia seja uma ciência original, e não como antes era um composto de ciências físicas e biológicas. Ninguém como êle mostrou como o homem depende do solo, do clima, da vegetação, como a vegetação é função dos fenômenos físicos, e como êstes dependem uns dos outros.

A Geografia no século XIX

A face da Terra ao principiar o século XIX pode-se dizer que era conhecida nos seus aspectos principais. Nos mapas aparecem já as diversas partes dela com os seus contornos característicos e sua posição sôbre sua superfície era exata. Tal adeantamento foi devido à navegação, por causa da facilidade relativa das viagens por mar, e a maior velocidade e segurança que com ela lograram os exploradores.

Em compensação, o interior dos continentes estava pouco conhecido, e até meados do século XIX os descobrimentos foram contados; mas a partir desta data desenvolve-se o espírito de colonização das potências, e a sua indispensável expansão os obriga o executar extensas explorações, rivalizando entre si, princi-

palmente ingleses, franceses e alemães, conseguindo, por tal motivo conhecer diretamente o estado e a riqueza que continham aqueles países desconhecidos, e verificando descobrimentos de grande importância do ponto de vista geográfico e científico em geral.

Na África as explorações tiveram como principal objetivo resolver problemas hidrológicos, como o curso do Niger, as fontes do Nilo, distinguindo-se o médico escossês Mundo Park. Em 1822, Cudney, Denham e Clapperton cruzam o Saara, decobrem o lago Tchad e percorrem parte do Sudão Médio. Em 1830 a "African Association" dedica-se a explorar o noroeste do continente e o Niger. Samuel Baker descobriu em 1864 o lago Alberto, e Stanley o Alberto Eduardo em 1875; e a êste explorador se deve o reconhecimento de que o Victoria Nianza é um lago fechado e que o Kagera era na realidade a fonte principal do Nilo.

A conquista de Argel pelos franceses levou o interêsse para o interior do norte da África; e de grande importância científica foram as viagens dos alemães Enrique Barth e Adolfo Overweg, realizadas por conta da Inglaterra.

Devem-se citar as viagens de Nachtijal e as do missionário escossês David Livinsgstone. Os trabalhos de exploração dêste, referem-se principalmente à corrente do Zambeze que seguiu até a sua foz.

A Carlos Mauch se deve o conhecimento direto do Transvaal, e dos territórios situados mais ao norte com as suas ricas jazidas de ouro, e também o achado das ruínas de Zimbaby. O sistema hidrológico do Congo foi estudado por Stanley que fixou o trajeto do grande arco que descreve o rio Lualaba-Congo, para o Norte. Deve-se citar igualmente o eminente explorador Emin Pasha.

Neste período as principais nações européias já tinham repartido entre si grande parte da África, sob o pretexto de colonizá-la.

A Ásia foi também o objeto de explorações na segunda metade do século XIX; mas o fanatismo religioso e os ódios de raça dificultaram as expedições.

Entre os primeiros viajantes deve-se citar Karsten Niebuhr que fêz investigações sôbre topografia geral da Arábia, Pérsia Meridional, Mesopotâmia, Síria e Ásia Menor. A parte norte da meseta do Iran constituiu o objetivo principal dos russos; nas regiões meridional e oriental tomam parte os ingleses; e a guerra anglo-afgan (1878-80) e as disputas de fronteiras entre ingleses e russos, trouxeram o conhecimento exato do país que ficou aberto aos europeus.

A Ásia Menor foi sempre acessível. Devem-se citar os trabalhos do geólogo russo Tchichatcheff e principalmente os dos arqueólogos aos quais se deve o conhecimento do país.

O reconhecimento do Cáucaso foi feito pelo alemão Gustavo Radde, e a Síria e a Palestina, cenário da História Sagrada, foram o objetivo da "Sociedade da Palestina" que estudou estas regiões do ponto de vista arqueológico e geográfico.

A Índia anterior foi conhecida pela ocupação inglêsa, e em princípios do século XIX tinham sido começados os primeiros trabalhos cadastrais.

O conhecimento direto da Indo-China foi devido à ação combinada dos ingleses e franceses, e as suas rivalidades mútuas para dominar o comércio da China Meridional deve-se o conhecimento desta região.

No arquipélago malaio as explorações foram tardias; e a A. R. Wallace, que percorreu as ilhas (1854-62) devem-se os estudos sôbre zoogeografia, que demonstraram as relações entre a Ásia e a Austrália.

Java foi objeto de estudo de vários exploradores, entre os quais cita-se Richthofen; mas como o arquipélago estava em poder dos Holandeses desde 1824 a êles se deve principalmente o conhecimento das suas ilhas.

A China por muito tempo esteve fechada a todo mundo; mas depois do tratado (1842) que pôs fim à guerra que sustiveram os ingleses e franceses contra a China, abriram-se muitos portos. Entre os seus exploradores devem-se citar o americano Pumpelly que percorreu o norte da China e a Mandchuria, e muito especialmente Richthofen (1868-72), que percorreu e estudou geogràficamente todo o País, menos a porção meridional.

A penetração na região central da Ásia sempre foi difícil, especialmente a parte do Tibet. Entre os exploradores destas regiões devem-se citar o general russo Przewalskij, os índios "punditis" educados pelos ingleses que reconheceram principalmente o Tibet meridional, o príncipe Henrique de Orleans e o sueco Sven Hedin, que descobriu as nascentes do Indus e do Brahmaputra, e as expedições russas dirigidas por Ivanov em 1883.

O alemão Jorge Adolfo Erman realizou uma grande expedição (1828-30) pelo Ural setentrional, Irkutsk, Yahutsz e Kamtchatka, cujos vulcões explorou. Na mesma época Alexandre de Humboldt visitou o oeste e o sul da Sibéria, em companhia de Rose e Ehrenberg, seguindo o Ural e passando por Tobolsk para Barnoul; depois ao Altat e a Dzugaria, regressando pelas estepes kirghises ao Mar Cáspio; deve-se citar igualmente como explorador destas regiões A. R. von Middendorf que percorreu a Sibéria oriental e a região do Amur.

A questão da passagem do Noroeste foi resolvida por Adolfo Erik de Nordenskiold que a bordo do Vega percorreu de 1878 a 1879 tôda a costa ártica até o estreito de Bering.

A América foi explorada muito mais ràpidamente do que as outras partes do mundo, devido à ocupação política do território, que obrigou a obter um conhecimento direto de cada país conquistado ou colonizado.

A exploração científica foi iniciada definitivamente por Alexandre de Humboldt, que em 1799 desembarcou em Cumaná (Venezuela) e acompanhado do botânico francês Aimé Bonpland empreendeu sua memorável viagem, estabelecendo os fundamentos de numerosos ramos das ciências naturais.

Depois de Humboldt continuaram as explorações devendo citar-se a expedição francesa do conde Francis de Castelnau (1843-47) que percorreu o Brasil e os Andes peruanos; a patrocinada pela Sociedade de Geografia de Londres dirigida por Roberto e Ricardo Schomburgk que deu a conhecer a Guïana; e por último a de Hermann Burmeister que visitou a Argentina e o Brasil.

Os territórios dos Andes, com as suas antigas civilizações foram explorados na primeira metade do século, entre outros, por Darwin em 1833 (Chile); o deserto de Atacama e o Chile por R. Philippi. O Equador despertou sempre grande interêsse e alguns dos seus vulcões foram escalados pela primeira vez por Reitz e Stübel; e a Patagônia foi dada a conhecer pelas viagens de C. Muster.

As explorações na América Central e nas Antilhas fizeram-se em circunstâncias mais fáceis, mas nestas regiões falta ainda muito para fazer.

Na América do Nôrte existiam no princípio do século grandes vazios; mas o desenvolvimento prodigioso dos Estados Unidos facilitou a colonização e com grande rapidez se foi conseguindo o conhecimento do país, devido às viagens de exploração como a de Michuax aos Alleghanis em 1804, a de Long às Montanhas Rochosas em 1819-20 e às nascentes do Mississipi; a viagem de Cablins ao interior da metade oriental da bacia dêste rio, e a de Fromon à ocidental de 1842-48. As jazidas de ouro na Califórnia e a construção da estrada de ferro do Pacífico aceleraram a exploração, especialmente no aspecto geológico e topográfico. Ao lado dos geólogos americanos colaboraram os europeus, Whitney, Powel, Lyall, Gilbert e Richthofen.

A costa norte da América não tinha sido visitada desde as expedições fluviais de Hearne e Mackenzie, e a exploração por terra foi objetivo da expedição de Franklin em 1819. Nos anos de 1829-33 ocorreu a viagem de John e James Ross, para Boothia Felix e a Terra do Rei Guilherme, descobrindo o polo magnético junto ao cabo Adelaide aos 70°5'17" latitude Norte e 96°46'45" longitude Oeste no ano de 1831.

Franklin, primeiramente, tentou o conhecimento do polo Norte e depois os navegantes que foram em seu auxílio, o mais afortunado sendo Mac Clure, que em 1850 passou o estreito de Bering em busca de Franklin e descobriu a Terra do Príncipe Alberto, e foi o primeiro que resolveu o problema da passagem pelo Noroeste, que não há muitos anos foi conseguido com o mesmo êxito pelo malogrado R. Amundsen, mas em direção oposta e caminhando sempre ao longo da costa continental.

As costas da Austrália tinham sido fixadas na sua continuïdade até o ano de 1802, mas se conhecia pouco do interior. Os primeiros estabelecimentos coloniais correspondem a fins do século anterior e proporcionaram a ocasião de explorar o interior, na sua maior parte deserto.

O mundo das ilhas oceânicas estava fixado em grandes traços desde os tempos de Cook; e desde então, as grandes expedições oceanográficas, ao mesmo tempo que estudavam os mares e as costas foram dando a conhecer tôdas as ilhas.

Os territórios polares americanos foram durante todo o curso do século objeto de explorações, pretendendo chegar ao polo Norte.

A expedição alemã realizada em 1869-70 alcançou a latitude de 77°01' e descobriu o fiord de Francisco José e Ch. F. Hall logrou chegar em 1871 até 82°16' de latitude.

O americano Greely, com o objetivo de fazer observações meteorológicas e magnéticas, segundo o estabelecido na conferência polar em Hamburgo saiu no Smith-Sund em 1881, logrando alcançar em trenós até a latitude de 83°24'5" depois de sofrimentos enormes e perdendo grande parte da sua tripulação. Notável êxito teve a viagem de Peary pela costa norte da Groenlândia, que pela primeira vez demonstrou sua natureza insular.

As ilhas e mares do norte da Europa e da Ásia foram também o objetivo de várias expedições, que conseguiram descobrir a Terra de Francisco José e chegaram até a lititude de 82°45'.

O explorador mais notável foi Nansen, que desde as ilhas de Nova Sibéria deixou arrastar o seu navio, o "Fram", pela corrente que passando pelo polo se dirige para o mar da Groenlândia, que o levou bastante ao sul, abandonando em tal lugar o barco, e em trenó avançou para o norte até a latitude de 86°04'.

A façanha mais notável foi realizada por Robert E. Peary, o qual abandonou o seu navio, o "Etah" no Smith-Sund, a 18 de agôsto de 1908 e avançou para o norte chegando ao Polo a 6 de abril de 1909.

Amundsen partiu em 1925 de Spitzberg e chegou de aeroplano até a latitude de 87°44', e no ano de 1926 Byrd, saindo do mesmo lugar voou sôbre o Polo e regressou ao ponto de partida. No mesmo ano voaram no "Norge" desde Spitzberg ao Alaska, Amundsen, Ellsworth e Nobile e depois no dirigível "Itália" voaram para cobrir o Polo, perecendo Amundsen junto com os seus companheiros ao tentar o salvamento dos expedicionários.

Os territórios do Polo Sul, a Antártida, despertaram grande interêsse, por se tratar não já de um oceano, mas de um verdadeiro continente.

A expedição oceanográfica francesa dirigida por Dumont d'Urville descobriu em 1840 a Terra Adelaide e a de Clairie; e na mesma época o inglês Wilkes encontrou trechos da terra que leva o seu nome. Muito fecundas podem considerar-se as viagens de James Clarke Ross, que descobriu a Terra Vitória que se estende até o 77° da latitude Sul e os seus dois vulcões Erebus e Terror.

A primeira expedição de importância depois da de Cook, é a russo-alemã de F. G. Billinghausen em 1819-21, que percorreu tôda a terra austral nas imediações do círculo polar e descobriu a Terra de Alexandre; deve-se citar também a de W. Smith que encontrou as ilhas Shetland do Sul.

Depois de um longo período de interrupção, as expedições oceanográficas do Challenger e da Gazelle continuaram as explorações, que pouco a pouco tornaram a se intensificar.

O primeiro que teve a glória de alcançar o Polo Sul foi Roald Amundsen a 14 de dezembro de 1911, demonstrando que está sôbre uma meseta da "Terra do Rei Haakon VII" a 3 200 metros de altitude. Um mês depois, a 18 de janeiro de 1912, dirigiu-se também Scott ao Polo, mas sucumbiu sepultado por uma tempestade de neve.

Ingleses, noruegueses e alemães dedicaram-se de 1914 a 1928 ao estudo dos mares antárticos, e recentemente começou-se a empregar o aeroplano nêste gênero de investigações, merecendo citar-se os nomes do australiano H. Wilkins e do norteamericano R. Byrd, ao qual se deve, em 1929, o descobrimento de novos territórios.

Sem dúvida alguma devem ser considerados como creadores da geografia moderna os sábios alemães Alexandre de Humboldt e Carlos Ritter, pois graças a êles, a geografia é considerada como a ciência da vida na superfície do Globo, e cessa de ser uma ciência de abstração e erudição.

Êles indicaram o caminho que se devia seguir, e o avanço moderno se deve a Richthofen a Oscar Peschel, a Ratzel, a Penck e a Vidal de la Blache.

Mas o adeantamento da geografia moderna, se deve principalmente à execução das cartas geográficas que começam a aparecer em todo o mundo civilizado. A carta do Estado Maior Francês na escala de 1:80 000, e a carta inglêsa na de 1:63 360 são do ano de 1870. Quase tôda a Europa segue o exemplo anterior; depois vêm as cartas dos Estados Unidos e as do Império das Índias.

Antes do aparecimento das cartas citadas nada se sabia na realidade sôbre as formas do relêvo terrestre. Vem depois o conhecimento do mundo atmosférico, pois às observações meteorológicas isoladas, se sucedem as observações regulares coordenadas, publicadas e comentadas pelos Observatórios Meteorológicos de todo o mundo.

O que mais contribuiu para o desenvolvimento da geografia moderna foi a criação das Sociedades de Geografia espalhadas em todo o orbe, e o seu ensino universitário em contacto íntimo com as demais ciências que lhe são afins.

Existem infelizmente muitas dúvidas ainda. Ainda não conhecemos bem os mecanismos dos climas que influem sôbre a evolução do relêvo; pouco conhecemos sôbre as condições de formação das associações vegetais, e sôbre as leis que regem os movimentos atmosféricos.

Os princípios essenciais em que se funda o método geográfico são os seguintes:

O princípio de extensão assinalado por Ratzel, o de geografia geral devido a Ritter e o de causalidade tão claramente enunciado por Humboldt; embora na verdade os dois primeiros sejam também devidos a Humboldt, ainda que não enunciados na forma precisa dada pelos geógrafos antes citados.

*

Resenha

O Vale do Rio Doce: sua conquista e colonização

O Vale do Rio Doce constitue uma das melhores vias naturais de comunicação entre o planalto mineiro e o litoral norte espírito-santense, ligando êste trecho da costa oriental com o "hinterland" do Estado montanhês, através da "zona da mata" do leste de Minas Gerais.

Êste grande e amplo vale foi modelado pelo extenso e caudaloso Rio Doce — o "Vatú" dos Botocudos —, e pelos seus inúmeros e importantes tributários. Embora o Rio Doce seja planáltico, com o seu alto curso numa altitude média de 500 a 600 metros, o seu vale é franco, apresentando um declive bastante suave, garantindo aos habitantes litorâneos um acesso fácil ao planalto.

Mas não foram sòmente as suas condições topográficas favoráveis que levaram o homem do litoral a subí-lo, conquistando-o ao gentio hostil, lutando com as suas febres endêmicas e colonizando-o aos poucos e penosamente por meio de um povoamento esparso.

E' que, abrangendo grande parte da zona da mata da encosta oriental (a qual nessa latitude, avança para o este, território mineiro a dentro), o grande vale era, como ainda o é, uma das regiões mais ricas do País, mercê dos seus inestimáveis recursos naturais; o ouro e o ferro (no estado montanhês), e as excelentes e abundantes essências da mata do Rio Doce (notadamente em território espírito-santense), cuja majestosidade e imponência tanto impressionaram a Hartt, levando-o a declarar jamais ter visto floresta mais exuberante "em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará... do que a do Rio Doce". Tudo isso somado à notável fertilidade do seu solo-resultante da decomposição das rochas do Complexo Cristalino dominante em quase tôda a bacia do grande rio e rico em humus florestal —, oferecendo terras altamente propícias à agricultura.

A ocupação humana do vale do Rio Doce orientou-se do planalto para o litoral e dêste para o interior, a partir, respectivamente, dos séculos XVII e XVIII.

No primeiro sentido, isto é, descendo o Vale, o povoamento teve como foco de atração a ocurrência do ouro e do ferro nos vales secundários do alto Rio Doce. O povoamento do ouro foi secundado pelo do ferro. A fundição do minério no local da jazida, estava ligada a floresta que fornecia o carvão vegetal, tão necessário ao processo físico-químico da fundição. Aproveitando as derrubadas feitas na floresta virgem para a extração do combustível, a lavoura ia lentamente se desenvolvendo e a terra aos poucos se povoava. "O desflorestamento por causa metalúrgica, nas grandes matas do Rio Doce, observou Deffontaines, assinala o primeiro estágio de ocupação humana e um princípio de saneamento: nas partes roçadas começam a se fixar os caboclos mineiros".

No sentido inverso — do litoral para o interior — a ocupação só foi empreendida no século XVIII, sendo que a primeira subida do vale foi realizada, ainda no século do descobrimento (1573), com caráter exclusivamente explorador, por Sebastião Fernandes Tourinho, o qual, entrando pela foz do Rio Doce "pela primeira vez descobriu o território de Minas Gerais".

Dos fins do século XVIII ao comêço do século atual, a colonização do vale do baixo Rio Doce foi diversas vêzes tentada pelas remessas sucessivas de colonos para as terras da baixada litorânea. Porém, as péssimas condições de salubridade (maláriа endêmica) da região lacustre e pantanosa litorânea, os ataques dos botocudos traiçoeiros e inabordáveis para a catequese e civilização, os obstáculos opostos pelo Rio Doce à sua navegação (instabilidade do leito nas grandes enchentes além do perigo de uma barra falsa), a enorme distância dos núcleos de população mais próximos, e, finalmente, a falta de um plano sistemático de colonização, fizeram com que as tentativas empreendidas com tantos sacrifícios fracassassem uma após outra.

A floresta densa que se estendia das margens do Rio Doce pelo litoral sul da Baía, impedindo uma ligação por terra do Espírito Santo com aquele Estado, retardou imenso a ocupação humana do baixo vale. Só mesmo ao longo do vale, em direção a Minas, que o povoamento podia ser feito. Foram os trilhos da Estrada de Ferro Diamantina (mais tarde Vitória a Minas), que, alcançando o Rio Doce a pouco mais de 100 quilômetros da sua foz, avançou progressivamente pelo Vale acima, fazendo surgir ao longo do seu trajeto centenas de núcleos de população — transformados mais tarde em centros urbanos —, possibilitando dessa maneira a exploração dos produtos da terra e provocando o desenvolvimento da lavoura na região riquíssima que ia atravessando.

Estava, pois, assegurado pela estrada de ferro o êxito da colonização do vale do Rio Doce, tantas vêzes tentada e tantas vêzes malograda.

A antiga vila de Linhares, próxima ao mar, cuja vida estava ligada à sua qualidade de porto fluvial desempenhando a função de principal núcleo de povoação na zona do baixo vale e sendo mesmo o início de uma precária linha de navegação marítimo-fluvial que a ligava à capital do Estado, teve o início da sua decadência marcado pelo advento da ferrovia. Esta, deslocando mais para montante do Rio Doce o centro de gravidade demográfica do baixo vale, transformou o arraial da Barra do Santa Maria, na progressista e pioneira cidade de Colatina.

O vale do Rio Doce passou afinal, com a chegada da estrada de ferro, a representar um pêso vivo na balança econômica do Espírito Santo. Pela Vitória a Minas subiam grandes levas de imigrantes — principalmente italianos, poloneses e alemães — e novas colônias surgiam das derrubadas da mata virgem. Estradas e caminhos partiam, para cada lado de um eixo comum: a via férrea. Cafesais floresceram pelo vale ubérrimo, e pela estrada de ferro desciam os produtos da terra fértil e trabalhada.

A madeira de lei constituia, como até hoje, a maior riqueza da floresta: a sua procura no recesso da mata virgem fêz com que esta fôsse talada em tôdas as direções por "arrastões" e picadas, que iam sendo balizadas, por novas colônias, as quais, iam, por sua vez, abrindo novas clareiras na floresta espêssa. A estrada de ferro até hoje escôa essa riqueza inexgotável — a madeira — destinada na sua maior parte aos mercados europeus, exportada pelo pôrto de Vitória.

O vale despertara afinal para a vida econômica do País. Colatina, que no princípio dêste século era o pequenino arraial da Barra do Santa Maria, passou a desempenhar o papel de cidade pioneira. Ficou sendo ponto de irradiação das correntes colonizadoras para a região ainda virgem do norte do Rio Doce, transformando-se em importante centro comercial e distribuïdor.

Foi então projetada (em 1925) a Estrada de Ferro Rio Dôce-São Mateus, cujos trilhos não chegaram a ser lançados, transformando-se a mesma em estrada de rodagem. Esta via de penetração, tinha por objetivo principal facilitar a colonização e o povoamento desta região, cujo desenvolvimento a falta de transporte vinha impedindo: o norte do Rio Doce achava-se pràticamente isolado do resto do Estado pelo próprio Rio Doce. Êste, com a sua formidável largura, constituía sério obstáculo às comunicações dessa região com os centros de consumo do centro e sul do Espírito Santo. Afim de unir a referida estrada à Vitória a Minas, foi, em 1926, iniciada a construção em Colatina de uma gigantesca ponte de 750 metros de comprimento, traço de união de aço e concreto armado entre o Norte e o Sul do Rio Doce.

Realizada a ligação das duas margens, estabeleceram-se no "Norte"[1] centenas de pequenos sítios e fazendas — principalmente café — pelo vale do Pancas e ao longo dos afluentes dêste tributário do Doce.

A ocupação das terras devolutas foi dirigida por uma "companhia territorial" do Estado, encarregada do loteamento e entrega aos colonos dos terrenos por êles escolhidos. Fundaram-se, assim, "patrimônios" que deram origem a povoados e vilas.

A colonização estrangeira encontrou assim novas terras virgens, recuando mais para norte o "front" pioneiro: a colônia polonesa modêlo Águia Branca, já nas margens do Rio São José, marca o ponto mais avançado desta penetração, naquela região até então assinalada nos mapas como desconhecida ou inexplorada.

E os trilhos bemfazejos da Vitória a Minas continuavam a galgar o "vale da promissão", penetrando pelo território mineiro. O mesmo milagre de civilização e progresso ia se repetindo, e, à proporção que subiam para o planalto, as pontas de trilho iam encontrando a colonização mineira do café, que descendo o vale desde o princípio do século passado continuava a antiga penetração do ouro de 200 anos antes.

Ao encontro dos trilhos da Vitória a Minas vieram os da Central do Brasil, sendo São José da Lagoa (atual Presidente Vargas) o ponto de encontro das duas ferrovias. Estavam finalmente ligadas Belo Horizonte e Vitória, e realizada a tão sonhada ligação do planalto com o litoral através do vale do Rio Doce.

Mas o futuro havia reservado para o vale do Rio Doce uma missão que o imortalizará na história da economia nacional.

A recente e intensiva mobilização econômica do País, marcou o início de uma nova era no seu progresso. E' que nêle se encontram as possantíssimas jazidas de ferro de Itabira do Mato Dentro, uma das maiores reservas do mundo, constituïda por minério do mais alto teor (70 a 80% de ferro), e que, segundo as estimativas mais abalizadas, poderá alimentar o consumo mundial por dezenas de séculos.

O vale do Rio Doce passará então a escoar em grande escala a preciosa e inexgotável hematita de Itabira. Um novo ramal da Vitória a Minas está sendo construído especialmente para o transporte do minério para Vitória, onde estão sendo ultimados os trabalhos finais da construção do modernissimo e gigantesco "Cais do Minério". Do Pôrto de Vitória a formidável riqueza metálica de Itabira — cuja exploração e transporte vinham a dezenas de anos sendo reclamados — será exportada para todo o mundo.

O futuro do vale do Rio Doce excede à melhor expectativa. Novas e grandes usinas serão nêle levantadas, aumentando a produção da nossa indústria pesada, a ser inaugurada dentro em breve pela monumental Siderúrgica de Volta Redonda.

Na belíssima imagem de Gorceix, "Minas é o coração do Brasil. Um coração de ouro num peito de ferro".

O vale do Rio Doce — poderíamos acrescentar — saindo dêsse peito fabuloso, é a artéria por onde correrá o precioso sangue sidéreo que dará nova vida ao organismo econômico do Brasil.

(Palestra feita pelo Professor Lúcio de Castro Soares, da Secção de Estudos, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, como contribuição do Conselho Nacional de Geografia, ao Curso de Férias aos Professores Primários, últimamente promovido pela Associação Brasileira de Educação, irradiada pela P.R.A.-2 — Rádio do Ministério da Educação).

[1] Nome pelo qual é conhecida pelos colatinenses a região da margem esquerda do Rio Doce fronteira à cidade.

★

O Centenário de Taunay

O Visconde de Taunay é uma das mais puras glórias do Brasil. Pertencente à tradicional família, cujas origens se filiam à mais ilustre nobiliarquia de França, descendia de avoengos ilustres pelo saber e pela cultura, que, escapando ao cataclismo da Revolução Francesa, emigraram para Portugual. Foi entre os Taunay que o príncipe D. João, livrando-se da ameaça do Corso, encontrou alguns dos elementos preciosos que trouxe consigo para fundar o ensino das artes no Brasil.

Grandes, freqüentes e profundas foram as incursões de Alfredo d'Escragnolle Taunay por vários setores do conhecimento humano. Estadista e parlamentar, governou mais de uma região do Brasil, atuando, ainda, com brilho, nas duas casas do Parlamento. Foi jornalista de vanguarda. Engenheiro militar bateu-se com galhardia na campanha do Paraguai. Mas é sobretudo como homem de letras e historiador, figurando entre os fundadores da casa de Machado de Assis, que o vulto de Taunay se destaca nos fastos da nossa história.

A bagagem literária de Taunay é enorme e compreende romances e contos, narrativas de campanha, viagens, crítica histórica e literária, memórias, depoïmentos pessoais, autobiografias, teatro, questões políticas e sociais, biografias, assuntos administrativos. Era ainda pintor e músico notável, com quadros e composições à altura dos grandes mestres.

O gênio de Taunay atinge, entretanto, a sua expresão suprema com a epopéia de *A retirada da Laguna*, de que foi parte e narrador incomparável, rival de Xenofonte — o cronista dos *Dez Mil*. O heroismo da nossa gente, as virtudes da raça, a sua capacidade de resistência e sobranceria diante do infortúnio foram magnificamente postos em relêvo nêsse raconto das lutas do soldado brasileiro em frente a um inimigo aguerrido, ajudado por uma natureza implacável. E essa jóia literária, de sentimento e emoção — *Inocência*, que realizou o milagre de ser o livro escrito em português mais traduzido lá fóra, depois de *Os Lusiadas*, pois existem versões dela até em croata e japonês — completaria o renome do escritor.

Passou a 20 de fevereiro o centenário do nascimento de Taunay e a data foi condignamente solenizada por órgãos do Govêrno e pelas nossas instituïções culturais. Realizaram-se sessões magnas no D.I.P., por iniciativa do Exército; no Instituto Histórico e Geográfico, na Federação das Academias de Letras, na Associação Carioca e na Academia Carioca de Letras, sendo lidas substanciosas conferências e pronunciados discursos em tôrno da personalidade de Taunay. O Ministério da Guerra recepcionou

a Associação dos Artistas Brasileiros e numerosos visitantes em homenagem à data. E ofícios religiosos foram celebrados em vários templos, em memória do inolvidável brasileiro.

★

Estudo ecológico da cidade

O número 1, vol. V, da *Revista Mexicana de Sociologia* estampou um interessante trabalho do professor norte-americano Ernest R. Mowrer, sôbre a aplicação do método ecológico ao estudo da cidade.

Essa aplicação foi feita pela primeira vez por E. Park, durante um curso dado no Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Chicago. Os estudos sociais destinavam-se — achava Park — a atrair a atenção pública sôbre alguns aspectos da vida comunal. Nêste sentido o sociólogo se parece com o jornalista, com a diferença de que êste se ocupa quase que exclusivamente da administração pública, enquanto o sociólogo trata de reformar as condições sob as quais vive a população.

Park chegou à conclusão de que o principal não é, pròpriamente, reformar; deve-se, antes de tudo, compreender o processo de que resultaram as condições existentes. Devemos primeiro entender a organização da cidade, para depois pensar em transformá-la. Nestas considerações Park foi bastante influenciado por algumas autoridades em geografia humana, como Brunhes, Semple e Ratzel.

Baseando-se nos fundamentos da ecologia animal e vegetal, da Geografia Humana, da Antropologia e da investigação social, Park se converteu na fonte através da qual se desenvolveram as concepções essenciais da ecologia humana; a noção da cidade como área natural, o modêlo de círculos concêntricos de sua organização e o processo ecológico que determina a estrutura da comunidade. Entretanto, a concepção de Park de que o processo de competência é básico, do ponto de vista ecológico, não foi bem compreendido e creou, em alguns sociólogos, a tendência para chamar *ecológico* a qualquer estudo de sociedade humana, em que sejam feitas observações particulares, geográficas. Leva isto a uma grande confusão no emprêgo dos termos geografia humana e demografia com ecologia; a mencionada confusão dá em resultado a inutilização de todos os esforços empreendidos pelo cientista contra a esterilidade dos estudos anteriores.

A noção que Park tem da competência, como de uma interação entre os indivíduos, é, bàsicamente, a noção biológica da luta pela existência e a noção econômica da competência cooperacional se estende até incluir a luta pelo poder, pela terra, pelo *status* e pela segurança econômica. As tendências centralizantes e descentralizantes no uso são as que determinam a localização das populações e das instituïções. Neste processo as instituïções de comércio exercem uma prioridade inviolável, exceto quando intervem a administração.

Fundamentalmente o método ecológico é um ponto de vista, uma trama de referência e um conjunto de postulados teóricos que se aplicam ao estudo da organização e desorganização da vida urbana. A presunção de que o complexo processo por meio do qual as personalidades se reproduzem e os elementos culturais se submetem a transformações constantes, e podem reduzir-se ao denominador comum do processo de competência, é fundamental para esta teoria e se expressa em têrmos de relações especiais. Desta maneira, a localização e suas variações são significativas, enquanto estão orientados dentro do esquema conceptual básico, ou refletem mudanças referentes à citada ordem natural.

Esta relação entre os fatos de observação e o esquema conceptual pode ilustrar-se em têrmos de qualquer dos indícios de desorganização social, estudados até agora em Chicago, trate-se de desintegração familiar, de suicídio, de loucura, de ilegitimidade, de delinquência juvenil ou de crime. Em todos os casos o modêlo geral demonstra que as cifras mais altas correspondem ao centro da cidade, declinando progressivamente até a periferia. Esta distribuïção de cifras tem importância, por quanto pode relacionar-se com a divisão do trabalho e o conseqüente desenvolvimento das relações impessoais, de caráter utilitário e transitório, que traz como consequência o enfraquecimento do contrôle social baseado mais em relações emocionais do que sôbre uma interdependência econômica.

Quando surgem centros de negócios secundários, o modêlo de círculos concêntricos se modifica e então deseja-se, abandonar ou transformar, inteiramente, o dito sistema conceptual. E' pouco justificável chegar a esta conclusão, pois o mesmo esquema conceptual pode converter-se também em base de orientação para o entendimento do sub-centro como uma super-imposição de um padrão secundário sôbre o primário.

Com a orientação básica dada pela ecologia humana ao processo de competência, podemos examinar, com propriedade, as noções centrais que decorrem dêste ponto de vista, sob o ângulo de suas funções metodológicas. Deve-se recordar que cada uma não é mais do que uma simples variação do tema central da competição.

Entre as diversas atividades que implicam competições, o comércio, a indústria e os transportes desenvolvem um papel predominante. O esfôrço destas atividades para alcançar uma posição estratégica é que determina a norma fundamental da comunidade urbana. Superando tôdas, encontramos as instituïções comerciais do tráfico e do mercado. Embora dominem a econômia da cidade, dependem das facilidades de transporte, considerando a distância das fontes originais de matéria prima. Por sua vez, as indústrias e o comércio, desenvolvem-se ao lado das linhas de transporte, circuntância que faz subir o valor da terra, rompendo a simetria do declive gradual dêste valor, da cidade para a periferia. Êste sistema industrial-comercial é uma parte fundamental da estrutura da cidade que determina e dirige o fluxo e refluxo da vida urbana.

O conceito de sucessão está estreitamente relacionado com o de domínio. A sucessão refere-se à seqüência de mudanças que ocorrem na estrutura básica da cidade quando passa de um estado de equilíbrio a outro, e é pelo que diz respeito à ordem de competência, um reflexo de uma econômia expansiva. Nesta noção está implícita a idéia de que, a medida que a competência se faz conciente e conduz para o conhecimento de fins comuns, logra um equilíbrio na acomodação que, por sua vez se converte em seu próprio executor, iniciando outra série de mudanças.

Outro conceito parte da noção do contraste entre o que Park chamou o nível *biótico* e o cultural. A sub-estrutura da cidade, determinada pela competência, tem superposta outra, baseada na comunicação e no consenso. Isto dá origem à noção de áreas naturais, em que os habitantes se congregam, reunidos por interêsses mútuos, por práticas e costumes comuns. Cada área natural, caracteriza-se pela homogeneidade da população, dentro da ordem de competência. Embora os limites destas áreas naturais, se mantenham geralmente dentro das fronteiras físicas impostas pelos sistemas industriais, comerciais e de transportes, nem sempre coïndidem com elas.

Êste último conceito é o que nos conduz ao problema central da sociologia urbana; ou seja, a compreensão da natureza da ordem moral e de seu papel na determinação da personalidade. A ordem moral da área natural é, por certo, tanto causa como efeito, na formação dos tipos pessoais. Nestas personalidades encontra sua expressão o elemento básico da inter-ação social; as atitudes e os desejos. O que mais importa, é porém, o conceito da área natural, orientado no campo vasto da teoria ecológica; temos um plano de referência, do qual podemos considerar o processo cultural que determina as variações no desenvolvimento da personalidade, reveladas pelas cifras estatísticas, relativas à organização e desorganização social.

A utilidade do método ecológico como base para delimitar o campo da investigação e sugerir ao mesmo tempo fecundas hipóteses para o estudo das funções diferenciais no desenvolvimento da personalidade, pode-se ilustrar citando observações de Robert. E. L. Faris e Warren H. Dunham, sôbre certas desordens mentais. O tipo maniático depressivo apresenta áreas de cifras elevadas bastante irregulares e difusas, enquanto que o tipo correspondente à demência precoce, se encontra claramente localizado, com cifras muito elevadas, no centro da cidade e menores, caminhando-se para os arredores. Êste fato sugere a possibilidade de que a depressão maniática deve-se, mais a causas hereditárias que culturais, enquanto que a demência precoce parece estar ligada pelo menos em parte, a um processo ecológico.

O contraste entre os modelos ecológicos de dois tipos de demência precoce é também um exemplo da utilidade do método ecológico. O tipo catatônico predomina nos lugares onde a população é principalmente constituída de imigrantes (estrangeira ou negra). O tipo paranoide é mais abundante nos distritos onde existem casas de alojamento. Assim os fatos sugerem que as diferenças notadas no aspecto cultural destas áreas, podém estar relacionadas com o desenvolvimento dêsses modelos divergentes de personalidade.

Isto leva à conclusão de que o método ecológico proporciona uma base para interpretar os resultados dos estudos estatísticos ao indicar os casos em que seria útil obter estudos císticos, tomados das áreas de cifras mais altas e mais baixa na seqüência ecológica pode revelar os elementos significativos em que diferem radicalmente os dois tipos de áreas.

Por outro lado, existem certas falsidades que podem introduzir-se nos estudos ecológicos. Algumas delas são inerentes ao método, enquanto que outras surgem do caráter dos dados que se empregam no estudo.

Ao primeiro grupo pertence a objeção de que a ecologia humana faz ressaltar a competência mais como uma fase de biologia que da sociologia. Outra objeção é que, tanto a organização como a desorganização social são, em última instância, aspectos da organização e desorganização da personalidade, e que isto não se reconhece em nenhuma parte do estudo ecológico.

No segundo grupo, a mais importante e, ao mesmo tempo a mais fácil de solucionar teòricamente, é a ausência de uma base ou divisor adequado para expressar a incidência de uma forma particular de fenômenos. Frank A. Ross, evidenciou a falsidade de expressar em cifras de conjunto, a relação entre o total de casos, dentro de um período de tempo e o número de pessôas que residem na área, em determinado dia.

Assim, uma comunidade de 10 000 pessoas cujo período de residência é de quatro anos, é tratada do mesmo modo que outra, com a mesma quantidade de pessôas mas que varia de população de quatro em quatro meses. A conseqüência é, que muitas das altas cifras correspondentes a numerosos fenômenos, nas áreas centrais da cidade, são um reflexo do grande movimento social das ditas áreas.

Os índicios comuns estão também influenciados pelas condições econômicas internas que os fazem sair à luz. As elevadas cifras de divórcios em algumas secções da cidade, refletem em parte, a habilidade econômica dos habitantes das ditas áreas para permitir-se o luxo do divórcio. Póde-se compensar esta influência, combinando os dados de divórcio com os da precariedade de vida. Mas, uma vez que se fez isto, que segurança há de que a relação entre a discórdia doméstica e os casos de desintegração familiar pùblicamente reconhecidos seja constante, igual em uma área cultural que em outra?

Finalmente, as concentrações ecológicas pódem não demonstrar outra cousa que os resultados do movimento em determinada direção, e não revelar os processos básicos que produzem o fenômeno. Desta maneira, se as áreas de vagabundos de Chicago resultam de um movimento egocêntrico de pessôas como conseqüência de sua inhabilidade para ajustar-se às condições de vida em outras comunidades urbanas em quanto esta organização é o resultado da ação das fôrças de competição. Ninguem pode negar que a ordem moral se impõe como instrumento de direção e contrôle sôbre a sub-estrutura de competência. Mas também é verdade que quando as fôrças de competição entram em conflito com a super-estrutura moral, sob as modernas condições da vida urbana, a última é a que perde. Assim, a compreensão desta sub-estrutura básica é essencial para qualquer análise fundamental da cidade.

★

Viajar no Espaço — Viajar no Tempo

Por estranho que possa parecer, não há nítido antagonismo entre as travessias realizadas no âmbito geográfico e as incursões feitas nos períodos históricos. Do ponto de vista físico, material, a diferença é bastante sensível, grande mesmo. Se, porém, atentarmos na perspectiva espiritual do assunto, veremos que no caso existem dois aspectos distintos, sem dúvida, mas também concordantes. E que, por isso, de certo modo e até certo ponto se completam.

Viajar no espaço — ir de um para outro lugar — é também deslocar-se no tempo, passando de um para outro momento. Por menor que seja e por mais ràpidamente que for percorrido, todo e qualquer itinerário, além de se desenvolver em extensão geográfica, também se desdobra em duração matemática. Não é preciso raciocinar à maneira de Einstein, nem mesmo à de Wells, para compreender que espaço e tempo são entidades interpenetrantes, inseparáveis. E como tôda e qualquer viagem não passe, em última análise, de um movimento que se processa em determinada direção, não podemos admitir que tal movimento ocorra substancialmente sem que nele figure, também, a sua contagem em minutos, horas e dias. E até em semanas, meses e anos, nalgumas circunstâncias especiais, como as dilatadas incursões dos bandeirantes pelas vastidões misterioras da interlândia americana.

Não é, porém, neste sentido restrito, de sabor quase puramente matemático, que desejamos estabelecer paralelo entre as viagens pelo mapa e pelo calendário. Queremos assinalar que, do ponto de vista do viajante, geografia e história são atividades complementares. Que entre uma e outra existe um nexo muito mais forte do que geralmente se supõe.

Entre percorrer quilômetros e remontar a anos, decênios e séculos as dissemelhanças são muito maiores na forma do que na essência.

Partir do presente para o passado, ou mesmo para o futuro, não é muito diverso, no íntimo, de sair de um lugar conhecido para um outro, desconhecido. Num e noutro caso tanto o itinerário como o ponto de chegada são incógnitas a resolver. Em ambos encontram-se dificuldades e obstáculos análogos, principalmente quando se abandonam os roteiros geográficos e históricos mais ou menos sabidos, para investigar outros que são relativamente enigmáticos. Neles tanto quem excursiona pelo mapa aplicado a uma determinada região, como quem se aventura nos mistérios do calendário, pode deparar situações impressionantemente parecidas. Para quem se transporta no espaço, os acidentes topográficos, como os rios e as montanhas, e os humanos, como as vilas e as cidades, assumem o mesmo mérito orientador que significam, para quem se desloca no tempo, os acidentes sociais, como as revoluções e as guerras, as pestes e as migrações. Uma árvore ou uma pedra que se destacam na paisagem natural, assinalando certos trechos típicos, encontram bom símile num vulto ou num fato que tenha poderosamente influido no curso da história-humana.

A principal diferenciação entre quem, materialmente, está limitado a só viajar através o espaço físico e quem, fazendo-o, também pode viajar no tempo, resume-se a um simples problema de cultura e de imaginação. Sem cultura o viajante muito pouco ou quase nada conhece do passado e assim lhe escapa a real siginifcação do presente, muito menos podendo antecipar-se ao futuro. Sem imaginação, mesmo com cultura, êle não quer, nem mesmo sabe e pode, combinar ùtilmente as sugestões de local com as de momento. O espaço, como o tempo, não lhe proporciona motivos de interêsse e emoção distintos dos imperativos da singela contagem aritmética de um e de outro.

Para o viajante culto e imaginativo, porém, a viagem geográfica sempre se amplia, intensifica e enriquece com uma outra viagem, que correspondentemente se desenvolve no tempo. Vindo de Santos a S. Paulo, por estrada de rodagem, quem conhece bem o mapa e o calendário não percorre apenas os 60 quilômetros e pouco que do principal pôrto do Estado separam a capital paulista. Reportando-se ao primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, o nosso viajante bem pode pensar que pelo trajetô da rodovia o acompanham o governador Mem de Sá e o apóstolo. No segundo século viaja com o bandeirante Fernão Dias Pais Leme. No terceiro, com o capitão-general Bernardo José de Lorena. No quarto, com o imperador Pedro II e o visconde de Taunay. No quinto, que é o atual, com o esportista Antônio Prado Jr., autor da primeira viagem automobilística S. Paulo-Santos, e com Artur Rudge Ramos, o restaurador do "Caminho do Mar". Ao escalonamento material, visível, dos marcos quilométricos de agora, correspondem figuras e fatos invisíveis no momento atual, mas que, como tais marcos, também tiveram existência real no espaço. *Américo R. Neto.*

★

O Parque Internacional Livramento-Rivera

O Brasil sempre norteou sua política externa no sentido de uma aproximação mais estreita entre os povos que habitam o Continente de Colombo, procurando entendimentos, submetendo-se a laudos arbitrais, transigindo, enfim, para que a paz e a concórdia jamais sofram qualquer solução de continuïdade. A história do Brasil está cheia de exemplos e de episódios que falam, eloqüentemente, das intenções pacíficas e dos sentimentos fraternais para com os vizinhos e irmãos do Continente. Sempre que tomamos armas foi para restabelecer a ordem jurídica e a liberdade, ameaçados ou conspurcados.

Vencedores, alcançado o objetivo, não cobramos jamais dívidas ou vantagens territoriais de qualquer espécie, nem tão pouco reivindicamos direitos ou conquistas. Está na conciência dos povos americanos o nosso modo de agir e proceder. Daí o júbilo com que uruguaios e brasileiros inauguraram a 27 de fevereiro último, na fronteira, o Parque Internacional Rivera-Livramento, fato que veio assinalar de forma concreta o espírito de perfeita cordialidade e comunhão de sentimentos existentes entre a República Oriental do Uruguai e a dos Estados Unidos do Brasil. E isso, mesmo deixaram bem patentes, nos seus dicursos no ato da inauguração, os representantes dos dois países, sr. Marcondes Filho e Heitor Gerona, bem como as demais autoridades brasileiras e uruguaias, inclusive os prefeitos das cidades que se defrontam, Livramento e Rivera. Todos exaltaram, em palavras repassadas de entusiasmo e de fé, a política pacifista e de solidariedade continental que norteia as duas Repúblicas vizinhas.

E por feliz circunstância, a solenidade inaugural do Parque Internacional precedeu de algumas horas a da posse do presidente eleito do Uruguai, sr. Amézaga. Nessa cerimônia a luzida representação do Brasil teve, mais uma vez, a oportunidade de reafirmar os sentimentos que animam os brasileiros para com o nobre povo uruguaio, disposto a marchar conosco, ombro a ombro, na afirmação das prerrogativas da Democracia, a que têm direito todos os povos livres, ameaçados, no momento, por uma conjugação de fôrças da tirania sem exemplo nos fastos da História.

★

Limites Alagoas-Pernambuco

— Quem hoje perlustra o olhar pelos velhos textos do Brasil Colonial, ficará surpreendido pela imprecisão de linguagem quando versavam, os escrivães, certos assuntos. Mòrmente a questão dos limites geográficos. Delimitando o território das capitais, ou — mais tarde — das províncias, os documentos fazem referências vagas: "...algumas léguas acima do rio tal..."; ou então atribuïndo a grandes extensões deshabitadas, matas, tijucais, a função de *separar*. Êsse *liberalismo geográfico* (se permitem a expressão) refletia-se, também, nos títulos de propriedade particular. Não existe brasileiro do interior que não tenha conhecimento de velhos casos que se arrastam pelos tribunais, cruentas lutas de famílias, choques de clans sertanejos, originados nas famosas *questões de terras;* complicando mais ainda as coisas, devemos considerar o papel do *grileiro*, o agente dinâmico — e deshonesto — do *rush* colonizador. O que se nota no setor da propriedade privada subsiste, também, na esfera das relações inter-estaduais. Sobreviveram ao Império, vetustas questões de *fronteiras,* entre as diversas unidades administrativas do País. Sublinhamos o têrmo, justamente pela impropriedade de seu uso nesses casos. Falava-se em fronteiras, como se fossem Estados soberanos a se degladiar. Entretanto, o caráter patriótico da política do Império, a gravitação de tôdas as províncias ao redor da Côrte, o sentido nacional das agremiações partidárias, as condições enfim, da vida brasileira nessa época adiaram para o futuro, a eclosão das crises. Estas vieram com o período republicano. Instituïndo a federação, dando às províncias uma autonomia ampla, que viria fomentar o aparecimento das oligarquias, agentes poderosos do regionalismo, na sua forma dissolvente. O ambiente creado com a federação veio reavivar as discussões semi-mortas, realimentar os dissídios que pareciam extintos. Aliás, paralelamente a estas causas de ordem política, ou-

tras concorreram. A densificação demográfica, com a conseqüente valorização econômica das áreas em litígio, uma recrudescência dos sentimentos regionalistas, concorreram para que governos estaduais e populações voltassem as atenções para os antigos casos. A efervescência político-partidária condicionava o clima ótimo para campanhas de tal gênero.

Um dêsses casos de limites era o existente entre Alagoas e Pernambuco. Com o objetivo de solucioná-lo foi constituïda uma Comissão integrada por representantes dos dois Estados, credenciados especialmente para tal fim. Em 23 de julho último, os srs. Mário Melo, Pedro Barreto Falcão, Manuel Diégues Junior e Valdemar Uchôa de Oliveira, o primeiro pelo Estado de Pernambuco e os outros pelo de Alagoas ratificaram um Convênio Preliminar para fixação de limites entre aquelas duas unidades da federação, baseado no princípio constitucional do "uti-possidetis" e orientado pelas normas estabelecidas no decreto-lei n.º 311. O sr. Mário Melo, representante de Pernambuco, assim resumiu para a imprensa, os antecedentes da questão:

"A Capitania de Duarte Coelho ia, desde o atual sítio dos Marcos, no município de Igarassú até a margem direita do rio São Francisco, da foz às nascentes.

Nos comecos do século XVIII, no período da Guerra dos Mascates, foi criada a comarca das Alagoas. Do ato da instalação deviam constar seus limites. Não é, porém, conhecido.

Em 1817 foi a comarca elevada à capitania, sem que lhe determinassem os limites. A capitania transformou-se em província e em Estado, sempre sem delimitação positiva.

Na República apareceram reclamações apoiadas pelo govêrno alagoano, segundo as quais foram fundados em seu território os nossos municípios das Águas Belas, das Correntes e do Bom Conselho e parte de Buíque e dos Barreiros, sendo que alguns incluïam até Garanhuns e dizia-se que Buíque tomara à mão armada o povoado Mariana, que hoje constitüe um distrito de Moxotó.

Como não eram conhecidos os limites da comarca que se transformou em capitania independente, a reinvidicação pleiteada se baseava em deduções.

Por exemplo: Quando se criou a comarca do Sertão, a freguesia das Águas Belas não foi taxativamente incluida em sua jurisdição, logo pertencia à comarca das Alagoas.

O caso apaixonou muito aos alagoanos, que ficaram convencidos de que lhe tomamos grande parte de seu território, embora a sustentação contrária de nossa parte feita por Pereira da Costa, com aquela abundância de provas que, em tais casos, costumava exibir.

Em 1919, no Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Belo Horizonte, foi tentado um acôrdo; o presidente da República nomearia um engenheiro para traçar a linha divisória, com especificação do território contestado, depois do que designaria um árbitro que proferiria o laudo definitivo.

Isso ficou no papel, mesmo porque havia muitos casos, e foi convocada, para o ano seguinte, a conferência de limites, com o fito de acabar com as questões interestaduais.

Nessa foi assinado um compromisso para a liquidação do assunto por meio de arbitragem, escolhido árbitro o dr. Prudente de Morais Filho.

Também não deu resultado. Aliás êsse processo nem sempre derime as questões. Epitácio Pessoa foi árbitro da questão Minas-São Paulo, proferiu o laudo e a parte vencida não o aceitou.

Continuaram os limites imprecisos entre Pernambuco e as Alagoas, o que sempre determinava reclamações de parte a parte, mesmo porque nunca foram conhecidos os verdadeiros, da criação da comarca.

Os limites atuais ora apanham um curso dágua, ora uma serra, ora são imprecisos, em linhas sinuosas — limites de fazendas a servir de limites interestaduais.

As modificações que irão ser feitas atingem às linhas sinuosas que serão substituídas pelas naturais, ou pelas retas. Haverá, assim, nalguns pontos, pequenas nesgas de terra, que se deslocarão para um ou para outro confinante. No fim não haverá prejuízo. A soma das perdas será compensada pela dos lucros.

Ora, a Constituïção de 1937 deu novos rumos políticos ao Brasil. Revitalizando o princípio de autoridade com a ascendência do poder central e consagrando para os litígios interestaduais a norma do *uti-possidetis*, creou os elementos necessários para que tudo ficasse resolvido satisfatòriamente. De resto, modificou-se o ambiente, no quál medravam tais conflitos.

★

Henri Gorceix: passou despercebido o centenário do seu nascimento

Os povos — como os homens — têm deveres. Precisam culturar tradições, resgatar dívidas.

O cumprimento dêsses deveres é que atesta existir uma *conciência* e só existe Pátria onde existe essa conciência.

Nós, um povo creança, precisamos mais do que nenhum outro estar sempre atentos a êsse culto. Porque é através da rememoração dos grandes vultos e das belas páginas da história, que se constrói uma tradição, que se forma um patrimônio.

Mas, às vêzes não procedemos assim. Dir-se-ia que estamos ainda empolgados no crear a civilização, no conquistar a terra, e não nos sobra tempo para exaltar os gigantes e festejar as datas. Algumas datas de significação, como esta de que vamos tratar, passam despercebidas. Em 1942 decorreu o centenário de nascimento de Henri Gorceix. O sábio francês, nascido em Limoges foi o campeão do nosso aperfeiçoamento nos setores da mineração. A êle devemos a Escola de Minas, essa maravilhosa construtora de técnicos, cujos serviços ao País têm sido incalculáveis.

Os primeiros tempos da mineração no Brasil foram caracterizados pelo predomínio da *técnica do acaso*. Mesmo depois que o ouro de aluvião escaseou, era-se minerador, como se era agricultor ou preador de índios. Sem nenhum outro equipamento cultural, a não ser a experiência elementar acumulada pelos pioneiros do ofício. Dêste fato permaneceu uma tradição — *o empirismo*.

Henri Gorceix rompeu essa tradição. Animou-o — amparando-o — o sr. D. Pedro II. Em plena Grécia, entre ruínas, o grande monarca não se esquecia da Pátria e de seus problemas. Travando contacto com o notável professor da Escola Francesa de Atenas, convidou-o para vir ao Brasil, organizar uma escola de mineralogia.

Na Escola de Minas foi o primeiro diretor, além de professor de mineralogia, geologia, física e química. A República viria efetivá-lo no cargo de lente de mineralogia e geologia e no de diretor, por um decreto datado de 25/6/1890.

Em 1891 deixou o Brasil, retornando às atividades na Europa. Quatro anos depois o Govêrno do Estado de Minas convidou-o para organizar o ensino agrícola no Estado, convite que êle aceitou, mas que não o prendeu por muito tempo ao nosso País.

Gorceix era bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Normal Superior de Farís. De 1866 a 1867 lecionou ciências físicas e naturais no Liceu de Angoulême; em fins de 1867 passou a preparador de mineralogia, geolo-

gia e botânica, na Escola Normal Superior de Paris. Tomou parte, a seguir, numa missão científica enviada aos montes Apeninos, pelo Ministério da Instrução Pública de França. Fixou-se depois em Atenas onde ficaria até 1873, com a pequena interrupção de um ano, de 70 a 71, tempo em que tomou parte na guerra franco-prussiana. Em 1874 foi nomeado delegado da Academia de Ciências para estudar o vulcão de Nisiros. Veio, então para o Brasil, onde permaneceu por alguns anos.

Recebeu o título de sócio correspondente do Museu de História Natural de Paris, ganhando depois o prêmio Delesse, desta mesma instituïção. Faleceu no ano de 1919.

Cientista, no mais forte sentido da expressão, aproveitou o tempo que aquí esteve para numerosas pesquisas de campo. Produtos dêsses labores são alguns de seus trabalhos publicados em revistas nacionais e européias.

Mas não foi apenas pesquisando que fêz ciência. Seu maior trabalho foi mesmo preparar as gerações novas com uma pedagogia eficiente, bem moderna para o seu tempo. Entre nós foi o iniciador dessas excursões universitárias, hoje tão comuns, partindo dos nossos grandes centros.

O relatório em que êle esboça o projeto da escola, é um documento admirável de previsão e de bom senso. Sem fantasias — perfeitamente admissíveis a um homem estranho ao meio — trata dos menores detalhes do empreendimento, com uma clarividência rara. Trata desde a localização, até ao aproveitamento de um certo número de alunos pelo Govêrno, a título de estímulo. Mas, o que é mesmo admirável foi a orientação prática que êle deu aos cursos"... duas ou mais vêzes, por ano, em ocasiões adequadas, principalmente após os exames parciais e finais, são realizadas em excursões (os exercícios), constituïdas por visitas a minas, a estabelecimentos industriais, a estradas de ferro, trabalhos em execução, etc..." Cremos que êste trecho encerra um programa, caracterizando u'a mentalidade. — *A. M.*

★

O couro e a civilização

A publicação que se intitula *A Fazenda*, no seu número de julho, 1943, trouxe um artigo curioso sôbre o couro, focalizando sua ocorrência na cultura material das civilizações, bem como outros aspectos do seu largo emprêgo no passado e no presente.

Nunca chegaremos a conhecer de todo algumas das mais importantes datas da história da humanidade, escreveu o articulista. Em que época se usou o fogo pela primeira vez? Quem foi o primeiro a servir-se do sal? Ninguém sabe. Como tampouco ninguem sabe quando comecou o homem a servir-se do couro, sem dúvida um dos artigos de maior importância para as civilizações prehistóricas.

A roupa e o calçado poderão parecer hoje coisas triviais, e na realidade nós as tomamos como assunto natural, e poucos serão os que terão passado sem êles.

Porém houve uma vez — data notável — em que um inventor de alguma tribo da antigüidade, cubriu com uma pele de animal os pés feridos pelas pedras ou queimados pelas calcinantes areias do deserto, dando com isto a origem ao primeiro par de sapatos. A alegria experimentada com tão feliz invenção não tardou em espalhar-se entre seus companheiros. Com a proteção e comodidade que oferecia êste novo artifício, os filhos de Adão puderam empreender maiores jornadas em busca de víveres, sem ter que deitar-se tão amiude com fome, como faziam anteriormente; puderam andar à caça com maior segurança, internando-se por selvas ou bosques, empreendendo grandes caminhadas por estradas sem fim; puderam apressar o passo sem que os pés lhes doessem, sem medo de andar tropeçando ou sem ter que se queixar dos espinhos e seixos, obtendo assim maiores vantagens sôbre seus adversários, quer fôssem homens ou animais. Já se disse, e bem, que a civilização avançou a pé, e que os bem calçados triunfaram sempre sôbre os descalços. E há razão em assim falar.

Muitos séculos de trabalho do couro para peles, roupas e calçados, se passaram antes da fase escrita da história. Consta-nos que os antigos empregaram o couro para muitos fins. As tribos primitivas se serviram dêle para suas tendas, usaram-no como leito, como tapetes, couraças e armaduras. Nada sabe a ciência de certo a respeito de quando se constatou que o couro "respira" e que a água se conserva limpa e fresca nas vasilhas de couro, descobrimento êste de transcendência sòmente superada pela do calçado, pois as tribos podiam agora lançar-se a novas aventuras, longe dos mananciais e das margens dos rios. Agora podiam levar consigo a água. Ainda hoje, em muitas partes da África e Ásia a água carrega-se dêste modo; as bolsas para água se fazem de couro como em tempos antigos; também, são de couro os odres para o vinho dos povos do deserto, como o foram na época do Antigo Testamento. Esta propriedade "respiratória" do couro é inestimável hoje em dia, posto que assim se produz a evaporação gradual da umidade, razão importante que corrobora seu uso no calçado e outras peças de vestuário. Os povos prehistóricos conheceram também o grande valor do couro para fazer cordas de arco, e escudos para o combate, e usaram tiras de couro para amarrar as pontas das flechas, como para a guarnição de utensílios, armas e ornamentos. Em data algo posterior, provàvelmente, construïram-se embarcações à maneira de canoas, e tambores usados para congregar a tribo, para estabelecer comunicação, e para música ritual primitiva. Tem-se visto como certas tribos da África e América tocam os seus tambores empregando códigos complicados de comunicação, e êste telégrafo de couro remonta provàvelmente aos tempos prehistóricos, devendo ter sido usado pelas raças primitivas, das quais descende o homem moderno.

No *Gênesis* iii, 21 lê-se: "E o Deus Jeová fez túnica de pele para o homem e a mulher, vestindo-os com as mesmas". E podemos dizer com segurança que o couro foi, durante muitos séculos, o material mais usado para vestimentas. Têm-se encontrado artigos de couro nos túmulos do Egito, que remontam a mais de trinta e três séculos, e que se conservam até hoje em perfeito estado. Vê-se em todos os anais que relatam os primeiros passos da civilização, que as peles eram tidas em grande aprêço; amiude eram clasificadas juntamente com o ouro e a prata, o marfim e as pedras preciosas, eram oferecidas em tributo aos reis e aos deuses. Os árabes da antigüidade se serviam do couro extensamente, e sua fórmula para curtir peles nos chegou através dos séculos.

Adiante, continua:

Dizem que foram os hebreus os primeiros a descobrir o valor da casca de carvalho, para o curtimento, e êste processo não foi superado até a introdução na América dos novos métodos de curtir. Outro processo antigo era o chamado "encamurçado", que já está descrito na *Iliada* de Homero. Segundo êste processo se abrem os poros da pele por lavagens contínuas, fazendo com que ela absorva o azeite à força de bater e esfregar, enquanto permanece estirada sôbre um taboleiro. O couro

macio resultante é o que se chama camurça, e grande parte das peles que se usaram na antigüidade como vestuário faziam-se dêste couro.

Os gregos construiram seus curtumes fora das cidades, e as peles ainda úmidas eram amiude estendidas no solo para que as pessoas caminhassem sôbre elas e dêste modo as amaciassem. Empregavam-se duas classes de mão de obra, curtidores e cortadores do couro, e êstes últimos eram considerados como artífices dos mais consumados. Os curtidores romanos, gregos, pompeanos e egípcios, todos usaram água de cálcio para separar o pêlo. Conheciam bem a faca de descarnar e o cilindro para completar o trabalho, e para o curtido pròpriamente dito preferiam a casca de carvalho. As peles se amontoavam estendidas, interpondo-se a casca moída. Às vêzes se aplicavam raízes e bagos diversos. Eram então submetidas durante alguns meses ao curtido, pendurando-se depois em umas estacas, e mais tarde eram esticadas com umas varas de madeira.

Desde tempos imemoriais o couro vem formando parte integrante da indumentária. O único atavio dos egeus consistia em cobrir a parte superior do corpo, a não ser os sapatos altos, "feitos provàvelmente de couro", que eram usados pelos homens. Ambos os sexos usavam as sandálias. Entre os primeiros egípcios o personagem de alta categoria ia sempre acompanhado de um servo com um par de sandálias, para o caso de que o amo as necessitasse. Isto indica o grande aprêço em que se tinha o calçado, e também quão caro devia ser. Mais tarde, tanto as sandálias como as outras formas de calçado chegaram a ser de uso corrente, porém sua importância foi destacada nos ceremoniais de palácio, quando os príncipes compareciam descalços ante o rei Faraó, permitindo-se ao monarca o luxo de estar calçado nestas ocasiões. O tipo mais simples de calçado entre os egípcios consistia em uma sola de couro ajustada ao pé por duas correias, uma passando pelo peito do pé e a outra entre os dedos. Às vêzes se acrescentava uma terceira correia, que se atava sôbre o calcanhar. E não tardou muito que se levantasse a ponta para proteger os dedos.

Em tempo dos romanos também com o calçado se indicava a categoria do personagem. Entre êles se usavam as sandálias ou sapatos leves porém com vestimenta completa (toga) era de rigor usar o "calceus". Era êste um sapato com enfeites dos lados, e correias enlaçadas na frente. O "calceus" dos senadore apresentava quatro correias, entrelaçadas em volta do tornozelo, com uma lingueta por baixo das correias. O "calceus" dos senadores era de couro negro ao passo que o dos patrícios era vermelho. Os soldados romanos usavam sandálias e botas pregadas, tendo várias correias entrelaçadas em volta do tornozelo. O calçado ou bota de montaria, muito mais alta, tinha o nome de "compagus". Também formava parte da indumentária dos romanos o gorro de pêlo (particularmente entre os soldados).

Nos países de clima muito frio o couro e as peles foram os primeiros materiais a que se recorreu para a fabricação de roupas, e em tôdas es épocas continuaram a desempenhar um papel importante. Nossas modernas jaquetas de couro e de pele de ovelha não são mais que novas adaptações de distintos tipos usados já por homens primitivos da raça nórdica. As peles se usaram primeiro, até a invenção do curtido. Depois veio a imperar o couro, por ser mais prático, menos caro mais leve e muito mais desejável por diversas razões, e as peles passaram a ser empregadas para decoração, para vestimentas de luxo, como ornamento e também em cerimônias.

O homem comum vestia um gibão de couro macio, gôrro e botinas ou sandálias também de couro. Se se tratava de um guerreiro êste ía protegido com escudo ou rodela de couro.

Desde tempo imemorial recorreu-se ao couro para armadura. Os gregos usaram grevas os perneira couraça, elmo todo de couro e também o calçado. Os escudos de madeira guarnecida de pele eram usados universalmente. Até muito mais tarde quando se começou a usar escudos de bronze e de outros metais os escudos guarnecidos de pele conservavam sua popularidade.

Os anglo-saxões faziam tôdas as suas couraças de couro ou pele endurecida, e usavam pantalonas também de pele, que decoravam com uma engenhosa rêde a que chamavam "mascles". Estas peças metálicas foram provavelmente idealizadas para quebrar ou embotar as espadas de seus adversários. Também usavam casquetes cônicos feitos de pele. As primeiras cotas de malha da cavalaria não eram senão gibões de couro reforçados com anéis de aço.

Marco Polo, o famoso explorador medieval veneziano, que foi um dos primeiros europeus a penetrar na Ásia até internar-se na China e Mongólia, referiu que os soldados de Kublai Khan, o grande monarca dos tártaros e chineses, usavam também couraça de couro. "Esta gente", disse êle, "usa uma couraça protetora que obtem das peles grossas do búfalo ou outros animais, que secam ao fogo, ficando assim bastante duras e consistentes". Em outro lugar faz um interessante relato sôbre como os soldados tártaros preparavam e conservavam suas rações de campanha; Leite sêco! Depois de indicar que o leite fresco é desnatado e fervido, acrescenta que logo "o põem ao sol até secar. Ao entrar em campanha, êstes (os soldados) levam cada um cêrca de dez libras, e meia libra desta quantidade êles põem tôdas as manhãs em um recipiente de couro, ou seja, em um pequeno odre, com a quantidade de água que julgam necessária. Ao montar a cavalo a substância é agitada enèrgicamente, resultando daí um caldo, de que se servem para comer".

Marco Polo, ao visitar a Índia, descreve assim as mercadorias de Guzarate, "junto ao Oceano Índico": "As colchas para as camas são feitas de peles vermelhas e azuis, delicadas e macias em extremo, e guarnecidas com fios de prata e ouro; sôbre elas costumam repousar os maometanos".

Os árabes e mouros espanhóis (desde o século XIII ao XV) foram os que introduziram na Europa as artes árabes e orientais de curtimento, entre elas a do seleiro. As selas de montar e arreios muçulmanos eram ricamente ornamentadas, algumas até recamadas com preciosas pedrarias e na época colonial americana, esta arte e gôsto exquisito para a ornamentação, foi transmitida ao México e à América do Sul pelos famosos conquistadores espanhóis; e deve dizer-se que despertaram grande voga.

Hakluyt despachou para a Persia, em 1579, um tintureiro, um tal Morgan Hubblethrone, para que se especializasse nas artes dos persas que pudessem ser de interêsse para os inglêses, e entre suas instruções estava a do número 6; "Os persas são muito hábeis na fabricação de borzeguins realçados com couros espanhóis de diversa categoria, com as mais vivas cores, e estas são as que usam alí os curtidores: a aprendizagem desta arte não poderá causar prejuizo".

A Inglaterra possuia naquela época muitos curtidores e artistas de peles experimentados, porém Hakluyt, na representação, provàvelmente de seu govêrno, tinha grande interêsse em que todos os segredos do comércio fôssem apreendidos pelos vassalos da Rainha Isabel.

Desde os primórdios da civilização anglo-saxã, as peles constituíam um material importantíssimo entre os inglêses como indumentária, como couraça, e como calçado, selas, odres

e demais artigos necessários à vida cotidiana. Colocavam-se, peles nas janelas — que ordinàriamente não tinham vidros por aqueles tempos, — para resguardar-se contra o frio, as chuvas e a neve. Na Idade Média a indústria era organizada em grêmios ou irmandades, comumente chamadas companhias e às vezes "mistérios". Êstes patronatos eram muito poderosos e governavam com mão de ferro para garantir a qualidade das artes. Entre os primeiros a formar o grêmio se acharam os trabalhadores de couro. Na França, a Irmandade dos Curtidores foi estabelecida em 1397 por Carlos o Sábio, e se achava às ordens da Igreja. Comprava-se do reino o direito de fazer-se curtidor por dez e seis "souses", e cada irmão tinha que jurar observar os costumes e preceitos morais de sua arte.

Onze dos cento e onze grêmios registrados em Londres em 1422 pertenciam à indústria do couro, e secções inteiras da cidade eram designadas com o nome de "cordovanerias". O vocábulo "cordovão" deriva de Córdova. Córdova foi um dos maiores centros na indústria do couro de Espanha, e o nome "cordovão" se dá até hoje a um couro feito de pele de cavalo, que teve muita voga entre os árabes espanhóis, e continua sendo muito popular.

Na idade Média as pessoas usavam gibões e calças, como se chamava então a peça de vestir que cobria, bem justa, as pernas até a cintura. Disto nos ficou até hoje a meia (ou meia calça) e o calção. Ao calçado se davam freqüentemente distintas formas mais ou menos engehosas; às vêzes terminava em ponta, que em certa época se prendia a rodilha onde se punham borlas e campainhas. A isto se deu o nome de "polainas", ou "cracóvias", por ter-se trazido o costume da Polônia. Porém, o calçado característico medieval não tem esta ponta grotesca e exagerada, embora também fôsse um pouco ponteagudo; era feito de couro macio, ajustado ao tornozelo, com altas orelhas tanto em frente com o salto. Mais tarde, no reinado de Enrique VIII de Inglaterra, a moda incorreu em outro extremo: o da largura.

Foi na Idade Média que a arte do livro chegou sem dúvida ao apogeu, com seus pergaminhos lindamente decorados ou "iluminados" com prata e ouro e com quantas côres eram conhecidas pelos artistas, em geral monges. Todos os livros se escreviam e ilustravam à mão, e a arte do livro era obra quase exclusiva dos mosteiros, onde havia que procurar as melhores bibliotecas, a não ser as dos papas e monarcas.

Porém isto foi antes da invenção da imprensa. Fazer um livro significava um processo demorado e penoso, e por isso só se usavam materiais escolhidos. O pergaminho, em uma ou outra forma, se vinha usando desde os mais remotos tempos. As peles haviam sido empregadas para escrever pelos antigos egípcios; existem ainda hoje rolos de pergaminho que remontam a 1 500 anos antes da éra cristã. Na Ásia ocidental a prática de escrever em peles estava já muito espalhada em época mui distante. Os hebreus se serviam de rolos de pergaminho para seus livros sagrados, e é de supôr que os usassem para sua literatura. Êste hábito êles conservaram até hoje, pois ainda se escreve sôbre rolos nas sinagogas. Os fenícios e persas escreviam também suas crônicas em pergaminho, assim como os gregos de Jônia, segundo Heródoto.

Passando a outra fase histórica, escreve:

Na éra primitiva do Cristianismo na França (quando ainda formava parte do Império Romano, com o nome de Gália) apareceu São Crispim o padroeiro dos sapateiros. Êste Santo descendia de nobre família romana. E' universalmente venerado particularmente na Itália. Abraçou o Cristianismo, o que naquela época constituía uma ofensa contra a lei, e fugiu para a Gália com seu irmão Cipriano. Lá trabalhou de sapateiro em uma aldeia conhecida hoje com o nome de Soissons, e se distinguiu por seu esfôrço de evangelização, assim como por seus inumeros atos de caridade. Segundo a tradição, era tanto o seu amor pelos indigentes que chegou até a cortar couro para fazer calçado para os pobres. Daí se dar o nome de "crispinadas", as obras de caridade praticadas às custas do vizinho. No ano 287, os irmãos sofreram martírio pela fé, e em honra do santo sapateiro se celebra uma festa a 25 de outubro.

Acrescentaremos que a civilização brasileira teve também sua *época do couro*, durante a expansão dos rebanhos pelo Nordeste, no II século — ou, anteriormente, no *rush* bandeirante de 1600.

Quando o paulista desbravou as florestas, empurrando o Tordesilhas, com a sua audácia, o couro lhe foi bastante útil, na confecção dos arreios das bestas de carga, das bruacas ou mesmo das vestes, protetoras do corpo, à guisa de armadura. De couro seria feito ainda o leito das crianças de Piratininga — filhas dos batedores do sertão. Um grande escritor brasileiro, romanceando sôbre êsse período, falaria no *renquerenque* dêsses berços, suave acalento sugerindo distâncias e mistérios do sertão.

Ao norte, nesse *outro* Nordeste tão bem estudado pelo sr. Djacir Menezes, o couro chegou a caracterizar uma civilização. *Época do couro*, escreveria Capistrano de Abreu. "De couro era porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a pela para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surroes, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz".

★

Escoadouro para a Lagôa Feia

Falando sôbre o problema de saneamento da Baixada Fluminense um técnico já fêz, com muita propriedade, o reparo de que falharam sempre, no passado, as obras ensaiadas por êste ou aquele particular destinadas a promover o livre escoamento das águas — justamente pelo isolacionismo dêsses empreendimentos. Sem obedecer a um plano de conjunto não podiam essas tentativas resolver o problema das cheias.

Os estadistas do Império com a sua larga visão dos problemas administrativos fizeram com que o Govêrno interviesse uma única vez no assunto com u'a medida de grande alcance — a construção do Canal Campos — Macaé. Esta hidrovia facilitando as comunicações entre as duas cidades, levando o açúcar da primeira ao bom pôrto de mar existente na segunda — desempenhava ao lado dêste papel estritamente econômico, um outro, o de manter — até certo ponto — o equilíbrio da rêde hidrográfica da Planície Goitacá.

Infelizmente êste mesmo canal seria abandonado durante todo o nosso primeiro período republicano. A estrada de ferro anularia o papel do canal, no que diz respeito à navegação; o livre crescimento da vegetação marginal prejudicaria, em pouco tempo, sua função de escoadouro de águas.

Existe, aliás, um outro fator bem importante nessa questão da Baixada Fluminense. A existência do escravo, durante o Império, bem ou mal ia possibilitando ao fazendeiro manter, desobstruídos, os rios e canais que porventura passassem pelos seus domínios. Graças a isso, asseguravam a produtividade das glebas e a salubridade da região. Quem hoje visita a perifé-

ria da Guanabara ou percorre êste delicioso roteiro que se estende pelo litoral sul-fluminense, até Campos, sente-se contristado com o que encontra, o silêncio e a monumentalidade das ruínas — nas cidades quase-mortas — atestando esplendores extintos.

Com a abolição e os dois fenômenos subseqüentes, desvalorizou-se a Baixada. O primeiro dêstes fenômenos foi o êxodo do negro para as grandes cidades e para as lavouras do sul, onde obtinham remuneração melhor; o segundo foi o êxodo do próprio fazendeiro, fascinado pela vida urbana, pelo encilhamento, pela política e pela burocracia. Com a extinção da aristocracia, esfacelara-se também a tradição do ruralismo, o velho orgulho de residir no próprio domínio...

Resistiu o homem da Planície, ao norte. Suas ligações ao solo não estavam condicionadas a esta ou aquela circunstância de época. Era algo de mais forte, tendo raízes nos tempos. Há trezentos anos agricultava essa terra, lutando contra tudo, recompensado sòmente pela feracidade espantosa do massapê.

Entretanto, a Baixada abandonada — ou a outra, a que o homem não largou — mereciam as atenções governamentais; precisava-se restaurar o potencial econômico desta região prestando, ao mesmo tempo, uma assistência material às suas populações. O Estado Moderno tem um grande dever em face do homem.

O saneamento da Baixada esteve nas cogitações de Nilo Peçanha. O pouco tempo de que dispôs êste presidente, nascido em Campos, impediu a consumação da obra. Caberia ao Govêrno atual, realizá-la.

São incalculáveis os benefícios já advindos do que foi empreendido. Áreas até bem pouco tempo alagadas, insalubres, improdutivas, estão cobertas de culturas, prósperas. A última cheia do Paraíba veio prôvar a excelência dessas obras de proteção à cidade de Campos.

A chave mesma do saneamento da Baixada Campista era um canal ligando a Lagoa Feia ao mar. As águas da Planície correm, seguindo o declive natural, para o sul. O próprio Paraíba já andou para lá, permanecendo ainda o vestígio imponente do seu delta. Impunha-se portanto a ligação da imensa lagoa ao Atlântico.

Faz-se isto agora. Esta obra é o último capítulo do saneamento da Baixada. Vem completar todo o sistema de canais construidos. Uma recente notícia fornecida pelo DEIP fluminense, fala-nos dêste gigantesco sangradouro.

O Canal da Flexa — denomina-se assim, pela linha reta do seu traçado — provocará uma descida de três metros no nível das águas da Lagoa Feia, afastando para sempre o perigo das periódicas inundações campistas. E' uma realização governamental de grande importância geográfica. — A.M.

*

Opiniões

"Por que naturalogia ?"

O prof. Portela de Azevedo, doutor em ciências físicas e naturais, enviou à redação do *Boletim* o trabalho de sua autoria cujo título epigrafa esta nota. "Com esta remessa do meu trabalho "Porque Naturalogia?" estou solicitando a crítica autorizada do seu órgão de imprensa sôbre o nome "Elementos de Onomástica da Naturalogia Brasiliense" e, muito especialmente sôbre o meu neologismo — Naturalogia," disse êle na carta que acompanhou o mencionado trabalho.

Emitindo um conceito sôbre o assunto, assim se expressou o prof. Sá Nunes, renomado filólogo brasileiro e assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia, a quem foi encaminhada a consulta:

"O ilustre Sr. Prof. Portela de Azevedo, achando imprecisa e imprópria a expressão "história natural", criou o neologismo "naturalogia" para substituí-la, na acepção consagrada de "conjunto das diversas partes de cada um dos corpos existentes na superfície e no interior da terra".

O têrmo é formado pelo substantivo vernáculo "natura" juxtaposto ao elemento grego "logia", sendo, portanto hibridismo. Não são raros os hibridismos formados por êsse porcesso: "naturalogia" pertence ao número das palavras fàcilmente formáveis. O elemento sufixal "logia", que significa "tratado", "descrição", "doutrina", presta-se para a formação de inúmeros vocábulos em nossa língua, até na gíria, como "burrologia".

A forma grega própria para designar o que ora se quer fazer com o neologismo em aprêço é fisiologia", formada de "physis" mais "logos" e o sufixo "ia"; mas êsse vocábulo, desde o século XVIII, foi desviado de seu significado etimológico pelo célebre anatomista Alberto Haller, que o aplicou para designar os fenômenos da vida, o estudo dos sêres vivos.

Não sendo possível criar um têrmo vernáculo para sucedâneo da expressão "história natural", como os alemães criaram o seu "Naturgeschichte", nem adotar o vocábulo "fisiologia" para êsse fim, por ter hoje significação especial, o único remédio é continuarmos a seguir o exemplo dos franceses, que dizem "histoire naturelle"; dos italianos, que têm o seu "storia naturale"; dos inglêses, que se contentam com a sua expressão "natural history", etc. Entretanto, se o neologismo "naturalogia" tiver a sorte que teve "sociologia", inventado por Augusto Comte, que o formou do substantivo latino socius (m) mais "logia", só nos restará ufanar de enriquecer o vocabulário comum com tal palavra, que é realmente eustômica e digna de viver".

★

Imigração de Após Guerra

Em 30 de julho último, o Sr. Castro Barreto pronunciou, na Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, uma conferência, promovida pelo Instituto de Estudos Brasileiros, em que estudou o grande e oportuno problema da Imigração de após guerra.

Debatendo as idéias expendidas pelo conferencista, o Sr. Fernando Mibielli de Carvalho teceu os seguintes comentários sôbre o assunto versado:

A palavra que acabamos de ouvir não podia, evidentemente, sob pena de se tornar demasiado longa, abordar o problema da "Imigração no Após Guerra", chamando para o mesmo a atenção dos responsáveis pelos destinos do país, senão em suas linhas gerais. Não aprofundou, por conseguinte, o exame de assunto tão atual quanto complexo, para chegar a conclusões concernentes. Não quis o seu autor, dest'arte remontar seguidamente ás admiráveis conferências por êle pronunciadas nesta Casa e onde se acham estudadas várias questões que o tema suscita. Parece-me, pois, não ser fora de propósito pedir ao Instituto de Estudos Brasileiros que me acompanhe em um apêlo ao Dr. Castro Barreto no sentido de reunir em livro os seus trabalhos em tôrno do problema populacional brasileiro. Seria uma contribuïção valiosa para a elucidação da tese e mais um serviço que o país ficaria a dever à inteligência e operosidade do conferencista.

Decorrem, entretanto, a meu ver, das premissas por êle expostas há pouco, as seguintes conclusões:

1) Finda a Guerra haverá no Mundo um excesso de população faminta e desamparada a colocar onde há espaço e condições melhores de vida;

2) A América do Sul (especialmente o Brasil) possue grande extensão de território vasio capaz de receber êsses nossos irmãos desgraçados.

Assim sendo, o Brasil terá fatalmente de abrir suas portas á Imigração para acolher uma parte do excesso de população de outras regiões do Globo.

Esta será talvez a mais importante contribuïcão do nosso país no esfôrço de reconstrução do Mundo após o presente conflito, com o objetivo de assegurar uma Paz permanente, dentro dos postulados da Carta do Atlântico.

E é, para nós, uma felicidade que assim seja, porquanto a imigração é uma necessidade para o país que sabidamente carece de população suficiente para o seu desenvolvimento.

Dêsse modo, não será à custa de sacrifícios, — como o fizeram os Estados Unidos da América e a Inglaterra, conforme acentuou o conferencista, que o Brasil humanitàriamente receberá os deserdados filhos da Europa. Antes será atendendo a um imperativo nacional, qual seja a solução dos problemas do seu povoamento e da falta da mão de obra que, nêste momento, ante a mobilização nacional, se revela escassa para assegurar a produção agrícola, o aumento da extração da borracha na Amazônia, a construção e melhoramento dos ramais ferroviários e rodoviários indispensáveis à substituïção do transporte marítimo, bem como para elevar a produção do carvão nacional no Rio Grande do Sul, no Paraná e, especialmente, em Santa Catarina.

Cumpre, portanto, ir desde logo estudando os meios de — não direi *ter*, antes *fometar* — uma imigração cientificamente orientada e cientificamente policiada" como, com todo o acêrto, preconizou o Dr. Castro Barreto.

Como entender a imigração "cientìcamente orientada"? O conferencista não entra em minúcias deixando-nos ensejo de alvitrar algumas idéias que submetemos à sua censura e as dos demais mestres aquí presentes.

No conceito de imigração cientìficamente orientada, sem dúvida que o requisito essencial tendo em vista o imigrante como elemento de composição racial que deve entrar no *melting-pot* brasileiro, contribuindo para a melhoria crescente da nossa etnia, deve ser a raça branca ueropéia.

Conforme já tivemos ocasião de lembrar em uma comunicação à Sociedade Brasileira de Estatística, "entre a raça branca devemos escolher as populações que maiores afinidades têm com o nosso povo e que já provaram ser facilmente assimiláveis pela massa demográfica brasileira", notadamente os italianos, portugueses e espanhóis.

Fixado êsse primeiro ponto, a resolução das demais questões etnológicas, eugênicas e higiênicas que devem ser enfrentadas dentro das exigências biológicas para o recebimento dos imigrantes serão de mais fácil solução. Por isso, em nosso referido estudo, sugerimos a adoção pelo Brasil do preceito constitucional argentino, defendido pelo gênio político de Alberdi, limitando a imigração à raça branca européia.

Não serei eu, contudo, quem tenha a autoridade, entre os presentes, para recomendar ou aconselhar os requisitos que do ponto de vista biológico devem os imigrantes preencher afim de que seja a imigração "cientìficamente policiada". Por certo que os ilustres médicos aquí reünidos, cujos trabalhos no campo da etnologia e da eugenia já ultrapassaram as fronteiras do Brasil, têm muito maior competência para opinarem sôbre matéria tão difícil.

Estamos de inteiro acôrdo sôbre o perigo de admitirmos em nosso meio a "escumalha da guerra". Eis mais uma poderosa razão a militar em favor da medida por nós alvitrada no sentido do Estado fomentar, dirigir, encaminhar, receber e distribuir as correntes imigratórias. Com efeito, é de esperar quanto á imigração de após-guerra que haja uma grande competição entre os países americanos, ávidos de braços para o trabalho e de potencial humano para aumento das suas escassas populações, na atração para os seus campos e fábricas dos elementos mais capazes, mais aptos e melhor dotados orgânica e intelectualmente. A propósito deve ser dito que o Brasil se acha completamente desaparelhado para enfrentar com êxito uma tal competição, não só em virtude da orientação dada às leis em vigor sôbre a situação do estrangeiro na comunidade nacional, — o que pode servir de *leit motiv* à propaganda dos países interessados em receber o melhor imigrante — como do ponto de vista da organização administrativa para a realização de uma política imigratória eficiente. Para só citarmos um exemplo, basta dizer que a única Hospedaria em condições de atender aos serviços indispensáveis ao recebimento do Imigrante e seu encaminhamento ao trabalho é a do Estado de São Paulo. A do Estado de Minas Gerais, que fôra creada tomando por modêlo a de São Paulo, veiu a desaparecer por inútil. A da Ilha das Flores apesar de possuir direção idônea, não satisfaz aos seus fins.

O Dr. Henrique Dória Vasconcelos, diretor do Departamento Nacional de Imigração, em recente exposição apresentada ao Senhor Ministro do Trabalho, depois de demonstrar a precariedade das instalações da velha Hospedaria da Ilha das Flores, chama a atenção dos poderes públicos para a absoluta necessidade de que o Rio de Janeiro seja dotado de uma "estação sanitária marítima e uma Hospedaria de imigrantes perfeitamente localizadas e aparelhadas, de modo a executar, com a máxima eficiência, os serviços que são da alçada do Departamento Nacional de Imigração.

Assim, se o Brasil não estabelecer uma política imigratória esclarecida, atraindo e selecionando na Europa os imigrantes capazes de concorrer para uma melhoria da etnia nacional, para o seu engrandecimento econômico e aumento da sua população, e, bem assim, organizando o aparelhamento necessário para acolhêlo e distribuí-lo convenientemente pelo território nacional, por certo que só nos restará receber a "escumalha da guerra", regeitada pelos outros países de imigração. Da recusa das nossas autoridades em receber tais imigrantes em nossos portos decorrerá maior mal, porquanto as companhias de navegação obrigadas a levar de retôrno os passageiros que aquí deviam desembarcar, atalhando maiores prejuízos, passarão a recusar o transporte de imigrantes para o nosso país.

Sem dúvida que "tudo concorre para que se voltem os olhos aflitos" das masass européias oprimidas e famintas "para a América Latina, especialmente para o Brasil". Mas desde que êsses olhos alienígenas demorem um pouco a contemplar a atual païsagem brasileira de acolhimento dos estrangeiros em confronto com a Argentina e a do México, por exemplo, a escôlha não será difícil...

É-nos grato constatar que o Dr. Castro Barreto também compartilha da nossa opinião quanto ao abandono do "rigoroso critério do imigrante agricultor, dando igualmente preferência ao médio-técnico e ao trabalhador especializado" como dos objetivos a nortear uma politica imigratória brasileira.

Com a devida vênia discordamos da assertiva segundo a qual "o nosso crescimento demográfico deixou práticamente de receber o fator imigrante nesses últimos anos *em virtude da situação internacional*". Aliás o próprio conferencista consigna que "entre os imigrantes que recebemos nêste último quinqüênio predominou a etnia judáica". "O afluxo de judeus imigrantes nas nossas grandes cidades é tão patente que surpreende a todos os observadores a sua invasão crescente no mundo dos adquirentes de imóveis, dos comerciantes e dos universitários". Podemos trazer o nosso testemunho dos esforços feitos por uma companhia polonesa de colonização para trazer emigrantes daquela nacionalidade ao Brasil e, bem assim, de um plano do Govêrno do Estado de Goiaz para a vinda de uma leva de colonos espanhóes que seria colocada no Norte e Centro daquela Unidade Federada; ambas as iniciativas desencorajadas e frustadas pelas descabidas exigências das nossas leis imigratórias em vigor. Essas leis só se podem justificar como de emergência e delas se colheram resultados contraproducentes, não previstos pelos seus autores, com a entrada de colonos japoneses, diminuïção das imigração branca e afluxo de judeu que se veem estabelecendo exclusivamente em nossos centros urbanos. Também "não nos move qualquer preconceito contra os judeus", porém, estamos de acôrdo com o conferencista quanto á incoveniência de se alargar a sua admissão na comunidade brasileira em virtude da sua intolerância sectária, principal causa do seu baixo coeficiente de assimilação.

Afirma o Dr. Castro Barreto que "as verdadeiras migrações, ou sejam deslocamentos integrais de povos, são quase desconhecidas na idade moderna e contemporânea, com exceção das trocas da Grande Guerra entre gregos e turcos, por exemplo, com a deportação de um milhão de gregos da Ásia Menor para a Hélade e meio milhão de turcos do norte de Grécia para a

Turquia". Peço permissão para lembrar que pode ser talvez caracterizado como um deslocamento integral" a emigração dos alemães dos países bálticos para a Prússia Oriental, pouco antes da eclosão da presente Guerra, as trocas entre austro-alemães e italianos nas regiões do tirol e de Trieste-Fiume, ou o êxodo das populações rumenas da Bessarábia, cedida à Rússia e dos territórios da Transilvânia, ocupados pela Hungria. Ainda não se podem aquilatar das migrações forçadas ocorridas na Europa assolada pelos nazistas, mas as notícias que conseguem chegar à América, através de países neutros, prenunciam terem sido muito importantes.

Tratando da emigração européia de antes da Primeira Grande Guerra Mundial, diz o conferencista que se revelavam "essas massas migrantes excelente expansão da sua economia, das indústrias, quando não dos seus planos geo-políticos. A certeza de mercados seguros, de vantajosos intercâmbios, ou mesmo de sórdida exploração dos povos coloniais, constituíam as bases da política emigratória". Abrigo-me em excelente estudo do eminente sociólogo Prof. Emilio Willems afim de que não paire mais dúvidas sôbre êsse *slogan* da propaganda nacionalista contra a imigração. "Eis aí, diz o citado autor, uma miragem com que se tenciona atribuir uma função econômica a movimento imigratório, ao mesmo tempo encobrindo-se a real incapacidade de impedir o êxodo em grande escala e a perda irremidiável de consideráveis valores humanos e econômicos". "O imigrante dispôsto a subordinar os seus interêsses econômicos aos imperativos de uma determinada moral política, difícilmente existe". Cita o Prof. Willems vários exemplos colhidos na colonização estrangeira no sul do país em que se verifica "que o imigrante, ao invés de servir de instrumento ao expansionismo econômico do seu país de origem, lhe promove uma concurrência cerrada, arrebatando-lhe um produto depois do outro". Prova concludentemente que "os industriais imigrados ou descendentes de imigrantes concorrem atualmente com as indústrias do seu país de origem apenas no mercado nacional. Terminada a atual guerra, a concurrência travar-se-á nos mercados sul-americanos, completando assim o ciclo evolutivo que caracteriza uma das principais tendências da econômia capitalista". Não é outro o depoimento de Donald Pierson: "A exportação de capitais e maquinismos da Europa marcou a fase final do processo total de expansão. Marcou a fase final porque esta exportação de capitais e maquinismos resultou no desenvolvimento de centros manufatureiros em áreas afastadas, particularmente na índia, China, África Meridional, América do Sul e outros pontos, cuja produção está entrando sériamente em competição com a das manufaturas européias".

Com estas pequenas e despretenciosas observações julgo haver concorrido para mostrar a importância e atualidade da conferência com que o Instituto de Estudos Brasileiros e a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres cumprem mais uma etapa dos seus programas.

*

Expedições Geográficas

Professor F. Venâncio Filho, pronunciou, recentemente, a seguinte palestra sôbre "Expedições Geográficas", irradiada por uma das emissoras desta Capital: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, superiormente dirigido pelo Embaixador Macedo Soares, prossegue na sua função de promover, colaborar e estimular expedições, de base geográfica e de caráter científico. No último número de 1942 de sua excelente Revista, já no seu 4.º ano, encontra-se o relato de uma destas excursões, realizada pelo Conselho Nacional de Geografia, em colaboração com a Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional de Produção Mineral.

A divergência dos mapas existentes foi a origem desta expedição. Os trabalhos foram feitos, durante meses, na região do divisor de águas entre as bacías do S. Francisco e Tocantins, no trecho que vai da cidade de Formosa a de Dianópolis em Goiaz.

Partindo de Formosa iniciou-se o programa, dividido em duas partes: 1 — estudos geográficos e levantamentos topográficos do trecho entre Formosa e Sitio d'Abadia, região limítrofe entre Goiaz e Minas Gerais; 2 — estudos visando os mesmos trabalhos entre Sítio d'Abadia em direção ao norte, nas divisas de Goiaz e Baía.

Os resultados geográficos da expedição foram apreciáveis, principalmente no que se refere à futura carta do Brasil, ao milionésimo, em preparo pelo Conselho. Foi feito, assim, o levantamento astronômico e topográfico de uma faixa de cêrca de 50 km de largura, sendo necessários cêrca de 2 500 km de caminhamentos expeditos, fixadas as coordenadas geográficas de 33 pontos, dos quais 22 com a respectiva declinação magnética, determinadas pelo Chefe de uma das divisões da expedição, o Engenheiro Gilvandro Simas Pereira. Muitos dêstes pontos estão situados em região inteiramente deserta.

Sob o ponto de vista geológico foram realizados estudos das formações geológicas dêste trecho do planalto central, que servirão ao melhor conhecimento da nossa carta geológica. Colheram-se igualmente fósseis nas formações calcáreas da área da vila de Cocos, próxima à cidade de Carinhanha, na Baía.

A região percorrida é, em sua maior parte, constituída de chapadões, de altitude variável entre 900 e 950 metros, estendendo-se para o norte, atingindo as cabeceiras do Rio Branco e para o leste nas proximidades do vale do S. Francisco. A vegetação, pobre em geral, nas proximidades dêstes rios apresenta cerrados e veredas, dando lugar a "florestas em galerias". Os terrenos arenosos, na superfície, a poucos centímetros têm consistência mais resistentes.

Êstes planaltos possuem, a oeste, escarpas de 200 metros de altura, avançando para o norte e são de origem erosiva e só oferecem passagem através de boqueirões.

Os terrenos do Estado de Goiaz, a oeste, em nível um pouco inferior, teem feição diversa. A vegetação é menos pobre, o terreno mais arenoso, o relêvo mais ondulado, a temperatura mais elevada, e os ventos mais fracos.

Além dêstes aspectos fisiográficos encontram-se no trabalho do Eng. Gilvandro Simas Pereira algumas considerações antropogeográficas, sôbre os habitantes das regiões percorridas. Acompanha a exposição um mapa minucioso. Não foi sem sacrifícios pessoais que se levou a têrmo esta exploração mais de caráter geográfico, pois dois de seus componentes vieram a falecer em conseqüência de enfermidades aí adquiridas.

Embora modesta, principalmente nos recursos de que dispunha, esta expedição acumulou material para um melhor conhecimento da região, base indispensável à grande síntese geográfica que o I.B.G.E. empreende, com as suas campanhas: a da descrição das linhas divisórias, a dos mapas municipais, a das coordenadas geográficas e a altimétria. E não será por certo o mior serviço prestado pelo benemérito Instituto, a que já tanto deve o Brasil.

*

Sinopsé Geográfica

A *Geografia*, segundo fontes dignas de crédito, não foi estranha a determinados povos da Antigüidade. E' o que se depreende, pelo menos, da consulta a depoïmentos reputados honestos, de autenticidade insuspeita.

Se não fôra a divulgação dos textos de certos documentos, cuidadosamente interpretados por homens de aquilatada cultura e responsabilidade, seriam ignorados, hoje, nomes como os de Fou-hi (2850 a.C.), Hoang-ti... (2608 a.C.), Lahua-oki (2503 a.C.) e outros que, num passado remoto, consagraram parte de sua existência a pacientes observações astronômicas. Também aos caldeus não só devemos a descoberta do zódiaco, como a do período de Saros, afora outras contribuïções, dentre as quais, muitas até de referência apóclifa.

Não nos esqueçamos, outrossim, dos egípcios, em abono de cujas manifestações científicas avulta a orientação impressa às pirâmides, obeliscos, estátuas monolíticas e temílos, testemunho milenar de que êles, já na infância da Humanidade, além de outros aspectos educativos, sabiam traçar a meridiana.

Com êstes velhos africanos, muito aprenderam os gregos, em particular, no tocante à observação dos fenômenos celestes; assim o atestam as alternadas peregrinações dos primeiros filósofos helênicos, como, para não citar muitos, Tales, Pitágoras e Platão, mòrmente depois que se fundou a chamada *metrópole intelectual do povo grego*, mais conhecida por *Escola de Alexandria*, dotada de magníficos observatórios, jardins esplêndidos e ricas bibliotecas, cujo florescimento teve lugar cêrca de duzentos anos antes de Cristo.

Os demais povos, como, *verbi gratia*, hetitas, fenícios, iranianos e outros, divorciaram-se, bastante, de tais cogitações científicas, o que nos outorga a faculdade de dizer com prudente reserva, que os conhecimentos geográficos passaram, entre êles, quase que desapercebidos.

Nascida na Egeida, posto que a seu respeito, nos primeiros tempos, mui pouco se soubesse, viveu a *Geografia* uma existência tranquila, fossilizada na biblioteca de alguns nababescos detentores da ciência do passado. Seu progresso, embora paulatino, só a partir de fins do século XIX, tomou incremento. Para isso, concorreram, dentre inúmeras outras manifestações de atividade indagativa, as descobertas de viajantes audazes, as explorações de reduzido número de homens de gabinete e, particularmente, as iniciativas de vaidosos cavalheiros.

Já o filósofo Tales, provàvelmente de origem fenícia, — o primeiro dos sete sábios da Grécia, natural de Mileto, na Ásia Menor, (640-548 a.C.), fundador da Escola Jônica, (cêrca de 600 a.C.) e autor de uma *Cosmologia* — ensinava a obliqüidade da ecíltica e a esfericidade da Terra cabendo-lhe, ainda, a primazia da explicação das causas motivadoras dos eclípses do Sol e da Lua.

Pitágoras, (582-500 a.C.), o genial matemático e filósofo samoense, discípulo de Tales e de Ferécidas, egresso de Tebas, no Egito onde passou vinte e dois anos admitia tivesse a Terra dois movimentos — rotação e translação — assim como esposava o princípio segundo o qual as estrêlas são, também, sóis, em tôrno dos quais gravitam outros tantos sistemas planetários.

A incompreensão dos contemporâneos, infelizmente, não permitiu ao mestre nem aos seus discípulos divulgar tais conhecimentos, uma vez que *não queriam expor essas teorias ao desprêzo do povo ignorante*.

Depois vem Mentão, astrônomo ateniense, que descobre o ciclo lunar, (433 a.C.), acontecimento imperecível na história da *Geografia* gravado com letras áureas na famosa porta do templo de Palas Atenas, deusa das ciências, letras e artes .

Mais tarde, surge Platão natural de Atenas, (429-347 a.C.) ilustre filósofo, discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles que empresta, igualmente, seu valioso concurso à *ciência geográfica* com a descoberta do movimento dos planetas e da obliqüidade de suas órbitas.

Ulteriormente, o estagirita Aristóteles, (384-322 a.C.) o maior sábio da Humanidade preceptor de Alexandre o Grande, prova a redondeza terráquea baseando-se, para o conseguir, na forma circular da sombra que o nosso planeta projeta sôbre a Lua, durante os eclípses selênicos.

Segue-se-lhe, em época mais recente, o célebre filósofo, historiador e geógrafo Dicearco, (347-285 a.C.), discípulo de Aristóteles, cuja reputação, como polígrafo, na Antgüidade, em muito lhe facilita as pesquisas; destas se aproveita, hàbilmente, o erudito grego, selecionando elementos com que esboça suas famosas *cartas*, a primeira das quais constava de uma linha traçada de oeste para leste, e outra, perpendicular a esta, de norte para sul.

Também Aristarco de Samos, ilustrado astrônomo, não permanece na penumbra; em 281 a.C., imagina interessante processo que lhe faculta calcular o diâmetro aparente do Sol e a distância da Terra, ao mesmo tempo que divulga, entre seus discípulos, a teoria de que o nosso planeta gira em tôrno do próprio eixo e em volta do Sol.

Pela mesma estrada, antolha-nos, ainda, Erastóstenes de Cirene, (274-194 a.C.), — o enciclopédico bibliotecário de Alexandria, onde fêz seus estudos, discípulo de Aristarco, amigo de Geômetra Arquimedes e, sobretudo, consagrado o mais notável geógrafo da Antigüidade, — que demonstra a inclinação da eclítica sôbre o eqüador, elabora a primeira tentativa verdadeiramente científica para determinação da grandeza da Terra, a qual avalia, depois de haver medido um marco de meridiano compreendido entre as cidades egípcias de Alexandria e Assum, então Siene.

Em marcha pela obra dos predecessores, deparamos, mais tarde, Hiparco de Nicéia, (160-125 a.C.), reputado o mais insígne astrônomo da Antgüidade, que, dentre exaustiva e singular contribuïção, lega, à *Geografia*, a descoberta da precessão dos equinóxios, determina as coordedas de um ponto, da Terra, — latitude e longitude, — articula um catálogo de estrêlas, levanta uma carta do céu, calcula a duração do ano trópico, inventa a projeção estereográfica, além de construir os primeiros astrolábios. Seu processo é longo e contrasta, flagrantemente, com as manifestações intelectivas de todos os que o anteciparam.

Por fim, Filolaus, Anaximandro, Arquimedes, Plutarco, Ptolomeu e outros, que não lhe ficam aquém nas iniciativas.

Se é verdade que, vêzes sem conta, as pesquisas lhes comprometeram, de algum modo, o nome e o lazer, não é menos certo, todavia, que os resultados obtidos engendraram surprezas bem significativas.

Os ramanos, lástima é dizê-lo, muito pouco exploraram a *Geografia;* só o aspecto empírico lhes despertou pálida motivação, entusiasmo que não foi além das cartas-itinerárias, portulanos, guias e roteiros. Tal descaso implicou na estagnação temporária do lado especulativo desta ciência.

Não obstante, merecem especial referência, dentre inúmeros outros, os nomes de Políbio, (205-123 a.C.), o mais conciente, o mais verídico e o último dos bons historialores da Grécia, cujo trabalho — *Da Terra habitável aos con-*

fins do Eqüador — excelente impressão causou a quantos o consultaram; Estrabão, (60 a.C. — 20 d.C.), com sua não menos curiosa *Geografia*, obra pacientemente redigida em grego e contemporâneo do imperador romano Augusto; Pompônio Mela — *De situ orbis* — e Plínio, o Antigo, autor de uma *História Naturalis*.

No período medieval, porém, retrocederam, lastimàvelmente, os conhecimentos geográficos; tudo que de belo e contemplativo produzira a ciência grega fôra olvidado; imperam, nêste cáos, grotescas lendas, monstruosas fábulas, embrutecedores mitos e ridículas invencionices; só os árabes, extremados cultores do helenismo, invocam o passado, edificando um patrimônio que faz envolver conhecimentos já obnublados.

Coube, por essa época, a Rogério Bacon, (1214-1294), a difícil emprêsa de ressuscitar as doutrinas de Tales de Mileto e Aristóteles, há muito sepultadas cujas idéias defendeu com brilhantismo invulgar, num trabalho denominado *Opus Majus* datando, precisamente, daí, o aparecimento dos mapas-mundi portulanos, cartas-marinhas e demais documentos de orientação náutica.

Nos tempos modernos com as descobertas marítimas, reaparecem as cartas egípcias de Ptolomeu, ignoradas na Idade Média, e, pelos árabes trazidas do Oriente. A invenção da imprensa divulga, então, trabalhos de velhos filósofos, ampliando, destarte, conhecimentos que, em muito, concorrem para impulsionar a *ciência geográfica*.

Outrossim, ilustram êsses tempos, Sebastião Münster, (1498-1552), matemático e cartógrafo teuto, autor do primeiro trabalho de geografia descritiva; Martinho Behaim, natural de Nuremberg, onde, em 1491, constrói célebre globo terrestre, no qual indica todos os conhecimentos geográficos da época; pode-se dizer que êste cosmógrafo e navegante alemão assinala, na história da Terra, a passagem da fase das lendas e tradições antigas para a geografia moderna; Martinho Waldseemüller, com a publicação de sua famosa *Cosmographiae Introductio, em* 1507; Oronce, Finé, Copernico, Mercator, Kepler, Pascal, Newton, Leibniz, Varennius, Dellisle, Cassini de Thury, Pestalozzi, Ritter, Humboldt, Richthofen, Ratzel, Suesse, La Blache, Laparent, Fouqué, De Martone, Brunhes, Lespagnol, Berthrand e outros.

Nos dias que correm, pueril seria ressaltar, aquí, nomes que se consagram à *Geografia*, mau grado o estado atual desta ciência suscite, a cada passo, insaciável curiosidade de todos, quantos participam dêste imenso oceano de mútuas reações, ao qual convencionamos chamar Terra. *(Maurilio Lefèvre Filho)*.

★

Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos

A propósito da instalação, em junho último, em Belo Horizonte, da Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos (Somge), instituïção que reünirá em seu seio os profissionais da Geografia e da Estatística, *O Diário*, órgão da imprensa daquela capital inseriu em sua edição de 11 de junho último, um oportuno comentário, firmado pelas iniciais J. A.

Nêsse comentário que tem por título *"Geografos e Estatísticos"* o autor acentúa de início, que a articulação de trabalhos estatísticos e geográficos tem a vantagem de explicar as informações fornecidas pelos números com as influências do meio e os recursos da técnica no domínio das condições naturais, principalmente tendo-se em vista os princípios básicos da moderna Geografia Científica. Continuando esclarece que no Brasil, imenso país ainda quasi sem máquinas, as características geo-físicas tem marcada importância para os estudos econômicos e soicais. A seguir diz que não há, em nosso país, a possibilidade de eficiente vida autônoma para a Estatística ou a Geografia. No campo prático, na missão de ser útil a governantes e governados, elas deverão harmonizar-se cotejando seus dados e atentando na interdependência dêles para se avançar qualquer conclusão. O I.B.G.E. já orienta técnicamente os dois setores. E sua Secretaria Geral centraliza os resultados que devem ser interpretados, tendo-se em vista aquela necessária interpendência. E' justo, pois, que geógrafos e estatísticos dos órgãos regionais se aproximem, no campo social, como fizeram agora os mineiros com a fundação da Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos (Somge). Êsses contactos trazem realmente muita vantagem ao Estado, porque criam a conciência de classe e enobrecem de estímulos a vontade de trabalhar e produzir, numa inteligente cooperação para o engrandecimento da Pátria. Nesse sentido, sugeriríamos aos diretores da nova entidade a criação de um "curso de informações", constante de uma série de conferências, pronunciadas por especialistas, e relativas a vários e sugestivos aspectos da Estatística, da Geografia e de Ciências afins. Terminando, por sugerir afinal que se formem, pelo menos, os "técnicos das ideais gerais", reclamados por Gilberto Freire para a administração do Brasil.

★

Depoïmento de Viajantes

Quem quer que se preocupe em estudar o nosso desenvolvimento histórico, mormente na fase que chega até a maioriade do segundo imperador — esclarece o colaborador do *Estado da Baia* que se assina com a inicial N — há de ter notado como essa tarefa é impossível sem a consulta às obras dos viajantes estrangeiros. E nem só quem se preocupe, de u'a maneira unilateral, com a face histórica do nosso desenvolvimento. O mesmo acontece aos pesquisadores de instituïções políticas, e de sua evolução, como aos analisadores de nossa evolução social, como aos estudiosos de qualquer aspecto do nosso desenvolvimento. Os livros dos viajantes estrangeiros são fontes indispensáveis. Aliás, êles têm sido assim encarados, por todos os homens de pensamento que, obedecendo a um critério sério e honesto têm procurado esmiuçar o nosso passado.

Gilberto Freire conta que, quando escreveu a sua tese de que surgiu, mais tarde, *Casa Grande & Senzala*, fez um uso enorme dos livros dos viajantes estrangeiros. Tipos como Koster ou Saint-Hilaire fizeram mais pelo conhecimento do nosso passado, que historiógrafos massudos, do porte de Pereira da Silva ou quejandos. Quase todos êles tiveram o seu encantamento pela terra. A severidade com que encararam êste ou aquele aspécto de nossa vida não os isentou, em regra, de um aprêço generalizado. Isso foi tanto mais notável porque partiu de gente cujas condições de existência eram totalmente diversas das que assistia no nosso país.

Quem poderá substituir as observações minuciosas, e, em geral, exatissimas, de um Saint-Hilaire sôbre a vida o interior do Brasil, sob todos os seus aspéctos, os hábitos, as condições de existência, o patriarcalismo, os costumes,

a troca, os itinerários, o estado das províncias e municípios, até mesmo alguns episódios da crônica histórica? Quem poderá substituir, com melhoria, as observações de Koster sôbre o nordeste, sob tôdas as suas faces? Koster, aliás, foi um tipo singular que conseguiu vincular-se ao meio, adaptar-se a êle, condicionando seus últimos dias ao clima nordestino, de que usufruiu alguns benefícios que não escondeu. Quem poderá estudar a economia do recôncavo baiano sem consultar as tabelas de preços e observações de Spix e Martius? Por outro lado, não há botânico que se não sirva das anotações de Gardner, nem geólogo que não consulte Eschwege, nem geógrafo que ponha de lado Hartt e mesmo o falso, sob tantos lados, Agassiz. Não há quem possa estudar a Amazônia sem ler os viajantes estrangeiros que a percorreram, e não será possível compreender o problema capital da sua abertura à navegação de todos os povos sem fundamentar-se no depoimento de Maury. Como não será absolutamente possível escrever sôbre o período holandês, é claro, sem uma demorada consulta aos cronistas batavos dessa aventura curiosa de que tantos sinais restam na zona por êles dominada outrora.

O adiantamento dos estudos brasileiros, termina o autor o seu registo, aliás, não fêz mais do que confirmar essa valia, essa prestimosidade da contribuição e do depoimento dos antigos viajantes estrangeiros. Êles continuam matéria de primeira urgência. E assim permanecerá.

*

Contribuïção didática

Plano de estudo de uma excursão geográfica

Felizmente acentúa-se, entre nós, o esfôrço em pról de uma orientação mais prática e mais de acôrdo com as necessidades da vida atual em matéria de ensino geográfico, principalmente nos estabelecimentos de nível universitário.

Excetuadas algumas iniciativas isoladas de observações "in-loco", de que no gênero se destacou, na Capital da República, o antigo Colégio Universitário, onde o estudo da geografia sempre foi objeto de cuidadosos trabalhos de campo, nosso ensino Universitário sòmente em data mais recente tem se dedicado com maior perseverança àquele gênero de pesquisas científicas. E' de justiça frisar a atuação que nesse sentido vem mantendo a Faculdade Nacional de Filosofia, quer organizando freqüentes excursões sob a competente orientação científica de professores e técnicos, quer prestigiando as iniciativas brotadas expontâneamente do seio do próprio corpo discente. A todos êsses empreendimentos não tem sido indiferente, como é natural, o Conselho Nacional de Geografia sempre pronto a apoiar, a incentivar moral e materialmente, as boas iniciativas no setor do trabalho geográfico de campo.

Por tudo isso é com indisfarçável entusiasmo que registramos sempre, tudo o que possa concorrer para dar aos alunos das faculdades onde o ensino da geografia constitue preocupação sadia e patriótica, uma formação científica consentânea com os elevados objetivos da geografia moderna e capaz de permitir um melhor conhecimento da terra brasileira e de seus habitantes.

Assim ao termos conhecimento da excursão à cidade de Montenegro, que a convite do Prefeito, sr. Carlos Corrêa da Silva, realizaram os alunos da cadeira de Geografia Humana do Curso de Geografia e História, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Pôrto Alegre, apressamo-nos em levar ao conhecimento dos professores e interessados em geral os dados que, a propósito, foram fornecidos aos alunos pelo professor Lourenço Mário Prunes, constantes de observações iniciais, notas e investigações outras, compondo um plano de estudo deveras interessante como póde ser observado, pelo desenvolvimento do mesmo.

A) Observações iniciais

a) — Cada aluno deve pélo menos reconstituir um dos gráficos existentes na Prefeitura (organizados em comemoração do setentenário de fundação do Município).

b) — Anotem-se os aspéctos físicos apenas para que se possa estabelecer um confronto entre os dois grandes ramos da Geografia (Física e Humana)

B) Plano de estudo

1) — Composição étnica da população (Indios — Colonos suiços, franceses, holandeses, italianos, polacos — Colonização alemã).

2) — Colonização — Movimentos da população — Emigração de trabalhadores e de colonos.

3) — Distribuïção geral da população — Gênero de vida na parte montanhosa e na planície — Densidade da população e gênero de vida. A cidade e a campanha; comparação com os Municípios da fronteira.

4) — Religião.

5) — Habitação humana — Material empregado — Influência da origem étnica dos habitantes (obter fotografias).

6) — Formação e desenvolvimento da cidade — Porto.

7) — Meios de transporte e comunicação — Via férrea; o Caí; estradas de rodagem. A variante do Barreto. A concorrência entre os meios de comunicação.

8) — A agricultura e a pecuária. Produção agrícola.

9) — Comércio e indústria.

10) — Utilização das fôrças naturais. Eletricidade.

Investigar ainda:

11) — Preço das terras — Valor dos arrendamentos.

12) — A agricultura conquista novas áreas ?

13) — Há fuga de trabalhadores ?

14) — O Município tem questões de limites ?

15) — Tem núcleos que aspiram a autonomia ?

Notas

I — *Dados genéricos:*

a) — O Município está incluído na 8.ª zona Fisiográfica, denominada — "Encosta da Serra".

b) — Coord. geogr.: Lat. S. — 29°44'; Long. W.Gr. — 51°32'.

c) — Posição relativamente à capital (rumo): NNW.

d) — Distância de Pôrto Alegre: em linha reta — 40 Km; por trem (via São Leopoldo) 77 Km; por auto (via São Leopoldo) 75 Km.

e) — Altitude da séde: 34 mts.

f) — Municípios lindeiros: Triunfo, Taquarí, Estrêla, Garibaldi, Farroupilha e Caí.

g) — O território pertenceu primitivamente a Pôrto Alegre; depois a Triunfo.

II — *Informes relativos à natureza e relêvo do solo:*

a) — Sopé da Serra Geral. Contrafortes austrais, alinhados quasi paralelamente penetram o Município de Norte a Sul. Belos e espaçosos vales. Bom sistema hidrográfico (notar extraordinário número de pontes na via férrea). Vale do Caí.

b) — Duas partes: campo e mato. Êste no terreno montanhoso.

c) — Zona norte: montanhosa, terras férteis, ricas em fosfato e calcáreos decomposição de rochas). Zona sul: terras de origem sedimentar. Campinas. Pastagens e capões isolados.

III — *Povoamento e colonização:*

a) — Índios "Coroados" e "Botocudos". (Existem vestígios ?).

b) — 1850 — Açorianos, paulistas e soldados catarinenses e gauchos.

c) — 1855 — Conde Paulo de Montravel (francês) — Contrato de colonização de quatro territórios da bacia do Caí — Fundação à margem do Caí da colônia Sta. Maria da Soledade (onde?).

d) — Instalaram-se na colônia fundada: suiços, franceses (Brochier, nome de um distrito, lembra a França), holandeses, italianos, polacos e alemães.

e) — Essa colônia prosperou (hoje 4.º e 7.º distritos ?).

f) — Quase ao mesmo tempo floresceu outro núcleo junto ao Caí, no "Passo do Tristão": PÔRTO DAS LARANJEIRAS (onde hoje é a séde do Município). Por que se localizou alí?

g) — Colonização alemã. Núcleos iniciais principais: São Salvador e Maratá.

h) — 1867 — Freguesia com a atual denominação.

i) — 1873 — Município (5 de maio).

j) — 1874 — Instalação.

IV — *Dados referentes à população*:

a) — População (Cálculo 1941 — Dep. Est. Estadual) comparada com a de Alegrete (para estabelecer paralelo entre a zona colonial e a da campanha:)

MUNICÍPIOS	Área em k²	POPULAÇÃO			Densidade por k²	Percentagem s/ a população do Estado
		Citadina (Urbana e Suburbana)	Rural	Total		
Montenegro.....	1 155	6 600	41 900	48 500	41,99	1,44
Alegrete.....	7 845	16 500	23 100	39 600	5,04	1,18

b) — *Casamentos* segundo o grau de instrução dos nubentes

TOTAL	ALFABETIZADOS		ANALFABETOS		PERCENTAGEM DOS ALFABETIZADOS		
	Noivos	Noivas	Noivos	Noivas	Noivos	Noivas	Total
369.....	342	333	27	36	92,7	90,2	91,4

c) — *Casamentos* segundo a nacionalidade dos nubentes: (1940)

TOTAL	BRASILEIROS COM		ESTRANGEIROS COM	
	Brasileiras	Estrangeiras	Brasileiras	Estrangeiras
369.....	367	—	—	2

d) — *Casamentos* e profissão rural. Comparação entre quatro municípios, sendo três da região pecuária (1940):

MUNICÍPIOS	Total	Agricultores	Operários e jornaleiros
Montenegro.....	369	253	43
Alegrete.....	218	38	61
Uruguaiana.....	228	19	74
Livramento.....	229	17	110

V — *Indústria e comércio da sede* — Importância da sede em relação à zona rural.

VI — Packing-house e Posto Zootécnico.

VII — *Divisão administrativa*. Distritos: Montenegro, Maratá, Barão, Bom Princípio, São Vandelino, São Salvador, Nova Sardenha, Poço das Antas, Parecí Novo e Brochier.

VIII — População pecuária (1940):

GADO MAIOR		GADO MENOR	
Bovinos	42 500	Ovinos	2 600
Equinos	9 000	Suínos	93 000
Asininos e muares	2 000	Caprinos	80
Total	**53 500**	**Total**	**95 680**

(Os suínos: Carne frigorificada; conservas; banha).

IX — *Agricultura*. Culturas principais (1939):

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA CULTIVADA (Em hectares)	PRODUÇÃO (Em tonel)	Valor total
Alfafa	1 595	7 975	2 233 000,00
Alho	30	60	36 000,00
Alpiste	10	7	7 000,00
Amendoim	420	546	245 000,00
Arroz	850	1 700	646 000,00
Aveia	28	28	8 400,00
Batata doce	715	4 290	429 000,00
Batata inglêsa	1 448	7 240	1 810 000,00
Cana	300	3 000	240 000,00
Cebola	85	510	188 700,00
Cevada	88	132	39 600,00
Ervilhas	15	14	12 600,00
Favas	18	18	5 400,00
Feijão	3 495	4 194	1 258 200,00
Fumo	50	25	75 000,00
Lentilhas	268	241	108 450,00
Linho	20	10	7 000,00
Mamona	3	6	3 600,00
Mandioca	5 000	35 000	2 800 000,00
Milho	17 400	27 840	4 176 000,00
Trigo	320	192	96 000,00
Uvas	102	1 122	224 400,00

X — *Habitação rural* — Casa de Moradia — Extensão das propriedades — Núcleos rurais — Formação de novos núcleos — Plantas e fotografias.

XI — *Meios de transporte e comunicação*:

a) — Veículos utilizados.
b) — Ferrovias, navegação fluvial e rodovias.

c) — *A variante do Barreto* (66 Km); papel que desempenha (Ocasionou prejuízos para o Município?). Custo das obras (orç. 13 milhões de cruzeiros; gastos 70 milhões de cruzeiros).

d) — Trafegabilidade das estradas. Material empregado na consolidação do leito das estradas.

e) — O problema das estradas concorrentes.

XII — *Finanças públicas* (1940):

a) — Contribuïção per capita.

b) — Produção per capita.

RECEITA	Importância
Municipal arrecadada	Cr. $ 1 764 500,00
Estadual arrecadada	Cr. $ 1 783 497,00
Federal arrecadada	Cr. $ 1 163 628,00

*

Aspecto geral da vegetação do Brasil *

Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS,
Auxiliar da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

O revestimento vegetal é uma resultante sensível das condições de clima e solo; é também influenciado pelas formas do relêvo. Entretanto, reflete em maior grau o fator climático. Não apresentando o Brasil uma unidade de clima nem de relêvo, variando os solos, acontece que a paisagem vegetal brasileira se diversifica em grandes quadros típicos, tanto pelo aspecto da vegetação quanto pela composição da flora. E êstes grandes quadros que se podem denominar zonas ou regiões fitogeográficas, apresentam, no Brasil, oito aspectos gerais principais:

I — Florestas tropicais
II — Pinhais
III — Cerrados
IV — Campinas
V — Caatingas
VI — Babaçuais
VII — Vegetação Litorânea
VIII — Complexo do Pantanal

I — O quadro das florestas tropicais do Brasil apresenta um parcelamento que contrasta com a continuïdade dos outros quadros vegetais, como acontece por exemplo quanto aos cerrados. E' representado por três formações: floresta da região equatorial, floresta da encosta atlântica e floresta do vale do rio Paraná.

A primeira, a opulenta mata amazônica, também denominada Hiléia brasileira, tem por superfície geográfica o amplíssimo vale do Amazonas. Tal floresta, como frisa A. J. SAMPAIO, é parte de uma entidade mais dilatada, a Hiléia americana. Assim é que se estende às "Guianas, Venezuela, parte da Colômbia, Eqüador, do Perú e da Bolívia, a leste dos Andes", ultrapassando, pois, as fronteiras brasileiras.

No Brasil, ela se dilata até o rio Grajaú (Maranhão), e, para o sul, sua maior incursão maciça interessa o noroeste matogrossense. Característica do clima quente super-úmido, a Hiléia brasileira é mais opulenta que a sua correspondente, africana. Coincidindo também com uma região ricamente servida por cursos d'água, pode-se classificá-la como formação hidro-higrófila megatermal. A mata amazônica, rica em palmeiras e lianas, com um sub-bosque bem desenvolvido nas zonas ribeirinhas, é fechada e práticamente contínua; as poucas interrupções são representadas pelas manchas campestres, dentre as quais se destacam os campos do Alto Rio Branco e os da margem esquerda do Amazonas, no Pará (campos de várzea; campos do Erepecurú, etc.).

Na floresta amazônica distinguem-se duas formações principais, semelhantes quanto ao aspecto geral mas diferentes na composição florística e sobretudo quanto às condições de solo alagável ou não: são os igapós e as matas de terra firme.

O caa-igapó é a mata marginal de solo inundável, ficando a água, depois das enchentes, represada por algum tempo, tomando a paisagem uma feição de "brejal em matagado". A vegetação aí, altamente hidrófila, é exuberante, de côr verde-escuro, sendo freqüentes a mamorana, o araparí, a seringueira e o tachí cuja semente pode germinar em meio aquático. Essas duas formações, comuns ao largo do Amazonas, ocorrem ainda nas margens de afluentes do grande rio e também nos pontos da floresta de terra firme onde as condições de úmidade do solo foram favoráveis. Assentando em solo de formações recentes, o caa-igapó está sujeito ao escorregamento de grandes extensões de terreno em direção ao rio, devido à infiltração aquosa. E' o fenômeno das "terras caídas".

* N.R. — O presente trabalho da lavra do prof. Lindalvo Bezerra dos Santos, auxiliar da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, foi publicado sob a epígrafe *Vegetação*, no Capítulo I — Situação Física do *Brasil 1942*, editado pelo Ministério das Relações Exteriores.

As matas de terra firme são de terreno enxuto e que só excepcionalmente conhecem inundações; são chamadas caa-eté e situam-se nas encostas suaves do vale amazônico, nos divisores mal definidos dos afluentes do grande rio. E' u'a mata imponente, espessa, onde apezar da variedade em espécies e em porte o "conjunto forma um grupamento homogêneo" em que as copas das árvores, bastante próximas, dificultam muito a penetração da luz.

A caa-eté, parte mais estável e mais importante da grande floresta, apresenta, como elementos típicos de sua composição, o caucho e a castanheira, esta, às vêzes, formando aglomerações.

Dada a grande variedade botânica que a Hiléia oferece, torna-se difícil citar, mesmo dentre as árvores, quais as espécies principais. Contudo, do ponto de vista econômico destacam-se a seringueira, o caucho, a maçaranduba, a castanheira, o cacaueiro, o pau-rosa, o acapú, o guaraná, a jarina, etc.

As outras florestas tropicais são representadas pela floresta da encosta atlântica e pelas matas do vale do rio Paraná.

A primeira é também denominada mata costeira, floresta oriental ou ainda *Dryadès,* segundo Martius. Vestindo a encosta oriental do planalto brasileiro, estende-se desde o Rio Grande do Norte até a parte setentrional do Rio Grande do Sul; daí então, no rumo de oeste, recobre a encosta meridional do grande planalto.

Em alguns pontos ela avança bem para o interior acompanhando os vales, como por exemplo o do Rio Doce. Acha-se bastante devastada no Nordeste em função da secular exploração da cana de açúcar; também no vale do Paraíba do Sul a instalação da cultura cafeeira acarretou o desbaste da mata. A denominação "Zona da Mata", peculiar ao leste de Minas Gerais e à zona açucareira do Nordeste, é testemunho da primitiva cobertura vegetal. Entre o rio S. Francisco e a Ribeira de Iguape, as matas costeiras apresentam-se mais contínuas e compactas, e sua melhor amostra são as famosas matas do norte do Rio Doce, no Espírito Santo.

Naturalmente que, devido à sua distensão em latitude e à variação das condições climáticas, a floresta da encosta atlântica não apresenta sempre a mesma composição nem o mesmo aspécto. Entretanto, a situação geral dessa floresta, numa encosta de empinamento apreciável está muito ligada ao alto grau de úmidade aí reinante, pois os ventos úmidos que sopram do mar, ao galgarem a encosta, se esfriam, condensando-se assim o vapor. Dentre as árvores de inúmeras espécies que nessa mata ocorrem, pode citar-se o jacarandá, o assaí, a peroba, o cedro, o ipê, a imbuia, o jatobá, o jequitibá, etc. A mata da encosta, que se assemelha a uma Hiléia, então estreita, orlando o Brasil pela face oceânica, à maneira de uma fachada verde, apresenta muitas espécies comuns à mata amazônica, como por exemplo o assaí do Pará e o jacarandá.

Mais para o interior, nos flancos das serras e nas escarpas que limitam as chapadas, surgem ocorrências isoladas de matas, que são semelhantes à floresta oriental por obedecerem às mesmas causas determinantes: maior umidade e precipitação nas encostas — ("chuvas de relêvo"). Dentre estas *matas de encosta do interior,* vale citar, dado o grande contraste com o quadro geral da região, as matas das Serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Ibiapaba e outras (Ceará), em plena zona das caatingas; e ainda a da encosta nordeste da Chapada Diamantina, no Alto Paraguaçú (Baía).

A Floresta do Vale do Paraná compreende as matas que forram os vales dos afluentes do Paraná, pela margem esquerda, desde o Tietê até o Iguaçú, e continuando pelo vale do Uruguai até seu afluente Ijuí. Estas matas podem ser consideradas como estendendo-se ao norte do rio Tietê, até o rio Grande, porém nêsse trecho ocorrem muitos cerrados. São matas higrófilas. Estão filiadas à grande pluviosidade registada principalmente no trecho entre o rio Iguaçú, no Território dêsse nome e o noroeste sul riograndense, inclusive. E' notável a quase ausência da Araucaria nessa massa florestal, pode-se dizer de reserva. Como elementos de valor, apresenta: peroba, o cedro, o ipê, e em certos pontos o *ilex-mate.*

II — Os pinhais de *Araucária angustifólia* representam uma importante ocorrência florestal na região dos Campos Gerais. Merecem ser postos em destaque dado o seu caráter sub-tropical, composição quase homogênea e grande expressão econômica.

Estas florestas tem como área geográfica principal o planalto meridional do Brasil, apresentando maior concentração nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Aparecem também em boa quantidade no planalto riograndense do sul. À medida que nos aproximamos do equador, os pinhais se rarefazem, surgindo apenas nos trechos de cotas mais elevadas, em que "a altitude corrige a latitude". Assim, em São Paulo, êles se localizam, com pouca densidade na serra Paranapiacaba, e formam ocorrências de alguma importância na Mantiqueira, como sejam nos Campos do Jordão e no Itatiáia; e cada vez mais ralos, sem o aspecto de floresta, mas sim como espécimes isolados, avançam por Minas Gerais, aparecendo nos pontos mais elevados (Barbacena, Ouro Preto, etc.), atingindo em Conselheiro Pena a sua latitude mais baixa.

No Paraná e em Santa Catarina os pinheirais se interpõem entre a zona das florestas da encosta atlântica e as matas do vale do Paraná. As florestas araucarianas não constituem um conjunto maciço nem contínuo entre as duas florestas tropicais; elas são ocorrência muito importante nos domínios dos Campos-Gerais e teem a característica de constituírem uma vegetação quase que peculiar ao planalto sul-brasileiro.

Dificilmente se encontra um pinheiral rigorosamente homogêneo, dada a presença muito freqüente de outras duas árvores valiosas: a imbúia e a erva-mate.

O pinhal é uma floresta aberta, de chão quase limpo, de fácil trânsito e não oferece obstáculo à penetração da luz. Os caules, altos e retos, fornecem ótima madeira para fins diversos.

O clima da região dos pinhais é temperado quente, vale dizer sub-tropical, de verões brandos e chuvas uniformemente distribuídas.

III — O terceiro e quarto grandes quadros fitogeográficos brasileiros compreendem as formações campestres que revestem, em maior extensão, o Planalto Brasileiro. O campo é a formação vegetal dominante na América do Sul e característico do Brasil Centro-Oeste. Tem uma larga dispersão: campos do Alto Rio Branco, campos de Marajó, campos ao norte do Rio Amazonas (no Pará); surgem ainda na região das caatingas e no planalto meridional (Campos Gerais). Pràticamente, a vegetação campestre, que segundo particularidades de composição recebe denominações especiais, é encontrada no Brasil desde as latitudes setentrionais do Rio Branco até as planícies sul-riograndenses. Desprezando as particularidades, os campos brasileiros apresentam-se sob dois aspectos principais: Cerrados, semelhantes às savanas tropicais, que são campos arborizados (árvores esparsas) — e Campinas, ou campos limpos, em que predominam a vegetação herbácea ou graminácea.

O cerrado é o tipo predominante do planalto, sendo a vegetação mais comum em Mato Grosso, Goiaz e grande parte de Minas Gerais. Nos Estados do Maranhão, Piauí, Baia e São Paulo, o cerrado constitue ocorrências consideráveis.

O cerrado aparece em regiões de clima semi-úmido tropical, caracterizado por uma estação chuvosa de verão e outra sêca, de inverno; e refletindo a forte influência que o período de estiagem exerce na vegetação, as árvores do cerrado apresentam um aspecto acentuado de xerofilismo, qual seja o porte atrofiado, o conjunto retorcido, as folhas grossas, os caules e os galhos encortiçados, sendo que muitas espécies perdem as folhas na estação sêca. Como espécies características dos cerrados, tem-se a lixeira, de fôlhas ásperas, a mangabeira, que dá um latex transformável em borracha, e o pau-terra, de larga dispersão.

IV — Quanto às campinas, além de aparecerem em zonas com o clima dos cerrados, alternando muitas vezes com êstes, elas se apresentam mais extensas nas regiões de clima sub-tropical semi-úmido com chuvas uniformemente distribuídas.

Nessas regiões as campinas são soberbamente representadas pelos campos sul-riograndenses, que constituem a chamada Campanha Gaúcha, com suas magníficas pastagens naturais, na planície que ocupa a metade meridional do Rio Grande do Sul. No altiplano ocorrem os chamados Campos Gerais, largamente dispersos no Paraná (campos de Curitiba, Guarapuava, Palmas etc.), bem representadas no sudeste catarinense pelos campos de Lajes e que se prolongam pelo nordeste do Rio Grande do Sul com os campos de Vacaria.

Tambem em pleno planalto brasileiro, entre as latitudes de 10° S e 15° S, há uma extensa área recoberta por campinas de vegetação rasteira, assemelhando-se muito ao tipo estepe baixa. Tal ocorrência se verifica na enorme chapada do divisor de águas Tocantins-São Francisco. E no sul de Mato Grosso destacam-se os Campos de Vacaria, magníficos, com excelentes pastágens.

Dentro da zona fitogeográfica dos cerrados e das campinas, duas ocorrências emprestam à paisagem um cunho muito especial. São as florestas beira-rio e os caapões. As florestas beira-rio, também chamadas ciliares ou em galerias, são matas que se dispõem ao longo das margens, mercê, não do clima, mas, da úmidade que o solo aí apresenta. São formações hidrófilas, também observadas nas concavidades do terreno, seguindo a linha de maior úmidade. Os caapões são ilhas de mata em meio aos campos e se dispõem em sitios onde o lençol aquoso subterrâneo aflora ou mais se aproxima da superfície. Tanto êstes como aquelas são formações florestais hidrófilas, ocorrentes no grande quadro campestre sub-xerófilo.

A caatinga é uma vegetação composta de árvores pequenas, arbustos e grande número de cactáceas tanto colunares como rasteiras, e onde na época da sêca a maioria das folhas caem e as gramíneas escassas desaparecem, apresentando o conjunto um aspécto de mato xerófilo. O xeromorfismo da caatinga indica muito bem as relações entre os vegetais e o meio ambiente principalmente no que toca ao clima. Êsse xeromorfismo é traduzido de um modo geral no pequeno porte das árvores, nos galhos com muitas curvas e no desenvolvimento da ramagem perto da base do tronco; num plano mais particular, as adaptações xerófilas são observáveis nos espinhos, nas raízes engrossadas por substâncias de reserva, no alongamento horizontal das raízes, nos bulbos de tecido esponjoso embebido de água como no umbú, nos troncos de tecido com espaços intercelulares armazenando água como se observa nas *barrigudas;* nas cactáceas prenhes de sumo e de água, etc. etc. Das cactáceas, cuja freqüência, além da tipicidade, perfaz, em certas associações, 80 e até 90% do equipamento florístico da caatinga, citamos como mais características da formação o mandacarú, o facheiro, o xique-xique.

Da caatinga há vários tipos, todos bem definidos por Luetzeiburg, que fez um levantamento criterioso da flora da caatinga bem como de outras formações nordestinas ao par de caracterizações valiosas e observações de indiscutível utilidade.

A superfície de ocorrência das caatingas é o bloco norte-oriental do grande planalto brasileiro, interessando os sertões dos Estados nordestinos, avançando no Piauí até o rio Gurgueia e com disseminação no Maranhão. Na Baía, as caatingas predominam entre a curva do São Francisco e o rio Paraguaçú, e prosseguem para o Sul ao longo do São Francisco, até o norte de Minas. Ocorrências isoladas encontram-se ainda em outras regiões, como por exemplo nos vales do alto Jequitinhonha, do rio Pardo e do rio de Contas.

Embora não seja a vegetação exclusiva do nordeste brasileiro, a caatinga assume aí um caráter de dominância, que lhe confere tanto a larga superfície de ocorrência concentrada, como o aspecto característico de formação vegetal xerófila, própria de clima como o do sertão nordestino, em que a estação sêca acentuada é o traço principal.

Nesta região, as chuvas teem início, com interrupções, nos últimos mêses do ano, alcançam o maior volume no mês de março, e se extinguem pela altura de abril-maio; segue-se depois um período sêco ou quasi sêco, e em geral, mais longo que o chuvoso, com a peculiaridade de prolongar-se às vezes por tempo dilatado, dando então origem ao flagelo nordestino — a sêca. Tais condições climáticas exigem da vegetação uma dupla adaptação. Assim é que a caatinga enverdece no período das águas e assume o aspecto de mata desfolhada na período sêco, subsistindo em abundância os espinhos. Daí a feição espinhenta, hostil, agressiva, da caatinga na estiagem. Apesar disso, algumas espécies permanecem verdes, destacando-se o juazeiro. Convem notar que na região das caatingas ocorrem a providencial carnaúba, a industrializável oiticica de frutos oliaginosos e o caroá, a nova matéria prima para a indústria brasileira de tecidos e cordoaria.

Nas margens ocidental e oriental da região aparece uma formação sub-xerófila, com o aspecto de mata de árvores altas e afastadas, e apresentando uma

desenvolvida vegetação arbustiva. Tal formação é o agreste, e parece representar uma transição entre a mata costeira e as formações do sertão. O jatobá, a sucupira, a guabiroba, o amargoso, a quatro patacas, a bolsa do pastor, o araticum, são espécimens que ocorrem no agreste.

O solo empedrdo ou areiento com bons declives, favorece a acentuação da semi-aridez, absorvendo pouca úmidade e permitindo rápido escoamento das águas. À zona das caatingas corresponde a dos rios não perenes, típicos do Nordeste. E' zona de criação e pequenas culturas, destacando-se a do algodão.

VI — A região fitogeográfica dos babaçúais é constituída pela superfície de ocorrência predominante da palmeira babaçú, a qual, de ordinário, se apresenta em agrupamentos adensados. Os babaçuais intercalam-se entre a região úmida e florestal da Amazônia e a região semi-árida das caatingas nordestinas, e projetam-se para o interior no rumo NE-SW, até o norte de Mato Grosso, segundo Raimundo Lopes. Entram assim em amplo contacto com as formações campestres envolventes. Há notícias de grandes concentrações de babaçú em o norte goiano, ilha de Bananal, ao longo do Tocantins e do Araguaia (rio Tapirapés) e em alguns pontos do oeste matogrossense (São Lourenço, alto Paraguai), e a sua ocorrência no Triângulo Mineiro parece ser a mais meridional. Contudo, a área de maior condensação dêsses palmeirais compreende a planicie maranhense — entre o litoral e o planalto — no sentido NW-SE. Os babaçuais, começando muito próximo do litoral noroeste do Maranhão, junto ao Turi-Açú, abrangem o curso médio dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e, finalmente, quasi todo o Itapicurú, entretanto em contácto com as margens parnaïbanas na latitude da cidade maranhense de Caxias. E no Parnaíba, os cocais sobem até à altura de Barão de Grajaú; e, ainda sob o aspecto de densas aglomerações, interessam as terras da margem direita do rio lindeiro.

A não ser na planura maranhense e nas margens parnaïbanas, à homogeneidade dos babaçuais sucede uma mescla de outras formações, como carnaubais e assaizais.

O babaçú encontra-se em regiões de clima tèrmicamente constante apresentando condições de úmidade superior à da região dos cerrados e campos e inferior à das regiões florestais. Os babaçuais são formações hidrófilas em oposição ao xerofilismo das caatingas vizinhas, e coincidem com uma região de rios perenes.

VII — A vegetação litorânea compreende a estreita faixa de vegetação beira-oceano e que vive condicionada às particularidades dos solos litorâneos e às espéciais condições climáticas dessa faixa. De um modo geral, aquí predomina o fator *solo* e a região é individualizada por uma vegetação halófila, oferecendo os seguintes aspéctos principais:

1 — COQUEIRAIS: compostos da palmeira vulgarmente chamada coqueiro da Baía e que se estende em formações mais densas e freqüentes, desde o Ceará até o sul do litoral baïano, embora seja essa palmeira também assinalada até o litoral paulista. No nordeste, acompanhando o coqueiro, aparece o cajueiro.

2 — VEGETAÇÃO DAS RESTINGAS: composta de uma vegetação lenhosa, algo compacta e disposta nas elevações arenosas das restingas já consolidadas. Nas pequenas depressões, também de solo arenoso, porém mais rico em matéria vegetal, mais úmido e mais salgado, a vegetação é graminácea, de pequeno porte, aparecendo, nos pontos mais sêcos, algumas cactáceas. A flora da restinga, cuja feição geral é de xerofilismo, é bem observada no litoral fluminense (Cabo Frio e principalmente São João da Barra).

3 — MANGUES: vegetação de costa baixa tropical, inundável por ocasião das marés. Observada no estuário amazônico, litoral nordestino, espiritosantense, etc.

Adstritos a condições muito locais, devemos ainda mencionar os campos limpos e inundáveis de Marajó, os campos do golfão maranhense e os chamados campos da praia, do Rio Grande do Sul — êstes últimos com árvores esparsas.

Mapa esquemático das zonas Brasileiras de vegetação



O mapa acima é uma esquematização do âmbito das principais formações vegetais e foi elaborado com base em diversos trabalhos dentre os quais Mapa Fitogeográfico do Brasil, 1926, organizado por J. César Diogo; Mapa Fitofisionômico do Estado de Mato Grosso, 1923, por F. C. Hoehne; O côco babaçú e o problema do combustível, 1929, de Sílvio Fróis de Abreu; Fitogeógrafia do Brasil, 1938, de A. J. Sampáio; A fisionomia do Rio Grande, 1938, do Pe. B. Rambo S. J., e outras informações de conhecedores do assunto.

Os números indicam as ocorrências isoladas na ordem segundo foram mencionadas no texto, a saber: 1 — Campos do alto Rio Branco; 2 — Campos de várzea; 3 — Campos do Erepecurú; 4 — Pinhais nos Campos do Jordão; 5 — Araucárias na região do Itatitaia; 6 — Araucárias na região de Barbacena; 7 — Campos de Curitiba; 8 — Campos de Palmas; 9 — Campos de Guarapuava; 10 — Campos de Lajes; 11 — Campos de Vacaria (R.G. do Sul); 12 — Campos no divisor Tocantins-São Francisco; 13 — Campos de Vacaria (Mato Grosso); 14 — Caatingas do Jequitinhonha; 15 — Caatingas do rio Pardo; 16 — Caatingas do rio de Contas; 17 — Babaçuais do Tocantins; 18 — Babaçuais da Ilha do Bananal; 19 — Babaçuais do Tapirapés; 20 — Babaçuais do São Lourenço; 21 — Babaçuais do Alto Paraguai; 22 — Babaçú no Triângulo Mineiro; 23 — Campos de Marajó; 24 — Campos do Golfão maranhense.

VIII — A última região fitogeográfica é representada pela vegetação da zona do Pantanal, sendo que a superfície é a baixada matogrossense, entre a borda ocidental do grande planalto e o sulco do rio Paraguai.

O pantanal, do ponto de vista da vegetação, é um complexo, com ocorrências de florestas tipo amazônico, matas de encosta, palmeirais, cerrados, campinas, matas beira-rio, vegetação dos alagados, vegetação aquática, etc. Contudo, o aspecto mais geral da vegetação é o campestre, com variados matizes.

Nessa região o clima é definido por duas estações distintas: uma, de chuvas abundantes no verão; outra, de chuvas escassas no inverno. Em conseqüencia, a vegetação é tropófila, por adaptar-se a condições mutáveis de úmidade, com caracteres de hidrófilia e xerófilia.

Apesar de uma estação chuvosa, o período sêco é o traço climático primordial. E o caráter de secura representa o aspecto mais geral e marcante na fitofisionomia da região, devendo-se notar que o xerofilismo aí não tem o mesmo grau com que se mostra no cerrado ou na caatinga.

O têrmo pantanal, indicando alagado ou brejo, não reflete — em Mato Grosso — com fidelidade, o aspécto geral da região. Dado o caráter de planície que se eleva pouco acima do nível das águas correntes, acontece que, no período das chuvas, os rios e as lagoas transbordam, e as terras marginais permanecem alagadas durante seis mêses, aproximadamente. Segue-se a vazante e as terras baixas ficam firmes e recobertas de ótimas pastagens. Assim a região do Pantanal mato-grossense não é brejo ou alagado permanente.

Programas de geografia *

INSTITUTO SANTA ÚRSULA

Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras

GEOGRAFIA FÍSICA

A cadeira de Geografia Física tem como catedrático o Prof. Pierre Deffontaines e está sendo regida, interinamente, nos três últimos anos, pelo Prof. Antônio José de Matos Musso. Funciona na 1.ª e na 2.ª séries do Curso de Geografia e História, em aulas separadas, com três horas por semana.

PROGRAMA

1.º ANO

CAPÍTULO I

A Descoberta das Terras

I — *História da Geografia, sua evolução da antigüidade aos tempos modernos.*
Sua divisão.

II — *Princípios que a regem.*

III — *Métodos de pesquisa geográfica.*

CAPÍTULO II

A Terra no espaço e sua representação

I — *O globo terrestre, forma e dimensões.*

II — *A representação da Terra.*

1 — Globos.
2 — Noções de cartografia: as principais projeções.
3 — Como usar uma carta.

III — *Representação do relêvo.*

1 — Curva de nível (altimetria)
2 — Escalas.
3 — Perfís.
4 — Cortes.
5 — Blocos diagramas.
6 — Levantamentos expeditos.

CAPÍTULO III

O elemento sólido — (Relêvo do solo)

I — *Leis gerais do relêvo.*

1 — Fatores do relêvo
2 — Principais formas topográficas

---

* Já foram divulgados, anteriormente, os programas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da Faculdade Católica de Filosofia e do Curso de Inverno da Casa do Estudante do Brasil, respectivamente, nos ns. 1, 2, 3 e 4 dêste *Boletim*.

II — *A erosão fluvial e a evolução dos vales*
- 1 — O regime torrencial
- 2 — Perfil de equilíbrio e nível de base.
- 3 — Os rápidos, cataratas, marmitas
- 4 — As capturas
- 5 — Planícies aluvionais — Planícies de inundação, meandros.
- 6 — Os principais tipos de vale.
- 7 — Cíclo de erosão

III — *Materiais da crosta terrestre*
- 1 — O relêvo em função das rochas:
  - A — Graníticas
  - B — Calcárias
  - C — Areníticas
  - D — Argilosas
  - E — O Loess

IV — *Influências estructurais e tectônicas*
- 1 — Estrutura concordante
- 2 — Estrutura discordante
- 3 — Falhas
- 4 — Dobras

V — *O relêvo vulcânico*
- 1 — Distribuïção geográfica dos vulcões
- 2 — Os sismos (tremores de terra)
- 3 — Tipos de vulcões
- 4 — Necks, dykes, lacolitos

VI — *Noções de Paleogeografia*
- 1 — As eras geológicas
- 2 — Formação das grandes cadeias de montanha
- 3 — Extensão das glaciações e suas causas

VII — *A topografia glaciária*
- 1 — Caracteres gerais da geleira
- 2 — Glaciação local e regional

VIII — *Relevos desérticos — A ação eólia*
- 1 — Degradação do regimen hidrográfico e suas conseqüências
- 2 — Desagregação e ação química (patina, crosta, salinas)
- 3 — O ciclo de aridez e a antigüidade dos desertos
- 4 — Tipos de desertos:
  - A — Erg
  - B — Hamada
  - C — Desertos de Bacia

IX — *A topografia litorânea*
- 1 — Ação do mar sôbre as costas
- 2 — A variedade de formas das costas e suas causas. (Ciclo de erosão litorânea).
- 3 — As ilhas

2.º ANO:

CAPÍTULO IV

O elemento gasoso — O clima

I — *A Atmosfera*

II — *A Temperatura*
- 1 — Influência da latitude
- 2 — " " rotação da Terra
- 3 — " " superfície terrestre
- 4 — " " topografia
- 5 — " " altitude
- 6 — " das massas líquidas

III — *Circulação atmosférica*

1 — Pressão atmosférica
2 — Regime dos ventos:

A — Ventos regulares (constantes)
B — " periódicos
C — " variáveis
D — " locais

3 — As depressões barométricas — ciclones
4 — Os efeitos dos ventos

IV — *Úmidade*

1 — Úmidade e nebulosidade do ar
2 — Precipitações atmosféricas
3 — As chuvas
4 — Regimes pluviométricos

V — *Tipos de Clima*

1 — Princípio e utilidade da classificação dos climas
2 — O problema da previsão do tempo

CAPÍTULO V

O elemento líquido — Hidrografia

I — *Os mares*: oceanografia, a água do mar, temperatura, salinidade
II — *Movimentos dos Oceanos*:

1 — Vagas
2 — Marés
3 — Correntes

III — *Estudos dos lagos*
IV — *Rios, fontes*

CAPÍTULO VI

Biogeografia

I — *Os vegetais*

1 — Condições da vida vegetal
2 — Formas e associações vegetais
3 — As zonas de vegetação

II — *Os animais*

1 — As condições geográficas da distribuïção da fauna
2 — Zonas faunísticas

III — *Fatores edáficos*

1 — Propriedades dos sólos
2 — Classificação
3 — Relação dos vegetais com certas gêneros de sólos.

ADENDO

a) Tanto o primeiro ano como o segundo, têm três aulas semanais e mais uma aula reservada para os trabalhos práticos.
b) Os seminários e pesquisas bibliográficas terão dias fixados mensalmente, segundo as possibilidades do horário:
c) As excursões e visitas a estabelecimentos científicos. têm a sua seqüência, à medida que forem se tornando necessárias.

GEOGRAFIA HUMANA

A Cadeira de Geografia Humana tem como catedrático o Prof. José Carlos Junqueira Schmidt e está sendo regida interinamente, nos três últimos anos pelo Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães. Funciona na 1.ª e na 2.ª séries do Curso de Geografia e História, em aulas separadas, com três horas por semana.

PROGRAMA

1.º ANO:

1 — (a) — Evolução da Geografia
(b) — Princípios que a regem
(c) — Definição, objeto e divisão.

2 — (a) — Evolução da Geografia Humana
(b) — Seu conceito
(c) — O homem como fator geográfico: païsagens naturais e païsagens culturais ou humanizadas
(d) — Definição, objeto e divisão da Geografia Humana
(e) — Suas relações com outras ciências.

II — *Distribuïção das populações.*

3 — (a) — O efetivo humano: populações e densidades demográficas dos continentes
(b) — A ecúmena: conceito e limites
(c) — Condições geográficas da distribuïção das populações: influências naturais e humanas sôbre as densidades demográficas.

4 — (a) — As grandes aglomerações humanas: classificação
(b) — As aglomerações orientais
(c) — As aglomerações ocidentais
(d) — Outras aglomerações.

5 — (a) — Os vazios da ecúmena: principais tipos
(b) — Desertos e altas montanhas
(c) — Outros tipos de vazios da ecúmena.

6 — (a) — As migrações: seu histórico
(b) — Causas e formas de migrações
(c) — As migrações na época contemporânea
(d) — Regiões de emigração
(e) — Regiões de imigração
(f) — As migrações no Brasil.

7 — (a) — A colonização e seus problemas
(b) — Tipos de colônias
(c) — Organização política das colônias.

III — *Geografia das raças, das línguas e das religiões*

8 — (a) — O conceito de raça, de etnia e de nação
(b) — O determinismo racial: estudo crítico
(c) — Principais caracteres raciais
(d) — Classificação das raças.

9 — (a) — Classificação e distribuïção geográfica dos pigmoides
(b) — " " " " " australoides
(c) — " " " " " negroides
(d) — " " " " " mongoloides
(e) — " " " " " europoides.

10 — (a) — As línguas: sua importância como fator geográfico
(b) — Língua e etnia. A toponímia
(c) — Principais famílias linguísticas.

11 — (a) — Distribuïção dos povos segundo os idiomas
(b) — Os indo-europeus
(c) — Os uralo-altaicos
(d) — Os camito-semitas
(e) — Outros grupos linguísticos.

12 — (a) — As religiões: sua importância como fator geográfico
(b) — Distribuïção geográfica das religiões.

2.º ANO:

I — *O homem e o meio*

1 — (a) — Ação do meio físico sôbre o homem
(b) — Adaptação passiva e adaptação ativa
(c) — As influências geográficas: suas características e seus efeitos.

2 — (a) — As grandes divisões climato-botânicas: caracterização geral
(b) — O homem e a floresta
(c) — O homem e o deserto
(d) — O homem e a savana
(e) — O homem e as regiões polares.

II — *Geografia da païsagem cultural*

3 — (a) — A habitação: sua importância na païsagem
(b) — As grandes regiões climato-botânicas e os materiais de construção
(c) — Influências do clima e dos gêneros de vida sôbre os tipos de habitação
(d) — Influências sôbre a localização.

4 — (a) — Tipos de habitação
(b) — Casas de terra
(c) — Casas de pedra
(d) — Casas de madeira.

5 — (a) — O habitat rural
(b) — Habitat disperso e habitat concentrado.

6 — (a) — O habitat urbano: as cidades
(b) — Fatores de formação das cidades
(c) — Fatores de crescimento das cidades
(d) — Fatores de decadência das cidades
(e) — As grandes épocas de criação de cidades
(f) — Urbanismo e ruralismo.

7 — (a) — A estrutura urbana
(b) — Planos de cidade
(c) — A casa urbana
(d) — Os bairros: o zoneamento.

8 — (a) — As funções urbanas
(b) — Tipos de cidades.

III — *Geografia Econômica*

9 — (a) — Fontes de energia
(b) — O carvão e o petróleo
(c) — A hulha branca.

10 — (a) — Os metais preciosos e os metais úteis
(b) — O ferro e a indústria siderúrgica.

11 — (a) — A agricultura: formas de exploração agrícola
(b) — As grandes culturas alimentares: os cereais, os produtos tropicais
(c) — As plantas industriais: as plantas texteis, a borracha
(d) — A produção estrativa: as madeiras.

12 — (a) — A produção animal
(b) — A pecuária.

13 — (a) — A indústria
(b) — Os grandes centros industriais.

14 — (a) — A circulação
(b) — Meios de transporte e vias de comunicação.

GEOGRAFIA DO BRASIL

A Cadeira de Geografia do Brasil tem como catedrático o Prof. Everardo Backheuser. Funciona a 3.ª série do Curso de Geografia e História, com 3 horas semanais.

PROGRAMA

Introdução

1 — O fenômeno geográfico brasileiro em face do fenômeno geográfico geral, em suas condições intrínsecas, seus fatores, seus princípios ou leis, sua organicidade.

2 — Do "conceito de especialização" em geografia geral e, em particular, no caso da geografia do Brasil.

3 — Da didática da geografia do Brasil, no curso primário, secundário, especializado e superior.

4 — Histórico da geografia no Brasil.

O princípio do "espaço" aplicado à Geografia do Brasil

5 — Da conquista e posse do "espaço" brasileiro. Evolução da carta geográfica brasileira, do século XVI ao século XX — Linhas de penetração e fixação humana — Evolução da trilha ao trilho, e dêste às linhas aéreas — Traçado das isocrônicas.

6 — Dos limites terrestres — Convênios e tratados — Natureza física e vivacidade política das atuais lindes brasileiras.

7 — Dimensões e área do Brasil — Opiniões e divergências.

8 — Panorama, em largos traços, do atual "espaço" brasileiro — Suas vantagens e desvantagens.

9 — Divisão regional e territorial do país — Critérios físicos, ecológicos, econômicos e políticos, adotados e a adotar.

10 — O "centro de gravidade" geopolítico do "espaço" brasileiro — Migração da capital para o sul e para o centro; sua localização racional.

11 — O solo geológico e sua exploração — Jazigos minerais — Fontes de energia calorífica — Indústria extrativa mineral — A indústria metalúrgica.

12 — A "forma" do Brasil; em planta, vantagens geopolíticas decorrentes; em elevação, o solo morfológico — Gênese das montanhas, planaltos, planícies, vales e rios do Brasil — Características antropogeográficas de uns e outros — Fontes de energia hidráulica — Rios navegáveis.

O princípio da "posição" aplicado à Geografia do Brasil

13 — O problema da "posição" do Brasil em relação a: a) à linha equinocial; b) ao mar; c) aos "focos de civilização"; d) aos países concurrentes.

a) *a "posição" em relação à linha equinocial*:

14 — Estudo das determinantes térmicas do clima do Brasil — Sua influência energética nas condições de vida da população.

15 — Estudo das precipitações atmosféricas e movimentos do ar — Repercussões antropogeográficas das condições climatéricas — Salubridade — Sêcas e enchentes — Os desertos florestais.

16 — Estudo do revestimento fitológico — Classificações ecológicas — Exploração dos vegetais indígenas e exóticos — A agricultura e a indústria extrativa vegetal — Tipos humanos ligados à exploração agrícola.

17 — Estudo da fauna primitiva do país — O atual rebanho nacional — A indústria pastoril e seus efeitos na distribuïção da população — O vaqueiro e o gaúcho.

18 — Estudo do homem no ponto de vista etnico e social — O branco, o negro, o índio, o mestiço — Distribuïção da população — Regiões de adensamento e rarefação demográfica; suas causas — As aglomerações urbanas — Gênese das cidades brasileiras, em seus diversos tipos — A habitação familiar e as habitações coletivas, no campo e nas cidades.

b) *a "posição" do Brasil em relação ao mar:*

19 — Condições climatéricas condicionadas pela proximidade do mar — Coeficiente de maritimidade do Brasil — A faixa litorânea brasileira na geografia dos primeiros séculos e na época atual — A indústria da pesca — O pescador — Portos e política portuária — Navegação de cabotagem e de longo curso.

c) *a "posição" do Brasil em relação aos "focos de civilização":*

20 — Influência cultural econômica de Portugal nas modalidades da exploração das riquezas nacionais e da constituïção da língua dos sentimentos religiosos, dos costumes e do tipo etnico brasileiro.

21 — Influência cultural e econômica da França, Inglaterra e Estados Unidos — Idem, idem da Alemanha, Itália, Polônia e Japão — Localização das correntes imigratórias — Modificações no tipo etnico e nos costumes rurais e urbanos em virtude dessas influências.

22 — Influência do Brasil na econômia européia e norte americana — Produtos tropicais necessários aos países de clima frio — O comércio exterior do Brasil — Estatísticas da exportação e importação.

23 — A indústria manufatureira como efeito de mimetismo geográfico — Seu incremento no século XX — Tendências autárquicas de nossa política econômica — A indústria manufatureira das diversas regiões do Brasil.

d) *a "posição" do Brasil em relação aos países concurrentes:*

24 — Rápida sinópse das regiões terrestres em condições climatéricas, ou outras, análogas às do Brasil, e em situação de serem ou poderem ser concurrentes nossos, quer na América, quer na África, Ásia e Oceania — Produtos similares aos nossos — Dados estatísticos comparativos.

Aspectos da païsagem cultural brasileira no século XX

25 — Traços psicológicos do povo brasileiro condicionados pela "posição" e "espaço" do Brasil — Qualidades e defeitos.

26 — Níveis de cultura, semi-cultura e incultura do povo — Estatísticas educacionais — Do ensino, em seus diversos graus, segundo as regiões do Brasil — Instituïções culturais.

27 — Tendências, ora unitárias, ora federalistas, na organização política e administrativa da nação — Dados estatísticos sôbre os municípios e estados — Dos principais serviços federais — A defesa nacional.

28 — Organização do trabalho e distribuïção da justiça — Sindicatos profissionais — Organização judiciária e policial — Estatísticas criminais.

29 — Síntese geográfica da organização agrícola — industrial — Comércio interno — Meios de comunicação.

30 — A formação religiosa do brasileiro — A Igreja Católica, sua organização espiritual e administrativa — Seitas cristãs — Ateus e livres pensadores — Informações estatísticas.

Contribuïção censitária

Quesitos formulados para organização de monografias histórico-corográficas municipais

O Serviço Nacional de Recenseamento, à margem da coleta dos elementos necessários à realização do grande Censo Nacional de 1940, procedeu, por intermédio dos seus agentes recenseadores, a interessantes pesquisas acêrca dos vários aspéctos históricos, econômicos e geográficos de cada um dos 1.574 municípios brasileiros, necessários à organização de monografias histórico-corográficas dos mesmos.

O valioso e útil material, então colhido, constitue um rico acêrvo de dados e informações sôbre as comunas nacionais, o qual será a seu tempo, aproveitado.

O BOLETIM GEOGRÁFICO, a título de melhor esclarecer aos estudiosos da geografia regional, a maneira como foi procedido o grande inquérito realizado em 1940, pelo Serviço Nacional de Recenseamento, insere, nêste número, a íntegra dos quesitos formulados

I — Devassamento do território

1. Qual a tradição corrente quanto à primeira penetração do território do Município?
2. Que nome teve no início o local primeiramente devassado? Que nome tem atualmente?
3. Da penetração aludida resultou povoamento, isto é, fixaram-se os exploradores, edificando moradia, fazendo plantações, cercando pastagens, etc., ou abandonaram logo a região, passando-se para outro local?
4. E' conhecida a existência atual, no Município, de tribos indígenas, ou há sòmente tradição de terem elas aí existido? Na afirmativa, quais as tribos e pontos do território em que estão ou estiveram localizadas?
5. Se já não existem tribos indígenas no Município, sabe-se em que ano ou época se verificou o desaparecimento da última delas?
6. Qual a contribuïção do elemento negro no devassamento do território do Município?
7. Quais as tradições e lendas correntes sôbre a origem do Município?

II — Correntes de povoamento, procedências e objetivos

8. Qual a procedência dos primeiros povoadores do Município? Qual o ano de sua entrada, exato ou conhecido por tradição?
9. Qual o agente ou a causa determinante do povoamento inicial da sede do Município e de cada distrito:

   a) Povoador desconhecido?
   b) Aldeiamento de índios?
   c) Concessão de sesmaria?
   d) Datas minerais?
   e) Edificação destinada a práticas religiosas?
   f) Estação de estrada de ferro?
   g) Pouso de bandeira?
   h) Pouso de tropa?
   i) Fundação deliberada, isto é, promovida e facilitada pelo Poder Público?

10. Quais as principais correntes de povoamento do Município, nacionais ou estrangeiras?
11. Se nacionais, qual a sua procedência e a causa de seu deslocamento? Que objetivos as encaminharam para o Município?
12. Se estrangeiras, foram espontâneas, ou promovidas e custeadas pelo Govêrno brasileiro ou do País de origem? Em que ano chegaram os primeiros imigrantes e onde se localizaram?
13. Ainda, se estrangeiras, qual a procedência e quais os objetivos visados?
14. Que feitos resultaram para o Município da fixação dêsses grupos estrangeiros? Referir, se possível e com pormenores, cada um dos efeitos abaixo citados:

    a) eugênicos (na constituïção física da população);
    b) morais (na educação e no ensino, nos hábitos e costumes, no nível de criminalidade);
    c) sociais (no conceito de família e no de propriedade);
    d) políticos (no progresso material e administrativo do Município);
    e) econômicos (na organização do trabalho, na forma de produção, no sistema de salários, no padrão de vida, etc.);
    f) técnicos (no desenvolvimento de ofícios manuais, nos processos de construção, na utilização de maquinismos, etc.);
    g) intelectuais e artísticos (na cultura das letras e das artes).

15. Ainda existem núcleos estrangeiros no Município? De que nacionalidades? Qual o grau atual de prosperidade de cada núcleo? Sua população mantém boas relações de convivência com os nacionais? Conservam êsses núcleos a língua, a religião e os costumes de origem?

III — Linhas gerais da evolução social

16. Sobrevivem, na atual população brasileira do Município, costumes, formas comuns de pensamento, de sentimento, de crenças, de ação, de recursos técnicos, etc. de seus antepassados?
17. Quais são os costumes, modas, práticas, usos, etc. mais característicos da população nacional do Município?
18. De que povos provieram e como se originaram êsses costumes, usos, modas, etc. ainda hoje existentes: dos negros, dos indígenas, dos portuguêses ou de que outros elementos estrangeiros ?
19. Tem havido acentuado movimento de retirada dos trabalhadores rurais do Município? Na afirmativa, quais as causas do êxodo:

    a) Sociais?
    b) Econômicas?
    c) Políticas?
    d) Mesológicas?

20. Para onde se teem mudado êsses camponeses: para as cidades e vilas ou para outros núcleos rurais?
21. Distinguem-se, no distrito da sede ou em outro do Município, agrupamentos característicos, como bairros residenciais, zonas comerciais, favelas ou mocambos e concentrações de indivíduos de vida irregular?
22. No Município teem-se observado transformações sociais nos últimos vinte anos? Quais são elas e como se caracterizam?
23. Quais são os povoados existentes no Município, com indicação das possibilidades de seu desenvolvimento futuro?

IV — Núcleo ou núcleos de organização municipal e sua origem

24. Como e quando começou o atual Município a apresentar condições de capacidade para a vida política e autonomia administrativa?
25. Quando foi o Município elevado à atual categoria (dia, mês e ano), e quais o número e a data da lei, decreto ou alvará da criação?

26. Em que data (dia, mês e ano) foi o Município instalado, e, na época, quem era Presidente, Interventor ou Governador do Estado, da Província ou da Capitania?
27. Linha histórica, ascendente ou descendente, da formação municipal, isto é, qual a série de municípios a que sucessivamente pertenceu o território municipal, e quais os desmembramentos porventura verificados no território com que foi o Município constituído?
28. Legislação relativa à criação dos distritos.
29. Data em que foram criados, em cada distrito:

    a) o cartório do Registro Civil;
    b) a primeira escola primária;
    c) a agência postal;
    d) a estação telegráfica;
    e) a coletoria estadual;
    f) a coletoria federal.

30. Como foi elevado o Município a unidade judiciária:

    a) se foi ou é têrmo anexo, de que comarca, número e data da lei ou decreto que o criou, e quem o primeiro Juiz Municipal?
    b) se é comarca, de que entrâncias tem sido, número e data da lei ou do decreto que a criou, bem como das leis e decretos que posteriormente a modificaram, e quem o primeiro Juiz de Direito

31. Em que data foi criada a Freguezia, qual a sua invocação e quem o seu primeiro Vigário?
32. Houve no Município associações políticas, tais como centros abolicionistas, republicanos, conservadores, liberais, ou outros? Algum dos seus associados tornou-se notável pela propaganda de ideais levados a outros pontos do território nacional?
33. Por ocasião da proclamação da República ocorreu no Município manifestação que se tenha tornado digna de referência?
34. Ocorreu no Município fato histórico de repercussão regional ou nacional? Na afirmativa, qual êsse fato?
35. Quem foi o primeiro Prefeito ou Agente Executivo Municipal e qual a data de sua pôsse?
36. Quando se realizaram as primeiras eleições municipais (dia, mês e ano)? Quais os membros da primeira Câmara Municipal e quem seu Presidente?
37. Que festejos tradicionais se realizam anualmente no Município e, se possível, nos distritos, quais as datas e particularidades dêsses festejos, principalmente no que concerne à sua origem?
38. Principais datas históricas de cada distrito e sua significação.
39. Data da inauguração, na sede do Município e dos distritos, dos serviços públicos de transporte, iluminação, abastecimento dágua, esgotos, viação urbana e telefones.
40. Quais os feriados municipais? Indicar os fatos que os mesmos rememoram.
41. Quais as ocorrências de excepcional relêvo na vida local e as principais realizações de iniciativa dos Poderes Públicos verificados no Município no último decênio?

V — A sede municipal

42. Local em que está edificada a cidade: situação e caracterização.
43. Condições gerais do traçado da cidade, esclarecendo especificadamente o plano urbanístico, se houver.
44. Principais edifícios existentes na cidade e nas vilas.
45. Quais as principais obras de arte existentes na cidade e nas vilas?

VI — Aspecto e relêvo do solo

46. Qual a proporção aproximada entre os tipos, segundo o aspecto, do revestimento florístico do Município (mata, capoeira, vegetação rasteira), e qual a denominação característica, se houver, do tipo predominante dêsse revestimento?
47. O território do Município é muito ou pouco acidentado? Qual a proporção de terras acidentadas em relação à área total do Município: dois terços, a metade, um têrço, um quinto, ou que outra fração?
48. Quais os picos dominantes no Município? Onde estão localizados? Qual a sua altitude, exata ou aproximada?
49. Quais as principais montanhas do Município? (Se possível, especificar a cadeia a que pertencem, onde começam e onde terminam).
50. Existem, no Município, grutas ou cavernas? Como se denominam, onde estão situadas e qual a dimensão aproximada de cada uma?

VII — Hidrografia

51. Tendo em vista as bacias gerais dos principais rios, como se distribue o território do Município?
52. Quais os principais rios que banham o Município? Onde nascem e onde desembocam? Quais os seus principais afluentes e sub-afluentes no Município?
53. Quais as principais lagoas existentes do Município? Qual a superfície aproximada de cada uma e onde estão localizadas?
54. Existem, no Muincípio, rios navegáveis? Na afirmativa, quais os trechos navegáveis, sua extensão aproximada, em quilômetros, e o tipo de embarcação mais empregado?

VIII — Clima

55. Atendendo a condições favoráveis ou desfavoráveis à vida humana(salubridade, temperatura, anormalidades climáticas, etc.), quais as zonas de melhor clima no Município?
56. O clima da cidade e das vilas, segundo essas condições, é salubre ou insalubre? A que se deve atribuir a fama de salubridade ou insalubridade do clima da cidade e das vilas?
57. As estiagens são periódicas no Município? Qual a época do ano em que costumam ocorrer?
58. As chuvas são abundatnes? Em que época do ano cáem com maior intensidade? As águas pluviais causam erosões consideráveis ou inundações prejudiciais à economia do Município?
59. No Município ocorrem com freqüência tempestades de granizo, geada, vendavais, e quais seus efeitos sôbre a lavoura?

IX — Riquezas naturais

60. Enumerar as principais riquezas minerais do Município e as condições de ocorrência de cada uma, isto é, os locais, a capacidade das jazidas, a qüalidade dos minérios, etc.
61. Existindo no Município quedas dágua captáveis para a produção de energia, informar em relação a cada uma: denominação, rio em que está situada, altura e potência aproximada, em cavalos vapor, e se está, ou não sendo aproveitada.
62. Quais as principais riquezas extrativas, de origem vegetal, exploradas no Município: madeiras para fins industriais, frutos oleoginosos, fibras diversas, plantas medicinais, ou que outras?
63. Existem no Município reservas florestais, isto é, matas não exploradas?
64. Principais espécies de aves e animais silvestres caçados no Município para fins de comércio ou indústria. Na hipótese da extinção ou de grande diminuïção das espécies existentes, á que atribuir o fato?

65. As costas marítimas, rios e lagoas existentes do Município são piscosos? Na afirmativa, pratica-se a pesca com fim comercial, em grande ou pequena escala, ou a população recorre a ela apenas para suplemento de sua alimentação? Além dos peixes, que outras espécies da fauna aquática são aproveitadas, e para que fins?

X — Lavoura

66. Quais as condições gerais da lavoura no Município? Expor, em traços gerais, sua importância na economia do Município, bem como as causas que porventura lhe entravem ou dificultem o desenvolvimento.
67. Quais as principais culturas praticadas no Município? A horticultura, a pomicultura e a floricultura aí se acham desenvolvidas? Quais as suas possibilidades?
68. Na maioria dos casos, os métodos de cultivar o solo, no Município, são retrógrados, primitivos e rotineiros, ou são adiantados e racionais? Sendo rotineiros ou primitivos, há, não obstante, exceções dignas de registro? Se as houver, indicar as fazendas que se destacam pela organização técnica de seus serviços.
69. Existem, no Município, grandes lavouras, isto é, que possuem culturas desenvolvidas? Os trabalhadores dessas grandes lavouras são do lugar ou a êle estranhos?
70. Há, entre os lavradores, a preocupação de empregar sementes ou mudas selecionadas?
71. Os agricultores praticam o método de rotação das culturas, isto é, substituem a espécie cultivada de dois em dois ou de três em três anos, com o propósito de obtér maior produção?
72. Quais as principais combinações culturais feitas no Município, isto é, quais as culturas que se fazem simultâneamente no mesmo terreno?
73. Está difundido, no Município, o uso de maquinismos agrários? Em caso negativo, a que se deve atribuir o fato: desconhecimento das vantangens advindas do emprêgo dêsses maquinismos, falta de recursos para a sua aquisição, solo muito acidentado ou pedregoso?
74. Como se fazem sentir, no Município, as providências oficiais de amparo e proteção à lavoura?
75. Como impressão geral, as terras do Município, sob o ponto de vista agronômico, acham-se esgotadas ou empobrecidas pela sucção das culturas, ou ainda se mostram férteis e produtivas? Nêste último caso, a fertilidade resulta da própria qualidade das terras ou do emprêgo de adubos?
76. Sob o ponto de vista agrológico, que qualidades de terras aí predominam: arenosas, argilosas (barrentas), humíferas (massapé), ou então, terras mistas, argilo-silicosas, ricas ou pobres de humos?
77. Quanto à côr das terras mais características do Município, são elas escuras, roxas, amareladas, avermelhadas, em grandes ou pequenas extensões?
78. As lavouras são atacadas pela saúva, gafanhotos ou outras pragas? Os lavradores combatem essas pragas? Os poderes públicos teem auxiliado direta ou indiretamente êsse combate? Em que consiste o auxílio oficial.
79. Quais as condições de contrato do trabalhador rural no Município: parceria (meeiro) ou salariado (diarista ou mensalista)? No caso de prevalecer o regime do "meeiro", especificar como se processa a divisão dos produtos (têrça, tantos por cento, etc.). No caso de predominar o regime do salariado, informar se no salário está, ou não, incluída a alimentação, indicando, além disso, se o pagamento é feito em dinheiro ou em mercadorias.
80. Quais os estabelecimentos oficiais de assistência à agricultura existentes no Município?
81. Quais os campos experimentais existentes no Município e onde estão localizados?
82. Quais os principais mercados ou centros compradores dos produtos agrícolas do Município?

83. Qual o preço médio do transporte, por quilômetro, desde os centros de produção até as estações de embarque para os centros de consumo, dos seguintes artigos: uma saca de café, um saco de feijão, um saco de milho, um saco de farinha de mandióca, um saco de arroz, uma caixa de rapaduras, um metro cúbico de madeiras?

XI — Criação

84. Quais as condições gerais de desenvolvimento da criação, no Município, quanto, especialmente, à sua importância na vida econômica local? Quais as causas que, porventura, concorrem para entravar o seu desenvolvimento?
85. Quais as principais criações fomentadas no Município?
86. Há criadores, no Município, que se dedicam exclusivamente à avicultura, à apicultura e à sericicultura? Quais as possibilidades de desenvolvimento dessas criações?
87. Existem, no Município, fazendeiros cuja principal atividade seja a criação de gado?
88. E' freqüente, no Município, a existência de pastos artificiais bem cuidados? Quais as espécies de plantas forrageiras preferidas?
89. A criação de gado se faz à solta ou há, em algumas fazendas, preocupação de selecionar os reprodutores para cruzá-los racionalmente?
90. Quais as espécies e as raças de gado mais comuns no Município?
91. O Município exporta gado em larga escala? Quais os centros importadores?
92. E' generalizada, no Município, a construção de banheiros carrapaticidas e sarnífugos?
93. Quais os estabelecimentos oficiais de assistência à pecuária existentes no Município?
94. Quais as doenças que mais vitimam animais no Município? Tem havido epizootias? São uzadas vacinas preventivas contra as doenças infecto-contagiosas? Quais as vacinas mais empregadas? Os poderes públicos auxiliam o combate dessas doenças? Em que consiste êsse auxílio?

XII — Propriedade territorial

95. Quanto ao parcelamento do solo, o território do Município está todo distribuído em propriedades rurais, ou ainda existem grandes áreas de terras devolutas, de propriedade da União ou do Estado?
96. Existem, no Município, imóveis rurais que ocupam grandes áreas? Na afirmativa, que influência exercem êles sôbre a vida econômica local?
97. Como conseqüência, quer da instalação de grandes usinas de açúcar, quer da cultura de espécies vegetais em larga escala, quer, também, da criação extensiva de gado, observa-se no Município a formação de vastos imóveis rurais mediante a aquisição das pequenas propriedades pre-existentes?
98. Qual o valor médio do alqueire de terras para cultura, situadas até 3 horas a cavalo da sede municipal, de 3 até 5 horas e a mais de 5 horas?
99. Qual a relação percentual média entre o valor locativo anual de um imóvel urbano e o respectivo valor venal?

XIII — Indústria

100. Qual o ramo industrial predominante no Município e quais os principais produtos e sub-produtos dêsse ramo? Quais as principais praças importadoras dessa produção?
101. O Município oferece boas condições para o desenvolvimento industrial, quanto à obtenção de energia, de matéria prima e de mão de obra? Qual a fonte principal da energia utilizada na produção de fôrça motriz?

102. A matéria prima empregada nas principais indústrias de transformação é de origem local ou, sendo importada, é, sua maior parte, nacional ou estrangeira? Se importada, qual a procedência?

103. Quais os favores que a administração municipal concede para o incremento da atividade industrial (isenção de impostos, concessão de terrenos, redução de preço no fornecimento de energia, etc.)?

104. Quantos são os estabelecimentos da indústria local que proporcionam assistência ao operariado, mediante a construção de vilas, manutenção de creches, hospitais, escolas, etc.? Qual a natureza dessa assistência (residencial, hospitalar, escolar, etc.), e em que grau e extensão é ela prestada?

XIV — Comércio

105. Qual o principal sistema de venda dos produtos agrícolas e pecuários predominante entre os agricultores e criadores? Vendem os produtos ou os entregam para saldar débitos contraídos durante a época de produção?

106. Quais as principais localidades ou praças com as quais o comércio local mantém transações?

107. Quais os principais artigos que o comércio local importa?

108. Qual a influência das estradas de rodagem sôbre o desenvolvimento do comércio local? Não se daria o caso de ser desfavorável essa influência, como, por exemplo, se as estradas fôssem utilizadas para uma canalização intensiva de produtos originários do Município para outros centros consumidores, com prejuízo para o comércio e a população locais, que, assim, senteriam a escassez dos aludidos produtos? Se, acaso, são reconhecidas outras influências desfavoráveis a que atribuí-las?

109. Os estabelecimentos de crédito, existentes no Município, teem, mediante a concessão de recursos, amparado o comércio, a indústria e a agricultura locais? Quais dentre êles se distinguem pela extensão dos auxílios prestados?

XV — Transportes e comunicações

110. Quais os meios de transportes e comunicações que ligam a sede do Município às sedes distritais, bem assim aos municípios vizinhos e à Capital da Unidade Política? Êsses meios são eficientes?

111. Há facilidade de transporte dos produtos locais para os centros consumidores ou importadores?

112. Qual o preço de transporte à sede municipal dos seguintes artigos importados pelo comércio local, com indicação da praça de procedência: um saco de feijão, um saco de farinha de mandióca, um saco de arroz, um saco de açúcar, uma caixa de banha, uma caixa de sabão virgem, uma caixa de querozene, uma bruaca de sal?

113. Se a rêde rodoviária do Município fôr diminuta, qual o motivo dessa circunstância? As rodovias são bem conservadas? Qual a extensão total, dentro do Município, da rêde rodoviária construída com as necessárias condições técnicas, e qual o tipo do revestimento?

XVI — Atividades diversas

114. Os hotéis, hospedarias e pensões, localizadas na sede municipal, normalmente dispõem de lugares suficientes para alojar todos os visitantes? Qual o conceito de que gozam os hotéis da cidade quanto às instalações, à mesa e ao mobiliário? Algum deles é explorado diretamente pelo Poder Público, ou a êste pertencem apenas as instalações?

115. Na sede do Município e nas zonas suburbanas e rural está muito generealizado o uso do rádio-receptor? Quais os programas preferidos? Se a cidade tiver estação rádio-difusora, quantos programas musicais, de canto ou declamação são organizados mensalmente com astistas residentes na localidade? E com artistas estranhos ao lugar? Pratica-se, no Município, o rádio-amadorismo, e em que grau?

116. A classe mais representativa da população se utiliza das casas de modas ou confecção estabelecidas na sede municipal, ou recorre, de preferência, às de centros mais adiantados?

117. Está desenvolvida, no Município, a prática da prestação de serviços a domicílio, por profissionais que, normalmente, teem ou deveriam ter estabelecimento fixo, como sapateiros, soldadores, alfaiates, costureiras, etc.? Quais os ofícios mais comuns assim exercidos?

XVII — Aspectos sociais

118. Está bem difundido o ensino primário, no Município, na área urbana, na suburbana e na rural? A quem cabe a primazia nessa difusão, ao Estado, ao Município, ou à iniciativa particular? E' elevado o contingente da população infantil, em idade escolar, que não freqüenta escola? A que atribuir essa situação: à falta de vagas nas escolas, ou a que outra causa? A população, em geral, tem manifestado interêsse ou indiferença pelo ensino das primeiras letras?

119. A sede do Município, pela sua posição geográfica e estabelecimentos de ensino secundário, técnico ou superior que possue, pode ser considerada um centro de atração cultural, por isto que abriga apreciável leva de estudantes procedentes de outros municípios e Estados? A capacidade de matrícula dêsses educandários tem sido, ou não coberta integralmente? Na negativa, quais as causas prováveis determinantes da situação

120. Quais as doenças mais difundidas entre a população do Município? Qual a época de sua melhor incidência?

121. Tem havido epidemias no Município? Em que épocas? Quais as doenças? Foram numerosas as vítimas? Houve emprêgo de medidas de combate pelas autoridades públicas? Em que consistiram essas medidas?

122. E' praticada, no Município, a vacinação preventiva contra determinadas doenças transmissíveis? Que doenças?

123. Tem o Município delegacia de saúde, pôsto de higiene, ou repartição similar, mantido pelo Poder Público? De que conceito gozam os hospitais e casas de saúde da localidade? Na sede municipal, quantos médicos exercem a profissão em consultório particular? E na sede dos demais distritos? Há farmácia ou farmácias dotadas de bom sortimento e dirigidas por profissional diplomado?

124. Há, no Município, hospital ou casa de saúde que goze de renome e que, pela sua excepcional importância, seja procurado por doentes de outras localidades? Qual a denominação e o gênero do estabelecimento?

125. Os templos dedicados aos cultos, existentes no Município, apresentam algumas particularidades notáveis? Quais são essas particularidades e a que culto pertencem os templos considerados? Quais os processos usados na propaganda religiosa, e quais seus efeitos? Pode dizer-se que a população, de um modo geral, adota os princípios de amor ao próximo, preconizados pelos cultos, auxiliando ou mesmo mantendo instituïções de caridade, como Santa Casa, asílos de mendigos, orfanatos, recolhimentos, leprosários, etc? O povo, em geral demonstra interêsse pelas cerimônias religiosas ordinárias? Quais as grandes reüniões ou festividades religiosas habitualmente realizadas no Município? Além do Culto Católico, que outros são professados no Município, com regular número de adeptos?

126. Se no Município houver locais recomendados como estância climática ou para estação de repouso ou de cura, quais êsses lugares, quais os elementos naturais para tratamento e para que gêneros de moléstias

ou estados são êles indicados? Êsses locais são freqüentados, de preferência, por pessoas dos municípios vizinhos ou de localidades distantes? Qual o período do ano em que teem maior procura, e qual o número médio de forasteiros que fazem estação nessa época?

127. Há, no Município, aspectos naturais ou curiosidades que constituam objetivos de turismo? Na afirmativa, quais são êles e onde se localizam? Os visitantes procedem, em sua maioria, de localidades próximas ao afastadas? Qual o número de turistas que, em média, afluem durante o ano?

128. A população, em geral, costuma cumprir regularmente seus deveres para com o Registro Civil? Na negativa, que circunstâncias podem ser apontadas como causa da omissão de que são acusados principalmente os moradores na área rural: ignorância, indiferença, rebeldia, deficiências de meios de transporte, falta de estradas, distâncias enormes entre as moradias e a sede do cartório, ou que outra causa?

129. As entidades sócio-culturais, existentes no Município, como sejam, gabinetes de leitura, clubes literários e recreativos, sociedades desportivas, etc., teem prosperado? Na afirmativa, essa prosperidade se tem verificado apenas nas condições materiais ou técnicas das existentes, também, quanto à fundação de novas entidades? Na negativa, de que gênero são as entidades em situação precária ou que desapareceram?

130. Os órgãos da imprensa local, ou de fora, teem grande circulação no Município? Quais as secções que mais interêsse despertam na massa populacional? Está bem generalizado, entre o povo, o hábito da leitura de obra impressa? Quais os assuntos preferidos?

131. A população da cidade e das vilas cultiva hábitos de convivência social, promovendo assìduamente jogos e bailes familiares, convescotes, excursões a pontos pitorescos do Município, visitas de cordialidade à sociedade das licalidades vizinhas?

132. Certas crenças antigas, principalmente de origem indígena ou africana, são ainda adotadas por uma parcela pequena, ou grande, da população? Realizam-se, no Município, as chamadas macumbas, e pratica-se o baixo espiritismo, com número diminuto, regular ou elevado de adeptos?

133. O alcoolismo tem pequeno, regular ou elevado número de vítimas entre a população urbana? E entre os moradores da roça? Quanto ao uso de entorpecentes, que há a dizer?

134. Há no Município, jogos a dinheiro tributados pela Prefeitura? Na afirmativa, quais são êles e em que gêneros de estabelecimentos são praticados? Quanto ao chamado "jogo-do-bicho", que há a dizer?

135. O meretrício, na sede municipal, é exercido com discreção ou exibicionismo? Está êle localizado em zona pré-determinada, submetida a rigoroso policiamento?

136. Os casos de menores abandonados são raros ou freqüentes? Quais as causas que mais concorrem para êles? Ordinàriamente, que destino tem sido dado pela autoridade pública aos menores em tais condições?

137. Na cidade e vilas, principalmente, há loucos ou dementes abandonados? Há-os, também detidos em cadeias e outros locais impróprios? Na afirmativa, a que atribuir o abandono ou recolhimento inadeqüado dêsses infelizes?

138. Funcionam, no Município, instituïções oficiais, corporações religiosas ou outras entidades morais que se ocupam em dar asilo ou amparar os inválidos faltos de recursos? Na negativa, ou apesar de existirem tais serviços de beneficência, é permitida ou tolerada a mendicância em logradouros públicos? Caso haja mendicância, é ela exercida livremente, ou sujeita a licença especial mediante matrícula e ostentação de chapa? No caso contrário, quais os meios de repressão postos em prática para coïbir a mendicância?

139. Relativamente ao número de habitantes do Município, como considerar o índice de criminalidade: elevado, médio ou baixo? Quais as formas de delito mais freqüentes: homicídio, lesões corporais, violência carnal, roubo, furto, estelionato, ou que outras? Pode se julgar numerosos os casos de falência fraudulenta, porventura verificados, tendo em vista a quantidade dos estabelecimentos econômicos do Município? Como a opinião pública tem apreciado, de um modo geral, as decisões do Juri: benévolas ou severas? Em casos de apelação, as sentenças proferidas pela Justiça local teem sido, na maior parte das vêzes, confirmadas ou reformadas por instância superior?

140. Verificam-se, no Município, conflitos provocados por desordeiros contumazes? Onde ocorrem, com mais freqüência, essas desordens: na cidade ou na roça, nos botequins, nos bairros do meretrício, ou em que outros pontos? O banditismo assola o Município? Dentre os bandidos, alguns são naturais do Estado? Qual a natureza mais comum dos crimes perpretados por tais bandos no território do Município?

141. Quais são os episódios rememorados pelos monumentos históricos e artísticos existentes no Município, e quais os vultos por êles recomendados ao culto popular? Quais as personalidades consagradas por êsses monumentos, e qual a obra por elas empreendida?

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Tertúlias geográficas semanais

DÉCIMA SEGUNDA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 6 DE ABRIL DE 1943

ESQUEMA ESTRUTURAL DO MUSEU GEOGRÁFICO DO BRASIL — COMENTÁRIOS AOS TRABALHOS DE SOUSA BANDEIRA E TEODORO SAMPAIO SÔBRE O SÃO FRANCISCO

Os trabalhos foram inicados pelo Sr. Presidente, Eng.º Leite de Castro, que apresentou um esquema que servirá de base para a organização do museu geográfico, recentemente inaugurado na sede do Conselho Nacional de Geografia.

Um museu geográfico é uma novidade e a sua conceituação ainda deve ser firmada.

Esta reünião de objetos, de caráter geográfico, é principalmente do interêse dos professores.

O esquema apresentado é o seguinte:

Museu de Geografia do Brasil

A — CONCEITUAÇÃO

Três conceitos básicos:

1.º) *Conceito do objeto.* Destina-se o museu a reünir objetos, que digam da nossa Geografia e que não sejam livros, mapas, fotografias ou filmes, e documentos, relativos ao território nacional, porque para êsses o Conselho já dispõe da Biblioteca, da Mapoteca, da Filmo-Fototeca e do Arquivo Corográfico. Não vai nisso um sentido absoluto, pois haverá determinados livros, mapas, fotografias e documentos que, pela sua natureza especial ou pela ocorrência de circunstâncias marcantes, podem e devem ir para o Museu, com inteira propriedade, por si mesmos ou subsidiàriamente, sobretudo com ilustrações de conjuntos païsagísticos.

Em síntese: "Fazer Geografia do Brasil com objetos".

2.º) *Conceito da atualidade.* Diferencia-se o Museu dos demais, porque não o motiva a documentação do passado, senão o registo do presente. E' um Museu vivo. Nele como que se apresenta o Brasil, em miniatura, através das suas païsagens naturais e culturais. Por êle, como que se sentirá a vida nacional: os personagens-tipos, os gêneros de vida, os costumes, o cenário.

Portanto, "Fazer Geografia do Brasil atual com objetos".

3.º) *Conceito da metodologia.* Cumpre praticar no Museu os preceitos da moderna metodologia geográfica: interpretação, extensão, correlação. Para que o Museu não invada atribuïções de outras ciências, e tenha feição inteiramente própria. Prevalecerá a preocupação de se formarem conjuntos fixando païsagens: a païsagem da jangada e do jangadeiro, do carro de bois e do carreiro, do vaqueiro, do garimpeiro. Em cada conjunto, pequenos e nítidos cartogramas caracterizarão a região de ocorrência ou de predominância, fotografias, pinturas ou amostras denunciarão a ambiência fisiográfica, objetos apresentarão em miniatura os aspectos fundamentais da vida humana, no seu entrelaçamento, com as condições locais. Por forma que cada conjunto se possa, quanto possível, concluir as razões ambientais das atitudes humanas.

Em conclusão: "Fazer moderna Geografia, do Brasil atual, com objetos".

B — ESTRUTURAÇÃO

O Museu compõe-se de dois "Compartimentos", o Geral e o Regional, compreendendo cada um diversos "Setores", que por sua vez se desdobram em tantas "Secções" quantas necessárias.

O esquema a seguir esboça a estrutura do Museu:

MUSEU GEOGRÁFICO DO BRASIL

I — *Compartimento Geral*

A — Setor Metodológico

1 — Secção Didática.
2 — Secção Instrumental.

B — Setor Estrangeiro

1 — Secção de Personalidades.
2 — Secção de certamens e expedições.

C — Setor Brasileiro

1 — Secção de Personalidades

a — Vultos
b — Professores
c — Diretores e técnicos

2 — Secção de cartazes.
3 — Secção de Atos e Leis.
4 — Secção de Personagens — tipos nacionais.
5 — Secção de Aspectos geográficos.

a — Fronteiras
b — Relêvo.
c — Hidrografia
d — Clima
e — Produção
f — Comunicações
g — Comércio e Indústria.

II — *Compartimento Regional*

A — Setor das Regiões

1 — Norte
2 — Nordeste
3 — Leste
4 — Sul
5 — Centro-Oeste

B — Setor dos Estados

1 — Distrito Federal
2 — Alagoas
3 — Amazonas
4 — Baía
5 — Ceará
6 — Espírito Santo
7 — Goiaz
8 — Maranhão
9 — Mato Grosso
10 — Minas Gerais
11 — Pará
12 — Paraíba
13 — Paraná
14 — Pernambuco

15 — Piauí
16 — Rio de Janeiro
17 — Rio Grande do Norte
18 — Rio Grande do Sul
19 — Santa Catarina
20 — São Paulo
21 — Sergipe
22 — Território do Acre
23 — Território de Fernando de Noronha.

Objetíva-se nessa estrutura uma distribuïção de assuntos para o efeito de arrumação do Museu, e uma classificação científica.

Demais, a estrutura acompanha em suas linhas gerais o esquema adotado no serviço central de documentação geográfica do Conselho (Biblioteca e Arquivo Corográfico).

Além disso, não é estrutura inflexível, ao contrário, adapta-se a tôdas as conveniências da colocação dos objetos, de vez que, em rigor, apenas se estabelece uma ordenação geral do arranjo das secções, que mesmo assim poderão ser permutadas em caso de necessidade ou conveniência da arrumação.

O Sr. Presidente determinou que na próxima reünião seria feito o debate em tôrno dêsse projeto, no sentido de completá-lo o mais possível.

Alguns dos presentes deram sua opinião a respeito do Museu.

O Prof. Ruellan declarou que o esquema corresponde ao que se pode desejar de acôrdo com a geografia moderna. E' fazer a Geografia atual do Brasil, por meio de objetos. A maior dificuldade está na escôlha e na apresentação dêstes.

A secção regional do Museu permitirá que se fixe os aspectos mais típicos do Brasil.

O Prof. Orlando Valverde formulou a pergunta, se o museu deve ser apenas de geografia física ou também de geografia humana. Incluir geografia humana não seria, talvez, penetrar no campo da Etnografia? O Prof. Ruellan respondeu que a seu vêr, deve ser incluída a Geografia humana; a escôlha de objetos deverá obedecer aos princípios básicos da Geografia: extensão e distribuïção, correlação e interpretação científica, estabelecendo-se, portanto, uma correlação com a geografia física.

O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães é também de opinião que não se deve largar mão da Geografia humana. Propôs que fôssem acrescentados outros pontos à secção 5 correspondentes aos aspectos geográficos.

O Prof. Ruellan declarou que se trata, talvez, do primeiro muesu no mundo, que se apresenta obedecendo aos princípios da Geografia moderna.

O Prof. Schmidt formulou a pergunta sôbre qual será a atitude do museu em relação a certos aspectos brasileiros, como por exemplo o índio. Como relacioná-lo com o aspecto puramente geográfico? O Prof. Ruellan respondeu que poder-se-á estudar os animais e as plantas relacionados com os índios, a extensão da caça de uma tribo, o tipo de habitat, o gênero de vida em conjunto e de acôrdo com as estações.

Tomando a palavra o Prof. Mendes, disse que já Gorceix tentara fazer um museu geográfico. Levou para Paris grande parte dos elementos colhidos. Não tendo podido levar avante a sua idéia, aconselhava sempre a seus discípulos que o fizessem. O Conselho tem portanto motivos para ser felicitado por sua iniciativa.

O Sr. Presidente encerrou os debates sôbre o assunto, declarando que serão reabertos na próxima reünião.

Falou em seguida a Srta. Lígia Junqueira que comentou o livro de Sousa Bandeira denominado *O Rio São Francisco*.

Poucos autores estudaram o rio com critério geográfico e científico. O Eng.º Sousa Bandeira fêz uma excursão de Pirapora até a barra do São Francisco e trouxe uma contribuïção valiosa. Dividiu o rio em cinco trechos, segundo

o engenheiro americano William Milnor Robert: 1 — Nascentes à Pirapora; 2 — Pirapora a Sobradinho; 3 — Sobradinho à Jabotá; 4 — Jabotá à Piranhas; 5 — Piranhas à foz.

Inicialmente o autor estudou a importância econômica do rio, ou seja, a ligação do Norte com o Sul do país, através: Minas Gerais, Baía, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O rio é um conjunto navegável; nos lugares em que existem quedas dágua, as dificuldades podem ser vencidas pela construção de canais ou por outros meios.

O regime é irregular e variável, o rio atravessa extensas regiões em que as condições de clima e solo diferem. Depois da Cachoeira os afluentes de ambos os lados deixam de ser perenes; o rio passa a atravessar uma região muito árida que a I.F.O.C.S. tenta beneficiar.

O nível oscila em alguns pontos de 8 a 10 metros entre a enchente e a estiagem. A descarga foi observada em Juazeiro por Waring entre 1906 e 1913. A descarga média na estiagem é de 1.000 m3. p/s. Nas enchentes excede às vêzes 10.000 m3. p/s.

O alto e o baixo S. Francisco são férteis, bons para a agricultura. Entre Sobrinho e Piranhas a região é sêca, porém isso não impede que o solo seja fértil, sendo todavia necessária a irrigação. E' de grande importância a transformação desta zona, porque fica perto das regiões sujeitas periòdicamente às sêcas que duram anos, recebe portanto, grande número de retirantes que procuram trabalho.

Na segunda foi feito o estudo segundo a divisão em regiões.

1 — Das nascentes à Pirapora. Êste trecho não foi percorrido pelo autor. A estrada de ferro, Central do Brasil, vai até Pirapora.

O comércio em Pirapora é muito importante, exporta borracha de mangabeira, gado (40.000 cabeças em 1925), peles, couro curtido e fresco, peixes, algodão, etc.).

O autor do livro não estudou o aspecto físico dêste trecho, como por exemplo a geologia.

2 — De Pirapora à Sobradinho. E' um trecho navegável, o rio é bastante profundo. A cidade de S. Francisco tem um cáis natural com 12 metros de altura. E' formado por calcáreos e se apresenta em forma de degraus o que permite a atracação com vários níveis de água.

A cidade de Carinhanha exporta borracha de mangabeira e de maniçoba, couro, peles, cereais, etc. A importação é feita por Pirapora a exportação por Juazeiro.

Bom Jesús da Lapa tem de interessante as formações calcáreas que são recortadas de forma curiosa, formando grutas. E' uma zona de solo fértil, matas com boas madeiras com as quais se constroe embarcações.

A cidade do Rio Branco é um centro comercial; Barra do Rio Grande é um centro de convergência e de dispersão.

Há projetos para construção de canais que melhorariam a navegação no S. Francisco, e outros mais gerais como por exemplo o que pretende ligar o R. Preto ao Tocantins e daí ao Amazonas .

Aspécto físico: tôda região desde o Rio Branco até o Rio Verde Pequeno apresenta morros de areia nas margens. Durante as estiagens, a areia fina do fundo do rio é atacada por ventos fortes que sopram diàriamente rio acima. Formam-se dunas que vão sendo fixadas à proporção que fogem à ação do vento, cujo campo de ação é limitado.

Acima do Rio Branco encontram-se regiões calcáreas onde a erosão se manifesta violentamente. Depois do R. Verde Pequeno encontram-se uma região de planícies bàixas com picos dispersos de itabirito. A região em tôrno de Chique-Chique é ótima para mineração.

A medida que se avança para o Norte aparecem com freqüência os *tombadores*, elevações em forma de tabuleiros com escarpas verticais, a maior é a Serra do Tombador.

A região de Sento Sé tem sido pouco estudada; aí, segundo dizem, existiria carvão. À proporção que se desce o rio existem planícies extensas com morros metamórficos espalhados à proporção que se aproximam de Sobradinho.

Na parte de Geografia Humana, o autor acentuou a importância da indústria do sal. Sal impuro e carregado de sulfato e sais de magnésio.

O rio é navegável até Sobradinho. A queda aí é bastante forte, porém pode ser contornada por um canal; existe mesmo um projeto nêste sentido que facilitaria o transporte.

3 — Sobradinho à Jatobá — Êste trecho não é navegável.

Juazeiro é um centro importante; ponto terminal da Est. de Ferro Baía-Juazeiro. Outro centro é Petrolina. O trecho encachoeirado poderia ser vencido por um canal que foi estudado por Wilnor Roberts e Halfeld.

Nesse trecho é inferior em riquezas às regiões anteriores, no entanto, encontram-se aí alguns depósitos minerais. As terras prestam-se à agricultura, mas é apenas cultivada a orla inundada pelo rio, "as vasantes". O resto é completamente estéril porque a queda de chuvas é insignificante.

4 — Jatobá à Piranhas — O rio atravessa segundo Derby um leito de arenito cretáceo deixando às vêzes em descoberto rochas arqueanas (gnaiss, granito, sienito, etc.).

O rio entra num canion profundo até a cidade de Pão de Açúcar. E' importante nêste trecho a Estrada de Ferro Paulo Afonso.

A Cachoeira de Paulo Afonso tem uma queda de 80 metros. Sua descarga é de 5 000 m3, logo tem uma fôrça correspondente a 1 000 000 B, V. dos quais apenas 1 500 são aproveitados. O papel de Paulo Afonso no progresso da região será enorme, considerando que a energia elétrica pode ser transportada num raio de 300 quilômetros.

5 — Piranhas ao Ocaeno — Nêste trecho o S. Francisco torna-se francamente navegável. Encontram-se aí rochas metamórficas igneas, arenito grosseiro de grãos angulosos, calcáreo avermelhado e esverdeado. A profundidade e a largura do rio variam muito de acôrdo com as estações.

A corrente ataca as margens, provocando a queda de barrancos, as areias que são assim erodidas acumulam-se em corôas que são transportadas rio abaixo pelas enchentes. O inconveniente disso é que o rio vai alargando e conseqüentemente diminuindo de profundidade; ao mesmo tempo vão sendo destruídas terras que poderam ser aproveitadas para agricultura. Todo o Baixo São Francisco é fértil e densamente povoado, a navegação é freqüente. Cultiva-se cereais, principalmente o arroz e a cana de açúcar.

Barra do São Francisco: Tem depósitos de areia que formam bancos que são desmanchados pelas enchentes. Há grande movimento das dunas na direção de este ou de sudeste, a sua fixação resolveria o problema de mobilidade do canal.

Concluindo a Srta. Lígia Junqueira declarou que o trabalho de Sousa Bandeira é um relatório discritivo. Não explica muitos fatos como o problema das dunas do São Francisco e deixa de lado a geologia e a geomorfologia.

O Prof. Mendes esclareceu que existe um trabalho de Sousa Bandeira sôbre a fixação das margens do São Francisco.

O Cel. Lísias Rodrigues explicou a razão pela qual o rio vira bruscamente para leste ao chegar a Remanso. Nesta região os tombadores são pequenos e isolados. Ao sul fica a serra de Assuruá; na margem norte encontram-se uma série de elevações. E', portanto, um corredor obrigatório que força o rio a voltar-se para leste. As elevações variam em tôrno de 500 metros e apresentam-se sob a forma e uma série de elevações que acompanham o curso que nêste trecho tem um leito pedregoso. A margem direita é uma serra verdejante, a margem esquerda é mais arenosa.

Quanto ao que se refere à construção de um canal no rio Preto, o Cel. Lísias Rodrigues foi de opinião de que isto é difícil porque o rio só é navegável na planície, seria preferível resolver o problema por meio de uma estrada de ferro.

O Sr. Pedro Geiger disse tratar-se de um caso do rio "surimposé". O rio que corria sôbre as camadas superiores; realizou uma adaptação forçada ao relêvo, erodindo as camadas superiores. O Prof. Reullan acrescentou que êsse

fenômeno de epigenia provava que o peneplaino cristalino foi extremado, pois é anterior aos depósitos cretáceos.

O Cel. Lísias Rodrigues referiu-se ainda a que outro fenômeno interessante da região é um vento fortíssimo, quase um tufão, que se manifesta depois de um dia quente. Teve ocasião de observar isso perto de Chique-Chique e perto de Lapa, o vent oavança para oeste cm ouma velocidade de 120 a 150 Km. O Eng.º Virgílio Correia Filho associou êste vento ao desastre do Sta. Clara, vapor que virou inteiramente causando terrível tragédia.

O Eng.º Schmidt disse que esta região está sujeita ao anticiclone do Atlântico que sopra de leste, porém nunca poderia provocar um vento de tais proporções.

Falou finalmente a Srta. Regina P. G. Espíndola que comentou o trabalho de Teodoro Sampaio sôbre o São Francisco.

O autor tomou parte, como engenheiro, na expedição de W. R. Roberts. Estudou os melhoramentos possíveis da Barra até Carinhanha tendo ido até Pirapora em companhia de O. Derby

Publicou o diário da viagem; em 1936 foi transcrito pela Rev. do Instituto Histórico. Tem mapas muito interessantes e que têm a especial vantagem de estarem numa escala muito nítida (1:400.000); tem também muitos esboços e algumas fotografias. Não é porém um livro de método geográfico moderno, é essencialmente descritivo, dividido em partes, segundo as escalas da viagem. Tendo Teodoro Sampaio percorrido o rio de Barra até Piranhas, descreve nesse trecho tudo que há de importante. Seu trabalho na parte de geografia humana revela um espírito observador, sendo um documento precioso para o julgamento das populações ribeirinhas; sua observação é posta à prova, quando através o falso brilho das cidades êle nota decadência. Quanto à geologia também é interessante, pois Teodoro Sampaio contou com o auxílio de Derby.

Viajaram no mesmo vapor até Juquiá a partir de onde um vaporzinho menor conduziu-o até Vila Nova de S. Antônio (onde teve ocasião de verificar a presença de arenito). Descrevendo as margens diz que do lado de Sergipe há mais vegetação, mais vida e cultura do que no lado de Alagoas, onde o aspecto é desolador.

Passou em seguida pela cidade de Penedo, da qual fêz uma ligeira descrição: é uma cidade antiga, com ruas estreitas e sem grande interêsse geográfico.

O rio vai estreitando a partir de Pão de Açúcar e penetra entre duas barreiras que se prolongam até depois da Cachoeira de Itaparica. Êsses "canions" teem paredes altas e escarpadas, onde predominam os micaxistos e os gnaisses e dão à paisagem êsse tom áspero e enegrecido das regiões estéreis e quase despidas de vegetação.

Em Piranhas os viajantes abandonaram o leito do rio e fizeram por terra a viagem até Jatobá. Teodoro Sampaio considerou impossível o melhoramento da Cachoeira de Paulo Afonso; a construção de um canal apresenta dificuldades tremendas devido ao grande desnível. Essa região tem por base o granito, que se apresenta sob a forma de afloramentos como a pedra do Sino. E' uma região granítica com grandes amantoados de blocos graníticos formando grupos isolados. Recobrindo essa base de granito há restos de uma camada de arenito; são também freqüentes as elevações de sienito.

Descreve também as grutas calcáreas principalmente entre Jatobá e Piranhas.

O relêvo na região de Paulo Afonso é constituído por montanhas dispersas, recobertas pela caatinga. O rio Moxotó estava sêco deixando descoberto o seu leito arenoso com largos caldeirões, cercados por seixos de quartzo, rolados pelo próprio rio. A planície é muito vasta, a se perder de vista; para o nordeste a planície é pontilhada por pequenos serrotes. O granito aflora freqüentemente. O arenito das montanhas está disposto em camadas quase horizontais e talvez seja devido a movimentos locais.

A população é escassa, vegetação rala, rios temporários, raras fazendas de gado. Considera o São Francisco um verdadeiro cadinho de raças; é uma mistura de índios, negros e brancos que constitue o cabra do sertão. Produzem apenas o suficiente para viver.

Depois de Cabrobó termina a região de arenito e começa a aparecer o gnaiss e o granito. A vegetação melhora. Há algumas cidades interessantes como Juazeiro que é o empório do sertão do São Francisco.

Na economia da região destacam-se: o algodão, a cana de açúcar e em alguns lugares os cereais.

Descendo o São Francisco o último afluente de certa importância é o Rio Grande, os outros são temporários e como conseqüência disto o rio, à medida que avança, diminue sua descarga.

Do ponto de vista da geologia nota-se que em Cabrobó desaparece o arenito e com êle o aspecto desértico da região. Aumentando o granito e o micaxisto aumenta a vegetação que se torna florescente, para montante.

Descreveu ainda o gênero de vida das populações e as possibilidades de navegação nos diversos trechos.

Teodoro Sampaio foi até a confluência com o R. Velhas tendo visitado a Serra da Manga. A navegação termina em Pirapora. Nas margens há um banco de arenito vermelho com escarpas de 2 a 4 m. de altura. No período das cheias êstes obstáculos são recobertos pela água.

*

DÉCIMA TERCEIRA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 13 DE ABRIL DE 1943

A REGIÃO DA CACHOEIRA DE ITAPARICA — SUGESTÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DO MUSEU GEOGRÁFICO — O CONCEITO DE "GEOGRÁFICO"

A sessão foi aberta pelo Prof. Fábio de M. S. Guimarães que deu a palavra ao Prof. Ruellan que iria falar sôbre " A Região da Cachoeira de Itaparica".

O Prof. Ruellan começou por agradecer ao Eng. Marcolino Fragoso, cuja ausência lamentou, pelo empréstimo das aerofotografias, que serviram de base para elaboração da carta de Itaparica. Declarou ter observado cuidadosamente as fotografias com auxílio de uma lente binocular. A sua comunicação foi se desenvolvendo à medida que mostrava as características de cada fotografia.

Mostrou primeiro um grupo de fotografias que dão uma idéia de conjunto, da região de planalto, êste parece recoberto de vegetação, Derby e Teodoro Sampaio acham que êste planalto uniforme é formado por uma espêssa camada de arenito em que se encontram seixos rolados (da própria região ou vindos de longe).

Num outro grupo percebe-se um relêvo mais movimentado, rugoso, com asperesas e apresentando, às vêzes, convexidades bem pronunciadas. À medida que se aproxima do S. Francisco a erosão diferencia o relêvo que passa do planalto a uma zona em que aparecem pequenas protuberâncias; o planalto foi erodido e as bossas aparecem como baixo-relêvo.

O trabalho de erosão direta que se efetua é visível a olho nú e mostra as diferenças estruturais que levam à constituïção de diferentes altitudes. Parece que êste planalto corresponde à zona de contacto entre o arenito e as rochas mais duras. Ocasionalmente aparecem certos alinhamentos estruturais, que são tanto mais precisos quanto mais forte fôr a erosão, correspondendo provàvelmente a um jôgo de filões e diaclases. A superfície do planalto vai sendo pouco a pouco erodida pelos afluentes do S. Francisco como é muito visível em algumas fotografias. Logo, nas margens dos rios principais, particularmente o São Francisco, vê-se aparecer um relêvo extraordinàriamente diferente do do planalto; é um verdadeiro fenômeno de rejuvenescimento. O rejuvenescimento no arenito, perto do S. Francisco, produz um relêvo em lâminas, muito agudo, e que pode ser bem observado em fotografias estereoscópicas, enquanto que os filões de rochas duras produzem relevos mais arredondados.

Pode-se, por outro lado, distinguir dois tipos de terrenos; o planalto é granuloso, terreno sêco que tem a função de um passador; nos vales, há um terreno doce, que na fotografia aparece acinzentado e onde os vestígios do escoamento superficial são numerosos, o que supõe um terreno de outra natureza talvez os xistos já vistos por Derby e que aparecem, no arenito, alternando com o calcáreo.

Em seguida o Prof. Ruellan mostrou uma série de fotografias das margens do S. Francisco. Êste é muito encaixado como se observa principalmente com auxílio de estereoscópio. Os terraços laterais têm uma altura que varia de 275m a 280m, ou seja, uma quinzena de metros acima do rio. Perto do rio aparecem direções estruturais bem marcadas como vestígios dos antigos leitos, quando o

rio estava no nível do atual terraço. Há verdadeiras depressões paralelas ao curso do São Francisco que nas fotografias aparecem nitidamente mais claras, pois estão recobertas por areia.

Verificam-se também uma série de ligações mal estabelecidas entre o rio principal e seus afluentes, isto se explica porque o S. Francisco cujo leito se afundou, já vem alimentado da montante, enquanto que os afluentes percorrem exclusivamente uma zona de clima sêco; isto leva à formação de canions e meandros encaixados na parte inferior dos afluentes. Para montante os vales se encontram às vêzes sêcos, o que é devido ao clima e à natureza do solo. E' característico o caso de um pequeno rio que forma um canion e terraços laterais; é um vale encaixado, rio que forma um canion e terraços laterais; é um vale encaixado, que constitue um dos sinais mais claros de numerosos ciclos de erosão.

Os antigos leitos do S. Francisco são numerosos como comprovam muitas fotografias, esta depressão perturba a ligação dos pequenos rios com o principal, forçando-os a transpôr as lombadas do terreno entre seus antigos leitos e o rio.

Na carta de Itaparica percebe-se fàcilmente antigos meandros recortados, alguns dos quais conservam testemunhas lacustres. Há um caso interessante em que o leito de rio abandonou um meandro seguido de rápidos, por outro também encachoeirado; é uma verdadeira concurrência entre dois sistemas de rápidos.

Também é muito interessante a região dos rápidos de Itaparica onde a estrutura é extraordinária. A pequena barragem existente é estranha ao traçado antigo do rio, é uma faixa de rocha mais dura exumada pela erosão. Vista numa fotografia estereoscópica esta faixa de rocha aparece inteiramente sulcada; a erosão elaborou numerosos túneis de que falou Derby. As barragens paralelas à margem que se encontram para jusante também estão sulcadas; à medida que se avança os recortes são mais pronunciados e há uma série de pequenos canions.

Tudo que foi visto leva a concluir que realizaram-se afundamentos sucessivos do rio, produzindo fenômenos kársticos. Todo o relêvo da região é kárstico; pode ser definido por uma circulação de água em profundidade que se desenvolve principalmente do calcáreo com a condição que o nível de base ou o do rio principal seja abaixado. Certos arenitos comportam-se como o calcáreo em relação a esta circulação subterrânea; é o caso do São Francisco na zona cretácea perto da Cachoeira de Itaparica.

O nível de 275 a 280 metros tem um grande desenvolvimento, em dado momento o S. Francisco tinha aí o seu curso como prova a topografia em tôrno da Pedra do Padre com 275m,280; êste nível prossegue depois dos rápidos e é independente dêstes. Êste nível não está ligado ao relêvo local, a diferença de nível aumenta para jusante, chegando a uma quarentena de metros o que mostra a grande dissociação entre o nível antigo e o atual do rio.

Os fenômenos kársticos não se manifestam só por grutas, também por uma série de fenômenos de dissolução que se processam no antigo leito. Examinando as fotografias com auxílio da lente binocular notam-se depressões fechadas, verdadeiras "dolines" que confirmam a relêvo kárstico. Outra prova são os vales sêcos que se encontram nos pontos mais altos dos planaltos e que testemunham o tipo de relêvo característico ao calcáreo.

No arenito é freqüente o relêvo adquirir o aspecto de ruínas; a Serra de Itaparica é um grande maciço de ruínas, devido à erosão. Êste intenso dessecamento tem outros efeitos, as areias transportadas pelo vento de leste formam enormes dunas. Estas areais vão ganhando terreno com prejuízo da floresta.

O Prof. Ruellan mostrou uma série de perfís transversais da região, estabelecidos pelos seus estudantes do curso de aperfeiçoamento da Secção de Estudos, que procuram passar pelos pontos de maior declive dos esporões laterais. Êstes perfís permitem observar os terraços, principalmente o de 15 a 20 metros. Os terraços, mesmo os mais elevados, correspondem-se entre si, o que dá idéia de um antigo nível de erosão.

Conclusões preliminares, sujeitas a modificações: Em Itaparica, o S. Francisco se afundou pouco a pouco num terreno de arenito cretáceo, de fácies continental que apresenta nas proximidades de Itaparica, fósseis marinhos. E' um dos grandes problemas da região. Derby assinalou que as camadas da região são perturbadas; Luciano Jaques de Morais verificou nas camadas das proximidades da Cachoeira de Itaparica, uma inclinação de 15 a 28°. Se o arenito se dispusesse em camadas horizontais sob a horizontalidade do planalto, tratar-se-ia de um relêvo estrutural. Ao afundar-se, o S. Francisco atingiu a zona de con-

tacto entre o cretáceo e o arqueano. Derby disse que em Itaparica êste contacto está no nível do rio; para jusante e até certa distância para montante tem-se o arqueano. O S. Francisco realiza um fenômeno de epigenia; as camadas horizontais ou perpendiculares são cortadas indiferentemente, não houve adaptação local à estrutura. Supõe-se que no arenito também se processou a epigenia; há uma nota de Derby em que êste assinala que na superfície do planalto de arenito encontram-se seixos rolados, que só podem ser devidos à erosão fluvial. Supõe-se que o rio tinha seu leito no terraço de 300m, 35 metros acima do atual. O afundamento se processou em etapas como provam os vários terraços.

Os pequenos rios são mal alimentados e sofrem os efeitos do karst, não podem portanto, acompanhar a evolução do S. Francisco. Os rios são obrigados a aprofundar o seu curso o que dificulta o abastecimento em água, da região.

O que caracteriza êste relêvo kárstico é a circulação subterrânea através de túneis. A superfície é sêca o que leva à formação de dunas pelo aliseo.

Conclusões. A grande razão da pobreza da região é a secura do médio S. Francisco. Há certamente a considerar a razão climática, porém esta por si só não explica a secura das margens; é o fenômeno kárstico e o afundamento do rio abaixo do terraço de 15 metros que dissecam as margens.

Tôda tentativa de tornar o S. Francisco navegável pelo afundamento do seu leito nas regiões de rápidos não é recomendável, pois contribuirá para o ressecamento das margens. São mais recomendáveis os diques laterais e as barragens para elevar em alguns metros o nível do rio, igualar a descarga entre os períodos de cheia e a estiagem, organizar alternadamente a drenagem e a irrigação e aproveitar as barragens para instalações hidro-elétricas.

Terminada a exposição do Prof. Ruellan o Prof. Lúcio de Castro Soares, perguntou se o encaixamento do S. Francisco é devido ao abaixamento do nível de base. O Prof. Ruellan respondeu que é devido, ou ao abaixamento do nível de base ou a uma elevação do nível do terreno. Acrescentou que no caso dos rios brasileiros devem ser considerados os dois movimentos. — O Prof. Orlando Valverde perguntou se não seria a êste duplo movimento que se deve atribuir a existência de fósseis marinhos. O Prof. Ruellan declarou que os fósseis são da segunda parte do cretáceo, de um período longínquo, muito anterior aos movimentos eustáticos quaternários.

Passou-se em seguida a examinar o segundo assunto inscrito na ordem do dia: o Museu de Geografia.

O Sr. Presidente solicitou aos tertulianos que contribuíssem com sugestões para a organização do museu.

O museu deverá obedecer a três critérios principais:

1 — destina-se a recolher objetos;
2 — critério da atualidade, o museu preocupa-se apenas com o presente;
3 — conceito de metodologia.

Êstes são os pontos principais, o resto é a parte de aplicação, acessória.

A Sta. Lígia Junqueira propôs que a parte que se destina às personalidades da geografia fôsse incluída numa nova secção que seria a História da Geografia.

O Prof. Orlando Valverde abordou o problema dos limites entre a Geografia Humana e a Etnografia. Na sua opinião só devem figurar no museu os elementos estritamente geográficos. Por exemplo, seria interessante ter uma miniatura de uma casa típica, porém não interessam os seus detalhes. No caso tão discutido da flecha, e do arco, na sua opinião seria suficiente um mapa mostrando os diferentes gêneros do emprêgo dessa arma.

Falou em seguida o Prof. J. Veríssimo que procurou limitar os domínios objetivos do museu. E' geográfico todo o domínio da natureza em que a cultura pode ser manifestada no espaço. Logo, não há dúvida de que a flecha não é geográfica por si só, apenas interessa na sua função de intermediária entre o grupo e o meio. Considerando que a geografia visa as correlações da natureza com a cultura, não se terá dificuldade em determinar fatos geográficos, ou seja, os que se delimitam no espaço.

No que diz respeito ao museu em si próprio o Prof. Veríssimo declarou que a geografia é uma ciência viva e não vê como representá-la num museu.

O Prof. Ruellan disse que em tôda civilização e mesmo nos gêneros de vida, há instrumentos básicos que devem ser considerados como um símbolo; por exemplo, na civilização americana o automóvel é bastante representativo; para

os índios seria a flecha, porque o seu gênero de vida é antes de mais nada baseado na caça.

O Prof. Raja Gabaglia definiu como geográfico, tudo aquilo que pode ser cartografado. A geografia é essencialmente espacial, pode-se portanto fazer uma geografia das raças, uma geografia poética, etc.

O Prof. Ruellan deu como exemplo o trabalho de Siegfried sôbre as opiniões políticas da França. Fêz o seu estudo levando em conta o relêvo, a natureza do solo, a distribuïção de propriedades, os gêneros de vida, etc. Concluiu que desde 1789 as tendências políticas das diferentes regiões não mudaram.

Concluindo, o Prof. F. Guimarães disse que se deve evitar as questões fronteiriças com a Etnografia e a Sociologia. Deve-se a seu vêr, seguir Jean Brunhes que disse que nem tudo que é cartografado é geográfico. Deve-se adotar os princípios de extensão e de correlação. Levar em conta a païsagem natural e apenas os fatos culturais que modificaram a païsagem.

A Prof.ª Gilda de Andrade Pinto acrescentou que se deve também delimitar a Geografia Física com a Geologia.

O Prof. Ruellan disse que como orientadores do museu devem ser considerados Vidal de la Blache na parte de Geografia Humana e De Martonne em Geografia Física. Deve-se procurar evitar os exageros.

Finalmente o Prof. Ruellan deu uma visão de conjunto do que considera museu geográfico, exemplificando:

Museu geográfico é uma associação de objetos, cartas, gráficos e fotografias para definir, situar, limitar e explicar um complexo geográfico determinado.

Exemplo: as cuestas brasileiras.

Seu aspecto (fotografias e blocos diagramas).

Onde se encontram (carta geomorfológica).

Porque — natureza e estrutura do sub-solo, (amostras de rochas e cartas geológicas;

Exemplo: arenito carbonífero da Serra Grande e arenito rético de Botucatú (direção do escoamento fluvial).

Evolução das cuestas, os testemunhos, suas particularidades (resultados produzidos pelos lençóis de basalto) na cuesta de Botucatú.

Revestimento vegetal e natural (lado abrupto e lado com declive doce) influência da exposição ao sol.

Mudança de aspecto da vegetação nas cuestas do extremo Norte e nas do Sul.

Utilização pelo homem, culturas, localização das aldeias, traçado das vias de comunicação.

Particularidades devidas ao relêvo de cuestas (problema de limites entre o Ceará e Piauí — linha divisora de águas — Rio Potí).

O Dr. Leite de Castro antes de encerrar a sessão sugeriu que fôssem apresentados conjuntos como o que acabara de descrever o Prof. Ruellan, êstes conjuntos facilitarão a colheita de elementos característicos.

★

DÉCIMA QUARTA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 20 DE ABRIL DE 1943

O CONCURSO DE MONOGRAFIAS DE 1943 — A IDÉIA DE "CONJUNTOS PAÏSAGÍSTICOS" NO MUSEU GEOGRÁFICO — ESQUÊMA SÔBRE A CULTURA DE ARROZ NO BRASIL

Dando início à sessão, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães declarou que seriam abordados os assuntos referentes ao *Concurso de Monografias de* 1943 e ao *Museu de Geografia do Brasil*.

Em 1942 o Conselho Nacional de Geografia promoveu o primeiro concurso de monografias, segundo as normas estatuídas pela Assembléia Geral, em 1941. Foram apresentadas, por essa ocasião, cêrca de cento e cinqüenta monografias municipais, algumas das quais foram boas. Em 1943, espera-se maior número.

Nêsse ano procurou-se limitar mais o tema, dando-se preferência aos assuntos referentes ao relêvo; forneceu-se, também, instruções mais detalhadas, com exemplificações, para melhor guiar o homem do interior.

O concurso de monografias foi trazido a debate para maior esclarecimento dos detalhes.

Nesse concurso é dada relativa liberdade aos concorrentes e mesmo quanto ao relêvo, poderão fazer um estudo completo sôbre a superfície orográfica, ou sôbre perfis longitudinais de estradas, de rios, etc., ou sôbre pontos orográficos importantes, como seja, um pico, uma garganta, etc.

Nas instruções há, ainda detalhes sôbre a maneira de utilizar fotografias, e outros elementos de pesquisa, o que leva a crêr que o concurso dêsse ano terá maior êxito que o do ano anterior.

Em seguida, o Dr. Fábio de M. S. Guimarães pediu que fôssem apresentadas sugestões.

O Cel. Lísias Rodrigues disse que, embora não estivesse ao par da orientação que se daria à divulgação do concurso, queria fazer vêr que levar o concurso de monografias ao conhecimento dos prefeitos não constituia a maneira mais eficiente de divulgá-lo, pois, êstes, muitas vêzes, não estão adstritos às questões geográficas, ou têm outras coisas a tratar ou, ainda, ignoram o seu valor. Lembrou que os dados poderiam ser publicados em todos os jornais do país, tornando-se, assim, acessíveis a todos os interessados e que poderia ser aproveitado o órgão coordenador da imprensa, o DIP, para fazer a propaganda.

O Eng. Leite de Castro e o Prof. Fábio de M. S. Guimarães acolheram bem essa sugestão.

O Eng. Leite de Castro prestou esclarecimentos sôbre a realização do concurso: as normas são enviadas às prefeituras, nas quais há os Diretórios Munícipais de Geografia, que estão encarregados de lhe dar publicidade. Os Diretórios, dentro de um prazo prefixado, recolhem as monografias e depois de um primeiro julgamento, enviam-nas aos Diretórios Regionais; aí, são submetidas a um segundo julgamento e enviadas ao Diretório Central, onde se processa o julgamento final. Por fim, são conferidos prêmios às melhores classificadas.

Referiu-se à preferência dada ao estudo do relêvo, que caracteriza o concurso de 1943.

Declarou que o objetivo visado no debate era o de conseguir dos tertulianos um entendimento, no sentido da possibilidade de apresentação de monografias referentes ao Distrito Federal.

Salientou, em seguida, a presença de dois professores paulistas: Prof. Aroldo de Azevedo e Prof. João Dias da Silveira, "leaderes" do movimento novo da geografia em São Paulo, testemunhando o seu agradecimento.

O Prof. Backheuser perguntou se as monografias apresentadas em 1942 foram publicadas; o Prof. Fábio de M. S. Guimarães informou que irão ao Congresso de Geografia.

Prosseguindo, o Prof. Backheuser opinou que a delimitação do assunto poderia prejudicar o concurso, visto, haver duas modalidades de concorrentes: os estudiosos da geografia e os amadores. O Eng. Leite de Castro disse não se tratar de restrição, porém de preferência.

O Prof. Backheuser acrescentou que o estudo do relêvo requer maior especialidade. O Dr. Leite de Castro reconheceu que há dificuldade quanto à interpretação, o mesmo não acontecendo quanto à descrição.

O Prof. Backheuser disse que o probelma é interessante para estudiosos da geografia que se encontram mais próximos daquí, tornando-se muito difícil para os do restante do Brasil.

O Dr. Leite de Castro insistiu no caráter preferencial que diz respeito ao relêvo, e leu a primeira condição que consta do edital sôbre o concurso de monografias que é a seguinte: "1.ª) A monografia ou estudo poderá tratar de qualquer assunto de geografia municipal. Poderá ser um assunto geral, compreendendo o território do município, no seu todo, como, por exemplo, os limites do município, o relêvo do município, a vegetação do município, os rios do município, as lagoas dos município, as estradas do município, as culturas agrícolas do município, as fábricas do município, etc., etc., etc. Poderá também ser estudo que abranja apenas determinada região do município, como, por exemplo, uma questão de limites com município fronteiriço, a zona montanhosa ou plana do município, a ocorrência de florestas ou de campos no município, o estudo de um distrito, a cultura de determinado produto (café, algodão, arroz, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar ou qualquer outro), o estudo dum vale, o desenvolvimento e características de uma estrada no município, etc., etc., etc. Poderá,

ainda, tratar de determinado acidente geográfico como por exemplo, o estudo de um pico, de uma cachoeira, da cidade, de uma vila ou de um povoado, de uma lagoa, de um rio, de um estabelecimento rural importante, etc., etc., etc...

Entretanto, as monografias que estudarem questões do relêvo do município terão preferência no julgamento final do concurso, sobretudo se observarem as normas baixadas pela Secretaria do Conselho para o estudo geográfico das questões orográficas, que vão anexas ao presente edital".

Pedindo a palavra o Prof. Aroldo de Azevedo lembrou que seria interessante recomendar a tese, principalmente, aos professores, fazendo-lhes um apêlo direto. O Eng. Leite de Castro apoiou a idéia e alegou que a Secretaria do Instituto já cuidara de recomendar aos interventores que instruissem os professores secundários.

O Prof. Aroldo de Azevedo disse que se poderia obter a lista dos professores no Ministério da Educação.

O Cel. Lísias Rodrigues lembrou que o *Boletim* poderia publicar os nomes dos professores o que constituïria uma atração.

O Prof. Backheuser sugeriu que as principais estações de rádio dessem pequenas notas sôbre o concurso de monografias.

, O Eng. Leite de Castro frisou a necessidade da divulgação do concurso no Distrito Federal, visto, êste não ter contribuído para o concurso anterior.

O Prof. Aroldo de Azevedo lembrou a colaboração da Faculdade Nacional de Filosofia ao que o Prof. Francis Ruellan acrescentou que insistira nesse sentido, junto aos estudantes da Faculdade.

O Dr. Fábio de M. S. Guimarães em alusão ao que dissera anteriormente o Prof. Backheuser advertiu que seriam apreciadas as monografias, mesmo, de caráter informativo.

O Eng. Leite de Castro resolveu que o assunto relativo ao concurso de monografias continuasse a ser debatido na próxima tertúlia.

O Cel. Lísias pediu que fôsse discutida a questão da medição dos arcos de meridianos e paralelos no Brasil que talvez nunca tivesse sido feita. Lembrou que a expedição enviada pelo Conselho ao Jalapão, poderia fazer levantamentos de pontos marginais do Tocantins que já serviriam de indicação para futuras medições.

O Eng. Leite de Castro achou excelente o seu pedido resolvendo que o assunto seria abordado futuramente.

Passou, em seguida, ao assunto referente ao museu de geografia fazendo vêr que permanecia a idéia de *conjuntos paisagísticos,* não só, do ponto de vista da geografia física, como também, do ponto de vista da geografia humana, dando como exemplo: a païsagem do arqueano, das cuestas, etc. e a da baïana, do tropeiro, do jangadeiro, do carro de boi, etc. Referiu-se ao esquêma apresentado pelo Prof. Ruellan na tertúlia anterior. Fêz um apêlo aos tertulianos que tivessem maior conhecimento sôbre determinadas païsagens geograficas para que enviassem contribuïções. As païsagens serão organizadas segundo o esquêma dos respectivos autores. Assim, para o futuro, ter-se-à o Brasil em miniatura.

O Cel. Lísias Rodrigues louvou o caráter de originalidade que o Conselho tenciona dar ao museu.

O Prof. Fábio de M. S. Guimarães propôs tomar como base as regiões fitogeográficas, como, por exemplo: païsagem do cerrado, das florestas, da campanha gaúcha, dos pantanais, etc. e, ressaltar ao mesmo tempo, o seu aproveitamento pelo homem. Exemplificou com a casa de madeira, relacionada com o pinhal.

O Eng. Leite de Castro pediu que essa sugestão resultasse num esquêma.

O Prof. Aroldo de Azevedo perguntou se a païsagem deveria ser entendida no sentido de gênero de vida, julgando ser necessário, nesse caso, um estudo preliminar dos gêneros de vida, antes da organização do museu.

O Prof. João Dias da Silveira mostrou-se contrário aos métodos que fixam os elementos, argumentado que a païsagem muda, sobretudo a que contém o homem. Acrescentou que a geografia visa o dinamismo da païsagem e não lhe quer conferir um aspecto estático.

O Cel. Lísias Rodrigues disse que há tipos ligados à païsagem, que podem ser considerados clássicos, como, por exemplo no Brasil: o gaúcho, o vaqueiro, o garimpeiro etc...

O Prof. João Dias da Silveira acrescentou que a paisagem sofre evolução, citando o exemplo da zona pioneira em São Paulo.

O Cel. Lísias alegou que certas paisagens perduram por muito tempo.

O Prof. Aroldo de Azevedo disse que se poderia mostrar a evolução.

O Prof. Antônio Musso citou o exemplo de pescadores paulistas, das proximidades de Santos que passaram a agricultores.

O Prof. Backheuser disse que não havia assistido às últimas reüniões e declarou que antes de se delimitar o museu segundo paisagens particulares, poder-se-ia fazê-lo, segundo regiões, evitando-se, assim, o risco de se perder em detalhes e fazer predominar mais um ponto do que outro. Para cada região poder-se-ia apresentar elementos de geologia, de geografia física, humana, econômica, etc; dentro dessas regiões poder-se-ia fazer sub-divisões. Cada região poderia ocupar uma sala ou um armário. Assim, seria possível fazer geografia total de cada região, pois, a geografia tende a ser cada vez mais unitária, contribuindo uma parte para modificar a outra.

Se delimitarmos o Brasil, segundo as suas sete regiões, teríamos representadas as paisagens e os aspectos típicos surgiriam naturalmente.

O Eng. Leite de Castro advertiu que em uma orientação metodológica corre-se o risco de acumular um excesso de pedras ou de plantas no museu.

O Prof. Backheuser disse ser necessário reservar para cada setor determinado lugar, como por exemplo, no caso do armário, uma prateleira para a geologia etc., sendo essencial a questão da localização; deve-se dar as notas típicas de cada região. Ex: rochas, vegetais (naturais ou cultivados), etc., para que o museu seja bem organizado.

O Eng. Leite de Castro concordou que de fato as questões regionais revestem-se de grande importância.

O Prof. Aroldo de Azevedo declarou que o plano apresentado pelo Prof. Backheuser era lógico, mas, que o gênero de vida é mais original e acabaria por atingir o mesmo ponto, visto, ser uma questão de pontos de partida diferentes.

O Prof. Backheuser fez vêr que êle não excluíu a vegetação, etc., mas que partindo da geologia atingirá o gênero da vida, as manifestações econômicas, sociais do grupo, etc. Acrescentou que o outro ponto de partida não leva tão fàcilmente à geologia.

Tomou a palavra o Prof. Francis Ruellan que mostrou não haver colisão entre os dois pontos de vista. O museu visa colecionar objetos, mapas, fotografias, etc. para definir, situar, limitar e explicar determinados complexos que poderão ser regionais ou gerais. Elogiou o Prof. Backheuser pelo fato de ter dado tanto valor ao aspecto regional. Êste é a base para o conhecimento do país e o aspecto geral permite destacar tipos físicos, humanos, econômicos, etc.

Numa mesma região devem ser associados complexos de geografia física e humana, sem o que, o complexo perde o seu caráter geográfico.

Referiu-se às "cuestas" brasileiras mostrando a necessidade de se estudar a sua distribuição, de colher amostras das rochas duras e tenras que a compõem ter-se-ia então, a explicação geológica relacionada imediatamente, com o relêvo, pois, para a geografia, a geologia só interessa, quando a ela se liga estreitamente, depois, poder-se-ia apresentar o revestimento vegetal do lado abrupto e duro e do lado suave e tenro; em seguida, as culturas, a localização das cidades, a maneira de viver, etc. por fim, poder-se-ia verificar se há diferenças no Brasil, para o mesmo tipo de relêvo.

Apresentou, em seguida, um esquêma sôbre a cultura do arroz no Brasil que é o seguinte:

Mapas, diagramas, esteriogramas, objetos, fotografias permitindo definir, situar, limitar e explicar A Cultura do Arroz no Brasil *e responder às questões seguintes*:

Onde é cultivado? (mapa da repartição precisa).

Porque? Mapas representando o complexo: clima, relêvo, natureza do solo.

Que espécies são cultivadas? Amostras com seus caracteres: arroz de montanha de arrozais secos, arroz de arrozais inundados, arroz temporão... etc... (duração dos ciclos vegetativos das diferentes espécies).

Quando é semeado, quando é transplantado e quando é colhido nas diferentes regiões do Brasil? Mapas e diagramas mostrando as relações entre essas datas e entre os fatos capitais do clima (temperatura, chuva).

Quais são as populações que cultivam o arroz? Fotografias ou bonecos de tipos de cultivadores.

Origens dessas populações. O arroz e o povoamento (densidade, estabilidade)

Mapas resumindo a história da cultura do arroz no Brasil e respondendo às questões seguintes: Quando? Onde? Por quem?

A propriedade rural e o arroz — Modo de "explotação" — Proprietário e colonos (casa do colono).

Os instrumentos que servem para a cultura do arroz: enxada, charrua, moinhos e pilões para a decorticação, grandes arrozais (miniaturas e fotografias).

A organização da irrigação: barragens, noras, esteriogramas de tipos de arrozais.

O emprêgo dos adubos; tipos de adubos (porque se mistura um certo adubo a um certo tipo de solo) tipos de adubos naturais, tipos de adubos artificiais.

O transporte dos adubos e seu preço segundo a distância do ponto de origem ou de desembarque.

A colheita do arroz segundo o tempo (mapas e gráficos gerais) e segundo o espaço (mapas e gráficos dando os progressos da colheita por Estado e, se possível, por município).

Razões dos progressos: aumento das superfícies cultivadas (mapas) melhoramento dos processos de cultura (seleção dos grãos (amostras) aperfeiçoamento da cultura); instrumentos de trabalho, estorroamento, irrigação; o emprêgo crescente dos adubos (gráficos mostrando as relações entre o consumo dos adubos e a produção do arroz).

O custo líquido do arroz segundo as regiões.

O arroz e as outras culturas (mapas típicos da utilização do terreno em certos municípios).

Afolhamentos.

A organização da conservação das colheitas (covas) e o branqueamento do transporte (meios empregados e preço do arroz segundo as distâncias) do comércio (bolsas do arroz, mecanismo do crédito na compra junto ao produtor e na venda ao comerciante à retalho).

O consumo do arroz no Brasil.

A localização geográfica e a importância (gráficos) do consumo segundo os Estados.

Mapa do consumo por cabeça segundo os Estados do Brasil (Razões: origem, clima, etc.).

Consumo e produção. Mapa sintético mostrando a localização do consumo e da produção e as trocas que daí resultam.

A importação do arroz no Brasil.

Importância no tempo (gráfico) importância no espaço (os portos importadores (mapa com gráficos)

Os países de procedência segundo o tempo e o espaço (portos e regiões)

As razões: qualidade. Facilidade de transporte.

As possibilidades da cultura do arroz no Brasil: Mapa das regiões em que o clima, a natureza do solo e a irrigação permitem a cultura.

O Dr. Leite de Castro comunicou que um grupo de funcionários do Conselho destinava-se a uma excursão ao Itatiaia e leu o interessante conjunto de normas que deveria ser observado pelos excursionistas.

Participou, finalmente, que havia saído o primeiro número do *Boletim* mensal do Conselho Nacional de Geografia, que em justa homenagem ao Prof. Everardo Backheuser, dedicou-lhe a parte de: "Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos".

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Noticiário

Da Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Federal de Comércio Exterior

O PARQUE INDUSTRIAL DE SÃO PAULO —Pela Portaria n.º 25, de 16 de julho, o sr. diretor geral do Conselho Federal de Comércio Exterior designou o chefe da Secção de Pesquisas Econômicas do mesmo Conselho, Sr. Amerino Wanick, para, no Estado de São Paulo, estudar as transformações que se estão processando no parque industrial dêsse Estado, sob a influência da guerra, percebendo a diária de Cr$ 38,00.

☆

Conselho de Imigração e Colonização

DISPENSA DA FUNÇÃO DE CHEFE DA SECRETARIA — O sr. Presidente do Conselho de Imigração e Colonização pela Portaria n.º 9, de 20 de julho, resolveu dispensar Donatelo Grieco, funcionário da classe J, da carreira de Diplomata, do quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, da função de Chefe da Secretaria do Conselho, em virtude de haver sido posto, à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

☆

Conselho Nacional do Petróleo

DESIGNADO O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA MARINHA — Por decreto de 16 de julho, o sr. Presidente da República designou o Capitão de Corveta Bertino Dutra da Silva para exercer as funções de Membro do Conselho Nacional do Petróleo, como representante do Ministério da Marinha.

☆

Departamento Administrativo do Serviço Público

PROGRAMA DE GEOGRAFIA NO CONCURSO PARA ASSISTENTE DE SELEÇÃO — No *Diário Oficial* de 12 de julho, está publicado o programa para a prova de habilitação para admissão de extranumerário mensalista do DASP, Assistente de Seleção, no qual figuram os seguintes pontos de Geografia:

Geografia geral e do Brasil (Questões e planejamento)

1. O sistema solar — Estrutura. Sol. Planetas. Satélites. Cometas. Leis da mecânica celeste.
2. A Lua — Forma e dimensões. Movimentos. Fases. Eclípses. Marés.
3. A Terra — Forma e dimensões. Movimentos. Linhas e círculos da esfera terrestre. Coordenadas geográficas. Fusos horários.
4. O elemento gasoso — Atmosfera; composição, altura, temperatura, pressão. Ventos e chuvas. Os climas da terra e sua classificação.
5. O elemento líquido — Repartição das águas. Oceanos e mares. Águas correntes: origem, formação e regime dos rios.
6. O elemento sólido — Estrutura da terra. A crosta terrestre. Tipos de relêvo e sua distribuïção geográfica.
7. Agentes modificadores do relêvo — Agentes internos: terremotos, vulcanismo, orogênese. Agentes externos: trabalho dos rios, dos ventos, das geleiras.
8. Os continentes — Posição, limites, dimensões comparadas. Aspecto do relêvo e do litoral. Hidrografia. Clima. Vegetação. População e raças. Línguas e religiões. Cidades, produção e vias de comunicação.

Brasil

9. Posição. Limites. Fronteiras. Organização política e administrativa.
10. População: grupos étnicos, elementos europeus, imigração e colonização.
11. As regiões naturais do Brasil: Relêvo, litoral, hidrografia, clima e vegetação, Divisão política. Superfície, população. Cidades, recursos, econômicos, produção e vias de comunicação.
12. Esbôço cartográfico do Brasil: localização das principais cidades e das principais zonas de produção. Traçado dos grandes rios navegáveis e dos sistemas orográfics.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Presidência

DESIGNAÇÃO DO SR. OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS PARA A SECRETARIA GERAL DO INSTITUTO INTER-AMERICANO DE ESTATÍSTICA — O sr. Presidente da República, por despacho do dia 12 de julho, exarado na Exposição de Motivos P.S.P./2 409, do sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I.B.G.E., autorizou o sr. Otávio Alexander de Morais, estatístico classe 26, do quadro do Ministério da Fazenda, e que se encontra à disposição do Instituto, a ausentar-se do país por ter sido designado para trabalhar na Secretaria Geral do Instituto Inter-Americano de Estatística, de Washington.

A designação foi motivada por um convite dirigido à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos e transmitido ao I.B.G.E. pelo Ministério das Relações Exteriores.

O aludido técnico trabalhará na Secretaria Geral do Instituto Inter-Americano de Estatística, durante o prazo mínimo de 6 meses.

☆

Serviço Nacional de Recenseamento

A VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO S.N.R. — O Sr. Presidente da República esteve em visita, no dia 14 de julho

último, ao Serviço Nacional de Recenseamento, onde foi recebido pelo Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I.B.G.E., membros da Comissão Censitária Nacional e o Professor Carneiro Filipe, Presidente da Comissão e Diretor do S.N.R., pelos Diretores de Divisão e Chefe de Serviço.

O Presidente Getúlio Vargas dirigiu-se inicialmente, ao Gabinete da Presidência, onde o Professor Carneiro Filipe fêz minuciosa exposição do plano geral do Censo de 1940, demonstrando através de quadros, gráficos e material de coleta e apuração a marcha da maior operação censitária já levada a efeito no país.

A seguir o Embaixador Macedo Soares entregou ao Chefe do Govêrno um cheque na importância de cêrca de 70 mil cruzeiros, produto da subscrição para o esfôrço de guerra entre os Servidores do I.B.G.E., no Rio e nos Estados, salientando o valor do gesto patriótico dos funcionários dos quadros estatístico e geográfico do Brasil, entre os quais se encontram os do S. N.R., que concorreram com um dia de trabalho para aquele objetivo. O Presidente agradecendo disse destinar a quantia que lhe era entregue, à aquisição de um avião para as fôrças aéreas do País.

O Sr. Getúlio Vargas iniciou, então, a visita às várias secções, a começar pela Divisão Técnica onde o sr. Rafael Xavier fêz uma exposição da marcha dos trabalhos, mostrando ao Presidente da República as minúcias do imenso trabalho técnico realizado na preparação do material censitário submetido a numerosas e complexas operações antes de ser definitivamente apurado.

Salientou o diretor da D.T., os magníficos resultados já obtidos nos diversos censos, demonstrados pelos trabalhos executados pelo Gabinete Técnico sob a orientação do Professor Mortara, onde se encontram analisados os resultados já tabulados no Censo Demográfico. O Sr. Presidente da República, após verificar os vários resultados já concluídos dos Censos Econômicos, teve oportunidade de manifestar-se satisfeito com a visão panorâmica dos múltiplos aspectos em que se apresentava o desenvolvimento do país, revelado em face dos algarismos expressivos das tabelas estatísticas.

A seguir, acompanhado do Prof. Carneiro Filipe e demais pessoas presentes, percorreu demoradamente os vários salões de trabalho, constatando o interêsse com que os funcionários do S.N.R. executam as suas tarefas.

Visitou o Censo Demográfico, a Sistematização e, na Divisão Administrativa o respectivo diretor, dr. Lafayete Pena, fêz uma exposição sôbre a marcha dos trabalhos e o contrôle das despesas, percorrendo depois, o Censo Social, a Secção de Contrôle da Apuração, os Censos Agrícola, Comercial e Industrial, em tôdas as secções recebendo esclarecimentos e informações sôbre o andamento das operações.

Encaminhou-se S. Excia., para o andar térreo, verificando a enorme massa de material censitário do arquivo e a rotina dos trabalhos de abertura e contrôle dos caixotes recebidos de todos os quadrantes do país. Teve oportunidade, então de abrir os caixotes contendo os boletins censitários do Município de São Borja, caixotes que S. Excia. havia fechado quando do início da distribuïção do material. Nessa ocasião foi feita ao Presidente uma demonstração da eficiência dos serviços de contrôle exigidos para a feitura das pastas que contêm o material e a verificação cuidadosa do número de questionários referidos nas cadernetas dos agentes.

Passou S. Excia. para as seccões mecânicas de apuração e verificou, visìvelmente satisfeito o desenvolvimento do trabalho notando os detalhes do serviço, e esclarecimentos prestados pelo Sr. Flávio Leme, chefe da S.A.

Terminada a visita, o Presidente Getúlio Vargas felicitou o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Professor Carneiro e o Sr. Rafael Xavier pela ordem e andamento dos trabalhos, transmitindo-lhes sua magnífica impressão.

☆

Conselho Nacional de Geografia

REUNIÃO DO DIRETÓRIO CENTRAL — Sob a presidência do Dr. Heitor Bracet, reüniu-se no dia 18 de agôsto corrente, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, com a presença da maioria dos seus membros.

Terminada a leitura do expediente, falou o Coronel Lísias Rodrigues a propósito da inauguração do primeiro trecho Belém-Tomeassú da estrada "Transbrasiliana", que cortará o país, de Belém do Pará a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, propondo a consignação em ata de um voto de congratulações pela rápidez com que o govêrno do Pará realizou êsse trêcho.

A seguir, o Dr. Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral, fêz várias comunicações, inclusive sôbre o convênio preliminar de limites entre Pernambuco e Alagoas, tendo o Conselho recebido a respeito uma das cinco vias do mesmo, acompanhada de um mapa já com a indicação geral das compensações que serão feitas reciprocamente entre os dois Estados uma vez que nos novos limites procurou-se seguir os acidentes naturais. Salientou o significado do convênio ressaltando o fato dos dois Estados terem tomado imediatamente providências administrativas e financeiras para a pronta execução do convênio, e, ao fim propôs um voto de congratulações àqueles governos. Falou, depois, sôbre a solícita colaboração da Comissão Organizadora do 10.º Congresso de Geografia, proporcionando adiantamentos para a impressão dos Anais do 9.º Congresso, propondo, o que foi aceito, um voto de agradecimento àquela Comissão. Também sôbre o assunto falou o Dr. Heitor Bracet. O Secretário Geral do C.N.G. propôs, a seguir votos de pesar pelo falecimento do engenheiro Luiz Betim Paes Leme, o pioneiro do aproveitamento do carvão brasileiro, e do coronel Manuel Maurício Sobrinho, um batalhador da Geografia como veterano componente das nossas Comissões Demarcadoras de Limites, exaltando a atuação de ambos. Comunicou, também, o falecimento da espôsa do eng.º Aníbal Alves Bastos, propondo um voto de pesar, votos êsses aprovados.

O Secretário levou também ao conhecimento do Diretório a recente visita do Sr. Presidente da República ao Serviço Nacional do Recenseamento e pediu que fôsse felicitado aquele serviço pela magnífica impressão colhida pelo Chefe do Govêrno. For último, fêz entrega aos membros do Diretório, de uma relação, organizada pela secretaria, das cidades e vilas, cujos nomes são repetidos, com a indicação das que têm prioridade no nome, relação que está sendo distribuída às Comissões Revisoras dos Estados para orientação dos trabalhos de revisão da toponímia das cidades brasileiras.

Comunicou, ainda, ter sido assinado um decreto pelo Interventor em Santa Catarina, criando o Departamento de Geografia e Geologia, pedindo a inserção em ata de um voto de aplauso também ao engenheiro Inácio Avelino de Oliveira e Otton Leonardos pelo aparecimento da 2.ª edição do livro *Geologia do Brasil*, que honra a cultura nacional, e também ao Itamaratí pela publicação do *Brasil 1942*, para cuja feitura deu a sua colaboração o I.B.G.E.

Na ordem do dia foi aprovada uma indicação do Diretório Regional de São Paulo para a orginazção do corpo de seus consultores técnicos, a qual passou a constituir a Resolução n.º 140 do Diretório Central.

Em seguida, entrou em discusão um projeto de Resolução dispondo sôbre a restauração de nomes antigos na revisão que se processa na nomenclatura das cidades e vilas brasileiras, tendo, em tôrno do assunto, falado o Dr. Heitor Bracet e os demais membros do Conselho, em largo e interessante debate.

O Secretário em seguida, deu conhecimento ao Diretório do convite que recebeu do Comité de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, para tomar parte na reünião dos Cartógrafos Americanos a realizar-se em Washington, em setembro próximo, tendo o assunto proporcionado interessante troca de idéias.

Antes de serem encerrados os trabalhos, o Secretário Geral do C.N.G. distribuíu aos presentes exemplares do cartograma da divisão municipal do Brasil, recentemente editado pelo Conselho Nacional de Geografia.

✱

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE NA COMISSÃO ESPECIAL DE TÉCNICOS — Por ato de 18 de julho, o sr. Ministro da Aeronáutica designou o coronel aviador Lísias Augusto Rodrigues representante do Ministério da Aeronáutica na Comissão Especial de Técnicos, constituída para estudar o problema da mobilização dos recursos humanos em face das necessidades brasileiras.

✱

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTRADA DE PENETRAÇÃO CUIABA'-VILHENA — Por despacho de 13 de julho, exarado na Exposição de motivos GM 889, do sr. Ministro da Agricultura, publicada no *Diário Oficial* de 19 dêsse mês, o sr. Presidente da República aprovou a descriminação prévia do emprêgo da parcela de Cr$ 500 000,00, da quota atribuída ao Ministério da Agricultura no Orçamento do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, a qual foi destinada ao prosseguimento dos trabalhos de construção da estrada de penetração Cuiabá-Vilhena, e autorizou fôsse requisitada a mesma importância para ser entregue ao Capitão Luiz de Paula Pessoa, comandante da Quarta Companhia Rodoviária e chefe da comissão construtora da referida estrada.

COMISSÃO EXECUTIVA DA PESCA — Pela Portaria n.º 392, de 20 de julho, o sr. Ministro da Agricultura, de acôrdo com o estabelecido no § 1.º do art. 3.º do decreto-lei n.º 5 530, de 28 de maio de 1943, aprovou e baixou as Instruções para funcionamento da Comissão Executiva da Pesca.

PROÏBIDA A REMESSA DE MUDAS E SEMENTES DE HÉVEA PARA QUALQUER PARTE FORA DA AMAZÔNIA — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 21 de julho, na pasta da Agricultura o decreto-lei n.º 5 686, proïbindo a remessa de mudas e sementes de Hévea ou de outras plantas produtoras de borracha para qualquer parte fora da Amazônia, sem prévia autorização do Ministério da Agricultura.

EXECUÇÃO DAS LEIS FEDERAIS SÔBRE CAÇA E PESCA NO PARANA' — Pela Portaria n.º 409, de 28 de julho de 1943, o Sr. Ministro da Agricultura outorgou delegação de competência ao Estado do Paraná, para a execução, no território do Estado, das leis, regulamento e demais disposições federais sôbre caça e pesca, prevista no Regulamento aprovado pelo decreto-lei n.º 1 159, de 15 de março de 1939.

☆

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

APROVADO O REGIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO — Pelo decreto n.º 12 777, de 2 de julho, publicado no *Diário Oficial* de 5 do aludido mês e assinado na pasta da Agricultura, o Sr. Presidente da República aprovou o regimento da Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, que com o mesmo baixou assinado pelo Ministro da Agricultura.

☆

Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

PESQUISAS PARA OS INSTITUTOS OFICIAIS — Na sessão levada a efeito no dia 22 de abril, conforme resumo da ata publicada no *Diário Oficial* de 13 de julho, pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, o conselheiro Flexa Ribeiro falou sôbre o expedicionário Curt Nimuendajú, lendo trechos da carta em que o mesmo relata pequenos fatos de sua expedição. Lembrou o referido conselheiro que o Conselho deliberara facilitar as expedições destinadas a pesquisar, para os Institutos oficiais brasileiros, e, como o expedicionário declara ter feito suas pesquisas e coletas para os Museus Nacional e Paraense, aos quais entregou o material coletado, nada tem a objetar, propondo, entretanto, deixar o assunto em suspenso até ser firmada jurisprudência a respeito. O conselheiro Renato Almeida aparteia para referir-se ao processo idêntico, atinente ao expedicionário Reinhard, que ainda se acha sem solução, conforme verificou quando teve em mãos os processos referentes ao ano de 1942, para redigir o resumo dos trabalhos do Conselho. Sôbre o assunto falam ainda os conselheiros Flexa Ribeiro e B. Lutz os quais sugerem a volta do processo Reinhard ao plenário para solução.

VOTOS DE CONGRATULAÇÕES — O conselheiro Flexa Ribeiro, na sessão realizada no dia 27 de abril, propôs um voto de especial louvor pela atuação do agrônomo Alfeu Domingues na presidência do Conselho, cuja exoneração do cargo de Diretor do Serviço Florestal, por motivo de elevação a comissão no estrangeiro, por si, justifica o voto que propõe. Tece considerações sôbre a atuação do agrônomo Alfeu Domingues na presidência do Conselho e termina pedindo que o Conselho o felicitasse pela honrosa designação de que se acha investido sendo a proposta aprovada por aclamação.

ELOGIO AO OBSERVATÓRIO MAGNÉTICO DE VASSOURAS — Por ocasião da sessão realizada pelo C.F.E.A.C., no dia 4 de maio último, estiveram em visita ao Conselho os expedicionários Campbelle e Keller, que foram apresentados pela sra. Berta Lutz, afim de solicitar concessão de licenças individuais, visto terem de seguir rumos diferentes em seus trabalhos no Brasil. Introduzidos na sala das sessões, tem a palavra o Dr. Keller que expõe o plano de trabalhos a serem realizados em 15 localidades brasileiras, elogia o observatório magnético de Vassouras e declara ter grande

satisfação em cooperar com o mesmo. Agradece ao Conselho as licenças concedidas, as quais lhes são no momento entregues bem assim exemplares do regulamento do Conselho, em inglês.

COGUMELOS DO GÊNERO "CORDICEPS" — Na sessão do dia 18 de maio, a conselheira Berta Lutz fêz uma dissertação sôbre a excursão científica que fêz no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, donde trouxe dois cogumelos do gênero "Cordiceps", parasita das larvas de coleópteros lamelicórneos dos quais (cogumelos) exibe fotografias, e tece comentários sôbre a sua biologia. Refere-se ao número de espécies existentes no mundo e à escassa bibliografia a respeito. Em seguida mostra um postal recebido do expedicionário Sandeman, vindo da República do Perú, no qual se vê um batráquio, possìvelmente do gênero "atelopus" ou do "Phryniscus", passeando sôbre lava vulcânica, nos Andes. Chama a atenção para o fato pois que os animais dêsses gêneros vivem em meio úmido, sendo interessante ver-se um exemplar sôbre lava vulcânica.

PESQUISAS CIENTÍFICAS PROJETADAS POR ESCOLAS — No dia 25 de maio, realizou o Conselho a sua 345.ª sessão. Na ordem do dia, o presidente comunica ao Conselho ter autorizado à Secretaria a acrescentar outros Estados no itinerário dos expedicionários norte-americanos Campebell e Keller, a pedido dêstes, em conseqüência de novas instruções recebidas pelos mesmos do "Coast and Geodetic Survey". Com a palavra o conselheiro Renato Almeida comunica ter lido um artigo sôbre pesquisas científicas projetadas por diversas Escolas de Faculdades Nacionais. Aproveita a oportunidade para perguntar "até que ponto essas pesquisas poderão ser feitas sem audiência do Conselho". Argumenta que a fiscalização exercida pelo Conselho não é meramente material, mas, sobretudo, cultural. Assim, é de opinião que devemos ter ao menos conhecimento dessas realizações, pois o Conselho precisa estar apto a responder a qualsquer pedidos de informações que lhe sejam endereçados. O conselheiro Mário de Oliveira solicita algumas explicações a respeito do assunto. A conselheira B. Lutz lembra que se deve estudar a questão para ser resolvida com a presença do presidente efetivo e o conselheiro Flexa Ribeiro faz algumas considerações a respeito da propaganda dos trabalhos do Conselho e propõe que o conselheiro Renato Almeida reduza sua sugestão a uma fórmula escrita afim de ser estudada e posta em prática. A seguir, o conselheiro Renato Almeida lembra que, havendo uma comissão designada para estudar a reforma do regimento do Conselho e, estando os trabalhos dêste órgão, devido à situação anormal que atravessa o mundo, relativamente pouco onerados, seja tal reforma realizada em plenário, podendo, então, assunto como o que vem de ser debatido entrar nas cogitações do novo regimento. O presidente submete a proposta a votação, sendo a mesma aprovada unânimemente. Fala, a seguir, o conselheiro Armando Dias. Diz ter lido no *Boletim do Conselho Nacional de Geografia* notícia da expedição do padre Hipólito Chovelon, à região dos rios Araguaia e das Mortes, onde foi observar os índios Chavantes. Lembra que, a respeito, na devida oportunidade, pediu ao Conselho informações a alta autoridade do Estado de Goiaz, sem resultados, porquanto o expedicionário não fôra encontrado. Entretanto, verifica, agora, que a expedição foi realizada. O Sr. presidente tece algumas considerações pessoais a respeito.

EXPEDIÇÕES DAS MISSÕES RELIGIOSAS — O conselheiro Renato Almeida aproveita a oportunidade para notar que as Missões Religiosas freqüentes realizadoras de expedições científicas, enquadram-se, também, no caso das Escolas ou Faculdades. O sr. presidente faz algumas considerações a respeito. Ainda com a palavra o conselheiro Renato de Almeida pergunta se o Conselho pode patrocinar uma conferência da expedicionária Maria Alice da Fonseca Mourão, tendo o Conselho respondido afirmativamente.

☆

Conselho Nacional de Caça e Pesca

ENTREGUE O ANTE-PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO DE CAÇA — O Conselho Nacional de Caça entregou, no dia 14 de julho, último, ao Ministro da Agricultura o ante-projeto de reforma do Código de Caça vigente.

Ao fazer a entrega dêsse trabalho ao sr. Apolônio Sales, disse o Sr. Alberto Rêgo Lins, presidente daquele órgão consultivo, que o atual Código da Caça era mantido em tôdas as suas linhas, tendo sido feitas alterações em alguns dispositivos, para os tornarem mais claros e ajustáveis ao ambiente nacional. As poucas inovações consignadas no ante-projeto obedeciam às exigências do serviço da caça, cuja importância crescente em todo o país era de notoriedade geral. Além disso, era mistér consolidar tôda a legislação relativa à caça para facilitar a consulta das populações do interior. O ante-projeto incorporára ao texto todos os decretos-leis sôbre o serviço da caça que sucederam ao atual Código de Caça. Pràticamente, o ante-projeto facilita a tarefa da Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, e dos Estados, que já têm delegação de poderes para o serviço da caça, afastando as dificuldades decorrentes da má interpretação do texto, quanto à nocividade de certos animais silvestres e às medidas de proteção às espécies úteis à economia nacional e as que se vão tornando raras. O ante-projeto procura também associar os governos municipais e os proprietários rurais à fiscalização das atividades venatórias e à proteção da fauna indígena.

O ministro Apolônio Sales mostrou-se satisfeito com a troca de idéias sôbre os objetivos da reforma, declarando que ía ler o ante-projeto para as necessárias providências.

☆

Departamento Nacional da Produção Mineral

PORTARIA SÔBRE A PRODUÇÃO DE MINERAIS ESTRATÉGICOS — O sr. Ministro da Agricultura pela Portaria n.º 380, de 15 de julho, publicada no *Diário Oficial* de 17 de julho, tendo em vista a necessidade de ser aumentada a produção de minérios, em particular, das substâncias minerais consideradas estratégicas, resolveu que as quantidades dos produtos minerais extraídos pelo concessionário na fase de pesquisa, sejam regulados por meio de guias, expedidas pela Divisão de Fomento da Produção Mineral, conforme normas estabelecidas pela mesma Portaria.

PESQUISAS DE CARVÃO MINERAL NOS ESTADOS DO MARANHÃO, PIAUÍ E PARANÁ — Em exposição de motivos n.º G.M. — 866 dirigida ao Sr. Presidente da República e publicada no *Diário Oficial* de 16 de julho, o sr. Ministro da Agricultura, solicitou autorização para o dispêndio de Cr$ 3 000 000,00, da quota que foi destinada ao Ministério da Agricultura

pelo "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", para prosseguimento das pesquisas de carvão mineral nos Estados do Maranhão, Piauí e Paraná. Para atender a uma exigência do Ministério da Fazenda, o titular da Agricultura anexou à exposição de motivos uma relação dos serviços a serem custeados pela mesma dotação, cujo resumo é o seguinte:

1) Pesquisas de carvão no Paraná	980 000,00
2) Pesquisas de carvão no Maranhão e Piauí	980 000,00
3) Empreitadas já iniciadas e outras	1 040 000,00
Total	3 000 000,00

CONCURSO PARA DESENHISTA — A prova de habilitação realizada em julho, no D. A.S.P., para desenhista, extranumerário mensalista do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, do Serviço de Peste do Ministério da Educação e Saúde e da Escola de Estado Maior do Ministério da Guerra, constou do seguinte:

Parte I — Consistindo na execução a lapis, em papel de rascunho, de um ou mais trabalhos dentre os seguintes:

1. Representação, em uma planta, do relêvo topográfico.
2. Redução e aumento de parte de uma planta topográfica.
3. Feitura de gráficos estatísticos, fornecidos os dados.

Esta parte valeu até cem pontos.

Parte II — Consistindo em decalque, sôbre papel vegetal, de um trecho de planta topográfica ou carta geográfica, acompanhado de legenda com vinte e cinco caracteres, no máximo.

Foi exigido o emprêgo de convenções e a leitura de um trecho da planta ou carta.

Esta parte valeu até cem pontos, só sendo considerado habilitado o candidato que obteve nota igual o superior a cinqüenta pontos.

☆

Divisão de Águas

CURSOS CONSIDERADOS PÚBLICOS — Pela Divisão de Águas do D.N.P.M., do M. da A. conforme editais publicados no *Diário Oficial* de 10 de julho, foram consideradas públicas, de uso comum, os seguintes cursos dágua do domínio de Municípios do Estado de Santa Catarina:

curso dágua denominado "Santiago/Testo Alto". "Testo" e "Testo", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior incluído no município de Blumenau;

curso dágua denominado "Braço", "Pomeroda" e "Pomeroda", respectivamente nos seus trechos superiores, médio e inferiores, incluído no município de Blumenau;

curso dágua denominado "Luiz Alves", ao longo de tôda a sua extensão incluído no município de Itajaí";

curso dágua denominado "Dona Ema" ao longo de tôda a sua extensão incluído no município de Hamônia;

curso dágua denominado "Bracinho" ao longo de tôda a sua extensão, incluído no município de Joinvile;

curso dágua denominado "Grande" ao longo de tôda a sua extensão incluído no município de Rio do Sul;

curso denominado "Humboldt", e "Itapocú" respectivamente nos seus trechos superiores, médio e inferior que nasce no município de Jaraguá com os de São Paulo e Joinvile, limitando ainda o município de Joinvile com o de Blumenau e com o municpio de Paratí;

curso dágua denominado "Itajaí do Oeste", "Itajaí-Assú" e "Itajaí-Assu", respectivamente nos seus trechos superiores, médio e inferior, que nasce no município de Rio do Sul, percorre os de Blumenau, Gaspar, Itajaí e limita o município de Hamônia com os de Rio do Sul, e Indaial, limitando ainda o município de Indaial com os de Timbó e Blumenau;

curso dágua denominado "Mirador/Laranjeiras", "Tubarão" e "Tubarão", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior que nasce no município de Palhoça e percorre os de Tubarão e Laguna, limitando ainda o município de Tubarão com os de Palhoça, Nova Orleans e Laguna;

curso dágua denominado "Legado/Caeté", "Itajaí do Sul" e "Itajaí do Sul", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Bom Retiro, percorre o de Rio do Sul e limita êste município com o de Bom Retiro;

curso dágua denominado "São Lourenço", ao longo de tôda a sua extensão, que nasce no município de Itaiópolis e percorre o de Mafra, também no Estado de Santa Catarina.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1) os cursos dágua foram determinados partindo de jusante para montante;

2) nas confluências foram considerados como principais os de maior bacia hidráulica.

As indentificações dos cursos dágua foram feitas segundo os mapas municipais, organizados em observância ao decreto-lei n.º 311 de 2 de março de 1938.

IMPRESSÃO DE TRABALHOS SÔBRE O REGIME DE CURSOS DÁGUA — Conforme despacho exarado na exposição de motivos n.º 863, do sr. Ministro da Agricultura, e publicado no *Diário Oficial* de 12 de julho, o Sr. Presidente da República autorizou sejam pagas, por meio de adeantamentos, no Distrito Federal e vários Estados, as despesas com a impressão e encadernação dos estudos sôbre o regime de cursos dágua no país levados a efeito pela Divisão de Águas do D.N.P.M. do Ministério da Agricultura.

CONSIDERADAS PÚBLICAS AS ÁGUAS DOS CURSOS "PAPUAN" E "PEDRAS" — O *Diário Oficial* do dia 24 de julho, publica um edital da Divisão de Águas, do Departamento Nacional de Produção Mineral, considerando públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina e do domínio do município de Curitibanos, respectivamente, no mesmo Estado, as águas do curso denominado "Papuan" e "Pedras", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, e do curso denominado "Pedras" e "Pedras-Marombas", nos respectivos trechos superior, médio e inferior.

☆

Serviço de Proteção aos Índios

ORGANIZAÇÃO DE UMA COOPERATIVA INDÍGENA — O govêrno vem desenvolvendo, através do Ministério da Agricultura, amplo programa de assistência aos índios do Brasil.

Segundo informações contidas num dos últimos números do beletim interno do Serviço de Proteção aos índios, é sugerida a organização de uma Cooperativa Indígena. Os nossos índios produzem, além dos seus conhecidos artefatos, muitos artigos e gêneros úteis e comerciáveis, de grande procura, dos quais, por falta de organização, poucos lucros auferem, sendo obrigados a entregá-los aos regatões

e outros exploradores, que, além de comprar-lhes tudo por preço ínfimo, em troca lhes vendem por preço elevado, artigos de péssima qualidade, quando não o alcool. Nada pois adiantaria estar o govêrno intensificando a produção dos nossos índios se não fôr conseguido para ela mercado compensador.

O Serviço de Proteção aos índios, dirigido pelo Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos, vai instalar, nesta capital, a título de experiência, um armazém denominado "Feira Indígena", ou "Cooperativa Indígena" afim de receber tôdas as mercadorias dos índios que forem consignadas pelas Inspetorias Regionais e realizar a sua venda pelos preços aquí tabelados. O lucro obtido em tal comércio será exclusivamente do índio produtor, excetuando uma pequena comissão para pagamento dos empregados indígenas do armazem.

Para instalação dêsse armazem o Serviço procurará obter do govêrno ou da Prefeitura algum prédio próprio de que possam dispor na zona comercial. O diretor do Serviço será o presidente nato da organização.

Além dos artefatos indígenas, a Cooperativa venderá produtos agrícolas, como cereais, óleos, guaraná, mel, ipecacuanha, ervas medicinais, peixes sêcos.

As Inspetorias Regionais do Serviço poderão organizar armazéns idênticos ao que está sendo considerado para esta capital.

INSTALAÇÃO E APARELHAMENTO DE INSPETORIA E POSTOS INDÍGENAS — Conforme despacho exarado na Exposição de motivos G.M. 892, do sr. Ministro da Agricultura, publicada no *Diário Oficial* de 19 de julho, o Sr. Presidente da República aprovou o plano organizado pelo Serviço de Proteção aos índios para a aplicação da importância de Cr$ ..... 1 000 000,00, da quota de Cr$ 25 000 000,00 atribuída ao Ministério da Agricultura no Orçamento do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, a qual foi destinada ao aludido Serviço para a instalação e aparelhamento de Inspetorias e Postos Indígenas.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES DO ESTADO PARA FUNCIONAREM COMO PROFESSORES — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 2 de julho, na pasta da Educação o decreto-lei n.º 5 462, publicado no *Diário Oficial* de 5 do mesmo mês, alterando o decreto-lei n.º 4 993, de 26 de novembro de 1942, cujo artigo 6.º passou a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º — O ensino será ministrado por técnicos nacionais ou estrangeiros, especialmente contratados, podendo, porém, o Ministro da Educação e Saúde designar servidores do Estado para funcionarem como professores e assistentes".

CONTRATO DO SANEAMENTO DO VALE DO RIO DOCE — O *Diário Oficial* em sua edição de 1 de julho, publicou os têrmos do contrato assinado entre o Govêrno Brasileiro e o Govêrno dos Estados Unidos da América, por intermédio do Institut of Inter-American Affairs para execução de medidas de saúde e saneamento no vale do rio Doce, conseqüente ao que ficou assentado no contrato similar firmado a 17 de julho de 1942 entre os dois referidos Governos e registrado pelo Tribunal de Contas a 8 de setembro. Para a execução do contrato o Serviço Especial de Saúde Pública propõe a importância de um milhão de dólares ou aproximadamente vinte milhões de cruzeiros, concorrendo o Institut of Inter-American Affairs com 800 mil dólares e o Govêrno Brasileiro com o restante.

O Serviço Especial de Saúde Pública tomará a seu cargo no vale do rio Doce medidas gerais de saúde e saneamento e, mais especialmente, a profilaxia e estudos da malária, a instalação de serviços de água e esgotos em algumas das principais cidades do vale e o estabelecimento de um Centro de Saúde Modêlo em uma dessas localidades.

CRÉDITO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 20 de julho, nas pastas da Educação e Saúde e da Fazenda, o decreto-lei n.º 5 682, tornando sem aplicação a dotação orçamentária de Cr$ 500 000,00 do Ministério da Educação e Saúde, e abrindo o crédito suplementar na mesma importância para desenvolvimento das atividades educativas e culturais a critério do Sr. Presidente da República.

☆

Conselho Nacional de Serviço Social

MODIFICADA A LEGISLAÇÃO SÔBRE SUBVENÇÕES — O Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo tido conhecimento de que o pagamento das subvenções que o Govêrno Federal concede, anualmente, às instituïções assistenciais vinha sendo feito, de modo geral, a procuradores e pessoas estranhas às respectivas diretorias, com evidentes prejuízos para as mesmas associações, que ficavam assim, obrigadas ao pagamento de comissões e outras despesas que diminuem o auxílio que lhes concede o Govêrno, entrou em entendimento com o Conselho Nacional de Serviço Social, resultando na assinatura de dois decretos-leis que modificaram a legislação sôbre o assunto. O primeiro, de n.º 5 697, de 22 de julho, dispõe sôbre as bases de organização do serviço social em todo o país, e o segundo, de n.º 5 698, da mesma data, regulamenta a cooperação financeira da União com as entidades privadas a que se refere o decreto-lei n.º 527, de 1.º de julho de 1938.

☆

Escola Nacional de Engenharia

IMPRESSÕFS DA VISITA A SANTA CATARINA — O PROBLEMA DA VIAÇÃO E DAS OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO — Uma caravana de estudantes da Escola Nacional de Engenharia esteve recentemente em visita ao Estado de Santa Catarina. Transmitindo as impressões que lhe proporcionaram os diferentes aspectos das realizações sociais e políticas do govêrno catarinense, os estudantes dirigiram uma carta ao diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, a qual foi publicada no *Diário Oficial* do Estado, edição do dia 19 dêste mês.

Após se referirem ao que se tem feito naquele Estado, no campo de assistência social e da educação pública, assim focalizam a solução dos problemas de viação e obras públicas:

"Santa Catarina que goza a tradição de possuir excelentes estradas de rodagem, apresenta hoje um sistema rodoviário que, pela sua distribuïção, inspirada pelas realidades geográficas e econômicas, vem prestando assinalados serviços não só ao Estado como ao País.

Novas perspectivas se abrem ainda ao problema rodoviário pelos novos estudos de cuidadosos planos.

O Departamento de Terras, pelo que verificamos, está realizando um trabalho de real importância, com o efetuar a revisão geral da cartografia estadual, medida que se vem impondo em virtude de inúmeros erros e deficiências que se assinalam na carta geográfica de Santa Catarina.

Acompanhamos com verdadeiro interêsse os estudos que estão elaborando no sentido de dotar a encantadora ilha de um perfeito e moderno serviço de fôrça e luz, que possibilitará num futuro próximo a instalação de indústrias em geral, além de contribuir para o maior confôrto da população.

Foi com o mais vivo interêsse que rumamos a região sul do Estado de Santa Catarina onde nos seria proporcionada a visão das minas carboníferas, já tão famosas em todo o Brasil. Santa Catarina como não se ignora, guarda no seu sub-solo a maior bacia carbonífera do país, cuja reserva se pode calcular em cêrca de 500 milhões de toneladas. O coque catarinense pela riqueza percentual do seu carbono fixo é na verdade um dos fundamentos principais da solução do problema siderúrgico do Brasil. Podemos em Alto Capivarí, observar as construções que se acham em franco desenvolvimento das instalações para o beneficiamento do carvão, da Companhia Siderúrgica Nacional, superiormente dirigida pelo major Iberê de Matos.

As dificuldades que se multiplicavam com a questão do transporte, sentimos alí que vêm sendo removidas pelos melhoramentos efetuados na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, bem como, com os que se realizam nos portos de Imbituba e Laguna e que garantirão à Volta Redonda o quantum necessário de toneladas dêsse importante combustível. Os trabalhos que alí se verificam deram-nos a impressão do grande futuro que está reservado ao Estado de Santa Catarina.

Antes de concluir estas ligeiras impressões não podemos deixar de assinalar o espetáculo de trabalho que se nos deparou no rico e fecundo vale do Itajaí, onde se desenvolvem vilas e cidades com verdadeiro prodígio.

Tomamos a liberdade de solicitar ao ilustre diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda que se faça o portador dos nossos sinceros agradecimentos e da nossa mais viva simpatia ao digno Interventor Federal dêsse Estado, dr. Nereu Ramos, figura singular de estadista, ao ilustre Interventor Federal interino, dr. Ivo d'Aquino, brilhante espírito de humanista, a tôdas as autoridades que nos distinguiram com sua atenção, assim como à sociedade em geral que por intermédio de um de seus admiráveis clubes, o aristocrático Lira Tênis Clube, nos proporcionou ampla e cordial recepção".

☆

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

1.º SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES — Pela Portaria n.º 421, de 10 de julho, determinou o Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública que o 1.º Salão Nacional de Belas Artes, no ano de 1943, realizar-se-á de 1.º a 30 de setembro, ficando incumbido o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de baixar as necessárias instruções para a instalação e o funcionamento do Salão.

☆

Serviço de Radiodifusão

"GEOGRAFIA DA GUERRA" E "DO BRASIL PARA A VITÓRIA" — A PRA-2 do Serviço da Radiodifusão do Ministério da Educação e Saúde inaugurou no dia 14 de julho último uma série de programas destinados ao melhor esclarecimento do povo com respeito à situação internacional. Trata-se de iniciativa fadada a amplo sucesso, pela orientação dada aos programas e pela matéria que os mesmos versarão. O iniciado naquela data, que será irradiado tôdas as quarta-feiras, às 19,30 horas intitula-se "Do Brasil para a Vitória", e versará sôbre a nossa contribuição de guerra para o triunfo das Nações Unidas. "Geografia da Guerra", é o nome de outro programa, cuja finalidade será a de esclarecer o ouvinte quanto às áreas onde têm lugar os combates, ao clima dêsses territórios, aos seus rios e montanhas, às suas riquezas naturais, aos povos que o habitam, etc. E' irradiado tôdas as quintas-feiras, às 19,15 horas. Ainda com referência a essa matéria, a PRA-2 irradiará aos domingos, às 19 horas: "Panorama da Guerra", visão político-social do mundo, e que estará a cargo de uma grande autoridade no assunto. São êstes programas de caráter eminentemente educativo e cultural, dentro dos objetivos da estação oficial, e com os quais se pretende ampliar os conhecimentos da nossa gente em assunto da relevância da Guerra, nos seus aspectos políticos, sociais, enconômicos e hitóricos.

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GARANTIA DO TESOURO NACIONAL PARA O EMPRÉSTIMO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL — Pelo decreto-lei n.º 5 659, de 10 de julho, assinado pelo Sr. Presidente da República, na pasta da Fazenda, foi dada a garantia do Tesouro Nacional, na qualidade de fiador, pelo pagamento das notas promissórias emitidas pela Companhia Siderúrgica Nacional até o total de 45 milhões de dólares, e respectivos juros, para financiamento da aquisição, nos Estados Unidos da América, dos materiais e equipamentos destinados à usinas siderúrgicas em construção em Volta Redonda e do custeio das despesas de transportes e de seguros dos mesmos.

ISENÇÃO DE DIREITOS PARA GADO BOLIVIANO — Isentando do pagamento de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de dois anos, o gado vacum que, procedente da Bolívia, entrar no Brasil pela fronteira com aquele país, para exclusivo abastecimento das populações da região amazônica, o Sr. Presidente da República assinou, no dia 22 de julho, o decreto-lei n.º 5 694, na pasta da Fazenda.

☆

Diretoria do Domínio da União

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO — AFORAMENTO DE TERRENOS DE MARINHA — No dia 15 de julho, na pasta da Fazenda, o Sr. Presidente da República assinou o decreto-lei n.º 5 666, que esclarece e amplia o decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, e dá outras providências sôbre aforamento de terrenos de Marinha, o qual está publicado, na íntegra, na secção competente dêste número do *Boletim*.

PORTARIA SÔBRE TERRENOS DE MARINHA — No *Diário Oficial* da União, foi publicada a seguinte Portaria, da Delegacia Regional no Distrito Federal:

"Portaria n.º 44 de 23 de julho de 1943 — De acôrdo com o resolvido pelo Sr. diretor, em 2 de julho corrente, no processo n.º 62 034-

43, originado pelo ofício n.º 867, de 30-6-43, dêste Serviço Regional, desde que haja anuência dos interessados a uma futura revisão da profundidade exata dos terrenos sujeitos ao ônus do fôro como de marinha e enquanto não fôr ultimada a locação do preamar máximo de que trata o decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, recomendo-vos que os aforamentos de terrenos que dependam da demarcação da linha do preamar máximo, tenham o respectivo prosseguimento, com a locação da linha do preamar na conformidade da que serviu de base para outras concessões de terrenos próximos e já aforados. — Cientifico-vos, outrossim, que os aforamentos obtidos da Prefeitura do Distrito Federal, — exame e registo feitos nos têrmos do art. 35, do decreto-lei n.º 3 438, de 1941, — poderão ter os processos ultimados com os dados constantes dos títulos apresentados, na forma da resolução do Sr. diretor, antes mencionada. — *Afonso Celso Marchand*, chefe do serviço".

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

CRÉDITO PARA A CONCLUSÃO DA ESTRADA LEOPOLDINA A PETROLINA — O Sr. Presidente da República, nas pastas da Guerra, e da Fazenda, assinou no dia 16 de julho, o decreto-lei n.º 5 672, abrindo ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00, para atender às despesas com a conclusão dos trabalhos de construção da estrada Leopoldina a Petrolina, no Estado de Pernambuco.

COMEMORAÇÃO DO CINQÜENTENÁRIO DO CÊRCO DA LAPA — O Sr. Ministro da Guerra assinou no dia 20 de julho, portaria designando o juiz de direito e prefeito municipal da cidade de Lapa, Estado do Paraná, o sr. José Sabaio Côrtes e o comandante do 11-13.º Regimento de Infantaria, para constituirem a sub-comissão local incumbida da organização das solenidades comemorativas do cinqüêntenário do cêrco da Lapa, no dia 9 de fevereiro de 1944.

Aprovado o programa comemorativo — Em Aviso datado de 22 de julho, o Sr. Ministro da Guerra aprovou o programa de comemorações do cinqüêntenário do cêrco da Lapa, marcadas para 9 de fevereiro de 1944, assim organizado: 1 — Acampamento militar, reconstituição do que procedeu à campanha; 2 — Transferência para os monumentos dos canhões utilizados em 1894; 3 — Inauguração do Panteon; 4 — Inauguração de placas com a descrição geral do cêrco e na casa de Joaquim Lacerda e na igreja-matriz; 5 — Edição comemorativa de livros; 6 — Criação do Museu da Lapa com as peças do Museu Coronel David Carneiro e do Museu do Estado; 7 — Inauguração da estátua do general Antônio Ernesto Gomes Carneiro em Curitiba, e dos bustos de Joaquim Lacerda, Dulcídio Pereira e Amintas de Barros, na Lapa; 8 — Colocação de pequenos marcos com inscrições, nos lugares históricos; 9 — Distribuição de medalhas militares comemorativas dos feitos aos veteranos; 10 — Emissão de selos e moedas comemorativas; 11 Reünião do Congresso de História do Cêrco da Lapa; 12 — Salvas de canhão por peças colocadas nos lugares históricos dos canhões situados e sitiantes; 13 — Parada militar; desfile em continência aos heróis diante dos monumentos.

COMISSÕES BRASILEIRAS DEMARCADORAS DE LIMITES — AUTORIZAÇÃO PARA O PESSOAL SE AUSENTAR DO PAÍS. — O sr. Ministro da Geurra, pelo Aviso n.º 1 869, de 28 de julho publicado no *Diário Oficial* de 30 do mesmo mês, autorizou aos comandantes de Região Militar a conceder permissão para ausentar-se do país ao pessoal em serviço nas Comissões Brasileiras Demarcadoras de limites, 1.ª e 2.ª Divisões, sempre que a ausência se faça em objeto de serviço da respectiva Comissão.

☆

Diretoria do Ensino

PROVA DE SELEÇÃO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA ESCOLA DE INTENDÊNCIA — No *Diário Oficial* de 10 de julho foram publicados os pontos da prova de seleção para matrícula no curso de aperfeiçoamento da Escola de Intendência do Exército, os quais versam sôbre Econômia do Brasil, História do Brasil e Topografia.

☆

Colégio Militar

APROVEITAMENTO DE PROFESSORES — Por decreto de 9 de julho, o sr. Presidente da República resolveu aproveitar, no Colégio Militar, de acôrdo com o disposto no artigo 10 do decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937, vários professores como catedráticos e adjuntos das disciplinas em seguida discriminadas.

Tenente-Coronel Ciro Pais Leme, atual adjunto de catedrático de Geografia do curso único — Professor catedrático de Geografia Geral do Curso Ginasial.

Tenente-Coronel Luiz Félix Toledo de Abreu, atual adjunto de catedrático de Geografia do curso único — Professor catedrático de Geografia Geral do Curso Científico.

Dr. Décio Coutinho, atual professor catedrático de Geografia do Brasil do curso único — Professor catedrático de História Geral do sil do Curso Científico.

Coronel José Lessa Bastos, atual professor catedrático de História Geral do curso único — Professor catedrático da História Geral do Curso Ginasial.

Tenentes-Coronéis José Maria Leite de Vasconcelos e Nélson de Oliveira Sampaio, respectivamente atual professor adjunto de História Geral do curso único e atual adjunto de História do Brasil do curso único — Adjunto de catedrático de História Geral do Curso Ginasial.

Tenente-Coronel Valter Prestes, atual professor adjunto de catedrático de História Geral do curso único — Professor catedrático de História Geral do Curso Científico.

Tenente-Coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, atual professor catedrático de Geografia do curso único — Professor catedrático de História do Brasil do Curso Ginasial.

Tenente-Coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, atual professor catedrático de História do Brasil do curso único — Professor catedrático de História do Brasil do Curso Científico.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO 4.º ANIVERSÁRIO DA COMISSÃO — Sob a presidência do sr. Ministro Marcondes Filho, reüniu-se no dia 5 de julho último, em sessão especial comemorativa do 4.º aniversário de sua criação, a Comissão de Estudos dos Ne-

gócios Estaduais, presentes também o interventor Nereu Ramos e outras autoridades. Aberta a sessão, falou o sr. Sá Filho, que fêz uma saüdação ao titular da pasta do Trabalho e interino da Justiça. Em seguida, usou da palavra o Sr. Marcondes Filho dissertando sôbre a atuação e finalidade da Comissão.

RELAÇÃO NOMINAL DAS ESTRADAS DE RODAGEM EM CONSTRUÇÃO PELOS ESTADOS — Atendendo a uma solicitação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, na sessão realizada no dia 16 de julho, resolveu solicitar aos governos dos Estados o seguinte: 1) relação nominal das rodovias atualmente em construção pelos Estados e extensão quilométrica; 2) importância das despesas realizadas pelos Estados em rodovias nos exercícios de 1941 e 1942, quilometragem construída nos mesmos períodos; 3) verbas consignadas pelos Estados para realização dos respectivos programas rodoviários em 1943, e extensão de rodovias a construir dentro dêsse programa.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UM PÔRTO NO CANAL DO TAMENGO PARA A BOLÍVIA — Por troca de notas entre os Srs. Ministros Osvaldo Aranha e o Embaixador David Alvestegui, como conclusão dos entendimentos realizados quando da visita ao nosso país do Presidente Peñaranda, o govêrno do Brasil, acedendo aos desejos expressos pela Bolívia, autorizará os delegados brasileiros da Comissão Mista Demarcadora de Limites a estudar, em conjunto com os seus colegas bolivianos, uma nova localização, mais ao sul de Sucre, de um pôrto no canal do Tamengo que desagua no rio Paraguai, e bem assim a compensação territorial correspondente por parte da Bolívia.

CRÉDITO PARA INTENSIFICAÇÃO DO INTERCÂMBIO CULTURAL — Pelo Sr. Presidente da República foi assinado, no dia 16 de julho, o decreto-lei n.º 5 671, abrindo ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr$ 520 000,00 para intensificação do intercâmbio cultural, auxílios a Congressos e Conferências Culturais no Brasil inclusive para atender a despesas resultantes de convênios culturais, bolsas escolares, abonos a professores e a outras correlatas.

CONVÊNIO CULTURAL COM A REPÚBLICA DOMINICANA — Pelo decreto n.º ..... 12 950, de 20 de julho, na pasta das Relações Exteriores, o Sr. Presidente da República promulgou o Convênio Cultural entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro a 9 de dezembro de 1942.

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Instituto de Tecnologia

A AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO — O Sr. Presidente da República, por despacho de 14 de julho, publicado no *Diário Oficial* de 23 mesmo mês, aprovou a exposição de motivos n.º 2 186, do DASP, favorável à solicitação feita pelo Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no sentido de serem executadas, pelo regime de administração, efetuando-se o pagamento das respectivas despesas por meio de adiantamentos, os trabalhos de ampliação da ala esquerda do edifício do Instituto Nacional de Tecnologia.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

COMISSÃO DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL — Pela exposição de motivos n.º 1 992, de 29 de junho, publicada no *Diário Oficial* de 2 de julho, manifestou-se o D.A.S.P. favoràvelmente à expedição de um decreto para dar existência formal à Comissão do Plano Rodoviário Nacional, constituída por despacho do Sr. Presidente da República proferido na exposição de motivos n.º 184, de 17 de dezembro de 1941, do Ministério da Viação e Obras Públicas. O DASP foi contrário a que percebessem os membros da Comissão a gratificação proposta, de Cr$ 200,00 por sessão a que comparecessem, por não constituir a C. P.R.N., pròpriamente, um órgão de deliberação coletiva.

EQUIPARADAS AS RÊDES RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA DO PAÍS — O Sr. Presidente da República, considerando que são idênticas as necessidades da defesa nacional no que se refere aos transportes rodoviários e ferroviários em tempo de guerra, assinou, no dia 15 de julho, nas pastas da Guerra e da Viação, o decreto n.º 12 926, tornando extensivo à rêde rodoviária do país o que estabelece, quanto à ferroviária, o artigo 2.º e seu parágrafo único do decreto n.º 21 985, de 20 de outubro de 1932.

APROVADOS O PROJETO E ORÇAMENTO PARA OBRAS NO RIO PARAÍBA DO SUL — Pelo decreto-lei n.º 12 840, de 10 de julho, na pasta da Viação, o Sr. Presidente da República aprovou o projeto e orçamento na importância de Cr$ 5 161 000,00, para regularização do trecho do rio Paraíba do Sul, compreendido entre a sua embocadura e a cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

LIGAÇÃO FERROVIÁRIA NORTE-SUL — REUNIÃO DE TÉCNICOS PARA ESTUDAR O PROBLEMA — Sob a presidência do Sr. Ministro da Viação, realizou-se, em seu gabinete, no dia 20 de julho, uma reünião em que tomaram parte os engenheiros Vitor Tamm, chefe do Gabinete; Valdemar Luz, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro; Demóstenes Rockert, chefe da construção da Central; Coronel José Sérvulo da Borja Buarque, Comissário da Rêde n.º 1; Coronel Alfredo de Carvalho Dias, representante do Estado Maior do Exercito; Major José Maria de Mourão e Barros, Adjunto do Comissário da Rêde n.º 1; Dr. Jorge Leal Burlamaqui, diretor de Obras e Planos do Dep. Nac. de Estradas de Ferro, para estudarem os problemas relativos á ligação ferroviária norte-sul. O Diretor da Central, Major Napoleão de Alencastro Guimarães, achando-se ligeiramente enfêrmo, foi representado pelo engenheiro Demóstenes Rockert.

REPRESENTANTE NA COMISSÃO TÉCNICA DE RÁDIO — O Ministro da Viação e Obras Públicas, pela Portaria n.º 692, de 21 de julho, reconduziu o major Tasso Barcelos de Morais às funções de representante daquele Ministério junto à Comissão Técnica de Rádio.

RÁDIO-COMUNICAÇÕES ENTRE ASSUNÇÃO E O RIO DE JANEIRO — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 20 de ju-

lho, o decreto-lei n.º 5 681, abrindo ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$. 8 000,00 para atender, no corrente exercício, ao pagamento da gratificação mensal, a título de representação, de Cr$ 4 000,00, arbitrada a Manuel Antônio de Sousa, ocupante do cargo da classe I da carreira de Telégrafista do Quadro III — Parte Suplementar — do mesmo Ministério, designado para proceder em Assunção, República do Paraguai, à instlação de um equidamento transmissor, destinado às rádio-comunicações entre aquela Capital e o Rio de Janeiro.

☆

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

A INDUSTRIALIZAÇÃO DAS MATÉRIAS PRIMAS MINERAIS — Por despacho datado de 15 de julho e publicado no *Diário Oficial* de 21 do mesmo mês, o Sr. Presidente da República autorizou a ida do professor Otton Henri Leonardos aos Estados Unidos, por indicação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, e onde examinará, em viagem de estudos de Geologia econômica, vários problemas de industrialização de matérias primas minerais, como a da grafita e da pirita sôbre os quais se encontra interessada a Diretoria do Material Bélico.

A FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO — O Conselho Nacional de Minas e Metalurgia tornou público, em edital publicado no *Diário Oficial* de 29 de julho, que, de acôrdo com a exposição de motivos aprovada pelo Sr. Presidente da República em 5 de maio de 1943, tôdas as empresas que exploram a mineração ou se utilizam essencialmente de matérias primas minerais do país (metalurgia, fabricação de cimento, vidro, etc.) com capitais obtidos por subscrição pública, deverão fornecer ao Conselho dados completos sôbre a organização, programas e atividades inclusive os prospectos, anúncios e avisos com que se apresentaram ao público, afim de que o Conselho exerça a fiscalização necessária para salvaguardar a economia popular e fortalecer o crédito de que a indústria mineral carece para se expandir convenientemente no interêsse geral. O Conselho aceita, nesse sentido tôda e qualquer colaboração. As conclusões do exame que o Conselho procederá em cada caso particular serão tornadas públicas, à proporção que forem sendo ultimadas.

☆

Departamento dos Correios e Telégrafos

O CENTENÁRIO DO SÊLO BRASILEIRO — No dia 1.º de agôsto corrente foi comemorado o 1.º centenário do sêlo no Brasil, tendo sido posta em circulação uma nova emissão de selos postais.

A efeméride foi ainda celebrada com a realização de uma grande exposição filatélica e com a cunhagem de uma medalha comemorativa.

A primeiro emissão de selos brasileiros com o famoso "Olho de boi", hoje tão raro e disputado, foi feita em 1.º de agôsto de 1843.

O Brasil foi o segundo país no mundo a adotar o sêlo em sua correspondência, graças ao Imperador Pedro II, que contava na época apenas dezenove anos.

Para a feitura do "Olho de boi", mandou vir D. Pedro, de París, uma máquina "guilloché", expressamente construída para a Casa da Moeda do Império.

Essa máquina ainda hoje se encontra na Casa da Moeda e ia ser utilizada para a gravação do novo selo comemorativo, que é uma reprodução aproximada do primeiro.

Entretanto, pela impossibilidade de repetir o maquinismo a fina tessitura do fundo em preto do "Olho de boi", foi a mesma, para o novo sêlo, confeccionada a mão, pelos técnicos da Casa da Moeda.

Trata-se de uma reprodução modernizada, conforme mesmo as determinações dos convênios postais assinados pelo Brasil, sendo as estampas de 30, 60 e 90 centavos. Para os colecionadores, imprimiu ainda a Casa da Moeda um bloco filatético em que aparecem as reproduções dos três valores do sêlo comemorativo e as efígies do Imperador Pedro II, segundo os desenhos da época, e do Sr. Presidente Getúlio Vargas, encimadas pela legenda: "1.º Centenário do Sêlo no Brasil".

O Sr. Caio Marques de Sousa, Diretor da Casa da Moeda, determinou ainda a cunhagem de duas moedas comemorativas, uma para os expositores e a outra para o público, tendo ambas, no verso, a efígie de Pedro II e no reverso, uma reprodução do "Olho de boi", com a inscrição: "Centenário do 1.º sêlo no Brasil".

As moedas destinadas aos expositores, trazem, no verso, a inscrição: "D. Pedro II, Imperador do Brasil" e as outras, a legenda: "Exposição Filatélica Nacional".

Os selos comemorativos do centenário do "Olho de boi" já estão impressos e prontos a serem entregues à circulação. Da mesma forma as medalhas, cuja cunhagem foi agora terminada.

A exposição filatélica foi, inaugurada no dia 31 de julho último, no 1.º andar do edifício da Associação dos Empregados no Comércio, sob o patrocínio do Sr. Ministro da Viação e tendo como presidente de honra o Sr. Getúlio Vargas.

Todos os amplos e bem iluminados salões daquele andar ficaram literalmente ocupados pelos mostruários, nos quais foram admitidos selos postais de qualquer natureza, selos não postais, de propaganda, de beneficência e de caridade; ensaios, provas, blocos inteiros, sôbre-cartas, cartas-bilhetes, cartões postais e cintas com selos fixos, aerogramas, etiquetas do Correio Aéreo, impressões de Carimbos e marcas postais selos nulos, falsos ou falsificados, cartofilia, consistente em cartões postais, do Correio ou de indústria privada, simples e máximos; livros, jornais, revistas, álbuns e quaisquer trabalhos sôbre filatelia, acessórios e material filatélico; material e acessórios para fabricação ou estampa de selos; aparelhos ou processos para prevenir a falsificação de selos do Correio ou de estampas de máquina de grampear; obras, estampas, litogravuras ou tricomias relativas ao Correio Brasileiro e aos meios de transporte total no século XIX, material e acessórios para fabricação de selos.

A exposição compreendeu nove divisões, dispostas em classes e grupos. Os prêmios consistiram de taças, objetos de arte, medalhas de ouro, prata, bronze e diplomas de honra. Grande Prêmio Brâpex, reservado a mais bela participação apresentada à Exposição, e Grande Prêmio Brasil, destinado à melhorar coleção de selos do país.

Compuseram a comissão de honra os Srs. Prefeito do Distrito Federal, Presidente do DASP, o Diretor do DIP, o Diretor da Casa da Moeda o Diretor da Imprensa Nacional, o Chefe de Polícia e o Corpo Diplomático acreditado no Brasil.

No recinto da Exposição Filatélica funcionou uma agência postal-telegráfica.

Os selos comemorativos que foram expostos à venda tiveram curso normal na selagem da correspondência quer para a que se destina ao interior, quer à endereçada para o exterior.

Funcionou também uma cabine fono-postal, (correspondência falada, inovação recente que os Correios devem à atual administração.

Inscreveram-se 120 filatelistas de todo o Brasil e teve-se a oportunidade de ver as mais famosas coleções de selos do Brasil e de diversos países do mundo, numa avaliação total de mais de 50 milhões de cruzeiros. Diversas peças únicas no mundo foram expostas e também alguns dos conjuntos mais valiosos existentes de selos de nosso País.

No recinto da Exposição figuraram 500 quadros de um metro quadrado; 50 mesas vitrines; um "stand" do Departamento dos Correios e Telégrafos; uma Agência completa postal e telegráfica, um "stand" do Club Filatélico do Brasil e quatro "stands" de negociantes de selos.

Na Agência do Correio foram vendidos os selos, blocos e fôlhas comemorativas do Cenário e da Exposição, sendo a correspondência postal obliterada com carimbos especiais comemorativos.

No "stand" do Clube Filatélico do Brasil, teve início a venda do primeiro e segundo volumes da Biblioteca do Filatelista, constando o primeiro volume do trabalho do Sr. José Klobe sôbre os "olhos de boi" e o segundo o trabalho do Sr. Ugo Fraccaroli, intitulado *Manual do Filatelista*. No mesmo local foram distribuídos envelopes e cartões especiais comemorativos e as revistas *Eco Filatélico da América do Sul* e *Boletim Filatélico Bandeirante*, ambas em edições especiais comemorativas do centenário.

A Casa da Moeda, no seu "stand", expôs as chapas de selos emitidos no Império e ao lado de cada chapa uma prova em preto impressa especialmente para ser examinada pelos que se dedicam ao estudo dos nossos selos antigos. Nesse "stand" figuraram diversas máquinas que foram usadas há 100 anos atrás e que serviram para imprimir os nossos "olhos de boi".

O Grande Juri ficou constituído dos seguintes filatelistas: Alfredo Costa, Distrito Federal; Ramiro Lemos Correia, Distrito Federal; Mário Meneses Duarte, Distrito Federal; H. Flatau, São Paulo; Roberto Thut, São Paulo; Dr. Elisário Bahiana, São Paulo; Dr. Mário de Sousa, Pernambuco; Dr. Fernando Lorr, Minas Gerais; Dr. Nicolau Batory, Rio Grande do Sul.

A renda postal em 1843 — A propósito do 1.º centenário do sêlo no Brasil, o sr. Alfredo Avelino Guimarães, diretor dos Correios, fêz à imprensa, as seguintes declarações:

O centenário do sêlo postal brasileiro é uma data de grande significação histórica para o próprio Continente, sabido como é que o Brasil foi o primeiro país da América e adotar o sêlo do Correio. A criação do sêlo, por Rowlan Hill, facilitou extraordinàriamente o intercâmbio da correspondência, concorrendo destarte e de modo decisivo para o progresso da civilização. O presente certame é, sobremodo, significativo e atesta o interêsse que tem despertado nos meios filatélicos a grande exposição.

Informou, ainda, o sr. Avelino Guimarães que a renda do Correio, em 1843, foi de Cr$ 85 667,00 e, um século após, ou seja em 1942, essa cifra se elevou a Cr$ 124 522 217.80. Para êsse resultado, tem influido, ùltimamente, a atuação do major Landry Salles, diretor geral, que, inegàvelmente, é um administrador de segura visão, a quem o Departamento já deve relevantes serviços, como a poucos outros do seu longo passado, quer como Correios, quer como Telégrafo.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

O PROSSEGUIMENTO DOS ESTUDOS PARA A SUA REORGANIZAÇÃO — Segundo expediente publicado no *Diário Oficial* de 21 de julho, o sr. Diretor da Divisão de Organização e Coordenação do DASP enviou, no dia 16 de julho, um ofício ao Sr. Presidente da C.E.V. solicitando informações sôbre o Departamento Nacional de Estadas de Rodagem, para prosseguir nos estudos relativos à sua reorganização.

☆

Departamento Nacional de Portos e Navegação

APROVADO O PROJETO PARA UMA ESTAÇÃO DE BARCAS EM PAQUETÁ' — No requerimento em que o Sr. Américo Francisco de Almeida Costa, concessionário dos novos serviços de transportes marítimos na baía de Guanabara, solicitou aprovação do projeto para uma estação de barcas a ser construída na ilha de Paquetá, o Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação proferiu o seguinte despacho, datado de 17 de julho e publicado no *Diário Oficial* de 21 do mesmo mês:

"Aprovo no que diz respeito às atribuïções dêste Departamento".

INDICATIVOS TELEGRÁFICOS — O Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, pela Portaria n.º 737, de 29 de julho, mandou incluir na lista de indicativos telegráficos do Ministério, aprovada pelas portarias ns. 448 e 490 de 16 de Junho e 1 de julho de 1942, o seguinte:

Comissão de Estudos e Obras na Rêde Hidrográfica Sul Baïana do Departamento Nacional de Portos e Navegação, com sede em Salvador — Estado da Baía — Sulcorpovia.

Administração do Pôrto de Natal com sede em Natal — Estado do Rio Grande do Norte — Natalvia.

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Geral de Educação e Cultura

"O ALTIPLANO FLUMINENSE E A LIÇÃO MORAL DE GEOGRAFIA HUMANA QUE ÊLE NOS DÁ" — Em prosseguimento das preleções dos cursos universitários da Rádio-Escola, da Secretaria Geral de Educação e Cultura o Professor Mário Bulhão pronunciou, no dia 16 de julho último ao microfone da Rádio Difusora da Prefeitura uma conferência sôbre o tema: — "O alti-plano fluminense e a lição moral de geografia humana que êle nos dá".

Nessa preleção o Professor Mário Bulhão estudou a agrografia nuclear de Vera Cruz componente do altiplano, iniciando-a com a conceituação do Chefe da Nação sôbre o problema nacional dos transportes e comunicações.

☆

Serviço de Museus da Cidade

NOMEAÇÃO DE NOVO CHEFE — Pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal foi nomeado o Sr. Paulo Coelho Neto chefe do Serviço de Museus da Cidade, cuja sede administrativa é do Museu de Copacabana, à praça Cardial Arcoverde.

O nomeado, qua há vários anos já exercia cargo de destaque na Prefeitura, é filho do escritor brasileiro Coelho Neto, dedicando-se aos estudos especializados de história, geografia, corografia, arqueologia, cartografia, mápoteca e antiguidades.

★

Instituïções particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

"HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI — VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA — No dia 7 de julho último reüniu-se a Academia Brasileira de Letras, presentes os Srs. José Carlos de Macedo Soares, presidente, Múcio Leão secretário geral, Pedro Calmon, 1.º secretário, Manuel Bandeira, 2.º secretário. Roquette Pinto, tesoureiro, Adelmar Tavares, Aloísio de Castro, Antônio Austregésilo, Cláudio de Sousa Clementino Fraga, Gustavo Barroso, Leví Carneiro, Miguel Osório de Almeida, Olegário Mariano, Rodolfo Garcia, Viriato Correia, e os sócios correspondentes Srs. João Luso e Serafim Leite.

No expediente foi lida a seguinte carta do Sr. Basílio de Magalhães, a quem conferiu a Academia o "Primeiro Prêmio da Academia Brasileira", de 1942: — "Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, M.D. Presidente da Academia Brasileira de Letras. — Queira V. Excia. aceitar, com tôda a Academia Brasileira de Letras, a expressão do meu agradecimento pela verdaiera consagração de que foi objeto, por um gesto expontâneo do mais alto cenáculo intelectual do nosso país, o meu trabalho intitulado *O folclore no Brasil*. — Tendo votado o melhor dos meus derradeiros esforços espirituais a obras didáticas, concernentes às ciências sociais, — rogo a V. Excia. se digne de autorizar a entrega dos dez mil cruzeiros (que por mim deveriam ser recebidos) ao Dr. Leonel Gonzaga Pereira da Fonseca, diretor do Instituto de Educação (casa de ensino que tive a honra de dirigir interinamente e onde se escoou quase todo o derradeiro decênio de minha semissecular atividade magisterial), afim de serem os juros anuais da dita importância convertidos num prêmio, destinado à aluna que alí alcançar a mais elevada nota nas provas da última série ginasial de História do Brasil. — Permita-me que me sirva do ensêjo para reiterar a V. Excia. a confissão do muito que o tenho na minha velha estima e sincera admiração. — Basílio de Magalhães".

Foi igualmente lido um ofício do Sr. Ministro da Educação oferecendo alguns exemplares impressos de um projeto de vocabulário ortográfico da língua portuguêsa, encomendado ao Prof. Antenor Nascentes, tendo por base os princípios enunciados em seu discurso de janeiro do ano passado na Academia Brasileira, trabalho êsse realizado, já agora como obra de definitiva fixação da ortografia nacional empreendida pela Academia Brasileira de Letras.

O Sr. Rodolfo Garcia, em nome do autor, o escritor Aurélio Pôrto ofereceu à Biblioteca da Academia o livro *História das Missões Orientais, do Uruguai*, primenro volume, que acaba de ser publicado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido pelo Sr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade. O Sr. Aurélio Pôrto exerce o cargo de diretor dos *Anais do Itamarati*. Seu novo livro é a história documental das origens do Rio Grande do Sul, através das primeiras reduções jesuíticas que formaram os Sete Povos das Missões, sua existência acidentada de quase dois séculos do maior fastígio à plena decadência; da introdução do gado nas reduções, seu preponderante fator econômico, da cultura dos ervais nos povos, de seu comércio e da sua indústria. O segundo volume em preparação tratará da floração artística das Missões com opulenta documentação iconográfica. A coleção De Angelis, da secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, foi a fonte principal para êsse magnífico estudo do Sr. Aurélio Pôrto, o que significa que se prevaleceu de documentos inéditos ou pouco explorados, de sua importância e interêsse histórico.

O Sr. Pedro Calmon elogiou igualmente a obra oferecida, fazendo referências à capacidade do autor, cujo trabalho deve repercutir agradàvelmente na Academia.

O Sr. Presidente ofereceu para as coleções da "Fundação Camões" um exemplar de *Os Lusiadas*, edição nacional, Imprensa Nacional de Lisboa, cujo texto reproduz o da edição *princeps* de 1572, com a ortográfia e a pontuação reformadas, revisto pelo camonista José Maria Rodrigues, prefácio de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos.

O Sr. Pedro Calmon apresentou o livro do Sr. Pereira Reis Júnior, *Canções do Infinito*, poemas consagrados a Castro Alves

Ofereceu, também, o Sr. Pedro Calmon, com elogios, o folheto do Sr. José Calasans, catedrático da Escola Normal de Aracajú, Sergipe — *Aspectos Folclorísticos da Cachaça*. A seguir dissertou acerca do segundo centenário da viagem de La Condamine ao Amazonas, fato que teve grande influência na história da colonização do Brasil. Acêrca do mesmo assunto falaram também os Srs. Roquette Pinto, Miguel Osório de Almeida, Rodolfo Garcia e Serafim Leite.

O Sr. Ataulfo de Paiva prometeu trazer brevemente mais algumas notas e comentários acêrca da genealogia de Machado de Assis, assunto de que já se ocupara anteriormente, por ocasião da comunicação do Sr. Hermínio de Brito Conde à Academia.

Depois se referiu aos trabalhos que a Academia tem empreendido no terreno cultural. Citou especialmente a elaboração do "Vocabulário Ortográfico", que já se encontra quase concluído, segundo informação da Diretoria, e o "Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", igualmente em via de conclusão. Mencionou, com elogiosas referências as várias publicações acadêmicas e as da "Coleção Afrânio Peixoto", de que a atual Diretoria, como as anteriores, tem cuidado com carinho e devotamento. Êsse movimento cultural acrescentou o Sr. Ataulfo de Paiva, digno de referência, é também observado em diversos círculos culturais do país, com o Instituto Nacional do Livro, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico, a Biblioteca Nacional e outros órgãos da administração pública, subordinados ou não ao Ministério da Educação, de onde saem freqüentes edições de livros preciosos, obras potáveis, nos diferentes gêneros da literatura nacional. O registro auspicioso dêsse movimento cultural deve ser grato à Academia, e assim pedia o orador que na ata da sessão ficasse consignado um voto de congratulações a aplauso a todos quantos têm contribuído e contribuem para a maior expansão da cultura literária ou artística de modo tão elevado e digno de encômios. Requereu, finalmente, que a Mesa da Academia fizesse chegar ao conhecimento do Sr. Ministro da Educação a notícia de como a casa tem apreciado a atuação daquele Ministério, através dos seus ilustres departamentos administrativos no sentido de difundir cada vez mais as belas letras, contribuindo assim para enriquecer o patrimônio espiritual do País. O Sr. A. Austregésilo declarou apoiar as palavras do Sr. Ataulfo de Paiva acêrca dos trabalhos da Academia, do Instituto do Livro e dos demais departamentos que têm contribuído para

maior divulgação literária, no que foi secundado pelos Srs. Pedro Calmon, Serafim Leite e Aloísio de Castro.

Por último o Sr. Presidente designou as seguintes comissões julgadoras dos concursos do corrente ano, cujas inscrições já se acham encerradas:

Para o "Prêmio Machado de Assis", Srs. Ataulfo de Paiva, Gustavo Barroso, Adelmar Tavares, Pedro Calmon, Clementino Fraga, Cassiano Ricardo, e Serafim Leite.

Para o "Prêmio Olavo Bilac", (poesia), Srs. Aloísio de Castro, Manuel Bandeira e Olegario Mariano.

Para o "Prêmio Raul Pompeia" (romance), Srs. A. Austregésilo, Afrânio Peixoto e Afonso Taunay.

Para o "Prêmio Afonso Arinos" (conto e novela), Srs. Celso Vieira, Mucio Leão e João Luso.

Para o "Prêmio João Ribeiro" (crítica, história literária, filologia e etnografia), Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Rodolfo Garcia e Alceu Amoroso Lima.

Para o "Prêmio Joaquim Nabuco" (história social ou política ou memórias), Srs. Levi Carneiro, Helio Lobo e Oliveira Viana.

Para o "Prêmio Coelho Netto", (teatro), Srs. Cláudio de Sousa, Viriato Correia e João Luso.

Para o "Prêmio Paulo Barreto", (crônicas, viagens, etc.), Srs. Pedro Calmon, Rodolfo Garcia e Afonso Taunay.

A DATA NACIONAL DA ARGENTINA — O Presidente da Academia Brasileira de Letras, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, acompanhado dos principais membros da instituïção, entregou pessoalmente ao Embaixador da República, Argentina Sr. Adrian C. Escobar, por ocasião da comemoração da data nacional de 9 de julho uma mensagem de congratulações dos intelectuais do Brasil, com as assinaturas dos mesmos e também com as dos membros do Conselho Nacional de Geografia e Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica e de outras importantes entidades.

E' o seguinte o texto da mensagem:

"A Sua Excia., Sr. Dr. Adrian C. Escobar, Embaixador da República Argentina:

Sr. Embaixador: "Assumimos, por um momento, a representação de nossos concidadãos, para nos associarmos cordialmente ao nobre povo argentino — de que V. Excia. é dignissimo representante — na comemoração de sua gloriosa data nacional, demonstrando-lhe o nosso caloroso apreço e inalteravel amizade.

Dominada, tradicionalmente, pelas preocupações de solidariedade inter-americana e de defesa impreterita de nossa soberania e de todos os nossos direitos, sem agressividade nem transigência ou vacilações, a politica internacional do Brasil inspira-se no sentimento unânime do nosso povo.

Com essa mesma unanimidade, estamos certos, êle formula hoje os mais sinceros votos pela contínua e crescente prosperidade da grande Pátria de Bartolomeu Mitre, de Julio Roca, de Saenz Pena, de Agustin P. Justo, e tantos e tantos outros dos melhores amigos do Brasil, com a certeza de que os entendimentos, a amizade, a aliança das nações são condições de progresso e de elevação cultural e moral da América".

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO CONDE DE AFONSO CELSO E DO ESCRITOR COLOMBIANO GUILLERMO VALENCIA — Em sua sessão levada a efeito no dia 14 de julho, a Academia Brasileira de Letras prestou uma homenagem à memória do escritor colombiano Guillermo Valencia e do Conde de Afonso Celso. Sôbre o primeiro falou o Sr. Levi Carneiro que, ao concluir, propôs que se consignasse na ata da sessão o pesar da Academia e se comunicasse esta deliberação à Academia de La legua de Colômbia.

O Sr. Fedro Calmon declarou associar-se ao voto de pezar pelo falecimento do Guillermo Valencia, grande humanista e poeta, que tanto honrou a Colômbia e a América.

O Sr. Cláudio de Sousa, a propósito da data aniversária do falecimento do Conde de Afonso Celso, fêz o elogio das suas qualidades de eminente mestre.

Os Srs. Miguel Osório de Almeida, Ataulfo de Paiva, Clementino Fraga e Serafim Leite associaram-se às palavras do Sr. Cláudio de Sousa rendendo homenagem à memória do Conde de Afonso Celso.

O Encerramento do Curso Camões — A Academia encerrou no dia 24 de julho o Curso Camões, que alí se vinha fazendo semanalmente, desde o dia 8 de maio. Falaram nessa sessão pública os Srs. Afrânio Peixoto, que fêz a última conferência do Curso, dissertando longamente acêrca do tema: "A paixão de Camões"; Martinho Nobre de Melo, embaixador de Portugal, que fêz um discurso acêrca do poeta da raça lusitana, e o Presidente da Academia Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que pronunciou o seguinte discurso:

"Minhas senhoras, Meus senhores. Prezados confrades. O culto pela poesia e pelo imortal poeta de *Os Lusiadas* ficou, mais uma vez, soberbamente comprovado com o êxito completo do "Curso Camões", organizado pela Academia Brasileira de Letras, e que tão extraordinária repercussão teve em tôdas as nossas esferas de ação cultural. Foi mais um élo que ligou a Academia ao grande público, que aprecia, que acompanha, que estima as criações mais notáveis do espírito humano.

O "Curso Camões", como sabemos, foi idealizado por Afrânio Peixoto e realizado pela Diretoria da Academia Brasileira.

Afrânio Peixoto soube, por todos os títulos, pronunciar a conferência inaugural, tratando de "Camões poeta escolar, e a direção da mocidade".

Explicou admiràvelmente o ilustre Mestre o objetivo de tão sedutora iniciativa. Como era natural coube também ao eminente confrade a missão de encerrar êste curso acadêmico.

Em seguida, várias figuras das letras nacionais e portuguêsas passaram pela nossa tribuna e ressôa ainda nêste recinto o que êles notàvelmente disseram sôbre Camões e a grandeza de sua obra imperecível.

Ouvimos Jaime Cortesão que nos falou, eruditamente, da navegação no tempo do poeta.

O mais jovem e um dos mais ilustres membros da Academia Brasileira, o Sr. Pedro Calmon traçou um admirável apanhado dos pensamentos sociais e políticos do vate lusitano, demonstrando que um grande poeta é sempre um pensador de grandes idéias.

Veio depois a linda conferência de Augusto Frederico Schmidt, um dos mais significativos representantes das novas tendências do espírito brasileiro.

Tratando-se de Luiz de Camões, e estando de passagem no Brasil o famoso Almirante Gago Coutinho, que como os portugueses de outrora, por lugares nunca dantes atravessados, realizou pelo ar o que êles haviam feito pelos mares nada mais justo do que ouvirmos a lição de seu talento, de sua experiência, de sua cultura a respeito da "rota de Vasco da Gama nos Lusiadas".

Um outro português ilustre, o nosso eminente confrade Padre Serafim Leite, historiador dos mais eruditos do nosso tempo, focalizou "Camões, poeta da expansão da fé".

O Professor Silveira Bueno deslocou-se da sua prestigiosa Catédra da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, para nos falar da vida sentimental de Camões, das mulheres que lhe passaram na vida.

O conceituado mestre Clóvis Monteiro discorreu, como técnico do nosso idioma, sôbre "Camões e a língua portuguêsa".

A penúltima conferência foi pronunciada pelo inspirado escritor Olavo Dantas, que escolheu o belo tema: "Camões e o mar". Na mesma tarde a encantadora poetisa Margarida Lopes de Almeida recitou empolgantemente clássicos sonetos de Camões e lindos versos de seu Pai o acadêmico Felinto de Almeida, fundador, e um dos maiores poetas da Academia Brasileira.

Falaram hoje, e tão eloqüentemente, Afrânio Peixoto e o Sr. Embaixador de Portugual.

A nossa Academia realizou, sem dúvida, com o "Curso Camões", obra de alta cultura, da qual se pode orgulhar, e que teve a maior repercussão em Portugal, cujos meios culturais, imprensa e associações sábias o encareceram, a cada lição.

A Academia Brasileira de Letras agradece o precioso concurso dos ilustres mestres que colaboraram no "Curso Camões", a gentileza do telegrama congratulatório da gloriosa Academia das Ciências de Lisbôa, e o apôio entusiástico desde a primeira hora, do Secretariado da Propaganda Portuguêsa.

A Academia Brasileira agradece a comparência de tantas ilustres personalidades entre as quais os Srs., Embaixadores Martinho Nobre de Melo e César Gutierrez, o Sr. Ministro Jean Désy, e os prestigiosos mestres da língua, os Srs. Professores Souza da Silveira, Professor José Oiticica, Professor J. de Sá Nunes e Professor Antenor Nascentes.

A Academia Brasileira espera organizar ainda êste ano um outro curso de alta cultura em tôrno do glorioso autor de "Canção do Exílio", desejando assim continuar contribuindo eficázmente para o desenvolvimento e a grandesa das letras brasileiras .

Está encerrado o primeiro "Curso" realizado pela "Fundação Camões", da Academia Brasileira de Letras".

★

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS

CENTENÁRIO DO PROFESSOR JOÃO PEDRO DE AQUINO — Na sessão do dia 29 de junho passado na Academia Carioca de Letras, o Sr. Melo e Sousa tratou da individualidade do Professor João Pedro de Aquino, cujo centenário de nascimento foi recentemente comemorado e requereu que a Academia se associasse aos atos de homanagem à memória de quem muito servira à inteligência e à educação de sua terra carioca. O Sr. Saladino de Gusmão falou, a seguir sôbre o Professor Aquino.

O Sr. Sílvio Júlio transmitiu suas impressões da cidade de Campos, evidenciando as provas de inteligência e de adiantamento cultural de individualidades com as quais estivera alí em contacto, da mesma feita mostrando como a cidade e a população têm prosperado nos avanços da civilização, e terminou pedindo que a Academia efetivasse relações de intercâmbio, principalmente com a Academia de Letras e a Associação de Imprensa locais.

O Sr. Sussekind de Mendonça, falando da comemoração do 25.º aniversário do aparecimento de *Urupês* esclareceu os objetivos desse tentame em justificativa com os objetivos da Academia, quais os de incentivar, prestigiar e aplaudir as manifestações da inteligência e da cultura onde quer que se dêem, e daí a homenagem projetada ao Sr. Monteiro Lobato por motivo do aparecimento, em 1918, do seu livro *Urupês*. Continuando, tratou de uma indicação que se diz ter sido apresentada num congresso de imprensa reünido em Havana, a propósito de "Seleções", estranhando que até agora não tivesse tido o Brasil perfeito conhecimento disso.

Falou o Sr. Modesto de Abreu de sua viagem a Juiz de Fora, onde diàriamente se encontrava com o acadêmico Lindolfo Gomes, alí vivendo, produzindo, embora insatisfeito, por não poder privar pessoalmente com a Academia, nela trabalhando ou acompanhando os que aquí trabalham. A seguir referiu-se ao falecimento do Professor Sebastião Fontes, cuja capacidade elogiou.

O Sr. Afonso Costa, apresentando à casa um volume da *História do Brasil*, de João Armitage, na sua recente edição, louvou a atitude do Sr. Zélio Valverde, que iniciou agora a publicação de livros importantes de nossa história. Disse que essa obra preciosa, em tôrno de fatos nacionais compreendidos em 1808 e 1831, tem, sobretudo, para a Academia, uma grande significação, qual a de tornar evidente, mesmo em particularidades, a pessoa de Evaristo da Veiga, cujo nome dá título a uma das poltronas acadêmicas e mereceu de Felix Pachêco o livro que é o *Publicista da Regência*. Com a *História* de Armitage, pontilhada de anotações dos Srs. Eugênio Egas e Garcia Júnior, disse o Sr. Afonso Costa, teve Southey, outro inglês historiador do Brasil, a continuação de sua obra, uma e outra verdadeiras quanto seja possível fazer-se história com verdade.

Encerrado o semestre administrativo, nos primeiros dias de julho, a Academia dará o fascículo 10 de suas *Publicações*, com relato dos serviços nesse período.

O 72.º ANIVERSÁRIO DO FALECIMENTO DE CASTRO ALVES — No dia 6 de julho último, a Academia realizou mais uma sessão semanal. No expediente foram lidos um telegrama do Embaixador da República Dominicana, a respeito da elevação de categoria de sua missão diplomática, e manifestações especiais relativas à publicação do livro *Aspectos do Distrito Federal* assinadas pelos Srs. Prefeito Henrique Dodsworth, Comandante Dídio Costa e escritores Heitor Lima e Carlos da Silva Araújo.

O presidente ocupou-se das datas nacionais do Canadá, a dos Estados Unidos a 4 e da Venezuela a 5.

Por motivo da data nacional americana, o Sr. Luciano Lopes leu uma página de trabalho seu referente a obra político-filosófica do Presidente Jefferson, sendo aplaudido.

O presidente congratulou-se com a Casa pela publicação de mais dois livros da autoria de acadêmicos, o *Ermitão da Glória*, ópera em três atos, do Sr. Modesto de Abreu, com música do Professor Assis Republicano e o *Estudantes do meu tempo*, com impressões e reminiscências do Colégio Pedro II, feito de palestras radiofônicas pelo Sr. Melo e Sousa. O Sr. M. Nogueira da Silva fêz referências aos últimos livros do Sr. Modesto de Abreu, salientando o *Admissão-Português*, no qual estão transcrições selecionadas de escritores atuais entre os quais vários membros da Academia.

A propósito da passagem do 72.º aniversário do falecimento de Castro Alves, falou o Sr. Afonso Costa, mostrando como as gerações que sucederam ao poeta lhe vão enaltecendo e consagrando o nome, que mais se engrandece quando se lhe acompanham os surtos da inspiração, que nos dias de guerra correntes quer na intensificação do sentimento de unidade das Américas, para a grandeza do Continente, considerando quanto a sua poesia está impregnada de Paz entre os homem e de Amizade entre as

nações da América. Por motivo da efeméride, referiu-se o orador à reünião que a Casa de Castro Alves realizará na Associação Brasileira de Imprensa, em louvor do poeta brasileiro.

Resolveu a Academia iniciar no mês vindouro nova série de conferências em tôrno de assuntos de interêsse do Distrito Federal, estando sendo organizado o respectivo programa, do qual constarão trabalhos de cinco acadêmicos e de cinco escritores ainda não acadêmicos, considerados especialistas nos assuntos que lhes forem atribuídos.

Foi anunciada para êste mês a posse do Sr. Roberto Macedo, na cadeira patronímica de Artur Mota com saüdação do Sr. Henrique Orciuoli, e para os primeiros dias de Agôsto a conferência, a convite, do Professor L.F. Vieira Souto, e comemoração ao 120.º aniversário do nascimento do poeta carioca Dutra e Melo, patrono da cadeira de membro correspondente, ora ocupada pelo poeta uruguaio Gaston Figueira.

SÉRIE DE CONFERÊNCIAS SÔBRE O DISTRITO FEDERAL — O Sr. Afonso Costa, presidente da Academia, na Secção levada a efeito no dia 20 de julho, referiu-se à obra de divulgação cultural que a Academia está realizando, através de conferências públicas, evidenciando quanto nisso se está servindo à grandeza e unidade do pensamento do Brasil e mais o difundindo no Continente. O êxito conseguido, com a primeira série de conferências sob o título *Distrito Federal*, publicadas em volume e a esta hora distribuído por tôda parte, deu motivo a que se organizasse logo a segunda série, sob o mesmo distintivo, pois que sendo o sodalício a Academia de Letras do Distrito Federal, tôda a sua ação maior se deveria pronunciar por êste e dele partindo. Enquanto essa série se iniciará no mês vindouro, já lançou a Academia outra série, tão importante quanto aquela qual seja a de mostrar, na Capital da República, a contribuïção representativa da cultura do Brasil de todos os tempos, através dos respectivos Estados. Tais conferências proferidas por escritores autorizados e com perfeito conhecimento da vida intelectual do Estado que lhe couber ao estudo e dissertação abrangerão os dias passados e atuais da situação intelectual das nossas unidades federativas e oferecerão margem à previsão do adiantamento a que poderá chegar o Brasil mental no futuro.

O Sr. Saladino de Gusmão fêz apreciação a respeito da série de conferências em tôrno do Distrito Federal e disse que não sendo mais possível no momento, a inclusão de uma dessas dissertações sôbre a Engenharia, que tem sido dos grandes fatores do progresso da terra carioca, que ao menos isso se anotasse para outra série, naturalmente a organizar-se no futuro.

Tratou o Sr. Afonso Costa de mais dois livros de autores acadêmicos, no curso da semana aparecidos, e que são *A pronúncia reconstituída do latim*, do Sr. Cândido Jucá, e o *Ideário* do Sr. Castilhos Goycochéa.

Informou a seguir que a comemoração do 120.º aniversário do poeta carioca Dutra e Melo, que dá nome a uma cadeira de correspondente, será a 7 de Agôsto, corrente no edifício do Conselho Municipal, incumbido do elogio respectivo o escritor L. F. Vieira Souto, em virtude de convite; que a homenagem ao Sr. Monteiro Lobato, com o apôio de várias instituïções e em comemoração do 25.º aniversário do aparecimento do seu primeiro livro *Urupés*, dar-se-á a 20, sendo que a posse do Sr. Roberto Macedo, na cadeira patronímica de Artur Mota, será a 14, com saüdação do Sr. Henrique Orciuoli .

Fês-se a distribuïção do fascículo 10.º de *Publicações* com o relato das ocorrências da Academia no primeiro semestre dêste ano, estando entre suas páginas o modêlo do fordão acadêmico aprovado.

A Academia dará apôio às iniciativas para a comemoração dos centenários do Intendente Antônio Lemos, do Pará.

Disse ainda o presidente que todos os entendimentos estão sendo estabelecidos para a recepção da Academia aos membros das Academias de Letras dos Estados, que se encontram na Capital, quer tomando parte da Conferência de Desembargadores, quer noutras representações de ordem cultural. Em nome da Academia serão saüdados pelo Coronel Gomes Correia, a cujo discurso agradecerá, pelos acadêmicos dos Estados, o Desembargador Lacerda Pinto, da Academia Paranaense de Letras.

★

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS BRASILEIROS

1.º CENTENÁRIO DA "CANÇÃO DO EXÍLIO" — A Associação dos Artistas Brasileiros, em homenagem ao 1.º Centenário da "Canção do Exílio", promoveu no dia 29 de julho último, no Passeio Público, uma expressiva homenagem ao cantor dos Timbiras. Tomaram parte membros da Associação dos Artistas Brasileiros, Instituto Brasileiro de Cultura, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Educação e outras entidades culturais.

★

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

VISITAS A INSTITUÏÇÕES QUE REALIZAM TRABALHOS DE PSICOLOGIA APLICADA — Em conexão com um curso de conferências sôbre psicologia que promoveu, a Associação Brasileira de Educação organizou um programa de visitas a diversas instituïções que realizam nesta capital, trabalhos de psicologia aplicada.

Uma dessas visitas foi dedicada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, para o fim especial de apreciação, por parte dos que se dedicam à psicologia, dos trabalhos de organização, aplicação e análise estatística de testes mentais e aptidão, empregados na seleção dos servidores do Estado, funcionários públicos extranumerários.

O numeroso grupo de visitantes, que foi recebido pelo diretor do I.N.E.P., e os chefes de secção técnica, ouviu uma documentada exposição feita pelo prof. Jacir Maia, chefe da Secção de Orientação e Seleção "Profssional relativa aos trabalhos de cooperação desse Instituto com a Divisão de Seleção do D.A.S.P., e ao material e processos utilizados para a avaliação do nível mental e aptidões julgados necessários às diferentes atividades do serviço público.

Finda a exposição, foi examinado o material em uso e, bem assim, a documentação recolhida, que já se reporta a quase vinte mil indivíduos seguindo-se debate sôbre diversas questões técnicas de especial significação na apreciação estatística dos resultados.

★

CÍRCULO DE ESTUDOS MUNICIPAIS

PLANTAS TOPOGRÁFICAS DAS CIDADES DO BRASIL — Realizou-se no dia 5 de julho último, a 11.ª sessão ordinária do Círculo de Estudos Municipais. Tomaram parte na reünião, os engenheiros Lincoln Continentino, Luiz Ribeiro Soares, Geraldo Sampaio, Maurício Joppert da Silva, Carlos Alberto Thomaz e Luiz Paulo do Amaral Pinto, tendo justificado a sua ausência os Srs. Celestino de Sá Freire Basílio, Carlos Eduardo Rosman, Octavio Cantanhede e Francisco de Assis Basílio.

Distribuído o "Ante-projeto de Instruções para a Organização de Plantas Topográficas das Cidades do Brasil", o engenheiro Geral do Sampaio, membro da Comissão que elaborou aquele trabalho, fêz uma exposição sôbre o critério adotado na organização do mesmo. Várias opiniões foram então trocadas a respeito.

De acôrdo com o § 2.º do Art. 4.º do Regulamento para as Comissões Especiais de Estudos, será em breve marcada reünião para os debates finais sôbre o referido trabalho de "Plantas Topográficas".

A 12.ª sessão ordinária será realizada no próximo dia 5 de agôsto corrente, às 17½ horas, na sede da Federação Brasileiro de Engenheiros, à rua Araújo Pôrto Alegre, 64 — 2.º andar. Nessa reünião serão iniciado os debates sôbre o trabalho de "Taxas de Melhoria", de autoria de uma das Comissões Especiais de Estudo do C.E.M. e cuja distribuïção foi feito no correr do mês passado.

★

CLUBE DE ENGENHARIA

CONFERÊNCIA SÔBRE O VALE DO RIO DÔCE — Perante numerosa assistência, o Sr. Israel Pinheiro, presidente da Companhia Vale do Rio Dôce, pronunciou no Clube de Engenharia, uma conferência sôbre o vale do rio Doce.

A sessão foi presidida pelo Sr. Édson Passos, presidente do Clube que disse da satisfação de todos os engenheiros e técnicos do clube em ouvir a palavra do Sr. Israel Pinheiro, que acedera em falar sôbre um dos mais importantes problemas nacionais.

O Sr. Israel Pinheiro começou fazendo um ligeiro histórico da exploração do ferro em Minas, há 150 anos, em Itabira, onde prosperou até uma fábrica de espingardas, sendo o ferro produzido em grande quantidade pelos processos mais primitivos. Disse do quanto se devia a Saint-Hilaire, Eschowege, Gorceix e Monlevade, sábios e geólogos que estudaram o minério de Itabira. Falou a seguir da importância da exploração desse minério e da formação da Companhia Vale do Rio Dôce, com a ajuda dos acôrdos de Washington e a cessão das propriedades que possuía a Inglaterra. Referiu-se aos planos para o transporte desde as minas aos pontos de embarque por vias férreas e marítimas, que serão sempre e sempre modernizados até que se possa exportar um milhão e quinhentas toneladas por ano para todos os mercados do mundo, sendo que conseguida a remodelação completa do material rodante e máquinas possantes, poder-se-á, em futuro não muito remoto, exportar seis milhões de toneladas anuais.

Adiantou que a exploração do minério de Cauê nunca será afetada. Será sempre de interêsse em todos os mercados em tempos anormais ou normais, pois o seu teor é incomparável, uma vez que a percentagem de 68 a 70 de ferro, apreciada de um teor mínimo de fósforo, só tem dois competidores — a Suécia e a Algéria, ambos de exploração menor e mais difícil, embora mais próximo do mar, sendo que o minério á superfície do primeiro país já se está esgotado. Quanto á produção de outros países, como a Espanha por exemplo, o Brasil não poderá temer concorrência, uma vez que o teor de ferro dêsse minério não ultrapassa 40 por cento.

O conferencista abordou ainda outros aspectos interessantes, ressaltando também que o consumo do País será extraordinário com o surto de progresso industrial que está reservado com a grande Siderurgia. Falou da significação do progresso do vale do rio Dôce, da malária que se vai extinguindo, havendo núcleos de população onde os seus habitantes estão livres de seus males. E estimou o significado dêsse progresso na marcha para o Oeste e para o Norte do País, para o que o imenso e riquíssimo vale é o ponto de partida indicado pela natureza.

O Sr. Israel Pinheiro ilustrou sua conferência com inúmeros gráficos e fotografias.

O novo edifício — A atual diretoria do Clube de Engenharia acaba de concluir todos os estudos para a construção do novo edifício que substituïrá a atual sede, na esquina da avenida Rio Branco e rua Sete de Setembro. Surgirá muito breve, no local, mais um arranha-céu cumprindo assim a nova administração da tradicional associação de classe o seu programa de grandes reformas. A revista do Club circulou em sua moderna fase e também foi editado um *Boletim informativo* destinado aos sócios.

Prossegue por outro lado a série da palestras técnicas e culturais, tendo realizado conferências durante as reüniões do Conselho Diretor, o major Napoleão de Alencastro Guimarães, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, e o Sr. Yeedo Fiuza, sócios do Club e diretores, respectivamente, daquela via-férrea e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

OS ESTUDOS E MELHORAMENTOS NO RIO S. FRANCISCO — No dia 8 de julho último, no salão de conferências do Clube de Engenharia, o engenheiro-Chefe da Comissão Federal de Estudos e Obras na Rêde Fluvial Baïana, Sr. Franklin de Oliveira Ribeiro, fêz uma conferência sôbre o tema "Os Estudos e Melhoramentos no rio S. Francisco". A sessão que contou com a presença de grande número de engenheiros, professores e chefes de serviço de diversos Ministérios, foi presidida pelo Sr. Édson Passos, presidente daquela instituïção, que convidou para tomar lugar na mesa o representante do Ministro da Viação, o engenheiro Frederico César Burlamaqui diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, e os engenheiros Alberto Pires Amarante e Francisco Batista de Oliveira, respectivamente, primeiro e segundo secretários do Clube de Engenharia. Declarando aberta a sessão, o Sr. Édson Passos deu a palavra ao engenheiro Maurício Joppert, que fêz a apresentação do conferêncista. Em seguida, ocupou a tribuna o apresentado, engenheiro Franklin de Oliveira Ribeiro, que iniciou a sua conferência ilustrada com mapas, mostrando detalhes da região do grande rio e com projeções cinematográficas dos melhoramentos alí executados. O conferencista. ao enunciar os temas da sua palestra, encareceu a grande importância que o rio S. Francisco desempenha com o fator geográfico, econômico, político e histórico da nacionalidade, acentuando que êsse papel avulta, nêste instante, porque através dêle se estabelece o contacto do Sul com o Norte do país, sem os óbices e riscos da navegação marítima. Passou, depois, a relatar dados sôbre os trabalhos executados pelo Govêrno, particularmente na linha estudada pelo serviço sob sua direção entre as "Corredeiras" do Braço do Sobradinho e do Curralinho, onde avultavam as dificuldades de navegação. Passa, em seguida, a demonstrar, através de filmes, as principais obras realizadas no trecho do rio S. Francisco, de Santana do Sobradinho às "Corredeiras" do Curralinho, tais como construções de diques, barragens, espigões para reduzir e orientar as correntezas, revestimentos para proteção das margens por meio de pedras arrumadas e sobrepostas, derrocamentos, dragagem, lastro, conservação e reparo, além dos serviços de montagem de dragas, trans-

portes de mercadorias e pessoal. Demonstrou ainda os melhoramentos introduzidos na navegação no trecho entre Santana de Sobradinho e Curralinho, acentuando que o conjunto geral de todos os melhoramentos levados a efeito pelo Govêrno Federal no Rio São Francisco, com os diferentes estudos e obras de que foi incumbida a Comissão que dirige nos últimos dez anos, importaram no dispêndio de Cr$ 5 468 635,00, importância igual a que se gasta anualmente com os estudos hidrográficos do Nilo. Após outras considerações de ordem técnica, o orador terminou a sua palestra, sendo muito aplaudido pela numerosa assistência. O Sr. Édson Passos concedeu ainda a palavra ao engenheiro Maurício Joppert que fez uma apreciação técnica sôbre o trabalho apresentado ao grande auditório pelo engenheiro Franklin de Oliveira Ribeiro. E por fim, encerrando a sessão, o Sr. Édson Passos agradeceu a presença dos numerosos técnicos da engenharia nacional e felicitou o orador.

O PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL — O Sr. Valdemar Luz, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, pronunciou, no dia 17 de julho último no Clube de Engenharia, uma conferência sôbre "O Plano Ferroviário Nacional". Estavam presentes numerosos engenheiros e o General Cordeiro de Farias. A sessão foi aberta pelo presidente do Clube engenheiro Édson Passos Secretário da Viação do Distrito Federal, que, depois de se referir aos trabalhos realizados pelo Sr. Waldemar Luz, deu a palavra ao conferencista.

Iniciando sua palestra, o Sr. Waldemar Luz mostrou a necessidade que sempre se fêz sentir, no Brasil de um plano geral coordenando os empreendimentos ferroviários. Sempre se atendeu, declarou, aos interêsses regionais, esquecendo-se assim, o sentido nacional que deve presidir às grandes realizações. Foi isso o que o Sr. Presidente Getúlio Vargas compreendeu, mesmo antes de assumir o govêrno, tendo preconizado na plataforma de 1930 a urgência de um plano conjugando os serviços ferroviários, rodoviários e os de navegação. Mais tarde, surgiu o esperado programa para atender a essas necessidades e é, justamente, de sua execução que está encarregado o Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Falou, a seguir o conferencista, sôbre as grandes linhas dêsse plano, como, por exemplo, a que está destinada a ligar o sul e o norte do país através a Baía e a grande transversal leste oeste, partindo de Goiaz, passando por Cuiabá, unindo-se à Madeira-Mamoré para, depois alcançar o território do Acre. Do Rio a Natal, explicou são 3 800 quilômetros, dos quais, ao fim do ano corrente, apenas faltarão setenta para serem atacados. Essa ligação está a cargo não só do Departamento como também da Central do Brasil que colabora de maneira eficiente nêsse empreendimento. Êste ano serão inaugurados 61 quilômetros, estando 26 com os trilhos assentados e 237 quilômetros muito longe disso a ligação Rio-São Luiz do Maranhão, partindo de Paraguassú, na Baía, atravessando Pernambuco e Piauí. A ligação ferroviária das diversas capitais do nordeste encontra-se igualmente bastante adeantada.

Continuando, o Sr. Valdemar Luz, referiu-se, com entusiasmo, ao desenvolvimento da nossa siderúrgia e à sua contribuïção presente e futura ao plano ferroviário nacional. Informou que dentro de dois meses em Monlevade será iniciada a produção mensal de 3 mil toneladas de trilhos, o que representa material suficiente para 50 quilômetros de linha. Por sua vez, a Usina de Volta Redonda, uma vez pronta, terá capacidade para produzir os trilhos necessários aos nossos planos ferroviários. Serão fabricados seis padrões de trilhos até os de 54 quilos. Continuando, o conferencista aludiu aos trabalhos para melhorar as linhas férreas, construindo-se variantes, possibilitando-se o aumento da velocidade dos trens. Destacou ainda, a colaboração que o Departamento tem recebido da Coordenação Econômica e de outros órgãos da administração federal; exaltou o esfôrço dos nossos trabalhadores que se dedicam ao grande plano contribuindo, assim, para o êxito de um movimento que tem na pessoa do Sr. Presidente Getúlio Vargas a inspiração e o incentivo constantes.

★

FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO BRASIL

ADIADO O CONGRESSO DA FEDERAÇÃO — CONFERÊNCIA SÔBRE DIOGO LUIZ DE VASCONCELOS — Reüniu-se no dia 31 de maio, passado, sob a presidência do Sr. Carlos Xavier, na ausência do Presidente general Sousa Doca, a Federação das Academias de Letras do Brasil, formada a mesa pelos Secretários Aldo Delfino e Raul de Azevedo. Foi aprovada a ata anterior e lido o expediente. Estiveram presentes os Srs. Raul de Azevedo (Amazonas), Alfredo de Assis (Maranhão), João Cabral, Esmaragdo de Freitas e Christino Castelo Branco (Piauí), Mário Linhares e Carlos Ramos (Ceará), Adauto Câmara (Rio Grande do Sul), Raul Monteiro, Sousa Brasil e Aurino Maciel (Pernambuco), Costa Filho (Sergipe), Carlos Xavier (Espírito Santo), Aldo Delfino e Noraldino Lima (Minas Gerais), Leôncio Correia (Paraná), Valdemar de Vasconcelos (Rio Grande do Sul), e Virgílio Correia Filho (Mato Grosso).

O acadêmico Carlos Xavier falou sôbre a sessão realizada pela F.A.L.B. em homenagem às classes armadas, e que teve desusado brilho.

A seguir o acadêmico Raul de Azevedo referiu-se a dois "sueltos" do *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* sob a sua proposta aprovada de aquisição de bonus de guerra, declarando esses jornais que êsse gesto se tornará um exemplo. Propôs ainda, um voto na ata pela passagem de 26 de maio, do centenário do nascimento do Almirante Jaceguai; um outro voto pela passagem do centenário do Instituto Histórico do Uruguai, a 25 de maio, relembrada a figura de Andres Lamas, seu fundador, e comunicando que a mesa telegrafasse ao Embaixador do Uruguai; voto congratulando-se pelo último livro do escritor português, Sr. Jaime Cortezão: *Carta de Pero Vaz Caminha;* voto de congratulação com a Argentina, na pessoa do seu Embaixador, pelo cinqüentenário do Instituto Histórico da Argentina; e propôs que a Federação e os acadêmicos enviassem as suas óbras à Biblioteca Nacional do Perú há pouco incendiada sendo as remessas feitas por intermédio do Embaixador do Perú no Brasil. Pediu para serem designados quatro escritores para falar às segundas-feiras de junho na Rádio do Ministério da Educação.

Tôdas as propostas foram aprovadas, sendo escolhidos para falar no rádio, os Srs. Noraldino Lima, Raul Monteiro, João Cabral e Simplício Mendes. A mesa resolveu oficiar à Academia da Baía sugerido o adiamento do Congresso da F.A.L.B., que se realizaria em Salvador, em 1943, para após a terminação da guerra. O Sr. Noraldino Lima pronunciou, a seguir, uma conferência sôbre Diogo Luiz de Vasconcelos. O Sr. Leôncio Correia apresentou o escritor Ladislau Romanowski, paranaense, conhecido na América do Sul, que trazia os originais do seu próximo romance *Ciume da Morte.*

Foi aprovado o voto do Sr. Carlos Xavier em homenagem a Diogo de Vasconcelos. O acadêmico Costa Filho falou sôbre o decreto criando o Curso do Jornalismo, relembrando que em 1921 o Sr. general Liberato Bittencourt criara na Academia de Belas Artes um mesmo Curso conforme o Estatuto que apresentava. Leu em seguida versos seus "Do Calvário ao Capitólio". Ao Conselho Nacional de Geografia será feito terça-feira, às 16 horas, uma visita da Federação.

O Sr. Virgílio Correia Filho falou sôbre o professor Benedito Raimundo, e propôs um voto de pesar pela sua morte, o que foi unânimemente aceito.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA

A POSSE DO JORNALISTA M. PAULO FILHO — Realizou-se no dia 20 de julho passado, no salão principal do Liceu Literário Português, uma sessão do Instituto Brasileiro de Cultura, para dar posse ao diretor do *Correio da Manhã*, jornalista M. Paulo Filho, na sua cadeira de sócio efetivo, cujo patrono é Gaspar Silveira Martins.

Entre as inúmeras pessoas presentes figuravam descendentes do estadista de quem o novo membro do Instituto iria fazer o elogio. Organizada a mesa diretora da reünião, ficou composta do ministro da Educação, na presidência, do general Sousa Doca, presidente do Instituto, dos Srs. Martinho Nobre de Melo, Embaixador de Portugal, ministro Ataulfo de Paiva, presidente do Conselho de Serviço Social, Ministro Rubem Rosa, presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Reis Júnior, vice-presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, desembargador Adelmar Tavares, Gustavo Arbrust, presidente da Cruzada Nacional de Educação, Ministro Silveira Martins Ramos, Ministro da Polônia, Pires do Rio e dos representantes do Ministro do Trabalho e do Comando do Corpo de Bombeiros.

Aberta a sessão, o general Sousa Doca explicou os seus fins e deu a palavra ao Sr. M. Paulo Filho, que leu o seu discurso de posse no qual, após referir-se ao Sr. Melo Viana, que o saüdou em nome do Instituto, fêz o elogio de Gaspar Silveira Martins, traçando o perfil histórico e político do grande Brasileiro.

Falou, depois, o Sr. Melo Viana, cujo discurso foi muito aplaudido. Recordou como o novo membro do Instituto vinha fazendo a sua carreira jornalística e literária, os cargos públicos de eleição ou de nomeação por êle ocupados, até chegar à direção do *Correio da Manhã*.

O Sr. Melo Viana concluiu por fazer uma análise erudita do espírito democrático da civilização moderna, dando, afinal, as boas vindas ao novo membro do Instituto.

Cessados os aplausos, o general Sousa Doca agradeceu a presença de todos, prestando uma homenagem a Silveira Martins.

★

INSTITUTO BRASIL-ESTADOS UNIDOS

"VIAGENS AO TOCANTINS E AMAZÔNIA" — A convite do Clube de Relações Internacionais, filiado ao Instituto Brasil — Estados Unidos, o tenente-coronel João Costa Palmeira, pronunciou uma conferência, no dia 3 de junho passado sôbre "Viagens ao Tocantins e Amazônia". Ilustrando a palestra, o conferencista fêz uma exibição de filmes que focalizam vários aspectos das regiões que visitou.

"O VALE DO AMAZONAS E A BORRACHA" — No dia 30 também de junho no Instituto Brasil — Estados Unidos, o engenheiro Luiz Rodolfo Cavalcanti Filho fêz uma conferência dissertando sôbre "O vale do Amazonas e a borracha".

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

OS ANIMAIS FANTÁSTICOS NA HERÁLDICA — Sob os auspícios do Instituto Brasileiro de História da Arte, o Sr. José Heitzen, no salão nobre da Escola de Belas Artes, deu início no dia 28 de julho à série de conferências sôbre "Os Animais Fantásticos na Heráldica".

As duas conferências seguintes foram realizadas nos dias 4 e 11 de agôsto corrente.

★

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

ELEITO O CORONEL AFONSO DE CARVALHO — Por unânimidade acaba de ser eleito para a cadeira n.º 6 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, cadeira patrocinada pelo general Antônio José Dias de Oliveira, o conhecido historiador coronel Afonso de Carvalho, comandante da Fortaleza de São João. O referido oficial é diretor da revista *Nação Armada* e autor de várias e importantes obras.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO CONDE DE AFONSO CELSO — Tendo transcorrido no dia 11 de julho último o quinto aniversário da morte do Conde de Afonso Celso, que foi Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por iniciativa do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, atual Presidente do Instituto, a diretoria do mesmo sodalício visitou naquele dia o túmulo do eminente brasileiro e compareceu à missa que foi celebrada na Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, no dia seguinte. Mandou ainda o Presidente Macedo Soares, depositar flôres na sepultura do Conde de Afonso Celso.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

DIA DO ESTATÍSTICO — Revestiu-se de brilhantismo a festa de arte que promoveu a Sociedade Brasileira de Estatística para comemorar o "Dia do Estatístico" e 7.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A sessão solene, na Escola Nacional de Música, teve início às 20 horas, sendo presidida pelo Sr. Valentim Bouças, que passou a palavra ao Sr. Antônio Garcia de Miranda Neto, orador oficial. No programa lítero-músical que se seguiu tomaram parte José Oliani, Max Gill, os "Azes do Ritmo" as seguintes senhoras e senhoritas da alta sociedade carioca: Letícia Figueiredo, Ciema Meira de Oliveira, Deolinda de Carvalho, Teresinha Cavalcanti Beuttenmuller, Valmoré Fernandes, Zélia Cunha Maria Inez Jaruzzi, Inez Mariz, Lêda de Vasconcelos, Lina Gonçalves Cristino, Erzila de Sousa Mendonça, Glorinha C. Beutenmuller, Miriam de Jesus Pinho. A mesa que presidiu

a solenidade, esteve composta dos srs. Professor Giorgio Mortara, Benedito Silva, Valentim Bouças, Sr. Carneiro Felipe e Sr. Antônio Garcia de Miranda Neto.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FILOSOFIA

UNIONISMO E SECCIONISMO NA FORMAÇÃO DA AMÉRICA — No dia 15 de julho, último o Dr. Luiz Filipe de Castilhos Goycochéa pronunciou uma conferência sôbre êsse tema, na Sociedade Brasileira de Filosofia, à Praça da República, n.º 54, 1.º andar.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA — O ENSINO DA GEOGRAFIA PELA "UNIVERSIDADE DO AR" — Realizou-se no dia 8 de julho, a quinta sessão ordinária do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A mesa foi presidida pelo Ministro Almirante Raul Tavares, e compôs-se dos srs. Carlos Domingues, Secretário-Geral e João Ribeiro Mendes e Epitácio Monteiro Pessoa, respectivamente, 1.º e 2.º secretários. Durante a sessão foram empossados sócios titulares os sr. professor José Veríssimo da Costa Pereira, Luiz Pinto, Aurino Maciel e Abelardo Cunha. Os novos sócios foram saüdados pelo orador ficial desembargador Carlos Xavier Pais Barreto. O prof. José Veríssimo agradeceu pronunciando uma comunicação sôbre o ensino da Geografia pela "Universidade do Ar"; o sr. Aurino Maciel discorreu sôbre os fatores fisiográfico, etnológicos e políticos da formação do Brasil. Por fim, o dr. Luiz Pinto leu uma comunicação intitulada "O rio Paraíba do Norte Fixador Humano", sendo felicitados os novos sócios pelo presidente Almirante Tavares pelas contribuïções que acabavam de dar à Sociedade.

O sr. Maurílio Lefèvre Filho ofertou à biblioteca da Sociedade, o trabalho de sua autoria, *Ensino de Geografia Humana* e o Almirante Raul Tavares doou à biblioteca o seu trabalho publicado em separata *Da Guerra*, conferência pronunciada a 10 de dezembro de 1942 na sede da Sociedade, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Filosofia.

Falou, ainda, o Comte. Oliveira Belo, felicitando a Sociedade pelo êxito alcançado com a entrada dos novos consócios.

★

Certames

CONGRESSO CIENTÍFICO CHILENO

A Sociedade Científica do Chile resolveu comemorar o cinqüentenário de sua fundação, passado em 1941, com a celebração de um Congresso Científico Chileno que continuará a série dos que anteriormente foram realizados no país. Será o décimo a ser reünido e ser-lhe-à dada uma extensão inter-americana de modo a por novamente em vigência o plano anteriormente existente de que os Congressos Científicos no Chile fôssem panamericanos e não sòmente nacionais.

Para facilitar o envio de trabalhos a êste certame foram dadas as conhecer as linhas gerais do funcionamento e o programa da reünião, no qual figuram sessenta diferentes secções para as diversas matérias do saber humano, os agrupamentos de Ciências Puras, Ciências Aplicadas, História e Geografia, Ciências Sociais Econômicas, Ciências Jurídicas e Ciências Administrativas.

As sessões do Congresso serão realizadas entre os dias 18 e 30 de setembro próximo.

★

CONGRESSO DE ECONOMIA

TESES FORMULADAS PELO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ECONOMIA — O dr. Daniel de Carvalho Presidente do Instituto de Economia formulou para o Congresso de Economia que se reünirá nesta Capital, as seguintes teses sôbre problemas atuais e de após guerra.

I — Medidas aconselháveis para combater a inilação;

II — Conveniência de sustar, durante o período de guerra e do reaparelhamento econômico, as despesas com obras improdutivas ou suntuárias;

III — Conveniência de atender às despesas extraordinárias da defesa nacional com recursos pedidos ao crédito público (empréstimos) e sobre-taxas temporárias;

IV — Participação do Brasil nos planos monetários internacionais (Planos Keynes e White);

V — Interdependência econômica das nações. Colaboração do Brasil na Econômia Internacional;

VI — Estrutura da econômia brasileira baseada no equilíbrio da produção agrícola e indústrial;

VII — Disparidade dos preços dos produtos primários e industriais e seus efeitos nas trocas internas e internacionais;

VIII — Aumento da produção de gêneros alimentícios para socorrer os países invadidos ou devastados;

IX — Manutenção dos mercados conquistados durante a guerra;

X — Mobilidade de capitais estrangeiros para investimento no país;

XI — Fortalecimento da economia nacional com a organização do Banco Central destinado a adaptar a moeda e o crédito às necessidades econômicas;

XII — Necessidade de criar o crédito hipotecário rural e o crédito indústrial, e desenvolver o crédito agrícola para a pequena lavoura;

XIII — Redução gradativa dos impostos de importação e exportação com um prazo para modernização da maquinária indústrial e para aparelhamento de agricultura;

XIV — Simplificação dos documentos e formalidades para a importação e exportação das mercadorias;

XV — Supressão de entraves à livre circulação de pessoas e mercadorias dentro do território nacional e criação de uma guia única para o giro interno das utilidades;

XVI — Contenção do imposto sôbre os rendimentos em limites que não impossibilitem a formação de capitais indispensáveis ao desenvolvimento das indústrias e criação de novos empreendimentos;

XVII — O problema dos transportes na economia brasileira;

XVIII — Política demográfica e condição de acolhimento de imigrantes ;

XIX — Planos de seguro social;

XX — Planos de assistência técnica para o desenvolvimento da economia brasileira;

XXI — Limites da intervenção do Estado na atividade econômica do país;

XXII — Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira.

★

CONGRESSO PANAMERICANO DE ENGENHARIA DE MINAS

Em meiados de janeiro, efetuaram-se no Salão de Honra da Universidade, as sessões do Primeiro Congresso Panamericano de Engenharia de Minas, organizado pelo Instituto de Engenheiros do Chile.

O programa do Congresso, consultou os aspectos mais salientes da mineralogia e geologia. Os trabalhos enviados às diferentes comissões são fruto de experiências adquiridas, desde larga observação, cuidadosa acumulação de dados ou de paciente confecção estatística.

Assistiram ao Congresso delegação de todos os países do continente. Na sessão inaugural fizeram uso da palavra, o presidente do Comitê Executivo Chileno, engenheiro Sr. Marín Rodriguez, o Delegado, norte americano, Mr. Charles Rithg; pela América Central, o sr. Ramón Castro Palominos e pela América do Sul, os engenheiros, senhores Tomás Ezcurra, em espanhol, e em português, o engenheiro senhor Juarez Távora.

Os Congressistas efetuaram diversas excursões técnicas para estudar aspetos geológicos e mineiros.

Uma das importantes atividades do Congresso foi o ciclo de *Charlas* sôbre petróleo que se realizou na Escola de Engenharia, e em que tomaram parte diversos delegados dos países americanos, que contam nascentes dêste combustível em exploração.

★

Das Unidades Federadas

ALAGOAS

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 81 cidades e vilas alagoanas, 22 ou seja quase 28% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 7 distritos ou vilas alagoanas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Belo Horizonte*, no município de Traipú, *Campo Alegre*, no município de São Miguel dos Campos, *Floriano*, no município de Murici, *Japaratuba*, no município de Maragogi, *Pedra*, no município de Água Branca, *Piquete*, no município de São José da Laje e *Sertãozinho*, no município de Santana de Ipanema.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 6 cidades e 7 vilas alagoanas cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades alagoanas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Capela, Leopoldina, Limoeiro, Pilar, União e Viçosa;* Vilas de *Belo Monte*, no município de Traipú, *Cajueiro*, no município de Capela, *Cana Brava*, no município de Limoeiro, *Caraibas*, no município de Arapiraca, *Jacuípe*, no município de Pôrto Calvo, *Mucambo*, no município de Arapiraca, *São Braz*, no município de Traipú.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 81 cidades e vilas alagoanas, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome	25	34	59
2º caso — Há homônimos no País, mais em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome	2	—	2
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria, Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo	6	7	13
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome	—	7	7
TOTAL	33	48	81

Comissão Revisora da Divisão Territorial

LEVANTAMENTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS — Esteve reünida no dia 30 de junho, passado a Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado de Alagoas, presentes os Srs. Barreto Falcão e Manoel Diegues Júnior, com a assistência dos engenheiros Paulo Moreira de Sousa e Aloísio Lira. Foi lida uma carta do Engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, fixando a contribuïção do mesmo Conselho às atividades da Comissão, na revisão dos mapas municipais.

Entre as deliberações da C.R.D.T. figurou a de solicitar-se ao chefe do govêrno do Estado que, atendendo aos pequenos recursos para os encargos da Comissão, puzesse à disposição da

mesma comissão os funcionários estaduais julgados necessários sem prejuízo dos seus vencimentos custeando a Comissão as despesas de viagem e diárias. Ficou resolvido também, solicitar ao Instituto Histórico a designação de um dos seus membros para participar dos trabalhos da Comissão como representante daquela entidade.

A seguir, a Comissão estudou, no mapa do Estado, as localidades em que deve ser feito o levantamento de coordenadas geográficas, tendo o Sr. Aloísio Lira prestado esclarecimentos sôbre os pontos em que já existem coordenadas.

SUGESTÕES SÔBRE NOMENCLATURA DE LOCALIDADES ALAGOANAS — Várias e interessantes sugestões vem recebendo a Comissão Revisora da Divisão Territorial acêrca da nomenclatura das localidades alagoanas passíveis de substituïção por se tratar de duplicatas.

O Sr. José Calmon Reis, antigo Delegado do Recenseamento ofereceu três sugestões, uma para o Município e cidade de União, outra para a vila de Pedra, e, finalmente, uma terceira para o Município e cidade do Pilar. Para o primeiro sugeriu o nome de Município e cidade dos Quilombos; para o segundo o de Delmiro; e para o terceiro o de Município e cidade da Mangaba. Quanto ao nome de Quilombos para União, porque alí houve o principal reduto dos Palmares através de vários quilombos; e segundo porque foi uma vila cujo desenvolvimento se deve a Delmiro Gouveia com a criação da indústria de linhas — as linhas da Pedra; finalmente, substituindo Pilar pelo nome de Manguaba, evoca-se a lagoa que banha o Município e a cidade.

Também o sr. Sérgio Queiroz, natural de Pedra, sugeriu três nomes para a vila de Pedra e dois para a vila de Sertãozinho. Da mesma forma as sugestões se prendem à situação local. Para Pedra ofereceu os seguintes nomes: Delmirópolis, Delmirana ou Pedra Nova, e para Sertãozinho Sertão-Mirim ou Isidoro, êste último em evocação ao nome do coronel Isidoro Rocha, um dos fundadores do povoado, hoje vila.

Paulino Santiago, membro do Instituto Histórico de Alagoas, apresentou os seguintes: para Belo Horizonte, propõe "Apiacaba", o que se descortina; para Belo Monte, "Itaoira", a altura ou elevação da terra; para Cajueiro, "Cajuíba" (o cajueiro), ou contratamente, "Cajutiba", ou "Cajuira"; para Campo Alegre, "Mosquito", seu nome primitivo ou "Inhungatú", ou contratamente "Inhamatú", campo bom, ou ainda "Inhumbiá" ou "Inhumiá"; para Cana Brava "Canarana", ou "Taquarana" ou "Ubarana", cousa semelhante á cana de flexa; para Capela, "Tupanocaí", contração de "Tupanorocaí", casa pequena de Deus; para Junqueiro, "Peritiba", juncal, ou "Piriaçú"; para Limoeiro, "Ibaçaí", a árvore azeda; para Pedra, "Delmiro Gouveia", "Itamirim", "Itaporanga", ou melhor, embora mais longo, "Itanhagatú", pedra Pilar, "Itagú". água boa, ou "Guaporanga", vale bonito, ou ainda "Manguaba"; para Sertãozinho, atendendo o patronímico dos fundadores sugere os seguintes nomes: "Itapodí", pedra úmida firme; "Itapucá", pedra agradável, risonha, "Itaná", gente de pedra, "Itaquerentana", na sua forma contrata "Itáquerana" ou "Itáquetana"; para União o nome antigo de "Imperatriz", e para Viçosa o antigo nome de "Assembléia".

O Sr. Osvaldo Souto, sugeriu alguns nomes. Para Viçosa lembra o nome de "Assembléia", que teve em 1831, quanto elevada á categoria de vila; para União o nome de "Imperatriz", que também lhe coube quando elevada à categoria de vila em 1831; e para Pedra, o nome de "Delmiro Gouveia", como homenagem ao fundador daquele núcleo industrial.

A C.R.D.T. continua estudando a antigüidade dos nomes das localidades alagoanas em confronto com a dos existentes em outras Unidades Federadas. Aliás nêste sentido a Comissão dirige um apêlo a todos os estudiosos da história alagoana para que lhe remetam informações históricas sôbre os nomes das localidades alagoanas.

A respeito dêsse assunto, cumpre adiantar que prevalecerão dois nomes de vilas em Alagoas, de vez que são mais antigos que as duplicatas existentes uma em S. Paulo, e outra em Santa Catarina. O primeiro é o nome de Junqueiro, que, tendo sido delegacia de Polícia em 1873, foi elevada à vila em 1903, enquanto a vila de Junqueiro em S. Paulo recebeu o nome atual em setembro de 1930. Quanto a S. Braz, o de Alagoas, teve êsse nome desde os seus primórdios, sendo vila a 26 de junho de 1889; a vila de São Braz em Santa Catarina recebeu êsse nome em 9 de março de 1911.

Tendo em vista favorecer aos nomes de Junqueiro e São Braz em Alagoas o dispositivo do artigo 7.º da Res. 118, da Assembléia Geral do Conselho de Geografia, a Comissão Revisora já comunicou às suas congêneres de S. Paulo e Santa Catarina que fará manter aqueles nomes nas vilas alagoanas.

Nova contribuïção acaba de encaminhar o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, remetendo, por intermédio do Revmo. Pe. José Monteiro, vigário de Capela, nomes que poderão substituir o da cidade e Município de Capela. Assim sugeriu S. Excia. três palavras de origem tupí-guaraní, a saber: Tupanaroca, isto é Casa de Deus — Tupan, Deus; Oca, casa; Mambotira, que quer dizer feixe ou capela de flôres, de Man, feixe, e botira, flôr; Miracatú, ou seja gente boa, de mira, gente e catú, bem. Também o Pe. José Monteiro ofereceu uma sugestão: Desselândia, relembrando assim o nome de João Ferreira Dessa, a primeira pessoa de que há notícia na crônica histórica de Capela como seu fundador, ou então Polidessa.

O Sr. Lourival Melo Mota ofereceu interessante sugestão para a vila de Pedra: Delmirita, relembrando o nome do fundador da vila com a palavra tupí ita, isto é, pedra, ou Pedra de Delmiro.

A C.R.D.T. registra ainda, para conhecimento do público, que mais um nome de localidade alagoana prevalecerá em confronto com os existentes em outros Estados. Trata-se agora da cidade e Município de Leopoldina, que criado com êsse nome como colônia em 1850, é anterior aos seus homônimos de Minas Gerais, que data de 1854, e de Pernambuco que é de 1870. Assim três localidades alagoanas têm prevalecimento, e são: Belo Monte, vila, São Braz, vila e Leopoldina município. Por outro lado, já se considera perdido o nome de Viçosa, pois o município mineiro é de 1876, enquanto o alagoano teve êsse nome em 1890.

Diretoria de Viação e Obras Públicas

MAPA RODOVIÁRIO DO ESTADO — A Diretoria de Viação e Obras Públicas de Alagoas, pela sua Secção Técnica, acaba de organizar um mapa rodoviário do Estado, inteiramente revisto e atualizado, que constitue incontestàvelmente, valiosa contribuïção para a futura mapoteca geral de Alagoas.

Dentro de uma escala de 1 por 500 000, o mapa assinala as distâncias quilométricas do nosso sistema rodoviário, tomadas em velocímetro e divididas por etapas, satisfazendo, de um modo geral, a todos que tenham necessidade de recorrer à sua orientação. Registra, ainda, as cidades, vilas, povoados, usinas, engenhos ou fazendas, estradas de 1.ª e 2.ª classes e carroçáveis, caminhos, estradas em construção e em projeto, ferrovias existentes e em construção, rios perenes e não perenes e limites inter-estaduais.

★

AMAZONAS

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 63 cidades e vilas amazonenses, 11 ou seja quase 18% são homônicos a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 3 distritos ou vilas amazonenses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Caiçara,* no município de Tefé, *Santa Isabel,* no município de S. Gabriel e *São Filipe,* no município de S. Gabriel.

Pelo mesmo motivo a cidade amazonense de *João Pessoa* perderá tal designação, que prevalecerá para a localidade homônima, de maior categoria, a Capital do Estado da Paraíba.

Revelou ainda aquela pesquisa e existência de 2 cidades e 1 vila amazonense, cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades amazonenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Boa Vista* e *São Gabriel;* Vila de *Floriano Peixoto,* no Município de Boca do Acre.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 63 cidades e vilas amazonenses, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	21	31	52
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	4	—	4
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	2	1	3
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	1	3	4
TOTAL.....	28	35	63

Colônia Agrícola Nacional do Amazonas

TERRENOS DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA — Pelo Sr. Interventor federal no Amazonas foi assinado, no dia 17 de julho último, o decreto n.º 1 051, declarando de utilidade pública, os terrenos denominados, "SALVAÇÃO", "BOA NOVA", "SÃO PAULO", "REDENÇÃO", "BOA VISTA", e "ILHA DA CONCEIÇÃO", situados no município de Manacapurú, com as áreas, perímetros e limites seguintes: "SALVAÇÃO", — área 107 750m²; perímetro, 1 467 metros lineares, limitando-se ao norte, com os igarapés do Lago Pleto; a leste, com terras dos herdeiros de Rodolfo Cavalcante; ao sul, com a margem esquerda do rio Solimões e a oeste, com terras de Florentino Pereira. — "BOA NOVA"; — área, 121 205m²; perímetro, 1 302 metros lineares. *Limites*: — norte, terras devolutas; sul, margem esquerda do igarapé do Lago Preto e terras de Felicidade Augusto Monteiro; oeste, terras devolutas e leste, terras de Emiliano Teixeira. — "SÃO PAULO": — área 507 644,50m²; perímetro, 4 000 metros lineares; *Limites* — norte lote "REDENÇÃO"; leste, com igapós; sul, com terras devolutas, e a oeste, com terras dos lótes "Bôa Nova", "Primavera", e margem esquerda do igarapé do Lago Preto. — "REDENÇÃO": — área, 688 755m²; perímetro, 3 376 metros lineares; — *Limites*: — norte margem direita do igarapé Aricauzinho; sul terras de Leonardo Fernandes de Sousa; leste, chavascal do Lago Passaral, oeste, com a margem esquerda do igarapé do Lago Preto. — "BOA VISTA": — área, 760 055,15m²; perímetro, 4 835,80 metros lineares; *Limites*: — frente, com a margem esquerda do rio Solimões; fundo, com terras devolutas; lado, de cima, com a margem esquerda do igarapé Boa Vista, e lado de baixo, com a margem direita do igarapé da Conceição: "ILHA DA CONCEIÇÃO: — área..... 2 146 135m²; perímetro, 7 090 metros lineares.

★

BAÍA

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 549 cidades e vilas baianas, 218 ou seja quase 40% são hamônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 92 distritos ou vilas baianas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Água Branca, no Mun. de Maraú; *Água Preta,* no Mun. de Ilhéus; *Aimorés,* no Mun. de Mucurí; *Aliança,* no Mun. de Santo Amaro; *Amparo,* no Mun. de Cipó; *Angicos,* no Mun. de Conquista; *Bebedouro,* no Mun. de Geremoabo; *Bela Vista,* no Mun. de Morro do Chapéu; *Belém,* no Mun. de Cachoeira; *Boa Esperança,* no Mun. de Boa Nova; *Boa Vista,* no Mun. de Itaberaba; *Bom Despacho,* no Mun. de Feira de Santana; *Bom Jardim,* no Mun. de Santa Amaro; *Bonito,* no Mun. de Caiteté; *Buriti,* no Mun. de Barra; *Campinas,* no Mun. de Encruzilhada; *Campo Alegre,* no Mun. de Remanso; *Campo Grande,* no Mun. de Boa Nova; *Campo Largo,* no Mun. de Cotegipe; *Campos Sales* no Mun. de Poções; *Capanema,* no Mun. de Maragogipe; *Coração de Jesús,* no Mun. de Castro Alves; *Corrente,* no Mun. de Amargosa; *Cruzeiro do Sul,* no Mun. de Camamú; *Curralinho,* no Mun. de Livramento; *Divina Pastora,* no Mun. de Entre Rios; *Formosa,* no Mun. de Rio Preto; *Gameleira,* no Mun. de Urandí; *Gravatá,* no Mun. do Rio de Contas; *Guaraní,* no Mun. de Anchieta; *Icatú,* no Mun. de Barra; *Igarassú,* no Mun. de Mucugé; *Igreja Nova,* no Mun. de Alagoinhas; *Iguape,* no Mun. de Cachoeira; *Ipiranga,* no Mun. de Anchieta; *Itabira,* no Mun. de Djalma Dutra; *Itaputí,* no mun. de Itabuna; *Itaguassú,* no Mun. de Guanabí; *Itajaí,* no Mun. de Itapira; *Itatinga,* no Mun. de Itambé; *Itaúna,* no Mun. de Itabuna; *Jardinópolis,* no Mun. de Rio Branco; *Jatobá,* no Mun. de Seabra; *Joanópolis,* no Mun. de Conquista; *João Pessoa,* no Mun. de Seabra; *Jurema,* no Mun. de Juazeiro; *Lapa,* no Mun. de Santo Amaro; *Laranjeiras,* no Mun. de

Monte Alto *Madre de Deus*, no Mun. de S. Francisco; *Mercês*, no Mun. de S. Gonçalo; *Miranda*, no Mun. do Morro do Chapéu; *Monte Belo*, no Mun. de Macaúbas; *Natal*, no Mun. de Canavieiras; *Novo Horizonte*, no Mun. de Jaguaripe; *Palestina*, no Mun. de Itabuna; *Palma*, no Mun. de Jaguaripe; *Palmares*, no Mun. de Anchieta; *Palmital*, no Mun. de Rio de Contas; *Paraguassú*, no Mun. de Santa Teresinha; *Parnaíba*, no Mun. de Seabra; *Parreiras*, no Mun. de Monte Alto; *Patos*, no Mun. de Santo Estêvão; *Piedade*, no Mun. de Urandí; *Pindorama*, no Mun. de Djalma Dutra; *Pirangí*, no Mun. de Ilhéus; *Pontal*, no Mun. de Ilhéus; *Riachuelo*, no Mun. de Saúde; *Salinas*, no Mun. de Itaparica; *Santa Bárbara*, no Mun. de Feira de Santana; *Santa Helena*, no Mun. de Angical; *Santa Rita*, no Mun. de Macaúbas; *Santa Rosa*, no Mun. de Condeúba; *S. Benedito*, no Mun. de São Filipe; *São Bento*, no Mun. de Santo Amaro; *São José*, no Mun. de Cotegipe; *São Lourenço*, no Mun. de Itaparica; *São Paulo*, no Mun. de Conquista; *São Pedro*, no Mun. de Santa Maria; *São Roque*, no Mun. de Maragogipe; *São Simão*, no Mun. de Coração de Jesús; *São Vicente*, no Mun. de Feira de Santana; *Sapé*, no Mun. de Cruz das Almas; *Serra Azul*, no Mun. de Jacobina; *Serra Negra*, no Mun. de de Geremoabo; *Sobradinho*, no Mun. de Casa Nova; *Socorro*, no Mun. de S. Francisco; *Triunfo*, no Mun. de Tucano; *Uberlândia*, no Mun. de S. Gonçalo; *Vargem Grande*, no Mun. de Santo Antônio de Jesús; *Vera Cruz*, no Mun. de Itaparica; *Viçosa*, no Mun. de Mucurí; *Xapurí*, no Mun. de Una.

Pelo mesmo motivo a cidade baiana do Rio Branco perderá tal designação, que prevalecerá, para a localidade homônima de maior categoria, a Capital do Território do Acre.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 45 cidades e 55 vilas baianas cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades baianas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Afonso Pena; Anchieta, Areia, Belmonte, Bom Sucesso, Bonfim, Brotas, Cachoeira, Campo Formoso, Capivarí, Conquista, Encruzilhada, Entre Rios, Glória, Itaparica, Itapira, Juazeiro, Lençóis, Livramento, Monte Alegre, Monte Alto, Monte Santo, Mundo Novo, Nazaré, Palmeiras, Pombal, Pôrto Seguro, Queimadas, Rio Novo, Rio Preto, Santa Luzia, Santa Maria, Santana, Santarém, Santo Amaro, São Francisco, São Gonçalo, São Miguel, São Sebastião, Seabra, Serrinha, Soure, Taperoá, Una e Valença.*

Vilas de : *Água Fria*, no Mun. de Irará; *Água Quente*, no Mun. de Paramirim; *Almas*, no Mun. de Feira de Santana; *Assunção*, no Mun. de Macaúbas; *Betânia*, no Mun. de Macaúbas; Boa Sorte no Mun. de Barreiras; *Boqueirão*, no Mun. de Santo Sé; *Brejinho*, no Mun. de Caiteté; *Brejo Grande*, no Mun. de Oliveira dos Brejinhos; *Cabrália*, no Mun. de Anchieta; *Cajueiro*, no Mun. de Esplanada; *Caraíbas*, no Mun. de Condeúba; *Colônia*, no Mun. de S. Francisco; *Coqueiros*, no Mun. de Maragogipe; *Cordeiro*, no Mun. de Condeúba; *Corrente*, no Mun. de Amargosa; *Cristais*, no Mun. de Brumado; *Dois Irmãos*, no Mun. de Rio Novo; *Ibitira*, no Mun. de Caculé; *Igaraí*, no Mun. de Barra; *Iracema*, no Mun. de Barra da Estiva; *Itaipava*, no Mun. de Itacaré; *Itamaratí*, no Mun. de Belmonte; *Itapuí*, no Mun. de Itabuna; *Jacú*, no Mun. de Santo Amaro; *Jacuípe*, no Mun. de São Sebastião; *João Correia*, no Mun. de Mucugé; *Jordão*, no Mun. de Brotas; *Junco*, no Mun. de Juazeiro; *Lagoa*, no Mun. de Sento Sé; *Macuco*, no Mun. de Itabuna; Malhada, no Mun. de Carinhanha; *Marrecas*, no Mun. de Chique-Chique; *Monte Verde*, no Mun. de Conquista; *Mucambo*, no Mun. de Guanambí; *Nova Olinda*, no Mun. de Itapicurú; *Ouro Branco*, no Mun. de Sento Sé; *Paraíso*, no Mun. de Rui Barbosa; *Primavera*, no Mun. de Ilhéus; *Remédios*, no Mun. de Bom Sucesso; *Riacho Doce*, no Mun. de Mucurí; *Rio Alegre*, no Mun. de Santa Maria; *Rochedo*, no Mun. de Irecê; *Saldanha*, no Mun. de Pilão Arcado; *Santanópolis*, no Mun. de Irará; *São João*, no Mun de Condeúba; *Serra Grande*, no Mun. de Valença; *Sussuarana*, no Mun. de Ituassú; *Tabajara*, no Mun. de Jacarací; *Taboleiro*, no Mun. de Castro Alves; *Tamandaré*, no Mun. de Jacarací; *Tesouras*, no Mun. de Rio Novo; *Trindade*, no Mun. de Prado; *Umburanas*, no Mun. de Urandí; *Vista Alegre*, no Mun. de Maracás.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 549 cidades e vilas baianas, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome	79	252	331
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome	25	—	25
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo	45	55	100
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome	1	92	93
TOTAL	**150**	**399**	**549**

Conselho Administrativo do Estado

LEVANTAMENTO SEMICADASTRAL DE VÁRIAS CIDADES DA ZONA SAN FRANCISCANA — Manifestando-se em tôrno de um projeto de decreto-lei da Prefeitura de Barreiras, o que visa obrigar os proprietários a asseiar as casas, rebocando-as externamente, por se encontrarem há muito sem aparelhamento externo e passeios, a Diretoria Técnica opinou que, não obstante ser acertada a medida, devia-se, porém, aguardar oportunidade, pois seguiu para a zona San Franciscana um engenheiro para fazer o levantamento semicadastral de várias cidades da mesma zona. Tratando do assunto no parecer que apresentou ao Conselho Administrativo do Estado publicado no *Diário Oficial* local, de 13 de julho último, o sr. Murilo Soares da Cunha propôs a aprovação do aludido projeto de decreto-lei por entender que o levantamento da planta da cidade não influe para que sejam feitos, desde já, os rebocos das casas que se acham há muito incompletas.

Departamento Administrativo

O PARECER SÔBRE A CRIAÇÃO DE ESTAÇÕES AGRO-PECUÁRIAS DE ASSISTÊNCIA ECONÔMICO-SANITÁRIA NO VALE DO SÃO FRANCISCO — O *Diário Oficial* da Baía, edição do dia 14 de maio passado, publica o seguinte parecer apresentado no Departamento Administrativo e aprovado em sessão de 6 daquele mês, relativamente ao projeto de decreto-lei da Interventoria criando estações agro-pecuárias de as-

sistência econômico-sanitária no Vale de São Francisco: "E' das mais meritórias a iniciativa da Interventoria Federal, criando, pelo presente projeto, "estações agro-pecuárias de assistência econômico-sanitária no Vale do São Francisco". Do Rio e Vale Sanfranciscanos, nôtadamente do seu extraordinário potencial econômico, muito se tem dito, mas no sentido de sua exploração muito pouco se tem feito, ficando, afinal, em meras dissertações teóricas tôdas as apreciações e estudos a respeito realizados. Assim é que a prodigiosa uberdade das terras do São Francisco e a incalculável margem de aproveitamento da caudal continuam, até hoje, a guardar ide redenção econômica tão decantada, mas tão descuidada ao mesmo tempo. E' já tempo de se levar a efeito algo de mais prático e, portanto, de mais proveitoso. O Govêrno Federal, pelo Ministério da Agricultura, tomou já a iniciativa da instalação de Núcleos Coloniais alí. Agora o Govêrno do Estado, nêste projeto, lança os fundamentos de um largo programa, cujos benefícios far-lhe-ão no futuro, atribuir o título incontestável de benemérito, assinalando, ao mesmo tempo, no General Renato Aleixo, o espírito realizador que o ideou e efetivou sob a impressão forte do que, na sua recente visita áquela região, pôde observar e examinar. Com efeito, o desenvolvimento agrícola e industrial do São Francisco constitue problema de imensa extensão, quase a desafiar as nossas possibilidades, mesmo as do Govêrno Nacional. Não se poderia, entretanto, pretender a sua solução imediata, nem disso exigir resultados tão prontos. Extenso que é êle, oferecendo, sem dúvida, aspectos assoberdantes terá de ser enfrentado parceladamente, fornecendo, amanhã, a contribuïção de recurso advindos de seus resultados para a maior intensificação dos empreendimentos. O que é indeclinável é, com certeza, iniciar o plano gradativo, lento mesmo, porém inadiável, sem o qual ficaremos sempre detentores de tão grandes preciosidades naturais sem que, contudo as tenhamos convertido em utilidades e riquezas. Não é outra cousa o que faz a Interventoria Federal, revelando, dêsse modo, a exata compreensão do assunto e, do mesmo passo, o inequívoco empenho de elevar, mais e mais, o nível econômico do Estado. O programa, traçado no decreto-lei em projeto, está muito bem delineado e encerra grande harmonia na disposição dos elementos que o integram. Todos se tocam e uns e outros se influenciam recìprocamente, numa interdependência que produz perfeito equilíbrio do todo em busca do fim desejado. Êste acôrdo ou uniformidade, aliás, se manifesta já no título ou ementa do projeto, que vale por uma síntese feliz dos propósitos da lei. Assistência econômica e sanitária é bem a finalidade precípua das estações em via de criação. Por outras palavras: tornar valorizado o homem, pela saúde, para valorisá-lo econômicamente. Não se pode contestar que, visando a economia, a primeira preocupação terá de ser a capacidade da unidade humana, sem o que qualquer emprêsa de fim econômico terá o seu êxito congênitamente falho. Pretender estimular a agricultura e a criação sem acompanhar, de perto, a saúde, a assistência do agricultor e do criador, é fazer trabalho sem base, redundando ineficaz tudo o que a respeito se venha a tentar. Daí a combinação magnífica das providências, de natureza sanitária e a de caráter econômico. Seriam, pelo exposto, indispensáveis os esforços conjugados do médico e do agrônomo, em dada estação agro-pecuária. Do mesmo passo a integração é completa com a atuação do professor, cuja participação não se poderia dispensar nesse tão bem constituído conjunto de atividades convergentes para o mesmo alvo, por meios diferentes, porém harmoniosos. A'queles se juntam, completando, as contribuïções dos respectivos auxiliares ou sejam o farmacêutico, os capatazes e o almoxarife. Está, dêsse modo, suficientemente provido o serviço em questão, cuja eficiência é justo prever dado o fundamento de organização adotada. No projeto em aprêço que se me afigura bem lançado, apenas teria a reparar dois pontos, propondo para os respectivos artigos as modificações que adiante indico: o Estatuto dos Funcionários diz que cargo público é aquele criado por lei, em número certo, com denominação própria, e pago pelos cofres do Estado. Assim, parece-me melhor que o art. 9.º passe a ter a seguinte redação, por ser mais explícita: "Em cada estação, constituindo o respectivo quadro, existirão os seguintes cargos, desde já criados e cujos padrões de vencimentos serão fixados em lei posterior". Seguir-se-á a enumeração dos cargos conforme as alíneas do referido artigo do projeto. Do § 2.º do art. 9.º deve ser retirada a expressão e *diaristas*, uma vez que a palavra extranumerário, que a precede, é o têrmo genérico em que se compreendem as funções de contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros. Dessa forma, o uso conjunto das duas expressões equivale a repetí-las. Fica, então, assim redigido o dispositivo em foco: "Além do pessoal do quadro contarão as estações com extranumerários admitidos na forma da lei". Ao art. 10.º deve ser dada a seguinte redação: "A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio regulamentará a presente lei, dentro no prazo de 60 dias, definindo, também, as atribuïções dos cargos constantes do art. 9.º". E' o que me ocorre sugerir concluindo pela aprovação do projeto, sem deixar, entretanto, de manifestar, nêste ensejo e a seu propósito, os mais francos aplausos pela acertada, providência da Interventoria, que patenteia, nêste ato, o seu vigilante e incansável cuidado pelas cousas da Baía, seu progresso e, particularmente, pela zona do São Francisco, de tão proclamadas possibilidades para o futuro econômico do Estado. Salvo melhor juízo. Sala das sessões, 6 de Maio de 1943. (aa) *A. Pimenta da Cunha*, Presidente; *João Bião de Cerqueira e Souza*, Relator, *Antônio José Seabra, Vicente Pacheco, Murilo Soares da Cunha*.

Escola Politécnica

PUBLICADOS OS NOVOS ESTATUTOS — No *Diário Oficial* da Baía, edição do dia 16 de maio dêste ano, estão publicados os Estatutos da Fundação Escola Politécnica da Baía, reformados pela congregação a 19 de junho de 1942 e cuja redação final foi aprovada a 12 de março dêste ano.

Estão assim redigidos os dois artigos iniciais do capítulo I — Fim e administração:

Art. 1.º A Fundação Escola Politécnica da Baía, criada pelo Instituto Politécnico da Baía, por escritura pública de 30 de julho de 1932, com o fim de ministrar o ensino da engenharia em seus diversos ramos, especialmente o da engenharia civil, bem como o ensino superior das ciências matemáticas, físicas e naturais, transferida, que foi, a Escola Politécnica da Baía, primeiro à administração da União, e, depois à do Estado, continua a cumprir as suas finalidades, exercendo, em benefício da mesma Escola, uma ação supletiva e de colaboração com o Govêrno.

Art. 2.º A Fundação será dirigida e administrada pelos seguintes órgãos:

a) A Congregação da Escola Politécnica da Baía;
b) O Conselho Adiministrativo;
c) O Presidente.

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

REGULAMENTADA A EXPLORAÇÃO DO PO' DE LICURÍ — Pelo Sr. Interventor federal na Baía, foi assinado o decreto-lei n.º 12 840,

de 29 de julho, regulamentando a extração, beneficiamento primário, comércio interno industrialização e exportação do pó de licurí.

— A extração, beneficiamento primário, comércio interno, industrialização e exportação do pó de licurí (ouricurí) serão regulados pelo Govêrno do Estado, através da Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio com o objetivo de:

a) proteger a palmeira de onde se extrai o pó, no sentido de garantir a estabilidade da indústria, conservando as reservas naturais e, quando possível, fomentando o cultivo;

b) zelar pela manutenção da boa qualidade do produto, classificando-o e reprimindo os defeitos e fraudes, no sentido de assegurar sua posição nos mercados consumidores.

Secretaria de Educação e Saúde

PROGRAMA DE GEOGRAFIA E DE HISTÓRIA DO BRASIL — No programa de emergência para o 1.º semestre dêste ano, organizado pelo Departamento de Educação da Baía e publicado no *Diário Oficial* do Estado, de 2 de abril último, figuram os seguintes pontos de Geografia e de História do Brasil:

GEOGRAFIA — 2.º ANO

A cidade do Salvador: — praças, jardins, ruas, meios de transporte, fábricas, estabelecimentos comerciais, escolas, mercados, igrejas. Bairros. O litoral da cidade. Alguns produtos vegetais da cidade. Clima.

As aulas terão cunho essencialmente prático e a professora servir-se-á sempre das experiências da criança, explicando-lhe, o "porque", dos fatos, abrindo-lhe os olhos para melhor observação do meio. E' preciso, porém, que as aulas obedeçam a um plano, tenham um fim a atingir.

No fim do 1.º semestre, o escolar do 2.º ano, não sòmente terá um bom conhecimento da Cidade, como estará preparado para aumentar seus conhecimentos no estudo das zonas afastadas.

3.º ANO

Revisão do 1.º semestre do 2.º ano e mais: Estudo do Estado da Baía. Sua localização no mapa no Brasil. Localização da cidade do Salvador, do litoral, dos principais acidentes geográficos e das melhores cidades do Estado, na zona estudada. Esta localização é importantíssima. A criança precisa se acostumar a usar o mapa e aprender as legendas. Nenhum aluno deve chegar ao 2.º semestre do 3.º ano sem conhecer bem o mapa da Baía.

Estudo minucioso e interessante do Recôncavo. Visar a parte humana da Geografia — trabalho do homem, causas do progresso, aspectos interessantes da zona, agricultura, indústria e comércio.

No fim do 1.º semestre, além do conhecimento seguro do mapa e do Recôncavo, o espírito do aluno deverá estar preparado para a compreensão dos problemas das outras zonas do Estado.

4.º ANO

Revisão do estudo do Estado da Baía e mais:

Reconhecimento seguro do mapa do Brasil — Estados, acidentes, litoral e portos. Sua localização na América do Sul. O Brasil político. Regiões naturais. Estudo vivo e interessante da região amazônica. Problemas de zona. Acidentes. O homem da Amazonia. Flora e fauna. Progressos da região. Exigir colaboração da criança não sòmente no sentido de procuar compreender a zona, sua situação, seus problemas como na coleta de material, no interesse pelo trabalho.

No fim do 1.º semestre, o escolar de 4.º ano dominará o mapa do Brasil, delimitando as regiões naturais e políticas. Terá conhecimento seguro de todos os problemas relativos à região amazônica.

5.º ANO

Revisão do estudo do Brasil e mais:

Estudo do mapa das Américas. Sua localização no mapa-mundi. Países e portos. Estudo interessante dos países das Américas, apontando-se os principais acidentes geográficos das regiões estudadas. Capitais e cidades importantes dos países sul e norte-americanos, suas características principais, um pouco de história das Américas. Destacar os países que mantêm maior comércio com o Brasil. Ressaltar o pan-americanismo. Estudo mais minucioso dos Estados Unidos do Canadá, República Argentina, Chile e Uruguai, apontando seus problemas e modo de vida, comparando-os sempre ao ambiente brasileiro.

No fim do 1.º semestre, os alunos do 5.º ano dominam o mapa das Américas e têm um bom conhecimento das condições de vida dos países americanos, suas relações com o Brasil, intercâmbio entre os demais países e sentem a significação do pan-americanismo.

HISTÓRIA DO BRASIL — 2.º ANO

A Escola: seu nome. Traços gerais da vida do patrono da Escola. Fundador das Escolas. O valor das Escolas, os trabalhos realizados na mesma. As Escolas mais próximas. Alguma cousa sôbre as mesmas: nome, fundador, etc. Administração das Escolas.

3.º ANO

Cidade do Salvador. Seu govêrno. Autoridades. Govêrno dos outros municípios. Govêrno do Estado. Autoridades. O nome da cidade. Seu fundador. O que existia, aquí, antes da Cidade do Salvador. Lendas, primeiros habitantes. Capitanias. Fundação da Cidade. Os governadores do Brasil quando a capital era a Baía. Fatos ocorridos nêste período. O que existe ainda na Baía como reminiscência daqueles tempos. Homens ilustres daquela época.

4.º ANO

Revisão do 2.º ano e mais:

Os governadores do Brasil depois da mudança da Capital. Fatos ocorridos no Brasil colonial. Ressaltar os movimento que tinham por objetivo tornar o Brasil independente, sobretudo a Conspiração Baiana de 1798 e a Inconfidência Mineira. Bandeiras — sua significação no povoamento do interior do Brasil, no aumento do território brasileiro.

5.º ANO

Revisão do 4.º ano e mais:

Transmigração da Família Real. Independência. Primeiro Império.

O principal objetivo do ensino da História será fazer a criança sentir tôdas as fases por que passou o Brasil, os problemas de cada época os progressos realizados, a civilização brasileira. No 5.º ano o escolar deve compreender o trabalho, o esfôrço realizado pelos nossos antepassados para construirem nossa Pátria.

A História e a Geografia, não devem ser dadas em aulas expositivas, mas o aluno deve colaborar, trazendo material, colhendo dados, procurando sentir as situações, os problemas de cada época.

A Geografia e a História, como u'a mera decoração de nomes e fatos, seriam materias monótonas e desagradáveis, no entanto, dadas

sob forma de problemas são materias vivas e reais, que interessarão sobremodo às crianças, preparando seu espírito para a compreensão dos atuais problemas brasileiros.

No fim do 1.º semestre, os escolares, do 2.º ao 5.º ano, devem ter vencido os itens recomendados relativamente à classe que cursam.

Secretaria do Interior e Justiça

NOVO DECRETO SÔBRE TERRAS DEVOLUTAS — O Sr. Interventor federal na Baía assinou, no dia 3 de maio último, o decreto n.º 12 737, publicado no *Diário Oficial* local do dia seguinte, o qual modifica o artigo 1.º do decreto-lei n.º 12 693, de 10 de março dêste ano, sôbre a incorporação de terras devolutas ao patrimônio dos Municípios.

O aludido decreto n.º 12 737 está publicado na íntegra, na secção competente dêste número do Boletim.

Museu do Estado

EXPOSIÇÃO DE TROFÉUS E RELÍQUIAS DA CAMPANHA DA INDEPENDÊNCIA — Entre as comemorações da data de 2 de julho levadas a efeito na Baía, figurou uma exposição, no Museu do Estado, de peças relacionadas com a guerra libertadora, na Baía, troféus e relíquias da Campanha da Independência.

Compareceram ao ato o Sr. interventor federal, o Sr. Comandante Naval de Leste, representante do Sr. Comandante da 6.ª Região Militar, o Sr. prefeito da capital, os secretários de Estado, diretores de Departamentos, outras autoridades civis e militares e jornalistas.

No "hall" de entrada do Museu o Sr. secretário da Educação e Saúde, proferiu eloqüente improviso, sôbre o ato que no momento alí tinha lugar. No seu discurso, o sr. Aristides Novis pôs em destaque o sentido patriótico e educativo da exposição e exaltou, em têrmos calorosos, o passado da Baía, que se sintetiza, na epopéia de 2 de julho. Salientou também a contribuïção prestada para a exposição por diversos órgãos da administração e instituïções particulares, como entre outros o Arquivo Geral da Prefeitura, o Arquivo Público do Estado, o Liceu de Artes e Ofícios e a Irmandade do Pilar. Uma referência coube, no discurso, à colaboração do Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja atividade e eficiência foram elogiadas. Por fim, pediu o sr. Aristides Novis ao sr. general interventor desse a exposição por inaugurada, cortando, para isso, a fita estendida no início da escadaria de acesso ao primeiro pavimento. Seguiu-se visita demorada à exposição merecendo atenção particular, da parte dos presentes, a data da decisão da Independência dos diversos, quadros expostos e alguns documentos de alto valor, como os autógrafos de Soror Joana Angélica e de Castro Alves.

Durante a visita foram distribuídos os primeiros exemplares do folheto impresso pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em homenagem à data. Êsse folheto, intitulado *A Conquista da Independência*, contém biografias dos principais elementos do movimento libertador.

As biografias, que são precedidas de uma "resenha cronológica", são de autoria do prof. J. J. Nascimento Junqueira, autor, também, da resenha.

À saída da exposição, o sr. general interventor abriu o livro de visitantes, e, despedindo-se, manifestou ao sr. Aristides Novis e ao Sr. José Valadares, inspetor do Museu do Estado, o agrado que lhe causara o percorrer aquela galeria de lembranças do passado.

A Contribuïção da 6.ª Região Militar — Para maior brilhantísmo dos festejos comemorativos do 2 de julho, a 6.º Região Militar fêz executar o seguinte programa: Exposição de Material de Acampamento, na Praça 2 de Julho; Inauguração do retrato do general interventor na galeria dos ex-comandantes da 6.ª Região Militar; Inauguração da Linha de Tiro de Brotas e realização de um concurso de tiros para praças; Desfile das escolas de instrução pré-militar e dos T.G. (Desarmados); Inauguração das obras de adaptação do Forte de Monte Serrate para o Serviço de Transmissões.

Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal

REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA — No gabinete do secretário da Agricultura, sob a presidência do sr. Campos Pôrto, reüniu-se a 8 de julho último, a Comissão Organizadora do Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal. Após estudados os vários aspectos do assunto, ficou deliberado que os Departamentos de Terra e Proteção à Natureza e de Geografia se encarregassem do serviço de levantamento topográfico da região, por uma turma de campo que o iniciará com a devida urgência. Ao diretor de Urbanismo da Prefeitura da capital e à Secção de Engenharia Rural da Secretaria da Agricultura foi atribuída a incumbência do estudo do edifício-séde do Parque e dos problemas iniciais de higienização e ruralização. Atribuiu-se ao assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia a parte de geografia estatística e fisiográfica, em articulação com os demais membros da comissão.

Secção Baiana do Instituto Genealógico Brasileiro

"Os MORGADOS DO SODRÉ" — No dia 12 de junho na sala Rui Barbosa, no Instituto Geográfico e Histórico teve lugar uma concorrida reünião da Secção do Instituto Genealógico Brasileiro, sob a presidência do sr. J. C. Dantas Júnior, sendo conferencista o Sr. Mário Torres, que falou sôbre "Os Morgados do Sodré", no Brasil e em Portugal. Disse o orador, que os Morgados (do latim "major-gnatus", primeiro nascido), eram bens vinculados em certos sucessores de uma família, a quem iam passando de primogênito, sem se poderem vender nem dividir. Eram de 3 espécies: agnação, masculinidade e regular. Fêz a diferença entre morgados e capelas e mostrou o florescimento de tais vínculos e a sua decadência nos séculos XVIII e XIX.

Os do Sodré em Portugal foram instituídos por Gaspar Tibão, a 26 de outubro de 1770, sendo sua última administradora alí, D. Maria da Piedade Pestana Pereira Lobo de Almeida, que faleceu solteira, em outubro de 1858. O do Brasil foi instituído pelo Mestre de Campo Jerônimo Sodré Pereira em testamento solene, aberto em oito de novembro de 1711.

Citou, em seguida, a cadeia sucessora dos Morgados até o último administrador, representante dos bens portugueses e brasileiros, o major Jerônimo Sodré Pereira, baiano, que faleceu solteiro, na Cidade do Salvador, no dia 24 de outubro de 1881. Referiu-se às leis que extinguiram os morgados e fêz o histórico dos desmandos levantados entre as famílias legítimas e os filhos reconhecidos do último administrador as quais foram julgadas pelos tribunais a favor dos primeiros.

Restauração de Obras Valiosas da História da Baía

SERÃO EDITADOS OS LIVROS DE FREI JABOATÃO E JOSE' ANTÔNIO CALDAS — Obras valiosas, que dizem respeito à história da Baía, vão ser restauradas, impressas e amplamente difundidas, para que seja possível um conhecimento maior de tão importantes do-

cumentos. E' pensamento do govêrno estadual promover a edição destas obras, em colaboração com a Prefeitura do Salvador e organizações científicas especializadas. A providência já tomada pela Prefeitura da capital do Estado, de contratar com destacados estudiosos a elaboração de uma "Evolução Histórica da Cidade do Salvador", é considerada como o início da série das edições oficiais.

Nêste momento, cuida-se da restauração do texto e principalmente das gravuras da obra de João Antônio Caldas, datada de 1754, *Notícia Geral sôbre a Capitania da Baía*, para sua possível impressão em 1944. A última edição desta obra data de mais de dez anos, num número de revista do Instituto Histórico, e assim mesmo sem as gravuras.

Na Imprensa Oficial será impressa a importante obra de Frei Marinho Jaboatão sôbre as primeiras famílias que povoaram a Baía, sob o patrocínio do Instituto Geneológico. Estão empenhados nêste trabalho de restauração das diversas óbras, o Arquivo Municipál, o Arquivo Estadual a Imprensa Oficial e instituïções.

★

CEARÁ

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 388 cidades e vilas cearenses, 166, ou seja quase 43% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 78 distritos ou vilas cearenses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Águas Belas*, no município de Nova Russas; *Araras*, no município de Assaré; *Areia Branca*, no município de Morada Nova, *Areias*, no município de Aracatí; *Bananeiras*, no município de Cascavel; *Barra*, no município de Quixadá; *Bebedouro*, no município de Saboeiro; *Belém*, no município de Quixeramobim; *Boa Esperança*, no município de Aurora; *Boa Vista*, no município de Jaguaribe; *Bom Jardim*, no município de Pereiro; *Bom Jesús*, no município de Igüatú; *Bonfim*, no município de Icó; *Caïçara*, no município de Aracatí; *Cajazeiras*, no município de Santa Quitéria; *Castro*, no município de Quixeramobim; *Chaves*, no município de Crateús; *Chique-Chique*, no município de Araripe; *Conceição*, no município de Icó; *Cruzeiro*, no município de Cascavel; *Entre Rios*, no município de Santa Quitéria; *Espírito Santo*, no município de Maurití; *Extrema*, no município de Várzea Alegre; *Flores*, no município de Tauá; *Floriano*, no município de Quixadá; *Formosa*, no município de Ipueiras; *Gameleira*, no município de Ibiapina; *Goianinha*, no município de Missão Velha; *Guimarães*, no município de Cariré; *Iguape*, no município de Aquiraz; *Imperatriz*, no município de Itapipoca; *Ingá*, no município de Quixará; *Ipiranga*, no município de Pereiro; *Itaúna*, no município de Baturité; *Jatobá*, no município de Canindé; *Joaquim Távora*, no município de Jaguaribe; *Jurema*, no município de Aracoiaba; *Laranjeiras*, no município de Quixadá; *Livramento*, no município de Morada Nova; *Macapá*, no município de Ipueiras; *Natividade*, no município de Uruberetama; *Nova Cruz*, no município de Tauá; *Olinda*, no município de Boa Viagem; *Palmares*, no município de Cascavel; *Palmeiras*, no município de Maranguape; *Pedreiras*, no município de Pacatuba; *Pedro Segundo*, no município de Milagres; *Pinheiro*, no município de Tamboril; *Pirangi*, no município de Morada Nova; *Porangaba*, no município de Fortaleza; *Riachão*, no município de Granja; *Riachuelo*, no município de Uruburetama; *Rosário*, no município de Lavras; *Santa Luzia*, no município de Tianguá; *Santa Maria*, no município de Sobral; *Santa Rosa* no município de Frade; *Santo Antônio*, no município de Sobral; *Santos*, no município de São Pedro; *Santos Dumont*, no município de Pacotí; *São Bento* no município de Itapipoca; *São Bernardo*, no município de Cachoeira; *São Caetano*, no município de Várzea Alegre; *São Domingos*, no município de Campos Sales; *São Felix*, no município de Maurití; *São Luiz*, no município de Quixadá; *São Miguel*, no município de São Francisco; *São Sebastião*, no município de Aracoiaba; *Serrinha*, no município de Redenção; *Socorro*, no município de Boa Viagem; *Tabatinga*, no município de Maranguape; *Taquara*, no município de Soure; *Timbaúba*, no município de Itapipoca; *Tôrres*, no município de Pacatuba; *Ubatuba*, no município de Granja; *Uberaba*, no município de Tianguá; *Vera Cruz*, no município de Maurití e *Vertentes*, no município de Independência.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 22 cidades e 52 vilas cearenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades cearenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Afonso Pena, Cachoeira, Campo Grande, Cedro, Guaraní, Juazeiro, Lavras, Limoeiro, Palma, Pedra Branca, Redenção, Santa Cruz, Santana, Santa Quitéria, São Benedito, São Francisco, São Gonçalo, São Mateus, São Pedro, Soure, União e Viçosa;* Vilas de *Água Boa*, no município de Quixadá; *Água Fria*, no município de Icó; *Alagoinha*, no município de Baixio; *Algodões*, no município de Quixeramobim; *Almas*, no município de Camocim; *Assunção*, no município de Itapipoca; *Barrinha*, no município de Cascavel; *Barro*, no município de Milagres; *Boa Saúde*, no município de Santanópole; *Bom Princípio*, no município de Independência; *Brejinho*, no município de Araripe; *Brejo Grande*, no município de Santanópole; *Cachoeirinha*, no município de Tauá; *Campos Belos*, no município de Canindé; *Canabrava*, no município de Nova Russas; *Carnaúbal*, no município de São Benedito; *Estreito*, no município de Santana; *Farias*, no município de Baralho; *Fortuna* no município de Várzea Alegre; *Horizonte*, no município de Guaraní; *Iracema*, no município de Pereiro; *Itaipú*, no município de Campos Sales; *Jocú*, no município de Pentencostes; *Jordão*, no município de Sobral; *Junco*, no município de Quixadá; *Lagoa*, no município de Itatipoca; *Lajedo*, no município de Maranguape; *Marrecas* no município de Tauá; *Mirim*, no município de Massapê; *Mucambo*, no município de Ibiapina; *Mulungú*, no município de Pacotí; *Nova Olinda*, no município de Crateús; *Ouro Branco*, no município de Lavras; *Pageú*, no município de Tamboril; *Palmeirinha*, no município de Tianguá; *Pitanga*, no município de Tianguá; *Pocinhos*, no município de Maranguape; *Poço Comprido*, no município de Frade; *Primavera*, no município de Soure; *Remédios*, no município de Massapê; *Retiro*, no município de São Francisco; *Riacho Fundo*, no município de Lavras; *Riacho Verde*, no município de Várzea Alegre; *Saldanha*, no município de Canindé; *São João*, no município de Limoeiro; *Sinimbú*, no município de Santa Cruz; *Sussuarana*, no município de Iguatú; *Taboleiro*, no município de Limoeiro; *Tibau*, no município de Aracatí; *Tigre*, no município de São Gonçalo; *Umburanas*, no município de Maurití.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 388 cidades e vilas cearenses, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	43	179	222
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	14	—	14
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	22	52	74
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	78	78
TOTAL.....	79	309	388

Instituto do Ceará

CENTENÁRIO DO COMENDADOR PEDRO VICENTE AZEVEDO — Na sessão do Instituto do Ceará, realizada no dia 21 de junho, foi apresentado pelo sr. Plácido Castelo uma indicação a respeito da passagem no dia 29 do mesmo mês do centenário de nascimento do comendador Pedro Vicente Azevedo. Frisando méritos e títulos do notável homem do Império, que exerceu, entre outros cargos eminentes, os de presidente das antigas províncias de São Paulo, Pará, Minas Gerais e Pernambuco, o sr. Plácido Castelo pediu a inserção na ata de um voto de congratulações pelo grato advento, a ser comemorado em vários institutos do Barsil aos quais o do Ceará deverá prestar inteiro apôio. Ao Sr. Bruno de Azevedo Filho, neto do homenageado, o Instituto comunicou, a sua resolução. A indicação do Sr. Plácido Castelo, foi aprovada por unanimidade.

Documentos históricos — Já se encontra na biblioteca do Instituto do Ceará, as coleções de documentos e notas inéditas relativas à história cearense, os livros que pertenceram ao barão Studart.

★

ESPÍRITO SANTO

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 130 cidades e vilas espíritosantenses, 57 ou seja quase 44% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 27 distritos ou vilas do Espírito Santo pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Afonso Pena,* no Mun. de Baixo Guandú; *Boa Vista,* no Mun. de João Pessoa; *Bom Jesús,* no Mun. de Afonso Cláudio; *Cachoeira,* no Mun. de Rio Pardo; *Floresta,* no Mun. de Cach. Itapemirim; *Frade,* no Mun. de Itapemirim; *Laje,* no Mun. de Colatina; *Lambarí,* no Mun. de Alegre; *Liberdade,* no Mun. de Alegre; *Mutum,* no Mun. de Colatina; *Palmital,* no Mun. de São José do Calçado; *Pedreiras,* no Mun. de Domingos Martins; *Ribeirão,* no Mun. de Santa Cruz; *Rio Preto,* no Mun. de Siqueira Campos; *Rodeio,* no Mun. de Rio Novo; *Rosário,* no Mun. de Rio Pardo; *Santa Isabel,* no Mun. de Domingos Martins; *Santa Luzia,* no Mun. de Colatina; *Santana,* no Mun. de Rio Pardo; *Santo André,* no Mun. de Castelo; *São Domingos,* no Mun. de Afonso Cláudio; *São Filipe,* no Mun. de Cach. Itapemirim; *São Francisco,* no Mun. de Itaguassú; *São Gabriel,* no Mun. de São João do Muquí; *São Lourenço,* no Mun. de Siqueira Campos; *Sapucaia,* no Mun. de Domingos Martins; *Virginia,* no Mun. de Cach. Itapemirim.

Pelo mesmo motivo a cidade espíritosantense de João Pessoa perderá tal designação, que prevalecerá para a localidade homônima de maior categoria, a Capital da Paraíba.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 11 cidades e 14 vilas espírotosantenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Alfredo Chaves, Anchieta, Castelo Espírito Santo, Rio Novo, Rio Pardo, Santa Cruz, Santa Teresa, São Mateus, Siqueira Campos, Viana,* e as Vilas de:

Barra Alegre, no Mun. de João Pessoa; *Boa Sorte,* no Mun. de Afonso Cláudio; *Brejaúba,* no Mun. de Afonso Cláudio; *Caparaó,* no Mun. de Alegre; *Conceição do Norte,* no Mun. de Muniz Freire; *Figueira,* no Mun. de Itaguassú; *Itaipava,* no Mun. de Muniz Freire; *Itapocú,* no Mun. de Serra; *Jequitibá,* no Mun. de Cach. Sta. Leopoldina; *Rio do Peixe,* no Mun. de Afonso Cláudio; *São João,* no Mun. de Alfredo Chaves; *São Marcos,* no município de Alfredo Chaves; *Taquaral,* no Mun. de Afonso Cláudio; *Três Barras* no Mun. de Fundão.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 130 cidades e vilas espíritosantenses, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Hão há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	16	57	73
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	4	—	4
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	11	14	25
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	1	27	28
TOTAL.....	32	98	130

Biblioteca e Arquivo Público

A REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS — PLANTAS E MAPAS HISTÓRICOS — A guarda, zêlo e conservação das cousas que relembram o passado, informa um comentário inserto na edi-

ção de 14 de julho último, do *Diário Oficial* do Estado, a propósito da reorganização dos serviços da Biblioteca e do Arquivo Público — sempre constituiram, em todos os tempos, motivo de atenções especiais dos povos organizados. Isso, em se tratando, de um modo geral, de tudo quanto fala do passado, de longevas épocas. Particularizando-se, entanto, essa ilustração que nos vem de outros tempos, a representações de fatos que nos falam de perto e ocurrências incomuns, — isto é — situando-se certos feitos ou empreendimentos dos antepassados, legados às gerações sucessivas como marcos imperecíveis — então, essa cousa, ou causa do passado, ou êle mesmo, deixa de ser o objeto de simples cuidado, para exigir desvios ou mais compreensivos, preocupações mais sérias. Passa, dest'arte, a reclamar consagração dos do presente, diligências para sua perpetuïdade, providências para sua propagação e relembrança aos do futuro — servindo de lições, exemplos, definindo épocas ou apontando atitudes.

Porque reconheça assim devêr-se é que o Govêrno do Estado, cumprindo à risca o programa de realizações que se traçou, por via e sugestão de uma de suas pastas de administração, determinou fôssem reorganizados os serviços da Biblioteca e Arquivo Público, onde existem valiosos documentos geohistóricos do Espírito Santo.

Cometida essa tarefa a funcionários especializados, vem agora, de obter a Secretaria do Interior e Justiça, através minucioso relatório, os resultados esperados.

U'a amostra dessa reorganização, dessa louvável providência dos poderes públicos, temô-la, nêste instante sem necessidade de reportamento a outros serviços da Biblioteca e Arquivo, nos trabalhos de catalogação e conservação de plantas e mapas, que formam a mapoteca do Estado, composta de 382 motivos, os quais, em maioria, fazem relembrar Vitória antiga — o Espírito Santo de outros tempos — e revelam como se processaram as suas transformações topográficas e sua urbanização.

Anotamos alguns dêsses mapas, os mais importantes, os que pelo simples enunciado, deixam transparecer o que representam: "Planta geral dos núcleos — Muniz Freire (Acióli Vasconcelos, Antônio Prado e Demétrio Ribeiro) — situados nos vales do rio Dôce e Piraquê Assú" — "Planta do primeiro território dos concedidos ao Major Caetano Dias da Silva para a Imperial Associação Colonial Rio Novo. Província do Espírito Santo. Levantada pelo Major E. A. Lassance Cunha — 1856". "Mapas dos Ex-núcleos Castélo e Rio Novo organizado pela Comissão de Terras da Ex-colônia de Castélo — 1888". "Planta do núcleo colonial de Santa Cruz, com as medições e retificações efetuadas pela Inspetoria das Terras e Colonizações em 1886". "Planta da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim". "Planta geral do núcleo Timbuí da ex-colônia Santa Leopoldina — 1888". "Planta da cidade de Vitória". "Mapa Geral da província do Espírito Santo". "Planta do arrabalde de Santo Antônio". "Esbôço do Território do Estado como de Minas Gerais". "Planta da Colônia de Castelo indicando diversos municípios". "Planta do Hospital da Santa Casa de Misericordia". "Mapa do Estado de Minas Gerais". "Carta geral da iluminação da costa da República dos EE. UU. do Brasil". "Diagrama do levantamento do Rio Dôce — 1890". "Planta da Baía do Espírito Santo". "Planta de São Paulo". "Mapa parcial do Estado do Piauí". "Planta do Estado de Sergipe e da parte nordeste do E. da Baía". "Planta do Estado da Paraíba". "Província do E. Santo". "Planta da projetada estrada de Castelo a S. Izabel — setembro de 1886". "Três mapas do sul do Império do Brasil". "Plano hidrográfico da barra e porto da Vitória — 1888". "Diagrama da planta topográfica do rio São Matêus". "Serviços de exploração e medições de lotes coloniais no rio Santa Maria do Rio Dôce". Taquarussú e seus afluentes: Santa Cruz, Itapira, e seus afluentes, Colônia de Santa Leopoldina. Província do Espírito Santo". "Carta da província do Espírito Santo. organizada segundo os trabalhos de Freycinet, Epix e Martius e Silva Pontes — 1854". "Planta de melhoramentos da capital". "Estrada de Ferro Norte do Espirto Santo, estudos definitivos da Vitória a Serra". "Traçado da Ferrovia Vitória a Rio Pardo" — 1885. "Projeto para a construção de 14 casas na Vila Moscoso — 1910". "Planta cadastral da Cidade do Espírito Santo, levantada e projetada pelo Eng.º Antônio Francisco Ataíde — 1894". "Mapa de 50 prazos medidos e demarcados na confluência do Rio Guandú com o Rio Doce, para a fundação da colônia de Santa Terêsa".

Como se vê, farto material de indagação e estudo possue a Biblioteca e Arquivo Público. Os acima mencionados testemunham bastante a dedicação do homem capichaba de ontem, já na luta ingente de dar sua contribuïção a evolução do Espírito Santo de hoje.

A remodelação portanto dos serviços da Biblioteca, — conclue o comentarista, — como ficou acentuado, por certo, será, de molde, a tornar mais eficiente e mais facilitada a tarefa dos que alí acorrerem para consultas".

Departamento das Municipalidades

A REORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO — O *Diário Oficial* do Espírito Santo publica, em sua edição de 14 de julho, o parecer apresentado pelo sr. Eliseu Lofêgo ao Conselho Administrativo do Estado sôbre o projeto de decreto-lei da Interventoria federal dispondo sôbre a reorganização do Departamento das Municipalidades. O referido parecer, com as emendas que apresenta, foi aprovado pelo Conselho Administrativo em sua sessão de 13 do referido mês, tendo sido assinado no dia 23 pelo sr. Interventor federal o respectivo decreto-lei, que tomou o n.º 14 778, publicado no *Diário Oficial* de 24 do mesmo mês.

Instituto Histórico e Geográfico

MAPAS E PLANTAS ANTIGOS DA CIDADE DE VITÓRIA — Reüniu-se no dia 1.º de julho o Instituto Histórico do Espírito Santo, tendo sido aprovadas as seguintes propostas: do dr. Mário Freire, que leu uma carta do Major João Bley, oferecendo ao Instituto precioso documento histórico encontrado nos arquivos da Cia. Vale do Rio Doce em que comerciantes de Vitória pediam ao Imperador Pedro II a construção de uma estrada de ferro que cortasse aquele Vale e faz considerações sôbre a importância dessa região desde os velhos tempos da Monarquia. Propõe a seguir que o Instituto remeta à Biblioteca Pública do Estado os exemplares em duplicata que possuir de suas obras, devendo aquela Repartição fazer o mesmo. Do sr. Nélson Almeida propondo que o documento oferecido seja publicado na *Revista* do Instituto. Do sr. João Manuel propondo para sócio efetivo do Instituto o sr. Augusto de Aguiar Sales. Do Sr. Almir Gonçalves propondo que o Instituto se congratule com o Prefeito Fernando de Abreu pela passagem do dia de Cachoeiro e que seja registrada em ata a passagem de mais um aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto e que se faça uma visita ao ex-presidente da Casa e seu atual orador oficial, des. Celso Calmon que se encontra enfermo. Do Sr. Américo Coelho que após fala sôbre a data baiana de 2 de julho e propõe que o Instituto telegrafe ao seu colega dalí exprimido as suas congratulações. Do sr. Almir Gonçalves, propondo que o Instituto apresente no dia 4 de julho, felicitações ao Sr. Consul dos Estados Unidos pela pas-

sagem da data da Independência dêsse país. Dr. sr. Jair Dessaune que falou sôbre o próximo centenário do sêlo postal, sugerindo que a Diretoria organize o programa de comemorações. Do sr. Nelson Almeida lembrando a possibilidade de se fazer na ocasião, uma pequena exposição filatélica na capital. Do sr. Mário Freire propondo que as comemorações do centenário do sêlo postal se façam no edifício da Biblioteca Pública, franqueada ao público, na ocasião, depois das reformas porque passou; que sejam também publicados os mapas e plantas antigas da Cidade que foram oferecidas pelo Major Bley e que a Casa se congratule com a Prefeitura Municipal da Capital pelo êxito da exposição do livro Capichaba e com a Associação de Imprensa pela exposição de Jornais do Estado.

CONGRATULAÇÕES AO GOVÊRNO PELO INÍCIO DAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO — Realizou-se no dia 22 de julho último, uma reünião de Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, sob a presidência do sr. Artur Lourenço de Araújo Primo, e secretariada pelo sr. Jair Etienne Dessaune, tendo comparecido diversos associados. Depois de deliberar sôbre diversos assuntos de ordem interna, o Instituto aprovou por unanimidade a aceitação para sócio assistente, o Sr. Mário Serrano, e sócio efetivo o sr. Augusto de Aguiar Sales. Aprovou também um voto de congratulações ao sr. Interventor pelo início e continuação das obras de restauração do patrimônio histórico do Estado; um telegrama de agradecimentos e aplausos ao sr. Rodrigo de Melo Franco, diretor do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, pela realização dos mesmos serviços; e felicitar o chefe da Guarnição Militar, pela passagem do Dia do Soldado.

★

GOIAZ

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 141 cidades e vilas goianas, 71 ou sejam quase 51% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 26 distritos ou vilas goianas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Alegrete, no município de Palmeiras, *Aracatí,* no mun. de Anápolis, *Aurora,* no mun. de Taguatinga, *Bom Jardim* no mun. de Rio Bonito, *Cachoeira,* no mun. de Paraúna, *Cafelândia,* no mun. de Cavalcante, *Campo Alegre* no mun. de Ipamerí, *Carmo,* no mun. Pôrto Nacional *Cruzeiro do Sul,* no mun. de Itaberaí, *Diamantina,* no mun. de Boa Vista, *Divinópolis,,* no mun. de Santa Rita do Paranaíba, *Entre Rios,* no município de Natividade, *Flôres,* no município de Sítio da Abadia, *Floresta,* no mun. de Pilar, *Guaraní,* no mun. de São Domingos, *Itajubá,* no mun. de Goiaz, *Leopoldina,* no mun. de Goiaz; *Miracema,* no mun. de Santa Maria do Araguaia, *Ouro Fino,* no mun. de Goiaz, *Petrolina,* no mun. de Jaraguá, *Riachão,* no mun. de Posse, *Ribeirão,* no mun. de Goiânia, *Santa Catarina* no mun. de Sítio da Abadia, *Santa Cruz,* no mun. de Pires do Rio, *São Félix,* no mun. de Pôrto Nacional, *Serrania,* no mun. de Pouso Alto.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 18 cidades e 18 vilas goianas cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades goianas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Anápolis, Bela Vista, Boa Vista, Bonfim, Campo Formoso, Corumbá, Formosa, Jaraguá, Mineiros, Natividade, Palma, Palmeiras, Pilar, Pouso Alto, Rio Bonito, Santa Luzia, Santana e São Vicente;* Vilas de: *Água Limpa,* no mun. de Palmeiras; *Almas,* no mun. de Natividade; *Boa Sorte,* no mun. de Pedro Afonso; *Brejinho,* no mun. de Pôrto Nacional *Campos Belos,* no mun. de Arraias; *Chapéu,* no mun. de Arraias; *Conceição do Norte,* no mun. de Dianópolis; *Descoberto,* no mun. de Santana; *Iracema,* no mun. de Posse; *Pimenta,* no mun. de Jataí; *Marzagão,* no mun. Caldas Novas; *Nova Veneza,* no mun. de Anápolis; *Ponte Alta,* no mun. de Pôrto Nacional; *Primavera,* no mun. de Pedro Afonso; *Santanópolis,* no mun. de Pedro Afonso; *São Geraldo,* no mun. de Goiânia; *Traíras,* no mun. de São José do Tocantins; *Trindade,* no mun. de Goiânia.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 53 cidades e 88 vilas, no que toca à revisão da nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	26	44	70
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	9	—	9
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	18	18	36
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	26	26
TOTAL.....	**53**	**88**	**141**

O tema em foco permite e pede mesmo a cooperação de todos estudiosos, notadamente historiadores e geógrafos, cujas contribuïções serão recebidas com interêsse pela Comissão Revisora local, sobretudo com referência aos nomes anteriores das cidades e das vilas cujos topônimos são susceptíveis de mudança.

★

MARANHÃO

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo Decreto-lei n.º 311, revelaram que das 78 cidades e vilas maranhenses, 31 ou seja quase 40% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 2 distritos ou vilas maranhenses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Presidente Vargas,* no município de Turiassú e *São Benedito,* no mun. de Vargem Grande.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 15 cidades e 1 vila maranhenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades maranhenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Arari, Caxias, Flores, Macapá, Monte Alegre, Picos, Riachão, Rosário, Santa Quitéria, S. Bento, São Francisco, S. Luiz Gonzaga, S. Pedro, Vargem Grande, Viana,* vila de *Matinha,* no município de Viana.

Em resumo pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 78 cidades e vilas maranhenses, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	37	10	47
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	13	—	13
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	15	1	16
4.º caso — Há localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	2	2
TOTAL.....	65	13	78

Interventoria

CONGRESSO DE PREFEITOS — No intuito de reajustar a aparelhamento fiscal em virtude da próxima extinção dos impostos inter-municipais e de intensificar as campanhas de produção e de aquisição de bonus de guerra, o govêrno do Maranhão vai promover em São Luiz um congresso dos prefeitos municipais no corrente mês de agôsto. Nessa ocasião, os representantes municipais e estaduais estudarão em conjunto as necessidades dos municípios maranhenses, decorrentes da atual situação do país.

Diretório Regional de Geografia

A SUA INSTALAÇÃO NA SECRETARIA GERAL DO ESTADO — Instalou-se, no dia 12 de julho último, numa das salas da Secretaria Geral do Estado, o Diretório Regional de Geografia que em obediência aos ditames da Legislação Federal, sofreu uma reorganização.

Ás dez horas, presentes o Presidente do Diretório, Sr. Albuquerque Alencar, Secretário Geral do Estado; José Abranches Moura, geógrafo do Estado; Eduardo de Pinho Castro, Diretor do Departamento das Municipalidades; Antônio Alexandre Baima, engenheiro do Estado; Almir de Aguiar Marques, engenheiro da Prefeitura e José do Nascimento Morais, lente de Geografia do Colégio Estadual, faltando apenas o engenheiro Emiliano Macieira, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, por se encontrar ausente, o Presidente do Diretório, depois de ligeira alocução, declarou instalado o novo órgão subordinado ao Conselho Nacional de Geografia, afirmando que o Govêrno maranhense julga relevantes as tarefas que incumbem ao Diretório Regional, que necessita da coordenação dos esforços de todos os seus membros em benefício da sua útil finalidade e maior êxito dos seus trabalhos.

Ficou resolvido que a sede do Diretório será provisòriamente, na Secretaria Geral do Estado.

★

MATO GROSSO

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 94 cidades e vilas mato-grossenses, 34 ou seja quase 37% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 14 distritos ou vilas matogrossenses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Alegrete,* no mun. de Cuiabá; *Araras,* no mun. de Rosário Oeste; *Baliza,* no mun. de Lajeado; *Bonito,* no mun. de Miranda; *Brotas,* no mun. de Cuiabá; *Capela,* no mun. de Paranaíba; *Palmeiras,* no mun. de Aquidauana; *Rio Pardo,* no mun. de Campo Grande; *Rio Verde* no mun. de Herculânea; *Santa Luzia* no mun. de Dourados; *Santa Rosa,* no mun. de Corumbá; *São José,* no mun. de Mato Grosso; *São Pedro* no mun. de Paranaíba; *São Vicente,* no mun. de Alto Araguaia.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 7 cidades e 8 vilas mato-grossenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades mato-grossenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Bela Vista, Campo Grande, Corumbá, Entre Rios, Lajeado, Livramento e Santo Antônio;* Vilas de: *Albuquerque* no município de Corumbá; *Camapuã,* no mun. de Herculânea; *Chapada,* no mun. de Cuiabá. *Melgaço,* no mun. de Santo Antônio; *Rio Alegre,* no mun. de Poconé; *Rochedo* no mun. de Campo Grande; *Tabajara,* no mun. de Alto Madeira; *Vista Alegre* no mun. de Maracajú.

Em resumo, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 94 cidades e vilas matogrossenses no que toca à situação de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	16	44	60
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	5	—	5
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: Só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	7	8	15
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	14	14
TOTAL.....	28	66	94

MINAS GERAIS

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 944 cidades e vilas mineiras, 253 ou seja quase 27% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 95 distritos ou vilas mineiras pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Aliança, no mun. de Itabira; *Amarante*, no mun. de Ouro Preto; *Andradina*, no mun. de Francisco Sales; *Barreiras*, no mun. de Itamarandiba; *Barreiros*, no mun. de Bocaiuva; *Bela Vista*, no mun. de Montes Claros; *Belmonte*, no mun. de Santos Dumont; *Bocaina*, no mun. de Liberdade; *Bom Jesús*, no mun. de Resplendor; *Bom Retiro*, no mun. de Cambuí; *Brumado* no mun. de Santa Bárbara; *Burití*, no mun. de Sete Lagoas; *Caiçara*, no mun. de Minas Novas; *Campinas*, no mun. de Diamantina; *Campo Alegre*, no mun. de Bonfim; *Candelária*, no mun. de Brazópolis; *Canoas*, no mun. de Tiros; *Capivarí*, no mun. de Paraisópolis; *Casa Branca*, no mun. de Ouro Preto; *Conceição da Barra*, no mun. de S. João del Rei; *Cristina*, no mun. de Santa Maria do Suassuí; *Cuiabá*, no mun. de Sabará; *Dourado*, no mun. de Silvianópolis; *Dourados*, no mun. de Conceição das Alagoas; *Encuzilhada* no mun. de Baependí; *Esplanada*, no mun. de Frutal; *Estrêla*, no mun. de Volta Grande; *Floresta*, no mun. de Conselheiro Pena;

Grama, no mun. de Andradas; *Gravatá*, no mun. de Arassuaí; *Guimarães*, no mun. de Patos; *Humaitá*, no mun. de Mutum; *Igreja Nova*, no mun. de Itambacurí; *Inhumas*, no mun. de Manga, *Ipiranga*, no mun. de Curvelo; *Iraí*, no mun. de Monte Carmelo; *Itambé*, no mun. de Conceição; *Itaporanga*, no mun. de Abre Campo; *Jaguaruna*, no mun. de Pequí; *Jardim*, no mun. de Prata; *Jardinópolis*, no mun. de Teófilo Otoni; *Joanópolis*, no mun. de S. Romão; *Lajeado*, no mun. de Frutal; *Lajes*, no mun. de Paracatú; *Lapa*, no mun. de Santa Luzia; *Livramento*, no mun. de Barbacena; *Lorena*, no mun. de Itamarandiba; *Martinópolis*, no mun. de Uberlândia; *Morada Nova*, no mun. de Abaeté; *Morrinhos*, no mun. de Montes Claros; *Morro do Chapéu*, no mun. de Conselheiro Lafaiete; *Nazaré*, no mun. de S. João del Rei; *N. S. da Glória*, no mun. de Corinto; *Novo Horizonte*, no mun. de Inhapim; *Palestina*, no mun. de Vigia; *Paramirim* no mun. de Paraguassú; *Paraúna*, no mun. de Curvelo; *Pinheiros*, no mun. de Piranga; *Pontal*, no mun. de Arassuaí; *Pôrto Seguro*, no mun. de Piranga; *Rio das Pedras*, no mun. de Itabirito; *Rio Negro*, no mun. de Águas Belas; *Rosário*, no mun. de Bias Fortes; *Salto Grande*, no mun. de Vigia; *Santa Helena*, no mun. de Matipó; *Santa Isabel*, no mun. de Leopoldina; *Santa Maria*, no mun. de Uberlândia; *Santa Rosa*, no mun. de Campina Verde; *Santo Amaro*, no mun. de Conselheiro Lafaiete; *Santo André*, no mun. de Grão Mogol; *S. Antônio*, no mun. de Abre Campo; *Santo Estêvão*, no mun. de Inhapim; *São Bento*, no mun. de Carmo da Cachoeira; *São Caetano*, no mun. de Mariana; *São Domingos*, no mun. de Alto Rio Doce; *São Felix*, no mun. de Governador Valadares; *São Fidelis*, no mun. de Itambacurí; *São Francisco de Paula*, no mun. de Juiz de Fora; *São Joaquim*, no mun. de Recreio; *São Luiz*, no mun. de Volta Grande; *São Miguel*, no mun. de S. João del Rei; *São Pedro*, no mun. de Itambacurí; *São Simão*, no mun. de Manhuassú; *São Tomé*, no mun. de Conselheiro Pena; *Sapé*, no mun. de Ubá; *Sarandi*, no mun. de Juiz de Fora; *Saúde*, no mun. de S. Antônio de Monte; *Serra Azul*, no mun. de Mateus Leme; *Silveiras*, no mun. de Pomba; *Sumidouro*, no mun. de Pedro Leopoldo; *Tôrres*, no mun. de Barbacena; *União*, no mun. de Caeté; *Vargem Grande*, no mun. de Juiz de Fora; *Vera Cruz*, no mun. de Pedro Leopoldo; *Viamão*, no mun. de Dom Joaquim.

Pelo mesmo motivo as cidades mineiras de Fortaleza e Rio Branco, perderão tais designações, que prevalecerão para as localidades homônimas de maior categoria, respectivamente, Capitais do Estado do Ceará e do Território do Acre.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 45 cidades e 70 vilas mineiras cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades mineiras que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes:

Cidades de *Abaeté, Águas Belas, Araí, Boa Esperança, Bocaiuva, Bom Jardim, Bom Sucesso, Bonfim, Brasília, Cachoeira, Campo Formoso, Conceição, Conquista, Cristina, Erval, Glória, Guaraní, Itapecerica, Laranjal, Lavras, Leopoldina, Monte Alegre, Monte Azul, Monte Santo, Palma, Paraguassú, Patos, Patrocínio, Pedra Branca, Pouso Alto, Prata, Rio Novo, Rio Pardo, Rio Preto, Salinas, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Quitéria, S. Francisco, S. Lourenço, S. Manuel, Serra Negra, Soledade, Viçosa e Vigia;* Vilas de *Água Boa*, no mun. de Capelinha; *Água Limpa*, no mun. de Rio Novo; *Água Quente*, no mun. de Rio Pardo; *Almas*, no mun. de Curvelo; *Araçá*, no mun. de Paraopeba; *Arrozal*, no mun. de Divino; *Barracão*, no mun. de Jequitinhonha; *Boqueirão*, no mun. de Rio Preto; *Brejaúba*, no mun. de Conceição; *Buritis*, no mun. de São Romão; *Cachoeirinha*, no mun. de Tarumirim; *Camapuã*, no mun. de João Ribeiro; *Campo do Meio*, no mun. de Campos Gerais; *Campo Redondo*, no mun. de Brasília; *Canaã*, no mun. de Viçosa; *Canabrava*, no mun. João Pinheiro; *Caparaó*, no mun. de Espera Feliz; *Casa Grande*, no mun. de Lagoa Dourada; *Chapada*, no mun. de Minas Novas; *Coqueiros*, no mun. de Rio Pardo; *Cristais*, no mun. de Campo Belo; *Descoberto*, no mun. de São João Nepomuceno; *Farias*, no mun. de Guanhães; *Fernão Dias*, no mun. de Brasília; *Ferreiros*, no mun. de Ferros; *Fortuna*, no mun. de Sete Lagoas; *Indiana*, no mun. de Carlos Chagas; *Ingaí*, no mun. de Lavras; *Itamaratí*, no mun. de Cataguazes; *Jequitibá*, no mun. de Sete Lagoas; *Lagoa*, no mun. de Cordisburgo; *Lagoinha*, no mun. de João Ribeiro; *Marilândia*, no mun. de Itapecerica; *Marzagão*, no mun. de Sabará; *Moema*, no mun. de Bom Despacho; *Monte Verde*, no mun. de Marde Espanha; *Morro Alto*, no mun. de Palma; *Morro Grande*, no mun. de Santa Bárbara; *Neves*, no mun. de Betim; *Olhos d'Água*, no mun. de Bocaluva; *Ouro Branco*, no mun. de Ouro Preto; *Passagem*, no mun. de Ipanema; *Pedra Grande*, no mun. de Vigia; *Penha*, no mun. de Caeté; *Pimenta*, no mun. de Pitil; *Ponte Alta*, no mun. de Campanha; *Pôrto das Flores*, no mun. de Juiz de Fora; *Pôrto Real*, no mun. de Arcos; *Providência*, no mun. de Leopoldina; *Remédios*, no mun. de Barbacena; *Retiro*, no mun. de S. Gonçalo Sapucaí; *Riacho Fundo*, no mun. de Jaboticatubas; *Ribeirão Vermelho*, no mun. de Lavras; *Rio do Peixe*, no mun. de Passa Tempo; *Rochedo*, no mun. de São João Nepomuceno; *Santa Clara*, no mun. de Bocaiúva; *São Francisco*

Xavier, no mun. de Prados; *São Geraldo*, no mun. de Rio Branco; *São João Batista*, no mun. de Oliveira; *São Pedro de Alcântara*, no mun. de Matias Barbosa; *Silva Jardim*, no mun. de Curvelo; *Taboleiro*, no mun. de Pomba; *Traíras*, no mun. de Cordisburgo; *Travessão*, no mun. de Guanhães; *Trindade*, no mun. de Malacacheta; *Tuiuti*, no mun. de Monte Belo; *Umburanas*, no mun. de Águas Belas; *Vargem Alegre*, no mun. de São Domingos do Prata; *Veadinho*, no mun. de Inhapim; *Vista Alegre*, no mun. de Cataguazes.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 944 cidades cidades e vilas mineiras, no que toca à situação de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	200	491	691
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	41	—	41
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	45	70	115
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	2	95	97
TOTAL.....	288	656	944

Departamento Geográfico

HOMENAGEM AO SR. BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS — No dia 30 de julho último, ao ensejo da passagem do aniversário natalício do sr. Benedito Quintino dos Santos, os funcionários do Departamento Geográfico prestaram-lhe expressiva homenagem que realizou-se no gabinete do Departamento Geográfico, presentes, além dos representantes do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Diretor do Departamento de Estatística, dos chefes, assistentes e funcinários da mesma repartição, da Secretaria da Viação e do Departamento Geográfico e inúmeros amigos do homenageado.

O Sr. Valdemar Lobato, em discurso, destocou as qualidades do chefe e do amigo, pondo em relêvo os inestimáveis serviços prestados pelo sr. Benedito Quintino à causa pública, referindo-se ao muito que s.s. já tem realizado para mais amplo estudo e conhecimento geográfico do Estado, através de sua atuação eficiente junto ao Departamento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e às Comissões Mistas de Limites.

O Sr. Benedito Quintino, ao agradecer a homenagem que lhe era tributada, teve palavras de incentivo para com os seus auxiliares. Referiu-se o orador ao exemplo de trabalho do Governador Benedito Valadares, do qual tem recebido inteiro apôio às suas iniciativas, louvando o espírito de s. excia., que tão bem tem sabido compreender o papel que cabe à Geografia e Estatística, na administração da coisa pública.

Diretório Regional de Geografia

A IMPLANTAÇÃO DA OESTE DE MINAS — A CARREIRA DE GEÓGRAFO NOS ESTADOS UNIDOS — OS TRABALHOS DA DIVISÃO TERRITORIAL — CONCURSO DE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS — DÉCIMO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — No dia 2 de junho último, presentes o professor Fernando Antônio Raja Gabáglia, srs. Cristóvão Leite de Castro, Murilo Miranda Basto, Jorge Zarur realizou-se a 47.ª sessão do Diretório Regional sob a presidência do sr. Dermeval Pimenta e secretariada pelo sr. Benedito Quintino dos Santos.

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao sr. Orlando Vaz para saüdar o professor Raja Gabaglia e sua comitiva.

O sr. Orlando Vaz proferiu brilhante discurso, começando por declarar que o Diretório se sentia á vontade para expressar os sentimentos de gratíssima e velha estima pelos compatriótas mais sábios e mais ilustres.

Dirigindo-se ao professor Raja Gabaglia, tem palavras de afeto e põe em destaque a atuação decidida do homenageado em prol do certame geográfico, dizendo que o calor dos abraços foi a melhor prova de simpatia para com o chefe da delegação.

Refere-se aos membros da comitiva, todos de renome nos meios geográficos do país.

O sr. Cristóvão Leite de Castro, inteligência privilegiada que tem trazido a Minas o prestígio de sua capacidade técnica e de seu apoio pessoal. Falando dos dois outros componentes, tem expressões acêrca do justo renome de que gozam nos meios culturais. Termina o orador exprimindo calorosas homenagens do Diretório Regional à brilhante Comissão.

O professor Raja Gabaglia usou, em seguida, da palavra, declarando que não desejava falar nêste momento, pois tinha o propósito de deixar a cargo do sr. Cristóvão Leite de Castro a manifestação dos intuitos e "desiderata" da Comissão que visitava Minas Gerais. Mas, continua, foram tão ungidas de simpatia as palavras do sr. Orlando Vaz que trairia sua conciência se ficasse calado. Na sua encantadora oração sentia o coração generoso da terra mineira que conhece e admira. Discorre sôbre a capacidade de trabalho do ilustre Secretário da Viação, dr. Dermeval Pimenta, cuja escolha foi muito acertada.

Falou, logo após, o sr. Cristóvão Leite de Castro, em nome da delegação. Começa declarando que encontrou nesta sessão o seu próprio ambiente, ambiente de cordialidade que muito o animava na tarefa que estava desempenhando.

Em nome da delegação que veio a Minas Gerais respondia à saüdação tão viva e grata do sr. Orlando Vaz. Referendava as palavras do professor Raja Gabáglia, desejando prestar uma homenagem ao sr. Dermeval Pimenta. Realmente o Conselho de Geografia olha para êste seu órgão regional de uma maneira muito viva e especial, eis que daquí emanam as expressões mais marcantes de trabalho. Refere-se, o orador, ao passado do sr. Dermeval Pimenta que, como técnico experimentado, por longo tempo, na direção da Rêde Mineira de Viação, realizou serviço que o faz credor de tôda a estima de seus compatriotas.

Alude, ainda, o Sr. Cristóvão de Castro, a um motivo de ordem sentimental, o de que, tendo um dos seus ancestrais na história da implantação da Oeste de Minas, eis que foi com o comendador Rocha que seu pai trabalhou naqueles primórdios da importante ferrovia e daí o ponto de união nesse acontecimento, dado que o obra de seus avós veio encontrar seu prosseguidor na pessoa do ilustre engenheiro. Passa a agradecer a acolhida bem mineira dispensada à comitiva. Lembra, ainda que a participação do Estado no Concurso de Monografias de 1942, foi brilhante, apelando, de viva voz, para que Minas Gerais dê o seu apôio à parada cultural de Belém do Pará.

Informa, o orador, que o professor Jorge Zarur dará, oportunamente, o seu depoïmento sôbre o que viu nos Estados Unidos da América da Norte, onde se está dando um sentido mais lógico à Geografia. Nos grandes Bancos, nas grandes instituïções da nação amiga não se dispensa um departamento geográfico que oriente tôdas as iniciativas. E' notável nos Estados Unidos a mobilização dos geógrafos. A Geografia há de orientar, como verdadeira bússola os destinos do país. Continua o sr. Cristóvão Leite de Castro declarando que o Conselho de Geografia quer articular os movimentos dos Congressos e Concursos de monografia. O fim dêste último é recolher do Município os dados que estão lá engavetados por falta de oportunidade. De Minas Gerais, termina o orador, esperamos um número muito superior e boa qualidade de trabalhos, de Minas Gerais, uma delegação, de Minas Gerais solidariedade, de Minas Gerais, uma ressonância e mais uma vitória ao certame cultural de Belém. Foi feita, logo a seguir, a leitura da ata. Posta em discussão, o Sr. Cristóvão Leite de Castro pede a palavra e se refere aos trabalhos da divisão territorial das unidades federadas para o segundo quinquênio a iniciar-se em janeiro de 1944, de acôrdo com as instruções baixadas pelo Conselho de Geogafia.

Ora, de todos os Estados, prossegue o orador, o único que ainda não inaugurou êsse serviço é o de Minas Gerais, mas isso não traz nenhuma surpresa ou receio. Propõe, então, que com a interferência do sr. presidente levasse, a Comissão, como um troféu, o ato da instalação que seria verificada ainda com a sua presença. Depositava, dêsse modo, nas mãos do Sr. presidente do Diretório, aquele apêlo.

O sr. presidente declara que terá muito prazer em servir à ilustre Comissão, fazendo o que estiver ao seu alcance no sentido de obter do sr. Governador o ato de designação da Comissão.

Informa que o sr. Governador acaba de regressar de sua viagem e logo que lhe seja possível, lembrará o assunto ao Chefe do Govêrno, tendo grande contentamento se puder oferecer esse troféu à delegação.

O sr. Quintino dos Santos declara que deseja fazer algumas comunicações. Discorre sôbre o entusiasmo sempre crescente do sr. Governador pelo engrandecimento de Minas e do Brasil.

O dr. Benedito Valadares trouxe, continua o sr. Quintino dos Santos, uma animação excepcional ao Departamento Geográfico, dando-lhe autonomia e visitando-o.

O orador prossegue informando à Casa sôbre as demarches a propósito do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia e sôbre o Concurso de Monografias dêste ano, certames que vão encontrando ressonância nos meios culturais de todo o Estado.

O sr. presidente volta a declarar a ata em discussão, sendo aprovada sem alteração.

O sr. Orlando Vaz propõe que o Diretório baixe um ato prestigiado a Sociedade Mineira de Geo-Estatísticos e de congratulações com o sr. Governador pela sua fundação. Ficou aprovada a proposta e encarregada a Secretaria de redigir uma resolução que receberá o número 20, aplaudindo a iniciativa e promovendo um movimento de integração.

O sr. Hildebrando Clark, em nome da Junta, do Departamento de Estatística e em seu próprio, apresenta as boas vindas à ilustre embaixada desejando-lhe profícua permanência em Belo Horizonte.

O sr. Eduardo Schimidt Monteiro de Castro propõe um voto de pronto restabelecimento de um colega que está ausente por encontrar-se enfêrmo. Trata-se do sr. Valdemar Lobato que acaba de submeter-se a uma ligeira intervenção cirúrgica. Essa moção foi aprovada.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. presidente declara que não poderia deixar de expressar o seu agrdecimento, em primeiro lugar, em nome do Estado, ao professor Raja Gabáglia, pelas suas expressões bondosas, ressaltando o caráter do mineiro.

E' que o Estado de Minas, central como é, longe do litoral, no alto de suas penhas, poderia parecer isolado, mas tal não se dá, como se tem visto em múltiplas ocasiões, em ocasiões em que o Brasil precisou do estoicismo e sacrifício de seus filhos e agora, pelas condições de seus férteis vales. O mineiro, contiua o sr. presidente, tem facilidade de descer, em apôio e ao encontro do Brasil. Ao sr. Cristóvão Leite de Castro, declara que suas palavras muito o sensibilizaram. Efetivamente, a realização da Oeste de Minas é uma coisa muito ousada de nossos ancestrais e que muito honra a nossa engenharia.

Essa ferorvia está, no momento, prestando instimáveis serviços, transportando tudo para a Companhia do Vale do Rio Dôce e outros pontos vitais do país. Congratula-se, então, com o ilustre Secretário Geral do Conselho pela realização daquele velho sonho. E a ambos agradece a gentileza de afirmarem que a sua vinda para êste setor é uma afirmativa de entusiasmo. Todos os oradores forám vivamente aplaudidos.

Agradece, o sr. presidente, o comparecimento de todos e encerra a sessão .

Instituto Histórico e Geográfico

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 36.º ANIVERSÁRIO — O CENTENÁRIO DO CONSELHEIRO MAC-DOWELL. — A SECÇÃO MINÉIRA DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO — SÉDE PARA AS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DE BELO-HORIZONTE — Comemorando a passagem do 36.º aniversário da sua fundação, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, realizou no dia 16 de junho, concorrida sessão solene, que contou com a presença de numerosos associados e representantes das sociedades culturais do Estado.

Tomaram parte na mesa que dirigiu os trabalhos: o Sr. Mário Casassanta, reitor da Universidade e presidente da Academia Mineira de Letras e os srs. Benedito Quintino dos Santos, presidente, Salomão de Vasconcelos e Arnaldo Cathoud, secretários do Instituto.

Inicialmente, foi dada a palavra ao Sr. Roberto Vasconcelos, orador oficial do Instituto, que pronunciou brilhante oração sôbre o Instituto.

A seguir discorreu sôbre a misão do historiador, que disse, "não deve ser um mero narrador dos fatos, mas um julgador sereno dos homens e das cousas, um juiz que saiba medir e interpretar os acontecimentos com retidão de espírito condenando os máus elevando os bons e dignificando os que o mereçam. Cada historiador tem dentro de si a contingência humana, pode errar, ter seus enganos e seus desvios mas todos reünidos e trabalhando na seqüência do tempo nêste meio tranquilo, nessa enseada calma que é o Instituto Histórico, revendo os seus registros, as suas alas, as suas memórias, vão formando a verdadeira história que servirá de guia seguro para os pesquisadores de amanhã. E' essa, diz a missão elevada do Instituto Histórico, que já foi tão descrita e difinida pelo grande espírito de Augusto de Lima, um dos seus fundadores, e pelo seu primeiro orador, cuja lembrança ainda está e continuará vivida nos nossos corações — Diogo de Vasconcelos".

A seguir o Sr. Benedito Quintino dos Santos, depois de se referir elogiosamente à oração acabada de ouvir e de agradecer as referências a sua pessoa, relembrou que em uma das sessões passadas o Sr. Edelweiss Teixeira lembrou a necessidade do Instituto tomar parte nas comemorações pela passagem do centenário do conselheiro Mac-Dowell, ocorrida a 16 de maio passado e que o Instituto Histórico Brasileiro fixou o dia 6 de julho para essas homenagens, de modo que o Instituto poderá tomar parte também nessas solenidades, tendo a diretoria convidado para isso o seu consócio correspondente no Rio de Janeiro, Sr. Noraldino Lima que aceitou a incumbência.

Propôs, depois, que o Instituto comemorasse também o centenário de nascimento do Dr. Policarpo Rodrigues Vioti, ilustre mineiro, que foi deputado à Constituinte e um grande cientista; e que por sugestão do Sr. Noronha Guaraní se convidasse para falar nessas homenagens ao professor José Alberto Pelúcio, que é de Baependi e pssúe dados biográficos especiais do dr. Vioti.

Outro centenário a comemorar é o do Sr. Pedro Vicente de Azevedo, que foi presidente da Província de Minas.

Outra homenagem que propôs foi a da entrega na sessão, do diploma de sócio correspondente ao coronel Artur Campos que se achava presente, o que fez, em seguida sob aplausos.

Informa ainda o presidente que o Instituto por uma comissão, visitou o consócio Dr. Rodolfo Jacó e aproveitou o ensejo para entregar ao acatado historiador o seu diploma de "sócio honorário".

Em seguida, o Dr. Francisco Diogo de Vasconcelos, pediu a palavra para agradecer as homenagens prestadas pelo Instituto à memória do seu pai, Dr. Diogo de Vasconcelos.

Falou, depois o Sr. Artur Campos, que agradeceu o gesto do Instituto, entregando-lhe naquela sessão, o título de sócio do mesmo Instituto.

No curso de sua oração aludiu a uma velha e belíssima imagem de Nossa Senhora da Conceição que por mais de um século figurou na antiga capela do Palácio do Govêrno, em Ouro Preto e que, com a mudança da Capital, foi dalí transplantada para Belo Horizonte, estando hoje guardada na igreja de Santa Teresa, propondo que o Instituto Histórico solicitasse e exmo. e revmo. sr. arcebispo D. Cabral doá-la ao Instituto, proposta que foi recebida com aplausos.

A seguir o Sr. Silvio Alvim, requereu que se inserisse na ata um voto de pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Ubá, do educador mineiro Dr. José Januário Carneiro.

O Sr. Copérnico Pinto Coelho ofereceu uma indicação à casa assinada pela mesa e por várjos consócios, para que o Instituto conferisse o diploma de "sócios honorários" a todos os seus fundadores que ainda não foram contemplados com esta distinção.

Antes de encerrar a sessão, o presidente disse que se achando presente o antigo consócio Sr. Joaquim Nabuco Linhares, que foi o secretário que lavrou a primeira ata na fundação do Instituto, há 36 anos, propunha que a casa o homenageasse com uma salva de palmas.

Informou o presidente que se achavam sôbre a mesa um ofício do Sr. Décio de Vasconcelos, comunicando a fundação na Capital Mineira de uma secção do "Instituto Genealógico Brasileiro" com sede em São Paulo.

Informou ainda o presidente que a diretoria do Instituto está em entendimento com as autoridades em companhia dos presidentes das Academias de Letras e de Ciências e a Sociedade Mineira de Belas Artes desta Capital no sentido de se conseguir uma sede condigna para as reuniões de tôdas as associações culturais de Belo Horizonte.

COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS DE POLICARPO RODRIGUES VIOTI E VICENTE BUENO DE AZEVEDO — A AQUISIÇÃO DA BIBLIOTECA DE LAMIN — Em sessão especial, reüniu-se a 30 de julho, em sua sede social, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas, para homenagear a memória de Policarpo Rodrigues Vioti e Vicente Bueno de Azevedo, cujos centenários se comemoram.

Aberta a sessão pelo presidente, Benedito Quintino dos Santos, secretariada pelo dr. Salomão de Vasconcelos, presentes grande número de sócios e pessoas gradas, o presidente, de início, fêz várias comunicações à Casa sôbre o expediente recebido e providências tomadas relativas ao "Retiro dos Intelectuais" e o "Asilo D. Jovelina de Vasconcelos", da Agua-Limpa e, ainda, sôbre a homenagem prestada ao Sr. Carneiro de Resende, a quem foi entregue pela comissão o diploma de sócio honorário. Em seguida, depois de relembrar o falecimento dos consócios Srs. Benedito José dos Santos e Albino Esteves, propôs que, em sinal de pesar, as pessoas presentes, de pé, consagrassem um minuto de silêncio em memória dos falecidos.

Comunicou, em seguida, que, em virtude de deliberação anterior, que autorizou a expedição dos diplomas de sócios "honorários" do Instituto a todos os antigos fundadores, a Mesa fez revisão geral no quadro social e organizou a lista dêsses sócios, cujos nomes foram lidos pelo secretário.

Pelos Srs. Salomão de Vasconcelos, Geraldo Dutra de Morais e Décio de Vasconcelos foi apresentada uma proposta, para sócio do Instituto, em uma das vagas existentes, com a remodelação do quadro social, o Sr. Policarpo de Magalhães Vioti, o que foi aprovado.

Passando-se à ordem do dia, o sr. presidente deu a palavra ao Sr. Copérnico Pinto Coelho, na ausência do professor Aníbal Matos, encarregado de fazer a biografia do Sr. Vicente Bueno de Azevedo, ilustre paulista que foi presidente, da Província de Minas. O discurso será oportunamente impresso nos *Anais do Instituto*.

Foi dada, em seguida, a palavra ao Sr. Noronha Guaraní para, em nome do Sr. José Alberto Pelúcio, destacado em sessão anterior pelo Instituto, para escrever a biografia do Sr. Policarpo Rodrigues Vioti, proceder à leitura dêsse trabalho, que foi igualmente muito aplaudido e será também, publicado nos *Anais*.

O Sr. Policarpo de Magalhães Vioti, filho do homenageado e presente à sessão, agradeceu as homenagens prestadas pelo Instituto à memória de seu pai e a honra que lhe acabava de conferir o Instituto, incluindo-o no seu quadro social.

O Sr. presidente, por fim, entregou o diploma de sócios aos sr. coronel Herculano d'Assunção e Sr. Noronha Guaraní, informando que o Instituto está em entendimento com a família do benemérito Sr. Napoleão Reis, organizador da Biblioteca de Lamin, no sentido de ser essa valiosíssima coletânea cedida ao Instituto o que será uma inestimável aquisição para o Sodalício.

Logo depois, o coronel Herculano d'Assunção, agradeceu a entrega do diploma, discorrendo longamente sôbre a finalidade dos Institutos Históricos.

Antes de se levantar a sessão, o Sr. presidente designou o dia 6 de agôsto, às 20 horas, no auditório da Escola Normal, para realização de uma sessão extraordinária, afim de receber solenemente o novo consócio revmo. padre Pedro Maciel Vidigal, ocasião em que

o conhecido sacerdote e homem de letras pronunciará a sua conferência "D. Silvério Gomes Pimenta", patrono de sua cadeira.

Por motivo de viagem, em serviço público, o Sr. Benedito Q. Santos passou a presidência do Instituto ao coronel Herculano d'Assunção, vice-presidente.

A POSSE DO PADRE PEDRO MACIEL VIDIGAL — Em sessão extraordinária reüniu-se, no dia 7 de agôsto corrente, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, tendo tomado posse, como membro efetivo, o padre Pedro Maciel Vidigal recentemente eleito para a cadeira de D. Silvério Gomes Pimenta. A sessão foi presidida pelo Tenente-Coronel José Coelho de Araújo, representante do Governador Benedito Valadares. Iniciando os trabalhos, falou o Coronel Herculano Teixeira d'Assunção, presidente do Instituto, fazendo a apresentação do novo consócio. Em seguida, usou da palavra o sr. Roberto Vasconcelos, orador perpétuo do Instituto, saüdando o padre Pedro Maciel Vidigal, que depois, ocupou a tribuna para fazer o elogio de D. Silvério Gomes Pimenta, patrono de sua cadeira.

Sociedade Mineira de Agricultura

CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS — No dia 4 de julho último, realizou-se em Belo Horizonte a solenidade da instalação do Congresso das Associações Rurais, convocado sob os auspícios da Sociedade Mineira de Agricultura. O certame despertou grande interêsse entre os meios agrícolas e pastoris do Estado, tendo tomado parte nos trabalhos, que se prolongaram por vários dias, numerosas delegações.

E'COS DO CONGRESSO — A HORTICULTURA EM BELO HORIZONTE — A "SEMANA DOS FAZENDEIROS" — Realizou-se no dia 15 de julho, mais uma reünião da Sociedade Mineira de Agricultura, presidida pelo sr. Virgílio Uchôa.

Aberta a sessão, foi debatida a vantagem das reüniões dos representantes das Associações Rurais em Congressos Regionais como o que acaba de ter lugar em Belo Horizonte com fecundos resultados.

Falou sôbre o assunto o secretário Sr. Benedito Coutinho, que felicitou o Sr. Cândido Gomes de Freitas, idealizador da reünião, pelo sucesso obtido.

O mesmo orador propôs, sendo unânimemente aceita a proposta, que se realizasse anualmente o Congresso das Associações Rurais.

Atendendo à aprovação do Congresso das Associações Rurais do Estado de Minas, a Sociedade Mineira de Agricultura encaminhará ao sr. Governador do Estado uma exposição minuciosa sôbre vários problemas de interêsse econômico abordados pelos representantes de vários municípios presentes ao conclave. A comissão organizadora do memorial ficou constituída pelos srs. Virgílio Uchôa, sr. Cândido de Freitas. sr. Roberto Werneck, sr. Benedito Coutinho, Sr. Flávio Dias e Sr. Donato de Andrade.

Comentou a seguir, o Sr. Flávio Dias a justificação apresentada pela Diretoria da Sociedade Rural Brasileira e encaminhada ao sr. Presidente da República, sôbre o Ante-Projeto do Código Rural. Pediu após que a Sociedade encaminhasse àquela sociedade o trabalho elaborado pelo Congresso das Associações Rurais sôbre o assunto.

Constou do expediente um plano de fomento da pequena lavoura no município de Belo Horizinte elaborado pelo Sr. Luciano Guadagnin, que apresenta interessantes sugestões, capazes de concorrer para o desenvolvimento da horticultura, pedindo a apreciação da Sociedade, ficando deliberado que se remetesse ao Sr. Prefeito de Belo Horizonte uma cópia do trabalho.

Com a palavra, o sr. presidente referiu-se à realização da "Semana dos Fazendeiros" de Viçosa, dizendo que a Sociedade, como nos anos anteriores, enviará uma numerosa embaixada de agricultuores ao aludido certame; antes de encerrar a sessão, o sr. presidente congratulou-se com a casa pelo aumento do quadro social com a admissão de 53 novos associados, representantes da lavoura e da pecuária de vários municípios mineiros.

Sociedade Mineira de Engenheiros

UMA PRELEÇÃO SÔBRE AS OBRAS QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS EM ARAXA' — No dia 13 de julho último, realizou a Sociedade Mineira de Engenheiros uma sessão cinematográfica, tendo sido exibidos filmes sôbre notícias do dia, filmes americanos e um filme sôbre as grandes obras que estão sendo executadas em Araxá, bem como filmes sôbre a cachoeira de Pai Joaquim. O engenheiro Luiz Signorelli, chefe daqueles serviços, fêz uma explicação minuciosa sôbre as referidas obras.

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO PROF. BENEDITO DOS SANTOS — Na sede da Sociedade Mineira dos Engenheiros, foi prestada, no dia 24 de julho, significativa homenagem à memória do sr. Benedito José dos Santos, por motivo da passagem do 30.º dia do seu falecimento.

Figura das mais representantivas da engenharia mineira, o ilustre professor há pouco falecido, deixou grande número de amigos e admiradores, pelo mérito de sua cultura, e pelas suas qualidades de caráter. Espírito dinâmico, são inúmeras as iniciativas do Sr. Benedito dos Santos no meio cultural e científico mineiro, entre as quais a fundação da Sociedade Mineira de Engenhairos da qual foi sócio e diretor num período de intensas atividades e realização.

União dos Varegistas

IRRIGAÇÃO EM ALTA ESCALA DO VALE DO SÃO FRANCISCO — Em sessão realizada em julho último pela União dos Varegistas, esteve presente o engenheiro Jacinto de Andrade, do Ministério da Agricultura. O Sr. Osório Rocha Diniz dirigiu ao visitante expresiva saudação em nome des seus colegas, frisando a pertinácia e o devotamento com que o sr. Jacinto Andrade se vem consagrando ao estudo de importantes. problemas econômicos, cooperando estreitamente para a sua solução. Agradecendo, o sr. J. Andrade disse acompanhar sempre as notícias publicadas pela imprensa da capital, nas quais constata o alto espírito de colaboração da U.V.M.G. para o progresso público.

Passando a falar sôbre o rio São Francisco na obra de fortalecimento do Brasil, disse o orador que acabava de empreender uma viagem através de vasta área daquela zona no Estado, aonde, por determinação do ministério da Agricultura, fôra estudar e levantar planos de um ante-projeto de sistema de irrigação em alta escala, destinado a transformar o futuroso local em numerosos núcleos coloniais para o desenvolvimento agrícola e outras atividades próprias da rica bacia.

Passa o orador a informar de outros trabalhos de engenharia alí realizados e da valiosíssima contribuïção já oferecida pelo sr. Rockfeler para que seja o mais breve possível levado de vencida esse grande problema mineiro e nacional que é o aproveitamento amplo e seguro do São Francisco. Terminando, o sr. Jacinto Andrade manifesta-se profundamente impressionado com as perspectivas promissoras que pôde novamente constatar na zona que visitou.

★

PARÁ

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 155 cidades e vilas paraenses, 34 ou seja quase 22% são homônimas e outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 13 distritos ou vilas paraenses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Alcobaça no mun. de Baião; *Benjamin Constant* no mun. de Bragança: *Concórdia* no mun. de Igarapé-Miri; *Conde* no mun. de Belém; *Itapicurú* no mun. de Acará; *Novo Horizonte* no mun. de Altamira; *Pinheiro* no mun. de Belém; *Recife* no mun. de Bragança; *Sacramento* no mun. de Mazagão; *Santa Luzia* no mun. de Curuçá; *Santo Antônio* no mun. de Vigia; *São Benedito* no mun. de Cametá; *São Luiz*, no mun. de Igarapé-Assú.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 12 cidades e 2 vilas paraenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades paraenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Abaeté, Bragança, Cachoeira, Macapá, Monte Alegre, Oeiras, Prainha, Salinas, Santa Izabel, Santarém, Soure e Vigia.*

Vilas de: *Melgaço* no município de Portel e *Primavera* no município de Capanema.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 155 cidades e vilas paraenses, no que toca à situação de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	34	87	121
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	7	—	7
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	12	2	14
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	13	13
TOTAL.....	53	102	155

Interventoria

RESERVA DE TERRAS DEVOLUTAS PARA EXPLORAÇÃO DO CAUCHO — Pelo sr. Interventor federal no Pará, foi assinado, no dia 16 de junho último, o decreto-lei n.º 4 359, publicado no *Diário Oficial* de 18 do mesmo mês, reservando as terras devolutas do Estado existentes nos Municípios de Marabá e Conceição do Araguáia para a exploração do caucho e estabelecendo normas para a localização dos trabalhadores.

Biblioteca Pública do Estado

SALA RAIMUNDO DE MORAIS — Vai ser instalada na Biblioteca Pública do Pará, por iniciativa do interventor Magalhães Barata, uma sala com o nome do escritor Raimundo de Morais, que conterá tudo quanto se relacione com a vida do conhecido homem de letras.

Departamento de Educação e Cultura

CENTENÁRIO DE JÚLIO CÉSAR RIBEIRO DE SOUSA — Em cumprimento às determinações do interventor federal no Pará, foram realizadas, no dia 12 de junho último, nos grupos escolares da capital, várias comemorações em homenagem à memória do paraense Júlio César Ribeiro de Sousa, um dos precursores da aviação, no centenário de seu nascimento.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS — O Departamento de Educação e Cultura do Pará fez inserir a seguinte nota no *Diário Oficial* local, edição de 3 de junho, a propósito do concurso de monografias municipais.

Promovendo o Conselho Nacional de Geografia e Estatística, no corrente ano, um concurso de monografias municipais de caráter nacional, em que deverão ser representados todos os Estados brasileiros e estando o Govêrno do Pará empenhado em que o Estado não deixe de figurar naquele certame, o Departamento de Educação e Cultura, de ordem do exmo. sr. Cel. Interventor Federal, recomenda ao professorado público primário e secundário que preste sua valiosa contribuïção, no sentido de concorrer com os seus trabalhos, que deverão ser entregues até o dia 30 de setembro de 1943.

Quaisquer esclarecimentos sôbre o assunto poderão ser prestados pelo Departamento Estadual de Estatística".

Instituto Histórico e Geográfico

CENTENÁRIO DO AERONAUTA JÚLIO CÉSAR RIBEIRO DE SOUSA — O Instituto Histórico e Geográfico do Pará em sessão realizada no dia 13 de junho último, comemorou o 1.º centenário do nascimento do aeronauta paraense Júlio César Ribeiro de Sousa, inventor de um sistema de balões inteiramente desconhecido na época (1881) e que avançava contra o vento sem auxílio de propulsor.

Foi orador oficial da solenidade o sr. Lourenço Paiva.

CENTENÁRIO DO CONSELHEIRO PEDRO VICENTE DE AZEVEDO — No dia 29 de junho, promoveu o Instituto uma sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento do Conselheiro Pedro Vicente de Azevedo, que foi presidente da antiga Província do Pará, tendo falado sôbre a sua personalidade o sr. Valdomiro Pimentel.

Serviço Especial de Saúde Pública

SANEAMENTO DA AMAZÔNIA — TRABALHOS REALIZADOS PELO S.E.S.P. NA REGIÃO DO AMAPÁ' — A sede distrital do S.E.S.P., em Amapá, foi instalada em 15 de janeiro do corrente ano. Em março, dadas as necessidades surgidas pela extensão do território trabalhado, foi mister criar-se um sub-distrito, escolhendo-se para sua sede a localidade Espírito Santo, que possue amplo domínio sôbre o rio Oiapoque.

Durante o período que já assinala o término do quinto mês de atividade, os trabalhos concretizados pelo S.E.S.P., em Amapá, podem ser grupados em três categorias: *Medicação geral; Serviços de expurgos de domicílio; Serviços de drenagem;*

Medicação — No Posto de Medicação da sede distrital até 5 do corrente, estavam filiados 1 338 doentes, dos quais 925 com diagnóstico de malária; no sub-distrito, os doentes fichados atigiram ao número de 126.

O Serviço de Medicação, entretanto, não se limita apenas aos doentes que podem ir aos postos. Existe um Serviço de Medicação domiciliar feito por guardas medicadores, suficientemente preparados e constantemente orientados pelo médico chefe do distrito.

Durante as viagens mensais que faz o médico para inspecionar os trabalhos de saneamento, ao par de rigorosa fiscalização, consiste a maior parte de seu trabalho em revigorisar a medicação anteriormente ministrada, fato que permite aos doentes a oportunidade de estarem em permanente contacto com êle, resultando, pois, um contrôle sistemático das endemias reinantes na região.

Para a realização desses serviços todos os meios de transportes marítimos e terrestres são usados, desde a ubá do índio ao avião, e do cavalo ao caminhão. Dêste modo, para atender-se um doente ou para fiscalizar uma zona trabalhada, não se medem dificuldades nem tampouco sacrifícios. O essencial, o ponto mais importante é que o serviço seja realizado.

Quanto à medicação anti-malárica, otimistas foram os resultados colhidos.

A região do Amapá já criou seu nome no que diz respeito à malária. Na verdade é uma zona fortemente atacada por essa doença nos períodos de transição — da passagem do inverno para o verão e no princípio do inverno. Essa situação nada lisonjeira é devida, sobretudo, à formação de pequenos poços de água, verdadeiros fócos preferenciais para o desenvolvimento de tôda espécie de alados, observados na época de diminuïção das águas.

Várias localidades e rios foram penosamente trabalhados, no sentido de extinguir-se a malária de suas populações: Oiapoque, Uaça, Cassiporé, Conaní, Calçoene, Amapá Grande, Amapá Pequeno, Flexal, Araguarí e grande número de lagos.

Cêrca de 80 000 comprimidos de Atebrina foram critériosamente distribuídos nessa infestada zona de malária observando-se após a atebrinização resultados promissores.

Ao lado dos trabalhos de saneamento, complementarmente foi levantado o censo demográfico das mais importantes localidades de Amapá, distinguindo-se as seguintes: cidade de Amapá, Base Aérea do Amapá, Rasa, Amapá Grande, Cajueira, Santo Antônio e Clevelandia.

Serviço de Expurgo — Nêste particular tem sido fértil a atividade do S.E.S.P., em Amapá, visando, principalmente, eliminar as espécies de alados escondidos no interior das casas residenciais e de comércio.

A cidade de Amapá está sendo devassada três vezes semanalmente, por duas equipes de expurgo; Base Aérea do Amapá e Clevelândia, do mesmo modo, duas vêzes semanalmente, por duas equipes.

Em algunmas localidades como Santo Antônio, Cajueira e Rosa, êsse serviço é feito sòmente uma vez por semana.

A contribuïção do serviço de expurgo no cotejo geral dos trabalhos de saneamento em Amapá tem sido amplamente sentido. Isoladamente, pouco representa, porém aliado a outros mais importantes e indispensáveis, auxilia grandemente a extinção dos mosquitos portadores da malária.

Serviço de drenagem — A cidade do Amapá, apresenta uma topografia muito curiosa, justamente pela sua situação tôda particular.

O que chama atenção em Amapá não são as facilidades que o sanitarista poderia encontrar, mas ao contrário, a sua fisionomia muito especial de cidade situada numa pequena faixa de terra, cercada inteiramente por pântanos, resumindo-se nêstes têrmos as dificuldades seriadas, que se apresentam à realização de trabalhos de saneamento.

Dêste modo, o primeiro problema a ser atacado consistia em remover esses sérios obstáculos, dissecando os pântanos, para transformá-los de lugares perigosos nas suas proximidades, em regiões saüdáveis, onde a vida se possa desenvolver mais cômoda e menos dificultosa.

No tocante ao desenvolvimento desse importante trabalho, um dos grandes pântanos que estava situado ao sul da cidade, foi completamente dissecado, por meio de valas, valetas e valões de escoamento. A principal vala de escoamento extende-se por 364 metros, descrevendo um arco, com uma profundidade inicial de 2 metros e trinta centímetros e com uma largura de 2 metros e 50 centímetros.

Essa vala principal coleta as águas de 3 valetas laterais, cujas dimensões são de 158, 110 e 77 metros, respectivamente, para lança-las no rio Amapá Pequeno.

Atualmente, está sendo executado um dissecamente em maior escala — o do pântano localisado na parte norte da cidade.

A principal vala de escoamento, embora ainda não esteja concluída, mede 360 metros de comprimento, com 2 metros e 50 centímetros de profundidade, por 2 metros e 80 centímetros de largura. Uma vala colateral já está em desenvolvimento, medindo até então, 102 metros. Outras serão construídas, contanto que o serviço seja eficientemente terminado.

Como conseqüência imediata dêsses trabalhos observados em conjunto, verificou-se que a incidência de malária diminuiu consideràvelmente.

Os trabalhos de saneamento conduzidos pelo S.E.S.P., em Amapá e Oiapoque melhoraram sensìvelmente as condições de vida locais, pelo sistemático combate à malária e às demais endemias reinantes nessa região.

Dêste modo, Amapá e Oiapoque, conhecidas, como regiões das mais perigosas da Amazônia, com os trabalhos desenvolvidos pelo S. E. S.P., desempenhará vigorosamente o seu importante papel de atalaia nessa parte lindeira do setentrião brasileiro.

★

PARAÍBA

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 156 cidades e vilas paraibanas, 74 ou seja quase 48% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 29 distritos ou vilas paraibanas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Água Branca no mun. de Princesa Isabel; *Belém* no mun. de Caiçara; *Boa Vista* no mun. de Cabaceiras; *Bom Jesús* no mun. de Brejo da Cruz; *Borborema* no mun. de Bananeiras; *Canoas* no mun. de Picuí; *Caraúbas* no mun. de São João do Cariri; *Conde* no mun. de João Pessoa; *Entre Rios* no mun. de Serraria; *Ibiapina* no mun. de Princesa Isabel; *Moreno* no mun. de Bananeiras; *Paulista* no mun. de Pombal; *Prata* no mun. de Monteiro; *Queimadas* no mun. de Campina Grande; *Salgado* no mun. de Itabaiana; *Santa Maria* no mun. de Conceição; *Santa Rosa* no mun. de Cuité; *Santo An-*

dré no mun. de São João do Cariri; *Santo Antônio* no mun. de Juazeiro; *São Francisco* no mun. de Juazeiro; *São José* no mun. de Patos; *São Miguel* no mun. de Cabaceiras; *São Paulo* no mun. de Itaporanga; *São Sebastião* no mun. de Monteiro; *São Tomé* no mun. de Monteiro; *Serrinha* no mun. de Pilar; *Soledade* no mun. de Juazeiro; *Tambaú* no mun. de João Pessoa; Timbaúba no mun. de São José do Cariri:

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 14 cidades e 19 vilas paraibanas cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras *da mesma categoria*, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades paraibanas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Areia, Bonito, Conceição, Espírito Santo, Itabaiana, Itaporanga, Juazeiro, Laranjeiras, Patos, Pilar Pombal Santa Luzia, Santa Rita, Taperoá.*

Vilas de: *Alagoinha* no mun. de Guarabira; *Araçá* no mun. de Sapé; *Areal* no mun. de Esperança; *Boqueirão* no mun. de Cabaceira; *Canaã* no mun. de Antenor Navarro; *Carnaubal* no mun. de Taperoá; *Cordeiros* no mun. de São João do Cariri; *Jericó* no mun. de Catolé do Rocha; *Massaranduba* no mun. de Campina Grande; *Matinha* no mun. de Laranjeiras; *Mulungú* no mun. de Guabira; *Oiticica* no mun. de Sousa; *Olho d'Água* no mun. de Piancó; *Passagem* no mun. de Patos; *Pocinhos* no mun. de Campina Grande; *Serra Branca* no mun. de São João do Cariri; *Serra Grande* no mun. de Itaporanga; *Tabajara* no mun. de Santa Rita; *Tigre* no mun. de Monteiro.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 156 cidades e vilas paraibanas, no que toca à revisão da nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	15	67	82
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	12	—	12
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	14	19	33
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	29	29
TOTAL.....	41	115	156

Instituto Histórico e Geográfico

TOPONÍMIA DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS — Em sessão ordinária, reüniu-se no dia 20 de junho o I.H.G.P. sob a presidência do sr. Ademar Vidal. No expedietne, entre outras, foram lidas uma circular do sr. José Luiz Bragança de Azevedo, inspetor da Alfândega de Rio Grande, enviando um quadro relativo ao histórico da administração daquela aduana no período de 1804 a 1940; e outra do prof. Sizenando Costa, diretor do Departamento Estadual de Estatística, remetendo um exemplar mimeografado de uma bibliografia sôbre estatística brasileira, dêsde Sebastião Ferreira Soares (1865) até José Nicoláu dos Santos (1940).

Na ordem do dia, o escritor Ademar Vidal falou sôbre a deliberação tomada pelo Conselho Nacional de Geografia em observância a um dispositivo legal, de sistematizar a toponímia de todos os municípios brasileiros, eliminando, de vez, a dualidade de nomes. Acrescenta que embora o IHGP não tenha sido especialmente convocado para se manifestar sôbre o assunto, redigira algumas notas, a título de sugestão, subordinado à rúbrica "Cotas sôbre a toponímia dos municípios paraibanos" que passava a ler. Ao terminar a leitura, declara o presidente que estava o assunto aberto à franca manifestação dos presentes, tendo o consócio Analice Caldas feito uma observação quanto ao antigo município de Alagoa Nova, pronunciando-se ainda sôbre a matéria vários consócios.

CROQUIS AERO-PLANIMÉTRICOS DO LITORAL PARAIBANO — No dia 25 de julho realizou o Instituto nova sessão, que também foi presidida pelo sr. Ademar Vidal. No expediente foram lidos vários ofícios, inclusive do Destacamento Especial do Nordeste (SGHE), remetendo uma coleção dos croquis aéro-planimétricos do litoral da Paraíba, organizados pelo referido Destacamento e impressos pelo SGHE; e da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia (IBGE), agradecendo a remessa de uma lista de sócios do IHGP de João Pessoa.

Na ordem do dia, foi lido o parecer da Comissão de Sindicância, composta dos srs. Rocha Barreto, Lília Guedes e Analice Caldas, pronunciando-se favorávelmente à proposta dos nomes dos srs. Lauro Pires Xavier, Otacílio Nóbrega de Queiroz e Mário da Cunha Raposo, para sócios efetivos do IHGP. Submetida votos é a proposta aprovada por unânimidade, marcando o presidente o dia 7 de setembro vindouro para a posse dos eleitos.

A propósito do ofício do cel. Djalma Polli Coêlho, Chefe do Destacamento Especial do Nordeste (SGHE), o presidente declara que ia designar uma comissão para examinar a coleção dos croquis aéro-planimétricos oferecida e emitir parecer. Afim de compôr a comissão foram designados os srs. Florentino Barbosa, Miguel Falcão de Alves e Lília Guedes.

Em seguida, expõe o presidente o propósito em que se encontra de impulsionar a publicação da REVISTA DO IHGP e logo após congratula-se com a casa pela próxima realização de duas palestras; uma do general Boanerges Lopes de Souza, Cmt. da 14.ª D.I. e outra do coronel Polli Coêlho, Chefe do SGHE, os quais haviam anuído ao convite.

A seguir, ainda o presidente faz uma referência ao destino das associações culturais, arrolando, entre outros deveres cívicos a que estavam obrigadas, o de solenizar as grandes datas e homenagear os vultos da pátria, dignos de figurarem na História. Recordando o transcurso, no dia 26 do desaparacimento de João Pessoa, passa a ler um trabalho em que fixa vários aspectos da sua personalidade.

★

PARANÁ

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 161 cidades e vilas paranaenses, 59 ou seja quase 37% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 31 distritos ou vilas do Paraná pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Água Branca* no mun. de Jaguariaiva; *Agudos* no mun. de S. José dos Pinhais; *Barra Bonita* no mun. de Tomazina; *Bela Vista* no mun. de Tibagi; *Bom Jardim* no mun. de Ipiranga; *Bom Retiro* no mun. de Iratí; *Campina Grande* no mun. de Piraquara; *Cascavel* no mun. de Foz do Iguassú; *Conchas* no mun. de Ponta Grossa; *Concórdia* no mun. de União da Vitória; *Diamantina* no mun. de Teixeira Soares; *Entre Rios* no mun. de Palmeira; *Erval* no mun. de Prudentópolis; *Ingá* no mun. de Cambará; *Jataí* no mun. de São Jerônimo; *Jundiaí* no mun. de Sto. Antônio da Platina; *Lajeado* no mun. de Sto. Antônio da Platina; *Laranjeiras* no mun. de Guarapuava; *Morros* no mun. de Castro; *Natal* no mun. de Imbituva; *Ouro Fino* no mun. de Bocaíuva; *Pinhal* no mun. de Sto. Antônio da Platina; *Queimadas* no mun. de Tibagí; *Rio Branco* no mun. de Cerro Azul; *Rio Claro* no mun. de União da Vitória; *São José* no mun. de Jaguariaiva; *São Miguel* no mun. de Imbituva; *São Roque* no mun. de Londrina. *São Sebastião* no mun. de Londrina; *Tijucas* no mun. de S. João dos Pinhais.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 7 cidades e 9 vilas paranaenses, cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades do Paraná que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Bocaiuva, Campo Largo, Palmeira, Piraí, São Jerônimo, São Mateus, Siqueira Campos.*

E Vilas de: *Antônio Olinto,* no município de Lapa, *Cachoeirinha,* no município de Jaguariaiva, *Catanduvas* no mun. de Guarapuava, *Junquiá,* no município de Guarapuava, *Marilândia,* no município de Londrina, *Palmeirinha,* no município de Guarapuava, *Pitanga,* no município de Guarapuava, *Tamandaré,* no município de Curitiba, *Valinhos,* no município de Teixeira Soares.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 161 cidades e vilas paranaenses, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	30	72	102
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	12	—	12
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	7	9	16
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	31	31
TOTAL.....	49	112	161

Departamento Administrativo

PINHEIROS DO PARANA' — PARECER SÔBRE A VENDA PROPOSTA, PELA PREFEITURA DE SÃO JERÔNIMO — Considerados bens móveis, quando vendidos para fins industriais. — São famosas as madeiras do Brasil. Constituíram elas a primeira riqueza da terra, visão mirífica dos flibusteiiros que freqüentaram o nosso litoral, subornando o gentio com quinquilharias.

Entretanto, as velhas espécies estão quase tôdas extintas. Deixaram de constituir um bem econômico, pelas circunstâncias de sua atual distribuïção; subsistem apenas, nas crônicas vetustas.

Hoje, as matas exploradas em larga escala, localizam-se ao sul. São, principalmente, os imensos pinheirais do Paraná.

E' um problema bem complexo o da industrialização dessas florestas. Têm múltiplos aspectos dignos de consideração. Econômicos, sociais, geográficos, jurídicos. Justamente dêstes últimos, queremos nos ocupar aquí.

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo, do Paraná, solicitou ao Departamento Administrativo do Estado autorização para vender os pinheiros existentes em terras pertencentes ao Patrimônio do Município.

Em tôrno do assunto, o sr. Flávio Guimarães, na sessão realizada pelo Departamento, no dia 4 de fevereiro, apresentou o seguinte parecer: "PARECER N.º 2 833 — A Prefeitura Municipal de São Jerônimo solicita do Departamento Administrativo autorização para vender os pinheiros existentes em terras pertencentes ao seu patrimônio, conforme o projeto de decreto-lei anexo.

E' de relevante importância a determinação da natureza legal da venda, se de bens imóveis ou móveis. Na primeira hipótese, conforme o número de hectares do patrimônio territorial do município a aprovação ao projeto por parte dêste Departamento poderia, para ser jurídica, ser exigida a ratificação do Senhor Presidente da República.

O Código Civil no artigo 43, número um, estabelece: — São bens imóveis: — O solo com os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo a superfície, as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o sub-solo.

As árvores são, portanto, consideradas imóveis, enquanto aderentes ao solo. Que é imóvel? A clássica concepção permanece imutável: — são bens que não se pódem conduzir ou transportar para qualquer lugar sem perda substancial, sem destruïção do conjunto, sem que os elementos se desagreguem, se dividam, sem que pereça, quase totalmente, a produtividade econômica, o uso, o valor financeiro. Às vêzes, a remoção ocasiona a perda ou o desaparecimento definitivo da coisa, do bem ou do objeto. O Código Civil resume:... "é tudo quanto não se possa retirar sem destruïção, modificação, fratura ou dano.

As árvores cortadas constituem bens móveis, que podem ser conduzidos, transportados para qualquer lugar sem perda de substância. Portanto, não haveria a mais leve dificuldade se os pinheiros vendidos ou a vender já estivessem separados de suas raízes, ou em toras. No entanto, a venda deve ser feita para corte futuro, portanto, imóvel, por fôrça da disposição citada do Código Civil.

Poderiamos supôr, por hipótese, que a Prefeitura ou, mais nítido ainda, qualquer particular vendesse a terra e, separadamente, os pinheiros a outrem, haveria necessidade ou obrigação de passar duas escrituras públicas? E, em ambas, a obrigação de pagar o imposto de transmissão de propriedade? Eis aí o absurdo interpretativo, uma vez que a importância ultrapasse a um conto de réis, a escritura pública é substancial do ato.

A disposição invocada não resolveria o problema e é interessante de se comprovar que os que nela se apoiam invocam, como argumento principal, a opinião do grande civilista Clóvis Bevilávqua, quando afirma:

> "Nosso direito não conhece a espécie de imóveis por antecipação de que se ocupam os escritores franceses.
>
> As safras ainda não colhidas, os frutos pendentes dos ramos, as madeiras ainda não cortadas são imóveis por natureza, como partes integrantes do solo a que aderem".

Parece-nos que não tem razão o mestre. E' exatamente o contrário. No Brasil, há, sem dúvida, os contratos de coisas móveis por antecipação ou a potencialidade rápida de mobilização dos imóveis ou a transformação daquele como valor econômico, financeiro ou industrial. A água, considerada imóvel, póde ser vendida por antecipação a intermediários, que fazem contratos com os proprietários das fontes e vão buscá-la, diàriamente, para a venda em garrafões, nas cidades. E' imóvel por natureza, mais o contrato obedece às condições jurídicas das coisas móveis.

Outro exemplo: — Os contratos que fazem o dono de matas, para a extração de lenha. Ora, a mata é imóvel, mas o contrato da lenha é móvel, como antecipação de ser possível mobilizar o imóvel. Outro exemplo: O indivíduo que arrenda a pedreira, que é imóvel, para ser dela retirado o número convencionado de metros quadrados ou cúbicos, faz o contrato de móveis de pedra solta ou desgarrada dos blocos ou das minas.

Muito antes do Código Civil, o decreto número 3 272, de outubro de 1855 creava o penhor agrícola, que abrangia os frutos pendentes, as colheitas futuras. Ora, o penhor tem como garantia, como objeto cousa móvel. E' de essência do penhor a mobilidade ou a mobilização do objeto empenhado.

O Decreto n.º 270 de 1890, no artigo 362, declarava que podiam ser objeto de penhor os frutos pelas raízes e pelos ramos; a colheita futura a lenha cortada ou madeira da mata preparadas para o córte.

O próprio Código Civil estabelece que podem ser objeto do penhor as colheitas pendentes, a lenha cortada ou madeira das matas.

O fato de o Código Civil declarar imóvel o penhor agrícola prova que a tradição do direito brasileiro ora imobiliza coisas móveis ora mobiliza por antecipação coisas consideradas imóveis, como a madeira das matas, os frutos pendentes, as colheitas futuras, a fim de atender a mutabilidade da vida social, as tendências econômicas, as crises, as vitais necessidades financeiras da coletividade.

Os civilistas da velha guarda aferram-se à letra da lei, sem a realidade que a vivifica, sem o estudo dos fatos que são os que geram as normas jurídicas, as interpretam, aplicam e dão vida.

A lei número 492, de 30 de agôsto de 1937 determina que podem ser objeto de penhor agrícola: — colheitas pendentes, madeiras das matas preparadas para o corte.

O parágrafo único do artigo 11 declara que o penhor agrícola é independente da outorga uxória e altera a rigidez do artigo 44 do Código Civil, o qual considera imóvel o penhor agrícola. Assim, a tradição do direito brasileiro garante a mobilização antecipada do imóvel, a madeira da mata preparada para o corte, as colheitas futuras, os frutos pendentes, que podem ser objeto do penhor agrícola.

O Código Civil fundamenta a mobilização potencial do imóvel, ou dêste ser considerado móvel por antecipação ou para fins econômicos ou industriais, quando estabelece no artigo 47, o seguinte dispositivo, que os seus comentadores não lhe quizeram penetrar na essência: — São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por fôrça alheia.

Fixemos a interpretação do vocábulo "suscetível" Candido Figueiredo explica "é o que póde receber certas modificações, impressões ou qualidades". Aulete "é o que pode experimentar certas qualidades ou modificações".

A venda de pinheiros para fins industriais é móvel por antecipação, porque as árvores são consideradas accessórias do imóvel, ou, ainda, a mobilização antecipada do fenômeno econômico é suscetível de remoção por fôrça alheia, pelo corte da árvore. Se é suscetível de remoção por fôrça alheia está a venda rigorosamente classificada como bens móveis em face do claríssimo dispositivo da lei.

Jurisprudência

Entre tantos acórdãos, são êstes muito lúcidos: "As árvores sòmente são imóveis quando consideradas conjuntamente com o solo a que aderem. A sua venda para corte ou extração de madeira, importando mobilização por ato do proprietário, não exige escritura pública ainda que o contrato exceda à taxa legal", (Achilles Beviláqua, Código Civil, 36) (Rev. dos Tribunais, 81, página 369; Tribunal de São Paulo, 21 de janeiro de 1931; Relação de Minas, 16 de setembro de 1922). Estas citações são extraídas do Código citado.

Direito Estrangeiro

A *Revista de Direito* volume 50.º, página 235, traz interessante parecer assinado pelo Sr. Dr. Antônio José Fernandes Júnior, que estuda os comentários feitos ao art.º 375, número I, do Código Civil Português, em confronto com o Brasileiro. Ambos consideram imóveis as árvores, os frutos pendentes, as pedreiras à superfície ou no sub-solo, mas apoia-se na opinião segura de Dias Ferreira, que afirma sem contestação ser "ponto pacífico e assentado que se reputam objetivando sempre móveis e não imóveis as vendas de árvores para serem cortadas, de frutos pendentes para serem colhidos e da pedreira para ser explorada com a extração de pedras".

A face do Código Civil, da jurisprudência, das concepções modernas do direito privado, da legislação estrangeira, a venda de pinheiros para fins industriais é considerada bens móveis e poderá ser feita por escritura particular.

Somos de parecer que o projeto, que autoriza a venda de pinheiros, da Prefeitura Municipal de São Jerônimo, está em condições de ser aprovado, sem quaisquer outras formalidades de direito.

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 1943. a) *Flávio Guimarães*".

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

"HORA DOS MUNICÍPIOS" — Por intermédio da estação PYV-6, do Palácio do Govêrno do Paraná, onda de 33 metros, 9 005 quilociclos, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda está fazendo experiências da divulgação de um serviço noticioso destinado aos jornais e rádio-difusoras do interior do Estado, intitulado "Hora dos Municípios".

Estando em período de organização êsse serviço limita-se a *chamados* os quais as fontes interessadas deverão procurar ouvir e, imediatamente, informar o D.E.I.P. sôbre as condições de recepção, para que dentro em breve, seja efetivado o referido noticioso.

Diretoria Geral de Educação

DESIGNADO PROFESSOR PARA A CADEIRA DE GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL DO COLÉGIO ESTADUAL — O Sr. Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná, pela portaria n.º 168, de 6 de abril, designou os professores que regerão as turmas suplementares do Curso Ginasial do Colégio Estadual, entre os quais os profs. José Nicolau dos Santos e José Carlos de Figueiredo para a cadeira de Geografia Geral e do Brasil.

Museu Paranaense

ESQUELETOS HUMANOS BEM CONSERVADOS E UTENSÍLIOS DE PEDRA ENCONTRADOS NUM SAMBAQUÍ — Aproveitando as férias de junho, o Museu Paranaense enviou à zona do litoral, a Caiobá e Matinhos uma expedição para assistir à remoção do material de um sambaquí, existente a um quilômetro da segunda localidade citada. Compuzeram a missão os srs. Loureiro Fernandes, diretor daquela instituíção, Adriano Robine, membro suplente do seu conselho e professor Osvaldo de Freitas, desenhista.

O material do sambaquí vai ser aproveitado no revestimento definitivo duma estrada de rodagem e, como encerra fósseis, quís o Museu Paranaense seguir de perto aquele trabalho, com o intuito de colher objetos para estudo etnológico e etnográfico, tendo sido encontrados, além de elementos de pedra, como machados e urnas, alguns esqueletos humanos, mais ou menos em bom estado, oferecendo margem para confrontos e estudos futuros. A ostreira mencionada consta de cêrca de 40 metros de comprido por 20 de largura, contendo assim muito material onde possìvelmente nas camadas profundas se toparão coisas úteis para as pesquisas e conclusões do Museu.

A comissão em aprêço prosseguirá nas férias de dezembro seus trabalhos, acompanhando o desmonte do aludido sambaquí.

Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura

INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS — O Sr. Secretário de Obras Públicas, Viação e Agricultura, pela Portaria n.º 123, de 20 de maio último, publicada no *Diário Oficial* local de 18 de agôsto corrente, dispensou Guido Ranzani, das funções de Inspetor Agrônomo, extranumerário mensalista, do Serviço de Combate à Broca do Café, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, ficando revogada a Portaria n.º 73, de 30 de abril último, que autorizou o seu estágio no Instituto de Botânica da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

★

PERNAMBUCO

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 274 cidades e vilas pernambucanas, 118 ou seja 43% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituidos os nomes dos seguintes 41 distritos ou vilas pernambucanas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Areias, no mun. de Goiana; *Baixa Verde*, no mun. de Triunfo; *Baixio*, no mun. de Exú; *Barra*, no mun. de Serinhaém; *Borborema*, no mun. de Flores; *Camocim*, no mun. de Bezerros; *Cedro*, no mun. de Bom Jardim; *Espírito Santo*, no mun. de Moxotó; *Glicério*, no mun. de Canhotinho; *Goianinha*, no mun. de Goiana; *Ibiapina*, no mun. de Vertentes; *Igarapeassú*, no mun. de Lagoa dos Patos; *Itacoatiara*, no mun. de Garanhuns; *Itapemirim*, no mun. de Serrinha; *Itapetininga*, no mun. de São José do Egito; *Itapira* no mun. de Queimadas; *Jatobá*, no mun. de Madre de Deus; *Lapa* no mun. de Aliança; *Mariana*, no mun. de Moxotó; *Muribeca*, no mun. de Jaboatão; *Palmeira*, no mun. de Angelim; *Pindorama*, no mun. de Angelim; *Ponta de Pedras*, no mun. de Goiana; *Prata*, no mun. de Bom Conselho; *Santa Cruz*, no mun. de Taguaritinga; *Santa Filomena*, no mun. de Ouricurí; *Santa Maria*, no mun. de Belmonte; *Santana*, no mun. de S. Joaquim; *Santo André*, no mun. de Rio Formoso; *São Benedito*, no mun. de Quipapá; *São Domingos*, no mun. de Buíque; *São Félix*, no mun. de Bodocó; *São Miguel*, no mun. de Bezerros, *São Pedro*, no mun. de Garanhuns; *S. Vicente Ferrer*, no mun. de Garanhuns; *Sapé*, no mun. de Vicência; *Sapucaia*, no mun. de Bezerros; *Tôrres*, no mun. de Taquaritinga; *Tupã*, no mun. de Afogados da Ingazeira; *Umbuzeiro*, no mun. de Queimados; *Vera Cruz*, no mun. de Ouricurí.

Pelo mesmo motivo as cidades de *Belém*, *Rio Branco*, e *Vitória*, perderão tais designações, que prevalecerão para as localidades homônimas de maior categoria, respectivamente, Capitais dos Estados do Pará, Território do Acre e Espírito Santo.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 22 cidades e 30 vilas pernambucanas cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades pernambucanas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de: *Águas Belas, Bebedouro, Belmonte, Boa Vista, Bom Jardim, Bonito, Flores, Itaparica, Jaboatão, Leopoldina, Limoeiro, Macapá, Nazaré, Paulista, Queimadas, São Bento, São Gonçalo, São Joaquim, São Lourenço, Serrinha, Taquaritinga* e *Triunfo;* Vilas de:

Alagoinha, no mun. de Pesqueira; *Algodões*, no mun. de Alagoa de Baixo; *Antônio Olinto*, no mun. de São Caetano; *Arcoverde*, no mun. de Pesqueira; *Barro*, no mun. de Bom Conselho; *Betânia*, no mun. de Custódia; *Boa-Sorte*, no mun. de Pedra; *Cachoeirinha*, no mun. de São Bento; *Cana Brava*, no mun. de Exú; *Capoeiras*, no mun. de São Bento; *Cordeiro*, no mun. de Pedras; *Ibitira*, no mun. de També; *Jericó*, no mun. de Triunfo; *José Mariano*, no mun. de Ribeirão; *Lajedo*, no mun. de Canhotinho; *Malhada*, no mun. de Limoeiro; *Mirim*, no mun. de Moxotó; *Olho d'Água* no mun. de São Gonçalo; *Pageú*, no mun. de Serra Talhada; *Poço Comprido*, no mun. de Correntes; *Primavera*, no mun. de Amaragí; *Retiro*, no mun. de São Bento; *Riacho Doce*, no mun. de Caruaru; *Riacho Verde*, no mun. de Salgueiro; *Rochedo*, no mun. de Floresta; *Santa Clara*, no mun. de Buíque; *São João*, no mun. de Garanhuns; *Serra Branca*, no mun. de Ouricurí; *Tamandaré*, no mun. de Rio Formoso; *Tigre*, no mun. de São José do Egito.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 274 cidades e vilas pernambucanas, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1.º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	38	118	156
2.º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	22	—	22
3.º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	22	30	52
4.º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	3	41	44
TOTAL.....	85	189	274

Diretório Regional de Geografia

Realizou-se no dia 7 de maio passado, no Departamento Estadual de Estatística, sob a presidência do Sr. Paulo Pimentel mais uma reünião do Diretório Regional de Geografia, verificando-se o comparecimento dos srs. Mário Bezerra de Carvalho, Diretor do Instituto de Pesquisas Agronômicas, João Vasconcelos Sobrinho, Diretor do Serviço de Reflorestamento do Estado, Mário Melo, assistente do Conselho Nacional de Geografia, Mardônio Coelho, Luiz Periquito e Lupércio Gonçalves, respectivamente chefe de serviço e cartógrafo no D.E.E.

Por motivo justificado, deixaram de comparecer os srs. Maurício de Abreu e Sousa Barros, da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife.

Do expediente destacou-se a seguinte correspondência da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia; telegrama comunicando que o Conselho e a comissão promotora do 10.º Congresso Brasileiro de Geografia a se realizar em Belém do Pará não cogita do adiamento dêsse certame, ofício encaminhando instruções para a realização do Concurso de Monografias municipais no corrente ano; ofício prestando esclarecimento sôbre as modificações introduzidas pela 4.ª Secção do Conselho na proposta de divisão do território do Estado em regiões naturais.

O assunto dêste documento constou da ordem do dia, sendo discutido com grande interêsse pelos presentes e encerrado com a designação do Sr. João Vasconcelos Sobrinho para relatar as conclusões do Diretório a respeito, em parecer que deve ser encaminhado ao Conselho Nacional de Geografia.

Outro ponto debatido foi o conseguimento de dados sôbre acidentes geográficos de alguns municípios do Estado, elementos êstes destinados às fôlhas fisiográficas do caderno A, do I.B.G.E.

Afim de facilitar êsse propósito o Sr. João Vasconcelos Sobrinho, ofereceu o seu arquivo particular de notas colhidas em viagens no interior do Estado. Em seguida foi ventilada a escolha do representante do Diretório na Comissão Revisora da Divisão Administrativa do Estado, incumbida da organização da divisão territorial a vigorar de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948.

Por proposta do Sr. Mário Melo, o Diretório escolheu por unanimidade o Sr. Maurício de Abreu, que aliás, fêz parte da Comissão Executiva da primeira revisão territorial do Estado, decorrente do decreto-lei 311 de março de 1938.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão.

Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico

A MUDANÇA DE NOME DE VÁRIAS LOCALIDADES DO ESTADO — Sob a presidência do prof. Joaquim Amazonas, realizou o I.A.H.G. de Pernambuco uma sessão no dia 16 de junho. No expediente foi lida uma carta do pintor Agenor César, oferecendo seu quadro o "Torreão do Carmo", em que se vê a parte, que escapou de um dos palácios de Maurício de Nassáu; oferta, pelo Sr. Valdemar de Oliveira, de uma moeda de cobre de 80 réis de 1829, com o carimbo de metade do valor, encontrada numa excavação, em conseqüência de sonho, no município paraibano do Monteiro; oferta, do Sr. Camucé Granja, de quatro bandeiras modêlo da República de 1817.

O presidente designa o sr. Camucé Granja para orador da solenidade comemorativa da Confederação do Equador e determina seja nesse dia a posse dos sócios eleitos, falando um por todos, o qual, segundo entendimento dêstes, será o sr. Valdemar de Oliveira.

O sr. Célio Meira trata do desaparecimento do almirante Castro e Silva, ministro do Supremo Tribunal Militar, pernambucano de mérito, marinheiro notável, juiz inatacável, partidário valoroso das Nações Unidas e requer um voto de pesar, que é unânimemente aceito.

O sr. Mário Coelho Pinto refére-se ao dia de Camões que passara despercebido nêste ano. Faz comentários em tôrno do grande épico lusitano, cujo poemá está traduzido em oito línguas, havendo dêle excertos em 32 línguas e requer um registo, na ata, à sua memória, o que é por todos aprovado.

O Sr. Olímpio Costa Júnior trata do perigo em que estão, de perder o nome, várias localidades de tradição histórica de Pernambuco e extranha que faça parte da comissão que vai alterá-los o Sr. Mário Melo, que sempre se bateu pela conservação até de nome de ruas.

O Sr. Mário Melo explica que se trata da execução dum decreto lei federal, para a extinção de topônimos em duplicata, havendo, de fato, em face da lei, o perigo de serem atingidos alguns de Pernambuco. Como membro da comissão que estuda o assunto, defenderá, dentro da lei, e pelos meios a seu alcance, como sempre o fêz, êsse patrimônio pernambucano.

O sr. Joaquim Amazonas entende haver nomes que de modo algum podem desaparecer de Pernambuco, como Tamandaré, embora haja localidade de categoria superior, porque amanhã, lida a referência na História, irão pensar que o feito ocorreu noutro ponto que usurpou o nome.

O sr. Célio Meira indica que o Instituto encaminhe ao IBGE uma representação, no sentido de serem mantidos os nomes de diversas cidades e localidades visceralmente ligadas à história e à tradição de Pernambuco, que é a história do Brasil desde os primeiros séculos, e bem assim as modificações necessárias ao artigo 9 e seus §§, do decreto lei 3 599 de 6 de novembro de 1941.

Aprovada a indicação, o presidente designa os srs. Olímpio Costa Júnior, Célio Meira e Naasson Figueiredo para redigirem, em curto prazo, a representação, do que será dado conhecimento aos Institutos históricos.

CENTENÁRIO DO CONSELHEIRO PEDRO VICENTE DE AZEVEDO — O Instituto promoveu uma sessão a 30 de junho em comemoração

do centenário do nascimento do conselheiro dr. Pedro Vicente de Azevedo, ex-presidente da antiga província de Pernambuco, no período de 10 de novembro de 1866 a 7 de outubro de 1887. Figura destacada do partido Conservador, ex-presidente das províncias do Pará, ao tempo da Questão Religiosa, de Minas Gerais, administrou Pernambuco, enfrentando terrível oposição dos deputados liberais, chefiados por José Maria de Albuquerque Melo. No seu govêrno, Epitácio Pessoa e Luiz Salazar iniciaram a vida pública, na promotoria de justiça e no juizado municipal, respectivamente, na comarca do Cabo.

Foi orador na sessão do Instituto o Sr. Célio Meira.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR — Ainda a revisão da nomenclatura toponímica — No dia 28 de julho teve lugar mais uma sessão do Instituto. No expediente foram lidos ofícios da Prefeitura do Recife, sôbre a possibilidade do nome de João Trigueiro, proposto pelo Sindicato dos Estivadores, para uma das ruas do bairro da Estiva, e do padre Donino, para uma nova rua aberta no bairro da Casa-Forte; ofício do Círculo Militar de Santiago, Rio Grande do Sul, comunicando sua fundação; ofício da Sociedade para Relações Culturais entre a Russia e os Países Estrangeiros, sôbre publicações remetidas.

O Sr. Mário Melo comunica que esteve em Alagoas, como delegado do govêrno, para tratar dos limites interestaduais, e foi bem sucedido na missão, pois, firmou um convênio baseado no "utis possidetis" e nos limites naturais. Bem assim teve oportunidade de ir à região de serar da Barriga, último reduto dos Palmares, onde viu as trincheiras em que se defendiam os negros mas infelizmente estão a destruí-las, com arrancar-lhes as pedras para construções.

O Sr. Célio Meira propõe que o Instituto se dirija a seu congênere alagoano, fazendo-lhe um apêlo no sentido de promover os meios da preservação dessas relíquias históricas, o que é unânimemente aprovado.

O Sr. Valdemar de Oliveira oferece ao Instituto algumas proclamações impressas de autoridades revolucionárias de 1930 e, ao mesmo tempo, dá à casa conhecimento dum trabalho de autoria do sr. Mário Furtado de Mendonça, inserto no *Boletim da Cidade e do Pôrto do Recife* no qual o autor trata Manuel de Carvalho como famigerado, e classifica a Confederação do Equador como separatista. O comunicante considera Manuel de Carvalho figura de relêvo no cenário republicano do Brasil e protesta contra considerarem separatista o movimento republicano de 1824, à vista da proclamação em que Manuel de Carvalho, em nome das províncias do norte, convidou as do sul para se unirem sob o sistema americano, que era o signo da República. Foi unânimemente apoiado.

O sr. Joaquim Amazonas pede ao presidente da Comissão de Divisão Administrativa dê ao Instituto conhecimento dos trabalhos da mesma, até porque poderá disso resultar colaboração eficiente.

O Sr. Mário Melo comunica, então, que não há mais o perigo da mudança de nome de Goiana, Jaboatão das Flores, e do Bonito; que Santa Catarina cedeu a Pernambuco o nome de Arcoverde e o Rio de Janeiro abriu mão do topônimo José Mariano; que fêz uma consulta ao Conselho Nacional de Geografia sôbre nova hipótese para continuação do nome de Nazaré em Pernambuco, finalmente que onde há possibilidades de defesa, tem feito, o possível. Mas ha casos completamente perdidos, como Rio Branco, Vitória, Triunfo.

O Sr. Célio Meira indaga sôbre Paulista, e o sr. Mário Melo responde que aguarda informações do Piauí parecendo-lhe que a cidade dalí foi vila antes da nossa. O Sr. Célio Meira faz um apêlo, em nome do Instituto, ao sr. Mário Melo, para que empregue esforços no sentido da manutenção do topônimo em Pernambuco, tendo em vista a importância do engenho Paulista no epílogo da revolução de 1817.

O sr. Gonçalves de Melo comunica que estão sendo reencadernados os documentos da guerra holandesa e tomará particular interêsse no que se relacione com a biblioteca. A seguir foram encerrados os trabalhos.

Instituto Tecnológico do Estado

OS PREPARATIVOS PARA A SUA INSTALAÇÃO — Acham-se em sua última fase os trabalhos para a instalação do I.T.E.P. criado pelo decreto-lei n.º 786, de 13-10-42, do sr. Interventor Federal em Pernambuco.

O prédio adquirido pela Prefeitura do Recife, para êsse fim, à rua Conde da Boa Vista n.º 428, acaba de sofrer uma reforma e adaptação necessárias. A reforma do edifício prevê o funcionamento das seguintes secções: Concreto, Solos e Fundações, Metais, Metrologia e Química. Inicialmente o I.T.E.P. terá sòmente a secção de Concreto e a de Solos, já tendo chegado do Rio e de São Paulo grande parte do aparelhamento necessário, inclusive uma máquina de compressão de 60 tns., com adaptação para executar também ensáios de tração. Ainda durante o corrente mês será feita a inauguração oficial do I.T.E.P. para o que foi convidado o professor Arí Tôrres, pioneiro das pesquizas tecnológicas no Brasil.

O I.T.E.P. terá também uma biblioteca de obras técnicas, já tendo sido adquiridos muitos volumes e assinaturas de várias revistas especializadas.

Além da contribuïção do Govêrno do Estado, para a sua instalação e custêio, conta o Instituto Tecnológico com a colaboração das seguintes emprêsas: Sindicato dos Usineiros... Cr$ 30 000,00; Great Western of Brazil R. Company Cr$ 20 000,00; Pernambuco Tranways & Power C. Limited Cr$ 10 000,00; Federação das Indústrias Cr$ 15 000,00; Laminação de Artefatos de Ferro S/A Cr$ 10 000,00; Associação Comercial de Pernambuco Cr$ 5 000,00; Sindicato das Indústrias de Construção Civil Cr$ 10 000,00.

O Conselho do I.T.E.P. é composto dos engenheiros Newton Maia, Antônio Baltar, Napoleão de Albuquerque, Maurício de Abreu, Figueiredo Lima, Tolentino de Carvalho e Leal Sampaio, representantes respectivamente da Escola de Engenharia, Escola de Belas Artes, Diretoria de Docas, Diretoria de Viação, Diretoria de Saneamento, prefeitura do Recife e Sindicato dos Engenheiros. E' diretor do I.T.E.P. o engenheiro Murilo Coutinho, que regressou recentemente de um estágio no Instituto Nacional de Tecnologia, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e em outras instituïções técnicas do sul do País.

Haverá a mais íntima colaboração entre o I.T.E.P. e a Escola de Engenharia de Pernambuco, facultando o Instituto a esta os seus laboratórios para aulas práticas, etc .

★

PIAUÍ

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 47 cidades e vilas piauienses, 24, ou sejam 51% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituidos os nomes dos seguintes 3 Municípios ou cidades piauienses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (Capitais) com o mesmo nome: *Belém, João Pessoa e Pôrto Alegre,* respectivamente, Capitais dos Estados do Pará, da Paraíba e do Rio Grande do Sul.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 15 cidades piauienses, cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades piauienses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Aparecida, Boa Esperança, Bom Jesús, Castelo, Oeiras, Parnaíba, Patrocínio, Paulista, Picos, Pôrto Seguro, São Benedito, São Pedro, Socorro, União* e *Valença.*

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 47 cidades do Piauí, no que toca à revisão no nomenclautra:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE cidades	Total
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	23	23
2º caso — Há homônimos no País mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome....	6	6
3º caso — Há homônimos no País em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	15	15
4º caso — Há homônimos no País em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	3	3
TOTAL.....	47	47

Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Parnaíba

OS TRABALHOS QUE ESTÃO SENDO REALIZADOS — Sob a direção do engenheiro Roberto Sinay Neves estão em andamento desde princípios do ano passado os serviços da Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Parnaíba, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

A sede da Comissão acha-se localizada em Parnaíba, no Piauí, de onde são superintendidos todos os serviços de limpeza e desobstrução do rio Parnaíba.

Ainda no ano passado, foi atacado um importante trecho do rio entre Floriano e o pôrto de Salôbro, vizinho a Teresina, tendo tido real proveito os trabalhos efetuados que foram feitos com auxílio de alvarengas particulares, cedidas pela Empresa de Navegação União Fluvial Ltda., de Parnaíba, cujos serviços só foram suspensos por ocasião das enchentes do rio. À frente dos trabalhos, o Comandante Moisés Pimentel, conhecedor do rio Parnaíba há longos anos e um dos auxiliares da Comissão, como encarregado dos Serviços de Limpeza do rio Parnaíba.

Êsses serviços continuam a ter andamento, com real proveito para a navegação. O Sr. Roberto Sinay Neves, engenheiro-chefe da Comissão, compreendendo, entretanto, a necessidade de um melhor aparelhamento para completa eficiência dos trabalhos, além do material de que dispunha, acaba de conseguir embarcações apropriadas ao serviço, maquinismos e copioso material, já em poder da Comissão, em Parnaíba, bem como outros melhoramentos indispensáveis à boa marcha do movimento em geral, como seja a aquisição de um avião para fiscalização dos serviços entre Parnaíba e Santa Filomena, e duas estações de rádio, que serão localizadas ao longo da margem do rio, onde a Comissão pretente estabelecer pequenos campos de pouso. Êsse aparelho de que é êle o próprio aviador, foi transportado diretamente do Rio a Parnaíba, sob a sua pilotagem.

As embarcações, maquinismos e material adquiridos recentemente, compõem-se de três botes Gaviétes, construidos em Parnaíba, dois dos quais receberam guinchos de 5 toneladas cada um, e talhas de 10 toneladas e grande quantidade de arame de aço. O terceiro bote Gaviéte recebeu um guincho de 10 toneladas e igualmente uma talha de 10 toneladas. Além disto dispõe a Comissão de um compressor de alta potência, destinado ao bombardeiamento de pedras das cachoeiras do rio em tôda sua extensão.

Intensificados os trabalhos no corrente ano, está em Teresina o Comandante Moisés Pimentel, à frente dos serviços, superintendendo a limpeza e desobstrução e fixação das margens do rio, estando para isso com um dos botes gaviétes acima mencionados entre Floriano e Teresina, um dito entre Teresina e Miguel Alves, a começar do pôrto do Mateuzinho e outro de Miguel Alves a Parnaíba, todos em franca atividade.

Para o bom êxito de todos os serviços da Comissão, muito tem contribuído o Govêrno do Estado.

Comissão de Pesquisa de Carvão de Pedra do D. N. P. M.

AS PERFURAÇÕES REALIZADAS NA FAZENDA DO "CENTRO" — O sr. Interventor federal no Piauí esteve em visita no dia 26 de maio aos serviços que vêm sendo realizados na fazenda" Centro" naquele Estado, pela Comissão de Pesquisa de Carvão de Pedra. O chefe do executivo estadual foi recebido pelo engenheiro Egeu Marino de Almeida Gomes, chefe da Comissão, e seus auxiliares.

Atualmente está sendo alí executada uma perfuração com máquina Sulivan, moderna, a diamante, classe N, com capacidade para 600 metros de profundidade, portátil e de fácil instalação e manêjo, tendo a penetração, com 263 metros, revelado finos leitos ou incrustações de matéria carbonizada. Na altura de 160 metros, aproximadamente, a perfuratriz atravessou um lençol aquífero de caráter artesiano, de água corrente, apresentando todos os princípios dos poços artesianos. A água alí obtida está sendo distribuída amplamente entre os numerosos moradores da redondeza.

Após esta perfuração, que apresenta bons resultados, outras serão realizadas em locais préviamente escolhidos.

Tratando-se de zona sêca, a Comissão, servindo-se de uma sonda tipo B.C.F., teve que fazer um poço de 6 polegadas de diâmetro e 90 metros de profundidade, obtendo, assim água suficiente para alimentar as máquinas.

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS E CARTAS GEOGRÁFICAS — Por motivo do transcurso do 8.º aniversário do govêrno do Interventor Leônidas Melo, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Piauí organizou uma Exposição de Fotografias e Cartas Geográficas atualizadas dos Municípios do Estado. O certame obteve pleno êxito, tendo sido inaugurado no dia 3 de maio e encerrado no dia 17 do mesmo mês.

★

RIO DE JANEIRO

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 246 cidades e vilas fluminenses, 94 ou sejam 38% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 48 distritos ou vilas do Estado do Rio de Janeiro, pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Amparo* no mun. de Barra Mansa; *Aparecida* no mun. de Sapucaia; *Bananeiras* no mun. de Capivarí; *Boa Esperança* no mun. de Rio Bonito; *Bonfim* no mun. de Nova Iguassú; *Caçador* no mun. de Itaguaí; *Campo Belo* no mun. de Resende; *Campos Novos* no mun. de Cabo Frio; *Caxias* no mun de Nova Iguassú; *Encruzilhada* no mun. de Paraíba do Sul; *Espírito Santo* no mun de Barra Mansa; *Estrêla* no mun de Nova Iguassú; *Euclides da Cunha* no mun. de Cantagalo; *Floresta* no mun. de Cantagalo; *Floriano* no mun. de Barra Mansa; *Glicério* no mun. de Macaé; *Guarulhos* no mun. de Campos; *Humaitá* no mun. de Paratí; *Jacareí* no mun. de Mangaratiba; *Laje* no mun. de Itaperuna; *Laranjeiras* no mun. de Itaocara; *Liberdade* no mun. de Bom J. do Itabapoana; *Mato Grosso* no mun. de Saquarema; *Monção* no mun. de Campos; *Monte Alegre* no mun. de Santo Antônio de Pádua; *Natividade* no mun. de Itaperuna; *Nossa Senhora das Dores* no mun. de Barra do Piraí; *Novo Horizonte* no mun. de Campos; *Ouro Fino* no mun. de Itaperuna; *Pinheiro* no mun. de Piraí; *Ponte Nova* no mun. de São Fidélis; *Posse* no mun. de Maricá; *Reserva* no mun. de Itaperuna; *Ribeiro* no mun. de Angra dos Reis; *Ribeirão* no mun. de Bom Jardim; *Rio Grande* no mun. de Nova Friburgo; *Rio Negro* no mun. de Cantagalo; *Rio Preto* no mun. de Valença; *Rodeio* no mun. de Vassouras; *Salto* no mun. de Resende; *Santa Cruz* no mun. de Sto. Antônio de Pádua; *Santana* no mun. de Cachoeiras; *Santo Amaro* no mun. de Campos; *São Joaquim* no mun. de Barra Mansa; *São José* no mun. de Petrópolis; *São Luiz Gonzaga* no mun. de São João da Barra; *Triunfo* no mun. de Santa Maria Madalena; *Vargem Grande* no mun. de Resende.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 13 cidades e 28 vilas fluminenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades do Estado do Rio que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Bom Jardim, Cachoeiras, Campos, Capivarí, Carmo, Entre Rios, Paratí, Piraí, Rio Bonito, Rio Claro, Santa Teresa, São Gonçalo* e *Valença*.

Vilas de: *Areal* no mun. de Entre Rios; *Arrozal* no mun. de Piraí; *Barra Alegre* no mun. de Bom Jardim; *Boa Sorte* no mun. de Cantagalo; *Colônia* no mun. de São Fidélis; *Cordeiro* no mun. de Cantagalo; *Ferreiros* no mun. de Vassouras; *Inconfidência* no mun. de Paraíba do Sul; *Itacurussá* no mun. de Mangaratiba; *Itaipava* no mun. de Petrópolis; *Itaipú* no mun. de São Gonçalo; *Itaoca* no mun. de Campos; *José Mariano* no mun. de São Gonçalo; *Macuco* no mun. de Cantagalo; *Monte Verde* no mun. de Cambucí; *Morro Grande* no mun. de Araruama; *Neves* no mun. de São Gonçalo; *Penha* no mun. de Itaperuna; *Pôrto das Flores* no mun. de Santa Teresa; *Pôrto Real* no mun. de Resende; *Pureza* no mun. de São Fidélis; *Santa Clara* no mun. de Itaperuna; *Silva Jardim* no mun. de Capivarí; *Travessão* no mun. de Campos; *Três Irmãos* no mun. de Itaocara; *Turvo* no mun. de Barra do Piraí; *Vargem Alegre* no mun. de Barra do Piraí; *Vista Alegre* no mun. de Itaperuna.

Em resumo, pois, assim se caracteriza, rigorosamente a situação das 246 cidades e vilas fluminenses no que toca a situação da nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução conservar o nome	32	120	152
2º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome	5	—	5
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se fôr o mais antigo	13	28	41
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução mudar o nome	—	48	48
TOTAL	**50**	**196**	**246**

Biblioteca Pública

ADQUIRIDO PELO GOVÊRNO DO ESTADO UM LIVRO DO SÉCULO XVII — O Govêrno do Estado do Rio adquiriu e recolheu à Biblioteca Pública um exemplar encadernado, em inteira da carneira, da valiosa Relação do *Naufrágio* que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão e governador de Pernambuco, impresso em Lisboa, no ano de 1601, por Antônio Alvares.

E' obra extremamente rara, com curiosas gravuras em madeira, relatando o naufrágio de um dos dois filhos de Duarte Coêlho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, ocorrido na sua viagem do Brasil para Portugal, em 1566.

A autoria dêsse livro tão raro tem sido assunto de debates entre bibliófilos e historiadores, entendendo uns, que, como a *Prosopopéia* é êle da mesma pena de Bento Teixeira, enquanto outros contestam seguindo o ponto de vista do Visconde de Pôrto Seguro, F. A., de Varnhagem, que dizia ter sido o *Naufrágio* escrito pelo piloto Afonso Luiz e corrigido por Antônio de Castro, mestre de D. Duarte de Bragança.

A primeira edição do *Naufrágio* é inteiramente desconhecida e além da adquirida agora foi reimpresso em 1753 na *História Trágico-Marítima* e mais tarde, bastante truncado, no tomo XIII da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*.

Departamento das Municipalidades

OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E RÊDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS EM VÁRIAS LOCALIDADES FLUMINENSES — O Sr. Interventor Federal no Estado do Rio proferiu o seguinte despacho, publicado no *Diário Oficial* local de 2 de julho, na exposição de motivos do Diretor do Departamento das Municipalidades sôbre a realização de obras de abastecimento de água e instalação de rêdes de esgotos sanitários em diferentes localidades do território flu-

minense: — "Aprovo o plano de saneamento para as seguintes localidades: — Itaocara — Vassouras — Miguel Pereira — Vargem Alegre — Mangaratiba — Paraisinho — Angra dos Reis — Maricá — Pureza — Nova Friburgo — Teresópolis — Resende e Campo Belo. Os contratos para execução das obras que atingirão Cr$ 34 662 707,00, deverão ser assinados no próximo dia 29, com a firma "Bicalho Goulart" e para fazer face aos compromissos decorrentes o Departamento das Municipalidades deverá fazer com que todo o excesso de arrecadação ou economia verificada na despesa dos municípios contratantes, asim como as possibilidades orçamentárias para o próximo ano, sejam destinadas a esse fim e ainda a diferença entre a receita que a lei assegura ao D.M. e as suas obrigações para 1944, deverá ter o mesmo objetivo".

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

INTERDITADA A PESCA NAS CORÔAS DA LAGOA FEIA — O sr. Admar Lopes da Cruz, respondendo pelo expediente da Secretaria da Agricultura, Indústria, e Comércio do Estado do Rio, assinou, no dia 22 de julho último a Portaria n.º 39, publicada no *Diário Oficial* local no dia seguinte, proïbindo a pesca nas corôas da Lagôa Feia, em defesa istio-fauna da mesma lagôa.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — *Criado em substituição à C.E.R.* — Pelo decreto-lei n.º 693, de 11 de fevereiro dêste ano, o sr. Interventor federal no Estado do Rio criou o Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), integrado na Secretaria de Viação e Obras Públicas, em substituïção da Comissão de Estradas de Rodagem, instituída pelo Decreto-lei n.º 680, de 27 de janeiro de 1939 — Ao D.E.R. competem as seguintes atribuições:

a) proceder à organização e à revisão periódica do plano rodoviário do Estado e à sua sistematização progressiva;

b) executar, fiscalizar, estudar, projetar e superintender todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estradas de rodagem estaduais, consideradas dentro da respectiva faixa de domínio;

c) promover a conservação permanente das estradas de rodagem estaduais e obras anexas;

d) emitir parecer sôbre projetos de estradas ou obras de arte de concessões estaduais ou municipais e respectivos contratos fiscalizando a sua construção, quando julgada necessária pelo Secretário de Viação e Obras Públicas ou, obrigatòriamente, se fôr integrante do plano geral do Estado;

e) fazer cumprir, por intermédio da polícia de estradas, as disposições relativas aos danos às rodovias, mencionadas nêste Decreto-lei bem como fiscalizar a circulação, de modo a ser fielmente observado o Código de Trânsito.

f) promover a coleta e análise dos elementos estatísticos, e os estudos técnicos e experimentais de administração e economia rodoviárias;

g) proceder às pesquisas de natureza rodoviária com relação ao conhecimento dos solos, às sondagens para fundações e aos revestimentos e materiais componentes;

h) manter constante colaboração com os serviços florestais do Estado, de modo a proporcionar às estradas de rodagem estaduais uma arborização conveniente, bem assim com outros órgãos da Administração, para o fim de incentivar o turismo e o acesso aos estabelecimentos industriais do Estado;

i) representar oficialmente o Estado nos Congressos de Estradas de Rodagem, e promover sua organização — quando de sua iniciativa — tudo mediante determinação do Govêrno;

j) prestar ao Govêrno informações sôbre todos os assuntos pertinentes a estradas de rodagem;

k) fomentar e divulgar estudos sôbre assuntos de técnica rodoviária, por meio de publicações, conferências ou reüniões;

l) facilitar ou promover o aperfeiçoamento técnico de profissionais, pela freqüência dos mesmos a escolas, laboratórios e outros departamentos rodoviários do país ou estrangeiros, desde que os referidos profissionais assumam compromissos especiais, fixados em cada caso, pelo Govêrno;

m) desenvolver, por todos os meios hábeis, a propaganda da estrada de rodagem, para incutir nas populações o seu valor econômico e social;

n) organizar, aperfeiçoar e manter em dia o mapa geral e a história da estradas de rodagem do Estado; coligir e coordenar permanentemente elementos informativos e dados estatísticos relativos às condições técnicas e estado de conservação das estradas, rêdes rodoviárias, despesas, tráfego, influência das rodovias no desenvolvimento da agricultura, comércio, indústria, relações sociais e quaisquer outros que interessem a evolução rodoviária;

o) manter um serviço permanente de informações ao público, sôbre itinerários, distâncias, condições técnicas, estado de conservação das rodovias, ao longo das estradas estaduais, bem como sôbre os serviços regulares de transporte rodoviário coletivo, de passageiros e mercadorias;

p) promover o levantamento do cadastro das propriedades marginais às estradas estaduais, dentro duma faixa especificada em lei;

q) exercer quaisquer outras atividades compatíveis com as leis, tendentes ao desenvolvimento das rodovias.

★

RIO GRANDE DO NORTE

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 84 cidades e vilas norte-riograndenses, 33 ou sejam 39% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí, decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 11 distritos ou vilas norte-riograndenses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Boa Esperança,* no mun. de Martins; *Campestre,* no mun. de Nova Cruz; *Divinópolis,* no mun. de Martins; *Getúlio Vargas,* no mun. de Caraúbas; *Independência,* no mun. de Macau; *Monte Alegre,* no mun. de São José do Mipibú; *Sacramento,* no mun. de Santana do Matos; *Santa Luzia,* no mun. de Assú; *São Sebastião,* no mun. de Mossoró; *São Vicente,* no mun. de Flores; *Vitória,* no mun. de Pau dos Ferros.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 7 cidades e 6 vilas norte-riograndenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades norte-riograndenses que assim têm condicionadas a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Flores, Lajes, Santa Cruz, Santo Antônio, São Gonçalo, São Miguel, Serra Negra.* Vilas de *Boa Saúde,* no mun. de São José do Mipibú; *Campo*

Redondo, no mun. de Santa Cruz; *Jericó*, no mun. de Santa Cruz; *Ouro Branco*, no mun. de Jardim do Seridó; *Pureza*, no mun. de Touros; *Tibau*, no mun. de Areia Branca.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 84 cidades e vilas norte-riograndenses, no que toca à situação de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	26	25	51
2º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	9	—	9
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução só conservar o nome, se fôr o mais antigo.....	7	6	13
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução mudar o nome.....	—	11	11
TOTAL.....	42	42	84

Base Aérea de Natal

COMEMORADO O 1.º ANIVERSÁRIO DA SUA INSTALAÇÃO — Transcorreu no dia 7 do corrente mês de agôsto, o primeiro aniversário da instalação da Base Aérea de Natal, um dos órgãos do Ministério da Aeronáutica, e cuja participação nos acontecimentos tem sido das mais relevantes.

Comemorando a data, o comando da Base Aérea de Natal promoveu uma reünião no Campo de Parnamirim, comparecendo elevado número de pessoas. A solenidade teve lugar às 13 horas, com o comparecimento do desembargador João Dionísio Filgueira, Interventor Federal interino, do almirante Arí Parreiras, chefe da Base Naval de Natal, do general Gustavo Cordeiro de Faria, comandante da 14.ª Divisão de Infantaria, diretores de Departamentos e outras autoridades.

Inicialmente, o general Cordeiro de Faria pronunciou um discurso, fazendo entrega de uma Bandeira Nacional à Base Aérea de Natal, em nome da Guarnição dessa cidade e da Base Naval.

Após, foi lida a Ordem do Dia do Major Carlos Filgueiras Souto, comandante da Base, seguindo-se o desfile em continência à Bandeira pela Companhia de Guardas.

Depois dessas cerimônias, uma esquadrilha de aviões da Força Aérea Brasileira levantou vôo, fazendo várias evoluções.

Às 14 horas, no novo cassino da Base, os oficiais da FAB ofereceram um "cock-tail" às autoridades e convidados, seguindo-se dansas, fazendo-se ouvir duas orquestras, uma das quais a do "American Transport Command".

Departamento de Saúde

DIVISÃO DO ESTADO EM 7 DISTRITOS SANITÁRIOS — Conforme expediente da Comissão de Estudos dos Negócios Etsaduais, publicado no *Diário Oficial* de 30 de julho passado, o sr. Presidente da República aprovou, por despacho datado de 14 do mesmo mês, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal no Rio Grande do Norte, dividindo o Estado em sete distritos sanitários, para efeito de execução dos serviços do Departamento de Saúde.

Instituto Histórico e Geográfico

"TERRA POTIGUAR" — No dia 19 dêste mês, realizou-se sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em Natal, uma cerimônia na praça André de Albuquerque, no local onde se encontra o marco da fundação da cidade, tendo comparecido o sr. Interventor federal interino, desembargador João Dionísio Filgueira e outras autoridades.

Inicialmente foram separadas e pesadas cem gramas de terra, que foi depositada em uma urna especial. Aquela porção de terra norte-riograndense será enviada para o Rio de Janeiro afim de ser incluida no presente simbólico da unidade nacional a ser ofertado ao Presidente Getúlio Vargas.

Usou da palavra, nessa ocasião, o sr. Nestor dos Santos Lima, em nome do Instituto Histórico, fazendo entrega da terra ao Interventor Federal do Estado, interino, desembargador Dionísio Filgueira. Em seguida, o chefe do executivo norte-riograndense pronunciou expressivas palavras, congratulando-se com o Instituto pelo brilho da cerimônia.

Tocou durante a solenidade da "Terra Potiguar" a Banda de Música da Fôrça Policial do Estado.

★

RIO GRANDE DO SUL

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 392 cidades e vilas sul-riograndenses, 126 ou sejam 32% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 52 distritos ou vilas sul-riograndeses pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome.

Augusto Severo, no mun. de Prata; *Benjamin Constant*, no mun. de Sarandí; *Boa Esperança*, no mun. de Caràzinho; *Bom Jardim*, no mun. de São Leopoldo; *Bom Retiro*, no mun. de Taquarí; *Cajurú*, no mun. de Farroupilha; *Capela*, no mun. de Caí; *Capivarí*, no mun. de Rio Pardo; *Cêrro Azul*, no mun. de São Luiz Gonzaga; *Concórdia* no mun. de Taquarí; *Cotegipe*, no mun. de José Bonifácio; *Cruzeiro do Sul*, no mun. de Lajeado; *Entre Rios*, no mun. de Vacaria; *Fortaleza*, no mun. de Palmeira; *Guaraní*, no mun. de São Luiz Gonzaga; *Guararapes*, no mun. de Antônio Prado; *Itapeva*, no mun. de Osório; *Laranjeiras*, no mun. de Santa Rosa; *Liberdade*, no mun. de Palmeira; *Luz*, no mun. de Vacaria; *Monte Belo*, no mun. de Bento Gonçalves; *Mundo Novo*, no mun. de Taquara; *Natal*, no mun. de Montenegro; *Palmares*, no mun. de Osório; *Paraguassú*, no mun. de Camaquã; *Patrocínio*, no mun. de Encruzilhada; *Pindorama*, no mun. de Cruz Alta; *Pinhal*, no mun. de Vacaria; *Porteirinha*, no mun. de Livramento; *Prado*, no mun. de Iraí; *Princesa Isabel*, no mun. de José Bonifácio; *Recreio*, no mun. de Itaquí; *Redenção*, no mun. de Palmeira; *Rio Branco*, no mun. de Cruz Alta; *Rio Negro*, no mun. de Bagé; *Rio Novo*, no mun. de José Bonifácio; *Rio Verde* no mun. de Tôrres; *Salto*, no mun. de São Francisco de Paula;

Santa Bárbara, no mun. de Cruz Alta; *Santa Isabel,* no mun. de Arrôio Grande; *Santa Teresa,* no mun. de Bento Gonçalves; *Santa Teresinha,* no mun. de Palmeira; *Santo Amaro,* no mun. de General Câmara; *São Domingos,* no mun. de Guaporé; *São Joaquim,* no mun. de Taquarí; *São José,* no mun. de Lagoa Vermelha; *São Miguel,* no mun. de Santo Ângelo; *São Paulo* no mun. de Sobradinho; *São Sebastião,* no mun. de Dom Pedrito; *Sapucaia* no mun. de São Leopoldo; *Teixeira,* no mun. de Passo Fundo; *Tiradentes,* no mun. de Arrôio do Meio.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 28 cidades e 29 vilas sul-riograndenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades sul-riograndenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de:

Alfredo Chaves, Bom Jesús, Caçapava, Cachoeira, Caxias, Encruzilhada, Erval, José Bonifácio, Lajeado, Lavras, Livramento, Palmeira, Prata, Rio Pardo, Rosário, Santa Cruz, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Antônio, São Gabriel, São Jerônimo, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Pedro, São Vicente, Saledade, Taquarí, Triunfo; Vilas de: *Araçá, no mun. de Prata; Areial* no mun. de Pelotas; *Barracão,* no mun. de Lagoa Vermelha; *Barro,* no mun. de José Bonifácio; *Bom Princípio,* no mun. de Montenegro; *Boqueirão,* no mun. de São Lourenço; *Camargo,* no mun. de Soledade; *Campo do Meio,* no mun. de Passo Fundo; *Cerrito,* no mun. de Cangussú; *Chapéu,* no mun. de São Francisco de Paula; *Colônia,* no mun. de Santa Maria; *Dois Irmãos,* no mun. de São Leopoldo; *Estreito,* no mun. de São José do Norte; *Floriano Peixoto,* no mun. de Garibaldi; *Horizonte,* no mun. de Santa Rosa; *Inconfidência* no mun. de Tupanceretã; *João Correia,* no mun. de São Leopoldo; *Mauá,* no mun. de Guaporé; *Ouro Branco,* no mun. de Estrêla; *Paraíso,* no mun. de Cachoeira; *Santa Clara,* no mun. de Lajeado; *Santa Lúcia,* no mun. de São Luiz Gonzaga; *São Marcos,* no mun. de Caxias; *São Martinho,* no mun. de Santa Maria; *Sinimbú,* no mun. de Santa Cruz; *Tamandaré,* no mun. de Carazinho; *Tesouras,* no mun. de Palmeira; *Três Irmãos,* no mun. de Tôrres; *Umbú,* no mun. de São Vicente.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigosamente a situação das 392 cidades e vilas sul-riograndenses, no que toca à situação de nomenclatura.

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome	43	223	266
2º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome	17	—	17
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se for o mais antigo	28	29	57
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome	—	52	52
TOTAL	88	304	392

Faculdade de Filosofia da Universidade de Pôrto Alegre

AUTORIZADO O FUNCIONAMENTO DE VÁRIOS CURSOS — Na pasta da Educação o sr. Presidente da República assinou, no dia 11 de maio o decreto n.º 12 386, publicado no *Diário Oficial* de 30 de julho, autorizando o funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, pedagogia e didática da Faculdade de Filosofia da Universidade de Pôrto Alegre.

Instituto Histórico e Geográfico

CAMPANHA EM PROL DO MONUMENTO AO DUQUE DE CAXIAS — Por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em colaboração com o govêrno do Estado e com o Comando da Região Militar, orzaniza-se no Rio Grande do Sul movimento em prol da construção de um monumento ao Duque de Caxias.

No dia 13 de julho último tratando da patriótica iniciativa, estiveram em Palácio, palestrando por longo tempo com o interventor federal, o general Valetim Benício da Silva, comandante da 3.ª Região Militar, Sr. Manuel Duarte e Cel. Luiz Carlos de Morais, respectivamente presidente e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico.

Nessa reünião ficou organizada a comissão que orientará a campanha pela construção do monumento, ao grande pacificador do Rio Grande do Sul, na guerra dos Farrapos.

Junta Regional de Estatística

1.ª EXPOSIÇÃO DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL — Aceitando uma sugestão da Liga de Defesa Nacional, a Junta Executiva Regional de Estatística, resolveu realizar, em setembro próximo, por ocasião das comemorações da "Semana da Pátria", a 1.ª Exposição de Estatística.

Para promover as demarches necessárias ao bom êxito do empreendimento, foi organizada a seguinte comissão: Srs. Ernani Ruschel, Ernesto Pelanda e Álvaro J. de Oliveira e Remi Gorga, que já se entendeu com todos os secretários de Estado, diretores de departamentos, no sentido de cooperarem, na medida do possível, para o brilhantismo da exposição.

A prefeitura municipal de Pôrto Alegre também se fará representar com numerosos gráficos estatísticos e uma interessante coleção de trabalhos referentes ao expediente urbano, inédito, ainda, entre nós. O sr. Loureiro da Silva, prefeito municipal, está empenhando todo o seu esfôrço, para que a representação do município esteja à altura do seu desenvolvimento.

Os melhores trabalhos na "Exposição do Estado Novo", se encontram nesta capital e serão expostos na 1.ª Exposição Riograndense de Estatística, por especial deferência do sr. Manuelito de Ornelas, que está, também, cooperando para o bom êxito dessa iniciativa de Junta Regional de Estatística do Rio Grande do Sul.

Secretaria das Obras Públicas

LIGAÇÃO DE PÔRTO ALEGRE AO MAR — Há vários anos, o govêrno do Rio Grande do Sul cogita ligar Tôrres a Pôrto Alegre por uma via econômica. Para êsse fim, contratou, há tempos, os serviços do engenheiro Hausser, que, nessa missão, projetou um canal pelas lagoas de Tôrres, até Osório. Êste canal posteriormente, galgaria a lagoa dos Barros, de onde passaria para o rio Gravataí, daí ligando Pôrto Alegre ao mar.

A ligação entre Osório e a lagoa dos Barros seria feito por meio de custoso aparêlho de elevação de barcos e no rio Gravataí seriam construídas várias eclusas. Tudo isso seria caríssimo. Assim sendo, o govêrno limitou-se a melhorar a linha de navegação entre Tôrres (Pôrto Estácio) e Osório. Daí por diante, a via lacustre seria substituída pela estrada de ferro de Osório a Palmares, a qual foi logo construída.

Compreende-se, de logo, o alto preço dos fretes desta via hecterogênea: a mercadoria vem por água através das lagoas até Osório, onde é transbordada para a estrada de ferro, que a transporta até Palmares, onde ela é novamente transbordada para navios que a conduzem até Pôrto Alegre. Note-se que, além de dois transbordos forçados, há um longo transporte ferroviário. Necessàriamente os fretes se elevam assim, acima da capacidade de mercadorias de fraca densidade econômica.

No intuito de melhorar tão cara via de transporte, o govêrno resolveu fazer estudar uma variante, estudos êsses que estão sendo processados na secção de Serviços Hidrográficos, sob a chefia do engenheiro Jorge Pôrto.

Nesta variante são utilizados, em primeiro lugar, o rio Palmares; em seguida, a série de lagoas denominadas Lavagem, Porteira, Rincão das Éguas, Cerquinha, Cidreira, Fortaleza, Cabritas, Dona Antônia, Manuel Vicente, Custódias, Tramandaí e Armazem. Em seguida, aproveita-se o rio Tramandaí até a lagoa das Malvas, a qual já pertence à linha que vai de Tôrres até a Osório. Ficarão assim, suprimidos os dois transbordos citados e o longo e caro percurso em estrada de ferro. Desta forma, será também possível ir-se de Pôrto Alegre a Tôrres sem mudar de barco.

Como trabalho preliminar, foi feito o levantamento do rio Palmares, da série de lagoas que vai da Porteira até Armazem, e do rio Tramandaí. Êsse levantamento já está concluído e sôbre êle os engenheiros dos Serviços Hidrográficos estão projetando o canal. Êste será apropriado para barcos que calem um metro e vinte, sendo de notar que o rio Tramandaí tem, em toda a sua extensão quatro ou cinco metros de profundidade.

Aberto o referido canal, será incalculável o que se poderá transportar de madeiras das lagoas do norte até Pôrto Alegre. Essas madeiras, atualmente, não podem suportar o pesado frete que deveriam pagar. E', por conseguinte, uma fonte de produção de enormes possibilidades que está amordaçada por fatores anti-econômicos.

Da mesma forma, melhorariam as condições de transporte dos produtos obtidos ao longo de tôda a via atual. Mas, a maior repercussão do canal será o desenvolvimento da rizicultura entre as lagoas das Porteiras e das Malvas. Na parte ocidental das lagoas entre a Porteira e Tramandaí existem férteis várzeas para arroz inaproveitadas hoje devido a ineficiência de transportes. Da mesma forma, as duas margens do rio Tramandaí são fertilíssimas e adequadas ao cultivo do arroz.

LIGAÇÃO DA LAGOA MIRIM AO ATLÂNTICO — DECLARAÇÕES DO ENGENHEIRO URUGUAIO BUZZETTI — O engenheiro uruguaio José L. Buzzetti, referindo-se aos estudos que estão sendo levados a efeito para o aproveitamento dos rios navegáveis, aludiu à possibilidade de ser ligada, por um canal de 32 quilômetros, a lagoa Mirim ao Atlântico.

Acrescentou que aquela lagoa se comunica ao Atlântico, em território brasileiro, através do rio São Gonçalo e a Lagoa dos Patos, de modo que não deve existir, pràticamente, desnível entre o Atlântico e a Lagoa Mirim.

"Por outro lado, prossegiu o engenheiro Buzzetti, existem em território uruguaio acidentes hidrográficos interessantes para se ter em conta na construção do futuro canal, como os arrôios San Miguel e Chuí".

★

SANTA CATARINA

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 205 cidades e vilas catarinenses, 85 ou seja quase 42% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 46 distritos ou vilas catarinenses pelo fato de haver no País localidades de maior, categoria (cidades) com o mesmo nome; *Aliança*, no mun. de Nova Trento; *Aquidabã*, no mun. de Indaial; *Bananal*, no mun. de Joinville; *Bela Vista*, no mun. de Mafra; *Boa Vista*, no mun. de Tijucas; *Bocaina*, no mun. de Lajes; *Bom Jardim*, no mun. de São Joaquim; *Cachoeira*, no mun. de Florianópolis; *Campo Belo*, no mun. de Lajes; *Capivari*, no mun. de Tubarão; *Caxambú*, no mun. de Xapecó; *Coração de Jesús*, no mun. de Campos Novos; *Encruzilhada*, no mun. de Timbó; *Erval*, no mun. de Campos Novos; *Getúlio Vargas*, no mun. de Hamônia; *Gravatá*, no mun. de Tubarão; *Itapiranga*, no mun. de Xapecó; *Itapuí*, no mun. de Cruzeiro; *João Pessoa*, no mun. de São José; *Morretes*, no mun. de Araranguá; *Nilo Peçanha*, no mun. de Araranguá; *Palmeiras*, no mun. de Orleans; *Palmital*, no mun. de São Francisco; *Pedreira*, no mun. de Joinville; *Perdizes*, no mun. de Campos Novos; *Pôrto Franco*, no mun. de Brusque; *Princesa Isabel*, no mun. de Caçàdor; *Ribeirão*, no mun. de Florianópolis; *Rio Bonito*, no mun. de Campos Novos; *Rio Branco*, no mun. de Concórdia; *Rio Preto*, no mun. de Mafra; *Rio Vermelho*, no mun. de Florianópolis; *Salto Grande*, no mun. de Bom Retiro; *Santa Cruz*, no mun. de Pôrto União; *Santana*, no mun. de São Joaquim; *Sta. Teresa* no mun. de Bom Retiro; *Santo Amaro* no mun. de Palhoça; *Santo Antônio*, no mun. de Florianópolis; *São Carlos*, no mun. de Xapecó; *São Domingos*, no mun. de Xapecó; *São Luiz;* no mun. de Caçador; *São Miguel*, no mun. de Biguassú; *São Sebastião*, no mun. de Curitibanos; *Teresópolis*, no mun. de Palhoça; *Vitória*, no mun. de Caçador; *Volta Grande*, no mun. de Araranguá.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 7 cidades e 22 vilas catarinenses cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades catarinenses que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Cruzeiro, Jaraguá, Lajes, Paratí, São Bento, São Francisco*, e *São Joaquim;* Vilas de *Arcoverde*, no mun. de Campos Novos; *Catanduvas*, no mun. de Cruzeiro; *Cerrito*, no mun. de Lajes; *Iracema*, no mun. de Italópolis; *Itapocú*, no mun. de Paratí; *Lagoa*, no mun. de Florianópolis; *Massaranduba*, no mun. de Blumenau; *Mauá*, no mun. de Concórdia; *Mirim*, no mun. de Laguna; *Moema*, no mun. de Itaiópolis; *Nova Veneza*, no mun. de Cresciuma; *Penha*, no mun. de Itajaí; *Ponte Alta*, no mun. de Curitibanos; *Rio do Peixe*, no mun. de Campos Novos; *São Braz*, no mun. de Laguna; *São João Batista*, no mun. de Tijucas; *São Martinho*, no mun. de Imaruí; *São Pedro de Alcântara*, no mun. de São José; *Três Bar-*

ras, no mun. de Canoinhas; *Trindade,* no mun. de Florianópolis; *Turvo,* no mun. de Araranguá; *Umbú,* no mun. de Campos Novos.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 205 cidades e vilas, no que toca à situação de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Hão há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	27	93	120
2º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	10	—	10
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se for o mais antigo.....	7	22	29
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	—	46	46
TOTAL.....	44	161	205

Departamento Estadual de Estatística

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA — Concluída a primeira parte do levantamento estatístico da produção industrial de Santa Catarina, apressam-se os serviços municipais de estatística, sob a orientação técnica do Departamento Estadual de Estatística e com a colaboração dos respectivos prefeitos municipais, a coletarem dados e informações necessários para fixar, numèricamente, o montante das safras agrícolas em curso.

Trata-se de uma investigação de elevado alcance prático, pois os seus resultados possibilitarão os poderes públicos a tomarem medidas necessárias ao rápido escoamento da produção, problema que só póde ser resolvido com o conhecimento antecipado das colheitas.

Departamento Estadual de Geografia e Geologia

APROVADO PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO O PARECER SÔBRE SUA CRIAÇÃO — O *Diário Oficial* de Santa Catarina, edição do dia 30 de julho, publica o parecer apresentado pelo sr. Roberto Soares de Oliveira ao Conselho Administrativo do Estado, favorável à aprovação do projeto de decreto-lei da Interventoria, que cria o Departamento Estadual de Geografia e Geologia. Da Diretoria de Geografia e Terras, o projeto destaca o Serviço de Geografia, que passa a constituir o Departamento acima e terá a seu cargo os serviços geológicos e a execução de vários outros encargos que lhe cometeu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inclusive a levantamento da carta geográfica do Estado na escala de 1:500 000.

Diretoria de Estradas de Rodagem

CRIAÇÃO DO CARGO DE TOPÓGRAFO — Em sessão realizada no dia 5 de julho último, o Conselho Administrativo de Santa Catarina aprovou o projeto de decreto-lei da Interventoria federal, que cria, no Quadro Único do Estado, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Topógrafo, padrão *K,* da Diretoria de Estradas de Rodagem. O cargo referido será provido mediante livre escolha do Chefe do Poder Executivo estadual.

Instituto Histórico e Geográfico

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE SANTA CATARINA — A comissão do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, incumbida da organização do Dicionário Biográfico de Santa Catarina, não tem poupado esforços no sentido de adquirir os indispensáveis dados referentes às pessoas que, na terra "bariga-verde" tiveram o seu destaque social, comercial, na vida pública civil ou militar, ou noutro qualquer setor de sua atividade, prestando de qualquer forma, auxílio ao progresso e ao desenvolvimento de Santa Catarina.

A comissão já distribuíu cêrca de quinhentas fichas impressas para serem informadas, esperando que as mesmas sejam prontamente devolvidas, devidamente respondidas, prestando-se assim, o auxílio que deve receber neste mistér patriótico, fazendo reviver o nome dos antepassados, ou seja daqueles que em data remota, procuraram engrandecer e elevar a terra catarinense.

★

SÃO PAULO

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 588 cidades e vilas paulistas, 194 ou sejam 33% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 47 distritos ou vilas paulistas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Baliza* no mun. de Martinópolis, *Bandeirantes* no mun. de Agudos;*Barra* no mun. de Caconde, *Batalha* no mun. de Pirajuí; *Bom Sucesso* no mun. de Itaí; *Bonfim* no mun. de Ribeirão Preto, *Caçador* no mun. de São Pedro do Turvo; *Cambará* no mun. de Ibitinga;*Campos Novos,* no mun. de Bela Vista; *Cascavel* no mun. de São João da Boa Vista; *Cruz Alta,* no mun. de Maracaí, *Estrêla,* no mun. de Santa Rita; *Floresta* no mun. de Itapuí; *Formiga* no mun. de Regente Feijó; *Gurupá,* no município de Promissão; *Herculânea,* no mun. de Pompéia; *Ipojuca,* no mun. de Rio Claro; *Itambé* no mun. de Barretos; *Itaúna* no mun. de Xiririca; *Jaguari* no mun. de Mogí Mirim; *Jardim* no mun. de Pinhal; *João Alfredo* no mun. de Piracicaba; *Jurema* no mun. de Taquaritinga;*Laranjeiras* no mun. de Barretos; *Macaúbas* no mun. de Monte Aprazível; *Mesquita* no mun. de Cafelândia; *Monção* no mun. de Santa Bárbara do Rio Pardo; *Monte Alegre* no mun. de Amparo; *Monteiro* no mun. de Tanabí, *Palmares* no mun. de Catanduva; *Pau d'Alho* no mun. de Salto Grande; *Perdões* no mun. de Nazaré; *Pirapora* no mun. de Parnaíba; *Prata* no mun. de São Manuel; *Rebouças* no mun. de Campinas; *Ribeirão Claro* no mun. de Rio Preto; *Ribeirópolis* no mun. de Fartura, *Rui Barbosa* no mun. de Mirassol, *Santa Catarina* no mun. de Piedade; *Santa Inez* no mun. de Vera Cruz; *Santa Luzia* no mun. de Presidente Bernardes, *Santa Maria* no mun. de São Pedro; *Santo Ângelo* no mun. de Mogí das Cruzes; *Santo Inácio* no mun. de Garça; *São Bernardo* no mun. de Santo André; *Sarandí* no mun. de Jardinópolis; *Vitória* no mun. de Botucatú.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 49 cidades e 38 vilas paulistas cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras *da mesma categoria*, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades paulistas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Anápolis, Aparecida, Bebedouro, Bela Vista, Boa Esperança, Bocaiuva, Bragança, Brotas, Caçapava, Cachoeira, Campo Largo, Capivari, Cruzeiro, Formosa, Itapecerica, Itapira, Itaporanga, José Bonifácio, Laranjal, Lençóis Mineiros, Monte Alto, Monte Azul, Mundo Novo, Natividade. Nazaré, Palmeiras, Paraguassú, Parnaíba, Pilar, Prainha, Redenção, Rio Claro, Rio Preto, Santa Bárbara, Santa Isabel, Santa Rita, Santa Rosa, São Joaquim, São Manuel, São Pedro, São Sebastião, São Vicente, Serra Negra, Socorro, Taquari, Taquaritinga, Una e Vargem Grande.*

Vilas de *Água Fria* no mun. de Parnaíba; *Água Limpa* no mun. de Pederneiras; *Albuquerque* no mun. de Cajobí; *Barrinha* no mun. de Sertãozinho, *Belo Monte* no mun. de Pirajuí; *Buritis* no mun. de Igarapava; *Cabrália* no mun. de Piratininga, *Camargo* no mun. de Fernando Prestes; *Capoeiras* no mun. de Apiaí; *Casa Grande* no mun. de Bela Vista; *Cordeiro* no mun. de Limeira, *Cristais* no mun. de Franca; *Fernão Dias* no mun. de Gália; *Figueira* no mun. de Dois Córregos; *Fortuna* no mun. de Bela Vista; *Guaraci* no mun. de Olímpia; *Igaraí* no mun. de Mococa; *Indiana* no mun. de Regente Feijó; *Ingaí* no mun. de Nova Granada; *Itaoca* no mun. de Apiaí; *Juquiá* no mun. de Prainha; *Lagoa* no mun. de Casa Branca; *Lagoinha* no mun. de Cunha; *Mauá* no mun. de Santo André; *Morro Alto* no mun. de Itapetininga; *Neves* no mun. de Mirassol; *Olhos d'Água* no mun. de São Joaquim; *Paraíso* no mun. de Pirangí; *Pedra Grande* no mun. de Bragança; *Primavera* no mun. de Marília; *Ribeirão Vermelho* no mun. de Itaporanga; *Santa Lúcia* no mun. de Araraquara; *São Francisco Xavier* no mun. de São José dos Campos; *Taquaral* no mun. de Pitangueiras; *Tuiuti* no mun. de Bragança; *Valinhos* no mun. de Campinas; *Veadinho* no mun. de Paulo de Faria; *Vista Alegre* no mun. de Monte Alto.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 588 cidades e vilas paulistas, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome	161	233	394
2º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome	60	—	60
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se for o mais antigo	49	38	87
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome	—	47	47
TOTAL	270	318	588

Associação Paulista de Imprensa

"NÃO EXISTE A ATRAÇÃO ASTRAL, CONTRÁRIAMENTE AO QUE PENSARAM GALILEU E NEWTON" — O físico e astrônomo Afonso Zocola realizou a 15 de julho último, na sede da Associação Paulista de Imprensa, uma palestra sôbre astronomia, discorrendo sôbre o seguinte tema: — "Não existe a atração astral, contràriamente ao que pensaram Galileu e Newton".

O tema já foi objeto de um estudo do sr. Afonso Zocola, apresentado às nossas entidades científicas.

Foto Clube Bandeirante

II SALÃO PAULISTA DE ARTE FOTOGRÁFICA — No próximo mês de outubro, realizar-se-à em São Paulo, por iniciativa do Foto Clube Bandeirante, o II Salão Paulista de Arte Fotográfica, ao qual poderão concorrer amadores e profissionais da fotografia de todo o Brasil.

Haverá prêmios para os melhores trabalhos classificados dentre os vários gêneros, de acôrdo com o julgamento que será feito por uma comissão de artistas e intelectuais da capital paulista.

As inscrições deverão ser dirigidas à sede do Foto Clube Bandeirante, à rua São Bento, 357, 1.º andar, S. Paulo, devendo os interessados procurar nas casas de artigos fotográficos daquela capital os impressos contendo o regulamento e boletim de inscrição ou, então, solicitá-los àquela entidade.

Instituto Geográfico e Geológico

AUTORIZADO O CONTRATO DE UM ENGENHEIRO DE MINAS — Em sua reünião realizada no dia 23 de julho último, resolveu a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais opinar favorávelmente no pedido de autorização da Interventoria Federal no Estado de São Paulo, para ser contratado pelo Instituto Geográfico e Geológico, pelo prazo de dois anos, o engenheiro de minas Constantino Skavich, de nacionalidade russa.

NOVA DENOMINAÇÃO PARA O SERVIÇO DE CLIMATOLOGIA E HIDROGRAFIA — O Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, em sessão de 20 de julho último, aprovou a seguinte Resolução que tomou o n.º 802, de 1943:

"Aprova projeto de decreto-lei da INTERVENTORIA FEDERAL, que dispõe sôbre o Serviço de Climatologia e Hidrografia do Instituto Geográfico e Geológico.

O Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, em sessão de 20 de julho de 1943, adotou a seguinte RESOLUÇÃO:

E' aprovado, nos próprios têrmos em que se acha redigido, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, remetido com o seu ofício n.º 6 304-43, a saber:

O Interventor Federal do Estado de São Paulo, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e nos têrmos da Resolução n.º 802, de 1943, do Conselho Administrativo do Estado, decreta:

Artigo 1.º — Dentre as finalidades do Instituto Geográfico e Geológico, discriminadas no decreto n.º 9 871, de 28 de dezembro de 1938, fica suprimida a de que trata a letra "e" do respectivo art. 2.º.

Artigo 2.º — O Serviço de Climatologia e Hidrografia do Instituto Geográfico e Geológico organizado pelo decreto a que alude o artigo anterior passa a denominar-se Serviço de Hidrografia.

Artigo 3.º — O art. 27, do Regulamento aprovado pelo decreto n.º 9 942, de 23 de janeiro de 1939, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 27 — Ao Serviço de Hidrografia compete:

a) estudar o regime pluvioso e seu ciclo:

b) estudar o regime dos rios, tendo em vista principalmente, os problemas de abastecimento de energia hidráulica, de irrigação e de previsão de inundações;

c) localizar as cachoeiras e quedas de água, determinando os seus potenciais e organizando o respectivo cadastro".

Artigo 4.º — O Serviço de Hidrografia terá o mesmo quadro de pessoal previsto no citado decreto n.º 9 871 para o serviço de Climatologia e Hidrografia.

Artigo 5.º — O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante apostila, revalidará os títulos de nomeação dos funcionários do antigo Serviço de Climatologia e Hidrografia de que trata o presente decreto-lei.

Artigo 6.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 21 de julho de 1943.

Godofredo T. da Silva Teles — Presidente".

Instituto Histórico e Geográfico

7.ª SESSÃO ORDINÁRIA — CENTENÁRIO DO CONSELHEIRO PEDRO VICENTE DE AZEVEDO — Em sessão realizada a 5 de julho, comemorou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo o centenário do nascimento do Conselheiro Dr. Pedro Vicente de Azevedo que foi um dos fundadores do Instituto, tendo sido orador o sr. Bueno de Azevedo Filho, membro do Instituto, vice-presidente do Instituto Heráldico-Genealógico, autor de vários trabalhos históricos, advogado, professor, jornalista, escritor de História e Genealogia e neto do homenageado. O Sr. Bueno de Azevedo Filho discorreu longamente sôbre a personalidade do ilustre brasileiro, que foi presidente das Províncias do Pará, de Minas Gerais, de Pernambuco e de São Paulo e prefeito da capital paulista.

HOMENAGEM AO SR. JOSE' TÔRRES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE PERPÉTUO DO INSTITUTO — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo prestou, no dia 20 de julho, significativas homenagens ao seu presidente perpétuo, sr. José Tôrres de Oliveira, por motivo da passagem do 40.º aniversário de sua eleição como sócio efetivo da tradicional instituïção cultural bandeirante.

Todos os atos se revestiram de grande brilho, e contaram com o concurso de elementos destacados da sociedade paulista, traduzindo o elevado conceito em que é tido o homenageado a quem as nossas letras históricas devem assinalados serviços, nêstes últimos quarenta anos.

Às 9 horas e meia, na igreja de São Francisco, foi celebrada missa em ação de graças pelo revdmo. p. João Batista de Carvalho, sócio honorário do Instituto. Além do sr. José Tôrres de Oliveira e família, compareceram os srs. desembargadores Afonso José de Carvalho, Plínio Gomes Barbosa, Ignor Dolgorukij, Antônio de Novais Mourão, Geraldo Rúffolo, Tito Lívio Ferreira, Carlos da Silveira, João Migliori, Antônio da Cunha Bueno, Plínio de Barros Monteiro, Juan Francisco Recalde, Zuinglio Homem de Melo, Domingos Laurito, Alvaro da Veiga Coimbra, Frederico Brotero, José de Sá Carvalho, Aureliano Leite, Décio Pires Correia e inúmeras outras pessoas.

Num ambiente de grande cordialidade, realizou-se na Casa Anglo-Brasileira, às 13 horas, um almôço grandemente concorrido do qual participaram entre outros os srs. desembargador Afonso José de Carvalho, Afonso de Taunay, Aureliano Leite, Tenório de Brito, Arrisson de Sousa Ferraz, J. R. de Sá Carvalho, Fausto de Almeida Prado Penteado.

Usou da palavra, em nome dos presentes, o desembargador Afonso José de Carvalho, enaltecendo os méritos do homenageado.

Em seguida, falou o historiador Afonso de Taunay, também saüdando o homenageado.

Agradecendo a homenagem e, em particular as referências dos dois oradores, disse o sr. Tôrres de Oliveira não merecer tanto pelo que havia feito em benefício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pois que não fizera senão cumprir estritamente o seu dever. Deve o que foi e o que é — acentuou — ao que foram e tem sido os seus consócios e, na certeza de que êstes continuarão a ser como sempre foram, amigos devotados do Instituto, promete,êle próprio ser sempre o que foi e o que é.

Às 21 horas realizou o Instituto Histórico a sessão comemorativa da efeméride, com a presença do homenageado e inúmeros sócios, autoridades e representantes de várias instituïções culturais.

Abrindo a sessão, o sr. Nicolau Duarte Silva declarou que, por se tratar de uma sessão de homenagem ao presidente do Instituto assumia a presidência, na qualidade de vice-presidente e nomeava uma comissão composta dos srs. Frederico Brotero, Afonso José de Carvalho e Aureliano Leite, para introduzir no recinto o homenageado, o que foi feito sob vibrante salva de palmas de todos os presentes, que se conservaram de pé, enquanto o sr. Tôrres de Oliveira assinava o livro de presença e tomava assento à mesa, na cadeira presidencial. A seguir, foram lidos pelo 1.º secretário, sr. Tito Lívio Ferreira, os documentos referentes à comemoração.

O Sr. Duarte Silva nomeia, em seguida, uma comissão composta dos srs. Aguiar Whitaker, Oliveira Orlandi e Tenório de Brito, para colocar uma placa de prata na cadeira do presidente perpétuo, com a inscrição "Cadeira Tôrres de Oliveira — 20-7-1943". Outra comissão, composta dos srs. Alvaro Coimbra, Ricardo Daunt e Ernesto de Sousa Campos, foi designada para descobrir o retrato a óleo do homenageado, trabalho de autoria do sr. Paulo do Vale, o que foi feito sob prolongada salva de palmas.

Dada a palavra ao orador oficial, prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, proferiu êste o elogio do sr. José Tôrres de Oliveira. Depois de referir-se às comemorações do dia, desde a missa na igreja de S. Francisco, detem-se na consideração do valor das homenagens que estavam sendo prestadas, sem paralelo na longa vida do Instituto. Traça, depois a biografia do homenageado, desde o tempo em que freqüentou o colégio de Itú e, em seguida, nos bancos acadêmicos da trâdicional Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se destacou em uma turma que contava com os nomes de Herculano de Freitas, Afonso José de Carvalho, Paulo Prado, Otávio Mendes, João Luiz Alves, Afonso Arinos de Melo Franco, Mendes Pimentel e outros. Depois de referir-se à atuação do sr. Tôrres de Oliveira em sua vida pública como promotor na comarca de Cunha e juiz de órfãos em S. Luiz do Paraitinga, ou como advogado em Jaboticabal e em S. Paulo, passa o orador a tratar da personalidade do sócio do Instituto, motivo principal das homenagens que estavam sendo prestadas. Recorda que a proposta com o seu nome,

indicado para figurar na categoria dos sócios efetivos, foi apresentada em 20 de junho de 1903 e aprovada precisamente um mês depois, há quarenta anos. Daí por diante, o sr. Tôrres de Oliveira dedicou-se ao Instituto de maneira verdadeiramente excepcional, tendo ocupado um a um, todos os cargos da diretoria, além dos postos de que, em várias comissões, se desincumbiu com raro brilho. Aclamado presidente perpétuo do Instituto em 1932, por proposta redigida por Leopoldo de Freitas e logo subscrita por grande número de sócios, salientou-se a atuação do sr. Tôrres de Oliveira por uma grande soma de serviços prestados ao Instituto Os seus trabalhos históricos acham-se publicados na *Revista* da instituïção, revelando sempre o carinho do estudioso pelas coisas de nossa terra e a meticulosidade do pesquisador.

Terminada, sob aplausos gerais, a brilhante oração do prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, o sr. Duarte Silva comunica que um apanhado da mesma seria publicado pela *Revista do Instituto*.

Tomando a palavra, o sr. Tôrres de Oliveira agradece os conceitos emitidos pelo orador oficial e salienta que apenas cumprira o seu dever em tudo o que fizera pelo Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. A seguir, o sr. Zuinglio Homem de Melo, presidente da Sociedade Numismática Brasileira, oferece ao homenageado um distintivo e um diploma de sócio honorário daquela instituïção. Fala também o sr. Geraldo Rúfolo, congratulando-se com os presentes pelas homenagens prestadas ao sr. Tôrres de Oliveira.

Depois de responder aos dois últimos oradores e de agradecer as manifestações de simpatia de que fôra alvo, o sr. Josó Tôrres de Oliveira assume a presidência da sessão e declara-a encerrada.

8.ª SESSÃO ORDINÁRIA — "TAPIRAPÉS — CHAVE DO RONCADOR" — Realizou-se no dia 5 do corrente a oitava sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos Srs. A. P. de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Frederico Brotero, Plínio de Barros Monteiro, Carlos Alberto Nunes, Fausto de Almeida Prado Penteado, Amando Caiubí, Igor Dolgorukij, Roberto Pompílio, Arrisson de Sousa Ferraz, Alamiro de Ávila y Martel e José Bueno de Oliveira Azevedo Filho. Fizeram-se representar os Srs. Goffredo T. da Silva Teles, presidente do Conselho Administrativo do Estado, e Gabriel Monteiro da Silva, diretor do Departamento das Municipalidades. Justificaram a ausência os srs. Tôrres de Oliveira, Afonso de Taunay, Geraldo Rúfolo, José Carlos de Ataliba Nogueira, Aureliano Leite e Dácio Pires Correia.

Aberta a sessão pelo 2.º vice-presidente, Sr. Aguiar Whitaker, secretariado pelos Srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes, respectivamente 1.º e 2.º secretários, foi aprovada uma proposta do Sr. Frederico Brotero, no sentido de se dispensar a leitura das atas de duas sesses anteriores, por já terem sido publicadas e serem, por conseguinte, do conhecimento dos presentes. Postas em discussão as referidas atas e não havendo ninguém que a respeito se manifestasse, foram as mesmas aprovadas.

Como houvesse três oradores inscritos, o Sr. presidente propôs que, em atenção às pessoas que compareceram especialmente para ouví-los, fôsse invertida a ordem dos trabalhos. Aprovada unânimemente tal sugestão, o Sr. presidente deu a palavra ao 1.º orador inscrito, o Sr. Fausto de Almeida Prado Penteado, que dissertou sôbre a personalidade do convencional republicano Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, em cuja residência se realizou a Convenção de Itú em 1873 e cujo centenário de nascimento ocorre no dia 12 do corrente. Estudando a figura do ardoroso republicano, situa-o o conferencista no momento histórico em que viveu e atuou com eficiência, fazendo ressaltar quanto de coragem cívica era necessário para levar a efeito a idéia de realizar em seu próprio lar o primeiro congresso republicano do país, em pleno regime monárquico e apesar da relativa tolerância do imperador. As medidas políticas adotadas em conjunturas semelhantes justificavam receios bem fundados, pois atingiam não só os acusados de conjura, como também seus descendentes. A coragem de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado culminou com a recusa de hospedar em sua residência o imperador e sua comitiva, que deveriam ir a Itú naquela mesma ocasião. Ao terminar a leitura do seu trabalho, foi o orador muito cumprimentado, tendo o Sr. presidente tecido conceitos elogiosos a respeito da peça que acabava de ser uvida.

Devendo inaugurar-se no dia 12 do corrente a bela placa comemorativa do centenário de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, comunica o Sr. Presidente que, como tem acontecido em outras solenidades dessa natureza, o Instituto se fará representar pelos sócios que espontâneamente tiverem comparecido.

Em seguida, o Sr. presidente anuncia que se acha no recinto o prof. dr. Alamiro de Ávila y Martel, catedrático de História do Direito da Universidade do Chile e sócio correspondente do Instituto. Assim, para acompanhá-lo até à mesa, onde assinará o livro de presença, nomeia o Sr. presidente uma comissão composta dos Srs. Bueno de Azevedo Filho, Frederico Brotero e Roberto Pompílio. Satisfeita, sob uma salva de palmas, a formalidade de posse, o Sr. presidente traça o elogio do novo sócio, cujos méritos intelectuais são bastante conhecidos, constituindo cabedal suficiente para que se realize com pleno êxito a sua missão ao Brasil, aonde veio para tomar parte no congresso jurídico que terá por sede o Rio de Janeiro. O prof. Ávila y Martel agradece a saüdação, fazendo ressaltar o espírito de solidariedade americana que o trouxe ao nosso país.

Assume a tribuna, a seguir, o segundo orador inscrito, Sr. Roberto Pompílio, para dissertar sôbre o tema: "Tapirapés, Chave do Roncador". Depois de referir-se à expedição que está sendo organizada pelo Govêrno Federal, com o fito de abrir uma estrada entre Leopoldina e Santarém, atravessando o rio das Mortes e cortando o vale Tapajoz-Xingú, refere-se o conferencista à proposta que apresentou ao Sr. Ministro João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica, no sentido de chefiar uma outra expedição que, em articulação com a já referida, tenha por objetivo explorar a serra do Roncador e fixar alí os primeiros centros de povoação. A respeito, o conferencista lê o memorial que dirigiu recentemente ao Dr. Manhães Barreto, em que expõe os resultados que espera obter do seu empreendimento. Terminada, sob aplausos gerais, a brilhante exposição do Sr. Roberto Pompílio, pede a palavra o Sr. Igor Dolgorukij, para propor a inclusão em ata do memorial que acabava de ser lido e que é o seguinte: "São Paulo, 22 de junho de 1943 — Ilmo. Sr. Dr. Manhães Barreto — São Paulo — Prezado Senhor: — De acôrdo com a recomendação de V. S., com quem tive o grande prazer de estabelecer ligação em cumprimento das instruções que recebí do Sr. Ministro João Alberto, venho com a presente oferecer-lhe o memorial que se segue, sôbre minha pretendida colaboração nos trabalhos de exploração e colonização de parte do Brasil-Central, em vias de realização.

"O vasto programa traçado pelo Exmo. Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, dentro da palavra de ordem do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, para exploração e colonização da região compreendida entre o vale de Araguaia, cabeceiras do Xingú e vale do Tapajoz, veio com novas fôrças, reanimar a maior aspiração

de minha vida, a exploração da *parte central* da serra do Roncador e fundação alí de uma feitoria, como ponto de partida de sua colonização. A exploração *dessa parte da serra* virá desfazer as lendas e desvendar os mistérios que em tôrno dela se formaram. A fundação de uma feitoria será o primeiro passo para a fixação do homem à terra e exploração das reservas de matérias primas e desenvolvimento agrícola e pecuário da região.

"Contribuindo na sua realização não terei passado pela vida como um inútil à nossa Pátria, a quem tanto amo e desejo servir.

"Há nove anos que animado dêsse propósito realizei minha primeira viagem pelo Araguaia, a qual teve por objetivo procurar um ponto por onde pudesse, com a maior probabilidade de êxito, penetrar em direção oeste, rumo à parte central da Serra do Roncador. Fixado êsse ponto, que foi o rio Tapirapés, cujo curso se orienta de oeste para leste, por êle internei-me em segunda expedição, acompanhado apenas de 5 auxiliares, 1 operador cinematográfico da Cinédia e 2 índios Carajás, utilizando exclusivamente meus modestos recursos. Subí êsse rio, até onde dava água para as canoas, e depois, a pé, pelo serrado, rumo noroeste, até à aldeia dos índios Tapirapés, com os quais estive alguns dias, obtendo dêles preciosas informações sôbre a serra que dalí se avista.

"Como fôsse meu objetivo estudar o estabelecimento de uma base que servisse de apôio a uma terceira expedição, então devidamente aparelhada, observei cuidadosamente o curso do rio, seus "furos" que encurtam ou aumentam as distâncias, a embocadura de lagos que se confundem com os canais, a formação do terreno, a importância da vegetação, as principais elevações, etc. Essa terceira expedição, entretanto, não cheguei a realizar. Faltaram-me os recursos indispensáveis a um empreendimento de tal ordem, que particularmente não me foi ainda possivel reünir.

"A possibilidade de se viajar por terra, desde a margem do Araguaia até a aldeia dos Tapirapés, assim como a estimativa da distância e obstáculos a vencer, também fôram objeto de investigações. E' que sendo o Tapirapés pouco profundo, na época do ano mais favorável para se viajar (junho a setembro), uma expedição com equipamento pesado encontraria maior dificuldade em avançar por êle do que por terra. Reüní, assim, certa bagagem de conhecimentos, que anotei cuidadosamente.

"Deixando o Tapirapés, depois de por êle subir-se durante alguns dias, numa distância que, em linha reta, seria de cêrca de 35 a 40 quilômetros do Araguaia, ainda se encontra a mesma formação: campos e serrados ralos, que o rio alaga periòdicamente. Entretanto, à proporção que se avança em profundidade, o aspecto da vegetação vai melhorando e torna-se menos desolador. Começam as primeiras elevações e, por fim, chega-se à aldeia dos índios Tapirapés. Adiante, bem ao longe, a serra imensa, misteriosa e inexplorada, coberta de mataria espessa, confundindo-se com as brumas do poente.

"Que enormes reservas naturais deve esconder essa região, em tôrno da qual se criaram tantas lendas, desde as fascinantes Minas dos Martírios até as gigantescas ruínas de uma cidade antiga! Varejar êsses matos, pesquisar o sub solo dessas montanhas, provar o cascalho de seus rios, certamente faz parte do grandioso plano traçado pelo esclarecido espírito do Sr. Coordenador. Nesse sentido, estou certo, poder ser-lhe útil.

"Ofereço-me e assumo tôda responsabilidade de guiar uma coluna que partindo do Araguaia, pelo campo, ou subindo o Tapirapés, chegue à aldeia dos índios dêsse nome, estabelecendo alí uma base para depois atingir e explorar a parte central da serra do Roncador até o Xingú.

"Não cabe a esta resumida exposição, o direito de tomar o precioso tempo de v. s. com detalhes sôbre a composição dessa coluna, equipamento necessário, etc., tanto mais que êles estão ligados muito diretamente ao sistema de transporte que venha a ser facilitado pelo Sr. Coordenador.

"Penso entretanto que a penetração desde a margem do Araguaia em direção à aldeia dos índios Tapirapés, deverá ser de preferência pelo campo e não pelo rio Tapirapés. Além de encurtar a distância, já irá formando estrada.

"Partiríamos de "Furo de Pedra", pequeno povoado situado na margem esquerda do braço maior do Araguaia, mais ou menos no mesmo paralelo da Aldeia dos Tapirapés que lhe fica a oeste. Em "Furo de Pedra" que está situado quase na ponta Norte da Ilha do Bananal, estabeleceríamos portanto nossa primeira base. Até alí a viagem seria em canoas, descendo a Araguaia desde Leopoldina.

"Até estabelecermos a 2.ª base, que seria na Aldeia Tapirapés, onde construiríamos abrigos, campo de pouso e plantaríamos as primeiras roças, a coluna não precisaria compor-se de mais de 25 a 30 homens, além dos demais membros indispensáveis à expedição. Para a etapa que se seguisse — a da exploração da serra — viriam então os técnicos e auxiliares que se fizesse necessário...

"Sôbre minha expedição ao Tapirapés, escreví ligeiro trabalho para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a que tenho a honra de pertencer como sócio efetivo. Lido em sessão de 5 de junho de 1940, foi publicado na *Revista* daquela instituïção, vol. XL, págs. 295-309, do qual tive oportunidade de oferecer ao Sr. Cordenador um exemplar, quando por ocasião de sua recente visita a São Paulo.

"Nos arquivos da Cinédia S/A — Rio de Janeiro, existe um filme (cópia B) sôbre essa expedição, o qual foi considerado documentário e educativo pelo Departamento de Censura, tendo sido exibido no Rio de Janeiro e em S. Paulo.

"Grato pela atenção que v.s. dignar-se dispensar à presente e ao inteiro dispor de v.s. para quaisquer outros esclarecimentos ou maiores detalhes, aguardo com o máximo interêsse suas prezadas ordens. — De v.s., att.º e obr.º a) *Roberto Pompílio*".

Tendo deixado de comparecer o terceiro orador inscrito, Sr. Ernesto de Sousa Campos, o Sr. presidente anuncia que se acham sôbre a mesa várias propostas para novos sócios, as quais, postas em discussão e votação, foram aprovadas, sendo eleitos; sócios correspondentes, os srs. Guilherme Martinez Auler e Hélio Viana; e sócios efetivos, os Srs. Prof. Joaquim Silva e José Benedito Silveira Peixoto.

Fala, depois, o Sr. Bueno de Azevedo Filho, para pedir que fôsse nomeada uma comissão com o fim de levar as congratulações do Instituto ao seu presidente perpétuo, por motivo de haver êste saído ileso do acidente de automóvel, de que há dias foi vítima .Por designação do Sr. presidente, ficaram incumbidos dessa missão oficial os Srs. Bueno de Azevedo Filho e Frederico Brotero.

A seguir, pede a palavra o Sr. Frederico Brotero, para propor um voto de profundo pesar pelo falecimento do sócio honorário do Instituto e décano dos nossos jornalistas, José Maria Lisboa Júnior, tendo o Sr. Presidente falado a respeito da personalidade do extinto. O sr. Igor Dolgorukij propõe que sejam enviados pêsames à família do morto, bem como a notificação da deliberação que acabava de ser tomada.

Por não haver mais nenhum assunto a ser tratado, o Sr. presidente declarou encerrada a sessão.

Museu Paulista

CRÉDITO PARA A MONTAGEM DE NOVAS SALAS — Ao Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, submeteu o sr. Interventor federal o projeto de decreto-lei abrindo à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de Cr$ 42 100,00 destinado à atender às despesas com a montagem das novas salas do Museu Paulista, a serem inauguradas no corrente ano.

★

SERGIPE

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 52 cidades e vilas sergipanas, 32 ou seja quase 62% são homônimas a outras cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 4 distritos ou vilas sergipanas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome: *Canindé*, no Mun. de Pôrto da Fôlha; *Igreja Nova*, no Mun. de Alagoinha, *Pacatuba*, no Mun. de Japoatão; *Santa Rosa*, no Mun. de Divina Pastora.

Pelo mesmo motivo a cidade de *São Paulo* perderá tal designação, que prevalecerá para a localidade homônima de maior categoria, Capital do Estado de São Paulo.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 17 cidades e 1 vila sergipana cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades sergipanas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Anápolis, Campos, Capela, Carmo, Cedro, Cristina, Espírito Santo, Itabaiana, Itaporanga, Jaboatão, Laranjeiras, Riachão, Rosário, Santa Luzia, Santo Amaro, São Francisco* e *Socorro*. Vila de *Providência* no Município de Garará.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 52 cidades e vilas sergipanas, no que toca à situação de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome.....	15	5	20
2º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome.....	9	—	9
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se for o mais antigo.....	17	1	18
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome.....	1	4	5
TOTAL.....	42	10	52

Interventoria

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — *Nomeada a comissão para elaborar o projeto de sua reforma* — Foi assinado no mês corrente pelo sr. Interventor federal em Sergipe um decreto em que é nomeada a Comissão que elaborará o projeto de reforma do novo Código de Organização Judiciária de Sergipe. A comissão ficou constituída dos srs. Luiz Loureiro Tavares, Presidente do Tribunal de Apelação, que a presidirá, do desembargador João Bosco de Andrade Lima e dos advogados drs. A.M. de Carvalho Neto, Consultor Jurídico do Estado e Gonçalo Rolemberg Leite, Procurador Geral.

Em sua primeira reünião, sob a presidência do desembargador Luiz Loureiro Tavares resolveu a Comissão — 1.º — Eleger o Sr. Gonçalo Rolemberg Leite, Procurador Geral do Estado, relator geral do projeto de reforma; 2.º — reüniu-se nos dias de terça e sexta-feiras após as sessões do Tribunal, e quinta-feira às 10 horas para discutir a matéria referente à reforma; 3.º — para início da discussão, o disposto no Livro I e Título I do atual Código, tomado êste como base para a discussão.

Instituto Histórico e Geográfico

HOMENAGEM AO SR. INTERVENTOR FEDERAL — Encerrando as comemorações cívicas da data de 13 de julho, realizou o I.H.G. de Sergipe uma sessão solene, durante a qual foi inaugurado o retrato a óleo, do Interventor Maynard Gomes, no salão de honra do Instituto.

Ao entrar no recinto, foi o chefe do govêrno estadual saüdado pela grande asistência com uma salva de palmas.

Abrindo a sessão, o presidente daquele sodalício, professor José Augusto da Rocha Lima, proferiu uma saüdação de congratulações ao coronel Augusto Mayard, pelo feito que se comemorava, tendo também palavras de entusiasmo para a obra de govêrno que vem realizando. Ao concluir, concedeu a palavra ao monsenhor Carlos Costa, para, em nome do Instituto, saüdar o homenageado.

Seguiu-se com a palavra o Sr. Anfilóquio Vale, tendo, depois, a senhorita Zoraide Aranha declamado várias composições poéticas de caráter cívico. Por último, falou o Interventor Maynard Gomes, agradecendo a homenagem.

Instituto de Química do Estado

DESIGNADA UMA COMISSÃO PARA DIRIGIR A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO — O Sr. Interventor federal em Sergipe assinou, no dia 19 de julho, um decreto, designando o engenheiro civil José Rolemberg Leite, diretor geral do Departamento de Educação, respondendo pelo expediente do Departamento de Obras Públicas, o farmacêutico Antônio Tavares de Bragança, diretor do Instituto de Química, e o engenheiro civil Lauro Barreto Fontes, engenheiro classe P do Departamento de Obras Públicas, para dirigirem, sem quaisquer onus, a construção do edifício do Instituto de Química do Estado.

Departamento das Municipalidades

RECEITA E DESPESA DOS MUNICÍPIOS — O Departamento das Municipalidades de Sergipe fêz publicar os seguintes dados sôbre a receita orçada e despesa efetuada pelos Municípios do Estado no exercício de 1942:

Exercício de 1942 — Receita orçada e arrecadada e despesa fixada e efetuada

PREFEITURAS	Receita orçada	Receita arrecadada	Despêsa fixada	Despêsa efetuada
Anápolis	$ 145 000,00	153 381,80	145 000,00	155 680,20
Aquidaban	$ 50 400,00	65 435,80	50 400,00	71 096,40
Arauá	$ 35 000,00	45 745,90	35 000,00	43 546,90
Boquim	$ 97 000,00	92 190,60	97 000,00	93 477,70
Campos	$ 70 000,00	74 117,90	70 000,00	75 243,10
Campo do Brito	$ 60 000,00	69 432,00	60 000,00	66 710,60
Capela	$ 154 000,00	159 103,40	154 000,00	186 176,50
Carmo	$ 22 000,00	17 082,90	22 000,00	16 306,80
Cedro	$ 55 500,00	75 790,10	55 500,00	79 342,30
Canhoba	$ 40 000,00	42 845,30	40 000,00	43 987,40
Cristina	$ 21 000,00	25 576,40	21 000,00	18 672,80
Divina Pastora	$ 56 000,00	64 978,30	56 000,00	69 318,00
Espírito Santo	$ 20 000,00	21 560,20	20 000,00	15 001,50
Estância	$ 290 000,00	349 483,70	290 000,00	344 534,20
Garárú	$ 27 000,00	28 419,60	27 000,00	23 617,60
Itabaiana	$ 110 000,00	131 914,70	110 000,00	144 951,40
Itabaianinha	$ 72 000,00	87 133,10	72 000,00	79 625,30
Itaporanga	$ 59 000,00	63 606,40	59 000,00	41 419,50
Jaboatão	$ 52 000,00	56 865,30	52 000,00	53 612,20
Japaratuba	$ 70 000,00	81 170,10	70 000,00	86 200,30
Lagarto	$ 155 000,00	206 333,00	155 000,00	213 338,10
Laranjeiras	$ 170 000,00	183 584,40	170 000,00	181 810,70
Maroim	$ 160 000,00	168 344,30	160 000,00	179 334,70
Muribéca	$ 26 000,00	28 008,20	26 000,00	20 938,60
Nossa Senhora das Dores	$ 85 000,00	93 655,30	85 000,00	100 243,70
Nossa Senhora da Glória	$ 24 000,00	19 175,50	24 000,00	20 204,10
Pôrto da Fôlha	$ 40 000,00	39 732,60	40 000,00	28 379,20
Propriá	$ 385 000,00	490 444,10	385 000,00	584 355,60
Riachão	$ 50 000,00	74 045,90	50 000,00	70 434,00
Riáchuelo	$ 130 000,00	143 269,60	130 000,00	143 167,40
Ribeirópolis	$ 50 000,00	63 704,60	50 000,00	48 091,50
Rosário	$ 65 000,00	76 050,70	65 000,00	93 746,20
Salgado	$ 42 000,00	45 827,10	42 000,00	42 328,00
Santo Amaro	$ 32 000,00	32 024,00	32 000,00	32 242,70
São Cristóvão	$ 122 000,00	147 170,60	122 000,00	104 027,10
São Francisco	$ 50 000,00	65 178,40	50 000,00	54 173,60
Santa Luzia	$ 60 000,00	50 047,50	60 000,00	53 978,50
São Paulo	$ 68 000,00	68 288,80	68 000,00	75 957,80
Sirirí	$ 32 000,00	33 935,40	32 000,00	32 676,90
Socorro	$ 80 000,00	77 085,60	80 000,00	99 708,00
Neópolis	$ 100 000,00	132 403,60	100 000,00	117 707,70
	$3 431 900,00	**3 954 142,70**	**3 431 900,00**	**4 005 365,70**

TERRITÓRIO DO ACRE

Mudança de nome de cidades e vilas

As pesquisas realizadas na repartição central do C.N.G., com o objetivo de verificar as alterações que deverá sofrer a nomenclatura do quadro territorial do Estado, em face da revisão estabelecida pelo decreto-lei n.º 311, revelaram que das 14 cidades e vilas acreanas, 7 ou seja 50% são homônimas a outros cidades e vilas do País.

Daí decorre, em primeiro lugar, que serão obrigatòriamente substituídos os nomes dos seguintes 2 distritos ou vilas acreanas pelo fato de haver no País localidades de maior categoria (cidades) com o mesmo nome:

Castelo, no município de Sena Madureira e *Humaitá*, no município de Cruzeiro do Sul.

Revelou ainda aquela pesquisa a existência de 2 cidades cujos nomes são comuns a outras localidades brasileiras da mesma categoria, caso em que poderá conservar-se o nome da localidade, desde que o possua há mais tempo que as localidades homônimas existentes nos outros Estados.

As localidades acreanas que assim têm condicionada a conservação dos seus nomes são as seguintes: Cidades de *Brasília e Seabra*.

Em resumo, pois, assim se caracteriza rigorosamente a situação das 14 cidades e vilas acreanas, no que toca à revisão de nomenclatura:

SITUAÇÃO	NÚMERO DE		Total
	Cidades	Vilas	
1º caso — Não há homônimos no País. Solução: conservar o nome	2	5	7
2º caso — Há homônimos no País, mas em localidades de categoria inferior. Solução: conservar o nome	3	—	3
3º caso — Há homônimos no País, em localidades da mesma categoria. Solução: só conservar o nome, se for o mais antigo	2	—	2
4º caso — Há homônimos no País, em localidades de categoria superior. Solução: mudar o nome	—	2	2
TOTAL	7	7	14

★

Dos municípios

Abaeté — (Minas Gerais)

INAUGURADO O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DÁGUA — No dia 16 de agôsto corrente, foi inaugurado o serviço de abastecimento dágua de Abaeté, não tendo sido realizadas festividades em virtude da situação em que se encontra o país.

★

Alfenas — (Minas Gerais)

INAUGURAÇÃO DE VÁRIOS MELHORAMENTOS — A cidade de Alfenas, em Minas Gerais, esteve em festas nos dias 29, 30 e 31 de julho passado, com a inauguração de vários melhoramentos mandados executar pelo prefeito local, e por iniciativa particular. Foram inauguradas as estradas rodoviárias para os bairros das Rochas, Quintinos, Esteves e Bárbaros, a ponte sôbre o rio Machado, na divisa com o município de Paraguassú, calçamento, novo Mercado Municipal, reforma da rêde de distribuïção de água à cidade jardins de verão, na praça Getúlio Vargas.

Comemorando o acontecimento, foram celebradas missas campais pelo bispo diocesano de Guaxupé. Do Rio partiu um trem especial com mais de 150 convidados.

★

Anápolis — (Goiaz)

REMODELAÇÃO DA CIDADE ESTRADA DE ANÁPOLIS A SÃO JOSE' DO TOCANTINS — O Prefeito de Anápolis (Goiaz), sr. Câmara Filho, baixou decreto, condenando à demolição 83 prédios antigos existentes na cidade. Esse ato foi bem recebido pela população, que vê na medida mais um passo para o progresso, crescente, da região. O município, região das mais futurosas do oeste, considerado como dos mais ricos em matéria de mineralogia, já é servido por estrada de ferro e conta com escritórios e instalações industriais para exploração, compra e beneficiamento de minérios. As edificações ora condenadas se encontravam em condições precárias de habitabilidade, misturando-se às modernas construções, e a sua substituïção já se tornava necessária para um maior acautelamento dos moradores e melhor urbanização da cidade. A Prefeitura já entrou em entendimento com urbanistas, que estabelecerão as normas para as novas construções e melhoramentos da cidade, inclusive instalação da rêde de esgotos, abastecimento dágua e calçamento.

Anápolis está situada numa das melhores regiões agrícolas de Goiaz, a mais de mil metros acima do nível do mar e é a que conta com maior densidade demográfica. E', hoje, o maior centro comercial do Estado e a sua indústria passa por grande desenvolvimento, destacando-se as máquinas de beneficiamento de arroz, em número de 12, com elevada capacidade de produção. A cidade, distante 60 quilômetros da capital, tem uma população de 11 000 habitantes e está ligada à Colônia Agrícola Federal por estrada de rodagem tendo o govêrno federal concedido uma verba de 25 milhões de cruzeiros para que essa estrada seja estendida às famosas jazidas de níquel de São José do Tocantins. O plano de grandes melhoramentos no Estado, idealizado pelo interventor Pedro Ludovico, terá início em Anápolis com a execução dos serviços de esgôto, abastecimento dágua, arborização e calçamento. O índice de progresso da cidade pode ser verificado pela arrecadação da Coletoria Estadual que era, em 1934, de 109 mil cruzeiros, e hoje se eleva a mais de um milhão e quinhentos mil cruzeiros.

★

Andrelândia — (Minas Gerais)

75.ºANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE — A data de 20 de julho é festiva para Andrelândia, Minas Gerais, pois recorda o dia de sua elevação à categoria de cidade, o que realizou-se em 1868.

Fundada em 1749 no local então denominado Turvo Grande e Pequeno, teve a sua origem no requerimento em que André da Silveira, sua mulher Maria do Livramento e Manuel Caetano da Costa, pediam licença para construir alí uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Construída esta, foi o povoado elevado à paróquia em 14 de julho de 1832. Em 27 de julho de 1864 transferia-se a sede da vila do Senhor dos Passos do Rio Preto para a nascente povoação do Pôrto do Turvo que passou a denominar-se Vila Bela do Turvo. A 13 de setembro de 1870 era transferida a sede do município para a povoação de Nosso Senhor dos Passos do Rio Preto e era criado o município do Turvo cuja sede foi a cidade do Turvo.

Em lembrança do nome do seu fundador, o govêrno do Estado mudou para Andrelândia o nome do antigo município do Turvo.

Andrelândia é servida pela Rêde Mineira de Viação e é um dos grandes centros pecuários de Minas.

★

Aracajú — (Sergipe)

UMA PALESTRA NO ROTARY CLUBE SÔBRE O AÉRO-CLUBE DE SERGIPE — Na sessão ordinária do Rotary Clube de Aracajú, no dia 11 dêste mês, a convite, o sr. Antônio Leite Cabral, secretário do Aéro Clube de Sergipe, pronunciou uma palestra sôbre essa instituïção, fazendo o histórico de sua fundação e das realizações que tem levado a efeito.

★

Belo Horizonte — (Minas Gerais)

INICIADA A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL — Teve lugar no dia 29 de junho o início da construção da catedral de Belo Horizonte, revestindo-se a cerimônia de solenidade. Na Praça do Cruzeiro, D. Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, celebrou missa campal, que foi assistida pelo clero, representações do Seminário, colégios, autoridades e grande multidão. D. Antônio dos Santos Cabral pronunciou eloqüente sermão.

INAUGURADO O ESTÁDIO "GOVERNADOR VALADARES" — Realizou-se no dia 2 de julho a inauguração, em Belo Horizonte, do Estádio "Governador Valadares", construído pelo 5.º B.C.M. A cerimônia foi assistida pelo Governador Benedito Valadares e outras altas autoridades, tendo o Arcebispo D. Antônio Santos Cabral procedido a bênção do novo Estádio.

★

Bom Jesús do Itabapoana — (Rio de Janeiro)

HORTO FLORESTAL E PARQUE INFANTIL — Pelo sr. Prefeito do Município de Bom Jesús do Itabapoana, no Estado do Rio, foi assinado, em 19 de julho, o decreto-lei n.º 48, publicado no *Diário Oficial* de 22 do mesmo mês, desapropriando por utilidade pública, para localização de um horto florestal, um jardim de infância, um parque infantil e os serviços de sericicultura, a propriedade denominada "Chácara", pertencente ao espólio de Domingos Antônio Cerqueira e situada no perímetro urbano da cidade, com a área de 102 400m². Para ocorrer à despesa com a desapropriação foi aberto o crédito de Cr$ 25 000,00.

★

Cáceres — (Mato Grosso)

INAUGURADA A LINHA AÉREA PARA CUIABÁ' — Foi inaugurada a 5 de julho passado a nova linha da Cruzeiro do Sul, em Mato Grosso. Trata-se da linha de Cáceres, que aquela Emprêsa vem de iniciar, com os seus tri-motores. nova linha constitue velho anseio do população cearense e muito contribuïrá para o desenvolvimento daquela cidade, cujo progresso tem sido retardado em virtude da falta de comunicações.

Os aviões para Cáceres partirão de Cuiabá tôdas as segundas-feiras, às 8 horas, regressando às 13 e 15 para prosseguir viagem, em seguida, para o Rio e escalas. Além de passageiros, os aviões conduzirão carga e correspondência.

★

Camanducaia — (Minas Gerais)

75.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA CIDADE — Juntamente com Andrelândia e Lavras, Camanducaia festejou no dia 20 do mês passado o 75.º aniversário de sua elevação à categoria de cidade.

Não se sabe ao certo a data da criação da freguesia, que pertencera a Pouso Alegre. A lei de 23 de março de 1840 elevou-a à categoria de vila, cuja origem tem uma tradição interessante.

E' o caso que, alguns anos após a Indedendência o povo de Camanducaia (então se chamava Jaguarí a povoação) quiz elevar à vila o povoado, e, dirigindo-se ao largo do Rosário entre vivas e aclamações, saüdou a nova vila, a que denominou Carolina. Essa vila, entretanto, foi de efêmera duração. Seus principais autores foram processados, julgados com severidade e condenados, sendo depois perdoados.

★

Campos — (Rio de Janeiro)

NOVOS NOMES ÀS RUAS CAMPISTAS — Está em sua fase final o trabalho da comissão encarregada de dar novos nomes às ruas de Campos, principalmente as que ostentam denominações inexpressivas.

★

Campos do Jordão — (São Paulo)

INFORMAÇÕES SÔBRE O MUNICÍPIO SANITÁRIO — O *Boletim* insere, a seguir, interessantes informações, que elaboradas pelo chefe da secção de Estatística e Arquivo da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, permitem uma visão de conjunto sôbre a história e as condições geográficas e sociais daquela importante estação climática paulista.

1) HISTÓRIA

Campos do Jordão é uma desas localidades previlegiadas, onde a natureza caprichosa parece esmerar-se em acumular atrativos e virtudes pouco vulgares.

Sua história é uma página que honra o Brasil, pela têmpera que revelaram os primeiros desbravadores do rincão montanhoso e inhóspito.

Gaspar Vaz, cognominado o "Jaguara", cuja presença é assinalada nas terras do Sapucaí-Guassú, no primeiro quartel do século XVIII; Inácio Caetano Vieira de Carvalho, que em 1760 abriu uma fazenda, ocupando terras delimitadas pelo Rio Capivarí; o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão que, a 29 de dezembro de 1825, comprava a Fazenda do "Bom Sucesso"; o Dr. Domingos Jaguaribe que, em 1896, promovia a divisão judicial da "Fazenda Natal", constituíram uma pléiade de homens resolutos a quem Campos do Jordão deverá render um culto de respeito e gratidão imorredora.

Como complemento necessário ao progresso da "Davos Paulistas", construiu-se a caminho de ferro, partindo de Pindamonhangaba e desenvolvendo-se em traçado caprichoso que lhe permitisse vencer 1 743 metros, até atingir o "Alto do Lajeado", ponto culminante da Serra da Mantiqueira.

E, secundando os esforços dos Drs. Emílio Ribas e Vitor Godilho, que vulgarizaram a excelência do clima de Campos do Jordão e a sua indicação como estância ideal para repouso e cura, vamos encontrar a finado Diretor do Serviço Meteorológico, Dr. Belfort de Matos que, em 1905, providenciava para a instalação de um postó meteorológico em Vila Jaguaribe, até então o principal povoado alí existente.

Com a eletrificação da estrada de ferro em 1924 e a transformação do distrito de Campos do Jordão em Prefeitura Sanitária, pela Lei n.º 2 140, de 1.º de outubro de 1926, Campos do Jordão muito tem progredido.

Vila Abernéssia, centro administrativo e comercial de Campos do Jordão, fundada em 1915 pelos srs. Dr. Roberto J. Reid, João Rodrigues da Silva e outros, acha-se em franca prosperidade.

Vila Capivarí (Estação de Emílio Ribas), que desde 1911 os drs. Emílio Ribas e Vitor Godinho haviam obtido concessão especial para a "Vila Sanitária", a Companhia Campos do Jordão, dando execução ao plano traçado por aqueles clínicos, em 1930, procedeu aos estudos técnicos para a construção da "Vila Sanitária", hoje Vila Capivarí, edificando vários "bungalows" e dotando-a de serviço de água e esgôto.

2) TOPOGRAFIA

a) — *Situação*:

Campos do Jordão acha-se situado na serra da Mantiqueira, tendo como coordenadas geográficas — Latitude Sul, 22.º, 43' e 44"; Longitude (Greenwich) 3 hs., 2ms. 20 s.

b) — *Superfície*:

Campos do Jordão constitue uma região de 15 156 alqueires paulistas, regra geral em terras para pomicultura.

c) — *Altitude*:

A altitude média de Campos do Jordão é de 1 600 metros.

d) — *Limites*:

Campos do Jordão limita-se com os municípios de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Tremembé, São José dos Campos, São Bento do Sapucaí e com o Estado de Minas Gerais.

e) — *População*:

Aproximadamente de 11 963 habitantes, dos quais 5 200 residentes nas zonas urbanas e suburbana.

3) CLIMA

Os elementos do clima de Campos do Jordão apresentam tôdas as vantagens dos das melhores estâncias européias e sul-americanas, sem as desvantagens de as suas estações de inverno, durante as quais a atmosfera fica privada dos raios solares, dos raios ultra-violetas e do Ozona, o que acarreta um alto grau de úmidade, de nebulosidade e de instabilidade térmica.

O dr. Belfort de Matos Filho fêz um minucioso estudo comparativo entre as condições meteórolocas de Campos do Jordão e as de Davos-Platz, na Suíça, e concluiu que o clima desta Estância oferece maiores vantagens do que os da estação Suíça, pelo fato de ser mais temperado e muito mais regular, apresentando maior número de dias de bom tempo, ventos mais fracos, temperatura menos extremada, insolação mais longa e mais intensa e, sobretudo, o céu mais claro e muito mais transparente. Ao passo que Davos-Platz, o clima está classificado entre variável e excessivo, possuindo temperaturas mínimas extremadas, com frios fortíssimos, grande amplitude de oscilação barométrica, menos taxa de umidade e relativa e mais tensão de vapor do que Campos do Jordão.

O ilustre tisiólogo paulista, dr. Clemente Ferreira, profundo conhecedor dos magníficos predicados dêste clima, diz "entre as nossas estâncias de maior realce e maior reputação popular e médica, sôbresái a de Campos do Jordão", que já de bem longa data se vem recomendando e impondo como uma localidade inexcedível pelos seus predicados climáticos e eficientes no tratamento das moléstias pulmonares e, ainda, como incomparável região adaptada à cura de repouso e a sítio de convalescentes... Como clima de elevada altitude, de grande transparência atmosférica, de franca nebulosidade e, pois, de farta insolação, os "Campos do Jordão" desfrutam a enorme vantagem de abundância de oxigênio eletrosado, ainda lhes sobra uma outra fonte de ozona que vem a ser as florestas de pinheiros... e a oxidação das suas essências e rezinas. A pouca nebulosidade da sua atmosfera explica, também, pela mais diréta e mais prolongada ação dos raios ultra-violetas do espectro solar, e produção avantajada de tão útil elemento. Essa particularidade que possuem os Campos do Jordão, pelas suas riquezas em florestas de pinheiros, os demais sítios de grande altitude não partilham com Caldas, Maria da Fé, Terezópolis, Itatiáia, etc".

Fazendo um êstudo sôbre o clima desta estância o professor Ovídio de Campos, catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, disse: "Campos do Jordão tem, assim, um clima de altitude que oferece tôdas as vantagens para estabelecer as curas climáticas, preconisadas no tratamento da tuberculose pulmonar... é um clima essencialmente tônico, vivificante, qualidade essa apreciável sobretudo na estação invernosa, que o faz indicado na mór parte dos estados de enfraquecimento ou debilidade orgânica, nos convalescentes e nos indivíduos em estudo de prétuberculose".

A longa observação clínica, em Campos do Jordão, vem confirmar a excelência dêste clima de altitude como fator preventivo e curativo para crianças distróficas, débeis, anêmicas e raquíticas; as sequelas das afecções respiratórias, adenopatia tráqueobrónquica, a asma, o nervosismo, constituem indicações formais para êste clima. As curvas de altitude em Campos do Jordão, provocam no organismo sadío ou débil um estímulo geral das funções, aumento de trocas metabólicas, aumento de pêso, favorável reação geral do organismo. A péle, sob a ação do banho de ar e de sol, readiquire e melhora as suas funções de proteção, de emunctório, de reguladora do metabolismo. — As crianças,

principalmente, representam melhor desenvolvimento muscular e ósseo, com grande proveito da moral, do humor e do caráter. Conforme afirma o ilustre professor Lachardt "a cura de altitude para criança não tuberculosa é um meio poderoso e eficaz contra a moléstia e, sobretudo, uma arma preventiva incomparável que deve ser largamente utilizada e posta ao alcance de todos". E para isso, Campos do Jordão é considerado "O PARAÍSO DAS CRIANÇAS".

4) PREFEITOS SANITÁRIOS DE CAMPOS DO JORDÃO E RESPECTIVAS GESTÕES:

Cel. Dr. Oscar Barcelos
Bento de Cerqueira César — de 27 de abril de 1928 á 7 junho de 1931;
Antônio Gavião Gonzaga (médico) — de 7 de Junho de 1931 á 14 de Julho de 1938;
José Artur da Mota Bicudo (médico) — de 14 de julho de 1938 á 10 de julho de 1941;
Lourival Francisco dos Santos (médico) — nomeado pelo Govêrno do Estado em 10 de julho de 1941.

5) MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

Campos do Jordão dispõe dos seguintes meios de comunicação, com a Capital do Estado, com a Capital Federal e com as demais Capitais:

a) — Estrada de Ferro Campos do Jordão (eletrificada), ligando esta estância à Pindamonhangaba.
b) — Estrada de Rodagem (rodovia estadual) Campos do Jordão-São Paulo, via São José dos Campos.
c) — Estrada de Rodagem Campos do Jordão-Pindamonhangaba.
d) — Estrada de Rodagem Campos do Jordão-Itajubá (Estrada de Minas).
e) — Correios e Telégrafos.
f) — Rêde Telefônica.

Estrada de Ferro Campos do Jordão

E' uma estrada de ferro eletrificada, de bitola de um metro, com 47 quilômetros de percurso, dos quais cêrca de metade em zona plana, no vale do Rio Paraíba, e o restante em região serrana, até o final. Parte da estação da Pindamonhangaba, na Central do Brasil (altitude 552 metros) passando pelo Lajeado a 1 743 metros e termina em Campos do Jordão, na sua altitude média de 1 600 metros. O serviço de tráfego desta estrada oferece completa segurança, confôrto e higiene, e uma viagem pela mesma constitue uma ótima excursão turística pelos maravilhosos panoramas que descortina.

Estrada de Rodagem Campos do Jordão-São Paulo

Pela estrada de rodagem Campos do Jordão-São Paulo, Via São José dos Campos, o percurso é de 208 quilômetros. Estrada moderna, de declive não superior a 6%, bem conservada, vem essa rodovia prestando ótimos serviços ao progresso da estância. O seu percurso também apresenta magníficos panoramas. Campos do Jordão é servido por essa via de comunicação, pela linha de auto-ônibus da Viação São Paulo-Campos do Jordão, em tráfego diário, cobrindo o percurso total entre a Capital do Estado e esta estância em 6 horas. O transporte para o comércio local tem sido feito, em sua maioria, pela rodovia acima.

Estrada de Rodagem Campos do Jordão-Pindamonhangaba

Em combinação com a rodovia São Paulo-Rio de Janeiro, existe esta estrada de rodagem, de tipo econômico, ligando esta localidade à Pindamonhangaba, com o percurso de 47 quilômetros, acompanhando sensìvelmente o traçado da Estada de Ferro Campos do Jordão, que a atravessa várias vêzes. Esta estrada aproveitará, de preferência aos excursionistas oriundos do Rio de Janeiro.

Estrada de Rodagem Campos do Jordão-Itajubá (Minas).

Esta estrada, também de tipo econômico, liga Campos do Jordão àquela cidade mineira, passado pelos povoados da Campista e Pirangussú, num percurso de 63 quilômetros, quase todo em região serrana, apesar do seu caráter econômico, serve já de importante ligação do sul de Minas com o Estado de São Paulo.

Correios e Telégrafos

a)	— Classe 3.ª	
b)	— Renda do Correio em 1942	64 603,40
c)	— Renda do Telégrafo em 1942	21 831,20
d)	— Valores recebidos em 1942	1 490 496,20
e)	— " expedidos em 1942	243 601,60

Rêde telefônica

O serviço telefônico não só entre as vilas de Campos do Jordão, como destas para com as demais cidades do estado e do país, é feito com perfeita regularidade e mantido pela Estrada de Ferro Campos do Jordão, em serviço mútuo com a Companhia Telefônica de São Paulo. O número total de aparelhos ligados é de 370.

6) ADMINISTRAÇÃO

A Prefeitura Sanitária, criada pela Lei n.º 2 140, de 1.º de outubro de 1926, ficando subordinada diretamente à Secretaria do Interior, posteriormente denominada Secretaria da Educação e Saúde Pública, foi reorganizada e regulamentada pelo Decreto n.º 5 944, de 13 de junho de 1933 e pelo Decreto n.º 6 501, de 19 de junho de 1934, foi novamente reorganizada pelo Decreto n.º 13 311 de 9 de abril de 1943, ficando subordinada ao Departamento das Municipalidades.

A administração pública é exercida por um Prefeito Sanitário, de nomeação do Govêrno do Estado, tendo como auxiliares; um Engenheiro; um Secretário, um contador, um Tesoureiro, um Médico Inspetor, um Lançador, um Contínuo, um 1.º Escriturário, um 2.º Escriturário, dois 3.º Escriturários, três 4.º Escriturários, três 5.º Escriturários, um Fiscal rural e um Contínuo do Sub-Centro de Saúde de Santo Antônio do Pinhal.

7) FINANÇAS

O movimento da receita da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão nos exercícios de 1927 (data em que foi criada e instalada) à 1943 foi o seguinte:

	Receita Orçada	Receita Arrecadada
1927	——	49 232,17
1928	——	225 567,01
1929	300 000,00	271 335,27
1930	330 000,00	233 804,94
1931	310 000,00	232 115,29
1932	260 000,00	199 088,26
1933	260 000,00	295 066,62
1934	350 000,00	306 872,06
1935	372 000,00	374 025,90
1936	396 000,00	444 470,80
1937	480 000,00	487 131,70
1938	540 000,00	540 009,30
1939	560 000,00	522 900,90
1940	550 000,00	586 905,10
1941	680 000,00	711 363,30
1942	850 000,00	865 870,60
1943	900 000,00	——

8) ENSINO PRIMÁRIO

Existem em Campos do Jordão um Grupo Escolar, 11 escolas isoladas estaduais e 3 municipais.

9) CASAS DE CARIDADE

Hospital de Campos do Jordão "Dr. Ademar de Barros", já em funcionamento, dispõe de 60 leitos.

10) HOSPITAIS E SANATÓRIOS

Existem em Campos do Jordão 11 (onze) hospitais-sanatórios para tratamento da tuberculose, com capacidade total para 982 leitos, todos êles oficializados, a saber:

Sanatório Santa Cruz — exclusivamente para homens, com 110 leitos.

Sanatório S. Paulo — exclusivamente para mulheres, com 86 leitos.

Preventório Santa Clara — para crianças predispostas a tuberculose, com 172 leitos.

Sanatório Divina Providência — exclusivamente para mulheres, com 69 leitos.

Santório Santa Casa de Santos — para ambos os sexos, com 50 leitos.

Associação Sanatórios populares de Campos do Jordão — com duas secções designadas por S-1 (para mulheres) e S-2 (para homens) com capacidade total para 216 leitos.

Sanatório Maria Auxiliadora — para ambos os sexos, com 57 leitos.

Sanatório S. Frco. Xavier — para ambos os sexos, com 75 leitos.

Sanatório S. Cristóvão — só para homens, com 44 leitos.

Sanatório Ebenezer — para ambos os sexos, com 46 leitos.

Sanatório S. Vicente de Paula — exclusivamente para crianças tuberculosas de ambos os sexos, com 60 leitos.

11) RIOS

Campos do Jordão é banhado pelos rios "Sapucaí", "Imbiri", "Perdizes" e "Capivarí", não navegáveis.

12) PRODUÇÃO

Além das florestas de pinheiros *Araucaria brasiliensis e Podocarpus Lamberti*) e das pastagens nativas, presta-se esta região para o cultivo de tôdas as frutas do clima europeu. A maçã, a pêra, a ameixa, o pêssego, etc. Em 1940 foram exportados cêrca de 45 000 caixas de pêras.

13) LIMPEZA PÚBLICA

A coleta do lixo á domicílio é diàriamente feita em carroças adaptadas para êste fim. Quanto a limpeza das ruas é feita por meio de turmas administradas pelo fiscal de cada zona.

14) ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de abastecimento oficial de águas de Campos do Jordão, cuja obra foi executada pelo Govêrno do Estado e custou cêrca de dois milhões de Cr$, é eficiente.

15) ESGÔTO

O serviço de esgôto de Campos do Jordão está a cargo de particulares e dentro em breve passará para a administração pública.

16) MERCADO

E' muito concorrido o mercado de Campos do Jordão, sendo fartamente sortido de tôda espécie de gêneros e espécies alimentícias. Acha-se situado na Vila Abernéssia, centro comercial da estância. Na Vila Capivarí funciona duas vêzes por semana uma "Feira-livre", também muito concorrida.

17) REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Existem em Campos do Jordão as seguintes repartições públicas:

a) — *Federal*

Correios e Telégrafos.

b) — *Estaduais*

Prefeitura Sanitária — Coletoria Estadual — Caixa Econômica — Centro de Saúde — Estrada de Ferro Campos do Jordão — Grupo Escolar — Delegacia de Polícia — Cartório do Registro Civil e Tabelionato por lei.

18) HIGIENE E POLÍCIA SANITÁRIA

Campos do Jordão possue um Centro de Saúde de 1.ª classe, instalado em prédio próprio, dispondo de amplas salas para consultório, para laboratórios de pesquisas clínicas, aparelhos Raio X, aparêlho de deneumotorax, etc.

19) BANCOS

Existe em Campos do Jordão representantes, e agências dos seguintes bancos:

a — Banco Comercial do Estado de São Paulo.
b — Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.
c — Banco de São Paulo
d — Banco do Brasil
e — Agência do Banco de Itajubá
f — Agência do Banco Mercantil de São Paulo S/A

20 — VIAS DE CONDUÇÃO URBANA

As vias de condução entre as principais Vilas de Campos do Jordão, até parada Sanatório, é feita pela estrada de ferro Campos do Jordão, por meio de bondes subúrbios.

21) ORGANIZAÇÃO POLICIAL

Delegacia de Polícia de 4.ª classe — região — Guaratinguetá.

22) ESTAÇÕES FÉRREAS QUE SERVEM O MUNICÍPIO

Campos do Jordão é servida pelas seguintes estações férreas da estrada de ferro Campos do Jordão: Estação de Engênio Lefèvre, situada a 6 Km. da vila de Santo Antônio do Pinhal, distrito de paz do mesmo nome; estação de Abernéssia; estação de Jaguaribe e estação de Emílio Ribas.

23) RELIGIÃO

A maioria da população professa a religião católica. Existem, também, templos de outros cultos.

24) FESTAS TRADICIONAIS

a) — Festa de Santa Terezinha de Menino Jesús, padroeira de Campos do Jordão — Igreja Matriz de Vila Albernéssia.

b) — Festa de S. Benedito — padroeiro da Igreja de Vila Capivarí.
c) — Festa de N. S. da Saúde — padroeira da Igreja de Vila Jaguaribe.

25) CLUBES E SOCIEDADES

a) — Campos do Jordão Tenis Clube
b) — Abernéssia Futeból Clube
c) — Campos do Jordão Futeból Clube
d) — Associação Atlética Vila Jaguaribe
e) — Abissinia Futeból Clube
f) — Centro Operário N. S. das Dores
g) — Entrêla Futeból Clube

26) CINEMAS

Cinema Jandíra — empresários: campos do Jordão Cine Limitada.

27) BIBLIOTECAS

a) — Particular, dos hóspedes pagantes do Sanatório Santa Cruz,
b) — Particular, do Sanatório São Paulo.
c) — Particular, dos sócios do "Nosso Clube S-2", da Assoc. dos Sanatórios Populares de Campos do Jordão.

28) IMPRENSA E RÁDIO

a) — *Serviço de alto-falante* — Rádio Clube de Campos do Jordão, fechada temporàriamente, por falta de registro.
b) — *Campos do Jordão Jornal* — fundado em 29 de julho de 1940, pela Organização Jordanense — com o seu registro passado em 1941, quando sob a responsabilidade do sr. Osvaldo Pereira Mazini.
c) — *Revista Sanatorino* — órgão de propaganda dos Sanatórios Populares de Campos do Jordão, fundada em 1939.
Não está circulando por falta de recursos financeiros.

29) COMÉRCIO E INDÚSTRIA

a) — *Comércio* — principais casas comerciais: Casa Feraz de Abernéssia, de propriedade da firma F. Clementino & Cia., A Campineira, de propriedade da firma Paulo Cury; Casa Ferraz do Capivarí, de propriedade da firma B. O. Miranda; Depósito de Materiais para Construção, de propriedade da firma O. L. Cardozo & Cia.; A Suiça Brasileira, de propriedade da firma Raymundo Nagib & Irmão; Casa Oriental, de propriedade da firma Jamil Pedro, Casa Pedro Paulo, de propriedade da firma Pedro & Cia; Empório Brasil, de propriedade da firma Alfredo Rosegue; Empório Vilar, de propriedade da firma Manoela Francisco Vilar.
b) — *Indústria* — principais indústrias: Uzina Primor, de Propriedade da firma Pinheiro & Lauretti; Padaria Pinheiro, de propriedade da firma Alves & Damas; Padaria Santa Clara, de propriedade da firma Sebastião Sampaio Camargo; Serraria Sguario, de propriedade da firma J. Sguario.

30) ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOMICILIÁRIA

Êste serviço é feito pela concessionária, Companhia de Eletricidade de Campos do Jordão.

31) COLETORIA ÊSTADUAL E CAIXA ECONÔMICA

a) — Renda da Coletoria em 1942 ..... 786 272,00
b) — Movimento geral da Coletoria em 1942 ..... 1 936 379,10
c) — Aumento da receita da Coletoria em 41/1942.. 141 156,30
d) — Saldo em dep. na Caixa Econômica em 31/12/1942 ..... 1 427 647,20
e) — Movimento geral da Caixa Econômica em 1942 1 942 163,00
f) — Aumento dos depósitos na Caixa Econômica 41-42 176 901,20

32) DISTRITO DE PAZ

No distrito de Paz de Santo Antônio do Pinhal único dêste município, a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão mantém um sub-Centro de Saúde que está a cargo de um Médico Inspetor, tendo como auxiliares: um enfermeiro; um fiscal e um contínuo. A coleta do lixo é feita, diàriamente, à domicílio, por carroças adaptadas para êsse fim.

33) MEIOS DE HOSPEDAGENS E OBJETIVOS DE TURISMO

a) — *Meios de hospedagens*

Hotel "Retiro Umuarama"
Hotel "E. Mayer"
Hotel "Suíça Brasileira"
Hotel "Viena"
Hotel "Augusta"
Hotel "Vista Alegre"
Hotel "Central"
Hotel "Toriba"
Grande Hotel (em construção)

b) — *Objetivos de turismo*

1) — Retiro Umuarama
2) — Morro do Elefante
3) — Represa Velha
4) — Pico do Itapéva
5) — Pico do Imbirí
6) — Pedra do Baú
7) — Gruta dos Ciolos.

Retiro Umuarama

No Umuarama, local para repouso e viligiatura, localizam-se várias construções residenciais. A sua topografia é excepcional, deslumbrando-se magníficos panoramas. Localizada numa lomba da maravilhosa, ao lado, do o Umuarama fica cavaleiro de Abernéssia, num lugar ideal para turismo e descanço.

Morro do Elefante

Promotório de grande beleza e de acésso fácil, pois possue boa estrada, do seu tôpo descortinam-se vistas magníficas. Qunado os dias claros, o Morro do Elefante oferece aos turistas, por mais exigentes que êstes sejam, panoramas de beleza excepicoonal. Do Morro do Elefante descortina-se em miniatura, como se fossem verdadeiros brinquedos de crianças, as três vilas que compõem Campos do Jordão: Abernéssia, Jaguaribe e Capivarí. Sôbre esta, domina o Morro do Elefante, assim denominado porque, a distância, aparenta a forma da cabeça e tromba daquele paquiderme, desenhado no azul claro do céu Jordanense.

Represa Velha

Temos, além desse trecho magnífico, a Represa Velha, que pertenceu ao dr. Roberto J. Reid, um dos fundadores de Vila Abernéssia. Em sua volta contamos 280 alqueires de terra, parte composta de campo, parte de mata.

Pico do Itapeva

Como descrever-se a magnificiência da vista que se descortina deste Pico? Impossível quase. Palavras que descrevem aquela maravilha, sòmente pensadas no momento em que o curioso as vê, as percebe, as delicia. Localizado a 2 030 metros acima do nível do mar, o Pico do Itapeva impera na Mantiqueira, como um cacique imperaria outróra na serra bruta.

O Itapeva domina todo o vale do Paraíba, do seu ponto culminante avistam-se nada menos do que onze cidades à margem da Central do Brasil, inclusive Cunha, por cima da Serra do Quebra Cangalha: Ponto turístico por excelência, para o Itapeva o vale do Paraíba não passa de uma miniatura deliciosa, brilhante, linda...

Pico do Imbiri

Localiza-se a 1 950 metros de altitude, muito próximo de qualquer das vilas da Estância. Situa-se a NE e é um ponto de turismo magnífico.

Pedra do Baú

Outro excelente descortínio turístico que Campos do Jordão pode apresentar. Situado a 1 880 metros de altitude, já fóra das divisas de Campos do Jordão, em terras do município de São Bento do Sapucaí, a NO. a Pedra do Baú não só apresenta majestade natural, como encerra lendária história. Tem formato mesmo de baú, porém de selvática aparência.

Encanta, enfim...

Gruta dos Ciolos

Localiza-se a 1 700 metros de altitude, também muito próximo de qualquer das Vilas de Campos do Jordão, é outro turístico muito admirado.

34) — ESTATÍSTICA DE TURISTAS

A transformação de Campos do Jordão em estância mista de cura e turismo tem-se evidenciado de modo muito favorável nêstes últimos três anos, a despeito da falta de propaganda.

A Prefeitura Sanitária, a quem caberia a obrigação de promover no estrangeiro e no País, a propaganda da Estância, como zona de turismo, muito de propósito tem silenciado nesse sentido, por achar, no momento, inoportuna e até prejudicial qualquer propaganda com o objetivo de atrair turistas, e isso porque não estamos aparelhado para tal. Somente agora é que os problemas vitais para Campos do Jordão estão se focalizando não sómente no terreno das conjecturas e planos, como também na parte prática. Assim é que já se acha com a sua construção bem adeantada o "Grande Hotel", cujas obras seguem todos os requisitos modernos. O Hotel terá 70 apartamentos e 60 quartos, oferecendo assim aos turistas e visitantes o mais absoluto confôrto. Do mesmo modo, estamos dando, os passos necessários para dotar Campos do Jordão de uma rêde de esgôto oficial, já estando concluída a de Abastecimento de Água.

Entretanto, não obstante o que acima diziamos, da falta de propaganda e a despeito de não estar Campos do Jordão suficientemente aparelhada para receber turistas, êstes têm afluído em proporções sempre crescentes em cada temparada, pois firmado está o conceito de que "quem vem uma vez a esta marivilhosa terra, volta mais vezes e sempre, viciando-se com êste ar leve e ozonisado, com esta temperatura amena em plena estação de verão; e, cada vez que para cá retorna, traz outros amigos para conhecerem êste recanto privilegiado, os quais logo ao primeiro contacto com a natureza serrana, se transformam em outros propagandistas da Estância".

Isto levou a Prefeitura Sanitária a ensaiar o fichamento de todos os turistas que para cá aportam, com a finalidade exclusiva de fazer estatística, por meio da qual se possa, sabendo do seu número real ou aproximado, firmar um conceito verdadeiro sôbre as possibilidades, bem como, por meio desta estatística, têrmos elementos eficazes para focalizar junto ao Govêrno do Estado os problemas atinentes ás realizações que venham colocar Campos do Jordão à altura da fama que goza no País. Dêste modo, iniciado em 1940, até êste momento já foram registrado a visita de mais de 4 000 turistas, o que significa que grande número de pessoas, que procuravam refazer-se dos cansaços e das tarefas nas estações européias, fujindo do verão ardente dos grandes centros, hoje, por motivos vários, procuram, com justa razão, Campos do Jordão, que nada deixa à dever a suas congêneres estrangeiras.

★

Cantagalo — (Rio de Janeiro)

RECONSTITUÍDO O DIRETÓRIO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA — O Prefeito Municipal de Cantagalo, no Estado do Rio, pelo decreto n.º 33, de 5 de abril, publicado no *Diário Oficial* do Estado, edição de 15 do mês seguinte, reconstituiu o Diretório Municipal de Geografia, órgão do Conselho Nacional de Geografia.

★

Caxias — (Rio Grande do Sul)

REUNIÃO DE AGENTES MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA — De ordem do Sr. Diretor do Departamento Estadual de Estatística realizou-se em Caxias a reünião de agentes municipais de estatística da Zona. A reünião foi presidida pelo sr. Dante Marcucci, prefeito municipal, com a assistência técnica do sr. F. Arnoldo da Silva, inspetor geral do referido Departamento, a qual contou, também, com a presença de autoridades, representantes da imprensa e associações de classe. Usando da palavra o sr. Inspetor Geral, disse da finalidade da reünião, a qual visava o levantamento da Campanha Estatística do corrente ano, especialmente no que concerne à estatística Agrícola e Pecuária, em plena conformidade com os desejos expressos do Govêrno do Estado.

Êste conclave que durou três dias teve a participação dos agentes de estatística dos seguintes Muncípios: Caxias, Flores da Cunha, Antônio Prado, Vacaria, Guaporé, Prata Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha.

★

Corumbá — (Mato Grosso)

MELHORAMENTOS NO PÔRTO — Pelo decreto-lei n.º 5 692, de 22 de julho, o sr. Presidente da República prorrogou até o fim do exercício de 1944 a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, pelo decreto-lei n.º 3 115, de 13 de março de 1941, para ocorrer à execução de melhoramentos no pôrto de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

★

Curitiba — (Paraná)

CRÉDITO PARA O PLANO REGULADOR DA CIDADE — O Sr. Prefeito de Curitiba, pelo decreto n.º 49, de 4 de maio, abriu vários créditos suplementares, inclusive o de Cr$ 218 000,00 ao Departamento de Edif. Cadastro e Patrimônio, dos quais Cr$ 20 000,00 para o Plano Regulador da Cidade.

MUSEU CORONEL DAVID CARNEIRO — O *Diário Oficial* do Paraná, edição do dia 20 do corrente mês, publica o parecer n.º 3 184, apresentado ao Conselho Administrativo do Estado pelo sr. Flávio Guimarães, favorável à aprovação do projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Curitiba, isentando do imposto predial o edifício onde se acha instalado o Museu Coronel David Carneiro.

★

Delfinópolis — (Minas Gerais)

INAUGURADO UM CAMPO DE AVIAÇÃO — Em julho último, foi inaugurado na cidade de Delfinópolis, Minas Gearis, um campo de aviação, que virá facilitar grandemente as comunicações aéreas do município, especialmente com a vizinha cidade de São Sebastião do Paraíso, onde existe um aéreo-clube em pleno funcionamento. O ato da inauguração foi solene, com a presença do prefeito do município, sr. Manuel Leite Lemos, autoridades e grande massa popular. A Prefeitura acha-se ainda empenhada na construção de outros melhoramentos, tendo recentemente inaugurado um matadouro municipal, dotado de instalações que correspondem aos resultados da higiene.

★

Flores — (Rio Grande do Norte)

CRIADO O IMPOSTO SÔBRE MINÉRIOS — Pelo Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte, foi aprovado, no dia 30 de junho, último, o substitutivo proposto pelo Departamento das Municipalidades ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Flores, criando o imposto de 2% sôbre o valor da produção de minérios naquele município.

Florianópolis — (Santa Catarina)

INAUGURADA A ESTÁTUA DO DR. BULCÃO VIANA — Em Florianópolis, realizou-se, no dia 15 de julho último, no jardim "Gustavo Richard" na praça Getúlio Vargas, a inauguração da estátua do General dr. Antônio Vicente Bulcão Viana, sendo a cerimônia assistida pelo Interventor federal interino, sr. Ivo d'Aquino, secretário de Estado, presidente e desembargadores do Tribunal de Apelação, comandantes e oficiais do 14.º B.C., da Fôrça Policial e Base Aérea, prefeito da capital, membros da comissão pró-monumento, representações dos colégios locais e membros da família Bulcão Viana. Em nome da comissão promotora, falou o professor Altino Flores, diretor d'*O Estado*, que fêz a entrega do monumento ao prefeito da capital, finalizando o seu discurso com o convite ao dr. Osvaldo Bulcão Viana para descobrir a figura do seu ilustre pai, o que foi feito sob calorosos aplausos.

Em nome da Associação Catarinense de Medicina falou, a seguir, o seu orador, dr. Ilmar Correia, e, logo após, o sr. dr. Rogério Vieira, prefeito da capital e o dr. Osvaldo Bulcão Viana, aquele recebendo o monumento em nome do Município e êste para agradecer a homenagem ao seu progenitor.

★

Garanhuns — (Pernambuco)

CRÉDITO PARA COMPRA DE MÓVEIS — Pelo sr. Liberalino de Almeida foi apresentado ao Conselho Administrativo do Estado de Pernambuco parecer favorável à aprovação do projeto de decreto-lei da Prefeitura de Garanhuns, abrindo o crédito especial de Cr$ 60 000,00 para a compra de móveis destinados ao novo edifício da mesma Prefeitura. O referido parecer foi publicado no *Diário do Estado*, de 10 do mês passado.

★

Goiânia — (Goiaz)

7 282 PESSOAS HOSPEDARAM-SE NA CIDADE NO 1.º SEMESTRE DÊSTE ANO — O Serviço de Estatística Policial e Judiciária Criminal de Goiaz, ao encerrar as apurações dos trabalhos sôbre o registro das pessoas que se hospedaram nos 5 hotéis e 26 pensões de Goiânia, no decorrer do 1.º semestre dêste ano, dá a conhecer que os resultados conseguidos afirmam que 7 282 pessoas, de um modo geral, estiveram em Goiânia, na primeira metade do corrente ano.

Esta cifra, entretanto, comparada à de igual período de 1932, mostra que houve uma diferença, para menos, no movimento dêste ano, em relação ao daquele, de 1 896 pessoas. Mas essa depressão tem a sua razão em que, justamente no 1.º semestre de 1942, se iniciou a parte excepcional do movimento dos festejos da inauguração de Goiânia e também nessa época não estava ainda em vigor o regime do racionamento da gasolina.

Tanto assim é que, na segunda metade do ano passado, quando já haviam cessado aqueles festejos e iniciado os rigores do racionamento de combustível, o índice final do semestre sofria uma queda de 2 664 pontos em relação ao primeiro semestre, e as médias mensais mantinham-se, novamente, em nível de natural freqüência.

★

Iratí — (Paraná)

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS URBANAS DA CIDADE — O sr. Prefeito Municipal de Iratí, Estado do Paraná, assinou, no dia 26 de dezembro do ano passado, o decreto-lei n.º 147, publicado no *Diário Oficial* do Estado, edição de 4 de março dêste ano, o qual delimita as zonas urbanas da cidade que ficou para os efeitos legais, sub-dividida em quatro Zonas Urbanas, a saber: Zona Central, Primeira Zona, Segunda Zona e Terceira Zona.

A Zona Central compreenderá a área limitada pelo perímetro seguinte, inclusive ambos os lados das ruas limítrofes: Inicia na ria Dr. Munhoz da Rocha no ponto de interseção com a rua Cel. Manuel Garcia, seguindo depois por esta até a rua Alfredo Bufrem; daí, pela rua Alfredo Bufrem até as ruas Cel. Manoel Gracia e Dr. Munhoz da Rocha.

A Primeira Zona compreenderá a área limitada pela linha de fecho da Zona Central e o perímetro que segue abrangendo ambos os lados das ruas limítrofes: tendo como ponto de partida a rua Dr. Correia, esquina da rua Cel. Pires segue por esta até a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina; por esta até a rua Cel. Manoel Gracia, em direção a rua 7 de Setembro; pela rua 7 de Setembro até a rua 15 de julho e por esta até a rua da Liberdade; pela rua da Liberdade até a rua Marechal Floriano, daí em ângulo de 9.º atravessa a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina até a interseção com a rua Conselheiro Zacarias, desde a

travessa do mesmo nome, até a rua Marechal Deodoro; por esta até a rua 24 de Maio; pela rua 24 de Maio até a rua Quintino Bocaiúva; por esta até a rua Alfredo Bufrem; pela rua Alfredo Bufrem até a rua 15 de Julho e por esta até a rua Cel. Pires; pela rua Cel. Pires, até o ponto de partida, isto é, a rua Dr. Correia.

Artigo 4.º — A Segunda Zona, compreenderá a área limitada pela linha de fecho da Primeira Zona e o perímetro que segue, inclusive ambos os lados das ruas limítrofes: inicia na rua da Mina, ponto de interseção com a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, seguindo por esta até a rua cel. Manoel Gracia; pela rua Cel. Manoel Gracia (face NO) até o rio das Antas; continuando pela referida via, até a rua Cel. Saboia; pela rua Cel. Saboia até encontrar a rua 4; por esta até a rua B seguindo pela rua B até a rua 8; por esta rua B até a rua 8; por esta até a rua E; daí até encontrar com a rua 10; pela rua 10 até a rua 24 de Maio; da rua 24 de Maio segue pela rua H até encontrar a rua 14; por esta até G; pela rua G até a rua 18; no ponto de interseção segue pela rua 18 até a rua 19 de Dezembro; pela rua 19 de Dezembro até a rua da Mina; por esta até encontrar a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, ponto inicial.

A Terceira Zona está compreendida entre os lemítrofes da Segunda Zona e quadro Urbano, de conformidade com a planta cadastral da cidade.

★

Itararé — (São Paulo)

50.º ANIVERSÁRIO DE ELEVAÇÃO A MUNICÍPIO — Itararé comemorou no dia 28 dêste mês o cinqüentenário de sua elevação à categoria de município. No período de 50 anos o município teve na gestão de seus negócios desde a instalação da primeira câmara da comuna em 1893 até a presente data, 27 prefeitos que prestaram a sua colaboração na chefia do executivo municipal. No seu primeiro ano administrativo a prefeitura arrecadou a importância de Cr$ 4 763,00, e no ano de seu cinqüentenário essa arrecadação alcança a cifra de Cr$ 400 000,00.

★

Jaraguá — (Santa Catarina)

IMPRESSÃO DE 300 MAPAS DO MUNICÍPIO — O Conselho Administrativo de Santa Catarina, em sua sessão de 9 de julho, aprovou, pela Resolução n.º 219, publicada no *Diário Oficial* daquele mesmo dia, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Jaraguá, que dispõe sôbre a abertura de vários créditos, inclusive de Cr$ 3 600,00, para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela impressão de 300 mapas do Município.

★

Jequitinhonha — (Minas Gerais)

INAUGURADA A RODOVIA AO DISTRITO DE SÃO PEDRO — Foi festivamente inaugurada no dia 30 de junho último a rodovia que liga a cidade de Jequitinhonha, Minas Gerais, ao distrito de S. Pedro, recentemente construída pela prefeitura, com a extensão total de 50 quilômetros. Com essa realização, ficaram tôdas as vilas do município ligadas à cidade por estradas de rodagem. O ato inaugural revestiu-se de aspecto solene, tendo comparecido os elementos mais representativos da cidade e dos municípios vizinhos, havendo discursado diversos oradores.

★

Lagarto — (Sergipe)

INAUGURAÇÃO DE NOVO JARDIM PÚBLICO — Será inaugurado, a 5 de setembro próximo, na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, o jardim público, na Praça da Piedade, como parte do programa comemorativo da Semana da Pátria.

★

Laguna — (Santa Catarina)

MONUMENTO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS — O *Diário Oficial* do Estado de Santa Catarina, em sua edição de 5 de julho último, publicou o seguinte parecer do sr. Roberto Soares de Oliveira, apresentado ao Conselho Administrativo do Estado:

"A Interventoria Federal vem de submeter à apreciação dêste Conselho Administrativo um projeto de decreto-lei dispondo sôbre a abertura de um crédito especial de noventa mil cruzeiros (Cr$ 90 000,00), que será levado à conta do saldo do exercício p. passado.

A medida, que está plenamente justificada, merece nossa acolhida por isso que representa a contribuïção do Estado na homenagem que se quer prestar ao Presidente Getúlio Vargas, erigindo-se na cidade de Laguna um monumento que consagra as realizações que determinaram o aproveitamento intensivo do carvão catarinense.

Com os nossos melhores aplausos, apresentamos ao exame do Plenário o seguinte:

Projeto de resolução

O Conselho Administrativo do Estado aprova, nos têrmos em que se acha redigido, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que autoriza a abertura de um crédito especial de noventa mil cruzeiros (Cr$ 90 000,00)."

Abrindo o referido crédito especial, o sr. Interventor federal assinou no dia 7 de julho o decreto-lei n.º 804, publicado no *Diário Oficial* do dia seguinte.

REFÔRÇO À DOTAÇÃO PARA LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS — Pelo Sr. Jaú Guedes da Fonseca foi apresentado ao Conselho Administrativo de Santa Catarina parecer favorável ao projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Laguna que autoriza a abrir vários créditos suplementares, num total de Cr$ 28 000,00, destinados a reforçar dotações do orçamento vigente, inclusive Cr$ 2 000,00 para levantamentos topográficos e Cr$ 1 000,00 para despesas com serviços dágua. O parecer foi publicado na edição do dia 9 de julho do *Diário Oficial* do Estado.

★

Lavras — (Minas Gerais)

75.º ANIVERSÁRIO DE ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE — Lavras comemorou no dia 20 do mês passado, o 75.º aniversário da sua elevação à categoria de cidade. Sede de opulento município do oeste mineiro, Lavras foi elevada à categoria de paróquia em 19 de junho de 1813, elevando-se, por uma resolução da Assembléia Geral Legislativa, aos foros de freguesia e vila, com o nome de Santana das

Lavras do Funil, a 13 de outubro de 1831. A 30 de junho de 1833, Manuel Inácio de Melo e Sousa, então presidente da Província, resolvia anexar o seu têrmo à comarca do Rio das Mortes. A categoria de cidade obteve-a pela lei n.º 1 510, de 20 de julho de 1868.

O município de Lavras pertenceu a diversas comarcas da Província e só em 1882, a 19 de outubro, recebia o nome que ainda hoje possue, em substituïção ao de Sapucaí.

Servido pela Rêde Mineira de Viação, o município de Lavras, que é um dos maiores centros educacionais do Estado, ostenta riquezas naturais de saliente importância em ouro, mármore, calcáreos, etc., além de variada produção agrícola, industrial e pastoril de subido valor nas pautas da sua exportação.

Festejando a data, foram inaugurados vários melhoramentos locais, inclusive quatro pontes nos subúrbios e o novo campo de pouso do Aéro Clube de Lavras e o respectivo hangar, falando, no ato, o coronel Olavo Rodrigues dos Santos, comandante do 8.º B.C.M. e o prefeito Jacinto Scorza. Antes foi realizada uma passeata em que tomaram parte todos os educandários locais.

★

Livramento — (Rio Grande do Sul)

PAVIMENTAÇÃO DAS AVENIDAS LATERAIS À PRAÇA INTERNACIONAL — O sr. Presidente da República, no dia 22 de julho, assinou o decreto-lei n.º 5 693, abrindo ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de trezentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta cruzeiros (Cr$379 360,00) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) do auxílio concedido à Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, destinado às despesas com os trabalhos de nivelamento e pavimentação das avenidas laterais à Praça Internacional de Santana do Livramento-Rivera, na parte que cabe ao Brasil.

★

Londrina — (Paraná)

EMPRÉSTIMO PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO — Pelo sr. Prefeito de Londrina foi assinado, no dia 12 de abril, o decreto-lei n.º 23, publicado no *Diário Oficial* de 26 de julho, autorizando a Prefeitura a contrair um empréstimo de Cr$ 1 800 000,00 com o Banco do Estado do Paraná a ser aplicado nas obras de pavimentação da 1.ª zona da cidade.

★

Manaus — (Amazonas)

CONSTRUÇÃO DE UM MODERNO AEROPORTO — Após visitar a região de Tabatinga, em viagem de inspeção às linhas exploradas pela Panair e antes de regressar ao Rio, o comandante Cortez, chefe das operações dessa emprêsa, teve longa conferência com o prefeito de Manáus sôbre os futuros melhoramentos que a Panair pretende introduzir nos seus serviços de Manáus, construindo moderno aeroporto com ótimas instalações para passageiros, etc.

CESSÃO DE TERRENOS À UNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO RÁDIO RECEPTORA DO D.C.T. — O sr. Prefeito de Manáus assinou, no dia 2 de julho, o decreto-lei n.º 207, autorizando o govêrno municipal a doar à União um terreno situado à margem direita da estrada do Aleixo, entre os quilômetros um e dois, o qual se destina à construção do prédio da Estação de Rádio Receptora do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo limitado ao Norte com a estrada do Aleixo; ao Sul, a Leste e a Oeste com terras do Patrimônio Municipal, e apresentando um perímetro de dois mil metros (2 000 mts.), com os seguintes característicos a partir do ponto A, extremidade Oeste da estrada do terreno, situado no quilômetro 1 054, da margem esquerda da estrada do Aleixo, no rumo verdadeiro de 72° 16'NO, mede de frente sôbre a referida estrada 500,00 mts; com 16°16, NE, mede 500,00 mts; com 72°15, SE, mede 500,00 mts. e, finalmente, com 16° 15, SE mede 500,00 mts, até encontrar o ponto de partida A, fechando um quadro de área igual a duzentos e cincoenta mil metros quadrados.

Em 13 do mesmo mês, pelo decreto-lei n.º 209, foram doados à União, para o mesmo fim, mais dois terrenos do patrimônio do município, no bairro Adrianóplis.

VISITA DE UM ESCRITOR NORTE-AMERICANO — Esteve recentemente em visita a Manaus o escritor Lewis R. Freeman, de Nova York, colaborador do *National Geographic Magazine*, e que tem feito a correspondência de guerra para o *Times* de Nova York e *Times* de Londres, em muitas partes do mundo, tendo passado muitos mêses viajando nos rios do Amazonas, colhendo material para o seu próximo livro.

Freeman é autor de mais de 20 livros de viagens, explorações e atividades de guerra, 4 dos quais são sôbre a América Latina. Seu recente livro intitulado *Descobrindo a América do Sul Doscovering South America*, obteve maior circulação do que qualquer livro sôbre o continente escrito em língua inglêsa.

Enquanto êsse livro tem 3 ou 4 capítulos dedicados a cada nação do continente, o presente, que está escrevendo, será exclusivamente a respeito do Brasil. Com mais de metade da área e da população do continente ocidental, Freeman acredita ser o nosso país o mais importante de todos os da América Latina para que seus patrícios conheçam e apreciem. E' por esta razão, diz êle, que seu novo livro será intitulado *Merecido Destino do Brasil*.

A primeira visita de Freeamn ao interior do Brasil foi em 1905, quando atingiu o Grande salto do Iguassú, viajando rio abaixo numa canôa de índio depois de uma viagem por terra partindo de Assunção. A prova única que encontrou de que alguém, além do saborígenes havia alí estado antes, foi um monte de latas vazias. A ilustração da capa de seu livro *Descobrindo a América do Sul*, representa as grandes quedas do Iguassú com um capítulo narrando como, ao fazer sua segunda visita, após voar de Buenos Aires num avião argentino, encontrou aquilo que era uma vez mata virgem, transformado num centro atrativo de turismo.

No último livro publicado por Freeman, *Muitos rios Many Rivers*, é narrado num capítulo a viagem que fêz numa canoa de índios no trecho encachoeirado da Grande Queda. "Mas a cousa mais selvagem que encontrei nesta viagem", explica êle, "foi na jangla e não no rio. Foi uma grande onça que procurei primeiro fotografar com a minha máquina antes de atirar com a minha pistola. Tirei a fotografia mas, tive que atirar imediatamente depois para evitar que a onça me pegasse. Seu couro sarapintado foi o tapete em minha casa em Califórnia durante muitos anos".

A fotografia da onça pronta para pular é uma das ilustrações no livro *Many Rivers*, um outro capítulo do qual, intitulado "Reptilia Amazonas", também trata do Brasil.

A 1.ª visita de Freeman ao Amazonas foi em 1906, quando êle atravessou os Andes pela estrada de ferro recem-construída para Oroya, Perú, andou a pé pelo caminho Pichis para o ponto inicial da navegação no Uruguai e viajou dali em balsa e canoa para Iquitos. Alcançando

Manaus num cargueiro que trazia borracha do Pilcomayo encontrou sendo aberto em direção a jungla um boulevard largo e recentemente calçado, uma milha ou duas do local de desembarque onde se encontra presentemente as dócas modernas.

★

Maragogí — (Alagoas)

INAUGURADO O NOVO EDIFÍCIO DA PREFEITURA — Foram inaugurados, no dia 31 de julho passado, o novo prédio da Prefeitura de Maragogí e a praça Batista Acioli, na séde dêsse município. De Maceió, seguiu, para assistir às festividades, uma comitiva constituída do interventor Ismar de Góes Monteiro, do comandante da Guarnição Federal, do secretário do Interior, Educação e Saúde do comandante da Força Policial, do diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda e de outras autoridades civis e militares.

★

Miracema — (Estado do Rio)

CRÉDITO PARA A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA PREFEITURA — O sr. Prefeito de Miracema, Estado do Rio, assinou no dia 3 de maio o decreto-lei n.º 32, abrindo o crédito especial de Cr$ 100 000,00 para a construção do edifício da Prefeitura. Os recursos para o crédito serão os resultantes do auxílio concedido pelo Estado, na forma do Decreto-lei n.º 522, de 24 de junho de 1942, na importncia acima.

★

Muriaé — (Minas Gerais)

1.ª EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL — Será realizada em Muriaé, de 5 a 11 de setembro próximo, a 1.ª Exposição Agro-Pecuária e Industrial do município. Embora de carácter regional, o certame vem despertando grande interêsse nos crculos produtores do Estado, de vez que refletirá o grande progresso realizado, em todos os setores, no aproveitamento do vasto potencial econômico da zona da Mata.

A comissão organizadora da Exposição, presidida pelo prefeito de Muriaé, sr. Geraldo Starling Soares, vem tomando tôdas as providências para assegurar completo êxito ao certame. O número já elevado de expositores inscritos nas várias secções de agricultura, indústria e pecuária, pode ser, desde agora, considerado como uma demonstração da ampla repercussão que encontrou a iniciativa. Foram eleitos presidentes de honra da Exposição os srs. Presidente Getúlio Vargas, Governador Benedito Valadares, Sr. Apolônio Sales, Ministro da Agricultura; sr. Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, e o sr. Lucas Lopes, Secretário da Agricultura de Minas Gerais.

★

Natal — (Rio Grande do Norte)

POSSE DO NOVO PREFEITO — Realizou-se, no dia 19 de julho, passado, a posse do novo Prefeito da capital do Rio Grande do Norte, sr. José Augusto Varela. Estiveram presentes ao ato altas autoridades federais e estaduais, tendo discursado, transmitindo o cargo, o Prefeito interino, sr. Mário Eugênio Lira, respondendo o novo chefe do executivo municipal de Natal.

INAUGURAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONES AUTOMÁTICOS — A Cia. Fôrça e Luz Nordeste do Brasil inaugurará, a 1.º de setembro próximo, os novos telefones automáticos, que vêm dotar a capital do Rio Grande do Norte de um serviço moderno, eficiente e prático em substituição ao antigo sistema telefônico, que já se tornara inadequado e incoerente, com o desenvolvimento social e econômico da cidade.

★

Niterói — (Estado do Rio)

ENGENHEIROS CARIOCAS EM VISITA ÀS OBRAS DE REMODELAÇÃO DA CIDADE — A convite da Diretoria de Obras da Prefeitura de Niterói, visitou no dia 17 de julho último, as obras de Remodelação da vizinha Capital, uma turma de engenheiros cariocas que fazem parte da Sociedade de Engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal. Foram recebidos os visitantes na estação das barcas pelos Srs. Renato Leite Silva, diretor de Obras de Niterói, que representou o prefeito Brandão Júnior, Nelson Monteiro, Prefeito de S. Gonçalo, Frederico Rockel, presidente da Companhia de Melhoramentos de Niterói; Roberto Bergalo, diretor da firma Dahne, Conceição & Cia., que está incumbida das obras; Ernani Pila, superintendente da Companhia de Água e Esgotos; Mário Maranhão e Saturnino de Brito, autores dos projetos de urbanismo e saneamento; Marcelo Brasileiro de Almeida, diretor do DEIP; e outros elementos destacados da administração. A caravana de engenheiros era chefiada pelo Sr. Luiz Ribeiro Soares, presidente da referida sociedade.

Passando a pé pela avenida Ernani do Amaral Peixoto foram informados sôbre detalhes da obra, inclusive sôbre a construção dos prédios que obedecerá a condições especiais de acôrdo com os interêsses da defesa passiva anti-aérea.

A maior via pública no centro de Niterói terá 25 metros de largura e 1 quilômetro de extensão aproveitado o prolongamento da rua Bernado de Vasconcelos.

Dirigiram-se assim para os escritórios do Serviço de Obras Novas, onde foram verificar os planos, plantas e dados gerais sôbre o serviço de remodelação da cidade.

Diante das disposições gerais do plano diretor puderam os engenheiros cariocas conhecer como estão sendo atacados os serviços em seus vários setores. Assim viram a faixa do atêrro sôbre o mar, para o que serão aproveitadas as terras dos morros que estão sendo desbastados, conheceram a extensão e os limites da bela avenida de contôrno, que ligará o centro da cidade a Icaraí, passando pelas praias de Gragoatá, Boa Viagem e Flexas, e, ainda, a parte relativa às ligações entre Valonguinho e Icaraí, e entre êste bairro e o Saco de S. Francisco, para o que está sendo estudada a abertura de um túnel através o morro do Cavalão. Daqueles escritórios da Prefeitura, foram visitar os terrenos em que será construído o hospital da Municipalidade, à rua Marquês do Paraná, cujas obras serão iniciadas ainda êste ano. Dirigiram-se a seguir os visitantes para os escritórios da firma Dahne, Conceição & Cia., à travessa Luiz Paulino, onde examinaram os projetos e maquetes de todo o serviço de remodelação da cidade e da reforma das rêdes de água e esgotos.

Prosseguiu a visita até a Engenhoca, onde está sendo construída, ao alto, na própria rocha, o Reservatório do Pires, com capacidade para 10 milhões de litros, sendo êsse um dos três grandes reservatórios que atenderão ao abastecimento dágua da cidade e que serão supridos pelos mananciais de Teresópolis e Friburgo. A canalização para o primeiro dêles será feita através de uma linha adutora de 60 mil metros de comprimento.

Em Gragoatá, outro ponto da visita, viram o corte aberto para a praia Vermelha, observando, dalí, uma grande parte do serviço de entroncamento. Pelo referido corte passará a Avenida de contôrno, que terá a largura de 25 metros nesse local, continuando, com 40 metros, até Icaraí. Depois de fazerem ligeira visita ao histórico forte de Gragoatá, hoje monumento nacional, onde vai ser instalado um Museu, os engenheiros passaram pelo edifício da Companhia de Águas e Esgotos, dirigindo-se ao outro lado do morro de Gragoatá, para assistir o vultoso serviço de desmonte e atêrro que está sendo alí executado. Nêsse ponto, descortinando uma larga extensão do litoral, o Sr. Renato Leite Silva, salientou que o plano de remodelação não prejudica a beleza natural de Boa Viagem.

No morro da Boa Viagém, onde os serviços de desmonte estão quase concluídos, dando idéia do formoso bairro que vai alí surgir, os visitantes foram recebidos pelo engenheiro Brito Araújo, representando os diretores da firma A. R. Giannetti, incumbida dêsses trabalhos. Viram nesse local a primeira casa, já quase construída, nos novos terrenos. Prosseguiu a visita ruma estação de tratamento do Serviço de Águas e Esgotos localizada no Canto do Rio, passando os engenheiros pela Elevatória do Ingá, na praia das Flexas. As obras daquela estação impressionaram vivamente os visitantes que foram informados de que a estação depuradora dalí é uma das maiores do mundo. Verificaram, perto, o canal de saneamento que vem de Santa Rosa e irá até o mar, e bem assim o ponto da abertura do túnel que ligará Icaraí ao Saco de S. Francisco.

Findas as visitas, foi oferecido aos engenheiros cariocas um almoço no Lido do Saco de S. Francisco, falando nesse ocasião os Srs. Luiz Ribeiro Soares, em nome dos engenheiros, Renato Leite Silva, diretor das Obras da Prefeitura de Niterói. Mário Maranhão, autor do projeto da remodelação da cidade, e Romeu Silva, em nome dos diretores da firma Dahne, Conceição & Cia.

★

Nova Friburgo — (Estado do Rio)

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA — O sr. Prefeito do Município de Nova Friburgo assinou, no dia 1.º de julho último, decreto-lei n.º 56, abrindo o crédito especial de Cr$ 1 510 506,60, destinado à execução das obras de abastecimento de água do bairro Cônego, naquela cidade, à reforma e ampliação do atual sistema de suprimento de água à sede do Município, inclusive desapropriação.

★

Nova Lima — (Minas Gerais)

INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DO TEATRO MUNICIPAL — Será inaugurado no dia 7 de setembro, o novo prédio do Teatro Municipal de Nova Lima, organizando a Prefeitura local um programa de comemorações para solenizar o acontecimento.

★

Parnaíba — (Piauí)

MONTADA UMA EMISSORA DE ONDAS CURTAS — Em Parnaíba, Piauí, vem de ser montada uma potente estação transmissora, irradiando em ondas curtas, e com capacidade suficiente para ser ouvida em todo o Brasil.

No momento, a estação em aprêço está funcionando em caráter experimental, todos os dias das 21 às 23 horas, na freqüência de 4 825 quilociclos e onda 62,18 metros.

A sua inauguração oficial está marcada para o dia 6 de setembro vindouro, depois do que a voz do Piauí será ouvido desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul em programas selecionados que darão aos seus ouvintes a certeza do desenvolvimento cultural e econômico, que, sem solução de continuïdade, vem se processando no Estado.

★

Passos — (Minas Gerais)

1.ª EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DE MINAS — Será inaugurada na cidade de Passos, Minas Gerais, a 10 de novembro do ano em curso, a 1.ª Exposição Agro-Pecuária e Industrial do Sudoeste de Minas, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal e em homenagem ao 13.ª aniversário da administração do Presidente Getúlio Vargas.

De tôdas as localidades do sudoeste de Minas chegam diàriamente adesões.

A exposição tem como escôpo incentivar a produção da lavoura e pecuária, atendendo ao apreço do Governador Benedito Valadares.

Mais de 100 pecuaristas da zona já se inscreveram e as obras foram atacadas. Além de vários pavilhões de diversões, de um Casino, será construído no recinto da exposição um pavilhão denominado "Pavilhão dos Municípios do Sudoeste de Minas", onde serão localizados gráficos, monografias, diagramas, amostras de produtos, etc., de cada município, o qual ocupará a área de 12 metros quadrados.

Passos é o maior centro agro-pecuário e industrial do sudoeste de Minas.

★

Patrocínio — (Minas Gerais)

TAXAS PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE NO PÔRTO "BENEDITO VALADARES" — O sr. Prefeito de Patrocínio submeteu há tempo, à consideração do Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais um projeto de decreto-lei dispondo sôbre a criação de taxas para o serviço de transportes no pôrto "Benedito Valadares".

O relator, conselheiro Carlos Martins Prates, requereu preliminarmente que a Prefeitura fornecesse ao Conselho vários elementos informativos afim de se examinar tanto a conveniência como a fixação dos tributos novos.

O sr. Prefeito atendendo à solicitação enviou a seguinte informação: O rio em que se encontra o pôrto de que trata o projeto é o rio Quebra Anzol, que percorre 85 quilômetros do município, tendo a largura média de 80 metros e volume de 34 metros cúbicos.

São servidos, pelo rio os municípios de Araxá, Uberaba, Perdizes, Sacramento e Dores de Santa Juliana. Por intermédio do pôrto "Benedito Valadares", é feito intercâmbio comercial dos citados municípios sendo a exportação mais importante a do gado vacum. Nas proximidades daquele pôrto, existem 2 outros, que utilizam a travessia por balsa e canoa. Serão balsas as embarcações a serem utilizadas pelo município, na travessia do rio.

Propondo a aprovação do projeto, com modificações, o conselheiro Nestor Fóscolo apresentou um parecer na sessão realizada pelo Conselho no dia 3 de agôsto corrente, ficando estabelecidas as seguintes taxas: para o serviço de transportes na balsa do pôrto "Benedito Valadares": Automóvel Cr$6,00; Caminhão vasio Cr$ 6,00; Caminhão pequeno carregado Cr$ 10,00;

Caminhão grande carregado Cr$ 15,00; Pessôa a pé Cr$ 0,40; Animal de sela ou de trabalho, na balsa ou puxado Cr$ 1,00; Cargueiro Cr$ 2,00; Carro de bois, vasio Cr$ 10,00; Carro de bois carregado Cr$ 15,00. Carroça Cr$ 4,00; Animais de pequeno porte (carneiros, porcos, cabras etc). por cabeça Cr$ 0,20; Idem, idem a nado, por cabeça Cr$ 0,10; Gado Vacum a nado: De 1 a 100 cabeças por cabeça Cr$0,20; De 101 a 300 cabeças, por cabeça Cr$ 0,15; De mais de 300 cabeças, por cabeça Cr$ 0,10.

Artigo 2.º — Nas passagens de ida e volta, quando o regresso se verifique dentro de dez dias inclusive, haverá uma redução de vinte por cento dos preços da tabela.

★

Pelotas — (Rio Grande do Sul)

SEMANA DO ECONOMISTA — CONFERÊNCIA SÔBRE PELOTAS — O último dia da Semana do Economista, instituída por um grupo de diplomados pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas e dedicada ao estudo de todos os fatos e sua especialidade, encerrada no dia 6 de julho passado, foi uma homenagem à cidade pela passagem de mais um aniversário da sua fundação.

No anfiteatro da Faculdade de Ciências Econômicas, o sr. Mário Campos Birnfeld, gerente do Banco Nacional do Comércio, falou sôbre Pelotas. Relatou suas impressões antigas da cidade e as de sua estada desde 1932. Estudou os monumentos e vestígios existentes, analisou o caráter dos habitantes de Pelotas e assim, chegou a conhecer a tradição pelotense. O conferencista tratou a seguir do cosmopolitismo de Pelotas, conseqüência de sua expansão comercial, e com alguns mapas e quadros apresentou os principais aspectos dêsse problema. O cosmopolitismo encontrado em Pelotas não quebra sua unidade política, porque a seleção de líderes sociais é feita segunda um critério patriótico: sòmente participa da direção moral da cidade quem é bom brasileiro e útil à coletividade..

O conferencista concluiu seu trabalho manifestando sua admiração pela cidade de Pelotas e sua convicção no seu engrandecimento constante, pois a cômuna que apresentou tantos valores e resistiu a tantas crises, vencerá qualquer dificuldade futura.

No dia 4 realizou-se, no restaurante do Clube Comercial, um almôço de confraternização, estando presentes professores e alunos da Faculdade de Ciências Econômicas e membros do Instituto. O almôço foi presidido pelo Irmão Fernando, diretor da Faculdade, falando diversos oradores.

★

Piracuruca — (Piauí)

COMEMORADO O BI-CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Foram levadas a efeito com grande brilhantismo, no mês de julho passado, as festas comemorativas do bi-centenário da fundação da cidade de Piracuruca, Piauí, e da edificação do majestoso templo de Nossa Senhora do Carmo, obedecendo-se o programa organizado pelo prefeito Antônio de Sousa e padre Benedito Cantuária de Sousa. Destacaram-se entre as solenidades a recepção ao Bispo Diocesano e comitiva, a missa pontifical, a aposição dos retratos do Presidente Getúlio Vargas e Interventor Leônidas Melo, a sessão cívica no edifício da Prefeitura, as inaugurações da usina elétrica Leônidas Melo, Praça Pires Galoso, Feiras Livres e duas secções de calçamento da cidade. Crescido número de pessoas da capital do Estado e cidades vizinhas assistiu as festas.

★

Pouso Alegre — (Minas Gerais)

TERMINADA IMPORTANTE RODOVIA — Em julho último, ficaram concluídas as obras de reforma da estrada que liga o Município de Pouso Alegre, ao de Silvianópolis, prosseguindo-se nos trabalhos que estão sendo realizados em tôdas as estradas de maior importância comercial para Pouso Alegre.

★

Poxoréu — (Mato Grosso)

UMA ÁREA DE 6 000 HECTARES PARA COLONIZAÇÃO — O Conselho Administrativo de Mato Grosso, na sessão realizada a 14 de julho, último, aprovou o projeto de decreto-lei da Interventoria federal, reservando para colonização, no município de Poxoréu, uma área de 6 000 hectares de terras lavradias, situadas em ambas as margens do rio Paraíso.

Instruiu o processo um mapa dos terrenos em aprêço cujos limites são os seguintes: ao norte, o rio do Peixe e ribeirão Dourados; ao nascente, uma faixa de 2 quilômetros de largura, que acompanha o rio Paraíso, no trecho compreendido entre o ribeirão Dourados e rio Poxoréu; ao sul, o rio Poxoréu; e ao poente, uma faixa de 2 quilômetros de largura, que acompanha a margem direita do rio Paraíso no trecho compreendido entre o rio do Peixe e rio Poxoréu.

O decreto lei, que tomou o n.º 500, foi assinado pelo sr. Interventor federal no dia 21 de julho e publicado no *Diário Oficial* local do dia 24 do mesmo mês.

★

Pôrto Alegre — (Rio Grande do Sul)

300 NOMES DE RUAS SERÃO SUBSTITUÍDOS — O prefeito de Pôrto Alegre incumbiu o sr, Valter Spalding, diretor da Biblioteca e Arquivo da Municipalidade, para proceder a um estudo relativo à nomenclatura das artérias de Pôrto Alegre, pois é pensamento do govêrno municipal substituir várias denominações de ruas e avenidas da cidade.

Motivou essa atitude do prefeito o fato de existir denominações as mais inexpressivas e outras que, por sua semelhança, estabelecem confusão, principalmente aos forasteiros. Ao que se informa nada menos de trezentos nomes de vias públicas da capital do Rio Grande do Sul serão substituídos, dando-se-lhes denominações mais expressivas e aproveitando a municipalidade para tributar homenagem à memória de várias figuras que, por suas ações em vida, fizeram jús ao reconhecimento e à gratidão da cidade.

"RECORD" DE CHUVAS — O Instituto Conssirat Araújo divulgou que a quantidade total de chuva recolhida na tarde do dia 3 de julho passado alcançou 108,5 milímetros, sendo assim o "record" durante as observações daquele instituto no espaço de 40 anos. As chuvas produziram inundações passageiras, principalmente na zona do Riacho onde os moradores tiveram de abandonar as residências. Por algumas horas

a capital presenciou cenas idênticas às da inundação de 1941. Afim de afastar o perigo de proporções de sinistro, a prefeitura fêz destruir as barreiras que impediram o livre curso das águas nas obras provisórias dos diques artificiais, etc.

★

Propriá — (Sergipe)

ATÊRRO DA LOGÔA "JOÃO BAÍA" — Pela Prefeitura de Propriá, Estado de Sergipe, foi iniciado o atêrro da lagôa "João Baía", localizada no Município, esperando-se para breve a conclusão dos trabalhos.

★

Recife — (Pernambuco)

CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA O PLANO DA CIDADE — No *Diário do Estado*, órgão oficial de Pernambuco, edição do dia 9 de julho passado está publicado o parecer apresentado ao Conselho Adminstrativo do Estado pelo sr. Liberalino de Almeida, favorável à aprovação do projeto de decreto-lei da Prefeitura de Recife, abrindo créditos suplementares no total de Cr$ 5 215 500,00, inclusive Cr$ 500 000,00 para o Plano da Cidade.

★

Rio Claro — (Estado do Rio)

ADESÃO AO 10.º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — O Diretório Municipal de Geografia de Rio Claro acaba de aderir ao 10.º Congresso Brasileiro de Geografia, enviando sua contribuição à respectiva comissão diretora.

★

Rio do Sul — (Santa Catarina)

ELEVAÇÃO DA COMARCA, DE 2.ª PARA 3.ª ENTRÂNCIA — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, na sessão efetuada a 23 do mês passado, opinou pela aprovação do projeto de decreto-lei da Interventoria Federal no Estado de Santa Catarina, dispondo sôbre a elevação de segunda para terceira entrância da comarca de Rio do Sul.

★

Salvador — (Baía)

CANCELADO O TOMBAMENTO DE UM PRÉDIO — Na sessão da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais levada a feito a 23 do mês passado, tomou-se conhecimento do memorial do sr. prefeito do Salvador pleiteando seja cancelado o tombamento, no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do prédio n.º 26, à rua Carlos Gomes, tendo a Comissão opinado pelo deferimento do pedido, na forma do disposto no decreto-lei n.º 3 866, de 29-11-41, mediante decreto do Executivo Federal, desde que fique estabelecida no mesmo decreto, é obrigação da Prefeitura demolir e reconstruir o referido prédio sob a orientação técnica e a fiscalização imediata do mencionado Serviço.

RESTRIÇÃO DOS FAVORES CONCEDIDOS ÀS CAIXAS ECONÔMICAS — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, também em sua sessão do dia 23 de julho, decidiu sôbre outro memorial da Prefeitura Municipal de Salvador, sugerindo a promulgação de lei federal que restrinja os favores fiscais das Caixas Econômicas, nos Estados exclusivamente aos prédios de propriedades dessas, onde funcionam sua sede, agências e seus serviços correlatos, tendo opinado pelo encaminhamento do processo à comissão constituída para o estudo do assunto.

IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE. — A "EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR". — O sr. Prefeito da cidade do Salvador, capital da Baía, assinou, no dia 24 de julho último, o seguinte decreto-lei, aprovado pelo Conselho Administrativo do Estado:

"O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía:

Na conformidade do dispôsto no Art. 5.º do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939;

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a contratar com historiadores patrícios a elaboração de uma obra intitulada "Evolução Histórica da Cidade do Salvador", constante de monografias que focalizem os diversos aspectos do desenvolvimento desta Cidade.

Parág. Único — A obra de que trata êste artigo deverá constituir uma das principais contribuições à comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador.

Art. 2.º — Fica aberto o crédito especial de Cr$ 50 000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes dêste Decreto-lei.

Art. 3.º A despesa para a abertura desse crédito correrá pelos recursos previstos no item 1.º do parag. 3.º do Art. 11.º das Normas aprovadas pelo Decreto-Lei Federal n.º 2 416, de 17-7-940.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 24 de julho de 1943. — *Elísio de Carvalho Lisboa*, Prefeito — *José Alves de Sousa*, Secretário interino".

ESQUEMA DAS MONOGRAFIAS — Ao submeter ao estudo do Conselho Administrativo do Estado o projeto de decreto-lei agora sancionado, o Prefeito, sr. Elísio Lisboa fê-lo acompanhar da seguinte justificativa na qual está fixado o esquema das monografias que ficarão subordinadas ao título geral de "Evolução Histórica da Cidade do Salvador".

Justificativa — 1. O projeto que ora temos a oportunidade de submeter à aprovação dêsse ilustre Conselho, visa integrar no programa das comemorações que assinalarão a passagem do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador, em 1949, a elaboração de uma obra que no transcurso daquela efeméride, rememore o sentido evolucional, desta Cidade nos diversos aspectos da sua formação. — 2. — Se não é possível ainda a revisão integral da história bahiana, carente em muitos dos seus ângulos de estudos objetivos especializados, oportuno é promover a coordenação do vasto material esparso nos quatro séculos das letras sociais brasileiras, num empenho de restauração das linhas mestras do nosso panorama histórico. — 3, — A divulgação do vasto documentário ùltimamente exumado dos arquivos nacionais e estrangeiros; a larga bibliografia ventilada á luz de modernos conceitos sociológicos, e, sobretudo nas instituïções oficiais nos estabelecimentos religiosos que acompanharam a formação e o desenvolvimento da Cidade, estão sem dúvida a aconselhar no âmbito regional,

a coordenação de energias intelectuais, no propósito sadio de, pela pesquisa confrontação e análise de novas fontes e conceitos, recompôr e atualizar a história da Cidade, — 4. — Certo, nenhuma oportunidade mais feliz para iniciativa de tal vulto e expressão educativa, como aquela que se oferece no transcurso do quarto centenário da instalação do primeiro govêrno geral luzitano em terra do Novo Mundo e fundação da Cidade do Salvador, onde se fixou a mestrança centenária da formação do Brasil. — 5. — Nêste propósito espera a prefeitura poder contratar com historiadores patrícios a elaboração de uma obra subordinada ao título geral de "Evolução Histórica da Cidade do Salvador", constante das monografias enumeradas no seguinte esquema: — I — "Fundação, Construção, Desenvolvimento e transformações da Cidade do Salvador"; II — "História do Povoamento da Cidade do Salvador"; III — "Evolução Étnica da Cidade do Salvador"; IV — "História Administrativa e Política da Cidade do Salvador"; V — "Aspectos Militares da Cidade do Salvador"; VI — "História Econômica da Cidade do Salvador"; VII — "História Social da Cidade do Salvador"; VIII — "Aspectos Religiosos da História da Cidade do Salvador;" IX — "História da Cultura na Cidade do Salvador"; X — "História das Artes na Cidade do Salvador". — 6. — Na sistematização dos assuntos anunciados, orientou-nos o propósito de possibilitar a distribuïção e tratamento da matéria de cada monografia, dentro de áreas largas e autônomas, sem prejuízo das unidade indispensável a reconstituïção nítida do conjunto visado. — 7. — Reitero a VV. Excias, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

★

Santa Maria do Suassuí — (Minas Gerais)

RESTABELECIDOS OS SERVIÇOS TELEGRÁFICOS — Em Santa Maria do Suassuí realizou-se a 24 do mês passado, a inauguração da nova estação telegráfica da cidade, sendo restabelecidos os respectivos serviços. Os atos foram assistidos pelo sr. Dermeval Pimentel, secretário da Viação.

★

Santa Teresa — (Espiríto Santo)

2.ª EXPOSIÇÃO DO MILHO — Promovida pela Escola Prática de Agricultura, realizar-se-á em agôsto corrente, no Município de Santa Teresa, no Espírito Santo, a 2.ª Exposição do Milho, certame que terá a colaboração da Diretoria do Fomento e Organização da Produção do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras e da Secção do Fomento Agrícola Federal Aos expositores serão distribuídos vários prêmios.

★

São Fidélis — (Rio de Janeiro)

LEVANTAMENTO DA PLANTA TOPOGRÁFICA — O Sr. interventor federal no Estado do Rio, por despacho publicado no *Diário Oficial* local, de 1.º de julho, autorizou a Municilidade de São Fidélis a celebrar contrato com o "Escritório Saturnino de Brito" para levantamento da planta topográfica da cidade, afim de poderem ser projetadas as obras de reforma do atual sistema de suprimento de água e as de instalação da rêde de esgotos sanitários.

★

São Luiz — (Maranhão)

EM DEFESA DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DA ÉPOCA COLONIAL — O prefeito, em julho último, baixou um decreto em defesa do patrimônio artístico da época colonial, proïbindo a demolição ou reforma dos prédios cujos mirantes ostentam revestimento de azulejos.

★

São Mateus — (Espírito Santo)

O SANEAMENTO DO VALE SÃO MATEUS — Por determinação do sr. Hildebrando de Góis, diretor do Serviço Nacional de Saneamento, esteve em julho último, em São Mateus, no Espírito Santo, o engenheiro Manuel Pacheco para promover os necessários estudos naquela região no sentido de ser, em breve tempo, iniciado o trabalho de sanitarização do vale São Mateus.

★

São Paulo — (São Paulo)

TERRENOS NO LEITO DA ESTRADA DAS BOIADAS — Tomando conhecimento do projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de S. Paulo dispondo sôbre desincorporação da classe dos bens públicos de uso comum do povo e incorporação à dos patrimoniais do município de três terrenos que fazem parte integrante do leito da Estrada das Boiadas e sôbre permuta dos mesmos, decidiu a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais que sôbre o assunto fôsse ouvida a sub-comissão de terras.

★

Serra — (Espírito Santo)

SANEAMENTO DA VILA DE NOVA ALMEIDA — Pelo Conselho Administrativo do Estado do Espírito Santo foi aprovado, conforme Resolução n.º 1 804, publicada no *Diário Oficial* do Estado, de 15 de julho o projeto n.º 68, de decreto-lei da Prefeitura da Serra, o qual, com os recursos provindos do saldo do exercício anterior, abre o crédito especial de Cr$ 3 500,00, para atender aos serviços de saneamento da Vila de Nova Almeida, 3.º distrito daquele Município.

★

Sertanópolis — (Paraná)

DOIS MARCOS INDICATIVOS DA POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE — O sr. Prefeito Municipal de Sertanópolis, em recente decreto-lei abriu um crédito especial, para atender a várias despesas, inclusive de Cr$ 597,50, para a construção de dois marcos indicativos da posição geográfica da cidade e Cr$ 9 096,60, para fazer face às despesas com o levantamento do cadastro e nivelamento da sede do Município.

★

Siqueira Campos — (Paraná)

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA — Pelo Conselho Administrativo do Estado do Paraná foi aprovado na sessão de 19 dêste mês, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Muncipal de Siqueira Campos abrindo o crédito especial de Cr$ 2 850,00, inclusive para atender a despesas com o levantamento estatístico da Produção Agrícola e Pecuária do Município.

★

Três Lagoas — (Mato Grosso)

O ANIVERSÁRIO DA CIDADE — A EXTRAÇÃO DA BORRACHA — Três Lagôas festejou a 15 de junho passado o aniversário da criação do Município. O 33.º B.C. desfilou pelas ruas em homenagem a cidade, e o seu comandante Cel. José Marinho dos Santos com tôda a oficialidade, esteve em visita ao Prefeito, no edifício da Prefeitura.

Falou o Cel. Marinho, fazendo ler, do Boletim diário do Quartel, a parte alusiva ao aniversário da cidade, "que se vem afirmando como um grande centro civilizado fazendo jús à posição invejável que desfruta no Estado de Mato Grosso, como uma de suas sentinelas avançadas". Agradeceu o Prefeito Rosário Congro, que ofereceu aos visitantes uma taça de "champagne".

Integrada na Batalha da Borracha, Três Lagoas está incentivando a extração do latex da mangabeira, estando empenhados nesse serviço várias centenas de trabalhadores.

★

Ubá — (Minas Gerais)

CONCLUÍDAS AS OBRAS DA PRAÇA DE ESPORTES — Foram concluídas nêste mês, as obras da Praça de Esportes de Ubá, a qual será inaugurada com várias solenidades.

★

Uberaba — (Minas Gerais)

GINÁSIO DO TRIÂNGULO MINEIRO — Ainda no corrente ano, será construído em Uberaba grande e moderno edifício destinado ao Ginásio do Triângulo Mineiro de propriedade do professor Mário Palmério. Conforme o projeto já aprovado, o edifício constará de seis grandes pavilhões, com instalações para internato, ginásio, etc. Tôdas essas instalações obedecem às normas oficiais para edifícios especialmente destinados ao ensino e educação.

Com relação à educação física dos alunos inclue o projeto a construção de completa Praça de esportes com piscina, campos de tôdas as modalidades esportivas, atletismo, etc.

CENTENÁRIO DO SÊLO BRASILEIRO — A Sociedade Numismática, Filatélica e Arqueológica do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, festejou o Primeiro Centenário do Sêlo Brasileiro, tendo promovido, sob o patrocínio do sr. Carlos Martins Prates, Prefeito local, uma exposição numismática, filatélica e arqueológica, que funcionou de 1.º a 8 do corrente mês.

★

Vassouras — (Rio de Janeiro)

CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO — No *Diário Oficial* do Estado do Rio, secção das Municipalidades, do dia 7 de julho, está publicado o decreto n.º 37, de 4 de maio, assinado pelo Prefeito do Município de Vassouras pondo em vigor o Código de Obras do Município.

De acôrdo com o artigo 3.º, a zona urbana foi dividida nos seguintes bairros: Comercial, residencial e industrial. O primeiro compreende os seguintes logradouros:

1.º *Distrito* (Cidade) — Rua Caetano Furquim, Praça D. Eufrásia Teixeira Leite, rua Promotor Ataíde Parreiras, Praça Martinho Nobrega, Praça Ambrósio Coutinho. *No Povoado de "Barão de Vassouras"* — Rua Dr. Raul tôrno da estação (raio). *Povoado de Ipiranga* — Um crculo de 200 (duzentos metros) em tôrno da estação (raio). 2.º *Distrito* (*Pati do Alferes*) — Rua Sebastião de Lacerda, Praça Benjamim Bernardes e rua da estação. *Povoado de Avelar*, — Rua da estação e Praça Ribeiro de Avelar; *Povoado de Monte Alegre* — Um círculo de 100 (cem metros) em tôrno da parada (raio). 3.º *Distrito* (*Andrade Pinto*) — Área situada entre a estrada Vassouras-Paraíba do Sul e a Estrada de Ferro Central do Brasil. *Povoado de Andrade Costa* — Um círculo de 100 (cem metros em tôrno da estação *Povoado de sucupira* — Um círculo de 50 (cincoenta) metros de raio, tendo como centrô de entroncamento das Estradas Cavarú Velho e Caiapó. 4.º *Distrito* (*Ferreiros*) — Estrada Miguel Pereira-Vassouras, entre a igreja e o Cemitério. 5.º *Distrito* (*Sacra Família*) — Rua da Estação, compreendida entre a mesma e a Praça Pio Borges. *Povoado de Sertão* — Rua da Estação, do eixo da mesma, para um lado e outro, com 100 (cem) metros para cada lado. *Povoado de Morro Azul.* — Um círculo com 200 (duzentos) metros em tôrno da estação. 6.º *Distrito* (*Rodeio*) — Praça Dr. Neri Avenida João Batista Ferrine. *Povoado da Palmeiras* — Rua da Estação do eixo desta, para cada lado com 50 (cincoenta) metros. 7.º *Distrito* (*Taireta*) — Preça da Bandeira, rua Sebastião de Lacerda e rua da Estação. *Povoado de Serra* — Um círculo de 50 (cincoenta) metros de raio em tôrno da estação. *Povoado de Belém* — Rua Sebastião de Lacerda, Estrada Miguel Pereira — Nova Iguassú. 8.º *Distrito* (*Sebastião de Lacerda*) — Rua do Comércio. *Povoado de Teixeira Leite* — Um círculo de 50 (cincoenta metros em tôrno da estação. *Povoado de Aliança* — Estrada Sebastião de Lacerda — Massambará, 200 (duzentos) metros para cada lado. 9.º *Distrito* (*Governador Portela*) — Rua Osório de Almeida e rua Paulo de Frontin, *Povoado de Miguel Pereira* — Rua Ferreira do Amaral, rua Alexandre Spino, rua Machado Bitencourt, até 200 (duzentos) metros distantes do eixo da estação, rua Maria José, Beco Maria José *Povoado de Conrado Niemeier* — Um círculo de 50 (cincoenta) metros em tôrno da estação (raio). *Povoado de Bonfim* — Um círculo de 50 (cincoenta) metros de raio em tôrno da estação.

O Bairro Residencial compreende os logradouros não referidos acima e não incluídos no Bairro Industrial que fica assim compreendido: 1.º Distrito (Cidade) — Trecho da zona urbana compreendido entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida Centenário. Trecho da rua Dr. Calvet, compreendido entre a rua Barão do Amparo e a travessa D. Carlos.

Barão de Vassouras e todos os mais povoados dos distritos, na zona suburbana.

★

Viçosa — (Minas Gerais)

15.ª SEMANA DOS FAZENDEIROS — A Escola Superior de Agricultura dos Estado de Minas Gerais, em Viçosa, prosseguindo no seu programa da difusão dos ensinamentos de agricultura racional, fêz realizar no dia 19 a 24 de julho último a 15.ª Semana dos Fazendeiros.

No certame, que obteve completo êxito, tomaram parte cêrca de 1 500 fazendeiros de vários Estados.

★

Vitória — (Espírito Santo)

"A RELIGIÃO NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO" — Em prosseguimento da série de conferências mensais prmovida pela Prefeitura Municipal de Vitória, o professor Celso Bomfim

pronunciou uma palestra no dia 30 do mês passado, focalizando "A religião na história do Espírito Santo".

A conferência foi presidida pelo Sr. Augusto de Aguiar Sales, tendo comparecido autoridades eclesiásticas, Secretários de Estado, professores, jornalistas e outros intelectuais.

1.ª EXPOSIÇÃO DO LIVRO CAPICHABA — Promovida pelo Departamento Municipal de Estatística, com o apôio da Prefeitura Municipal, realizou-se recentemente com pleno êxito na capital do Espírito Santo, a 1.ª Exposição do Livro Capichaba.

URBANIZAÇÃO DA CIDADE — A convite do Sr. Interventor Federal no Espírito Santo chegou a Vitória o arquiteto Moacir Fraga, que realizará estudos sôbre a cidade, afim de apresentar sugestões de caráter urbanístico.

UMA PALESTRA NA INGLATERRA SÔBRE VITÓRIA — O Sr. Maw, comandante do "Wellington Court" proferiu, de regresso ao seu país, interessante palestra, que publicamos a seguir, tomando como tema a florescente capital do Espírito Santo e que foi estampada na edição de 27 de julho último do *Diário Oficial* do Estado.

No intuito de tornar mais agradável e mais prático o estudo de geografia, adota a Inglaterra, em muitos dos seus colégios, um processo interessante que tem dado ótimos resultados, segundo afirmações seguras de informantes insuspeitos. Cada um desses educandários toma para padrinho um návio mercante ou de guerra ficando ao comandante o dever de em tôdas as viagens de retôrno, fazer aos estudantes uma palestra acêrca de qualquer cidade por êle visitada em seu cruzeiro. Em outubro do ano passado, esteve em nosso porto o navio *Wellington Court*, sob o comando do Sr. A. J. Maw De tal modo ficou o oficial encantado com a nossa terra que a escolheu para motivo de sua conversa com os estudantes do Colégio — afilhado de seu barco. E é dessa palestra, sôbremodo interessante que, agora, nos chega uma cópia por intermédio do sr. Leodard Haynes, vice-consul da Grã-Bretanha em Vitória. Dela, gentilmente, fêz um resumo, o sr. José de Paula, professor do Colégio Americano, trabalho que oferecemos aos nossos leitores: "Quero falar-vos de Vitória, Estado do Espírito Santo. Visitei aquele pôrto e fiquei deveras admirado com as grandes riquezas naturais desse pedaço do Brasil. A primeira indicação de que estavamos em sua vizinhança foi a vista de um edifício antigo, colocado no tôpo de um môrro. Depois de consultar um mapa, concluïmos ser um convento chamado "N. S. da Penha".

— O Espírito Santo foi descoberto em 1535 e pode ser comparado à Dinamarca tendo uma área de 18 000 quilômetros quadrados e uma população de 729 951 habitantes. O melhor café do mundo, conhecido por *Capitania*, é produzido no Espírito Santo, na costa plana, onde o clima é quente e úmido. Em todo o Estado ha quase 238 milhões de cafeeiros! — Outro aspecto importante de Vitória é o da exportação de minério de ferro. Está ainda em começo mas já se desenvolve um grande plano para o carregamento dos novios com facilidade de transporte do Estado de Minas para o pôrto. Para uma carga de 8 000 toneladas gasta-se, hoje, no carregamento apróximadamente 5 dias. Mas, completados os silos, espera-se carregar 1 200 toneladas por hora, o que quer dizer que, num dia, será feito o carregamento de um navio do tamanho do nosso. O cáis tem 110 metros de comprimento mas, se fôr necessário, poderá ser facilmente aumentado para 1 300 metros. Ao lado, existe uma depressão de 35 pés e espera-se movimentar 3 000 000 de toneladas por ano, quando a instalação estiver completa. Os silos podem armazenar 47 000 toneladas. Dêste modo, um navio não necessitará esperar pela chegada do minério. Outras exportações do ano de 1941: 42 toneladas de algodão, 143 de arroz, 6 005 de arame, 100 de dôces, 631 de sementes de algodão, 44 882 de café, 1 618 de cana de açúcar, 6 000 de cimento 9 345 de dormentes para estradas de ferro, 684 de feijão, 1 887 de fibra, 28 de raizes medicianis, 51 de madeira de lei, 82 de mica, 2 074 de milho, 406 de couros, 261 de tecidos de algodão, 449 cabeças de gado. Tôda essa variedade numa pequena parte do Brasil. Que extraordinárias possibilidades para depois de terminada a guerra. Trouxe para a Inglaterra algumas amostras de cristal que enviei a firmas interessadas na manufatura de vidro que é outra indústria para ser desenvolvida. As madeiras de exportação apresentam tôdas as espécies que se possam imaginar. Há madeiras duras e moles, madeiras de polimento admirável. Uma das árvores gigantes é o jequitibá. E' tão grande e bonito que o brasileiro usa esse nome quando deseja lisonjear a um amigo... Agora, algumas palavras a respeito de Vitória. Nessa cidade ha três cinemas, muitas casas comerciais, algumas construções de estilo ultra-moderno, uma catedral de estilo gótico, belos parques, campos de esporte e clubes sociais. As ruas são calçadas de paralelipípedos. Há uma estação de rádio. Belas praias de banho. Vitória dista do Rio de Janeiro apenas duas horas pelo ar e vinte e duas por estrada de ferro. Próxima do Rio é a mais bela cidade do Brasil. Há poucos inglêses e poucos americanos em Vitória. Foram todos, na verdade, muito bondosos para comigo. Nunca esquecerei o botafora que tive. Centenas de pessôas desejando-me uma viagem feliz. Logo que deixamos a baía, vimos uma bandeira brasileira tremulando enérgicamente de uma das praias Fiz apitar, então, o V da Vitória, para mostrar que estava vendo a bela demonstração de lealdade ao nosso velho país. Espero ter dito do Brasil alguma coisa que ainda não sabeis e, também, que conseguí fazê-lo de maneira interessante".

Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos

Professor Alberto José de Sampaio

O Naturalista Chefe da Secção de Botânica do Museu Nacional e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia, professor Alberto José de Sampaio, é figura das mais eminentes dentre os geógrafos brasileiros contemporâneos e se destaca como personalidade de primeira grandeza no campo da cultura nacional. Botânico, biólogo, fitogeógrafo, sociólogo, médico, didata e linguista — cultor do vernáculo, do latim, do francês, do inglês e do alemão — o prof. Sampaio é, porém, acima de tudo, brasileiro na mais profunda acepção do têrmo; vive e trabalha ativamente para conhecer e divulgar, mais e melhor, a terra, as coisas e a gente do Brasil.

Campista de origem e de coração, nasceu a 5 de fevereiro de 1881 na chácara da família Sampaio, à rua Formosa, em plena cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em ambiente familiar austero e feliz do Segundo Império.

Filho de João José de Sampaio, português, comerciante e proprietário em Campos, e de D. Leopoldina Josefina Decat Sampaio, brasileira, teve por avós paternos, os portugueses, Manuel José de Sampaio e Ana Rodrigues de Oliveira Sampaio, e maternos, os franceses, João Henrique Decat e Maria Sofia Marques Decat. O seu avô paterno, embora nos faltem elementos de total confirmação, parece pertencer a ilustre família de eminentes botânicos de Portugal.

Descendente direto de portugueses e franceses, o prof. A. J. de Sampaio é lídimo representante das mais altas qualidades morais e intelectuais dêsses dois povos europeus.

Tendo iniciado o estudo das primeiras letras no lar, em Campos, onde viveu a primeira infância e a juventude, cursou durante um ano escola primária na cidade do Pôrto, em Portugal, onde esteve em companhia de seus progenitores e irmãos, a passeio e em visita a parentes próximos de seu pai, em 1887 e 1888, vindo a terminar, entretanto, o curso primário na sua cidade natal, após a volta do estrangeiro.

O destino parece definir com esta viagem transoceânica à Europa, com sete anos de idade apenas, a vida futura do ilustre botânico e culto geógrafo brasileiro, e despertar-lhe na alma jovem de naturalista o prazer e a ânsia pelas excursões em províncias e pelos congressos europeus de Biologia e Geografia.

Mais tarde, tornará a fazer a travessia do Atlântico, por mais de uma vez, para se aperfeiçoar nas Universidades do Velho Mundo ou para levar aos seus Congressos Científicos a sua valiosa colaboração, em honra da cultura nacional e em defesa dos sagrados interêsses da Pátria Brasileira.

O seu curso secundário, êle o fêz, com raro brilhantismo, no tradicional e quase centenário Liceu de Humanidades de Campos, do patrimônio do Govêrno Fluminense, e por onde têm passado brasileiros de grande projeção, hoje denominado Colégio Estadual de Campos e equiparado ao Pedro II — o estabelecimento padrão da Capital Federal.

No Liceu de Humanidades, em contacto com mestres cultos e exigentes, aprimorou os seus dotes intelectuais, completando a formosa educação da casa paterna.

De posse dos certificados de preparatórios, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo aí cursado os dois primeiros anos e deixado a cadeira de Histologia para ano posterior.

Nesta ocasião, recebendo a notícia da abertura de concurso para o cargo de Assistente da Secção de Botânica do Museu Nacional, em fins de 1904, e sentindo atração irresistível de naturalista pela *Scientia Amabilis*, inscreve-se nas provas e obtém, com galhardia, da banca examinadora o primeiro lugar, por unanimidade de votos. Foi uma grande vitória o seu ingresso na carreira oficial de Botânico.

Nomeado pelo govêrno federal, toma posse e entra em exercício do cargo de Assistente de Botânica a 23 de janeiro de 1905, quando dirigia o Museu Nacional o competente Dr. João Batista de Lacerda, campista também, já em meados de sua longa gestão de 20 anos.

Com a entrada para o Museu, e pesando a responsabilidade do cargo que tanto atraia o seu vibrante espírito já desperto para as coisas da natureza, interrompe o curso de medicina e devota-se de corpo e alma ao estudo dos diversos ramos da Fitologia, começando a se especializar em Sistemática.

Sua dedicação ao trabalho é imensa; em plena mocidade, lança-se com dinamismo extraordinário à assimilação dos conhecimentos teóricos e práticos até então concatenados sôbre as plantas.

Só mais tarde, ao ritmar o seu labor, é que consegue voltar aos estudos médicos, já agora na Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemaniano do Rio de Janeiro, muito mais próximo do Museu e onde tinha a oportunidade de entrar em contacto com a homeopatia. Aí completou o curso e colou grau em Medicina.

Exerceu a clínica médica por algum tempo em bairros da capital federal, praticando às mancheias o sacerdócio da profissão, principalmente nas Laranjeiras; porém, absorvido cada vez mais pela carreira de naturalista, abandonou a clínica para só se devotar ao outro sacerdócio — o de ser botânico no Brasil — e no qual achou prestar melhores serviços à Pátria.

Durante os cinco primeiros longos anos, de 1905 a 1909, na Secção de Botânica só teve a preocupação de assimilar o máximo possível de conhecimentos sôbre as Floras nacional e estrangeira, teórica e tècnicamente.

Por esta época, vive entre os livros, os laboratórios e a natureza. Estuda muito. Observa. Experimenta. Conclue. Examina herbários e herboriza. A sua pena magnífica trabalha ainda só para si.

Atraído pela variegada beleza das orquídeas, começou a aplicar os seus pendores pela Taxinomia Vegetal, cuidando das Orquidáceas nacionais. E eis que descobre a sua primeira Espécie Nova e publica nos Arquivos do Museu Nacional, vol. XV, em 1909, o seu trabalho número um: *Uma Orquídea Nova* (Restrepia Dusenii A. Samp. n.º sp.) com a descrição completa da planta e uma ilustração. Classificou-a em homenagem ao botânico Dr. Pedro Dusén, seu colega de secção, como honrará mais tarde o seu antigo professor campista, Teófilo Carlos de Gouvêa, com outra nova orquídea.

É no lar feliz e no ambiente calmo do Museu que trabalhará sempre, num devotamento sem par à Botânica, à Geografia e à Sociologia do Brasil, divulgando entre nós as pesquisas da ciência européia e levando-lhe os resultados dos estudos nacionais, sem medir canseiras, em prejuízo, muitas vêezs, de sua própria saúde.

Pelo seu elevado mérito, é promovido sucessivamente do cargo de Assistente a Professor-Substituto e, em 19 de junho de 1912, a Professor-Chefe da Secção de Botânica do Museu Nacional; e, logo depois, designado pela congregação dêsse instituto de ciências para fazer — de 1912 a 1913 — viagem de aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos pelos centros científicos europeus. Hoje, na nova classificação do funcionalismo público, é Naturalista classe L.

A partir de 1912, aparece em crescendo nítido e maravilhoso, através de suas obras, a figura espiêndida do Botânico sempre preocupado com o conhecimento da nossa flora em todos os sentidos e sua imediata projeção de inestimável valor no meio geográfico e social do país.

Atraído pela Sistemática das plantas, iniciou os seus estudos pelas Orquidáceas, de que teve oportunidade de classificar várias espécies novas; depois, dedicou-se à pesquisa das famílias das Filicíneas (Pteridófitas), de que formou ótimo herbário para o Museu. Mais tarde, estuda as Lauráceas e classifica duas *n. sp.*; trata do gênero Coffea, das Rubiáceas; e especializa-se, profundamente,

em Bignoniáceas, onde tem a prioridade de sistematizar muitas espécies novas da nossa flora. A sua Secção do Museu contém inúmeras espécies herborizadas e classificadas por êle.

As nossas publicações técnicas e científicas, de 1912 a 1942, estão cheias de dezenas e dezenas de monografias sôbre: Bignoniáceas Novas, o Gênero Memora, Eufilicíneas da Amazonia, Sylvia Duckei A. Sampaio n. sp. et comb., Ciateáceas e Polipodiáceas do Museu, o gênero Alsophila na flora brasileira, Didymopanax Navarroi A. Samp. n .sp., etc., etc. Contam-se por mais de cem as suas "memórias de largo fôlego" como botânico especialista.

Nos últimos anos, vem trabalhando na confecção de uma *Nova Flora Fluminense* — como padrão de flora regional e seqüências da obra clássica de Frei Conceïção Veloso. Nêsse sentido, já elaborou pessoalmente mais de 800 magníficas iconografias de espécies do Estado do Rio e do Distrito Federal, calcadas nos seus vastos conhecimentos da sistemática e no seu original e eficiente método de desenho em "projeção vertical do objeto".

À proporção que penetra os mistérios encantadores da natureza brasileira, sente, mais e mais, verdadeira sêde de brasilidade que o guiará para outros setores científicos.

É notável, na vida e na obra do Prof. A. J. de Sampaio, a preocupação constante com "o que é nosso"; ela tende sempre a se acentuar cada vez mais no especialista em Botânica Sistemática até fazer dêle um geógrafo, um sociólogo e um professor de patriotismo euclideano e torreano.

Jamais poude viver fechado no âmbito absorvente, científico e grandioso — mas socialmente estreito — da especialidade. Quanto mais se aprofunda na classificação das plantas, maior é a sua projeção no cenário geográfico e sociológico nacional.

É patente a sua intensa e imensurável vontade de divulgar por tôda a nação, principalmente entre a mocidade, as soluções mais práticas de imensos problemas brasileiros de proteção à Natureza e às fontes de vida das populações rurais — o *substratum* da nacionalidade.

Preocupam-no extraordinàriamente a devastação incoerente de nossas matas, o reflorestamento, a proteção às nossas floras e fauna, a alimentação urbana e a dos sertanejos, etc., etc.

Por tudo isto, como afirma a autoridade do professor Melo Leitão, "lançou de modo definitivo as bases da Fitogeografia do Brasil com uma divisão original e lógica das províncias florísticas; estudou exaustivamente O Problema Florestal no Brasil e a Flora do Cuminá, região que percorreu com o grande Rondon".

Trouxe, com muita felicidade, o seu imenso cabedal de conhecimentos botânicos para o campo da Geografia, tornando-se em pouco tempo a maior autoridade brasileira — talvês a única — em Geobotânica.

Senhor absoluto dos estudos internacionais dêsse setor moderno e importantíssimo da ciência geográfica, empreendeu, entre nós, com as suas impressionantes qualidades de pedagogo, a metodização geral e especial da Fitogeografia Brasileira.

Em homenagem à Pátria, de 1919 a 1922, laborou febrilmente no assunto e apresentou à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob o título *Fitogeografia do Brasil*, os completos resultados do seu brilhante e patriótico trabalho, por ocasião das Comemorações do Centenário da Independência.

Ampliando e divulgando as bases da sua magnífica sistematização, realiza, em 1932, o Curso de Fitogeografia do Brasil no Museu Nacional, sob os auspícios da Universidade do Rio de Janeiro. Imediatamente, tem enorme repercussão e inexcedível êxito no nosso meio científico — o *Correio da Manhã* começa a publicá-lo em lições e a Cia. Editora Nacional, de São Paulo, organiza um volume ilustrado que edita em 1934, sob o n.º 35, na vitoriosa Série Brasiliana.

Consagrava-se, brilhantemente, não só um profundo geógrafo, mas também um excelente professor de Fitogeografia.

Em 1931, como delegado brasileiro ao Congresso Internacional de Geografia de Paris, em que desempenhou as funções de vice-presidente da Secção de Biogeografia, entrou em contacto com a União Geográfica Internacional e seu Secretário, o eminente Prof. Emmanuel De Martonne. Tornou-se, desde então,

o "advogado principal", no dizer da *Revista Brasileira de Geografia,* da adesão do Brasil àquela União, efetivada em 1937 pelo decreto n.º 1 527; é, por isto mesmo, um dos mais ativos fundadores do Conselho Brasileiro de Geografia e, afinal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Homem dinâmico, capaz de superar tôdas as dificuldades, continua a publicar numerosas monografias fitogeográficas e artigos de divulgação do belo ramo que abraçou, como geobotânico. Serve-se da imprensa científica e da popular, da tribuna, da cátedra, do rádio, de todos os meios possíveis no afã de movimentar e mobilizar a opinião nacional para a solução dos mais graves problemas fitogeográficos que antevê pela supervisão da nossa flora.

A sua personalidade científica é muito bem definida por Roquette Pinto, quando aponta que "Os trabalhos de sistemática botânica não conseguiram esterilizar, na estreita especialização taxinômica, a alma de verdadeiro naturalista — que há de ser sempre essencialmente ecológica — e vibra no ilustre mestre".

Modesto, mas ativo e empreendedor, o Prof. A. J. de Sampaio tem esplêndida *folha de títulos* que revela a sua cultura excelente e o seu dinamismo incomum: botânico da Expedição Rondon à Serra Tumuc-Humac, em 1928; enviado da Universidade do Rio de Janeiro ao Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, em Paris, para realizar conferências, em 1931; representante do Brasil no Congresso Internacional de Geografia de Paris e no Congresso Internacional de Arqueologia Pre-Histórica, na mesma época; membro da Comissão Internacional de Nomenclatura Botânica, pelo Congresso Internacional de Botânica, de Cambridge, 1930; membro e vice-presidente do Conselho Florestal Federal; professor contratado de Botânica, da Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal (1935-37); Consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia (1938); membro da Academia Brasileira de Ciências, Secretário Geral em 1933-35; membro efetivo e honorário da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia de Campos (E. do Rio); membro da Societé des Américanistes de Paris, a partir de 1931; sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; membro correspondente do "Office International pour la Protection de la Nature", Bruxelas; diretor-técnico da Sociedade Nacional de Agricultura, por algum tempo; membro do Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do D. F.; sócio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; sócio do Instituto Histórico de Ouro Preto; sócio da Sociedade dos Amigos das Árvores; membro da "The American Geographical Society", de New York, por algum tempo; membro do Comité Brasileiro do Congresso de Química de Montevidéo, 1930; membro da Comissão Organizadora da Exposição Nacional de Horticultura, do Rio de Janeiro, 1929; Examinador de Provas escritas no Departamento Nacional do Ensino, 1927; professor interino de Botânica Geral e Sistemática na Escola de Medicina do Instituto Hahnamaniano do Rio, em 1928; relator-geral da 1.ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Rio, de 8 a 15 de abril de 1924; membro do Conselho Brasileiro de Geografia, hoje Conselho Nacional de Geografia, desde a sua fundação.

Há na sua obra de brasilidade uma outra faceta de seu precioso saber — a do sociólogo — eternamente preocupado com as soluções dos nossos múltiplos problemas. Mostra-se, essencialmente, como o nosso sociólogo-botânico da Escola de Alberto Tôrres. São numerosos os seus escritos nêste sentido, dentre os quais se destaca a sua *Biogeografia Dinâmica — A Natureza e o Homem no Brasil* vol. 53 da col. Brasiliana), que traz no prefácio esta observação sutil de Roquette Pinto: "Nem sei mesmo onde se distingue nêste livro, o sociólogo do naturalista, de tal modo entrelaçadas se manifestam as tendências do autor".

A partir de 1930, quer no Museu Nacional, onde realizou o brilhante Curso de Fitogeografia, quer na Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal, em que chefiou a secção de Botânica e lecinou (de 1935 a 1937) Morfologia, Fisiologia, Sistemática, Ecologia, Cronologia e Genética Vegetais, em curso completo, — o professor A. J. de Sampaio revela-se um eminente autodidata.

Servido por invulgar cultura e especial temperamento, as suas lições são àvidamente procuradas pela facilidade de assimilação e pelo ambiente das aulas. Torna-se logo um professor-ídolo da mocidade. É o sábio e o amigo, a um só tempo. Tudo faz para unir o útil ao agradável nas suas preleções. Surge assim esta maravilha didática de sua invenção — que muito deseja ver divulgada: — os *Dispositivos de Emergência* em papel celofane.

Na ânsia constante de conhecer e divulgar conhecimentos, toma parte ativa e remete teses e monografias a apreciável número de congressos nacionais e internacionais: Quarto Congresso Médico Latino-Americano, Rio, 1909; 1.º Congresso Sul-Americano de Química, Buenos Aires, 1924; Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, 1926; Congresso do Café, S. Paulo, 1927; Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio, 1929; Congresso Internacional de Botânica de Cambridge, 1930; Congresso Internacional de Biologia de Montevidéo, 1930; Congresso Internacional de Geografia de Paris, 1931; Congresso Internacional de Etnografia e Arqueologia Pre-Histórica, Paris 1931; Congresso dos Americanistas de La Plata, 1932 — tese: *Habitações Rústicas Rudimentares no Brasil* em colaboração com o Prof. A. de Magalhães Corrêa; 1.º Conferência Brasileira de Proteção à Natureza; 1.º Congresso Nacional de Pesca; Congresso Internacional de Botânica de Amsterdam, 1935; 1.º Reünião Sul-Americana de Botânica, Rio de Janeiro, outubro de 1938 — tese: *O Gênero Memora — Bignoniáceas*. Outros trabalhos enviados a êsses certames científicos vão citados, no ano respectivo, na sua extensa bibliografia.

Após 36 anos de efetivo exercício no Museu Nacional, aposentou-se, a pedido, em janeiro de 1941, do cargo de naturalista chefe da Secção de Botânica e retirou-se da vida muito agitada do Rio para o sossêgo do torrão natal — Campos —, onde construiu sua nova tenda de trabalho na simbólica rua dos Voluntários da Pátria, uma coincidência real do seu destino.

A aposentadoria, porém, longe de ser solicitada para o merecido gôzo de honrada velhice, foi uma retirada estratégica, como declara êle no bom humor habitual, da agitação urbana da capital para poder objetivar em monografias e livros, idéias e pensamentos que de há muito o preocupavam. No lar tranquilo e feliz, é um obreiro admirável aos 62 anos de idade. De sua pena prodigiosa, que se agita diàriamente de manhã à noite, em estilo simples, incisivo e escorreito, estão saindo no momento, para enriquecer a ciência brasileira: a *Nova Flora Fluminense*, a *Alimentação Sertaneja*, a *Flora do Rio Trombetas*, Colaboração à Enciclopédia Brasileira, *Carpologia do Brasil*, etc.

Não se sabe bem o que mais apreciar na sua obra, se o botânico ou o geógrafo, o sociólogo ou o professor, de tal forma encontram-se unidas as suas tendências e realizações. Nítida, vertical, dinâmica e inconfundível paira, porém, acima de tudo, a figura magnífica que sintetiza tôdas as facetas nobres de sua pujante atividade — a do patriota sereno e confiante nos destinos imortais do Brasil.

O Professor Alberto José de Sampaio é o maior botânico brasileiro vivo. Honra seja feita ao mérito!

Dêle pode-se dizer o que êle próprio afirmou, em 1933, na recepção ao Prof. De Martonne: "pertence ao número dos que por tal forma se notabilizaram perante o mundo científico que, onde estejam ou onde cheguem, seu nome ilustre vale por si só mais do que a mais minuciosa apresentação".

É, também, estrêla de primeira grandeza da constelação de geógrafos brasileiros contemporâneos, como atesta à saciedade a bibliografia a seguir:

I — LIVROS E TRABALHOS DIDÁTICOS

1) *Hortos Didáticos e sua Organização.* — Em colaboração com o Prof Melo Leitão — Arquivo da Esc. Sup. de Agricult. e Medic. Veterin., dez. 1927.
2) *Genética e Sistemática Experimental do Cafeeiro e das Plantas Superiores em geral.* — Artigos na Revista do Depart. Nac. do Café, de out., 1933, a março, 1935.
3) *Fitogeografia do Brasil.* — (Curso no Museu Nacional, sob os auspícios da Universidade do Rio de Janeiro, baseado em "mise-au-point" do assunto, longo trabalho realizado antes, de 1919 a 1922, para a "Geografia do Brasil, Comemorativa do Centenário da Independência", grande obra empreendida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que só poude publicar algumas colaborações anteriores) — 1 vol. ilust., Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1934; 2.ª ed., S. Paulo, 1938. 334 ps.
4) *Parques Escolares.* — 1 Folheto ilustr., editado pela Diretoria de Educação do Distrito Federal, 1934.

5) *Biogeografia Dinâmica — A Natureza e o Homem no Brasil.* — 1 vol. ilust. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1935. 337 ps.

6) *Curso de Botânica.* — Prelecionado na Esc. de Ciências da Univ. do Distrito Federal, de 1935 a 1937; publicado por partes, na "Revista da Flora Medicinal", do Rio de Janeiro, a partir de out. de 1935; durante 1936 e 1937; e, continuou mais tarde a publicação até 1942 Já foram publicados os *Setores de Sistemática, Morfologia e Ecologia Vegetais, Corologia e Cronologia* e o de *Genética Vegetal.* Carece ainda de desenvolvimento o *Setor de Fisiologia Vegetal.*

7) *O Ensino da Genética em Curso Secundário e de Iniciação — Uma Norma.* — Na Revista "Algodão", n.º de Julho-Agosto, 1937.
Submetidas a êste subtítulo, tem várias outras obras inéditas, indicadas adiante, cujos originais estão arquivados na Diretoria do Museu Nacional e outros na sua Secção de Botânica, trabalhos êsses ainda dependentes de desenvolvimento e conclusão; bem como originais entregues à Cia. Editora Nacional, de São Paulo, para breve publicação.

II — BIBLIOGRAFIA GERAL

Completa e em ordem cronológica

Pesquisas científicas e trabalhos didáticos ou de divulgação, publicados de 1909 até 1942, segundo dados colhidos, por nímia gentileza, com o bibliografado e nas seguintes fontes:

— De 1909 a 1931, Bibliografia na revista "O Campo", de maio de 1931.
— P. A. Martin — *"Who's who in America".* — Publicação bibliográfica relativa à América, pelo Prof. P. A. Martin, da Univ. de Stanford, E.U.
— Melo Leitão — *A Biologia no Brasil.* — Col. Brasiliana, vol. 99 (1937).
— João F. Velho Sobrinho — *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro Ilustrado,* ora em publicação e para o qual o A. forneceu bio-bibliografia.

1909 — 1. *Uma Orquidácea Nova* (Restrepia Dusenii A. Samp. n. sp.) — Arquivos do Museu Nacional, vol. XV, uma ilustração.
2. *Plantas Carnívoras.* — Tese ao 4.º Congr. Médio Latino-Americano, publicada pela Imprensa Nacional.

1912 — 3. *Considerações sôbre a Flora Brasiliensis de Martius,* quanto à necessidade de sua revisão. — Boletim do Minist. da Agricultura.
4. *Pela conservação e renovação das florestas brasileiras — Um belo exemplo.* — "Chacaras e Quintais", de S. Paulo, março de 1912.
5. *Meio prático de elaboração do dicionário ilustrado das plantas úteis do Brasil.* — "Chac. e Quint.", S. Paulo.
6. *Dicionário ilustrado das plantas úteis do Brasil. — Esbôço.* — "Almanaque Agrícola Brasileiro", de "Chac. e Quint.", S. Paulo.
7. *Trabalhos preliminares para o dicionário ilustrado das plantas úteis do Brasil.* — "Chac. e Quint.", S. Paulo, 1912.
8. *Regras práticas de preparo de plantas para a sua identificação científica.* — "Chac. e Quint.", maio, 1912.

1913 — 9. *Avencas, fetos e semambáias.* — "Alm. Agríc. Brasileiro", de "Chac. e Quint.", com 56 estampas, S. Paulo, 1913.
10. *Apontamentos para a revisão da Flora Brasiliensis,* com a colaboração do Prof. J. Cesar Diogo. — "A Lavoura".
11. *Apontamentos para a Bibliografia Botânica.* — "A Lavoura", set. 1913.

1915 — 12. *O problema florestal.* — "Chac. e Quint.", 1915.
13. *Evolução do fruto de Oxypetalum Banksii.* — "Chac. e Quint.".
14. *Influência dos ventos sôbre a vegetação do litoral.* — "Chac. e Quint.", 1915.
15. *Plantas que fornecem madeira.* — Fascículo n.º 17, da Biblioteca Agrícola Brasileira, de "Chac. e Quint.", 1915.
16. *Avenidas naturais na vegetação do litoral.* — "Chac. e Quint.", 1915.

17. *Nota preliminar sôbre o cálice aquífero e o botão frutífero de Ipomaea Glaziovii U. Damm.* — Cha. e Quint., abril, 1915.
18. *Trabalhos preliminares do Dicion. Ilust. das Plantas Úteis do Brasil.* — III — Balãosinho, batuquinha, etc. — Cardiospermum, sapindácea, com chave analítica das espécies brasileiras — Cha. e Quint., março, 1915
19. *As fibras do tucum.* — Chac. e Quint., janeiro, 1915.
20. *Plantas venenosas ou mais ou menos nocivas para o gado.* — Alm. Agric. Brasileiro, 1915.

1916 — 21. *Instruções populares para a colheita e a remessa de material.* — Folha ed. pelo Museu Nacional, 1916.
22. *Didymopanax Navarroi A. Samp. n. sp* — O Fazendeiro, S. Paulo, março, 1916.
23. *A Flora de Mato Grosso.* — Memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon — Arq. Mus. Nac., 1916.
24. *Contribuïção para o estudo da flora do Estado de Minas Gerais, I* — Arq. Mus. Nac., 1916.
25. *Plantae Novae vel minus cognitae (Orquidácea).* — Arq. Mus. Nac., 1916.
26. *Pteridófita de Mato Grosso.* — Publ. n.º 5, da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.
27. *Relatório da Comissão à Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos.* — Arq. Mus. Nac., 1916.

1918 — 28. *Ipomaea Glaziovii U. Damm.* — Revista do Museu Paulista, vol. X.
29. *Orquidáceas de Terezópolis.* — Alm. Agric. Brasileiro, de Chac. e Quint., 1918.

1919 — 30. *A Secção de Botânica no primeiro século de existência do Museu Nacional.* — Arq. do Museu Nacional, 1919.

1920 — 31. *A Indústria Açucareira, com base da silvicultura.* — O Brasil Agrícola, Rio de Janeiro, 1920.

1922 — 32. *O problema florestal. — Estudos preliminares.* — Relatório Bruno Lobo, 1921 e 1922.
33. *Fitogeografia do Brasil.* — Como inédito: trabalho elaborado, de 1919 a 1922, para a "Geografia do Brasil, Comemorativa do Centenário da Independência", pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que só poude editar colaborações anteriores. Foi depois desenvolvido êste trabalho no Curso realizado no Museu Nacional em 1932 e publicado em vol. da Col. Brasiliana, sob o n.º 35, em 1934; vide ns. 122 e 126.
34. *Lauráceas de Mato Grosso e duas novas espécies da Amazônia.* — Publi. n.º 56 da Com. de Linhas Telegr. e Estrat. de Mato Grosso ao Amazonas. — Esp. novas: „Acrodelidium mahuba A. Samp. e Miscanteca Duckei (Posteriormente novas combinações: Clinostemon mahuba Kuhlm. et A. Samp. e Silvia Duckei A. Samp.).
35. *A Nova geração e a Flora Brasileira.* — Jornal dos Estudantes, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1922.
36. *Liga Politécnica de Higiene.* — Bol. da Soc. Fluminense de Medicina e Cirurgia (Campos, E. do Rio) e a "Flora Médica", Rio de Janeiro, 14 de fev. de 1922.
37. *O Museu Nacional na defesa da flora brasileira, em prol da evolução econômica do país.* — Bol. da Soc. Flum. de Med. e Cirurg. (Campos, E. do Rio) e a Flora Médica, Rio de Janeiro, 14 de fev. de 1922.

1923 — 38. *Lista das Orquidáceas do Herb. do Mus. Nac.* — 1 Folha do Museu Nacional, 1923.
39. *O Grupo específico Grandifólia no gen. Hemitélia e a nova esp. H. Uleana A. Samp. n. sp.;* Bol. Mus. Nac., 1, 1923.
40. *Cyatheáceas do Herb. Mus. Nac.* — folha edit. pelo Mus. Nac.
41. *O valor taxinômico da indúsia nas Cyatheáceas.* — Bol. Mus. Nac., novembro, 1923.

1924 — 42. *Arborização e Reflorestamento,* série de palestras na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, publicado na rev. "Rádio", 1924.

43. *Polypodiáceas do Herb. do Mus. Nacional.* — Folheto — 1924.
44. *Reflorestamento de morros.* — Artigo no O Jornal, fev. março.

1925 — 45. *A. J. de Sampaio e Humberto Gusmão: Plantas venenosas ou mais ou menos nocivas para o gado.* — 2.ª ed., Alm. Agric. Brasileiro, revista e aumentada, de trabalho publicado em 1916 (Vide n. 20).
46. *O Gênero Alsophila na flora brasileira.* — Arq. Mus. Nac., vol. XXV, Rio de Janeiro, 1925.
47. *Conferência na Rádio Sociedade:* As Árvores, o Rio de Janeiro e as Árvores; Paineiras em flôr; Árvores Desgrenhadas; As Florestas Industriais; O Problema da Árvore no Instituto Pasteur de Paris; Como se planta uma árvore; Algumas palavras sobre os plantios de Eucaliptus em S. Paulo; Como se Cultivam orquídeas. — 1925.
48. *O Desenvolvimento da Fruticultura.* — O Jornal, maio de 1925.

1926 — 49. *Conferência na Rádio Sociedade* (em continuação): A Sêde da Madeira e Curso de Silvicultura Prática, 1926.
50. *"O Problema Florestal no Brasil, em 1926".* — Relat. apresentado ao Congr. Internacional de Silvicultura de Roma — Atlas do referido Congr. e nos Arq. Mus. Nacional, vol. XXVIII, 1926.
51. *A necessidade de uma Flora Brasiliensis.* — Art. em O País, 1.º de out. de 1926.
52. *Palmeiras Ornamentais.* — Alm. Agric. Bras., 1926, de Chac. e Quint., com ilustrações.
53. *Técnica de Colheita de Material Botânico no Litoral do Brasil.* — Bol. Mus. Nac., set. de 1926.
54. *O Limite Inferior do Reino Vegetal* — e o valor taxinômico da reprodução das plantas. — Bol. Mus. Nac., março de 1926.

1927 — 55. *As Florestas Brasileiras.* — Conferências na Associação Brasileira de Educação (na Esc. Politécnica, em 25 de maio); Jornal do Comércio, 26 de maio de 1927.
56. *A. J. de Sampaio e Melo Leitão — Hortos Didáticos e sua Organisação.* — Arq. da Esc. Supl. de Agricultura e Medicina Veterinária, dez. de 1927.
57. *O Congresso do Café, de S. Paulo.* — Bol. Mus. Nac., dez.
58. *Atuais dificuldades da sistemática do Gênero Coffea.* — Nota ao Congr. do Café, de S. Paulo, 1927. — Bol. Mus. Nac., dez. 1927.

1928 — 59. *Fitogeografia genética.* — Bol. Mus. Nac., janeiro, 1928.
60. *Ignatius Urban* — (Biogr. e Bibliogr.). — Bol. Mus. Nac., 1928 (com a colaboração pessoal do Prof. Urban, quanto aos dados bio-bibliográficos).
61. *Sylvia Duckei A. Samp. n. comb.* — Bol. Mus. Nac., 1928, Laurácea (Vide n.º 34).
62. *Clinostemon Kulm. et A. Samp. n. gen.* (Laurácea). — Bol. Mus. Nac., 1928 (Vide n.º 34).

1929 — 63. *Os Campos Gerais do Cuminá e a Fitogeografia do Brasil.* — Bol. Mus. Nac., junho de 1929.
64. *Genética vegetal.* — Nota ao 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, 1929.
65. *A Flora Brasileira sob o ponto de vista fitogeográfico.* — Anais da Academia Brasileira de Ciências, setembro de 1929.
66. *A exposição de laticínios e de horticultura.* — Art. em A Ordem, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1929.
67. *Organização de herbários agronômicos* — e especialização de agrônomos em Sistemática por gênero. Folheto editado pelo Serv. de Insp. e Form. Agric. do Minist. da Agricultura; e na rev. "Rural", nov. de 1929.
68. *The Pratical Direct Application of the Type-Method in Herbaria* — A Note at the margin of the International Rules of Botanical Nomenclature. — Bol. Mus. Nac., dez. de 1929.
69. *A Ortografia simplificada na Botânica.* — "A Ordem", nov., 1929.
70. *O turismo e o Problema Florestal.* — A Ordem, de 6 a 13 de setembro de 1929.
71. *Os Morros Pelados e a Circumvalação.* — A Ordem, 4 de out. de 1929.

72. *As Rodovias e o Povoamento dos sertões.* — A Ordem, 30 de out., 1929.
73. *A Genética na Educação Nacional.* — A Ordem, 7 de nov. 1929.
74. *O Problema Florestal no Rio de Janeiro.* — A Ordem, 4 de set. 1929.
75. *As Florestas Brasileiras.* — A Ordem, 18 de agosto de 1929.
76. *Os Morros Pelados e o Turismo.* — A Ordem, 29 de set., 1929.
77. *Parque Nacional do Rio de Janeiro.* — A Ordem, 13 de dez., 1929.
78. *A Flôr Nacional;* diversos artigos, na Rev. Rural (nov.), no Jornal do Comércio (2 de out.) e na A Ordem, de nov. e dez. de 1929.
79. *As Florestas do Rio de Janeiro.* — Correio da Manhã (4 de dez.).
80. *Extinção do Livro e da Imprensa.* — A Ordem, 19 de dez. de 1929.
81. *Bracatinga.* — Rev. Florestal, dez. de 1929.

1930 — 82. *Hortos Municipais e Florestais.* — Art. na Folha do Comércio — Campos, E. do Rio, 1.º de janeiro de 1930.
83. *A estrutura foliar das Gramineas.* — Anais da Acad. Bras. de Ciências.
84. *Morros Queimados.* — A Ordem (jan. 1.º) — 1930.
85. *Genética e Floristica.* — A Ordem, 8 de jan. de 1930.
86. *A Flora do Rio de Janeiro na época da fundação.* — Correio da Manhã, de 20 de jan.
87. *O Ressurgimento econômico da Amazônia.* — A Ordem, 16 de jan., 1930. (Cofr. bibliogr. n'O Campo, maio de 1931, p. 44).
88. *Endemismos na Flora Neotrópica.* — Congr. Internacional de Biologia — Montevidéo, 1930

1931 — 89. *Curso no Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, em Paris.* — Inédito: 1931 — 1 — .'Expedition Brèsilienne aux Monts Tumuc-Humac, 1928.
·2 — La Structure Ethologique des Graminées.
3 — Bignoniacees du Bresil.
(Foram publicadas ligeiras notas, pelo Congr. Intern. de Geogr. de Paris, em 1931; originais inéditos arquivados na Diretoria do Museu Nacional, em 1937. — Vide n.º 93).
90. *3.º Congresso Internacional de Geografia,* Paris, 1931. — Anais da Acad. Bras. de Ciências. dez. 1931.

1932 — 91. *A Exposição Colonial de Paris,* em 1931. — O Campo (jan.), 1932.
92. *Proteção à natureza.* — Bol. de Ariel (fev.), 1932.
93. *Sôbre alguns temas de minhas Conferências em Paris.* — Confer. na Soc. Flum. de Medicina e Cirurgia — Campos — A Gazeta de 17 a 20 de jan. de 1932.
94. *Eufilicíneas da Amazônia.* — Arq. Mus. Nac., XXXIII, 1932.
95. *O Ofício Internacional de Proteção à Natureza e a situação do Brasil.* — Correio da Manhã, 13 de fev., 1932.
96. *Proteção à Natureza.* — Jornal do Comércio, 6 de março de 1932.
97. *Reserva Biológica da Goethea,* na restinga de Itapeba, Jacarepaguá; proposição ao Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do Distrito Federal, em março de 1932; transformada em lei municipal n.º 3 800, de 16 de março.
98. *A Goethea no Jardim da Academia.* — Jornal do Comércio (2 de abril) e Revista da Acad. Bras. de Letras, n.º dedicado a Goethe, 1932.
99. *Serviço de Defesa Florestal e Reflorestamento.* — Memorial ao Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do Distrito Federal. — Publ. na revista O Campo — n.º de março e seguintes, 1932, Rio.
100. *A Devastação da Natureza no Estado do Rio.* — Art.º no O Estado, Niterói, 8 de maio de 1932.
101. *O Habitat Rural na Geografia Humana.* — Jornal do Comércio, 24 de maio de 1932.
102. *Clubes Escolares de Amigos da Natureza.* — Correio da Manhã, 15 de junho de 1932.
103. *Os Monumentos Naturais do Brasil.* — Correio da Manhã, set., 1932.
104. *Biogeografia.* — Correio da Manhã, out., 6, 1932.
105. *Patrimônio Floristico do Brasil.* — O Jornal, 5 de nov., 1932.
106. *Habitat Rural.* — Correio da Manhã, nov., 1932.
107. *Genética do Café.* — Jorn. do Comércio, 2 de dez., 1932.

108. *Proteção à Natureza.* — Jorn. do Comércio, 29 dez. e O Campo, dez.
109. *A Doutrina de Alberto Torres.* — Correio da Manhã, 29 dez.
110. *Instituto Alberto Torres de Altos Estudos Nacionais.* — Jorn. do Comércio, 27 dez., e Correio da Manhã, 27 dez., 1932.
111. *Primeira Conferência de Proteção à Natureza.* — Alm. Agric. Bras. de Chac. e Quint., São Paulo.
112. *A Escola Regional de Merity na Educação Nacional.* — Jornal do Brasil de 24 de nov., O Campo, nov., A Lavoura, dez., 1932.
113. *Como se classifica uma planta.* — Rev. Nac. de Educação, nov.

1933 — 114. *Reflorestamento de Campos.* — Correio da Manhã, jan. 22, 1933.
115. *Reflorestamento do Nordeste.* — Diário de Notícias, jan. 23, 1933.
116. *Instituto Alberto Torres de Altos Estudos Nacionais.* — Jornal do Comércio, março 7, 1933.
117. *O Babassú.* — Rev. Nac. de Educação, 1933.
118. *A Geografia Humana na Escola Rural.* — Jornal do Comércio, julho, 4, 1933.
119. *Prof. Emmanuel De Martonne.* — Rev. Nac. de Educação, julho.
120. *Saüdação ao Prof. De Martonne.* — Na Academia Brasileira de Ciências. — Jornal do Comércio, 3 de agosto e Anais Acad. Ciências, março de 1934.
121. *A Zona dos Cocais e sua individualisação.* — Anais da Acad. Bras. de Ciências, junho, 1933.
122. *Curso de Fitogeografia do Brasil.* — Publicado por partes no Correio Manhã — Suplm. Ilustr., de Jan. a Out. e depois em volume pela Cia. Editora Nacional, S. Paulo. Vide 1934.
123. *Sistemática das Plantas.* — Rev. Nac. de Educação, set. de 1933 e depois reeditado pela Revista Veterinária do Exército.
124. *Genética e Sistemática Experimental do Cafeeiro e das Plantas Superiores em geral.* — Revista do Departamento Nacional do Café, desde out. de 1933 a março de 1935.
125. *A Carnaúba.* — Chac. e Quint., out., 1933

1934 — 126. *Fitogeografia do Brasil.* — 1 vol. publicado pela Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1934. Col. Brasiliana n.º 35. — 2.ª ed. em 1938.
127. *Parques Escolares.* — Folheto Ilustrado, edição do Departamento de Educação do Distrito Federal.
128. *Histórico da Taxinomia Vegetal.* — Rev. Nac. de Educação, maio-junho, 1934.
129. *Nomes vulgares de Plantas da Amazônia.* — Bol. Mus. Nac., vol. X.
130. *O Ensino e os Subsídios Técnicos.* — Nota ao Congresso de Ensino Regional da Baía. — Revista de Educação, Vitória, out.-nov.
131. *A Flora Brasileira e suas plantas medicinais.* — Série de artigos na Rev. da Flora Medicinal, a partir de 1934.
132. *La Methode de Types et la Nomenclature Analogique.* — Nota à Academia Bras. de Ciências, destinada ao Congresso Intern. de Botânica de Amsterdam, 1935. — Anais da Acad. de Ciências, dez. de 1934. Foram remetidas Separatas ao Congresso.

1935 — 133. *Bignoniáceas Novas.* — Anais da Acad. Bras. de Ciências, 1935.
134. *A Flora do Rio Cuminá.* — Arq. Mus. Nac., vol. XXV, 1935.
135. *Sistemática dos Algodoeiros.* — Rev. "Algodão", jan.-maio, 1935.
136. *Biogeografia Dinâmica — A Natureza e o Homem no Brasil.* — 1 vol. impresso pela Cia. Editora Nacional, Col. Brasiliana, n.º 53, São Paulo, 1935.
137. *Caracteres de Menor Freqüência nas Bignoniáceas.* — Arquivos do Museu Nacional, 1935.
138. *Relatório Geral da 1.ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.* — Rio de Janeiro, 1934. Impresso no Bol. Mus. Nac., março de 1935, dois números.
139. *Curso de Botânica na Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal.* — Rev. da Flora Medicinal, Rio de Janeiro, out.-nov. dez., 1935. Continua em 1936. Vide n.º 143.

1936 — 140. *Bignoniáceas Novas.* — Bol. Mus. Nac., 1936. Vide n.º 133.
141. *O Gênero Memora, Bignoniáceas.* — Apresentado posteriormente à Primeira Conferência Sul-Americana de Botância, em 1938, e publicado nos respectivos Anais.

142. *"Jardins Regionais no Rio".* — Diário de Notícias, 12 de julho.
143. *Curso de Botânica na Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal* — (continuação). — Rev. da Flora Medicianl, janeiro a dezembro de 1936. (Continua em 1937).
144. *Ligeira Nota sôbre Dispositivos de Emergência.* — Anais da Acad. Bras. de Ciências. Tomo VIII, n.º 3 set., 1936.
145. *Duas Novas Espécies amazônicas de Distictella* (Bignoniáceas), com a colaboração de C. V. Freire. — Anais da Acad. Bras. de Ciências, março de 1936.

1937 — 146. *"Índice do Código Florestal Federal".* — Inédito, entregue ao Conselho Florestal, para publicação, 1937.
147. *A propósito de "La Classification Anatomo-Physiologique des Tissus Végétaux".* — Anais da Academia Bras. de Ciências, 1937.
148. *Classificação de Frutos. — Histórico.* — Na Rev. O Campo, Rio.
149. *O Reflorestamento do Brasil.* — O Observador Econômico e Financeiro, Ano 2, n.º 19, agosto de 1937.
150. *O Ensino da Genética em Curso Secundário e de Iniciação — Uma Norma.* — Na Rev. Algodão, Rio, IV, 33-34, julho-agôsto de 1937.
151. *Curso de Botânica na Escola de Ciências da Univ. do D. F.* — Continuação na Rev. da Flora Medicinal, jan., fev., março, abril e julho de 1937. Vide ns. 139, 143 e 156.
152. *Sôbre o Cacáo.* — A propósito do artigo de Pierre Monbeig: "Colonisation, Peuplement et Plantation de Cacao, dans le Sud de l'Etat de Bahia", em Anales de Geographie, Paris, jan. 1936. — Art.º no Bol. de Ariel, agôsto de 1937.
153. *Junto de Cada Choupana, uma horta e um pomar.* — A propósito do Livro da Prof.ª C. Rangel de Morais — A Escola Primária Ruralisada — Planos de Aula-Livre I, Petrópolis, 1937. Art.º no Boletim Ariel, agosto de 1937.
154. *Aspectos Biológicos da Flora Brasileira.* — Parecer sôbre o livro do Prof. J. S. Decker, no "Boletim de Ariel", jan. de 1937.
155. *A Natureza na Arte.* — Bol. de Ariel, junho de 1937.

1938 — 156. *Curso de Botânica na Escola de Ciências da Univ. do D. F.* — Continuação na Rev. da Flora Medicianl, em ns. de 1938.
157. *As Menispermáceas da Flora Fluminense.* — Rev. da Flora Medicinal.
158. *Nomes Vulgares de Plantas da Flora Fluminense.* — Arq. do Museu Nacional, em 1938.

1939 — 159. *Curso de Botânica:* continuação. — Rev. da Flora Medicinal, ns. do ano de 1939.

1940 — 160. *Fitogeografia do Brasil — Inquérito.* — Desenvolvimento do Tema e bibliografia — Revista Brasileira de Geografia, jan. de 1940.
161. *Curso de Botânica:* continuação. — Rev. da Flora Medicinal, ns. de 1940. Vide ns. 151, 156, 159, 162 e 166.

1941 — 162. *Curso de Botânica* (continuação) — *Genética Vegetal.* — Rev. da Flora Medicinal, ns. de 1941.
163. *Sistemática de Orquídeas.* — Na Rev. Orquídea, de Niterói — E. Rio.
164. *Moldura Florística às Obras de Engenharia Rural.* — Rev. Bras. de Geografia, abril-junho, 1941.

1942 — 165. *Comentários à parte Botânica da "História Natural do Brasil", de J. Marcgrave,* — S. Paulo, 1942.
166. *Curso de Botânica* (continuação) — *Genética Vegetal.* — Rev. da Flora Medicinal, ns. de 1942. Vide ns. 162 e 161.
167. *A Flora Amazônica.* — Rev. Brasileira de Geografia, abril-junho de 1942.
168. *Índice Remissivo do Código Florestal Federal.* — Revista Florestal, Rio de Janeiro, n.º 1, 1943.

III — TRABALHOS INÉDITOS E EM ELABORAÇÃO

1 — *História da Fitogeografia.* — Original entregue à Diretoria do Museu Nacional, há alguns anos.

2 — *Genética Vegetal.* — Desenvolvimento da tese apresentada à Primeira Conferência Brasileira de Eugenia, Rio de Janeiro, 1929, publicada no vol. I de Atlas e Trabalhos do referido Congresso. Original entregue à Diretoria do Museu Nacional.

3 — *Exemplos Botânicos.* — Em desenvolvimento, na Secção de Botânica do Museu Nacional.

4 — *Flora do Rio Trombetas.* — Em começo de elaboração. Fichário de espécies.

5 — *Flora Fluminense.* — Em começo de elaboração, com grande número de estampas de sua autoria; várias centenas já foram entregues e estão arquivadas no Arquivo do Museu Nacional.

6 — *A Alimentação Sertaneja, inclusive no Interior da Amazônia.* — 1 vol., original já entregue, em 1943, à Cia. Editora Nacional, S. Paulo, para impressão na Série Brasiliana.

7 — *A Metagênese nas Plantas.* — Original entregue ao Dr. Melo Leitão, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, em agôsto, 1943.

8 — *Colaboração à Enciclopédia Brasileira* (Parte de Botânica). — Ora em elaboração pelo Instituto Nacional do Livro, 1942 e 1943.

9 — *O Problema de Reflorestamento em cada Município.* — Tese ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, Florianópolis, 1940, a sair em volume dos Anais.

10 — *Carpologia Brasileira* (Monografia). — Em elaboração para o Instituto Nacional do Livro, 1943.

D. F. C.

Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.

Registos e comentários bibliográficos

Sôbre livros

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL — *A Cultura Brasileira* — (Introdução ao estudo da Cultura no Brasil por Fernando de Azevedo) — Série Nacional — vol. I — Introdução — tomo I — Serviço do I.B.G.E. — Rio de Janeiro. 1943.

O primeiro volume da série introdutória aos resultados do Recenseamento Geral de 1940 — *A Cultura Brasileira — Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil* — do professor Fernando Azevedo é um notável documentário do desenvolvimento cultural do país, planificado e executado com um raro senso de proporção, aliando, equilibradamente, o critério da pesquisa histórica à marcante personalidade intelectual do autor que, evitando a crítica escolástica, torna-se o expositor claro de fatos, que a sucessão dos estudos iam fixando no desdobramento do plano de trabalho que se traçara.

Pela sua feição literária ou pelo estudo profundo que realiza, é o livro de que carecia nossa literatura. Escrito com aquela elegância de linguagem que é a virtude da grande cultura clássica do autor com o método científico que o afirmou como sociológo e mestre da escola mais séria de estudos sôbre a nossa vida e o nosso povo, *A Cultura Brasileira* assinala um período novo nos domínios das investigações sôbre os fenômenos de nossa existência social, nas manifestações de inteligência e cultura da gente brasileira.

A visão objetiva do autor e a orientação racional de suas análises, fixando os acontecimentos dentro dos quadros geográficos, sociais e históricos, para elucidar as tendências e as causas que motivaram o florescimento do espírito nacional, em suas várias épocas, alcançam, com sabedoria e segurança, o sentido da evolução cultural do povo brasileiro, em tôdas as criações do seu espírito.

O livro não é uma narrativa de fatos, porém a análise segura das influências múltiplas e complexas que modelaram a vida nacional, explicada e esclarecida nas suas tendências e nas construções do espírito da raça através a sua produção literária, científica, intelectual e artística, para se evidenciar em conclusões que comprovam a evolução cultural do povo, num sentido de independência, manifestado na sua arte, na originalidade colorida e espontânea de sua inteligência, e nos variados aspectos de nossa civilização.

Na sua original carreira através a história, a vida brasileira veio se afirmando pela produção intelectual do seu povo, conseqüente das influências externas, de mistura com os elementos nativos, modificados pela ambiência, pelo espírito religioso, pelas lutas contra uma natureza desordenada e pelo desenvolvimento natural da nacionalidade, fixando, nas formas de sua arte primitiva, de sua literatura popular, de sua poesia, nas suas lendas e na sua história, um cunho próprio e original, até atingir, gradualmente, os estágios de civilização e cultura atuais, denunciando um estado evolutivo, em que se afirmava uma civilização, moldada, embora, sob a influência de outras culturas, que se modificavam ao contacto com a terra nova e com a gente nova, formando o complexo social que é o Brasil de hoje.

Vasado no estilo próprio do autor, com aquela probidade científica que dá a obra literária de Fernando Azevedo um cunho de sobriedade e segurança, *A Cultura Brasileira* é um livro fundamental, e nenhuma contribuïção maior poderia se trazer às nossas letras e melhor afirmativa de nossa civilização do que essa obra grande e notável. Para os nossos foros de cultura ela assinala uma época de maturidade intelectual, quando já se estudam os nossos fenômenos sociais e políticos em base científica, à luz dos ensinamentos experimentais de que Fernando Azevedo se constituiu o mestre e orientador, criando uma nova escola de pesquisas e interpretações, com um sentido realista, ampliando e projetando os fatos sociais do Brasil em seu significado histórico e objetivo.

As três grandes divisões do livro são suficientes para mostrar a magnitude do trabalho e critério científico do autor:

1.ª) *Os fatores da Cultura* — O país e a raça — O trabalho humano. — As formações urbanas — A evolução social e política — psicológica do povo brasileiro.

2.ª) *A Cultura* — Instituïções e crenças religiosas — A vida intelectual — As profissões liberais — A vida literária — A cultura científica — A cultura artística.

3.ª) *A Transmissão da Cultura* — O sentido da educação colonial — As origens das instituïções escolares— A descentralização e dualidade de sistemas — A renovação e a unificação do sistema educativo — O ensino Geral e os ensinos especiais.

R.X.

★

CARLOS FREDERICO L. A. CÉSAR — *Bias Fortes* (monografia histórica da cidade de) — Tip. do Bazar Moderno-Barbacena-Minas 1943.

O grande problema para os que hoje desejam realizar investigações sôbre o Brasil, sejam investigações de carácter geográfico, histórico ou sociológico, é a deficiência — em muitos casos a ausência de dados relativos ao nosso passado. O Brasil, êsse desconhecido... poderiamos dizer. Paralelamente, a inexistência de estatísticas oficiais, anteriores ao aparecimento do I.B.G.E., dificulta ainda de modo mais sério uma teorização qualquer da nossa evolução.

Estas considerações vêm a propósito da monografia histórica da cidade de Bias Fortes, recentemente escrita pelo seu prefeito, Sr. Carlos Frederico L. A. César.

"A vida da cidade de Bias Fortes "— diz o autor — "está diretamente relacionada às três denominações que espelham a sua história: povoado de *Quilombo,* distrito de *União,* cidade de Bias Fortes. São estas três denominações os três capítulos gerais que a comunidade, fixada e desenvolvida nêste meio geográfico, conseguiu escrever na sua história".

O sr. Carlos Frederico teve a preocupação de abordar todos os aspectos da vida local, constituindo portanto seu trabalho, um útil repositório de informações. Registrando o aparecimento desta publicação, não podemos deixar de tecer encômios a êsse administrador que acaba de prestar áquele município mineiro e ao Brasil, um bom serviço. Que outros lhe sigam o exemplo!

A.M.

★

RALPH LINTON — *O Homem: Uma Introdução à Antropologia.* Livraria Martins Editora São Paulo 1943.

Lançando a Biblioteca de Ciências Sociais da Livraria Martins, apareceu, há meses, uma edição brasileira da obra cujo original americano trouxe o título de *The Study of Man: An Introduction.* Tendo por objetivo fornecer aos estudiosos patrícios fontes bibliográficas necessárias para que êles caminhem com elegância e clarividência nesse mundo vastíssimo das ciências novas, não poderia ter sido mais feliz a escolha dêste volume inicial.

Primeiro porque era aconselhável mesmo, iniciando-se uma biblioteca de ciências sociais, dar preferência a um trabalho de Antropologia.

A Sociologia é a mais importante das ciências sociais. Abrange a multiplicidade de fatos que precedem e sucedem imediatamente ao fenômeno-sociedade. Estuda os processos, a estranha anatomia dos grupos sociais. Encaremos a sociedade e façamos esta descoberta elementar: o homem é a sua matéria prima. Se não houve o duvidoso *contrato* existe, ainda hoje, um *consenso.* Cada ser humano participa do acôrdo geral com uma parcela de sua vontade. A vida social é uma soma de atitudes individuais.

Ora, ensinando a conhecer o homem, esclarecendo os problemas de raças e de culturas, a Antropologia faculta ao sociólogo os elementos indispensáveis para *ver mais claro* na esfera de seus estudos.

Em segundo lugar a iniciativa mobiliza aplausos pela indiscutível autoridade do Mestre que subscreve o livro. Professor de Antropologia e diretor do Departamento de Antropologia da Universidade de Colúmbia, pelas suas pesquisas e obras é um nome respeitado nos círculos universitários norte-americanos. Talvez até, ninguém mais do que êle estivesse indicado para empreender obra como esta. "E' aconselhável" — escreveu, prefaciando a primeira edição — "que tôda ciência faça de vez em quando uma pausa e sintetize o que já realizou, os problemas já discernidos mas ainda não solucionados e as falhas de suas técnicas em uso". Acreditamos que êste trecho defina, admiràvelmente, o sentido da obra.

O livro encerra para nós, de um modo especial, revelações muito importantes. Focalizemos, por exemplo, o capítulo intitulado: *Raça.* Aos brasileiros, um povo de mestiços, deve interessar qualquer contribuïção nova no estudo das questões raciais. Diz o prof. Ralph Linton que prefere substituir a palavra *raça,* por três outras: *breed, raça* e *stock.* Explicando: *breed* é um grupo de indivíduos que variam todos ao redor de uma certa norma, em relação a cada uma de suas características físicas. *Raça* implica a integração de um certo número de *breedrs.* O grupo de indivíduos que forma o *breed* é claramente delimitado, enquanto o agrupamento racial é impreciso nos seus limites. E os *stocks* são grupos de raças cujo conteúdo é estabelecido pelas mesmas técnicas utilizadas nas classificações sociais.

No elevado plano das considerações científicas, agita o Autor o momentoso assunto da superioridade de raças, expressando assim, de certo modo, uma *resposta* da América — a essa mensagem pseudo-científica que, em nossos dias, a Europa de Hitler enviou ao mundo.

Aborda também, sob um ângulo moderno, a ocorrência dos primeiros tipos humanos, na história. Para isto passa em revista êsses fósseis que tôda gente conhece de nome — escala musical tão falha, com que os generalizadores apressados têm pretendido construir, por diversas vêzes, a sinfonia perfeita de uma evolução em linha reta.

O estudo da antropologia impõe-se, não apenas ao biologista, ao sociólogo, ao historiador, ao geógrafo mas, grosso modo, ao intelectual. Quanto mais dividida esteja a ciência, mais próximos estarão os cientistas da única finalidade comum. De outro lado é um absurdo que o homem pense com o cérebro e desconheça a própria razão de ser dêste cérebro, o lugar que êle ocupa na série infinita da espécie.

Traduzido para o português pela D. Lavínia Vilela o texto foi revisto pelo Sr. Sérgio Milliet e pelo prof. Donald Pierson. Colaboraram no que diz respeito à tradução de certos conceitos e frases, os professores Emílio Willems e Herbert Baldus. Note-se ainda que os capítulos I e II foram alterados "afim de pô-los em dia com os últimos conhecimentos antropológicos", escreveu o prefaciador. Êste sinal de honestidade intelectual, achamos, valoriza sobremaneira a obra.

O sr. Donald Pierson, que à frente do seu curso de Sociologia na Paulicea ou investigando as populações afro-brasileiras na Baía, tantos serviços vem prestando ao nosso País, juntou agora mais êste, de inestimável valor. Sem dúvida, seria inócuo incrementar os estudos sociológicos em nosso meio, sem completar a tarefa, pondo ao alcance do estudioso indígena os livros indispensáveis referentes à matéria, já escritos noutros idiomas.

E' com os bons livros, concluimos, que se consolida a cultura, cria-se o progresso — arquiteta-se a paz.

A.M.

★

MOACIR SANTANA — *A grandeza imortal de "Os Sertões"* — Livraria Comercial — Santa Maria — R. G. do Sul — 1942.

Euclides da Cunha é um tema nacional. O brasileiro dos pampas ou o caboclo do Nordeste, o fluminense do baixo Paraíba ou o sertanejo do alto-São Francisco, encontrarão nas páginas de *Os Sertões,* um interêsse comum, uma beleza igual. Êste livro, — perdoem-nos o chavão — já é a bíblia da nacionalidade.

Ninguém, como Euclides, dissecou tão bem a vida social dos sertões, estudando-a intrinsecamente. Começou fazendo jornalismo, quis fazer história e acabou fazendo geografia, antropologia, etnografia, sociologia — e literatura, no mais elevado sentido da expressão. E' uma obra cósmica, pela sua complexidade, pela sua fôrça, pelo seu realismo.

Pois bem, a êste tema tão brasileiro, — o Escritor de *Os Sertões* — acaba de ser dada mais uma contribuïção, pelo sr. Moacir Santana.

Folgamos em dizer, que, nas suas 38 páginas, o ensaista gaúcho diz alguma coisa nova sôbre o grande escritor fluminense. São páginas substanciosas, cheias de idéias.

O Autor subordinou o trabalho ao seguinte desenvolvimento:

A Grandeza Imortal de *Os Sertões* — I — Introdução — II — A obra como fonte sociológica, histórica e científica — III — O romance, o drama e a poesia de *Os Sertões* — IV Euclides da Cunha, um assombrado diante do crime da nacionalidade — V — Conclusão.

★

C. A. COTTON — *Landscape as developed by the Process of Normal Erosion* — (A Paisagem e seu desenvolvimento pelo processo da erosão normal) — Cambridge — University Press — 1941.

Nestas últimas décadas, os estudiosos têm tido a felicidade de obter, reünidos em um livro, alguns assuntos hàbilmente dispostos, em quantidade bastante para satisfazer pelo menos às exigências dos exames. Disto constituem exemplos frisantes os livros como *A Base Física da Geografia, (Physical Basis of Geography)*, de Woodridge e Morgan, e *Os Fundamentos da Petrologia (Principals of Petrology)*, de Tyrrell. O livro que ora apreciamos pertence à classe mencionada. E' um trabalho didático que poupa ao estudante muitos dias de perquirições desconexas. Agradará ao professor, porque lhe proporciona uma coleção renovada de diagramas e ilustrações para variar de outras, talvez de aspecto venerável. Quem o lê a título de cultura geral verifica que o livro serve como dicionário da complicada gíria que os especialistas em geografia física, como os da maioria das artes e profissões, implantaram como recurso para aterrorizar os leigos e fazer sobressair a sapiência necessária a todos os que desejem professar a matéria.

O Professor Cotton atribui sua inspiração a W. M. Davis, cujo modo de tratar das formas da terra êle descreve, codifica e expande, à luz de numerosas viagens e larga experiência. O tema do livro é o Ciclo da Erosão, do berço à sepultura, e o método é analítico, empregando exemplos que o autor insinúa serem apenas quadros de uma película cinematográfica das mutações da face da terra. Em um estudo das formas da terra em função da estrutura das rochas subterrâneas, ou da erosão dos vales dos rios, ou das elevações entre eles, da formação de terras baixas pelos detritos provindos das montanhas, do vento, da erosão proveniente do gêlo, ou pela solução das rochas sólidas, parece-nos que o autor cogitou de quase tôdas as permutações e combinações.

Depois de uma breve introdução, o primeiro capítulo descreve as características das acumulações de detritos originadas da gravidade, nos quais o papel da água é secundário, como nas precipitações de pedras, nos desmoronamentos, nos rios com leito de pedra e nas faixas constituídas por afloramentos. O capítulo seguinte relata os efeitos das chuvas sôbre a terra nua, esculpindo terras ruins, torres e pilares de terra, nos casos normais em que a precipitação é vertical, ou recortando no terreno "dedos" quase horizontais quando impelida obliquamente por forte vento predominante. Depois de considerar a corrosão prolongada como "a erosão progressiva, antiga e continuada, posterior à elevação", o autor discute o ciclo da erosão. A rapidez com que se desenvolvem as primeiras fases do ciclo ocasiona inicialmente diferentes conformações do terreno, porém finalmente tôdas tomam contôrno suave, formando peneplanícies, não importando qual fôsse o primitivo aspecto da região. Os lagos constituem fenômenos de pequena duração, embora esta seja variável, como variável é a forma, segundo as condições de origem. Os pregueamentos, as falhas, o trabalho do gêlo, a vulcanicidade, e até mesmo a ação do vento, podem formar uma bacia e um lago, diferentes entre si por algum aspecto. Os tipos dos rios são ainda mais numerosos, e maior é o número de fatores que tomam parte na sua produção. Um rio, ou parte dele, pode não estar de acôrdo com o terreno que percorre, porque pode já ser velho e atravessar terras novas em seu curso superior, e vice-versa. Pode o acaso aumentar a potência de uma caudal, enquanto diminue a de outra, o que resultará em uma mudança da linha divisória entre elas. Em casos extremos, a drenagem de um pode passar para o outro, quando um rio ativo atravessa parte de uma caudal retardatária, trazendo como conseqüência um conjunto de conformações especiais do terreno. Quando os rios drenam terreno em que há rochas pregueadas, as estruturas exercem alguma influência sôbre o aspecto dos vales, muito diferente do daqueles que se encontram em regiões homogêneas da crosta terrestre. Trechos de tal sistema apresentam aspectos contrastantes, e muitas das variedades têm denominações especiais. Em certas circunstâncias, os rios desgastam mais o fundo do que os lados, e em outras fazem o contrário; todos, porém, deixam sinais que podem ser percebidos pelo estudioso experimentado. Em alguns períodos, as rochas podem não ter cobertura de solo, ao passo que em outros, quando se forma uma ampla camada protetora, pode haver formações de cumes arredondados, a despeito da insistência com que a erosão, em seu verdadeiro aspecto, procura dotar de arestas vivas todos os cumes.

Muitos aspectos da paisagem são motivados pelos depósitos e declives provenientes de íngremes encostas formadas de detritos, de um lado, e por pantanosos planos aluviais, do outro. Esses aspectos abrangem grandes áreas, e algumas vêzes dominam a paisagem, porém, como não são consolidados, tornam-se vulneráveis ao ataque das torrentes e sofrem logo que há qualquer movimento diferencial da terra e do mar. Os desertos lodosos, porém, não são peneplanícies, porque estas resultam sòmente da erosão prolongada, sob condições invariáveis de clima e elevação, não importando qual seja a resistência e a variabilidade das rochas na camada inferior. Raras vêzes a peneplanície atinge o seu estado de perfeição ou se mantém nele; restam, porém trechos esparsos ou sinais na paisagem, mostrando a anterior existência de peneplanície, embora o solo tenha sido escavado pelas devastações de um novo ciclo iniciado por mudanças de clima ou de nível. Ocorrem também depressões, que podem atingir uma peneplenície, soterrando os seus vales ou obstruindo de lodo os estuários, ou, ainda, introduzindo modificações anormais nos cursos dos rios. Algumas vêzes, a terra não se move em conjunto, e sòmente alguns segmentos se deslocam em sentidos diferentes, nos lados opostos de uma fratura. O efeito de uma falha pode ser a elevação de uma escarpa ao longo dela, ao tempo de sua formação, porém, com freqüência muito maior, as rochas de tipos e resistências diferentes, jazendo em diferentes lados do plano da falha, surgem de modo a apresentar resultados um tanto inesperados. O último capítulo do livro é dedicado à explicação dos aspectos da terra produzidos em uma área de rochas solúveis, onde os boqueirões e a drenagem, por fim, a agreste superfície denominada de "karst".

O livro não é de leitura fácil, e há certos trechos em que a gíria domina francamente. Tem excelentes gravuras, que são bem descritas no respectivo índice. Em grande parte, elas são provenientes da Nova Zelândia, porém outras são reproduzidas de muitas outras partes do mundo. Os desenhos são adequados, mas não têm o caráter atraente dos que W. M. Davis costumava fazer para ilustrar seus ensaios. Finalmente, o título do livro é mal aplicado, embora modificado pela cláusula "seu desenvolvimento pelo processo da erosão normal". A paisagem é composta de alguma coisa mais que as formas da terra. Quem poderá ficar satis-

feito por contemplar, de um pico dos Cullins, a bacia glacial com seu lago, Loch Coruisk e o círculo acima dêle, ou a baía mais abaixo, e considerar o conjunto como paisagem? Não se pode deixar de lado a ornamentação, o céu, a vegetação e o mar, além das incessantes mutações dos efeitos de luz sôbre as côres de cada um. Em vista dos Alpes, a forma tem papel importante, porém as geleiras e florestas, os montes cobertos de relva e a cúpola do céu azul e sem nuvens têm igual valor no cenário. Onde estaria a paisagem da Inglaterra se só se compusesse de formas de terra, e se fôsse destituída de árvores, campinas, sebes, casas, côres e atmosfera. Êste livro tem seu lugar, bem destacado, por sinal, nas bibliotecas dos interessados em geografia, porém navega sob falsa bandeira. Êle trata da anatomia, ou seja de pouco mais que os ossos descarnados dessa coisa gloriosa e ricamente decorada que conhecemos como paisagem. (Comentário firmado por J. V. H. inserto no *The Geographical Journal* — Londres — Vol. C. ns. 5 e 6 — Nov.-Dez. 1942, traduzido por Édison Guerra Dias).

★

OTÁVIO CANTANHEDE — *A Topografia nas Estradas de Ferro* — Rio.

Subordinado ao título acima, acaba de aparecer a edição, em separata, do importante trabalho publicado na *Revista Ferroviária* (número de setembro, outubro e novembro).

Ninguém desconhece a importância da topografia na construção das estradas de ferro. "Uma estrada de ferro, tem assim necessidade de dar uma organização eficiente e racional aos seus serviços topográficos, o que infelizmente não acontece nas nossas ferrovias, de um modo geral, isto acarretando, quase sempre, soluções apressadas e menos felizes na resolução de alguns problemas ferroviários" — escreveu o Sr. Otávio Cantanhede.

De resto, o Sr. Otávio Catanhede analisa o assunto de diversos ângulos, inserindo no têxto dois quadros estruturais da organização de serviços técnicos, uma estrada de ferro.

Com uma impecável apresentação gráfica, o trabalho do catedrático de Topografia da Escola Nacional de Engenharia impressiona por todos os motivos. Interessa de perto aos engenheiros e geógrafos.

★

JOSE' MARIANO FILHO — *Influências Muçulmanas na Arquitetura Brasileira* — Editora A Noite — Rio de Janeiro.

Éramos, até uma época que não vai muito distante, mais ou menos estrangeiros em nosso próprio País. Sentíamos a paisagem e nada mais. Ignorávamos o sentido das coisas que o homem acrescentara a essa paisagem. Preferíamos estudar História Romana, línguas mortas, religiões orientais — a estudar êsse patrimônio cultural que os portuguêses e outros europeus acumulam no Brasil. Haviam tesouros inexplorados, a espera de um pouco de curiosidade e de investigação.

Principalmente a arquitetura. Na casa e no monumento consubstancia-se — grosso modo — o *feitio* de uma civilização. Podemos fazer uma idéia sôbre o grau de progresso de um povo, analisando suas construções. Pela decoração, pelo acabamento artístico, averiguamos a herança vinda de outras civilizações, ou a sugestão trazida pelo meio ambiente. Pela técnica da construção concluiremos a respeito dos maiores ou menores recursos de sua engenharia. Pela disposição no terreno e pelo traçado interno, julgaremos a noção que os construtores possuiam de higiene e de sanidade. Outros aspectos conduzem, ainda, a outras conclusões, numa série quase infinita.

O Brasil, um encontro de raças e de povos, ostenta, por isto mesmo, o mais complexo e pitoresco — *sistema civilizacional*. A casa é, em nosso cenário, um belo documento dessa complexidade. Ela continúa aquí, a tradição da casa ibérica, com as variantes impostas pelo clima, pelo material disponível e contribuïção indígena (muito ligeira, acrescente-se).

Ora, a habitação peninsular apresenta — entre outras — uma acentuada influência árabe. Êsse traço veio repercutir aquí. Nas velhas cidades litorâneas e mineiras a arquitetura teve um extranho sabor muçulmano, condizente, aliás, com a vida que se levava — o patriarcalismo, a reclusão da mulher, o mistério.

O Sr. José Mariano Filho, com a sua conhecida autoridade no assunto, vem tratar dessas influências. Sua monografia magnificamente impressa pela Editora *A Noite* constituíu matéria de uma conferência pronunciada no Auditório de *A Gazeta*, de São Paulo.

Com uma boa bibliografia e um ótimo conjunto de ilustrações — fotografias, reproduções de quadros e desenhos — o elegante volume é uma evocação erudita — e também lírica — da arquitetura antiga do Brasil.

Vielas com *muxarabis* proeminentes, interceptando a luz do sol. Águas furtadas espreitando, tristes, o céu e o tempo. Gelosias discretas, páteos cheios de sombra. O Autor analisa, reconstituindo de certa maneira uma época; falando, por exemplo, daquele edital do conselheiro Paulo Fernandes Viana contra "... certos góticos costumes" *que muito aviltavam aos olhos do Príncipe, e mais dos fidalgos vadios vindos do Reino*. Fazendo observações sôbre o sistema indígena de construir — a *tejupaba de pindoba*, — o uso de vidraças, "uma sorte de privilégio...", o mobiliário e muitas outras coisas.

Sem fazer trabalho vasto, o sr. José Mariano agitou com segurança e elegância o tema. Seu livro representa uma brilhante contribuïção ao conhecimento do Brasil. Até mesmo aos que estudam hoje um tipo de casa popular para as cidades e sertões brasileiros sua leitura é útil.

A lição das adaptações sucessivas ao meio e da ornamentação trará, sem dúvida, uma proveitosa sugestão aos técnicos. Obteremos uma casa simples, econômica e harmoniosa, no sentido nacional do têrmo. De outro modo — encerrando — diremos que, pela casa compreenderemos nossa História, conheceremos nosso Povo.

A.M.

★

STELA DE SOUSA PEÇANHA — *Um centro urbano — Campos* — (Tese de concurso à Cadeira de Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil do Curso Fundamental do Instituto de Educação de Campos) Sem indicação da Casa Editora.

Campos dos Goitacazes é uma das regiões brasileiras mais interessantes, pelos seus aspectos geográficos, condicionadores — até certo ponto — de uma história e de uma evolução social.

Planura extensíssima, construída em grande parte pelas aluviões do Paraíba, a região campista foi o cenário predestinado de uma civilização. Conquistou-a o explorador luso, na aventura do pastoreio, atendendo à solicitação das *campinas fermosíssimas* de que fala o cronista. Caraterizou a fase inicial o nomadismo dos currais e a expansão dos rebanhos. Depois, descoberta a feracidade da terra — o massapê mila-

groso — os canaviais ocuparam a planície desconhecida. E atrás da planta veio o homem, a máquina, a história...

A agricultura densificou a população e hierarquizou a sociedade rural. Possuir engenho, classificava. Paralelamente as condições de trabalho exigiam uma colaboração estreita dos membros de cada célula familiar, dando origem a uma espécie de socialismo em ponto pequeno (fato em tôrno do qual o sr. Oliveira Viana teceu oportunas considerações em "Populações...").

Valorizou-se enormemente a terra. No III século um cronista local, de nome Couto Reys chamaria a atenção para a circunstância da braça de terra custar Cr$ 12,00 em Campos, enquanto não ultrapassa Cr$ 0,40 no recôncavo do Rio de Janeiro!

A posse dessa mesma terra desencadearia cabulosas contendas jurídicas, lutas cívicas. Potentados e plebeus terçaram armas. Até índios, até mulheres participaram do romance guerreiro. Mas isto é história, e transcende à finalidade desta nota.

A riqueza e a topografia determinaram a abertura de caminhos. Tornava-se preciso escoar a produção açucareira e o terreno — para todos os horizontes — era um convite às estradas e à circulação. Significativa a êsse respeito a observação de Saint-Hilaire, quando por alí transitou. Ora, a viagem, o movimento no sentido do espaço, exerce uma influência vital no espírito dos homens. Outrossim, subsistia, embora em segundo plano, o pastoreio, mantendo a audácia, o hábito da iniciativa no homem da terra. O príncipe Maximiliano de *Neuwied* repararia a extraordinária loqüacidade daqueles com os quais ia entrando em contacto, inclusive das mulheres, tão tímidas e encolhidiças noutros sítios em que andara, durante sua viagem através do Brasil.

O sol e o vento mantiveram sempre a salubridade local. E é possível que êsse mesmo *sem fim* da paisagem, insuflasse a idéia de Deus no íntimo das almas— determinando uma atitude em face das coisas.

O rio e o brejo exigiram uma reação do homem. Perto, providencialmente, o Atlântico oferecia seus caminhos, pelos quais sumacas e galeotas conduziram as preciosas caixas de açúcar aos longínquos mercados consumidores.

Essas condições determinaram o crescimento alí, de um povo privilegiado, empreendedor, tão obstinado na monocultura, quanto apto como o tem demonstrado de diversas maneiras — para uma atividade onímoda. Campos é nêste sentido — repararia o Sr. Sílvio Júlio — um retrato do Brasil.

Talvez o exemplo do capitalismo jesuítico alí presente, na primeira hora, atuasse com outros fatores, ensinando o campista a organizar em alta escala, a explorar em largas extensões, enfim — a latifundizar a terra.

Mas êle nunca seria o espectador deslumbrado. Eterno inquieto, procura no dinamismo criador, a única felicidade que concebe. É bem expressivo o fato de Campos não ter dado, até hoje, numerosos romancistas e poetas ao Brasil. A arte, de certo modo, é uma fuga à realidade. E a realidade apresenta-se alí, bem maior do que a fantasia; a vida oferece maiores encantos do que o sonho.

Na ante-manhã da colonização brasileira vamos encontrar o campista preocupado em abrir canais, dragar os rios, criar companhias de navegação, construir máquinas, pontes. A autarquia econômica dos seus solares onde só entrava sal, ferro, pólvora e chumbo é um fato significativo. Os homens têm sido nessas plagas, discípulos do rio e da terra — dinâmicos e fecundos.

Campos foi a primeira cidade da América do Sul que possuiu iluminação elétrica nas ruas. Foram os *homens bons* de sua câmara municipal que tomaram essa iniciativa. Seu povo sempre gostou do progresso. O autor de *Brasil Pitoresco* renderia um preito entusiástico a êsse apanágio do povo campista. O advento da usina confirmaria esta qualidade.

A fundação da cidade ao redor da capela de palha erguida por Salvador Correia teve alí um feitio quase romano. A entidade urbana foi filha dos campos intensamente povoados e lavrados. Local apropriado dos encontros, das trocas, das manifestações coletivas. O comércio construïria sua grandeza Com a abolição acampariam nos seus arredores grandes massas de negros. Campos não fugiu à regra geral das zonas açucareiras. E' uma cidade cheia de mestiços. Dois de seus maiores filhos — um político e um jornalista — Nilo Peçanha e José do Patrocínio — trariam o estígma enobrecedor dêsse encontro das raças, encontro que foi sempre mais completo e mais criador, à sombra das chaminés vermelhas dos engenhos de açúcar.

O presente comentário tem por objetivo evidenciar a importância do tema a que se entregou a prof.ª Stela Peçanha. Embora nos limites reduzidos de uma tese, preparada para concorrer a uma cadeira de geografia do Colégio Estadual de Campos, conseguiu ela apresentar um trabalho sobremaneira interessante, digno de elogios pelo seu método, segurança nos conceitos emitidos e pela maneira simples e concisa de dizer as coisas. Anuncia, por certo, êste pequeno volume, obra de maior envergadura que, sob o prisma da geografia humana, estude a zona campista, onde o homem fixou uma das melhores e mais típicas civilizações brasileiras.

Apresenta-se o trabalho dividido da seguinte maneira:

Histórico geogràficamente interpretado; condições geográficas e topográficas que influíram na formação da Cidade. Causas do desenvolvimento de Campos. Condições climatéricas. Estrutura da cidade — os quarteirões residenciais. Função comercial — função industrial; interdependência da cidade e da zona rural.

A.M.

*

MOISE'S POBLETE TRANCOSO — *El standart de vendas de las poblaciones de America* — Santiago de Chile, 1942.

O professor universitário Sr. Moisés Poblete Trancoso acaba de publicar simultâneamente duas obras de enorme ascendência: *"El standart de vida de las poblaciones de America"*, impresso nas oficinas da Universidade do Chile, com prévia informação favorável da Comissão de Publicações da Universidade, e *"Evolucion del Derecho Social en América"*, impresso pela prestigiosa Editora Nascimento.

Nesta crônica nos referimos a primeira destas obras: *"El Standart de vida de las poblaciones de América"*.

Embora suficientemente conhecido, não só no Chile como em tôda a América, por suas numerosas publicações de caráter social que com as duas últimas atingem a vinte, algumas delas impressas na Espanha e Estados Unidos, cabe recordar entre os numerosos títulos com que se destinguiu no Chile e no extrangeiro, os seguintes: Professor Extraordinário da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Chile, Membro do Instituto Americano de Direito Internacional, Membro do Instituto do Trabalho da Universidade de Córdoba, Argentina, Membro do Instituto de Sociologia de Gênebra, Membro do Instituto do Trabalho da Universidade de Santa Fé, Argentina, Membro da Academia Americana de Ciência Política e

Social, de Filadelfia, Membro do Instituto Indigenista Panamericano, cuja séde é no México, Professor da Escola de Serviço Social do Ministério de Instrução, representante no Chile da Oficina Internacional do Trabalho, etc.

A obra a que vamos nos referir constitue o segundo volume da publicação anterior do autor: *"Problemas sociales y Económicos de América Latina"*, exgotada em pouco tempo e que para honra de seu autor, é o texto oficial da classe de Política Econômica Americana da Universidade de Georges Washington.

É indiscutível que o problema básico do Continente Americano é o do padrão de vida da população, diretamente relacionado com a defesa do material humano, com seu poder de produção e de consumo. Efetivamente, é inútl que os governos tomem medidas artificiais para o aumento da produção, uma vez que o potencial homem não está fisicamente capaz para produzir convenientemente, e é ineficaz que a indústria produza em excesso desde que a capacidade de consumo da população se mantenha baixa, ou seja pela insuficiência dos salários, ou por falta de educação econômica da população.

E' fato que as populações da América, sem exceção tem baixo padrão de vida: ainda que países aparentemente ricos como a Argentina e o Brasil na América do Sul: e os Estados Unidos tenham núcleos de população com nível de vida que deixa muito a desejar. São, porém, as porcentagens dessa população com baixo nível de vida, as que variam em tôda América. Não obstante, nos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil essa porcentagem é relativamente baixa, em outros países é muito alta. Tal é o caso do Chile.

O Professor Poblete Trancoso, trata todos os aspectos do nível de vida das populações da América, com honradez intelectual, com critério muito sereno e sobretudo com documentação extraordinária.

Um dos aspectos interessantes da obra, são as estatísticas que o autor poude reunir e utilizar a custa de grandes dificuldades, sôbre os múltiplos aspectos do problema do padrão de vida e que êle maneja com arte difícil do sociólogo e do estadista.

Passam-se em revista na obra, depois de algumas considerações, sôbre os diversos aspectos e significação do padrão de vida, o problema no plano nacional e internacional, relatando com precisão os esforços que se realizaram para o estudo e solução dos múltiplos aspéctos do problema; examina em interessante capítulo, quais são suas causas determinantes.

Os três capítulos destinados ao padrão de vida e os salários exgotam a matéria, uma vez que são estudados em suas várias modalidades e conseqüências, especialmente no que se refere à proteção dos salários para o Estado, nos diversos países da América. Os múltiplos sistemas que se tem ideado e a legislação que se tem ditado em todos os países da América, são expostos com profundo conhecimento da matéria.

Em capítulo à parte, o autor aborda o problema palpitante do padrão de vida e a alimentação. Aí se constata a insuficiência da alimentação da maioria dos países da América e de suas trágicas repercussões na vida econômica e social; mortalidade elevada, morbilidade excessiva, baixa produção, escasso poder de consumo, inquietação permanente das massas, etc.

Ainda assim, com critério racional se abordam alguns aspectos do padrão de vida e o problema da habitação.

Capítulo importante é o destinado ao padrão de vida e os seguros sociais, onde encontramos espostas, pela primeira vez, em forma insuperável, a obra realizada pelos seguros sociais no Chile e na América, e sua útil, repercussão no melhoramento do padrão de vida de nossa população.

O padrão de vida e o ensino profissional é focalizado em útil capítulo da obra.

Menção especial merece o autor por seu interesante capítulo sôbre o palpitante problema da carestia de vida, que êle focaliza e exgota, embora modestamente chame a esta parte do livro "Alguns aspectos do problema da carestia da vida", onde em substanciosos capítulos examina a repercussão dos gastos inúteis no padrão de vida; o aumento dos conflitos do trabalho provocados pela carestia da vida; a extensão desmedida das cidades e o aumento de custo dos artigos alimentícios, o contrôle de preços na limitação da carestia da vida, sua organização e funcionamento nos países da América; o movimento cooperativo na luta contra a carestia da vida e seu desabrochar na América e a defesa dos consumidores nos Estados Unidos.

A obra termina com utilíssimas conclusões que insistem na necessidade imperiosa de defender o capital humano, melhorando seu padrão de vida e com formulação das bases de uma política econômico-social de elevação do nível de vida.

Pela primeira vez, na América se aborda em tão poucas páginas problema tão transcendental para o futuro da raça americana. Indiscutìvelmente a Universidade do Chile, realizou um trabalho de grande transcendência cultural imprimindo esta importantíssima obra o professor Moisés Poblete Trancoso (*La Hora*, 6 de maio de 1942).

★

CELSO PEÇANHA — *Ressonância de um instante eterno* — 1943.

Entre as múltiplas transformações que o atual regimen político veio trazer à vida pública nacional, conta-se a de consagrar a indicação do administrador estranho ao meio. A experiência tem demonstrado que é a melhor solução para as velhíssimas contendas partidárias, colocar à frente das províncias e dos municípios, filhos de outras plagas. Nisto é possível que o atual Govêrno esteja revivendo uma sadia norma administrativa do Império. Apenas o critério da escôlha é diferente. Os chefes de governos provinciais procuram hoje, sobretudo, a colaboração dos jovens, dos espíritos novos. E' o caso do Sr. Celso Peçanha. Acadêmico de direito ainda, foram-lhe entregues os destinos do município fluminense de Bom Jardim. Pôsteriormente seria conduzido a outra prefeitura — a do Rio Bonito — de maior movimento e importância.

O trabalho cujo título epigrafa esta nota, foi lido pelo jovem administrador fluminense quando ainda prefeito de Bom Jardim, durante as comemorações do cinqüentenário de instalação da sua câmara municipal.

A conferência evidencia um esfôrço notável do autor, procurando identificar-se com a evolução histórica do município, rememorando a primeira hora de sua colonização, com as peripécias notáveis e os pioneiros.

★

ASTOLFO SERRA — *Caxias e o seu govêrno civil na Província do Maranhão* — (Rio — 1943 — Biblioteca Militar)

Alguém já disse que os grandes homens são, quase sempre, mal conhecidos pela posteridade. Isto, porque, analisando a face de sua personalidade que mais impressionou aos seus contemporâneos, descuram-se os estudiosos, da observação dos demais aspectos, alguns bem díg-

nos de serem considerados. Assim estava acontecendo com Caxias. As glórias do general vitorioso eram, em todos os livros, a principal matéria prima dos biógrafos. Havia uma deshumanização do herói. Esqueceu-se, quase, que o Duque também foi político, foi administrador, empreendeu outras lutas, outras experiências. Uma destas — sôbre maneira importante — é a que levou a efeito à testa do govêrno do Maranhão.

Nomeou-o para lá uma Carta Imperial de 12 de dezembro de 1839. Aguardava-o, uma província conflagrada, um povo excitado por uma série de convulsões políticas. Não bastava embarcar para lá, munido de um vasto programa de realizações. Nem tampouco, a disposição de agir com violência. As virtudes que uma terra exige de seu administrador são diferentes das que uma pátria exige de seus soldados.

Justamente por isso Caxias foi um governante, na verdadeira acepção da palavra. Calmo, prudente, meticuloso nos negócios públicos, apaziguando rivalidades partidárias, solidarizando todos num só ideal de construção e de paz. "Maranhenses, mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre nós existam".

E' disto, exatamente, que trata o sr. Astolfo Serra"... A política, dizia Rui Barbosa, afina o espírito humano, educa os povos no conhecimento de si mesmos, desenvolve nos indivíduos a atividade, a coragem, a nobreza, a previsão, a energia: cria, apura, eleva o merecimento. Essa política, fê-la, com superior visão, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Daí o seu govêrno modelar, fecundo, operoso para os destinos maranhenses..."

Permanecendo sòmente pelo espaço de um ano (1840-1841) à frente da administração provincial, agitou, durante êste tempo, a maior parte dos problemas da Província, fôssem os de ordem econômica ou os de ordem social.

Compreendeu Caxias a grande importância dos rios Itapecurú, Mearim e Pindaré, para a vida econômica maranhense. Procurou, dêste modo, amparar a navegação, solicitando para isso leis especiais à Assembléia Legislativa. "Desejoso de promover a navegação dos principais rios da Província por meio de barcos a vapor pedi à Assembléia provincial a reforma da lei sôbre êste importante negócio..." — escreveu êle no relatório sôbre sua administração.

Prefaciado pelo Gal. Eurico Dutra, o livro do Escritor Maranhense é um trabalho sério, em linguagem fluente, revelando uma erudição apreciável; é impressionante pela documentação apresentada.

Outrossim, focalizando uma face inédita do grande Caxias é uma obra que merece a atenção e o aplauso de todos.

A.M.

★

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL — *Departamento Estadual de Estatística, D.E.E.* — Pôrto Alegre — 1943.

Com a publicação da *Divisão Administrativa e Judiciária do Rio Grande do Sul,* o Departamento de Estatística daquela Unidade Federada realizou um trabalho de assinalada importância, a servir de base para o conhecimento da evolução do sistema administrativo riograndense, antes e depois do regime imperial.

Embora êsse trabalho não constitua pròpriamente um documentário de pesquisa histórica, o esfôrço empreendido para torná-lo, tanto quanto possível, completo, ultrapassa o plano de um estudo destinado apenas a fixar a situação atual. Com efeito, nele se reconstituem, em ordem cronológica, os desdobramentos que sofreu a divisão territorial sulriograndense, a partir do Alvará de 27 de Abril de 1809, que criou e delimitou, de maneira definitiva, os municípios de Pôrto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, dêsse modo consolidando e ampliando os primeiros passos do municipalismo riograndense, ensaiados, em 1751, com a fundação da Vila de São Pedro do Rio Grande.

Além das tábuas cronológicas e de uma série de cartogramas relativos à organização administrativa do Estado nas diversas fases de sua evolução, que os acompanha para completar os estudos feitos sôbre o desdobramento municipal, o trabalho aprecia a situação geofísica dos municípios gaúchos e inclui, a título de documentação, o conjunto sistematizado de informações e leis que precederam a serviram de base à sua atual organização administrativa e judiciária.

A *Divisão Administrativa e Judiciária do Rio Grande do Sul* apresenta, ainda, o esquema da divisão eclesiástica, seguida de uma tábua discriminativa da criação de tôdas as capelas e freguesias, com o que se assinalam os primeiros núcleos demográficos riograndenses e a marcada influência exercida por aquela divisão na organização administrativa e judiciária, que se lhe seguiu.

J.D.

★

GUSTAVO ADOLFO BAILLY — *Carvão* (Coletânea de legislação) Serviço de Informação Agrícola MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Rio — 1942.

Ignoramos quando organizou-se a primeira coletânea de leis, em nosso País. O fato é que elas agora são numerosas e, completas ou incompletas, bem ou mal organizadas, vêm prestando inestimável serviço a todos aqueles cujas funções exijam o conhecimento das leis brasileiras.

O carvão é um assunto que está na ordem do dia. A crise do combustível advinda da guerra fêz com que apelassemos para êle, em larga escala, remediando de certo modo a carência. Nêste esfôrço desempenhou papel principal o Estado, criando a legislação destinada a facilitar êsse consumo.

Assim, a publicação organizada pelo Sr. Gustavo Adolfo Bailly, que une às suas qualidades de técnico no assunto, uma capacidade beneditina de trabalho, essa publicação, repetimos, representa muito para juristas, industriais, técnicos. Nas suas 143 páginas, de fácil manuseio, póde-se consultar as leis que se relacionam com a matéria, a começar de 1895.

AOS EDITORES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuïções sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Sôbre periódicos

STEPHEN B. JONES — *Field Geography and postwar political problems* — (A Geografia de Campo e os problemas políticos de após guerra) — In *Geographical Review* — Vol. XXXIII — N.º 3 — julho 1943.

De modo suscinto e objetivo, Stephen B. Jones faz brilhantes sugestões à importante tarefa que estará destinada ao geógrafo de campo na organização política do mundo de após-guerra.

Na realidade, a Geografia Política pouco tem se utilizado do trabalho de campo, a não ser em casos especiais de demarcação de fronteiras. "Agora, porém, — argumenta o autor em seu artigo — "a geografia política está surgindo como auxiliar do govêrno", daí a grande oportunidade que terá o geógrafo político, no momento em que, cessadas as últimas baterias da guerra, começarem a ser enfrentados os primeiros problemas da paz.

O geógrafo, então, terá de abandonar as suas pesquisas de gabinete e atirar-se ao campo para observar e pesquisar, e transmitir ao govêrno o resultado de suas investigações e análises.

Nesse sentido, após rápidas considerações de ordem geral no que se refere ao trabalho de campo e de gabinete em relação com a geografia política, Stephen B. Jones passa a indicar as vastas perspectivas que se abrirão no período do estabelecimento da paz, oferecendo cada uma de per si uma série de problemas, dos mais variados, para cuja solução muito contribuirá a informação do geógrafo especializado.

Segundo o autor, três são as perspectivas anotadas:

1 — Rehabilitação e Reorganização
2 — Áreas Dependentes
3 — Problemas de Fronteiras.

Na primeira dessas três perspectivas, o autor pergunta:

"Quais os problemas de rehabilitação e reorganização política que possam ser resolvidos pela geografia de campo?" — e responde: "Os terrtórios que foram devastados pela guerra e nos quais a reorganização política é espontânea, talvez necessitem apenas de uma rehabilitação econômica. Outras áreas talvez exijam um govêrno militar ou provisório. Os governos provisórios talvez precisem de fronteiras. Talvez precisem de capital. Talvez enfrentem problemas de minorias nacionais, de facções políticas, dessidências religiosas e de povos politicamente imaturos". Nesse caso o geógrafo deverá colaborar com os sociólogos, historiadores, antropólogos, economistas, etc., sem esquecer, no entanto, que ao cientista cabe apenas "descrever fatos e fazer recomendações. Muitos dos fatos mais precisos sòmente podem ser encontrados no campo. O geógrafo, com seu tino para localizações e distribuições e para as evidências materiais das atividades humanas, pode reunir e unificar o trabalho dos cientistas sociais que, mais diretamente, lidam com o homem".

O problema da rehabilitação dos lares, das fazendas, comunidades e da vida econômica-rural, poder-se-ia especificar — podem acarretar dificuldades sérias para as nações que mais se empenharam nesta guerra ou que tiveram suas teras invalidadas e devastadas. Grandes massas humanas foram deslocadas. Muitos voltarão voluntàriamente; outros não. Muitos talvez tenham que mudar de nacionalidade. Haverá procura de emprêgo, procura de terra, e a necessidade imperiosa de se reajustar os parafusos do maquinismo social, político e econômico — talvez até reformá-los ou substituí-los. Mas como deverá ser feito êsse reajustamento? E' na investigação de campo que Stephen B. Jones vê, senão a solução integral, pelo menos o meio mais certo para se chegar a uma solução satisfatória.

Logo a seguir, ao se referir à organização do mundo de após-guerra e à contribuição do geógrafo político no desígnio de uma paz duradoura entre as nações do futuro, confessa: "São muito discutidos os planos de federações mundiais, continentais ou regionais. Em qualquer discussão sôbre estados ou grupos de estados é importante saber onde se encontram os centros e as áreas periféricas e quais as formas de circulação. Que conexões, a não ser os inconsistentes laços de conveniência, unem as nações? Distinguir entre coerência e mera contiguidade é, relativametne, um puro problema geográfico. Decidir se um determinado grupo regional possue um centro, um núcleo (core) ou se, por assim dizer, êste núcleo coincide com a periféria é emprestar, da mesma forma, um tratamento geográfico à matéria. O sistema circulatório pode ser melhorado, ou, pelo menos, mudado, afim de unir novos agrupamentos políticos, Um geógrafo e um engenheiro poderiam cooperar nesta questão".

Stephen B. Jones assinala com precisão e clareza os vários casos em que o geógrafo político poderá intervir eficientemente, mas esquece-se de que várias das tarefas por êle assinaladas como pertencentes aos sociólogos estariam antes perfeitamente enquadradas nos objetivos e métodos da Geografia Humana.

Em sua segunda perspectiva trata o autor das áreas dependentes ou sejam as colônias do Eixo que se encontram ou que possam vir a ficar em poder das Nações Unidas. A êste problema estão ligadas questões de natureza vária, como sejam: o ajustamento das fronteiras coloniais às necessidades dos povos, a maior utilização da terra, o desejo ou possibilidade de imigração, mudança de condições, etc. Em tôdas as mencionadas questões poderia ser valiosa a colaboração do geógrafo de campo, uma vez que possue cada colônia suas particularidades que sòmente poderão ser investigadas e compreendidas em tôda a sua extensão quando apreendidas "in-loco".

Aliás, tendo em vista o caso particular do Brasil, país novo, onde muitos dos problemas apontados por Stephen B. Jones ainda aguardam a devida solução, a contribuïção da geografia de campo será de um inestimável valor principalmente se o trabalho de campo vier a ser persistente, sistemático e intensivo. A carência da investigação "in-loco" tem realmente constituído um sério entrave ao inteligente aproveitamento industrial e agrícola da terra e à acertada ocupação humana do solo. Apoiar, prestigiar e intensificar a geografia de campo no Brasil é se interessar superiormente pelo conhecimento da terra, do homem e de seus problemas fundamentais que, afinal de contas são os mesmos apontados por Stephen B. Jones como problemas de após-guerra, e que entre nós ainda estão em grande parte por ser resolvidos.

Na terceira e última perspectiva de Stephen B. Jones, o trabalho de campo na demarcação das fronteiras foi dividido em quatro etapas:

1 — Antes da delimitação da fronteira

2 — Durante a demarcação da mesma

3 — Durante a investigação dos incidentes de fronteira

4 — Durante o processamento das questões de arbitragem.

O autor sugere vários métodos a serem empregados na solução dos inúmeros problemas que uma demarcação de limites no período de após-guerra pode acarretar.

Em tôdas as suas considerações, Stephen B. Jones visa apenas provar que um conhecimento seguro e desapaixonado dos fatos e uma análise objetiva dos fatores sociais, políticos, psicológicos e econômicos que incidem sôbre uma área em questão requerem tempo para uma observação minuciosa, e esta observação terá de ser minudente caso queiram os governos vitoriosos estabelecer uma paz duradoura, pois, desta vez, a paz não deverá indicar os primórdios de uma outra guerra.

M.Y.L.

★

BOLETIN DEL MUSEO ARQUEOLOGICO DE COLOMBIA — Ministerio de Educacion Nacional — Ano I — número 1 — fevereiro de 1943 — Bogotá.

Êste primeiro número do Boletim chama atenção dos brasileiros para o que se vem fazendo naquele País amigo, no setor da arqueologia.

A América, poderíamos dizer, encerra tesouros arqueológicos de imenso valor. Uma pesquisa arqueológica bem orientada emprestaria aquí, uma inestimável contribuïção a Antropologia. Elucidar-se-iam, dêste modo, muitos problemas relacionados com as populações nativas, esclarecendo, implicitamente, aspectos gerais de nossa evolução social e política.

A existência de um Museu Arqueológico na Colômbia, subordinado ao Ministério da Educação Nacional, evidencia a compreensão que se tem por lá, dêste tema.

O presente *Boletim* ventila interessantes assuntos: *Momias de Chiscas* (Boyaca); *Una Técnica en la Decoracion de Ceramicas; Reparticion Geografica en Colombia; Collares de Madera y Resina; Museus Arqueológicos en Colombia.*

E' uma publicação útil aos geógrafos e etnógrafos brasileiros.

★

MENSÁRIO ACREANO DE ESTATÍSTICA — Departamento de Geografia e Estatística — Território do Acre, 1943.

A batalha da borracha, de que é hoje cenário o vale amazônico abrindo novos caminhos a riqueza econômica de uma das mais extensas e inexploradas regiões do mundo, impõe à Estatística uma função correlata de primeiro plano: a de informar os responsáveis pelo grande empreendimento das características do meio geográfico e das condições de vida do elemento humano. Já de sí, o Recenseamento Geral de 1940 ofereceu valiosa contribuïção ao esfôrço gigantesco ora levado a efeito em favor da recuperação econômica de um dos nossos mais importantes produtos de exportação. E aos departamentos regionais de estatística não menor tem sido a soma de encargos atribuídos, nêsse como em outros setores, relativamente ao esfôrço de guerra e á defesa nacional, de cuja execução, aquí e alhures, se dão provas as mais animadoras.

Como parte das comemorações do "Dia do Estatístico", veio a lume, editado pelo Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre, o *Mensário Acreano de Estatística,* publicação que se propõe a :"apresentar, em forma clara e accessível ao público, as diversas fases das operações estatísticas e geográficas desenvolvidas no Território". Dá-nos o aludido trabalho, dentre outras, notícias pormenorizadas das atividades do D.G.E., através das suas diversas secções.

Compulsando os dados relativos às sedes municipais e distritais, sua localização e população; às zonas fisiográficas descriminadas por municípios, indicando a superfície e a densidade demográfica respectiva; ao aspecto cultural, pela comparação das matrículas escolares verificadas no decênio 1933/42; à distribuïcão do Território pelas bacias hidrográficas tributárias da do rio Amazonas, além de outras indicações de importância para o conhecimento da situação social e econômica daquela Unidade Federada, pode-se fàcilmente aquilatar do interêsse com que o *Mensário Acreano de Estatística* será recebido, de agora por diante, por quantos voltam hoje o pensamento e a ação para o vale amazônico, nesta era de renovação e utilização de suas riquezas.

J.D.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Sôbre mapas

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — *Cartograma da Densidade Demográfica do Brasil, segundo a divisão municipal e os resultados do Recenseamento Geral de* 1940 — (Organizado na 3.ª secção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica) — Escala (aproximada) 1:5 700 000 — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1943*

A distribuïção demográfica relaciona-se com todos os fenômenos de geografia física e constitue, por certo, a questão capital da geografia humana. Dela decorrem numerosos problemas.

Mas não é só aos estudiosos da geografia que interessa conhecer a repartição do potencial humano brasileiro, as regiões de maior concentração, os *habitats* mais rarefeitos. O homem de Estado, o militar, o comerciante, o higienista e tantos outros possuem da mesma maneira, fortes razões para desejarem saber qual a distribuïção demográfica do País.

Por isso elogiamos a iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de publicar um cartograma da densidade humana, embora baseando-se em resultados provisórios do Recenseamento de 1940. A apuração definitiva em quase nada modificará o cartograma porque êle foi elaborado de modo a dar margem, na maioria dos casos, a pequenas modificações.

Êste cartograma vem anexo à *"Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos"*, obra publicada em 1941 e de reduzidíssima tiragem. Êle assinala os municípios com a respectiva densidade. Não apresenta a divisão em distritos nem o texto da Sinopse se refere aos quadros urbano, suburbano e rural.

Antes de analisarmos o trabalho queremos deixar um elogio ao desenhista que, tão pacientemente, o elaborou.

Em todo êle poucas divergências encontrámos com os dados da Sinopse. No Estado do Maranhão o desenhista errou ao apresentar o município de *Urbano dos Santos* com a convenção de 25,01 a 50,00, pois a sua densidade é de 2,96. Também nos municípios de *Pedreiras e Penalva* houve engano. O primeiro figura com a convenção de 5,01 a 10,00 e, no entanto, tem 33,70 habitantes por quilômetro quadrado. O segundo aparece entre os municípios de 5,01 a 10,00, quando a sua população é apenas de 2,16.

No Estado da Baía verificámos outro êrro. E' no município de *Mutuipe*, que tem 43,99 de densidade e foi desenhado com a convenção de 5,01 a 10,00.

Outra divergência deparámos no Estado do Paraná. Mas aí o êrro foi da Sinopse, que indica o município de *Jaguariaiva* com 2 878 km², 18 130 habitantes para a população absoluta e 63,00 para a unidade de superfície. O desenhista considerou no cartograma o valor verdadeiro.

Na primeira parte da Sinopse estão os resultados dos cinco recenseamentos brasileiros em cada unidade da Federação, bem como a percentagem do aumento em 50 anos (1890-1940). E' curioso verificar que o Espírito Santo se colocou em primeiro lugar, com o índice de 462,8 %. Os quatro Estados seguintes em ordem decrescente foram: São Paulo, com 427,5%; Paraná, com 406.5%; Rio Grande do Sul, com 278,0%; e Santa Catarina, com 321,9%.

Sergipe é a unidade onde a população menos aumentou no decurso dos 50 anos referidos. Sua percentagem foi apenas de 76,5%.

O Distrito Federal classificou-se em oitavo lugar, com 244,8%.

Os quadros da terceira parte da Sinopse indicam os municípios de cada Estado por ordem alfabética . Enumeram a superfície, a população absoluta, a população relativa e o número de distritos de cada município.

Com êstes dados a secção de geografia do Instituto preparou o cartograma que passamos a examinar.

Nove convenções aparecem. A correspondente à densidade mais fraca — de 0,01 a 0,50 — ocupa a maior parte dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, mas também aparece freqüentemente em Goiaz. Ainda a encontramos no Acre, Maranhão, Piauí e extremo sudoeste do Paraná.

As densidades entre 0,51 e 1,00 correspondem à maior parte do Acre e a muitos municípios de Mato Grosso e Goiaz. Surgem também no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Baía e Minas.

Municípios de 1,01 a 2,50 há no Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiaz, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Baía, Minas, Espírito Santo, Paraná e S. Paulo.

As densidades de 2,51 a 5,00 observam-se em municípios do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Minas, Espírito Santo, Goiaz, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grando Sul.

Com densidades de 5,01 a 10,00 temos municípios de tôdas as unidades, exceto o Amazonas, Mato Grosso, Alagoas, Estado do Rio e Acre.

Os valores compreendidos entre 10,01 e 25,00 são muito freqüentes em Minas, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Alagoas e Ceará, mas aparecem em todos os Estados com exceção do Amazonas e Mato Grosso.

Os valores entre 25,01 e 50,00 já são menos freqüentes. Formam grandes manchas em S. Paulo, Minas, Estado do Rio, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Só não aparecem em Goiaz, Mato Grosso, Amazonas e Acre.

As densidades entre 50,01 e 100,00 ocorrem nos Estados litorâneos, com exceção do Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraná. Aparece ainda em Minas Gerais.

Mais de 100,00 habitantes por quilômetro quadrado existem em municípios do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Estado do Rio, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas e, ainda, no Distrito Federal.

---

* *O Boletim n.º 3 inseriu interessante registo, em que o sr. Tomaz Pompeu Sobrinho, do Diretório do C.N.G., no Ceará, destacou a excelente contribuïção que o cartograma representa, para o estudo dos nossos problemas políticos, econômicos e estratégicos.*

Em cuidadoso e analítico trabalho, o Professor Carlos Marie Cantão, das Escolas Técnicas da Prefeitura do Distrito Federal e da Faculdade Católica de Filosofia, estuda, no comentário que publicamos agora, quanto revela o cartograma sôbre a distribuïção do potencial humano brasileiro, o crescimento das populações nos últimos decênios, fazendo ressaltar as regiões de concentração e as de rarefação demográfica do país.

Como idéia de conjunto, verificamos que o povoamento menos rarefeito continua dentro de uma faixa bastante reduzida, paralela ao mar. Apenas em S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Nordeste Oriental êle penetra um pouco mais. O centro do país e o oeste permanecem muito pouco habitados.

Passemos agora em revista as várias unidades da Federação. Não procuraremos explicar o povoamento, mas apenas descrever o modo pelo qual êle se distribue, pois o nosso intento é sòmente apreciar o cartograma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TERRITÓRIO DO ACRE — Os municípios de Rio Branco e Sena Madureira constituem a parte menos povoada, com densidade inferior a 0,50. Os demais municípios variam entre 0,51 e 1,00 habitante por quilômetro quadrado.

ESTADO DO AMAZONAS — Os municípios de Manaus (com 1,29), Itacoatiara, Urucurituba e Barreirinha são os menos rarefeitos, com densidade entre 1,01 e 2,50.

Em continuação a esta região estendem-se os municípios de Parintins e Manacapurú, onde a população relativa não atinge a 1 habitante por quilômetro quadrado. Corresponde-lhes a convenção de 0,51 a 1,00, que também aparece no município de Bôca do Acre.

O resto do Estado oscila entre 0,01 e 0,50.

ESTADO DO PARA' — À margem do rio Pará, na costa do Salgado e proximidades situam-se os municípios mais populosos. Só um excede a 50,01 por quilômetro quadrado: é o de Belém (com 71,13). Outro — o de Marapanim — tem mais de 25,01.

Os de Cametá, Abaeté, São Caetano de Odivelas, Vigia, Curuçá, Maracanã, Salinas, Capanema, Bragança, Igarapé Assú e Santa Isabel ficam entre 10,01 e 25,00.

São Miguel de Guamá, Castanhal, Igarapé Miri e Mocajuba trazem a convenção de 5,01 a 10,00.

A ilha de Marajó apresenta municípios de 2,51 a 5,00 (Breves, Muaná, Cachoeira e Soure) e municípios de 1,01 a 2,50 (Afuá, Chaves, Anajaz, Ponta de Pedras e Curralinho).

Também entre 1,01 e 2,50 encontramos: Viseu, Ourém, Irituia, Acará, Gurupá, Santarém e Jurutí.

Quatro outros municipios têm de 0,51 a 1,00: Macapá, Alenquer, Mojú e São Domingos do Capim.

Os municípios restantes variam entre 0,01 e 0,50.

ESTADO DO MARANHÃO — Na ilha de São Luiz aparece a convenção de 50,01 a 100,00, pois a sua densidade é de 96,38.

O segundo município quanto à população relativa é o de Pedreiras, onde deveria figurar a convenção de 25,01 a 50,00.

Uma faixa em tôrno ao golfão tem de 10,01 a 25,00 habitantes por quilômetro quadrado. Formam-na os municípios de Guimarães, Bequimão, Macapá, São Bento, São Vicente Férrer, Viana, Arari, Itapecurú, Rosário e Anajatuba.

Densidade idêntica existe em Araioses e Buriti, à margem do rio Parnaíba.

Entre os municípios mais populosos do golfão e o grande rio que limita o Estado a leste alongam-se municípios de 5,01 a 10,00: — Axixá, Vargem Grande, Chapadinha, Brejo, Monte Alegre, Codó, Caxias, Flores, São José dos Matões, Burití Bravo, Picos, Passagem Franca, Pastos Bons e São João dos Patos.

Mas não é só aí que se encontram as densidades entre 5,01 e 10,00. Aparecem formando "ilhas" em Cururupú, Pinheiro, Alcântara, Bacabal. São Luiz Gonzaga, São Bernardo e Tutóia.

As densidades entre 2,51 e 5,00 acham-se nos municípios de Nova Iorque, Barra do Grajaú, São Francisco, Coelho Neto, Santa Quitéria, Barreirinhas, Humberto de Campos, Urbano dos Santos, Morros, Icatú Coroatá, Baixo Mearim, Cajapió e Carolina.

À medida que avançamos para oeste e para o sul vemos as densidades diminuirem. Grajaú, Barra do Corda, Mirador, Benedito Leite, Loreto, Riachão, Pôrto Franco, Penalva, Santa Helena e Turiassú têm de 1,01 a 2,50; Vitória do Alto Parnaíba, Santo Antônio de Balsas, São Pedro e Imperatriz, de 0,51 a 1,00; Caratupera e Monção, de 0,01 a 0,50.

ESTADO DO PIAUÍ — No município de Teresina vemos a convenção de 25,01 a 50,00 (êle tem exatamente 25,54 habitantes por quilômetro quadrado).

De modo geral, ao longo do Parnaíba, de Amarante para baixo, ficam os municípios de maior concentração humana. União, Pôrto Alegre, Parnaíba, Luiz Correia, bem como os municípios de Barras, Boa Esperança e Periperí, atingem a mais de 10 habitantes por quilômetro quadrado (convenção de 10,01 a 25,00). Os de Amarante, Belém, Miguel Alves, João Pessoa, Burití dos Lopes, Batalha, Campo Maior, José de Freitas, Altos, São Benedito, São Pedro, Regeneração e, ainda, os de Pedro II, Picos e Socorro ficam entre 5,01 e 10,00.

A densidade, em conjunto diminue, na parte norte do Estado, de oeste para leste. As exceções são os municípios de Picos e Socorro.

Ao contrário, na parte sul, a população diminue de leste para oeste. Atinge ao mínimo em Santa Filomena e Ribeiro Gonçalves, que são municípios banhados pelo Parnaíba. Corresponde-lhes a convenção de 0,01 a 0,50.

Gilbués, Bom Jesús e Parnaguá teem de 0,51 a 1,00.

Os municípios de Pôrto Seguro, Floriano, Oeiras, Simplício Mendes, Jaicós, Valença, Patrocínio, Alto Longá — entre 2,51 e 5,00 — marcam a passagem da região mais populosa, da parte norte, para a menos densa do Estado. Piracuruca apresenta a mesma convenção.

Os outros municípios oscilam entre 1,01 e 2,50.

ESTADO DO CEARA' — Há dois municípios de mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado: Fortaleza (com 506,23) e Juazeiro (com 222,72).

Em tôrno do segundo estendem-se municípios cuja densidade varia entre 25,01 e 50,00: Crato, Barbalha, Missão Velha, São Pedro e Brejo Santo. Valores idênticos ocorrem ao sul do primeiro, em Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Pacotí e Baturité.

O resto do Estado pode, de modo geral, ser dividido em três faixas :

— a dos municípios próximos ao mar, onde a densidade varia entre 10,01 e 25,00 (Camocim, Acaraú, Itapipoca, São Gonçalo, Soure, Cascavel, Aracati, União, Guaraní, Aracoiaba, Santana, Viçosa, Tianguá, Palma, Sobral, Cariré, Pentecoste, Ibiapina, Campo Grande, Ipú, Nova Russas);

— a do centro, entre 5,01 e 10,00 (Russas, Limoeiro, Pereiro, Jaguaribe, Frade, Morada Nova, Quixadá, Quixeramobim, Cachoeira, Canindé, Boa Viagem, Tamboril, Crateús, Ipueiras);

— e a do sul, cuja parte oriental apresenta densidade entre 10,01 e 25,00 (Icó, Baixio, Aurora, Milagres, Mauriti, Jardim, Lavras, Cedro, Iguatú, Afonso Pena, São Mateus, Assaré, Quixará, Várzea Alegre, Santanópolis e Araripe) e cuja parte ocidental é formada por municípios de 2,51 a 5,00 (Campos Sales, Saboeiro, Tauá, Independência).

Entre os municípios da primeira e segunda faixas observam-se "ilhas" de 25,01 a 50,00 (Massapê, Uruburetama, Ubajara, São Benedito, Santa Cruz), de 50,01 a 100,00 (São Francisco) e de 2,51 a 5,00 (Santa Quitéria).

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — A densidade máxima é no município de Natal (179,36).

Ceará Mirim, Paparí, Arês, Goianinha, São José do Mipibú, Santo Antônio, Nova Cruz, Pedro Velho, que lhe ficam próximos, têm de 25,01 50,00.

A parte central do Estado, formada pelos municípios de Taipú, São Gonçalo, Macaíba, Santa Cruz, São Tomé, Angicos Santana do Matos, Currais Novos, Acarí, Flores, Parelhas, Caicó e Jardim do Seridó, vai de 10,01 a 25,00. As mesmas densidades reaparecem no ângulo constituído pelas divisas com a Parnaíba e o Ceará, isto é, nos municípios de Patú, Alexandria, Luiz Gomes, Pau de Ferros e Portalegre. Ainda encontramos a mesma convenção em Canguaretama e Areia Branca.

Os demais municípios, ou sejam o norte e a maior parte do oeste do Estado, têm de 5,01 a 10,00.

ESTADO DA PARAÍBA — A população distribue-se segundo zonas que se estendem longitudinalmente. A de mais forte densidade fica junto ao oceano, constituída exclusivamente pelo município de João Pessoa (117,91 habitantes por quilômetro quadrado).

Segue-se a faixa de 25,01 a 50,00 (municípios de Santa Rita, Mamanguape, Espírito Santo e Pilar).

Vem, em seguida, a zona de maior concentração após o município da capital. Tem de 50,01 a 100 habitantes por quilômetro quadrado (Caiçara, Guarabira, Sapé, Alagoa Grande, Itabaiana, Laranjeiras, Areia, Serraria, Bananeiras).

A densidade decai nos municípios de Araruna, Esperança, Campina Grande, Umbuzeiro e Ingá, onde volta a ser de 25,01 a 50,00.

Sucede a zona menos povoada (municípios de Juazeiro, Cabaceiras, São João do Cariri), com 5,01 a 10,00 habitantes por quilômetro quadrado.

O resto do Estado, excetuando os municípios de Cajazeiras e Conceição, tem de 10,01 a 25,00. Em Cajazeiras a população relativa fica compreendida entre 25,01 e 50,00; em Conceição, entre 5,01 e 10,00.

ESTADO DE PERNAMBUCO — O povoamento aumenta, de maneira geral, de sul para norte e de oeste para leste, de modo que a parte mais concentrada é a que fica próximo ao mar. Uma primeira mancha de mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado ocupa os municípios de Recife (2275,66), Olinda, Jaboatão, Moreno, Vitória, Paulista. Mais adiante ficam: Carpina, Aliança, Vicência e Timbaúba também com densidade superior a 100.

Outra pequena mancha de mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado é constituída pelos municípios de Bezerros e São Joaquim.

Com esta mesma densidade encontram-se ainda: Correntes, Lagoa dos Gatos, Queimadas e Bom Jardim.

Torna-se curioso insistir na densidade do município de Recife; com seus 2 275,66 habitantes por quilômetro quadrado representa a mais forte concentração humana do Brasil, superior mesmo à do Distrito Federal que é de 1 526,62.

Os demais municípios da parte leste do Estado também possuem uma boa densidade. Têm de 50,01 a 100,00: Barreiros: Ipojuca, Cabo, Escada, Palmares, Bonito, Gravatá, Glória do Goitá, Paudalho, Goiana, Nazaré, São Lourenço, També, Macapá, João Alfredo, Surubim, Vertentes, Caruarú, Bebedouro, Altinho, Panelas, Jurema, Quipapá, Canhotinho, Garanhuns, Bom Conselho. A mesma convenção corresponde ao município de Triunfo, que fica mais para oeste.

Ainda na parte oriental do Estado encontramos a convenção de 25,01 a 50,00 — nos municípios de Igarassú, Limoeiro, Amaragí, Ribeirão, Sirinhaém, Rio Foromoso, Gameleira, Água Preta, Maraial, Catende, São Caetano, Pesqueira, Angelim. A mesma convenção ocorre no município de São José do Egito.

As densidades de 10.01 a 25,00 correspondem aos municípios de: Taquaritinga, Madre de Deus, Flores, São Bento, Rio Branco, Buíque, Pedra, Águas Belas, Afogados da Ingazeira, Serra Talhada, Exú.

Ao longo da divisa com a Paraíba aparecem municípios com 5,01 a 10,00 habitantes por quilômetro quadrado. São: Alagoa de Baixo, Custódia, Belmonte, Salgueiro, Serrinha, Bodocó e São Gonçalo. A mesma convenção existe no município de Itaparica.

Uma faixa de 2,51 a 5,00 atravessa o sertão transversalmente, constituída pelos municípios de Moxotó, Floresta, Belém, Cabrobó, Leopoldina e Ouricurí.

Finalmente, Petrolina e Boa Vista são os municípios menos densos, entre 1,01 e 2,50 habitantes por unidade de superfície.

ESTADO DE ALAGOAS — Há dois municípios com mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado: Maceió (203,47) e Viçosa(110,58).

Entre os dois verificamos a existência de municípios entre 50,01 e 100,00: Rio Largo, Murici, Ataláia, Capela, São José da Laje, União e Quebrangulo.

Para o sul e para o norte estendem-se faixas de 25,01 a 50,00, que são acompanhadas pelos municípios litorâneos sertanejos de Traipú, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Mata Grande e Água Branca, onde as densidades vão de 10,01 a 25,00.

O município de Floriano Peixoto é o menos populoso do Estado. Tem 3,43 habitantes por quilômetro quadrado.

ESTADO DE SERGIPE — Aracajú é o município mais populoso (226,94 habitantes por quilômetro quadrado). Há ainda outro com mais de 100,00: Riachuelo.

De norte a sul, uma faixa bastante densa atravessa o Estado. Os municípios de Propriá, Muribeca, Capela, Carmo, Rosário, Boquim contam de 50,01 a 100,00. Os de Canhoba, Jaboatão, Japaratuba, Santo Amaro, Itaporanga, Salgado, Arauá, Espírito Santo, Cristina, Riachão, Campos, Ribeirópolis, São Paulo, de 10,01 a 25,00. Os de Cedro, Neópolis, São Francisco, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores, Sirirí, Divina Pastora, Campo do Brito, Anápolis, São Cristóvão, Estância, Santa Luzia, Itabaianinha, de 25,01 a 50,00.

Os municípios de Nossa Senhora da Glória e Guararú aparecem com a convenção de 5,01 a 10,00.

O de Pôrto da Fôlha tem apenas 3,19 habitantes por quilômetro quadrado.

ESTADO DA BAÍA — A maior concentração humana verifica-se no Recôncavo e adjacências. Félix é o município mais povoado, com 340,14 habitantes por unidade. Três outros excedem a 100 habitantes por quilômetro quadrado: Salvador (289,62), Afonso Pena e Cruz das Almas.

As densidades entre 50,01 e 100,00 aparecem nos municípios de Santo Amaro, Coração de Maria, São Gonçalo, Conceição da Feira, Muritiba, Cachoeira, Maragogipe, São Filipe, Nazaré, Santo Antônio de Jesús e, um pouco mais ao sul, em Amargosa e Areia.

Ainda uma boa densidade — entre 25,01 e 50,00 — achamos em São Francisco, São Sebastião, Pojuca, Catú, Irará, Feira de Santana, San-

to Estêvão, Itaparica, Jaguaripe, São Miguel, Mutuipe, Itaquara, Itapira, Rio Novo e Ilhéus.

Em tôrno às zonas de maior concentração já citadas ficam os municípios que têm de 10,01 a 25,00. São: Camassarí, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde, Rio Real, Inhambuque, Alagoinhas, Soure, Cipó, Pombal, Cícero Dantas, Paripiranga, Serrinha, Conceição do Coité, que se distribuem até a divisa sergipana; e Castro Alves, Aratuípe, Laje, Brejões, Jaguaquara, Jequié, Valença, Cairú, Taperoá, Nilo Peçanha, Santarém, Camamú, Maraú, Itacaré, Itirussú e Santa Inez, que se estendem em direção ao sul.

As mesmas densidades encontram-se formando "ilhas" em meio de regiões menos populosas. São: Itabuna, Itambé, Poções, Livramento, Anchieta, Palmeiras, Capivarí, Monte Alegre, Djalma Dutra, Mundo Novo e Bonfim.

À medida que nos desviamos para oeste e para o sul decresce a população. Os municípios menos populosos ficam na divisa com o Piauí e Minas Gerais: Pilão Arcado, Rio Preto, Carinhanha, com 0,51 a 1,00.

Além do São Francisco e às suas margens o povoamento mantém-se escasso: 1,01 a 2,50. Estas densidades correspondem aos municípios de Correntina, Barreiras, Cotegipe, Barra, Bom Jesús da Lapa, Monte Alto, Chique-Chique, Curuçá, Glória, Geremoabo.

A mesma convenção aparece nos municípios litorâneos de Pôrto Seguro e Mucurí.

Há no centro do Estado uma grande mancha descontínua correspondente às densidades de 2,51 a 5,00. Compreendem os Estados de: Rio Branco, Oliveira dos Brejinhos, Brotas, Seabra, Santo Inácio, Morro do Chapéu, Irecê, Maracás, Andaraí, Saúde, Campo Foromoso, Queimadas, Santa Luzia, Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Uauá, Euclides da Cunha. E as mesmas densidades achamos em Santa Maria, Santana, Angical, Santa Cruz Cabrália, Prado, Alcobaça e Caravelas.

Todos os demais municípios ainda não citados têm de 5.01 a 10,00 habitantes por quilômetro quadrado.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — A população cresce do norte para o sul. Atinge ao máximo em Vitória, com 144,37 habitantes por quilômetro quadrado. Nos dois municípios vizinhos — Espírito Santo e Cariacica, a densidade fica compreendida entre 50,01 e 100,00.

O município menos povoado é o de Conceição da Barra (1,61). Seguem-se: São Mateus (4,56) e Colatina (6,72).

Os municípios da parte central do Estado oscilam 10,01 e 25,00 (Baixo Guandú, Itaguassú, Santa Teresa, Pau Gigante, Santa Cruz, Afonso Cláudio, Cachoeiro de Santa Leopoldina, Serra, Domingos Martins, Rio Pardo, Viana, Guaraparí, Anchieta, Alfredo Chaves, Itapemirim).

As densidades de 25,01 a 50,00 aparecem em Fundão e na parte sul do Estado (Muniz Freire, Siqueira Campos, São José do Calçado, João Pessoa, Alegre, Castelo, São João do Muquí, Cachoeiro do Itapemirim, Rio Novo e Iconha).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Os municípios de Niterói, São Gonçalo e Nova Iguassú têm mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado. Niterói, com seus 1 937, 76 habitantes por quilômetro quadrado, é, quanto à população relativa, o segundo município do Brasil.

No extremo norte do Estado ficam os municípios de 50,01 a 100,00: Itaperuna, Miracema, Bom Jesús do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Itaocara.

A mesma convenção aparece em Saquarema, Maricá, Barra do Piraí, Petrópolis e Entre Rios.

Os municípios de Santa Maria Madalena, Macaé, Casimiro de Abreu, Capivarí, Cachoeiras, Cabo Frio, Santa Teresa, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paratí, Rio Claro, Barra Mansa e Resende oscilam entre 10,01 e 25,00.

Os demais municípios fluminenses variam entre 25,01 e 50,00.

DISTRITO FEDERAL — Aparece com a convenção de mais de 100,00. Sua densidade é de 1 526,62, sobrepujada apenas pelas dos municípios de Recife e Niterói.

ESTADO DE MINAS GERAIS — Faixas de densidade decrescente sucedem-se, de modo geral, do nordeste para o noroeste.

A Zona da Mata constitue uma grande mancha de 25,01 a 50,00 habitantes por quilômetro quadrado, tendo no seu interior vários municípios com 50,01 a 100,00.

Na fronteira com São Paulo aparece outra mancha menor de 25,01 a 50,00, encerrando também municípios de 50,01 a 100,00 habitantes por unidade de superfície.

Unindo as duas regiões citadas e estendendo-se para o interior encontram-se os municípios de 10,01 a 25,00.

Estas mesmas densidades tornam a aparecer em municípios ilhados no meio das faixas de menor população relativa.

Seguem-se, de maneira geral, as regiões de 5,01 a 10,00; de 2,51 a 10,00; de 1,01 a 2,50; e de 0,51 a 1,00.

Os municípios menos populosos são os de São Romão e João Pinheiro, o primeiro no ângulo formado pelas divisas com a Baía e Goiaz e o segundo no sul dêste, entre os municípios de Paracatú e Pirapora.

Têm de 1.01 a 2.50: Paracatú, Pirapora, Buenópolis, Manga, Monte Azul e Campina Grande.

No grupo dos municípios de 2,51 a 5,00 incluem-se: São Francisco, Januária, Espinosa, Rio Pardo, Grão Mogol, Francisco Sá, Bocaiuva, Corinto, Tiros, Guia Lopes, Presidente Olegário, Sacramento, Frutal, Campo Formoso, Prata, Ituiutaba.

Contam de 5,01 a 10,00: Jequitinhonha, Vigia, Fortaleza, Salinas, Minas Novas, Itamarandiba, Diamantina, Curvelo, Pompeu, Abaeté, Martinho Campos, Dores do Indaiá, Luz, Ibiá, Perdizes, Patrocínio, Nova Ponte, Monte Carmelo, Coromandel, Tupaciguara, Monte Alegre, Conceição das Alagoas, Veríssimo, Brasília, Coração de Jesús, Porteirinha, Itambacurí, Carlos Chagas, Jaboticatubas, Delfinópolis, Francisco Sales.

De 10,01 a 25,00 são todos os municípios que não estiverem citados explicitamente.

Entre 25,01 e 50,00 de densidade incluem-se: Ipanema, Lajinha, Manhuassú, Manhumirim, Raul Soares, Rio Casca, Dom Silvério, Barra Longa, Jequeri, Abre Campo, Matipó, Divino, Espera Feliz, Carangola, Tombos, Glória, Erval, Viçosa, Guiricema, Miraí, Muriaé, São Manuel, Palma, Cataguazes, Astolfo Dutra, Leopoldina Recreio, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, Guaraná, Bicas, São João Nepomuceno, Guaraní, Rio Novo, Pomba, Santos Dumont, Mercês, Alto Doce, Senador Firmino, Piranga, Rio Espera, Itanhandú, Passa Quatro, Caxambú, Soledade, Silvestre Ferraz, Cristina, Maria da Fé, Cambuquira, Lambarí, Santa Catarina, Pedra Branca, Brazópolis, Paraisópolis, Cachoeira, Santa Rita do Sapucaí, Campanha, Pouso Alegre, Cambuí, Borda da Mata, Ouro Fino, Bueno Brandão, Monte Sião, Jacutinga, Andradas, Poços de Caldas, Campestre, Botelhos, Gimirim, Machado, Paraguassú, Elói Mendes, Cabo Verde, Campos Gerais, Monte Belo, Muzambinho, Guaranésia, Monte Santo, Araí, São Sebastião do Paraíso, São Tomaz de Aquino, Passos, Nepomuceno, Perdões, Pará de Minas, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Dores de Campos, Nova Lima, Santa Luzia, Rio Piracicaba, Extrema, Santa Maria do Suassuí, São João Evangelista, Lagoa Santa, Divisa Nova.

De 50,01 a 100,00 Minas possue os seguintes municípios: Guaxupé, Arceburgo, Itajuba, Varginha, Sabará, Juiz de Fora, Pirapetinga, Ubá, Rio Branco, Teixeiras e Ponte Nova.

Há dois municípios onde a população é superior a 100 habitantes por quilômetro quadrado: São Lourenço (com 128,35) e Belo Horizonte (com 211,65).

ESTADO DE SÃO PAULO — Três municípios excedem a 100 habitantes por quilômetro quadrado: São Paulo (888,50), Santos e Santo André.

A partir dêles, para nordeste e para oeste, há uma larga faixa de 25,01 a 50,00, interrompida de vez em quando por municípios de 50,01 a 100,00 e municípios de 10,01 a 25,00.

Contornando esta região e dividindo-a de norte a sul, mais ou menos pela metade, ficam os municípios de 10,01 a 25,00. Êles se dispõem, no litoral, de Santos para o norte. Chegam até as fronteiras com o Estado do Rio e Minas Gerais. Também acompanham parte da fronteira paranaense.

Os municípios de 50,01 a 100,00 são: Cruzeiro, Taubaté, Jacareí, Salto, Jundiaí, Campinas, Americana, Limeira, Pedreira, Amparo, Serra Negra, Socorro, Lindóia, Itapira, Pinhal, São José do Rio Pardo, Ribeirão Preto, Ariranha, Pindorama, Catanduva, Uchôa, Mundo Novo, Mirassol, Marília, Vera Cruz, Ourinhos, Baurú, Itapuí, Jaú, Barra Bonita, Pirambóia, Sorocaba.

Têm 25,01 a 50,00 todos os municípios cujos nomes não aparecem nesta relação.

Também são muito freqüentes os municípios de 10,01 a 25,00. São os seguintes: Bananal, Barreiro, Areias, Pinheiros, Silveiras, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Uberaba, Natividade, Redenção, Jambeiro, Santa Branca, Paraibuna, Caraguatatuba, São Sebastião, Salesópolis, Santa Isabel, Nazaré, Cabreúva, Itapecerica, Una, Campo Largo, Sarapuí, Itapetininga, Guareí, Bofete, Conchas, Angatuba, Itaí, Itaberá, Itararé, Itaporanga, Taquarí, Fartura, Pirajú, Cerqueira César, Avaré, Lençóis, Santa Bárbara do Rio Pardo, Agudos, Pederneiras, Iacanga, Boa Esperança, Brotas, Torrinha, São Pedro, Itirapina, Anápolis, Descalvado, Santa Rita, Tambaú, Casa Branca, Mogí Guassú, São Simão, Guariba, Serra Azul, Cajurú, Santo Antônio da Alegria, Altinópolis, Patrocínio do Sapucaí, Batatais, Nuporanga, Pontal, São Joaquim, Ituverava, Pedregulho, Barretos, Olímpia, Falestina, Monte Aprazível, José Bonifácio, Avanhandava, Glicério, Coroados, Aracatuba, Valparaíso, Guararapes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Regente Feijó Martinópolis, Tupã, Quatá, Paraguassú, Maracaí, Assiz, Bela Vista, Pompéia, Palmital, Salto Grande, São Pedro do Turvo.

Os municípios de 5,01 a 10,00 formam uma grande mancha no litoral sul: — Ribeira, Apiaí, Itapeva, Burí, Capão Bonito, Xiririca, Jacupiranga, Iguape, Prainha, São Miguel Arcanjo, Pilar, Piedade, Itanhaém.

Valores idênticos encontram-se ainda em: Itatinga, Rancharia, Santo Anastácio, Tanabí, Paulo de Faria, Guaira e Morro Agudo.

A zona menos populosa é a faixa que acompanha o rio Paraná. Aí ficam os municípios de Presidente Venceslau e Andradinha, com a convenção de 2,51 a 5,00 e o de Pereira Barreto, que tem apenas 2,00 habitantes por quilômetro quadrado.

Com 2,51 a 5,00 há ainda os municípios de Cananéia e Iporanga.

ESTADO DO PARANA' — Curitiba, com 109,82 habitantes por quilômetro quadrado, é o município mais populoso. Depois vem Iratí, com 27,38.

Seguem-se, em ordem decrescente, os municípios de 10,01 a 25,00. Êles formam duas regiões distintas. A primeira vai da baía de Antonina até a fronteira catarinense, formada pelos municípios de Antonina, Morretes, Piraquara, São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo, Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo, São Mateus, Mallet, Rio Azul, Rebouças, Teixeira Soares, Imbituva, Ipiranga e Ponta Grossa.

A segunda fica no ângulo formado pelos rios Itararé e Paraná: — Venceslau Braz, Tomazina, Siqueira Campos, Joaquim Távora, Carlópolis, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Bandeirantes, Cornélio Procópio.

Entre estas duas regiões estendem-se municípios cuja população relativa varia entre 5,01 e 10,00.

No oeste do Estado baixa a densidade. Tibagí, Londrina e Palmas têm de 2,51 a 5,00; Guarapuava e Clevelândia, de 1,01 a 2,50; e Foz do Iguassú, 0,38.

ESTADO DE SANTA CATARINA — Florianópolis, com 108,14 habitantes por quilômetro quadrado, constitue o município mais populoso. Segue-se o de Laguna, com 56,22.

A parte leste do Estado apresenta uma faixa descontínua com 25,01 a 50,00 habitantes por unidade de superfície. Formam-na os municípios de Joinvile, Jaraguá, Blumenau, Gaspar, Itajaí, Camboriú. Pôrto Belo, Tijucas, Biguassú, São José, Tubarão e Cresciuma.

Predominam no Estado as densidades entre 10,01 e 25,00 que aparecem em todos os municípios não citados.

As de 5,01 a 10,00 existem em Bom Retiro, Lajes, Cruzeiro, Pôrto União, Itaiópolis, São Bento e Campo Alegre.

Os municípios menos povoados são os de São Joaquim, Curitibanos e Chapecó (êste com 3,02).

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — O município mais populoso é o de Pôrto Alegre, com 644,28 habitantes por quilômetro quadrado. A partir dêle a densidade torna-se, de modo geral, mais fraca. São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias têm de 50,01 a 100,00.

Canoas, Santo Antônio, Taquara, Taquarí, Montenegro, Caí, Estrêla. Venâncio Aires, Lajeado, Arroio do Meio, Garibaldi, Forroupilha, Bento Golçalves, Flores da Cunha, Alfredo Chaves contam de 25,01 a 50,00. Mais ao sul, em Pelotas, retorna a mesma convenção.

No centro do Estado aparecem os municípios de 10,01 a 25,00. Eles também se encontram na fachada atlântica (Tôrres, Osório, Rio Grande).

A Campanha é mais rarefeita. Seus municípios vão de 5,01 a 10,00 habitantes por quilômetro quadrado. São: Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Tupaceretã, Santiago, São Luiz Gonzaga, São Francisco de Assiz, São Vicente, São Gabriel, São Sepé, Caçapava, Encruzilhada, Piratiní, Arroio Grande, Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Quaraí, Uruguaiana.

As mesmas densidades ocorrem fóra da Campanha; em Viamão, Vacaria, Lagoa Vermelha e Iraí.

Os municípios menos populosos são os de Santa Vitória do Palmar, Erval, Pinheiro Machado, Lavras, Rosário, Alegrete, Itaquí, São Borja, São José do Norte, São Francisco de Paula e Bom Jesús, que têm de 2,51 a 5,00 habitantes por quilômetro quadrado.

ESTADO DE MATO GROSSO — Os municípios mais populosos têm de 1,01 a 2,50 habitantes por quilômetro quadrado. Correspondem estas densidades a Ponta Porã, Bela Vista, Maracajú e Campo Grande. Mais ao norte há ainda os municípios de Lajeado e Livramento com a mesma convenção.

Entre êstes dois grupos de maior densidade encontram-se municípios cuja população relativa varia entre 0,51 e 1,00. São: Corumbá, Mi-

randa, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Paranaíba, Alto Araguaia, Poxoréu, Santo Antônio, Poconé, Rosário Oeste.

As menores densidades — entre 0,01 e 0,50 — correspondem aos municípios de Três Lagoas, Entre Rios, Herculânea, Pôrto Murtinho e à parte norte do Estado. O município de Cuiabá inclue-se nêste grupo (êle tem apenas 0,29 habitante por quilômetro quadrado).

ESTADO DE GOIAZ — A maior densidade é representada por valores entre 10,01 e 25,00. Corresponde aos municípios de Anápolis (15,06), Inhumas (14,85) e Goiânia (11,08).

Em tôrno desta mancha e estendendo-se até a margem do Paranaíba ficam os municípios de maior concentração depois daqueles. Corumbá, Itaberaí e Anicuns têm de 5,01 a 10,00. Jaraguá, Palmeiras, Pontalina, Pouso Alto, Bela Vista, Bonfim, Campo Formoso, Pires do Rio, Caldas Novas, Corumbaíba, Ipameri e Catalão, de 2,51 a 5,00. Junto ao rio Paranaíba a densidade volta a ser de 5,01 a 10,00, nos municípios de Goiandira, Burití Alegre e Santa Rita do Paranaíba, e também no de Morrinhos.

As densidades baixam no resto do Estado. Rio Verde, Pirenópolis, Santa Luzia, Planaltina, Formosa e, mais adiante, Posse, São Domingos, Pedro Afonso e Boa Vista oscilam entre 1,01 e 2,50. Os municípios da parte central do Estado — Pilar, Santana, Cavalcanti, Palma, Peixe, Pôrto Nacional — e ainda São Vicente, no extremo norte, e Mineiros, no extremo sudoeste, têm de 0,01 a 0,50.

Os demais municípios contam de 0,51 a 1,00 habitante por quilômetro quadrado.

★

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — *Cartograma da Divisão Municipal do Brasil* — (Organizado pela 3.ª secção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica) — Escala: 1:5 250 000 — Serviço Gráfico do I. B.G.E. — Rio de Janeiro — 1943.

O Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acaba de editar um cartograma do País com a divisão municipal estabelecida a 1.º de janeiro de 1939 para vigorar até 31 de dezembro de 1943.

Confeccionado com a observância de todos os detalhes técnicos o presente cartograma reproduz as fronteiras estaduais e os principais sistemas hidrográficos, desprezando os acidentes físicos de outra natureza. A escala utilizada foi 1:5 250 000.

Magnificamente impressa no Serviço Gráfico do I.B.G.E., a carta possue, anexa, uma lista subdividida em duas partes, intituladas, respectivamente — *Localização e Indentificação.*

"1 — *No mapa, os municípios de cada Unidade Federada estão numerados em ordem, da esquerda para a direita sucessivamente de cima para baixo.* 2 — *Para localizar no mapa um determinado município, procura-se o seu nome no índice "Localização", para assim obter-se o número correspondente no mapa.* 3 — *O nome de um determinado município do mapa, é obtido procurando-se no índice "Identificação" o número a êle correspondente no mapa".*

O novo mapa editado pelo Conselho Nacional de Geografia é de grande utilidade, interessando aos meios intelectuais e culturais, servindo de fundo de carta para qualquer estudo a respeito do Brasil.

Pelo mesmo tem uma visão perfeita da divisão administrativa do país, salientando-se naturalmente os municípios de maior extensão territorial. Como mapa progressivo interessa aos meios industriais e comerciais pela facilidade que apresenta para contrôle de zonas comerciais e de penetração econômica.

C.P.

★

INSTITUTO GEOGRÁFICO e GEOLÓGICO DE SÃO PAULO — *Carta Hipsométrica do Estado de São Paulo.* Escala de 1:1 000 000. Empresa Ipiranga, impressora — São Paulo — 1943.

A Carta Hipsométrica do Estado de São Paulo, na escala de 1:1 000 000, organizada pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado, que vem de ser publicada, é, sem favor algum, mais uma valiosa contribuïção, daquela tradicional casa de trabalho, a se incorporar à já extensa lista que constitue o seu inestimável patrimônio nos diversos setores de suas atividades.

Mais uma vez foi posta à prova a competência e proficiência do corpo técnico do atual Instituto que tão brilhantemente se desincumbiu da pesada e difícil tarefa.

Devemos portanto nos regosijar de que, o antigo casarão do rua Consolação que viu nascer a Comissão Geográfica e Geológica do Estado e sob a vigilância de Derby ensaiou os seus primeiros passos, tenha assim a sua história prolongada através do tempo pela prolificação e frutificação das sementes lançadas em solo fértil, quer por seu antigo guia, quer pelos seus auxiliares e companheiros, todos êles individualidades marcantes, da envergadura de Teodoro Sampaio, Gonzaga de Campos, Francisco de Paula Silveira, Hussak, Florence etc.

A Carta Hipsométrica do Estado de São Paulo, recem publicada, sendo um dos frutos das constantes e cuidadosas observações de campo seguidas das indispensáveis retificações e correções de gabinete, está fadada a prestar inestimáveis serviços, já pela meticulosidade da sua confecção, já pela farta messe de dados nela contidos, tanto quanto pela fidelidade e clareza das informações sucetíveis de se obter em um simples golpe de vista.

Ao primeiro exame, é interessante se notar como ressaltam, desde logo, as características fisiográficas do Estado, isto é, a baixa da costeira da parte sudeste; o primeiro degrau para o planalto de Piratininga em que se acha a Capital; a depressão intermediária correspondendo à faixa dos sedimentos paleozóicos (permo-carboníferos), seguida da elevação, composta dos sedimentos mesozóicos em vários pontos alterados pelo diastrofismo rético e que, vai suavemente descaindo para o oeste, destarte determinando o plano inclinado sôbre o qual correm tôdas as águas qué constituem a grande maioria do sistema hidrográfico do Estado cuja totalidade forma a contribuïção que é despejada no Paraná.

Mais ainda, fácil se torna ao interessado localizar, á primeira vista, as possíveis fontes de energia hidráulica, dados que são os múltiplos cursos dágua e as correspondentes altitudes.

Eis em ligeiro comentário de poucas palavras o que se poderia resumir sôbre uma primeira impressão a respeito da carta em aprêço.

Antes de terminar devemos aduzir algo sôbre a execução material a cargo da Imprensa Ipiranga, sobejamente conhecida e cuja atenção e cuidado dispensados aos trabalhos dêsse gênero, não foram ainda desta vez desmentidos.

A.L.*

* As iniciais acima correspondem ao prénome e ao nome do sr. Axel Löfgren, abalizado técnico da Divisão de Geologia e Mineralogia do Dep. Nac. de Prod. Mineral, que inicia dêsse modo, a sua valiosa colaboração nêste *Boletim.*

MAPA RODOVIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS — (1:500 000) Secção Técnica da Diretoria de Viação e Obras Públicas — Maceió — 1943.

Meritório trabalho cartográfico acaba de ser executado pela Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado de Alagoas.

Trata-se da organização do Mapa rodoviário do Estado, na escala de 1:500 000, no qual além do registo de tôdas as cidades, vilas, povoados e centros agrícolas locais, como sejam as usinas, engenhos e fazendas, constam as distâncias respectivas, entre uns e outros centros populacionais, tomadas em velocímetros. As estradas estão indicadas segundo suas classes (de 1.ª e de 2.ª) constando também as vias carroçáveis e os caminhos, bem como as vias que se encontram em construção ou projetadas.

As ferrovias e os rios, perenes ou não, estão bem indicados, encontrando-se igualmente assinalados os limites entre os municípios.

C.P.

★

AS PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS NA PRÁTICA — por J. H. Cole. Folheto N.º 45 — Giza: Levantamento no Egito, 1942.

Êste interessantíssimo e útil folheto, de autoria do Chefe da Secção Geodésica do levantamento do Egito, é um valioso complemento do conhecido trabalho do Sr. J. I. Craig, "Teoria das Projeções Cartográficas" (Folheto n.º 13 do Departamento de Levantamentos), publicado em 1910.

O Sr. Cole é um discípulo que teve boa acolhida na escola do Coronel Sir Charles Arden-Close, o qual sempre sustentou que se deve traçar a linha na base de — 1. Uma simples solução aproximativa, obtida segundo princípios elementares, e que produz fórmulas muito próximas da verdadeira, dá, na opinião do autor, "uma idéia melhor do que a projeção é realmente, do que a solução rigorosamente analítica de equações derivadas de funções complexas". Pelo confronto de tais soluções com as obtidas por Craig, êle estabelece o seu ponto de vista; veja-se, por exemplo, como êle se refere, nas páginas 21 a 23, às projeções transversais de Mercator. Começa êle por uma única hipótese simplificadora, acha depois um resultado muito aproximado do de Craig, e por fim nos aconselha a usar este último. Suas fórmulas são adaptadas ao cálculo. O autor apresenta exemplos com a qüantidade necessária de algarismos significativos, em alguns casos logarítmos de 9 decimais.

Além de dar uma descrição muito clara do processo de levantamento do Egito, o Sr. Cole faz algumas observações interessantes. Diz êle: Qualquer país abrangendo 8 graus de latitude usaria normalmente a projeção transversal de Mercator, ao invés da cônica. Uma região que "fosse julgada conveniente para se representar em projeção estereográfica" pode ser cartografada igualmente bem em qualquer dos dois sistemas já citados, o que, na verdade, deixa o campo livre ao de Mercator. E como a teoria dêste último é derivada diretamente do esferóide e não de uma representação preliminar do esferóide sôbre a esfera o Sr. Cole reduziu o assunto a têrmos relativamente simples. Resta porém, sabermos como isto se pode harmonizar com a teoria de Laborde, com a sua constante de integração e correção de escala.

Por fim, o Sr. Cole estuda a organização de um mapa em escala reduzida, originado de grande número de fôlhas de levantamento: "E' muito mais fácil desenhar-se em detalhe se uma das dimensões estiver na verdadeira escala". Êle estabelece as três projeções que são exatas em uma direção e apresentam distorção mínima em outra, e considera que a escôlha depende da configuração do país. Mas, desde que apenas uma das três tem o meridiano em ângulo reto com os paralelos, o que é igualmente importante no desenho, o argumento do autor parece realmente indicar uma projeção cônica simples, com dois paralelos padrões (p.ex., a Terceira de Murdoch, que tem outros méritos próprios) como a melhor para uma grande fôlha combinada; Isso é animador para o calculista do British Council Map, que foi criticado por não empregar a projeção ortomórfica.

O Sr. Cole finaliza com uma coleção de tabelas para o Cálculo de Clarke, de 1880 e o denominado Cálculo Internacional (Madrid 1924), reconhecendo, com muita satisfação, "a liberalidade com que foram empregadas essas tabelas na Série n.º 4 da Real Sociedade Geográfica". No seu prefácio êle assegura modestamente que é provável não haver nada de novo em seu estudo. De fato, porém, é muito fora do comum encontrar-se uma exposição tão clara e judiciosa de tão complicado assunto, e por isso ela será extraordinàriamente útil.

(Comentário de A. R. H. inserto em "The Royal Geographical Society" Londres, traduzido por Édson Guerra Dias).

★

AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY — *Mapa da América Espanhola* — Escala: 1:1 000 000 *Mapa das Américas* — Escala: 1:5 000 000 New York.

No Departamento de Pesquisas Hispano-Americana da American Geographical Soc. foram preparadas três novas folhas do Mapa da América Espanhola, na escala de 1:1 000 000 (Cali, Boca do Orinoco, Havana). Para completar o total das 107 folhas projetadas restam apenas três, a preparar. Por solicitação do Departamento da Guerra, porém, a Sociedade está evitando a distribuição pública das fôlhas terminadas desde o ataque a Pearl Harbor. Durante o ano, reimprimiram-se oito folhas, com revisões de menor importância. A pedido do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos, a Sociedade se comprometeu a patrocinar o preparo de um índice de todos os nomes que figuram no mapa. Êsse índice, no qual os nomes serão localizados por quadrículas de ½° e disposto alfabèticamente segundo os países, será publicado pelo Govêrno.

As três fôlhas do projetado "Mapa das Américas, 1:5 000 000", abrangendo a América Latina, preparadas pela Sociedade a pedido do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos, foram publicadas na primavera. Durante o verão, a Sociedade preparou também uma série de mapas de contornos das Américas, baseados no "Mapa das Américas, 1:5 000 000", porém em escalas menores.

A Sociedade preparou também, para o Departamento de Estado, um relatório sôbre a situação do trabalho de levantamento ao longo da fronteira protocolar entre o Equador e o Perú, um mapa (1:500 000) de uma grande área do sul do Eqüador e do norte d Perú, e um memorandum sugerindo métodos de proceder a levantamentos de reconhecimento, por meio da fotografia aérea na zona fronteiriça.

Em 7 de fevereiro, durante o dia todo, realizou-se no edifício da Sociedade uma conferência, patrocinada conjuntamente pelo Conselho Americano de Sociedades Científicas (American Council of Learned Societies) e a American Geographical Society. Nele discutiram-se os planos de um compreensivo "Atlas das Américas", que

a Sociedade tenciona preparar. O empreendimento é concebido como um grande projeto de pesquisas, a ser executado durante muitos anos.

Da "Geographical Review", American Geographical Soc., N.Y., Abril de 1943. Traduzido por Edison G. Dias.

★

GEOLOGICAL SOCIETY OF AMERICA — *Mapa Geológico da América do Sul,* 1:5 000 000 — New York, 1943.

A Sociedade Geológica da América (Geological Society of America), com a colaboração de outras instituïções, entre as quais a American Geographical Society, empreendeu a organização de um mapa geológico da América do Sul, na escala de 1:5 000 000.

O projeto, que requer pelo menos um ano para sua execução, foi originado principalmente, por discusões na American Geographical Society com relação ao plano de um "Atlas das Américas" do qual fará parte o mapa, que será também publicado separadamente pela Geological Society of America. O "Mapa das Américas, 1:5 000 000", será utilizado como base. A compilação será feita sob a responsabilidade imediata do Sr. George W. Stone, do U. S. Geological Survey (Levantamento Geológico dos EE. UU.).

Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Contribuïção

bibliográfica especializada

Achegas para uma bibliografia sôbre inscrições rupestres

I

AGASSIZ, L. — *Scientific results of a Journey in Brazil* — 1865.

ALBUQUERQUE, Odorico Rodrigues de — *Reconhecimentos Geológicos no Vale do Amazonas*. Boletim n.º 3 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Rio de Janeiro, 1922.

ALCAEDE DEL RIO, D. Hermílio — *Las pinturas e grabados de las cavernas Pre-históricas de la Provincia de Santander (Altamira-Cavalanas-Hornos de* 1.ª *Peña Castello)* In Portugalia — tomo II, fasc. 2, Lisboa — Portugal.

AMBROSETTI, Juan B. — *Apuntes sobre la Arqueologia de la Puna de Atacama* — La Plata, 1904.

AMBROSETTI, Juan B. — *Las Grutas Pintadas y los Petroglyphos de la Provincia de Salta*. In Bol. del Inst. Geogr. Argent. (Buenos Aires, 1895).

AMBROSETTI, *Cuatro pictografias de la región Caechaqui*. In Anales de la Sociedad cientifica argentina, LVI, 2.º semestre, pgs. 116 a 126, 1903.

AMBROSETTI, *Exploraciones arqueológicas en la ciudad prehistórica de "La Paya" (valle Calchaqui, provincia de Salta)*. In Publicación de la Facultad de filosofia y letras, sección Antropologia, número 3, 2 tomos, 1907-08.

AMBROSETTI, *apuntes sobre la arqueologia de la Puna de Atacama*. In Revista del Museo de La Plata, XII, 1904. La Plata

AMBROSETTI, *El simbolo de la serpiente en la alfareria funeraria de la región Calchaqui*. In Boletim del Instituto geográfico argentino, XVII, pgs. 219 e 230.

AMBROSETTI, *Los monumentos megaliticos del valle de Tafé. (Tucumán)*. In Boletin del Instituto geográfico argentino, XVIII, pgs. 105 a 114.

AMBROSETTI, *La antigua ciudad de Quilmes*. In Boletin del Instituto geográfico argentino, XVIII, Buenos Aires.

AMBROSETTI, *Las grutas pintadas y los petroglifos de la provincia de Salta*. In Boletim del Instituto Geográfico Argentino, XVI, Buenos Aires.

AMBROSETTI — *Notas de arqueologia calchaqui*. In Boletim del Instituto Geográfico Argentino: a) XVII, pgs. 415 a 462 e 527 a 558; b) XVIII, pgs. 351 a 366; c) XIX, pg. 46 a 77 e 193 a 228; d) XX, pg. 162 a 187 e 253 a 302. Buenos Aires.

APARÍCIO, Francisco de — *Grabados Rupestres, en el Territorio del Neuquén*. In Publicaciones del Museo Antropológico y Etnográfico de la Facultad de Filosofia y Letras, Serie A III. Buenos Aires, Imprenta de la Universidad, 1933 — 1935.

ARARIPE, V. Alencar — *Inscrições indígenas esculturas lapidares* (Lat. 123 a 137 — Doc. 2 146-2 404) Contribuïção existente na secção de documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARARIPE, Tristão — *Inscrições lapidares (Cidade petrificada) memórias*. In Vol. 50 pg. 213 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARARIPE, Tristão de Alencar — *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil*. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo V, Rio de Janeiro 1887, pg. 243.

ARARIPE, T. Alencar — *Inscrições lapidares* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará n.º 22-23 — 1908 e 1909 — Belém Pará.

BADARIOTTE, Nicolau (Padre) *Exploração no norte de Mato Grosso. Região do Alto Paraguai e planalto dos Parecis. Apontamentos de História Natural, Etnografia, Geografia e impressões*. Tip. Salesiana, São Paulo, 1898.

BALDUS, Herbert (Dr.) — *As Pinturas Rupestres de Sant'Ana da Chapada (Mato Grosso)*. In Revista de Arquivo Municipal de São Paulo, n.º XL — 1937. São Paulo.

BARÃO DE CAPANEMA — *Trabalho publicado na Revista Ensáios de Sciencia*, Rio de Janeiro, 1876.

BARÃO DE CAPANEMA (Dr. Guilherme Schuck de Capanema) *Apontamentos Geológicos*, 1868.

BARBOSA RODRIGUES, J. — *A Pacificação dos Crichanos*.

BARLAEUS, Gaspar — *Rerum per oclennium in Brasilia et alibi gastarum sub praefectura Mauriti. Nassovi Comitis, historia Amstelo dami*, 1647. Veja pgs. 217 e 218 do texto Latino. F. Cleve — 1660 — Amsterdam.

BARROSO, Gustavo — *Aquem da Atlantida*, S. Paulo, 1931.

BARROSO, Gustavo — *Inscrições primitivas no sertão do Ceará.*

BELINO-ALBANO, *Inscrições e letreiros da Cidade de Braga e algumas freguesias rurais* — Porto 1895.

BEUCHAT, H. — *Manuel de l'Archeologie Americaine*, Paris, 1918.

BOMAN, *Antiquités de la region andine de la Republique Argentine et du desert d'Atacama*, 2 tomos, Paris, 1908.

BORGES — Abb. J. L. — *Inscriptions phenicieneses. Nouvelle interpretation de la Inscription phenicienne decoriveste por Mañette dans le Seragum de Menphis Examen critique de l'Interpretation donné par le duc de Lurigenes.* Paris Prest Rowier Editeur 1856.

BORGES, Melchiades — *Inscrições Rupestres.* In Boletim do Museu Nac., Vol. 9, pg. 118.

BOULE, E. — et M. CARTALHAC — La grotte de Reilhac, Lyon, 1889, pg. 41.

BOULE, M. et VILLENEUVE, L. de — *Les grottes de Grinaldi*, I, Pl. XXIV.

BOULE, M. et VILLENEUVE, L. de — *Trabalho inserto in Arch. de l'Inst. de Paleónt, hum, Mém I.*

BOULE, M. — *Trabalho inserto in L'Anthropologie*, tme. VII, 1896, pg. 320.

BOURONCLE, Jorge Cornejo — *La Idolatria en el antiguo Perú.* In Rev. Universitaria, Organo de la Univ. del Cuzco, n.º 81 — 1941.

BOURRINET, BREUIL — Capitan et Peyrony *Trabalho inserto in Revue de l'E'cole d'Antropologie* 1908, pg. 198.

BRANDÃO, Alfredo — *Trabalho inserto.* In. Vol. I da Revista de Inst. Hist. de Alagoas.

BRANDÃO, Alfredo — *Viçosa de Alagoas.*

BRANNER, John C. — *Inscrições em Rochedos do Brasil.* — In American Naturalist: Philadelphia.

BRANNER, John C. — *Inscrições em rochedos do Brasil* — (*Tradução de — João Batista Regueira Costa.* In Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano — vol. n.º 60, Recife, 1885-1904.

BRANNER JOHN C. — *Rock Inscriptions in Brazil.* Reprinted fron. the American Naturales, dec. 1884, com figs.

BRANNER, John C. — *Inscrições em rochedos do Brasil.* In Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco, tomo XI pg. 249 — 261. Recife, ano 1904.

BREUIL, H. et SAINT-PÉRIER, R. de — *Les Poissons, Les Batraciens et les Reptiles dans l'art Quaternaire par...* In Mémoire 2, des Archives de l'Institut de Paléontologie Humaine. Paris, Masson et Cie. Editeurs, 1927.

BREUIL, Abbé H. — *Harpons aziliens peu connus, trouvés en France* Liége, 1924.

BREUIL, CAPITAN, BOURRINET et PEYRONY. — *Trabalho inserto in Revue de l'École d'Anthropologie*, 1908, pg. 198.

BREUIL, Capitan et PEYRONY. *Les Combarelles*, Paris, Masson, 1924, n.º 62, 76 e 77.

BREUIL et CARTAILHAC, *Les peintures et gravures murales des cavernes pyráneennes*, In L'Anthropologie, t. XIX 1908 pg. 15.

BREUIL, H. — *La vallée peinte des Batuecas* (*Salamanca*). In L'Anthropologie, t. XXIX, 1918-1919, pg. 1.

BREUIL, H. — Obermaier, H. et VERNER, Willoughby —. *La Pileta*, Monaco, 1915, p. 37, et pl. XIX.

BREUIL, H. — Rio, Alcalde del —, Siebra, R. P.L. — *Les cavernes de la région cantabrique*, Monaco, 1912 pg. 66.

BREUIL H. — *Trabalho inserto in L'Anthropologie*, t. XXXVI, 1926, pg. 311.

BROWN, Charles — *Indian pictures Writing.* In Jornal da Sociedade Antropologia inglesa.

BROWN, Charles — *Fifteen thouzand micles on the Amazon and its tributaires.* London, 187-8, pg. 217.

BRUCH, Carlos — *Exploraciones Arqueologicas en las Provincias de Tucuman y Catamarca* — Buenos Ayres, 1911.

BRUHL — Levy — *Les fonctions mentales dans les sociétes inférieures*, pg. 30 e 31, Paris, ano 1922.

BRUTAILS, J. A. — *Trabalho inserto in Précis d'Archéologie du Moyen Age.*

BURKITT, M. — *Trabalho inserto* In Prehistory, pl. XXV.

BURTON, Richard F. — *The Highlands of the Brazil*, tomo II, pg. 423 e seg., Londres 1869.

CANDIDO, Zeferino — *A descoberta do Brasil* — Livraria Odéon — São Paulo.

CAPITAN, BREUIL et PEYRONY. *Les Combarelles*, Paris, Masson, 1924, ns. 62, 76 e 77.

CAPITAN, BREUIL, BOURRINET et PEYRONY, *Trabalho inserto in Revue de l'École d'Anthropologie*, 1908, pg. 198.

CARTAILHAC et BREUIL, *Les peintures et gravures des cavernes pyrénéennes.* In L'Anthropologie, t. XIX, 1908, pg. 15.

CARTAILHAC, M. et E. BOULE. *La grotte de Reilhac*, Lyon, 1889, pg. 41.

CARVALHO, Alfredo de — (Dr.) *Prehistoria Sul-Americana*, Tip. do Jornal de Recife, 1910.

CARVALHO, Alfredo de — (Dr.) *Prehistoria Sul-Americana.* In Revista do Inst. Hist. Geog. e Arqueol. de Pernambuco, n.º 76.

CARVALHO, Alfredo de — (Dr.) *"Prehistoria Sul Americana".* In R. P. XIV, pg. 129-292, ano 1909.

CARVALHO, Alfredo — *Prehistoria Sul-Americana* — Recife, 1910.

CASO, Alfonso — *El Templo de Tenayuca estaba dedicado ao culto solar* — Mexico, 1935.

CASO, Alfonso — *Figurilla de Hueso de Antiguo Império Maya* — Mexico 1934.

CASTERET, Norbert v. — *Kehl Jahre interder Erde,* Leipzig, 1937.

CATHOUD, Arnaldo — *A raça da Lagoa Santa e pleistoceno Americano,* Bibl. Mineira de Cult. Belo Horizonte, 1934.

CAUMONT, M. de — *Abecedaire ou Rudiment d'Archéologie (Architecture Réligieuse),* 4.ª edição, ano 1854, pg. 96.

CAVALCANTI, Manoel Paulino — *Artigo sôbre a Pedra de Sino.* In Diario de Pernambuco.

CIPRIANI, Lidio — Prof. — *Sobre Inscripciones Rupestres de Africa.* In Revista Geografica Americana, Ano III. Vol. VI, Julio, 1936, n.º 34, pg. 61, Buenos Aires.

CHILDE, A. — *Guia das Coleções de Arqueologia Clássica do Museu Nacional do Rio de Janeiro* — Rio de Janeiro, 1919.

CHILDE, A. — *Arqueologia clássica e Americanismo. Conferência.* Arquivo de Museu Nacional, Vol. 19, pg. 127.

COLBACCHINI, Antonio — *I. Bororos Orientali "Ororimugudoge" del Matto Grosso,* Torino, 1925, pg. 31.

CONTENAU — *In La Civilisation Phenicienne.*

CORDEIRO, Luciano. *Inscrições Portuguesas. (Vesperas do Centenário da Índia).* Lisboa Imprensa Nacional, 1895, in 8.º

CORRÊA DE ALBUQUERQUE, Francisco J. (Padre). *Trabalho inserto in Revista do Inst. Histórico Arqueológico de Pernambuco,* n.º 60.

COSTA, Angione — *Migrações e Cultura Indígena* — Comp. Editora Nacional S. Paulo, 1939 — Ver pg. 83 parte sôbre as inscrições da pedra da Gávea.

COSTA, Angione — *Das inscrições lapidares de fundo indigena, especialmente das de natureza pedrográfica do ponto de vista da ideologia selvagem.* In Anais do 3.º Congresso de História Nacional, realizada em comemoração do Cent. do Instituto H.G.B., outubro, 1938.

COSTA, Angione — Indiologia — *Biblioteca Militar* vols. LXXI-LXXVII, Rio de Janeiro, 1943 — ver capítulo VIII — "As inscrições lapidares indígenas do ponto de vista da ideologia selvagem".

COSTA, Angione — *A Arte Rupestre no Brasil.* In Migrações e Cultura Indígena, Coleção Brasiliana, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Vol. 139, pg. 51.

COSTA, Angione — (Prof.) *Introdução à arqueologia Brasileira.* 2.ª Edição. Cia. Editora Nacional, 1934 e 1938 — Arqueologia Geral — Cia. Editora Nacional — 1936.

COSTA, Candido — *As duas Américas* — Lisboa, 1900.

COUNDREAU, Henri — *Voyage au Tocantins et Xingú,* pg. 119, Paris, ano 1899.

COUDREAU, Henri — *Voyage au Xingú,* pg. 149 e seg., Paris, ano 1897.

COUDREAU, Henri — *Voyage au Tapajoz,* pg. 142 e seg., Paris, ano 1897.

COUDREAU, Henri — *Voyage au Cuminá,* vide pg. 33 e seg., Paris, ano 1901.

COULONGES, Laurent — *Les Gisements Préhistoriques de Sauveterre — La-Lémance (Lot-et Garonne)* par... In Mémoire 14, des Archives de L'Institut de Paleontologie Humaine, Paris, Masson et Cie. Editeurs, 1935.

CRULS, Gastão — *A Amazônia que eu vi* — Edição da Cia. Editora Nacional, 1938.

CUNHA, Benigno José de Carvalho e — *Trabalho inserto* in Revista do Inst. H., 1845.

CUNHA MATOS — *Corografia Histórica da Provincia de Goiaz.* In R. do Inst. Histórico e Geográfico, Brasil, vol. XXXVII — 1.ª parte, pg. 327 — e seg., ano 1874.

CUNHA MATOS — *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas provincias de Minas e Goiaz.*

DALEAU, F. — *Les gravures sur rochers de la caverne de Pair — non — Pair.* In Actes de la Société Archéologique de Bordeux, 1897, cité dans L'Anthropologie, vol. IX, 1898, pg. 66.

D'ALTAVILLA, Jayme — *A prehistoria das Alagoas. Os navegadores Phenicios. Inscrições petrographicas.* In Historia da Civilização das Alagoas, 1935, Maceió.

D'ALTAVILLA, Jayme — *Historia da Civilização das Alagoas,* 1935, Maceió.

DEBENEDETTI, *Excursión arqueológica à las ruinas de Kipôn (valle Calchaqui, provincia de Salta).* In Publicación de la Facultad de filosofia y letras, sección Antropológica, número 4, 1908.

DELUGIN, A. — *Relief sur pierre aurignacien á representation humaine, découvert au ferme Pialat (Dordogne).* In Bull. Soc. Hist. et Archeol. du Périgord, 1914.

DENIS, Ferdinand — *L'Univers, Histoire et description de tous les peuples — "Brasil",* Paris, 1837, ver pgs. 279, 280 — *Rochas e inscrições hieroglyphicas.*

DERBY, Orville Adalberto — *Os povos antigos do Amazonas.* In Rev. Exp. Antropológica, Rio de Janeiro, 1882, pgs. 129-131.

DERBY, Orville — (Dr.) *Contribuições para a geologia do Baixo Amazonas.* Arch. do Museu Nacional, 1876, Rio.

DERBY, Orville — (Dr.) *Geologia da região diamantifera da provincia do Paraná* — Arq. do Museu Nacional — 1878 — Rio.

DERBY, Orville — (Dr.) — *A bacia cretácea da Baia de Todos os Santos* — Arq. do Museu Nacional, 1878.

D'EVREAUX, Ivo (Padre) — *Viagem ao norte do Brasil,* Tradução de Dr. César Augusto Marques, Rio de Janeiro, 1929 — pg. 341.

D'EVREAUX, Ivo (Padre) — *Viagem ao norte do Brasil,* Maranhão, 1874.

DIDON, L. — *L'Abril Blanchard des Roches (Dordogne)*. In Bull. Soc. Hist. et Archéol. du Périgord, 1911.

D'OLLONE, Comandant — *Escritures des peuples non Chinois de la Chine. Quatre dictionaires Lolo et Miau Tseu.* Paris, 1912, pg. 44.

E. et CH. — L. FROSSARD — *Études sur une grotte renfermant des restes humains de l'époque paléolithique,* Paris, 1880, et Materiaux, 1870, Pl. XI et pg. 215.

EHRENREICH, Paul — *Beiträge zur Völkerkun de Brasiliens,* n.º II, pg. 45 e seg., Berlim, ano 1891.

ESCHWEGE, Guilherme von (Barão) — *Geognostiches gemäl de von Brasilien,* udw.

ESTELITA JUNIOR — *As Minas de Sincorá* — Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1933.

ESFADA, G. de la — *El hombre blanco y la cruz en el Perú.* In Actas del Congreso internacional americanista, pg. 526. Bruxelles, 1879.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues — *Explicação de ambos os desenhos da Planta e do Alçado em Perspectiva (sic.) de cada Lema das Malócas dos Gentios Curutus situados no Rio Aperis,* 1787.

FERREIRA PENA, Domingos Soares — *Algumas palavras da Língua dos Aruans.* Arq. do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1881.

FORTES, José — *A sepultura da Quinta da Água Branca — Idade do Cobre* — Portugália, tomo II, fasc. 2 de pgs. 241 e 252.

FREIRE, Felisbelo — *História de Sergipe,* pg. XXXVIII, Rio, 1891.

FRIC, Vojtêch — *"Sambaqui" Forsechungen in Hafen von Antonina (Paraná).* In Globus, XCI, pg. 121 e seg. Braunschweig, ano 1907.

FROIS DE ABREU, S. — *Nota sôbre as inscrições da Serra da Onça* — In Boletim do Museu Nacional, vol. III, n.º 2.

FROIS DE ABREU, S. — *Nota sôbre as inscrições da Serra da Onça (Separata do Boletim do Museu Nacional* vol. III, n.º 2) Rio de Janeiro, 1927.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos — Trabalho inserto in Dic. Corog., Hist. e Est. de Pernambuco, vol. I, pg. 16 e seg., Rio, ano 1908.

GERMÁN AVÉ — *Lallemant-Ajuntes sôbre la Geognosia de la sierra de San Luis.* In Acta de la Academia Nacional de Ciencias Exactas existentes en la Universidad de Côrdoba, I, 108, Buenos Aires, 1875.

GLESLEBIN — *Nuevas Hopiteses sobre el Destino de las placas grabadas.*

GLESLEBIN, Héctor — *Nueva Hipótese sobre el Destino de las Placas grabadas de la Patagonia Prehistorica* — Buenos Aires 1928.

GOELDI, Emilio Augusto — *As cavernas funerárias de índios hoje extintos, no rio Cumani (Goanary) e sua cerâmica.* Pará, Estab. Graf. de C. Wiegandt, 1905.

GRAVIER — *Comunicação ao Congresso de Americanistas de Nancy.*

GUIMARÃES, Felix — *Relatório apresentado ao sr. Chefe da Secção de Mineralogia do Museu Nacional sôbre colheita de materias em S. Tomé das Letras,* sul de Minas Gerais, 1936. In Boletim do Museu Nacional, V. XIII, n.º 3-4, 1937.

GUSMÃO, Adriano de — *Acerca das siglas in Portucale,* vol. XVI, janeiro-fevereiro, 1943, n.º 91, pg. 8.

(Continua no próximo número)

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil

Retrospecto geográfico

e cartográfico

"Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro"

Índice Alfabético dos Assuntos

I

[Letras A e B]

A

ABATIMENTO DA CROSTA TERRESTRE, UM — Fasc. II, ano 1887, pág. 140.

ABROLHOS, O BANCO DE CORAL NO CANAL DOS — Barão de Tefé. Fasc. IV, ano 1887, pág. 261.

"ACADEMIA DE LETRAS" — Vol. 63.º da — Comunicações geográficas — **Dr. R. M. Costa Lima** — Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 146.

ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO BRASIL — PIAUÍ. — **Dr. Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 99.

ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO BRASIL — PARÁ. — **Dr. Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 94.

ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO BRASIL — MARANHÃO. — **Dr. Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 94.

ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO BRASIL — Pelo **Dr. Eugênio Augusto Wandeck** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 92.

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO, NO BIÊNIO DE 1929-1930 — Eleição da diretoria, conselho diretor e comissões permanentes que deverão servir no biênio de 1929-1930, precedida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em assembléia geral de 14 de dezembro de 1928 — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 267.

AFLUENTES, O RIO MADEIRA E SEUS — **Juan Francisco Velarde**. Fasc. III, ano 1886, pág. 165.

AFLUENTES, OS RIOS MADRE DIOS E ACRE (Bolívia) — **A. R. Pereira Labre**. Fasc. II, ano 1888, pág. 102.

ÁFRICA, A CONQUISTA DA — Revista Geográfica — **Lindolfo Xavier** — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906/1908, pág. 52.

AGÁ, MORRO DO — E A ENSEADA DE PIÚMA — **Sílvio Fróis de Abreu** — Tomo XXXVI, ano 1932 2.º semestre), pág. 153.

AGUARDENTE DE CAFÉ — Fasc. III, ano 1887, pág. 213.

AIRES DE CASAL — **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 117.

ALAGOAS RAILWAY — Relatório do engenheiro **Francisco José Gomes Calaça**. Fasc. IV, ano 1888, pág. 273.

ALDEIA DE SÃO JOÃO DE QUELUZ EM 1802, FUNDAÇÃO DA — Fasc. I, ano 1890, pág. 11.

ALDEIAMENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DE ITAMBACURÍ — Minas Gerais — Fasc. II, ano 1889, pág. 127.

ALEMANHA, A POPULAÇÃO DA — Fasc. I, ano 1887, pág. 78.

ALEMANHA, A POPULAÇÃO DA FRANÇA E DA — Fasc. III, ano 1886, pág. 262.

ALGUNS NOMES PITORESCOS NA GEOGRAFIA NACIONAL — **Agenor Augusto de Miranda**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 16.

ALTITUDES DE LOCALIDADES DA ZONA DO JALAPÃO E CIRCUNVIZINHANÇAS. Na Baía, Piauí e Goiaz. (Quadro). — Fasc. XXXIX (1.º e 2.º semestres), ano 1934, pág. 6.

ALTO MADEIRA, O — **João Pinkas**. Fasc. IV, ano 1887, pág. 269.

ALTURA DOS MONUMENTOS — Fasc. II, ano 1887, pág. 135.

ALTURA MÉDIA DOS CONTINENTES — **A. Tells**. Fasc. II, ano 1890, pág. 83.

ALVEO — RIO DA PRATA — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 81.

AMAZONAS, A BACIA DO — Fasc. I, ano 1887, pág. 67.

AMAZONAS, AS CORRENTES DO — e o fenômeno da "pororoca". **Torquato Tapajós.** Fasc. III, ano 1891, pág. 161.

AMAZONAS, COMUNICAÇÃO DO — COM O RIO DA PRATA PELOS TOCANTINS, MORTES E ARAGUAIA — **Correia de Morais.** Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

AMAZONAS, COMUNICAÇÃO COM O RIO DA PRATA PELO TOCANTINS, MORTES E ARAGUAIA — **Correia de Morais.** Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

AMAZONAS E A FRANÇA, O — **Torquato Tapajós.** Fasc. IV, ano 1891, pág. 255.

AMAZONAS E PARÁ EM 1888 — Fasc. I, ano 1890, pág. 38.

AMAZONAS, ESTUDO SÔBRE O — **Sebastião Diniz** — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

AMAZONAS, ESTUDO SÔBRE O — BRANCO, O RIO —. (Conferência) **Dr. Torquato Tapajós.** Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 1.

AMAZONAS, EXPLORAÇÃO EM MATO GROSSO E — Fasc. III, ano 1889, pág. 152.

AMAZONAS, INDÚSTRIA NACIONAL NO — Fasc. I, ano 1887, pág. 69.

AMAZONAS, LINHA TELEGRÁFICA ENTRE PARÁ E — Fasc. II, ano 1890, pág. 81.

AMAZONAS, NOTÍCIA SÔBRE AS CARTAS COMERCIAIS DESSA REGIÃO — Fasc. II, ano 1889, pág. 137.

AMAZONAS, OS PRIMITIVOS NAVEGADORES DO — Exploração de Pedro Teixeira — **Barão de Tefé.** Fasc. IV, ano 1885, pág. 285.

AMAZONAS, OS PRIMITIVOS NAVEGADORES DO — Trecho da Memória "Eldorado" — **Barão de Tefé.** Fasc. I, ano 1885, pág. 43.

AMAZONAS, O VALE DO — **Miguel Ribeiro Lisbôa.** Fasc. IV, ano 1889, pág. 236.

AMAZONAS. Povoamento da Amazônia, O — **Santana Neri.** Fasc. III, ano 1887, pág. 193.

AMAZONAS, SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO —. Fasc. III, ano 1888, pág. 237.

AMAZONAS — **Torquato Tapajós.** Fasc. IV, ano 1889, pág. 221.

AMAZONAS, VIAGEM NO — (Tabatinga Cacuí, São Joaquim de Macapá). **Torquato Tapajós.** Fasc. II, ano 1892, pág. 118.

AMAZÔNIA, A — (Descrição sucinta). **Dr. Álvaro Belford.** Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 147.

AMAZÔNIA, O POVOAMENTO DA — Amazonas. **Santana Neri.** Fasc. III, ano 1887, página 193.

AMAZÔNIA, A —. Tartarugal ao Jurupí, conferência — **João Parsendas de Carvalho.** Fasc. 1/4, tomo XVI, ano 1903, pág. 3.

AMAZÔNIA, A —. GURUPÍ AO BALSAS, conferência, **João Parsendas de Carvalho.** Fasc. 1/4, tomo XVI, ano 1903, pág. 15.

AMÉRICA CENTRAL — Resumo da conferência feita pelo **Dr. Joaquim de Oliveira Botelho,** tomos XIX, XX, XXI, ano 1906, 1907, 1908, pág. 129.

AMÉRICA CENTRAL (pacto de união). Guatemala, Costa Rica, Honduras, Nicaragua e São Salvador. Fasc. III, ano 1890, pág. 169.

AMÉRICA, DESCROBRIMENTO DA — E CRISTÓVÃO COLOMBO — **João Manuel Pereira da Silva.** Fasc. I, ano 1891, pág. 22. Fasc. II, ano 1891, pág. 92.

AMÉRICA DO SUL, EXPLORAÇÃO CIENTÍFICA — Fasc. II, ano 1887, pág. 138.

AMÉRICA DO SUL, TREMORES DE TERRA NA — Fasc. III, ano 1887, pág. 215.

AMÉRICA DO SUL, VIAGEM À — Fasc. I, ano 1888, pág. 65.

AMÉRICA DO SUL, VIAGEM À — Fasc. II, ano 1888, pág. 156.

AMÉRICA DO SUL, VIAGENS E EXPLORAÇÕES NA — Fasc. III, ano 1887, pág. 217.

AMÉRICA E OS SUPOSTOS PRECURSORES DE COLOMBO, DESCOBRIMENTO DA — **Vicente Grossi.** Fasc. IV, ano 1891, pág. 270.

AMÉRICA — FENÔMENOS PLUTÔNICOS NA ... — Fasc. IV, ano 1886, pág. 317.

AMÉRICA, ORIGEM DO NOME — Fasc. I, ano 1889, pág. 51.

AMÉRICA, OS CABOS TELEGRÁFICOS NA — Fasc. III, ano 1886, pág. 258.

AMÉRICA, OS ÍNDIOS DA — **Oscar Lima.** Fasc. III, ano 1892, pág. 180.

AMERICANISMO — Conferência do **Dr. Alexandrino Gancedo,** proferida na Sociedade de Geografia em 15 de julho de 1913, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 82.

AMERICANISTAS, CONGRESSO DE — Fasc. IV, ano 1888, pág. 316.

ARAUÃ E BARAÚNA, ZONAS DE — Amazonas, estudo sôbre o — **Sebastião Diniz.** Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

ANDES, A CORDILHEIRA DOS — Fasc. I, ano 1888, pág. 69.

ANDES AU PARÁ, DES — Livro de **Marcel Monnier.** Fasc. II, ano 1890.

ANDES AU PARÁ, DES — Livro de **Marcel Monnier.** Fasc. II, ano 1890, pág. 83.

ÂNGELO E PAULO ROBIN — "ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL", ALGUMAS OBSERVAÇÕES SÔBRE A SEGUNDA EDIÇÃO DE ÂNGELO E ..., feitos pelo Barão de Tefé e Temístocles Sávio — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 115.

ANGRA DOS REIS — **José Matoso Maia Forte** — Tomo XL, ano 1935, pág. 3.

ANHUMAS, MORRO DE — (Minas Gerais) Fenômenos geológicos. Fac. II, ano 1887, pág. 134.

ANIVERSÁRIO DA INSTALAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO, O 45.º — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 259.

ANO DO CENTENÁRIO, O —. Por **Lindolfo Xavier,** tomo XXVIII, ano 1923, pág. 5.

ANTONINA. DADOS ESTATÍSTICOS. Por Dr. **Antônio Manuel Fernandes Júnior**. (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

ANTONINA E PARANAGUÁ — **Eugênio Augusto Wandeck** (Dr.). Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 38.

ANTONINA, O PÔRTO DE — **Barão de Tefé**. Fasc. II, ano 1886, pág. 107.

ANTROPOGEOGRAFIA DO MARANHÃO, CONTRIBUIÇÕES PARA A — **Sílvio Fróis de Abreu** — Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, série de Ensino Técnico Superior, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 1.

ANTROPOGEOGRAFIA, MINHA TERRA À LUZ DA — **Arnaldo C. Santiago**. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 49.

ANTROPOGEOGRAFIA NO BRASIL, A — **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI, ano 1932, pág. 127 (2.º semestre).

ÁRABE E MOURO: INFLUÊNCIA EM NOSSA FORMAÇÃO — **Sebastião de Almeida Oliveira**. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 67.

ARAGUAIA E MORTES. AMAZONAS. COMUNICAÇÃO DO — COM O RIO DA PRATA PELOS TOCANTINS. **Correia de Morais**. Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

ARAGUAIA E TOCANTINS, NAVEGAÇÃO DO — **José Negreiros A. Sarinho**. Fasc. II, ano 1887, pág. 124.

ARAGUAIA E TOCANTINS, RIOS — **Cândido Lucas Gaffrée**. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 115.

ARAGUAIA, NAVEGAÇÃO DO TOCANTINS E — **José Negreiros A. Sarinho**. Fasc. II, ano 1887, pág. 124.

ARAGUAIA, RIO DAS MORTES, O CONFLUENTE DO — Fasc. I, ano 1886, pág. 47.

ARANHAS CARANGUEJEIRAS E OS MARIBONDOS, AS — Comandante **Otávio de Gusmão Fontoura**. Tomos XIX, XX, XXI. Anos 1906/1908, pág. 23.

ARANHA, OSVALDO, MINISTRO (Discurso do Desembargador Carlos Xavier Pais Barreto na recepção do ministro ...). Tomo XLVII, ano 1940, pág. 170.

ÁREA, POPULAÇÃO E DENSIDADE, MUNICÍPIOS FLUMINENSES SEGUNDO A SUA — (Hab. por km²). Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 135.

ÁREAS GEOGRÁFICAS DO DINHEIRO — **Isaura S. Gasparini**. Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 63.

ARGENTINA À BOLÍVIA, VIAGEM ETNOGRÁFICA DA — Dr. **Antônio Carlos da Silva**. 1.ª Conferência publicada na série organizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — realizada pelo ... — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909/1911, pág. 160.

ARGENTINA E O CHILE, A —. Resumo da conferência feita pelo Dr. **Joaquim de Oliveira Botelho**. Tomos XIX, XX, XXI, anos 1901, 1907, 1908, pág. 89.

ARGENTINA, O BRASIL E A REPÚBLICA — Carta de **Gustave Pichard**. Fasc. I, ano 1886, pág. 44.

ARQUEOLOGIA. ATLÂNTIDA, A —. Etnografia — Zoologia. Pelo 1.º Tenente do Exército **José Augusto Barbosa**. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 108.

ARQUEOLOGIA NO BRASIL, PALAVRAS SÔBRE — **José Magarinos**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 76.

ÁRVORES DE LEITE NO BRASIL, AS — Fasc. III, ano 1887, pág. 213.

ÁSIA, ÁFRICA E EUROPA, HOMENAGENS PRESTADAS POR PARTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, NA SESSÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1905, AO BARÃO HOMEM DE MELO, POR VOLTA AO BRASIL DE SUA EXCURSÃO, PELOS TRÊS CONTINENTES — Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 66.

ASPECTOS ECONÔMICOS — Estrada de Rodagem Rio-São Paulo. **José Matoso Maia Forte**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 104.

ASPECTOS FISIOGRÁFICOS DO BRASIL — General **João Batista de Abreu Brandão Júnior**. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 143.

ASSURUÁ, MINAS DE — Fasc. IV, ano 1886, pág. 310.

ATLÂNTICO, AS CORRENTES DO — Fasc. II, ano 1886, pág. 122.

ATLÂNTICO, SONDAGENS NO OCEANO — Fasc. I, ano 1887, pág. 76.

ATLÂNTIDA, A — Arqueologia — Etnografia — Zoologia — pelo 1.º Tenente do Exército **José Augusto Barbosa**. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 108.

ATLÂNTIDA, DESTRUIÇÃO DA — pelo 1.º Tenente do Exército **José Augusto Barbosa**. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 99.

ATLÂNTIDA, DESTRUIÇÃO DA — pelo 1.º Tenente do Exército **José Augusto Barbosa**. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 111.

"ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL". Algumas observações sôbre a segunda edição de ... — de Ângelo e Paulo Robin, feitos pelo Barão de Tefé e Temístocles Sávio. Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 115.

ATO ADICIONAL À CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO (Lei de agôsto de 1834) A propósito do seu centenário. **José Matoso Maia Forte**. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), página 173.

ATOS INTERNACIONAIS E LAUDOS ARBITRAIS QUE DEFINEM AS FRONTEIRAS DO BRASIL — **João Severiano da Fonseca Júnior**. Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 21.

AVIAÇÃO, INSTRUMENTO MAIS PODEROSO, MAIS EFICAZ, PARA EXPANSÃO ECONÔMICA E RIQUEZA DE QUALQUER PAÍS E CONSEQÜENTE PAZ NO MUNDO INTEIRO. A —. **J. C. Alves de Lima**. Tomo XXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 97.

B

BACIA DO AMAZONAS, A — Fasc. I, ano 1887, pág. 67.

BACIA DO PRATA — CAMPOS E MATAS — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3 e 4, tomo IX, ano 1893, pág. 122.

BACIA DO PRATA, OROGRAFIA DA —. **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3/4, tomo IX, ano 1893.

BACIA DO PRATA, RIOS DA PRATA — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3 e 4, tomo IX, ano 1893, pág. 81.

BACIA DO PRATA, zoologia, ornitologia, reptis, ictiologia. Fasc. 3 e 4, tomo IX, ano 1893, págs. 125/128.

BACIA DO RIBEIRÃO DAS LAGES. ESTRADA DE RODAGEM RIO-SÃO PAULO, A —. **José Matoso Maia Forte**. Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 93.

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL. (Pelo engenheiro **Cândido José de Godói**). Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 60.

BACKHEUSER, E. (Dr.) —. O RELATÓRIO DO DR. ... — Comentário do Prof. **Luiz Duarte da Gama**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 257.

BACKHEUSER, E. (Dr.) — COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Prof. **Lindolfo Xavier** — Comentário à obra do Dr. ..., "Estrutura Política do Brasil" — Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 147.

BACKHEUSER, PROF. — NOVA CONCEPÇÃO DA GEOGRAFIA, A — (Artigo do Sr. Conde de **Afonso Celso**, no Jornal do Brasil, de 1.º de julho de 1926, sôbre a conferência do Prof. ...). Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 90.

BAGÉ — pelo Dr. **Eugênio Wandeck**, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 142.

BAÍA, A CIDADE ABANDONADA NO INTERIOR DA — **Aristides de Sousa Espíndola**. Fasc. IV, ano 1892, pág. 250.

BAÍA — A. — Conferência do Dr. **Bernardino José de Sousa** em 20 de setembro de 1928, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 217.

BAÍA, A PESCA NA — **Antônio Alves Câmara**. Fasc. I, ano 1889, pág. 17.

BAÍA DE PARANAGUÁ, A —**José Carlos de Carvalho**. Fasc. IV, ano 1886, pág. 293.

BAÍA DE PARANAGUÁ, ANOMALIA OBSERVADA EM MARÉS DA —. **Francisco Agostinho de Sousa e Melo**. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 73.

BAÍA DO SALVADOR, DO CABO DE SÃO ROQUE À —. COSTA DO BRASIL, COROGRAFIA DA —. Contra-almirante **Raul Tavares**. Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 90.

BAÍA — LAPA DO BREJO — GRANDE, A —. Notícia sôbre essa caverna explorada por Joseph Mawon. Fasc. II, ano 1886, pág. 102.

BAÍA, MARAGOGIPE — Notas para a Corografia do Brasil — **Portela de Azevedo**. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 60.

BAÍA, OSSADAS FÓSSEIS — Fasc. I, ano 1890, pág. 40.

BAÍA, PIAUÍ E GOIAZ, NA —. (Quadro) Altitudes de localidades da zona do Jalapão e circunvizinhanças. Tomo XXXIX (1.º e 2.º semestres), ano 1934, pág. 6.

BAIXADA FLUMINENSE, SÔBRE A FORMAÇÃO DE CAUSTOBIOLITOS NA —. **Sílvio Fróis de Abreu**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 5.

BALISA, A PEDRA DA —. Brasil interior, pelo —. **Agenor Augusto de Miranda**. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 3.

BALSAS AO GURUPÍ. A AMAZÔNIA, conferência. **João Parsendas de Carvalho**. Fasc. 1/4, tomo XVI, ano 1903, pág. 15.

BANANAL — ESTRADA DE RODAGEM — Por **José Matoso Maia Forte**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

BANCO DE CORAL NO CANAL DOS ABROLHOS, O —. **Barão de Tefé**. Fasc. IV, ano 1887, pág. 261.

BANCOS, RIO DA PRATA — **Alfredo Nogueira**. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 82.

BANDEIRA DE MELO, RAUL CATÃO. — oração à borda do túmulo do General ..., no dia de seu entêrro, pelo representante da União maranhense do Rio de Janeiro, prof. Benjamin de Melo. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 98.

BARRA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, O FAROL DA — **José Carlos de Carvalho**. Fasc. III, ano 1886, pág. 251.

BARÃO HOMEM DE MELO, volta ao Brasil da sua excursão pelos três continentes: Ásia, África e Europa, homenagens prestadas por parte da Sociedade de Geografia, na sessão de 18 de novembro de 1905. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 66.

BARREIRAS DO LITORAL (Espírito Santo) — **Sílvio Fróis de Abreu**. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 250.

BAKÚ, O PETRÓLEO DO —. Fasc. III, ano 1887, pág. 221.

BÉLGICA, A POPULAÇÃO DA —. Fasc. IV, ano 1888, pág. 337.

BENDENGÓ, METEÓRITO, O —. **José Carlos de Carvalho**. Fasc. II, ano 1888, pág. 150. Fasc. IV. ano 1888, pág. 333. Fasc. I, ano 1888, pág. 59. Fasc. III, ano 1888, pág. 233. Fasc. II, ano 1887, pág. 120.

BENÍ E O JAVARÍ — Limites do Brasil com a Bolívia. Barão de Tefé. Comentário do mapa organizado pelo... sôbre a fronteira do Brasil entre o —. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

BERLIM, CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS DE —, em 1889. Fasc. III, ano 1890, pág. 158.

BERLIM, EXPOSIÇÃO SUL-AMERICANA PROMOVIDA PELA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE —. Fasc. II, ano 1886, pág. 127.

BERNA, CONGRESSO GEOGRÁFICO DE —. Fasc. III, ano 1891, pág. 223.

BERTIOGA, O — Pôrto de Santos — **Barão de Tefé**. Fasc. I, ano 1886, pág. 23.

BERTIOGA, O — (Pôrto de Santos) — **Barão de Tefé**. Fasc. I, ano 1886, pág. 23.

BEZERRA, ALCIDES — (Notícia àcêrca do falecimento de) — Tomo XLV, ano 1938, pág. 145.

BIBLIOGRAFIA — Um Capítulo da Geografia do Ceará por **Sílvio Fróis de Abreu**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 177.

BIBLIOGRAFIA SÔBRE OS LIMITES DO DISTRITO FEDERAL COM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Impressos, Cartas topográficas, geográficas, plantas, mapas, manuscritos (**Noronha Santos**), tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 94.

BIBLIOGRAFIA SÔBRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO — **José Matoso Maia Forte**. Tomo XLIV, ano 1937, pág. 3.

BIO-BIBLIOGRAFIA — **Torquato Tapajós**. Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 51.

BI-CENTENÁRIO DE OURO PRETO, O —. Revista Geográfica. **Lindolfo Xavier**. Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909/1911, pág. 21.

BOAS ESTRADAS, A NOSSA SENHA — Dr. **João Cordeiro da Graça**. Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 33.

BOLETINS DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO, ÍNDICE GERAL DAS MATÉRIAS PUBLICADAS NOS —, até o ano de 1893, organizado por **J. Artur Montenegro**, 1885-1893, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 272.

BOLÍVIA, A REPÚBLICA DA — **Alexandre Haag**. Fasc. III, ano 1886, pág. 191.

BOLÍVIA, ÉTNOGEOGRAFIA DA —. Dr. **Antônio Carlos Simoens da Silva**. — 2.ª Conferência publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pela ... Tomos XXII/XX/V, anos 1909/1911, pág. 188.

BOLÍVIA, VIAGEM ÉTNOGRÁFICA DA ARGENTINA À —. Dr. **Antônio Carlos Simoens da Silva**. 1.ª Conferência publicada da série organizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pelo .... Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909/1911, pág. 160.

BOLÍVIA, VIAGEM LACUSTRE ETNOGRÁFICA NA —. Dr. **Antônio Carlos Simoens da Silva**. 3.ª Conferência publicada da série organizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pelo ..., tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909/1911, pág. 215.

, BOLÍVIA, LIMITES DO BRASIL COM A —. Carta do Sr. Comandante **Cunha Gomes** — Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 51.

BOLÍVIA, LIMITES DO BRASIL COM A —. 3.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**. Fasc. 1.º, tomo XIV, ano 1901, pág. 3.

BOLÍVIA, LIMITES DO BRASIL COM A —. 2.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 55.

BOLÍVIA, LIMITES DO BRASIL COM A —. Conferência realizada na Assembléia Geral em 20 de maio de 1902 da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 93.

BOLÍVIA, LIMITES DO BRASIL COM A —. 1.ª Conferência. **Antônio de Paula Freitas**. Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 36.

BOLÍVIA, LIMITES DO BRASIL COM A —. **Barão de Tefé**. Comentário do mapa organizado pela ... sôbre a fronteira do Brasil entre o Beni e o Javarí. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

BOLÍVIA. MADRE DIOS E ACRE, OS RIOS. **A. R. Pereira Labre**. Fasc. II, ano 1888, pág. 102.

"BÔLSA DO BRASIL, A" —. Um folheto raro da época holandeza — **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 22.

BÔLSA DO BRASIL (Onde se mostra claramente o rumo que tomou o dinheiro dos Acionistas da Companhia das Índias Ocidentais) Tradução do Pe. **Geraldo Pauwels**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 36.

BOM JARDIM — ESTRADA DE RODAGEM. Por **José Matoso Maia Forte**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 99 e 102.

BORORÓS, A LINGUAGEM DOS COROADOS — **Ximeno Villeroy**. Fasc. II, ano 1891, pág. 81.

BORORÓS, OS — Conferência feita pelo Pe. **Antônio Malan**. Tomos XIX, XX, XXXI, anos 1906/1908, pág. 89.

BORORÓS, OS — Conferência do Pe. **Antônio Malan**, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 107.

BÓSNIA E HERZEGÓVIA, A POPULAÇÃO DA — Fasc. I, ano 1887, pág. 77.

BOTOCUDOS, EXTRATOS DO RELATÓRIO do Engenheiro **Diogo R. de Vasconcelos**. Com vocabulário — (Coleção Brasílio Machado) 1884 — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 19.

BOTOCUDOS, VOCABULÁRIO COMPARADO — **Diogo R. de Vasconcelos** (Coleção Brasílio Machado), 1884 — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 20.

BRANCO, O RIO — Exploração —. **Gustavo Suckow**. Fasc. IV, ano 1891, pág. 276.

BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO —. MARANHÃO. Dr. **Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 97.

BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO BRASIL — PARÁ. Dr. **Eugênio Augusto Wandeck**, tómo XXVIII, ano 1923, pág. 94.

BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO —. PIAUÍ. Dr. **Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 99.

BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA COSTA MARÍTIMA DO —.Dr. **Eugênio Augusto Wandeck**, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 92.

BRASIL, A ANTROPOGEOGRAFIA NO —. **Alcides Bezerra**. Tomo XXXVI, ano 1932, pág. 127 (2.º semestre).

BRASIL, ASPECTOS FISIOGRÁFICOS DO — General **João Batista de Abreu Brandão Júnior**, tomo XLVII, ano 1940, pág. 143.

BRASIL, AS CONQUISTAS PACÍFICAS DO. Revista Geográfica — **Lindolfo Xavier**, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 38.

BRASIL, AS ÁRVORES DE LEITE NO —. Fasc. III, ano 1887, pág. 213.

BRASIL, AS LINHAS TELEGRÁFICAS NO —. Fasc. II, ano 1888, pág. 161.

BRASIL, AS NOVAS SUBDIVISÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO BRASIL — Tenente Coronel **Raul C. Bandeira de Melo**. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 71.

BRASIL, AS RIQUEZAS MINERAIS DO —. Engenheiro **Jorge de Abreu Ferraz**, tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 5

BRASIL, A RÊDE TELEGRÁFICA NO —. Fasc. II, ano 1889, pág. 124.

BRASIL, A RÊDE TELEGRÁFICA NO —. Fasc. II, ano 1886, pág. 117. Fasc. I, ano 1887, pág. 71.

BRASIL, A EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO —. Fasc. II, ano 1888, pág. 149.

BRASIL, A IMIGRAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS, REPÚBLICA ARGENTINA E —. Fasc. II, ano 1886, pág. 118.

BRASIL, A IMPORTÂNCIA DOS SAMBAQUÍS NO ESTUDO DE PREHISTÓRIA DO —. (Memória apresentada ao Congresso Internacional de Antropologia e Prehistória, reünido no Pôrto). **Sílvio Fróis de Abreu**, tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 3.

BRASIL, A METEOROLOGIA NO —. **João Evangelista de Lima**. Fasc. I, ano 1887, pág. 3.

BRASIL, BÔLSA DO —. (Onde se mostra claramente o rumo que tomou o dinheiro dos Acionistas da Companhia das Índias Ocidentais) Tradução do Pe. **Geraldo Pauwels**. Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 36.

BRASIL, CLIMATOLOGIA NO —. **F. M. Draenert**. Fasc. I, ano 1888, pág. 3.

BRASIL-COLÔMBIA, LIMITES (Efeméride Geográfica — Comunicação feita pelo Major **Frederico Augusto Rondon** sôbre o reconhecimento do rio Papurí). Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 34.

BRASIL, COMENTÁRIOS SÔBRE OS PROJETOS DA REDIVISÃO TERRITORIAL POLÍTICA DO —. **Valdemiro Pimentel**. Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 59.

BRASIL COM A BOLÍVIA, LIMITES DO —. Carta do Sr. Comandante **Cunha Gomes**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 51.

BRASIL COM A BOLÍVIA, LIMITES DO —. 3.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**. Fasc. 1, tomo XIV, ano 1901, pág. 3.

BRASIL COM A BOLÍVIA, LIMITES DO —. 2.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 55.

BRASIL COM A BOLÍVIA, LIMITES DO —. 1.ª Conferência, Dr. **Antônio de Paula Freitas**, tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 36.

BRASIL COM A BOLÍVIA, LIMITES DO —. Conferência realizada na Assembléia Geral em 20 de maio de 1902 da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 93.

BRASIL COM A BOLÍVIA, LIMITES DO —. Barão de Tefé, Comentário do mapa organizado pelo ... sôbre a fronteira do Brasil entre o Beni e o Javarí — **Paula Freitas**. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

BRASIL, COROGRAFIA DA COSTA DO —. (Da ilha do Maranhão ao Cabo de São Roque) Contra-Almirante **Raul Tavares**. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 24.

BRASIL, COROGRAFIA DA COSTA DO —. (Do Norte do Maranhão) Contra-Almirante **Raul Tavares**. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 142.

BRASIL, COROGRAFIA DA COSTA DO —. (De Cabo Frio a Santos) Vice-Almirante **Raul Tavares**. Tomo XLV, ano 1938, pág. 53.

BRASIL, COROGRAFIA DA COSTA DO —. (Do Cabo de São Roque à Baía do Salvador) Contra-Almirante **Raul Tavares**. Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 90.

BRASIL, DESCOBRIMENTO DO — em 1500. 2.ª Conferência — **José A. Rodrigues de Oliveira Catrambí**. Fasc. 1/4, tomo XI, ano 1895, pág. 36.

BRASIL, DESCOBRIMENTO DO —. **Augusto de Carvalho**. Fasc. I, ano 1893, pág. 56.

BRASIL, DIVISÃO E DISTRIBUÏÇÃO DAS TRIBUS INDÍGENAS DO BRASIL — **Paulo Ehrenrreich**. Fasc. I, ano 1892, pág. 3.

BRASIL, FRONTEIRAS DO —, ATOS INTERNACIONAIS E LAUDOS ARBITRAIS QUE DEFINEM AS —. **João Severiano da Fonseca Júnior**. Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 21.

BRASIL, FRUTOS OLEOSOS DO —. Fasc. II, ano 1889, pág. 126.

BRASIL FUTURO, O — O NOVO BRASIL — DIVISÃO ADMINISTRATIVA, Conferência pelo Dr. **Ezequiel Ubatuba**, na Sociedade de Geografia. Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 121.

BRASIL FUTURO, O — Conferência pronunciada pelo Dr. **Ezequiel Ubatuba**, em sessão solene de 19 de julho de 1919, no salão da Sociedade de Geografia, tomo XXVI, XXVII, anos 1912/1922, pág. 128.

BRASIL E A COLÔMBIA, LIMITES ENTRE O —. (Ata da vigésima primeira e última conferência da Comissão Mixta Brasileira-Colombiana demarcadora de limites, realizada em 5 de janeiro de 1937). Tomo XLIV, ano 1937, pág. 90.

BRASIL E A COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DE LIMITES ENTRE O —. Ministério das Relações Exteriores. Tomo XLIV, ano 1937, pág. 89.

BRASIL E A COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DA LINHA DIVISÓRIA ENTRE O —. O caso da ligação dos rios Papurí e Taraíra. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 37.

BRASIL E A SUA CONTRIBUÏÇÃO PARA A GUERRA — O —. Conferência realizada pelo Sr. **Lindolfo Xavier**, na Sociedade de Geografia, em 18-12-917, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 50.

BRASIL EM 1500, DESCOBRIMENTO DO —. Esquema cartográfico sôbre Oliveira Catrambí. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 75.

BRASIL E A FRANÇA, AS FRONTEIRAS CONTESTADAS ENTRE O —. Fasc. I, ano 1887, pág. 73.

BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA, O —. Carta de **Gustave Pichard**. Fasc. I, ano 1886, pág. 44.

BRASIL E A COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DOS LIMITES ENTRE O —. (Psicologia e ambiente). Tomo XLV, ano 1938, pág. 3.

BRASIL EM 1888, VIAÇÃO FÉRREA NO —. Fasc. II, ano 1889, pág. 123.

BRASIL, ENERGIAS DO —. Dra. **Isaura S. Gasparini**, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246.

BRASIL, ENGENHOS CENTRAIS NO —. Fasc. III, ano 1888, pág. 241. Fasc. II, ano 1889, pág. 125.

BRASIL, ESTATÍSTICA DO —. Livro de **Fávila Nunes**. Fasc. IV, ano 1888, pág. 375.

BRASIL, ESTRADAS DE FERRO DO —. Fasc. III, ano 1888, pág. 242.

BRASIL, ESTUDOS DO —. Revista Geográfica, **Lindolfo Xavier**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 10.

BRASIL INTERIOR, PELO —. A ZONA DO JALAPÃO: LIMITES DA BAÍA — GOIAZ — PIAUÍ — MARANHÃO. Um ponto singular na geografia nacional. A pedra da Balisa — Monumento notável nas gerais do Jalapão. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres). **Agenor Augusto de Miranda**, pág. 3.

BRASIL, MELHORAMENTOS DO —. Revista Geográfica, **Lindolfo Xavier**, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 9.

BRASIL, MINERAÇÃO NO — Fasc. III, ano 1887, pág. 215.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. no 3.º trimestre de 1888. Fasc. IV, ano 1888, pág. 322.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. no 2.º semestre de 1888. Fasc. III, ano 1888, pág. 227.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. no 1.º trimestre de 1888. Fasc. II, ano 1888, pág. 145.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. no ano de 1887. Fasc. I, ano 1888, pág. 50.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. no 3.º trimestre de 1887. Fasc. IV, ano 1887, pág. 314.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. no 2.º trimestre de 1887. Fasc. III, ano 1887, pág. 208.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. em 1891. Fasc. I, ano 1892, pág. 71.

BRASIL, MOVIMENTO DE IMIGRANTES NO —. durante o ano de 1888. Fasc. II, ano 1889, pág. 111.

BRASIL NA EUROPA, O —. Fasc. I, ano 1889, pág. 53.

BRASIL, NEOLOGIA E NEOGRAFIA GEOGRÁFICA DO —. **Tristão de Alencar Araripe.** Fasc. II, ano 1885, pág. 129.

BRASIL NO SÉCULO XIX, GEOGRAFIA DO —. A Memória apresentada à Assembléia inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História. **Alcides Bezerra** Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 115.

BRASIL NO NOSSO ENSINO SECUNDÁRIO, A GEOGRAFIA DO —. Relatório apresentado à Sociedade pela comissão designada para tratar do assunto, composta dos Srs. **Raul Correira Bandeira de Melo, Élzio Salviense, Carlos Xavier, S. A. de Oliveira Belo,** tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

BRASIL, NOTAS PARA A COROGRAFIA DO —. (Maragogipe, Baía). **Portela de Azevedo,** tomo XLVII, ano 1941, pág. 60.

BRASIL, NOTÍCIA ÀCÊRCA DA ESTADIA NO —, do Professor **Emanuel de Martone.** Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 171.

BRASIL, O — Conferência de **James Wells** na Praça do Comércio de Londres. Fasc. III, ano 1887, pág. 183.

BRASIL, O — Suas condições presentes. Fasc. I, ano 1888, pág. 65.

BRASIL, O NOVO —. Brasil futuro. I —. Divisão administrativa, Conferência pelo Dr. **Ezequiel Ubatuba,** na Sociedade de Geografia. Tomos XXV e XXVII, anos 1912/1922, pág. 121.

BRASIL, I — Carta da escritora norte-americana **Francis Parkinsons Keys,** publicada no número de dezembro de 1929 da revista **Todd House-Keeping,** de New York; tradução do Dr. **Antonie Amelie** para a **Revista da Sociedade de Geografia.** Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 3.

BRASIL, I —. Sr. **Otávio Vinelle.** Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 254.

BRASIL, ORIGEM DO NOME — **Jules Marcon.** Fasc. II, ano 1889, pág. 121.

BRANCO, O RIO — Amazonas, estudo sôbre o —. (Conferência). Dr. **Torquato Tapajós.** Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 1.

BRASIL, O TERRENO CONTESTADO ENTRE A FRANÇA E O — E A MISSÃO COUDREAU. **Santana Neri.** Fasc. III, ano 1891, pág. 193.

BRASIL, O TERRITÓRIO CONTESTADO ENTRE A FRANÇA E O —. Fasc. I, ano 1886, pág. 44. Fasc. II, ano 1886, pág. 186.

BRASIL, PESOS E MEDIDAS DO —. Conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 11 de julho de 1925, pelo Dr. **Mário Rodrigues de Sousa,** tomo XXX, ano 1925.

BRASIL, PICOS ALTOS DO ... OS — **Orville Derby.** Fasc. III, ano 1889, pág. 69.

BRASIL, PROBLEMAS CAPITAIS DA COROGRAFIA DO —. Conferência do Prof. Dr. **Fernando Raja Gabaglia,** na Sociedade de Geografia. Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 64.

BRASIL, POPULAÇÃO DO —. População das Capitais dos Estados. Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 173.

BRASIL, PRODUTOS DAS PROVÍNCIAS DO —. Fasc. III, ano 1888, pág. 240.

BRASIL, REPARTIÇÃO HIDROGRÁFICA DO —. Fasc. II, ano 1888, pág. 128.

BRASIL, RIQUEZAS MINERAIS. Fasc. II, ano 1887, pág. 133.

BRASIL, RIQUEZAS MINERAIS E FLORESTAIS DO —. Fasc. I, ano 1892, pág. 74.

BRASIL, ESQUEMA GERAL DA VIAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO —. Mato Grosso, o Estado de —. organizada pelo General **Rondon.** Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 37.

BRASIL, TELÉGRAFOS E VIAS FÉRREAS NO — EM 1892. Fasc. I, ano 1893, pág. 70.

BRASIL UNIDO, PELO —. (Limites interestaduais) **Thiers Fleming.** Tomo XLVI, 1939, pág. 3.

BRASIL UNIDO, PELO —. (Limites interestaduais) **Thiers Fleming.** Tomo XLIV, ano 1937, pág. 31.

BRASIL UNIDO, PELO —. (Limites interestaduais) **Thiers Fleming.** Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 16.

BRASIL, VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NO — Coronel **Luiz Mariano de Barros Fournier.** Tomo XLV, ano 1938, pág. 113.

BRASIL, VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS NO — (Resposta a uma crítica). **Luiz Mariano de Barros Fournier.** Tomo XLVII, ano 1940, página 43.

BRASIL, VOLTA AO — do **Barão Homem de Melo,** da sua excursão pelos três continentes: Ásia, África e Europa, homenagens prestadas por parte da Sociedade de Geografia, na Sessão de 18 de novembro de 1905. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 66.

BUENOS AIRES, O GOVÊRNO DA PROVÍNCIA DE —. (República Argentina). 2.ª Exposição da Feira Internacional de Amostras) A Inauguração en la Plata em 1.º de outubro de 1924 — **Luiz R. Praprotnin Jefe,** tomo XXIX, ano 1924, pág. 58.

(Continua no próximo número)

★

A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

I

[1809 - 1894]

1809 — *Coast of Brazil.* (1:9 000 000)) 12¼ by 19 ½ inches. In the *Brazil Pilot or a description of the coast of Brazil, translated from the Portuguese of Manoel Pimentel, principal hydrographer to His Majesty John the Fifth of Portugal to which are adled charts of some of its most considerable ports, from MSS. never before published,* London, 1809.
op. cit.

Harbour of Bahia or St. Salvador on the coast of Brazil. (1:110 000) 8 by 10 inches.
op. cit.

Pernambuco. (1:45 000) 8 by 10 inches. *op. cit.*

Fernando Noronha. 8 by 10 inches. *op. cit.*

Plan of Porto Seguro. (1:56 000) 10 by 8 inches. *op. cit.*

Chart of the Abrolhos near the coast of Brazil. (1:19 000) 10 by 8 inches. *op. cit.*

Chart of Rio de Janeiro, (1:43 000) 9½ by 8 inches. *op. cit.*

Porto Alegre. (1:23 000) 10 by 8 inches. *op. cit.*

Harbour of St. Sebastian on the coast of Brazil. (1:63 000) 8¼ by 10 inches. *op. cit.*

Santos (1:28 000) 8 by 10 inches. *op. cit.*

Harbour and island of St. Catarina on the coast of Brazil. (1:350 000) 8 by 10 inches. *op. cit.*

Rio Grande de San Pedro (1:90 000) 8 by 10 inches. *op. cit.*

Harbour of Cananea. (1:160 000) 10 by 8 inches. *op. cit.*

Harbour of Cananea (1:160,000) 10 by 8 inches. *op. cit.*

Harbour of Colonia Sacramento, Rio de La Plata. (1:74 000) 9¾ by 8 inches. *op. cit.*

Part of Brazil and Paraquay. (1:2 480 000) 23 by 16¾ inches. In Félix de Azara, *Voyages dans l'Amérique Méridionale,* Collection des planches, Paris, 1809.

1815 — *Nouvelle carte du Brésil et de l'Amérique Portuguese* dressée sous la direction de M. Alp. de Beauchamp, 1815. (1:11,500 000) 16½ by 21 inches. In Alphonse de Beauchamp, *Histoire du Brésil,* Tome, 3 Paris, 1815.

1816 — *A map of the author's route from Rio de Janeiro to Canta Gallo;* Falso to villa Rica and thro the centre of gold mines to Tejuco, the capital of the diamond mines and district called Ceno de Frio. (Scale not determined). 6¾ by 8¾ inches. In John Mawe, *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country,* Philadelphia, 1816, p. 145.

1817 — *Plan of the port of Pernambuco.* 9 by 6¼ inches. p. 1. In Henry Koster, *Travels in Brazil,* vol. I, London, 1817.

Map of the coast of Brazil (3°30' — 9°S.L.) *op. cit.*

1818 — *Reise Charte und Höhen Profil von Villa Rica bis zu dem Districte der Coroatos Indier,* aufgenommen und gezeichnet nach astronomischen und barometrischen Beobachtungen von W. von Eschwege, *Journal von Brasilien,* Erster Heft Weimar, 1818.

1820 — *A map of the southern lowlands of Brazil.* (1:4 500 000) 14½ by 10¼ inches. p. 138. In John Luccoc, *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil,* London, 1820.

A map of the table land of Brazil. ..... (1:4 500 000) 21 ¾ by 10½ inches. p. 264. *op. cit.*

The east coast of Brazil between the 15 *th and* 23*rd degrees of south latitude,* after Arrowsmith with additions and corrections. .... (1:2 400 000) 9½ by 15¾ inches. In *Prince Maximilian,* Travels in Brazil in the years 1815, 1816, 1817, London, 1820.

1821 — *Carte de la côte orientale du Brésil* entre le 15me et le 23me degrés de latitude australe d'après Arrowsmith avec quelques rectifications. (1:1 900 000) 16 ¾ by 20 inches. In *Voyage au Brésil* par S.A.S. Maximilien, traduit de l'allemand par J.B.B. Eyries, Tome I, Paris, 1821.

Carte de la nouvelle route de villa de St. José do Porto Alegre à Minas Novas, frayée au milieu des forêts en 1816 par le Colonel Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima, Inspecteur de cette route. (1:900 000) 14¼ by 8¼ inches. In *op. cit.*

A map of the Brazil designed by J. Henderson from the meterials of his History of the Brazil. (1:10 000 000) 18 by 21½ inches. p. 1. In James Henderson, *A history of the Brazil,* London, 1821.

Mapa da Comarca do Sabará, levantado por Bernardo José da Gama. (1:2 500 000) 10 ½ by 8 inches. *op. cit.*

1822 — *Côte orientale du Brésil,* comprise entre les 12° et 15° latitude australe, pour servir au voyage du Prince Maximilien. ..... (1:1 900 000) 16¼ by 10½ inches. In *Voyage au Brésil* par S.A.S. Maximilien, traduit de l'allemand par J. B. B. Eyries, Tome 3, Paris, 1822.

1825 — *Carta geográfica que compreende los rios de la Plata, Paraná, Uruguay y Grande y los terrenos adyacentes,* conforme à los conmisonados de la línea de limites, 1820. .....

(1:2 250 000) 20 ¼ by 17 inches. In *an account of the united provinces of Rio de La Plata,* translated from the Spanish, London, 1825.

Minas Geraes. (1:6 500 000) 4½ by 6¼ inches. In Barclay Mounteney, *Slections from the various authors who have written concerning Brazil; more particularly respecting the captaincy of Minas Geraes and the gold mines of that pronvince,* London, 1825.

1829 — *Planta hydro-topographica de parte da capitania de Santa Catharina* por Paulo Joze Miguel de Brito. (1:465 000) 20½ by 16¼ inches. In Paulo Joze Miguel de Brito, *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina,* Lisboa, 1829.

1830 — *Plan of the city of Rio de Janeiro from actual survey taken in* 1829. (1:10 500) 19 ½ by 14¾ inches. In R. Walsh, *Notices of Brazil in* 1828 *and* 1829, vol. 1, London, 1830.

1830 — *Map of part of the provinces of Rio de Janeiro and the Minas Geraes,* with the author's route. (1:1 500 000) 19¼ by 14½ inches. *op. cit.*

1832 — *Karte und Höhenprofil des Weges von Villa Rica an den Rio das Velhas hinunter bis Sabara und von da zurück über Villa Nova da Rainha, aufgenommen von W. von Eschwege.* (About 1:290 000) 9 by 15¾ inches. W. L. von *Eschwege, Beniträge zür Gebirgskunde Brasiliens, Berlin,* 1832.

Petrographische-Charte nebst einem Höhen und Durchschnitt-Profil der Gebirgsarten ihren allgemeinen Streichngslinien von N. O. Nach S. W., so wie den algemeinen Einfall-Winkeln nach S.A., beobachtet auf wiederholten Reisen von Rio de Janeiro bis and die neue Grenze von Goíaz, von W. von Eschwege, 1831. (Scale not determined) 45¾ by 11½ inches. *op. cit.*

1837 — *Brésil,* par Th. Duvotenay, géographe. (1:11 000 000) 7¼ by 9 inches. M. Ferdinand Denis, *Brésil,* Paris, 1837, p. 1.

1838 — *Chart of the harbour of Rio de Janeiro.* (1:200 000) 6 ½ by 11¼ inches. In John M. Baker, *A view of the commerce between the United States and Rio de Janeiro, Brazil,* Washington, 1838.

1839 — *Brasil.* (1:20 000 000) 7 ¾ by 10 inches. In Francisco Solano Constancio, *Historia do Brasil,* Tomo 2, Paris, 1839.

1849 — *Map of Brazil.* (1:18 000 000) 4½ by 7 inches. George Gardner, *Travels in the interior of Brazil* Second editon, London, 1849.

1853 — *Karte zur Übersicht von H. Burmeister's Reise in Brasilien im Jahre* 1850, *nach den besten vorhandenen Hülfsmitteln zusammengestelt.* (1:1 370 000) 11 ¼ by 17 ¾ inches. In Hermann Burmeister, *Reise nach Brasilien,* Berlin, 1853.

Map of the valley of the Amazon. ..... (1:6 750 000) 23 ¾ by 17 ¾ inches. Wm. L. L. Herndon, *Exploration of the valley of the Amazon,* Part I, Sen. Doc. 32d Congress, 2d Session, Washington, 1853.

Plan del curso de los ríos Huallaga y Ucayali y de la Pampa del Sacramento, levantado por el P. Fr. Manuel Sobreviela..., 1790. Corregido y anadido en 1830 según las noticias, apuntes y diarios mas nuevos por Dn. Amadeo Chaumette-Des-Fosses. (1:2 550 000) 10 ¾ by 15½ inches. *op. cit.*

Map of the rivers Huallaga, Ucayali and Amazon from the observations of Lieut. Wm. L. Herdon, U.S.N. (1:2 230 000) 58 by 25¼ inches. *op. cit.*

1854 — *South America and its rivers.* ..... (1:13 000 000) 18 ½ by 24½ inches. Inset: Province of Rio de Janeiro, Brazil from the map of H. Mahlmann. (1:1 900 000). William Hadfield, *Brazil, the river Plate, and the Falkland islands,* London, 1854.

Part of the Empire of Brazil, showing the line of the projected railway and navigable upper level of the river San Francisco. ..... (1:12 000 000) 7 ½ by 10 inches. p. 100. *op. cit.*

1857 — *Entrada e porto do Rio de Janeiro.* (1:106 000) 3 ¾ by 6 inches. p. 110. In. F. Adolpho de Varnhagen, *História geral do Brazil,* Tomo 2, Rio de Janeiro, 1857.

Planta do Rio Grande do Sul. (1:180 000) 4 ¼ by 6 inches. p. 224. *op. cit.*

Planta da colonia do Sacramento. (Scale not determined.) 6 by 3 3/3 inches. p. 228. *op. cit.*

— *Carte réduite du cours inférieur de l'Amazone d'après les cartes marines levées en* 1844 *par Mr. Tardy de Montravel.* (1:5 000 000) 9 ¼ by 3 ½ inches. In F. Biard, *Deux années au Brésil,* Paris, 1862.

1865 — *Carte générale du haut S. Francisco et du rio das Velhas,* levée par Emm. Liais. (1:580 000) 12 ¼ by 22 inches. Emm. Liais *Hydrographie du Haut San-Francisco et du Rio das Velhas* Publié par ordre du Gouvernement Imperial du Bresil, Paris and Rio de Janeiro, 1885.

Rio das Velhas, levé par Emm. Liais ..... (1:48 500) 11 sheets, 12¼ by 21 ¾ inches. *op. cit.*

Rio de S. Francisco, levé par Emm. Liais. (1:48 500) 8 sheets, 12¼ by 20 inches. *op. cit.*

Die brasilianischen Provinzen Parana S. Catharina, Rio Grande do Sul und die Republik Uruguay mit den Reiserouten F. Sellow's, Dr. R. A. Lallemant's, und des Verfassers. 1:10 000 000 4 by 4½ inches Woldemar Schultz, Studien über agrarische und physikalische Verhältnisse in Südbrasilien, Leipzig, 1865.

1866 — *Karte der Ersten Section der Eisenbahn zwischen Recife und dem Rio São Francisco, aufgenommen von Alfredo de Mornay.* (1:2 250 000) 8 by 4 ¼ inches. p. 34. In Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika,* Band I. Leipzig, 1866.

Karte der Eisenbahn von Bahia nach dem Rio São Francisco, entworfen von Charles Vignoles. 1:700,000. 4¼ by 6½ inches. p. 48. *op. cit.*

Plan von Rio de Janeiro (Altstadt). 8 by 5¾ inches. p. 59. *op. cit.*

Die Bai von Rio de Janeiro und die Eisenbahn nach Raiz da Serra. (1:166 666) 4 by 7¾ inches. p. 194. *op. cit.*

Plan von Petropolis mit den Coloniethälern. 1:2 500. 6¾ by 4¾ inches. p. 204. *op. cit.*

Plan der Colonie und der Chacaras von Philadelphia am Rio de Todos os Santos, aufgenommen von Robert Schlobach da Costa. 4½ by 6¼ inches. (Scale not determined). Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika,* Band 2, Leipzig 1866, p. 246.

A new map of Brazil, compiled from the latest government and other authentic surveys, 1866. (1:7 700 000) 23 by 24½ inches. William Scully. *Brazil,* London, 1866.

1767 — *Die Eisenbahnen der Provinz Rio de Janeiro.* (1:1 500 000) 7 by 4 inches. p. 210. In Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika.* Band 3, Leipzig, 1867.

Karte der Colonie Doña-Francisca in Süd-Brasilien — 1861. (Scale not determined) 8 by 6½ inches. p. 352. *op. cit.*

Karte der Colonien am grossen und kleinen Itajahy und seiner Zuflüsse nach den Vermessungen von Heinrich Kreplin, 1859. (1:300 000) 8¾ by 7 inches. p. 396. *op. cit.*

Haut rio Branco, réduction que Mr. Lapié a faite des relèvements de Mr. Pontés communiqués par le Cte. de Liniares. (1:2 900 000) 7¾ by 5 inches. F. Michelena y Rojas, Exploración oficial, Brussels, 1867, p. 159.

1870 — *Sketch map of the Empire of Brazil, compiled from the maps of Almeida, Gerber, Liais, Niemeyer, etc., with alterations and corrections by Ch.* Fred. Hartt. 1869. ..... (1:8 000 000) 24¼ by 24 inches. p. 1. Ch. Fred. Hartt, *Geology and physical geography of Brazil, Thayer Expediton Scientific results of a journey in Brazil*, by Louis Agassiz, Boston, 1870.

1870 — *Sketch map of part of the province of Rio.* (1:2 000 000) 5½ by 3½ inches. p. 5. *op. cit.*

Bay of Carral. (1:190 000) 2½ by 3½ inches. p. 233. *op. cit.*

Bahia de Camamú and surroundigs ..... (1:400 000) 5½ by 3½ inches. p. 262. *op. cit.*

Sketch map the bay of Todos os Santos and the Bahia and São Francisco R. R., by Ch. Fred. Hartt. 3½ by 5¾ inches. p. 267. *op. cit.*

Pernambuco (1:180 000) 3½ by 2¼ inches. p. 434. *op. cit.*

Sketch-map of the rio Parahyba do Norte, after Almeida. 3 by 4½ inches. p. 444. *op. cit.*

1872 — *Mappa da bahia de Paranaguá, comprehendendo a entrada do mar pequeno de Iguape.* (Scale not determined) 9¾ by 6¼ inches. Julius Platzmann. *Aus der Bai von Paranaguá*, Leipzig, 1872.

1874 — *Planta geral de estrada de ferro do Recife ao S. Francisco.* (1:1 000 000) 26½ by 13½ inches. J. M. da Silva Coutinho, *Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco: Estudos definitivos de Una a Boa Vista*, Rio de Janeiro, 1874.

Mapa topographico de parte da provincia de Santa Catharina, compreendendo as comarcas do litoral, colônias e terras públicas adjacentes as mesmas colonias. Organizado pela Commissão do Registo Geral e Estatística das Terras Públicas. 1872. 1:500 000. 31¾ by 21 inches. *Descrição topographica do mappa da provincia de Santa Catarina*, organizada na Commissão do Registo Geral e Estatística das Terras Públicas, Rio de Janeiro, 1874.

1875 — *Itineray map of the journey across South America by Paul Marcoy*, (with index map). (1:1 600 000) 9 sheets, 7½ by 10 inches. Paul Marcoy, *Travels in South America*, Vol. 1 and 2, New York, 1875.

1876 — *Carta da provincia do Espirito Santo.* 1:500 000. 32½ by 14½ inches. *Estrada de ferro da Victoria para Minas: Relatório* pelo engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves, chefe da comissão de estudos, Rio de Janeiro, 1876, p. 112.

Brasilien, Telegraphen-Linien, 1875. (About 1:12 000 000) 11½ by 15¾ inches. p. 324. *Das Kaiserreich Brasilien auf der Weltausstellung von* 1876 *in Philadelphia*, Rio de Janeiro, 1876.

Brasilien, Allgemeine Eisenbahnen, 1875. (About 1:12 000 000) 11½ by 15¾ inches. p. 353. *op. cit.*

Brasilien, Provincial-Eisenbahnen, 1875. (About 1:7 150 000) 13 by 19¾ inches. p. 385. *op. cit.*

1878 — *The valleys of the Tibagy and Ivahy, province of the Paraná, south Brazil*, by T. P. Bigg-Wither, 1:1 250 000. 18¾ by 12½ inches. Thomas P. Bigg-Wither. *Pioneering in South Brazil*, vol. 1, London, 1878.

1879 — *Map to illustrate "Up the Amazon and Madeira rivers" by E. D. Mathews, showing author's route.* (1:9 000 000) 23½ by 10¾ inches. Edward D. Mathews, *Up the Amazon and Madeira rivers through Bolivia and Peru*, London, 1879.

1879 — *Sketch map of the Amazon and its tributaries near the mouth of the Tapajós.* (1:1 160 000) 10 by 7½ inches. Herbert H. Smith. *Brazil, the Amazon and the coast*, New York. 1879.

Brazil, published by G. W. and C. B. Colton and Co. (1:13 000 000) 12 by 15½ inches. Insets: (1) Pernambuco, (2) Rio de Janeiro. James C. Fletcher and D. P. Kidder, *Brazil and the Brazilians* 9th edition, Boston, 1879.

Bay of Rio de Janeiro. 3¾ by 6½ inches. *op. cit.*

1882 — *Planta da cidade do Rio de Janeiro reduzida e desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silvares.* 1882. 1:20 000. 6¼ by 9¼ inches. In *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro. 1882.

Planta das estradas de ferro das provincias de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silvares, 1882. 1:3 000 000. 10¼ by 5 inches. *op. cit.*

1883 — *Voyage du Dr. Crevaux en Guyane et dans le bassin de l'Amazone*, 1877 et 1878-79. Levé à la boussole, dessiné par J. Hansen, 1881, d'aprés les carnets de notes de l'explorateur. (a) Rio Yary. 1:400 000. 2 sheets, 22 by 7½ inches. (b) Rio Oyapock. 1:225,000. 2 sheets, 22¼ by 6 inches. (c) Rio Rouapir et Kou. 1:125 000. 22 by 7¼ inches. Inset: Sentir entre l'Oyapock et le Rouapir. 1:250 000. (d) Rio Parou. 1:125 000. 8 sheets 22 by 6½ inches. (e) Rio Içа ou Putumayo. 1:200 000. 12 sheets, 20½ by 7 inches. (f) Rio Yapura ou Caqueta. 1:225 000. 14 sheets, 21 by 7¼ inches. Jules Crevaux, *Fleuves de l'Amérique du Sud*, 1877-79, Publié par la Société de Géographie, Paris, 1883.

Carte pour suivre les voyages du Dr. Crevaux sur les rivières Içа et Yapura en 1879. ..... 1:6 500 000. 9¼ by 6¼ inches. J. Crevaux, *Voyages dans l'Amérique du Sud*, Paris, 1883. p. 325.

Karte von Süd-Brasilien mit Angabe der von Deutschen dewohnten Colonien, von Dr. Henry Lange. 1:5 250 000. 15¼ by 13 inches. Inset: Mappa geral das estradas de ferro das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraís, von Henry Lange 1:3 000 000. Hugo Zöller. *Die Deutschen im Brasilischen Urwald*, Band 2, Berlin and Stuttgart, 1883.

1884 — *Empire du Brésil*, 1884. *Carte minéralogique.* (1:7 400 000) 24¾ by 23¾ inches. Joseph de Carapebus, *Notice sur les ressources minérales du Brésil*, Paris, 1884, p. 54.

1885 — *Der Amazonenstrom brasilianischer Teil.* (1:18 000 000) 5¾ by 1¾ inches. p. 12. A. W. Sellin, *Das Kaiserreich Brasilien*, v *Abteilung*, Leipzig and Prague, 1885.

Physical map of Brazil, according to Orville A. Derby. (1:47 000 000) 4¼ by 6¼ inches. p. 12. C. F. von Delden Laërne, *Brazil and Java, report on coffee-culture*, London, 1885.

Der Rio São Francisco. (1:13 300 000) 3½ by 5¾ inches. p. 21. *op. cit.*

Carta da provincia do Amazonas organizada pelo antigo aluno do curso superior da Escola Militar, Raymundo A. Nery, e por Bernardo Ramos. (1:5 400 000) 15½ by 12½ inches. F. J. de Santa-Ana Nery, *Le pays des Amazones*, Paris, 1885.

Karte der Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul mit einem Theil der Provinz S. Catharina, von Dr. Henry Lange. 1:3 600 000. 10 by 8½ inches. Henry Lange, *Südbrasilien*, Zweite Auflage, Leipzig, 1885, p. 254.

Die Provinz Paraná mit den angrenzenden Ländern, von Henry Lange. 1:4 900 000. 10½ by 7½ inches. Inset: Eisenbahn von Curityba nach Paranaguá. 1:1 000,000. *op. cit.*

Mapa do dominio e da colonia Dona Francisca e terrenos adjacentes. (26° 20'S.L.) 1:400 000. 14¼ by 9½ inches. Insets: (a) Planta da cidade Joinville. 1:40 000. (b) Planta da Villa de São Bento. 1:20 000. *op. cit.*

Geological map of Brazil, according to Orville A. Derby. (1:45 000 000) 4¼ by 6¼ inches. p. 17. *op. cit.*

Geological map of the coffee-area of central Brazil, according to Prof. Orville A. Derby, 1884. 1:1 000 000. 32¾ by 21 inches. *op. cit.*

1886 — *Orientierungsdarte* (Brasil). ..... 1:30 000 000. 5 by 8¼ inches. Karl von den Steinen, *Durch Central-Brasiliens Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre* 1884, Leipzig, 1886.

Übersichet der wichtgsten Stämme welche für das Verhältniss zwischen Nu, Kariben, Tupi sowie für die Gruppirung der Tapúya in Frage kommen 1:15 000 000. 15¼ by 11½ inches. *op. cit.*

Spezialkarte des Schingú-Stromes nach den Aufnahmen und Ortsbestimmungen von Dr. O. Clauss reduziert auf den Masstab ..... 1:500 000. 30 by 17¾ inches. Inset: Übersichet der Expedition v.d. Steinen durch Brasilien. 1:7 500 000. *op. cit.*

Sketch map of part of Brazil showing the author's route from Rio de Janeiro to Maranhão. (1:5 000 000) 7¼ by 19½ inches. Vol. 1. James W. Wells, *Three thousand miles through Brazil*, 2 vols., London, 1886.

Physical map of Brazil, a sketch indicating the surface configuration of the country, by James W. Wells. (1:10 500 000) 17¾ by 17¾ inches vol. 2. *op. cit.*

Route map. Varjem Bonito to the Tocantins. (1:2 000 000) 2¼ by 6 inches. vol. 2 pg. 148. *op. cit.*

Route map, Carolina to Chapada. ..... (1:1 000 000) 2 by 5¾ inches Vol. 2. *op. cit.*

1887 — *Tableau d'assemblage des itinéraires de H. A. Coudreau et Campos de la rive septentrionale de l'Amazone*, 1885. 1:7 500 000. 9 by 6¾ inches. Henri A. Coudreau, *Études et voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*, Atlas Paris, 1887.

Mapa et Bas Araguary, levés à la boussole par H. A. Coudreau. 1:550 000. 12¾ by 14¼ inches. Pl. 2. Insets:

Lago Novo. 1:500 000.

Région au nord de Mapa. 1:1 000 000.

Amazone avec ses afluents de la rive septentrionale d'après les cartes originales et les documents locaux recueillis par H. A. Coudreau, 1885. 1:2 000 000. 19¼ by 5½ inches. *op. cit.*

Rios Negro et Uaupes, levés a la boussole par H. A. Coudreau, janvier-mai 1884 ..... 1: 2 500 000. 19 ¼ by 10¾ inches. *op. cit.* Pl. 4. Insets:

Sources du rio Uaupes. 1:4 000 000.

Chutes du rio Uaupes. 1:1 250 000.

Chutes du rio Negro. 1:1 250 000.

Rio Branco, levé à la boussole par H. A. Condreau, Juill. 1884-Fev. 1885. 1:1 500 000. 7 by 13 inches. Pl. 5. *op. cit.*

Carte des fazendas du rio Branco supérieur d'après les renseignements recueillis a Boa Vista par H. A. Coudreau en 1885. 1:1 000 000. 6½ by 6½ inches. Pl. 6. *op. cit.*

Carte des sources rivières Takutu, Mapouerre, Trombetta, Essequibo, etc., levée par H. A. Coudreau. Aout 1884 — janv. 1885. 1:700 000. 20½ by 10¼ inches. Pl. 7. *op. cit.*

Territoires contestés de Guyane. 1:7 500 000. 9 by 6½ inches. Pl. 8. *op. cit.*

1889 — *Map of Brazil.* 1:18 500 000. 9¾ by 14 inches. Inset: Pronvince de Rio de Janeiro. 1:6 000 000. p. 2. E. Levasseur, *Le Brésil*, Paris, 1889.

Recife, Olinda et environs. 1:100 000. 3¼ by 4¾ inches. *Bahia et environs.* 1:100 000. 4 by 4¼ inches p. 41. *op. cit.*

Carte des chemins de fer, Brésil central. 1:2 000 000. 16¾ by 9½ inches. p. 70. *op. cit.*

1890 — *Chart of the bay of Rio Janeiro.* (About 1:1 333,333) 3¾ by 4½ inches. p. 214. Frank Vicente, *Around and about South America.* New York, 1890.

Chart of a section of the lower Amazon. (About 1:2 250 000) 7 by 3¾ inches. p. 352. *op. cit.*

1892 — *Itinéraire de la mission de Brettes dans le Grand Chaco septentrional* (1886-88). (1:3 600 000) 6 by 5½ inches. Mallat de Bassilan, *L'Amérique inconnue*, Paris, 1892, p. 238.

Carta do Sul de Goiaz e triangulo mineiro por Oscár Leal, segundo as cartas existentes e observações próprias (Scale not determined) 11½ by 6½ inches. Oscár Leal, *Viagem às Terras Goyanas (Brazil central)* Lisboa, 1892.

1893 — *Région des invasions océaniques dans le golfe Brésilien.* 1:11 400 000. 4¼ by 3½ inches. p. 33. Élisée Reclus, *Nouvelle Géographie Universelle*, Vol. 18, Paris, 1893.

Région Vénézolano-Brésiliense des rivières bifurquées, d'après divers documents. ..... 1:4 000 000. 3½ by 5¾ inches. p. 189. *op. cit.*

1894 — *Misiones, territorio en litigio con sus alrededores by Estanislao S. Zeballos*, 1894. (1:1 000 000) 16¾ by 14¼ inches. p. 5. *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de limites con el Brasil en el terretório de Misiones* sometida al Presidente de los Estados Unidos, Washington, 1894.

South America in the 16th century, an ethnographical map... drawn by Luis L. Dominguez, London, 1890. (1:20 000 000) 12½ by 16½ inches. p. 18. *op. cit.*

Map of the discoveries, conquests, and colonizations made by Spain in the Goverment of the Rio da la Plata and of the Jesuiti Republic of Paraguay, within the limits of the territory adjudged to the sovereignty of Spain by the treaty of Tordesillas, 1494. (1:4 000 000) 25½ by 24 inches. p. 27. *op. cit.*

Mapa de Rui Diaz de Guzman, 1612. 5 by 4¾ inches. p. 40. *op. cit.*

Territory of Missiones, in accordance with the Argentine laws, presented to the Arbitrator by Estanislao S. Zeballos, 1894. (1:2 520 000) 8 ¾ by 7¾ inches. p. 94. *op. cit.*

Facsimile of the secret map sent by the King of Portugal to his sister, the Infanta Dona Barbara, Queen of Spain, 1752. 15¾ by 9¾ inches. p. 144. *op. cit.*

Map showing the error of 1759. (1:4 200 000) 5½ by 5¼ inches. p. 155. *op. cit.*

Map showing the lands granted by Spain to Portugal on the of the line of the treaty of Tordesillas, 1494, and the territories acquired by Brazil on the west of the boundary fixed by the treaty of 1777, by Estanislao S. Zeballos, 1894. (1:15 000 000) 16 by 19½ inches. p. 166. *op. cit.*

Comisión Mixta de Límites. Croquis de la embocadura del rio Peperí Guazú en el rio Uruguay. (1:500) . 24 by 18½ inches. p. 266. *op. cit.*

Plano de la embocadura del rio conocido en el Brazil por "Chapecó" y denominado "Piquiry-Guazú" por los Argentinos, por la Comisión Mixta de Límites, 1887. 1:5 000. 25 by 20 inches. p. 266. *op. cit.*

Plano del terreno compredido entre las cabeceras principales de los rios Piquirí-Guazú o Chapecó y San Antonio — Guazú de Oyarvide o Jangada, 1889; 1:12 500 000, 36¼ bí 19½ inches. p. 270. *op. cit.*

Planta do terreno entre as cabeceiras dos rios Santo Antonio e Pepiry Guassu. 1:50 000. 14¾ by 24 inches. p. 268. *op. cit.*

Minas Geraes et ses centres d'exploitation aurifères au temps des colies portugaises. 7½ by 7 inches. p. 10. M. Paul Ferrand, *L'or Y Minas Geraes* (Brésil), Vol. I, Ouro Preto, 1894, p. 14.

Carte des principaux gisements aurifères existant aux environs d'Ouro Preto. 7½ *by* 7½ inches. p. 100. *op. cit.*

Plan de la mine de Passagem. 8 by 6 inches. M. Paul Ferrand, *L'or à Minas Geraes* (Brésil) Vol. 2, Ouro Preto, 1894, p. 14.

Rivières de la zone littorale contestée entre la France et le Brésil, d'aprés H. Coudreau. 1:1 600 000. 4 by 5¼ inches. p. 25. Élisée Reclus, *Nouvelle Géographie Universelle,* Vol. 19, Paris, 1894.

Terre de Vera Cruz, premier littoral brésilien découvert, d'aprés Crockatt de Sá. ..... 1:500 000. 4½ by 4¾ inches. p. 93. *op. cit.*

Anciennes divisions politiques et frontières du Brésil. 1:52 000 000. 4¼ by 4¼ inches. p. 99. *op. cit.*

Brésil et Portugal. 1:88 000 000. 4¼ by 4¾ inches. p. 101. *op. cit.*

Colonia del Sacramento, d'aprés la carte marine. 1:950 000. 4¼ by 3¼ inches. p. 106. *op. cit.*

Relief du territoire Brésilien. 1:50 000 000. 4¼ by 4 inches. p. 133. *op. cit.*

Confluent du Solimões et du Japurá. ..... 1:8 500 000. 4¼ by 2½ inches. p. 124. *op. cit.*

Confluent du Uaupès et cataractes du rio *Negro,* d'aprés Coudreau. 1:1 500 000. 4¼ by 3½ inches. p. 128.

☞ Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F.

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

V

[1842 - 1850]

1842 — FRIEDEL, L.

Les emigrants au Brésil, imité de Mme. Amélie Schoppe — Troisiéme edition. — Tours, A. Mame & Cie., 1842 in-12, 180 pp.

1843 — DUFRENOY

Rapport sur un Mémoire de M. Pissis, intitulée: — "Sur la position géologique des terrains de la partie australe du Brésil et les soulévements qui à diverses époques ont changé le relief de cette contrée." — Comptes Rendus de l'Acad. Sci. vol. XVII, pp. 28-38, Paris, 1843. Esse trabalho foi editado na Alemanha, em 1844, segundo informa Alfredo de Carvalho.

DUGRIVEL, C. M. A.

"Des bords de la Saônéa la baie de San Salvador, ou premenade sentimentale en France et au Brésil." — Paris, Lacour, Libraire-Editeur, Rue des Boucheries, S. G., 38, 1843, in-8.º, 394 pp.

GIRARD, H.

Der Diamant und seine Muttergestein in Brasilien. — Newes Jahrbuch für Mineralogie, etc. 1843, pp. 30-310. Stuttgart, 1843.

HEINTZ, W.

Über den färbenden Bestandtheil des Feurrsteins, Cameos und Amethystes. — Poggendorff's Annalen, tomo LX, pp. 519-527. Leipzig, 1843.

DENIS, Ferdinand

"Le Monde Enchanté." — Cosmographie et histoire naturelle fantastique du Moyen-Age. — Orné d'une jolie gravure par M. Vattier. — Paris, A. Fournier, 1843 in-8.º, 376 pp.

1844 — ROCHEDER

Die urs prüngliche geognostic Lagers tätte der Diamanten in Brasilien. — Amtlicher Bericht über die einundswabzigste Versamlung deutscher Naturforcher und Aertzte in Gratz, 1843, vol. 4.º, pp. 105-107. — Gratz, 1844.

DUJARDIN ET DESMOULINS

Carte du cours de l'Amazone depuis l'Ille Acaraassú jusqu'à Obidos, comprenant le cours du Tapajoz depuis Curi jusqu'à son embouchure. — Ibe, ibidem.

Com o — "Plan du Moillage de Santarem, levé et dressé, en 1843, par Desmoulins.

1844 — DOY Y CARBONELL, Don Juan

Derrotero de las costas de la America Meridional. Comprehendidas entre la illa de Santa Catalina y el Maranhão y entre la misma y el Rio de la Plata. — Escripto en frances por el baron Roussin, y el Capitan Barral, e traducido por d. Juan Doy y Carbonell.

Barcelona, Impr. de D. A. Albert, 1844, in-4.º gr. com estampas.

DAMOUR, A.

Analyse de la bornine du Brésil (tellurure de bismuth) Comptes Rendus de l'Acad. Sci, vol. XIX, pp. 1000-10021. Paris, 1844.

HAIDINGER, Wilhelm

Über den durchsichtigen Andalusit von Minas Novas in Brasilien. — Em: Abhandlungen der koning. Böhmischen Gesellchaft der Wissenschaften; Série V, vol. III, paginas 236-270. — Praga, 1844, Alfredo de Carvalho informa que, no mesmo ano, foi lançada uma edição dessa mesma obra em Praga.

1835 — ENDLICHER, Stephano

Nova genera ad species plantarum quas in regno Chilen si Peruviano et in terra Amazonica annis 1827-1832 legit Eduardus Poeppig et cum Stephano Endlicher de secrip. incon. illustravit. — Lipsiae, Frid Hofmeiter, 1835-45, e vols. in-fol. com estampas coloridas.

1845 — FAMIN, M. C.

Ibidem. Tradução portugueza por XXX. — Lisboa, tip. de L. C. da Cunha, 1844-45, 2 vols. in-4.º com estampas.

1844 — HENWOOD, William Jory

Descriptive notice of the Morro Velho Mine, Province of Minas Geraes; and on the relations between the structure of the containing rocks and the directions of the shoots of gold in the Brazilian mines. Em Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall, tomo VI, pp. 143-146. — Penzance, 1846. — Also Philosophical Magazine, tomo XXV, pp. 341-344. London, 1844.

1845 — GUÉRIN, L.

Les marins illustres de la France. — Paris, 1845, ingr. com 17 retratos, entre outros, os de Villegaignon e Duguay-Trouin.

GESLIN, L. de

"Les Brésiliennes". — Rio de Janeiro, Imp. Française, 1845, in-12.

1845 — D'OSERY, E.

Observations géologiques sur la constitution de quelques parties du Brésil. — (Extrait d'une lettre á Elie de Beaumont) — Comptes Rendus de l'Acad. Sci., vol. XX, pp. 673-676, Paris, 1844. Nesse mesmo ano foi publicada uma edição da mesma obra.

DENIS, Fernand

"Brésil". — Paris, Firmin Didot, Frères, 1837, in-8.º 384 pp. e muitas gravuras. (Traduzida em portuguez por M. C. Jamin; Lisboa, tip. de L. C. da Cunha. 1844-1845, 2 vols., in-4.º).

1846 — DUJARDIN ET DESMOULINS

Plan de la rade et du port de Maranhan. — 1845-1846.

HENWOOD, William Jory

Notice of the Descoberta Gold Mine in Brasil; — Penzance, 1846.

1845 — GARDNER, George

Description of Peltophyllum, a new Genus of Plants allied to Triuris of Miers. & Em Trans. of Linnaea Society, tomo XIX (1845), pp. 155-160, com esps.

1846 — HAIDINGER, Wilhelm

Prefacio a — "Über das Geognostische Vorkommen der Diamanten und ihre Gewinnungsmethoden auf der Serra do Grão Mogol in der Provinz Minas Geraes, in Brasilien, von Virgil von Helmreichen." — Wien, 1846.

1845 — DAMOUR, A.

Analyse dun tellurure de bismuth du Brésil. Annales de Chimie et de Physique, 3e. série, vol. XIII, pp. 272-276. — Paris, 1845.

1846 — GONÇALVES PASCHOA, Antônio

Descripçam da Cidade, e barra da Paraíba — por A. G. Paschoa, pilôto natural de Peniche, que ha vinte anos que reside na dita Cidade. Alfredo de Carvalho esclarece que se trata de uma (Cópia extraída da Bib. Nacional de Madrid do Original feito judicialmente por ordem do Govêrno no ano de 1630, autêntica por Varnhagen, em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1846) 4 fls. in-folio.

DUJARDIN ET DESMOULINS

CARTE DU COURS de L'Amazone, depuis Macapá jusqu'á Ville Prainha. 1846 — Plan du mouillage de Macapá, levée et dressée, par Desmoulins.

1844 — GARDNER, George

On the existence of an immense deposit of chalk in the northern provinces of Brazil. — Em Proceedings of the Philosophical Society of Glasgow, tomo I, pp. 146-153. Illustrated. Glasgow, 1844.

1846 — GARDNER, George

Contributions to a History of the relation between climate and vegetation in various parts of the globe N.º 1: the vegetation of Rio de Janeiro. — Em: Journal Hort. Soc. of London, vol. I, pp. 191-198. London, 1846.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Bosquejo geognóstico do Brasil, com uma dissertação sôbre a matriz dos diamantes. — 2.º Aditamento a "Geologia Elementar de Nereo Boubée, 2.ª parte, pp. 35-39. — Rio de Janeiro, 1846.

HELMREICHEN, Virgil von

Reisebericht aus Minas Geraes vom 6 de Mai, 1846. Berichte über d. Mittheilungen von Freuden d. Naturwis senschaft in Wien, tomo II, pp. 137-151.

HENWOOD, William Jory

Notice of the Itabira an Santa Anna Mines in Brazil. — Penzance, 1846.

HEFNER, Dr. Jos. von

Reise in Brasilien von Dr. Joh. Bapt. von Spix und Dr. Carl. Friedr. von Martius. — Für die reisende Jugend bearb. und mit Worterklärungen versehen von Dr. Jos. von Hefner. — Augsburg, G. Jaquet, 1846, 2 vols. in-8.º com estampas. (Vide Spix e Martius).

GLOCKER, E. F.

Über brasilianische Diamanten. Erdmann's Journal Für Praklische Chemie, vol. XXXVIII, pp. 318-320, Leipzig, 1846.

DARWIN, Charles Robert

Geological observations on South America, being the third part of the geology of The Voyage of the "Beagle." London, 1846.

FLEURIOT DE LANGLE

Carte réduite de la côte septentrionale du Brésil. Partie comprise entre les atterrages de Maranham et le Cap Nord. 1846.

1846 — GARRIGA (Frei Benito de la)

Carta de Fr. Benito de la Garriga de 9 de junho del 1758, que trata da Passagem dos Holandezes de Essequibo para as vertentes do Amazonas. — Cópia extraída dos archivos da Hespanha (Real Arquivo das Índias) e traduzida por Francisco Adolfo de Varnhagen em abril de 1846. — in-folio de 5 fls.

FLEURIOT DE LANGLE

Plan de la rade et du port de Maranham, levé en 1845 publié en 1846.

FLEURIOT DE LANGLE

Plan de la baie de San Marcos ou de Maranham. — 1846.

DUJARDIN ET DESMOULINS

Carte réduite de la côrte septentrionale du Brésil. Partie comprise entre les atterages de Maranham et le Cap Nord; levée et dressée en 1844 par M. M. Tardy de Montravel. Dujardin, Le Serree, Fleuriot de Langle et Desmoulins. Publiée par ordre du roi, en 1846. — Gravé par Chassant. Ecrit par J. M. Hacq.

FLEURIOT DE LANGLE

Carte particulière du mouillage et des abords de la ville du Pará — 1840.

FLEURIOT DE LANGLE

Carte de la rivière du Pará et des ses atterrages. — 1846.

FLEURIOT DE LANGLE

Idem du cours de l'Amazone depuis ses embouchures jusqu'á Obidos. — 1846.

FLEURIOT DE LANGLE

Idem, idem, Comprenant le cours du Tapajoz depuis Curi jusqu'á son embouchure. — 1846.

FLEURIOT DE LANGLE

Idem, idem depuis Macapá jusqu'á Villa Prainha et des Fouros do Breves — 1846.

FLEURIOT DE LANGLE

Idem, idem, depuis le Cap Magari jusqu'á Macapá, au Nord, et depuis l'entrée du Pará jusqu'à Breves ao Sud de l'Ille de Marajó. 1846.

1846 — DUJARDIN ET DESMOULINS

Plan du mouillage des illes San João, levé et dressé en 1844 par M. Desmoulins. — Gravé par Chassant. Ecrit par J. M. Hacq. 1846.

DUJARDIN ET DESMOULINS

Plan de la baie de San Marcos ou de Maranhan. — Ibe, ibidem, em 1845. — Gravé par Jacobs. Écrit par J. M. Hacq. — 1846.

DUJARDIN ET DESMOULINS

CARTE DU MOUILLAGE et des abords de la ville du Pará Ibe, ibidem. 1846. Gravé par Jacobs.

DUJARDIN ET DESMOULINS

Carte du cours de l'Amazone depuis de Cap Magoari jusqu'á Macapá, au Nord, et depuis l'entrée du Pará jusqu'á Breves au sud de l'Ille de Marajó — Ibe, ibidem, 1846.

DUJARDIN ET DESMOULINS

Carte du cours de l'Amazone depuis ses embouchures jusqu'á Obidos. — Ibe, ibidem. — Gravé par Jacobs. 1846.

1847 — EDWARDS, William H.

"A voyage up the river Amazon, including a residence at Pará". — London: Albemarle Street (London: Printed by William Clowes and Sons, Stamford Street), 1847, in-8.º, VIII — 210 pp.

KALKMANN (L. F.) und KOELER (J. F.)

Memorial relativo a uma companhia que pretendiam organizar para encaminhar a emigração alemã para o Brasil. — Rio de Janeiro, 1847, in-8.º.

KALKMANN (L. F.)

Reiselbriefe aus Brasilien, mit besonderer Rucksicht auf die Auswanderung. — Bremen, 1847, in-8.º.

HELMREICHEN, Virgil von

Über das geognostische Verkommen der Diamanten und ihre Gewinnungs-Methoden auf der Serra do Grão Mogor. — Vorworte W. Haidinger. — Wien, 1847.

1847 — GUÉRIN. L.

Les Navigateurs Français; histoire des navigations, découvertes et colonisations françaises. — Paris, 1847. in-8.º gr. 6 gravs. e 6 retratos.

DELAFAYE-BRÉHIER, Julie

Les portugais d'Amérique. Souvenirs historiques de la guerre du Brésil en 1635, contenant un tableu interéssant des moeurs et usages des tribus sauvages, des détails instructifs sur la situation des colons dans cette parti du Nouveau-Monde. — Ouvrage destiné á la jeuneusse. — Illustrée de 12 dessins imprimés en 2 couleurs. — Paris, P. C. Lehuby, 1847, in-8.º. 354 pp. e 12 estps.

1848 — GARDNER, George

Reisen im Inneren Brasiliens, besonners durch die norr dlichen Provinzen und die Gold- und Diamanten-districts Aus dem Englischen von M. B. Lindau.

— Dresden und Leipzig, Arnoldische Buchhandlung (Druck von C. Heinrich in Dresden), 1848, 2 vols. in-8.º — 1.º XII — 298 pp. e 1 mapa; VI — 374 pp.

DELESSERT, Eugéne

Voyages dans les océans Atlantique et Pacifique, 1844-1846. — Brésil, Etats-Unis, Cap de Bonne Esperance, & Paris, A. Franck, 1848, In-4.º, com estps.

FEUCHTWANGER, Lewis

A treatise on gems, in reference to their practical and scientific value... accompanied by a description of the most interesting American gems and ornamental and architectural materials. — New York, 1838, in-8.º de 162 pp.

1849 — EBELING, A.

Bruchstuecke aus der Beschreibung meiner reise mach Brasilien. Hamburg, 1849, in-8.º.

HUMBOLDT, Fred. H. Alexander der (Baron von)

Travels in the south of Europe and in Brazil; with a voyage up the Amazon and its tributary the Xingú, now first explored by Prince Adalbert of Prussia (1842-43). Transl. by Sir R. H. Schomburgh and J. E. Taylor, with an introduction by Baron von Humboldt. — London, D. Bogue, 1849, 2 vols. in-8.º com retr. e ch.

DRIESEN, Ludwig

Leben des fürsten Mohann Moritz von Nassau Siegen, General — Gouverneurs von Niederländisch — Brasilien, dann Kur-Brandenburgischen Stathalters von Cleve, Mark, Revensberg und Minden Meisters des St. Johanniter — Ordens zu Sonnenburg und Feldmarschalls der niederlande. — Berlin, Verlag der Deckeischen Geleimen Ober — Hofbuchdruckerei, MDCCCXLIX (1849), in-8.º, XVII 375 pp. e 1 fac-smile.

1849 — DUFRENOY

Compact diamond from Brazil. — Amer. Jour. Sci. 2d. series, tomo VII, p. 433, New Haven, 1849.

GARDNER, George

Travels in the interior of Brazil, principally through the Northern Provinces, and the Gold and Diamond Districts, during the years 1836-1841.

London— Printed and published by Reeve, Brothers, King William Street Strand, 1836, in-8.º XVI 562 pp. e 1 estp. e 1 mapa. (Second edition. — Ibe, 1849, in-8.º XVIII 428 pp. 1 est. e 1 mapa do Brasil).

1850 — DENIS, Ferdinand

Une fête Brésilienne célébrée á Rouen en 1550, suivie d'un fragment du XVI siécle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil et des poésies en langue tupique de Cristovam Valente. — Paris, J. Techener, 1850, in-8.º, 104 pp. e 1 grav.

GLAEBER, Dr.

Deutsche Auswandenrung und Kolonisation. Erster Rechenschaftsbericht des Berliner Vereins zur Centralisation Deutscher Auswanderung und Kolonisation, erstattet im Auftrage des Verwaltungsraths vor Dr. Glaber, & Berlin, in Commission bei F. L. Schneider & C. (Druck von C. A. Schiementz u. Co.), 1850, in-8.º.

FIGANIERE, Jorge Cesar

Bibliografia Histórica portuguesa, ou catálogo metódico dos autores portugueses, e de alguns estrangeiros domiciliados em Portugal, que trataram da História civil, política e eclesiástica dêstes reinos e seus domínios, e das nações ultramarinas, e cujas obras correm impressas em vulgar; onde também se apontam muitos documentos e escritos anónimos que lhe dizem respeito. Por Jorge César Figaniere, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. — Lisboa, na Typ. do Panorama, 1850 in-8.º VIII, mais 349 pp. nums. 5 pp. nums. errata e 3 pp. finais.

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

V

(MAPAS DE N.os 401 a 500)

N.º 401 — Mapa da região de Herval (Rio Grande do Sul) — Escala: 1.100.000 — Dim. 0,589 x 0,514 — Editor: Serv. Geol. Miner. do Brasil — Imp. Serv. Geól., Miner. do Brasil — Côres: das convenções cartográficas.

N.º 402 — Mapa da Estrada de Rodagem de Minas Gerais — fôlha A. — Escala: 1:500.000 — Dim. 0,601 x 0,840 — Editor: F. Mesquita — Imp. cópia ozalide — Côres: das convenções — 1934.

N.º 403 — Mapa da Estrada de Rodagem de Minas Gerais — folha B. — Escala 1:500.000 — Dim. 0,601 x 0,852 — Editor: F. Mesquita — Imp. Cópia ozalide — Côres: das convenções — 1934.

N.º 404 — Mapa do Reino da Itália — Escala 1:3.000.000 — Dim.: 0,542 x 0,405 — Editor: Instituto Geográfico de Agostini — Novara — Imp. Instituto Geográfico de Agostini-Novara — Côres: das convenções.

N.º 405-406 — Carta do Distrito Federal. Escala: 1:50.000 — Dim.: 0,778 x 0,444 — Imp. Serviço Geográfico Militar — Editor: Serviço Geográfico Militar — Côres: das convenções — 1922 (2 fls.).

N.º 407 — Map of the Britsh Isles — Escala: 1:1,6222.000 — Dim. 0,864 x 0,705 — Editor: Gilbert Growenor — Autor: National Geographic Magazine — côres: das convenções — 1937.

N.º 408 — Carta marítima. Brasil — costa leste Enseadas do Cabo Frio — Escala: 1:20.000 — Dim. 0,658 x 0,460 — Editor: Diretoria de Navegação — Imp. Diretoria de Navegação — côres: das convenções — 1936.

Ns. 409, 410, 411 e 412 — Quadrícula do Brasil, para base da carta geológica na escala de 1:100.000 — Escala: 1:4.000.000 — Dim. 1,244 x 1,407 — Editor Serv. Geol. Min. Brasil — Imp. Serv. Geol. Min. Brasil — côres: das convenções cartográficas — 1935 (4 fls.).

N.º 413 — Carta do Estado da Baía — Escala: 1:2.000.000 — Dim. 0,591 x 0,519 — Editor: Dir. Serv. Geogr. Geol. Mete. da Baía — Imp. Dir. Serv. Geogr. Geol. Mete. da Baía — côres: das convenções cartográficas — 1936.

N.º 414 — Mapa de mineralogia indicando as jazidas existentes no Estado do Ceará — Escala: 1:1.000.000 — Dim. 0,604 x 0,464 — Editor: cópia ozalide — 1937

N.º 415 — Planta do Distrito Federal — Escala: 1:125.000 — Dim. 0,058 x 0,030 — Editor: Dep. Geografia e Estatística da P. D. F. — Imp. Gab. Foto-cartográfico do D. G. E. — côres: 6. — 1943.

N.º 416 — Carta do Estado do Rio — fôlha São Gonçalo — Escala: 1:50.000 — Dim. 0,390 x 0,360 — Editor: Serv. Geog. do Exército — Imp. Serv. Geog. do Exército — côres: das convenções — 1934.

N.º 417 — Carta do Estado do Rio — folha Niterói — Escala: 1:50.000 — Dim. 0,390 x 0,364 — Editor: Serv. Geog. do Exército — Imp. Serv. Geog. do Exército — côres: das convenções.

N.º 418 — Carta do Estado do Rio — folha Caxias — Escala: 1:50.000 — Dim. 0,390 x 0,365 — Editor: Serv. Geog. do Exército — Imp. Serv. Geog. do Exército — côres: das convenções cartográficas — 1935.

Ns. 419, 420, 421 e 422 — Cartas das jazidas minerais do Brasil — Escala: 1:4.000.000 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — Imp. Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções (4 fls.).

N.º 423 — Folha Baía — Escala: 1:1.000.000 — Dim.: 0,463 x 0,659 — Editor: S.A.I.C.V.O.P. — Imp. S.A.I.C.V.O.P. — côres: das convenções — 1937.

N.º 424 — Mapa da Ilha de São Luiz (Maranhão) — Escala: 1:80.000 — Dim.: 0,516 x 0,575 — Editor: I. A. de Moura — Imp. Emp. Gráfica Amazônia — côres: das convenções — 1923.

N.º 425 — Carta rodoviária do Brasil, folha 2. D. Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná — Escala: gráfica — Dim.: 0,595 x 0,916 — Editor: Touring Club do Brasil — côres: das convenções.

N.º 426 — Standard time zones of the United States — Escala: 1:7.000.000 — Dim.: 0,450 x 0,717 — Editor: U. S. Department of Commerce — côres: das convenções.

N.º 427 — Carta marítima — Brasil — Costa Sul. B. da Ilha Grande. parte W. — Escala: 1:50.000 — Dim.: 0,661 x 0,967 — Editor: Diretoria de Navegação — côres das convenções — 1936.

N.º 428 — Carta marítima. Brasil costa sul. Paratí e enseadas até Juatinga — Escala: 1:25.000 — Dim.: 0,677 x 0,970 — Editor: Diretoria de Navegação — côres: das convenções — 1935.

N.º 429 — Natural Forest Regions of North American — Dim.: 0,459 x 0,348 — Editor — Department of Agriculture — côres: das convenções — 1910.

N.º 430 — Plano geral da viação férrea e fluvial do Brasil — Escala: 1:6.000.000 — Dim.: 0,795 x 0,808 — Editor: Insp. Federal de Estradas — côres: das convenções — 1936.

Ns. 431, 432, 433 e 434 — Planta geral da Serra da Ibiapava — Escala: 1:250.000 — Dim.: — Editor: Com. Lim. Est. do Norte — côres: das convenções — 1924 (4 fls.).

N.º 435 — Mapa da viação do Estado de Minas Gerais — Escala: 1:500.000 — Dim.: 0,752 x 0,915 — Editor: Insp. Federal de Estradas — côres: das convenções — 1937.

N.º 436 — Mapa da viação férrea do Estado do Rio Grande do Sul — Escala: 1:1.500.000 — Dim.: 0,558 x 0,677 — Editor: Insp. Federal de Estradas — côres: das convenções — 1938.

N.º 437 — Carta geral do Estado de São Paulo, mostrando todos os trabalhos executados pela Com. Geog. e Geológica. Escala: 1:2.000.000 — Dim. 0,535 x 0,531 — Editor: Com. Geog. Geol. São Paulo — côres: das convenções — 1929.

N.º 438 — Mapa rodoviário do Estado do Rio — Escala: 1:600.000 — Dim. 0,579 x 0,772 — Editor: Secr. Prod. do Estado do Rio — côres: das convenções — 1935.

N.º 439 — Plano geral de viação férrea e fluvial do Brasil — Escala: 1:6.000.000 — Dim.: 0,800 x 0,801 — Editor: Insp. Federal de Estradas — côres: das convenções — 1938.

Ns. 440 e 441 — Mapa da Ilha do Governador. Escala: 1:10.000 — Dim.: 0,713 x 1.222 — Editor: Serv. Geog. do Exército — côres: das convenções — 1922 (2 fls.).

N.º 442 — Carta da região entre os Rios Ijuí e Ibicuí — Escala: 1:500.000 — Dim.: 0,474 x 0,652 — Editor: Com. de Carta Geral do Brasil — côres: das convenções — 1928.

Ns. 443 e 444 — Carta da região entre os Rios Ijuí e Ibicuí — Escala: 1:250.000 — Dim.: 0,940 x 1,360 — Com. Carta Geral do Brasil — côres: das convenções — 1928 (2 fls.).

N.º 445 — Carta geográfica da fronteira entre o Brasil-Suriname — Escala: 1:300.000 — Dim.: 0,719 x 0,835 — Editor: Com. Mixta Brasileiro-Neerlandeza — côres: das convenções — 1938.

Ns. 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 e 453 — Carta Geral do Dist. Federal — Escala: 1:25.000 — Dim.: 0,970 x 0,760 — Editor: Serviço Geográfico Militar — Impressor: S.G.M. — côres: das convenções — 1922 (8 fls.).

N.º 454 — Mapa do Estado do Pará — Escala: 1:2.250.000 — Dim. 0,630 x 0,730 — Editor: Govêrno do Estado — côres: 2 — 1908.

N.º 455 — Carta Geral do Estado do Mato Grosso — Escala: 1:3.000.000 — Dim.: 0,780 x 0,680 — Editor: Comissão Rondon — Impressor: Cia. Litográfica Ipiranga — São Paulo-Rio — côres: 1 — 1922.

N.º 456 — Carta Geográfica do Estado do Rio Grande do Sul — Escala: 1:1.000.000 — Dim. 0,880 x 0,840 — Editor: Echeenique Irmãos & Cia. — Impressor: Erhard Flères — côres: 3 — 1902.

N.º 457 — Carta mostrando os trabalhos do Serviço de Proteção aos Índios — Escala: 1:7.000.000 — Dim.: 0,646 x 0,652 — Editor: Min. Trabalho, Ind. e Comércio — côres: das convenções — 1930.

N.º 458 — Esbôço topográfico da região entre Barra do Piraí e Paracambí — Escala: 1:50.000 — Dim.: 0,569 x 0,410 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções.

N.º 459 — Planta da cachoeira do Macuco. Rio Paquequer. Escala: 1:2.000 — Dim.: 0,430 x 0,622 — Editor: Serviço de Águas. D.N.P.N. — côres: das convenções — 1931.

N.º 460 — Planta da lagoa de Araruama — Escala: 1:50.000 — Dim. 0,515 x 0,928 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções — 1909.

N.º 461 — Mapa geral da fronteira Brasil-Perú — Escala: 1:750.000 — Dim.: 0,655 x 0,714 — Editor: Serviço Geg. Militar — Côres: das convenções — 1909.

N.º 462 — Carta do Estado do Rio — Região de Resende — Escala: 1:20.000 — Dim.: 0,520 x 0,715 — Editor: Serv. Geog. do Exército — 1935.

Ns. 463, 464, 465 e 466 — Carta do Rio Javarí — Escala: 1:86.485 — Dim.: 0,591 x 0,845 — côres: das convenções (4 fls.).

N.º 467 — Mapa fitogeográfico — R. G. do Norte e Ceará Sul — Escala: 1:2.000.000 — Dim.: 0,377 x 0,230 — Editor: I.F.C.O.S. — Impressor: Cia. Litográfica Ipiranga — côres: 5 — 1922.

N.º 468 — Planta da cidade de Juiz de Fora e imediações. Escala: 1:20.000 — Dim.: 0,382 x 0,510 — Editor: Imprensa Oficial — côres: das convenções — 1930.

N.º 469 — Esbôço geológico do Estado de Serviço — Escala: 1:500.000 — Dim. 0,545 x 0,487 — côres: das convenções — 1924.

N.º 470 — Mapa do rio Erepecurú — Escala: 1:500.000 — Dim.: 0,238 x 0,913 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções.

N.º 471 — Planta da Cachoeira do Adão e Corredeiras. Rio Paquequer — Escala: 1:4.000 — Dim.: 0,343 x 0,660 — Editor: Serv. de Águas — 1931.

N.º 472 — Mapa demonstrativo das salinas do Ceará — Escala: — Dim.: 0,483 x 0,323 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil. Imp. Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções — 1930.

N.º 473 — Cachoeira da Fumaça. Rio Fumaça. Baía — Escala: 1:4.000 — Dim.: 0,555 x 0,534 — Editor: Serviço de Águas — Imp. Serviço de Águas — côres: das convenções — 1931.

N.º 474 — The state of Bahia — Brasil — Escala: 1:2.000.000 — Dim.: 0,578 x 0,529 — Imp. J. W. Clement Cia. Editor Comp. Energia Elétrica da Baía — côres: das convenções — 1931.

N.º 475 — Planta de Teresina — Escala: 1:10.000 — Dim.: 0,584 x 0,634 — Imp. cópia ozalide — Editor: Prefeitura Municipal — 1936.

N.º 476 — Carta reduzida pela que foi organizada pela Com. Mixta Brasileira e Argentina — Escala: 1:751.800 — Dim.: 0,400 x 0,505 — côres: das convenções.

N.º 477 — Mapa do caminhamento entre o Salto do Rio Sepotuba e o Pôrto dos Bugres. Estado de Mato Grosso — Escala: 1:100.000 — Dim.: 0,279 x 0,910 — Editor: Hartmann-Reichmbach — Imp. Hartmann-Reichembach — côres: das convenções — 1911.

N.º 478 — Mapa pluviométrico do Nordeste — Dim. 0,570 x 0,800 — Editor: I.F.C.O.S. — côres: 2 — 1920.

N.º 479 — Mapa das cabeceiras do Rio Jaquirana. Alto Javarí desde o observatório brasileiro até a nascente principal — Escala: 1:4.000 — Dim.: 0,538 x 0,627 — Editor: Imprensa Nacional — côres: das convenções — 1901.

N.º 480 — Mapa das linhas telegráficas entre Barra do Rio Grande e Carinhanha — Escala: 1:500.000 — Imp.: original — Dim.: 0,385 x 0,970 — 1923.

N.º 481 — Planta de reconhecimento para a estrada de rodagem Colatina-Nova Venecia — Escala: 1:50.000 — Dim.: 0,927 x 0,715 — côres: ozalide — 1933.

N.º 482 — Mapa geológico dos rios Icana, Aiarí e Vaupés — Escala: 1:500.000 — Dim. 0,378 x 0,807 — Imp. Serv. Geol. Min. do Brasil — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções — 1928.

N.º 483 — Mapa do rio Oiapoque e seus afluentes na margem brasileira — Escala: 1:500.000 — Dim.: 0.575 x 0,455 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — 1933.

N.º 484 — Mapa do reconhecimento do Vale do rio Santo Antônio, Estado da Baía — Escala: 1:250.000 — Dim.: 0,405 x 0,552 — Editor: Serviço de Águas — 1931.

N.º 485 — Mapa dos rios Tartarugal e Flexal. Estado do Pará. Escala: 1:50.000 — Dim.: 0,270 x 0,475 — Editor: Serviço Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções cartográficas — 1933.

Ns. 486, 487 e 488 — Mapa do rio Gurupí — Escala: 1:250.000 — Dim.: 0,744 x 1,440 — Editor: Serv. Geol. Min. do Brasil — côres: das convenções — 1935 (3 fls.).

N.º 489 — Mapa da região compreendida entre os rios Mucurí e Itaúna — Escala: 1:100.000 — Dim.: 0,807 x 0,830 — Editor: cópia ozalide.

N.º 490 — Esbôço topográfico da zona limítrofe entre Minas e Espírito Santo — Escala: 1:250.000 — Dim.: 0,890 x 0,664 — Imp.: cópia ozalide — 1939.

Ns. 491, 492, 493 e 494 — Carta geral da fronteira do Império do Brasil com o Estado Oriental do Uruguai — Escala: 1:360.000 — Editor: — Dim.: — 1860 (4 fls.).

Ns. 495, 496, 497, 498, 499 e 500 — Carta geral da fronteira entre o Brasil e a Bolívia — Escala: 1:60.000 — côres: das convenções — 1878 (6 fls.).

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Lista de publicações

Biblioteca Central do C. N. G.

Publicações entradas durante o ano de 1942

V

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS — *Orçamento para* 1942 — 23 x 16 cm. — Diário Oficial — Niterói — Rio de Janeiro — 1941 — 24 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU' — (Ceará) — *Decreto-lei n.º* 43, *de* 20 *de julho de* 1941 — (Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Ipú para o Exercício Financeiro de 1942 — 23 x 16 cm. — Imprensa Oficial — Fortaleza —1942 — 25 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL — *Natal e o seu progresso* — 23 x 30 cm. — Com ilustrações — 1941 — 53 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO — Estado do Rio de Janeiro. *Orçamento para 1942* — 23 x 16 cm. — Oficinas do Diário Oficial — Niterói — 1941 — 10 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA — (Estado do E. Santo) — *"Município de Santa Teresa"* — (Estatística — Corografia — História) — Prefácio do Prefeito Municipal Eurico Hildebrando Aurélio Ruschi — Oficinas Gráficas do I.B.G.E. — Rio — Edição ilustrada — 99 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA — Est. do Esp. Santo — *Regulamento do Departamento Municipal de Estatistica e Bibliopinacoteca Municipal* 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Vitória — 1941 — 26 páginas.

PRIMITIVO MOACYR — *A Instrução e o Império* — 1.º volume — Da Coleção Brasiliana — vol. 66 — Série 5.ª — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1936 — 614 páginas.

Programa da Secretaria da Agricultura do Estado da Baia na Interventoria Landulpho Alves — III volume — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Escola Tipográfica Salesiana — Baia — 1941 — 82 páginas.

QUEIROZ, Carlota Pereira de — *Das vantagens da Generalização do Exame Hermatológico e sua aplicação em medicina social* — Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo — São Paulo — 1941 — 32 páginas.

QUEIROZ, Carlota Pereira — *Homenagem ao Professor Miguel Couto* em 19-5-1941 — Edição da Academia Nacional de Medicina — Rio de Janeiro — 1942 — 8 páginas.

QUERINO, Manuel — *Costumes africanos no Brasil* — Civilização Brasileira, S/A — Rio de Janeiro — Brasil — 1938 — 346 páginas.

RADLER DE AQUINO — Capitão de Mar e Guerra — *A Navegação Hodierna no ar e no mar com tábuas náuticas ultra-simplificadas"* — Contendo várias ilustrações cartográficas — Suplemento técnico da "Revista Marítima Brasileira" — Composto e impresso na Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 80 páginas.

RAIOL, Domingos Antônio — *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de* 1821 *até* 1835 — (vol. 4.º) — Tip. Hamburguesa do Lobão — Rio de Janeiro — 1884 — 499 páginas.

RAIOL, Domingos Antônio — *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará* — (1821 — 1835) — Tip. de Tavares Cardoso & Cia. — Belém — 1889 — 147 páginas.

RAIZMAN, Isaac Z. — *História dos Israelitas no Brasil*— Editorial "Buch Presse" — São Paulo — 1937 — 102 páginas.

RAJA GABAGLIA, Fernando A. e João C. Raja — *Curso de Geografia* — 1.ª série — 5.ª edição — Rigorosamente de acôrdo com o programa atual — F. Briguiet & Cia. — Rio — 80 páginas de ilustrações — 162 páginas.

RAJA GABAGLIA, Fernando A. e João C. Raja — *Curso de Geografia* — 2.ª série — 3.ª edição — Rigorosamente de acôrdo com o programa atual — F. Briguiet & Cia. — Rio — 114 páginas com ilustrações — 233 páginas.

RAMBO, P. B. (S.J.) — *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* — (Viagens de estudo) — Edição ilustrada com várias fotografias — 23 x 16 cm. — Tipografia do Centro — Pôrto Alegre — R.G.S. — 1940 — 54 páginas.

RAMOS, Arthur — *Introdução à Psicologia Social* — Edição da Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1936 — 371 páginas.

RAMOS, Nereu — A obra nacionalizadora do Estado Novo — Educação Física — Florianópolis — 1939 — 22 páginas, Imprensa Oficial.

RAMOS, Dr. Nereu — *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República* — 28 x 19 cm. — Com ilustrações fotográficas — Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina — 1940 — 226 páginas.

RAMOS, Vidal — *Notas sôbre a Fundação de Lajes* — Publicação n.º 13 do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina — Imprensa Oficial — Florianópolis — 25 páginas.

RAMOS, Victor de Carvalho — *Goiânia* — Sem indicação da casa impressora — Goiaz — 321 páginas.

RANGEL FILHO, Antenor — *Colóides e Cristalóides* — 24 x 16 cm. (Separata da Revista Siniátrica — Est. Graf. Muniz — Com ilustrações fotográficas — Rio de Janeiro — 1941 — 94 páginas.

REED, F. R. Cowper — *Alguns lamelibrânquios triássicos do Brasil e do Paraguai* — 23 x 16 cm. — Gravuras e mapas — Serv. Geol. e Mineralógico — 1940 — 31 páginas.

REGIS, Lebon — *O Perigo Alemão e o Problema do ensino em Santa Catarina* — (Discurso) — Questões de Limites — Tip. do Journal do Comércio — Rio de Janeiro — 1917 — 19 páginas.

REIS, Gelmires — *Efemérides Goianas* — (1 vol. Janeiro) — 24 x 17 cm. — Gráficas Luzianas — Santa Luzia — 1942 — 85 páginas.

REIS, Gelmires — Principais Efemérides da História de Goiaz, até 1929 — 1.º volume — Imprensa Oficial — Goiânia — 1941 — 15 páginas.

REIS, J. D. Bueno dos — *A Pediculose nos Parques Infantis de São Paulo* — (Separata da Revista do Arquivo n.º LXXVII) — 23 x 16 cm. — Com ilustrações gráficas — Departamento de Cultura — São Paulo — 1941 — 20 páginas.

REIS, Dr. J. D. Bueno dos — *Acidentes nos Parques Infantis de São Paulo* — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 1941 — 15 páginas.

RIBAS, Manoel — (Interventor Federal no Estado do Paraná) — *Relatório apresentado a S. Excia. o Sr. Dr. Getúlio Vargas,* M.D. Presidente da República, pelo... (exercícios de 1932/39) — 33 x 24 cm. — Litografia Progresso — Curitiba — Com ilustrações fotográficas — 1940 — 62 páginas.

RIBEIRO DA SILVA, Hermano — *Nos Sertões do Araguaia* — Edições Cultura Brasileira — São Paulo — 1935.

RIBEIRO, Eurico Branco — *Esbôço da História do Oeste do Paraná* — Publicação n.º 1 do Diretório Regional de Geografia do Estado do Paraná — 23 x 16 cm. — Composto e impresso na Tipografia João Haupt & Cia. Curitiba — Paraná — Brasil — 1940 — 93 páginas.

RIBEIRO, Dr. Fonseca — *Algumas bases para a alimentação racional do povo brasileiro* — 23 x 16 cm. — Sec. Ag. Ind. Cia. de S. Paulo — 1941 — 30 páginas.

RIBEIRO NOGUEIRA, Odilon — *Exterior dos Grandes Animais Domésticos* — São Paulo — 1920 — 207 páginas.

ROCHA, Pinto da — *Cartas abertas* — Réplica e Tréplica ao Exmo. Sr. Dr. Conrado Miller de Campos, Intendente Municipal do Rio Grande — Tip. e Livr. "A Nacional" — Pôrto Alegre — 1902 — 481 páginas.

ROCHA POMBO — *História do Paraná — Resumo Didático* — Companhia Melhoramento de São Paulo — São Paulo — 144 páginas.

RODRIGUES, Milton — *Alguns Conceitos Básicos de Estatística* — (Conferência) 23 x 15 cm. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio — 1939 — 19 páginas.

RODRIGUES, Milton — *Alguns Conceitos Básicos de Estatística* — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1939 — 19 páginas.

RODRIGO OTÁVIO — *A Balaiada 1839* — 25 x 17 cm. — Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 62 páginas. Contém o seguinte sumário: Introdução — Preliminares da Revolução — Na Vila da Manga — O Cerco de Caxias — A ocupação de Caxias — Comissão à Capital — Expedições no Sertão — O Preto Cosme — O Capitão Sabino — Conclusão.

ROSA, Othelo — Vultos da Epopeia Farroupilha — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1935 — 224 páginas.

ROLIN, Camilla — *Sôbre uma substância graxa do litoral do Piauí* — 23 x 16 cm. — Instituto Nacional de Tecnologia — Rio de Janeiro — 1941 — 16 páginas.

RILLEMBERG, Luiz Dias — Emancipação Econômica do Brasil — 23,5 x 16 cm. — Livr. Martins — Rio — 151 páginas.

ROOSEVELT, Franklin D. — Nossa Democracia em Ação — (Tradução de Homero de Castro Jobim) — 20 x 13 cm. — Livraria Globo — Pôrto Alegre — 191 páginas.

ROWER O.F.M. Frei Basílio — *Páginas de história Franciscana no Brasil* — 23,5 x 16 cm. — Editora Vozes Ltda. — Rio de Janeiro — 1941 — 660 páginas.

RUBENS, Carlos — *As Artes Plásticas no Brasil e o Estado Novo* — 25 x 12 cm. — D.I.P. — 1941 — 42 páginas.

RUY BARBOSA, — *A transação do Acre no tratado de Petrópolis* — 23 x 16 cm. Tip. do Jornal do Comércio — 1906 — 126 páginas.

SÁ NUNES, José de — *Curitiba Perante a Filologia* — Tip. João Haupt & Cia. — Curitiba — Paraná — 1930 — 15 páginas.

SÁ, Paulo — *A orientação dos edifícios nas cidades brasileiras* — 22 x 16 cm. Edição do Instituto Nacional de Tecnologia — Composto e impresso na soficinas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 93 páginas.

SAINT-HILAIRE, Augusto de — Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil — Tradução de Leonam de Azevedo Pena — Vol. 210 de série 5.ª — Brasiliana — 19 x 13 cm. — Com ilustrações fotográficas — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 452 páginas. História dos distritos dos diamantes — sua administração — Viagem de Tijuco ao morro de Gaspar Soares pela serra da Lapa — A cidade de Sabará — Estrada de Sabará a Vila Rica — Parada nos arredores de Vila Rica — Criação de Gado — Congonhas do Campo — São João del-Rei — Viagem de São João del-Rei ao Rio de Janeiro — Descrição da região situada entre a capital do país e o lugar chamado Cabeçú — Os lagos Saquarema e Araruama — Comparação dos indigenas do Brasil com os Chineses — História sucinta da civilização dos índios do Brasil — A aldeia de S. Pedro dos índios — Modo de viajar — A cidade de Cabo Frio e o promontório do mesmo nome — Viagem de Cabo Frio a Macaé — A aldeia de S. João da Barra — A cidade de Macaé — Viagem dessa cidade aos limites do distrito de Campos dos Goitacazes — Viagem no distrito de Campos de Goitacazes.

SALDANHA, R. — FRANCO, RR. — *Mineralogia n.º 1* — 24 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — S. Paulo — 1938 — 33 páginas.

SALES, Efigênio de — *Ao Serviço do Amazonas* — 22 x 15,5 cm. — 1934 — 24 páginas.

SALIS GOULART, Jorge — *A Formação do Rio Grande do Sul* — 2.ª edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1933 — 262 páginas.

SAMPAIO FERNANDES, J. — *Indústria do Sal* — (Relatório apresentado, em setembro de 1937, ao Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga) 23 x 17 cm. — Com duas plantas — Serviço de Publicidade Agrícola — Rio de Janeiro — 1939 — 102 páginas. A indústria do Sal — Qualidade do Sal — O ponto de vista Microbiano — Sugestões.

SAMPAIO, Filgueira — Noções de História do Ceará — 2.ª edição — 19 x 14 cm. — Papelaria Vera Cruz — Baía — 1941 — 78 páginas. Descobrimento e doação da Capitania do Ceará — Origem da palavra Ceará — A expedição de

Pero Coelho — A retirada de Pero Coelho — Malograda tentativa de Catequese — Os Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira — Soares Moreno, o fundador do Ceará — Iracema e o Guerreiro Branco — Indígenas do Ceará — O selvícola Cearense — Domínio Holandês — Povoamento do Solo — A Emigração Cearense e a conquista do Acre — As sêcas do Ceará — Cearenses ilustres — Ceará intelectual.

SANTA ROSA, Henrique A. — Limites do Amazonas e Pará — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — Belém — 1937 — 333 páginas.

SANTOS, Evandro *Tábuas de Navegação* — 2.ª edição — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Jornal do Comércio" — Rio de Janeiro — 95 páginas.

SANTOS, Evandro — Navegação Estimada — 3.ª edição — Rodrigues & Cia. — Rio — 1942 — 242 páginas.

SANTOS, Urbano B. — Colheita, Transporte e Embalagem de Laranjas — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Rio Grande do Sul — 1940 — 7 páginas.

SANTOS, José Nicolau dos — *Elementos de Estatística* — Estudos Sociais Técnicos n.º 1 — Série Comercial — 19 x 14 cm. — Editora Guaíra Limitada — Curitiba — 1940.

Sumário: História da Estatística — Objeto e definições — Conceito da Estatística — Utilidades da Estatística — Método e divisão da matéria — A observação dos fatos — A coleta dos dados — Exposição dos dados — Séries — Distribuição por freqüência — Processos matemáticos de exposição — Médias típicas — Representação gráfica — Diagramas — Interpretação — Teoria da probabilidade — Análise dos fenômenos correlatos — Estatística Demográfica — Estatística Territorial — Estatística Econômica — Estatística Social.

SANTOS, Noronha — *Memória acêrca dos limites do Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1919 — 45 páginas.*

SANTOS, Noronha — *Floriano — memórias e documentos* — vols. 2.º, 4.º 5.º e 6.º 28x19 cm. — Com ilustrações — Serviço gráfico do Ministério da Educação — 1 298 páginas.

SANTOS, Serafim José dos — *Petróleo e Derivados* — 23 x 16 cm. — Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil" — Rio — 1941 — 169 páginas.

Sumário: Nomenclatura do Petróleo — Histórico do Petróleo — Origem do Petróleo — Ocorrência do Petróleo — O Petróleo no Brasil — Extração do Petróleo — Propriedades do Petróleo — Tratamento Industrial do Petróleo — Indústria do Petróleo — Óleos análogos ao óleo mineral — Óleos de pirogenação — Óleos de síntese.

SCHENK, Emílio — *As abelhas e nós* — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 1939 — 22 páginas.

SCHMIDT, Dr. Max — *Estudo de Etnologia Brasileira* — 25 x 17 cm. — vol. 2 — Série Grande Formato — "Brasiliana" — Edição da Companhia Editora Nacional — Ilustrações diversas — São Paulo — 1942 — 393 páginas.

Contém o seguinte sumário: Viagem a Cuiabá: Entre os bacairís do Rio Negro — De Cuiabá à região dos índios bacairis, no Paranatinga e daí até o local de embarque, no rio Coliseu — Regresso a Cuabá — Prosseguimento da viagem para Amolar — Entre os índios Guatós — Reminiscências da Revolução em Mato Grosso — Regresso para a Europa — índios guatós — Resenha histórica — índios Guatós. — Elementos etnográficos — índios guatós — Linguagem — — índios guatós — Elementos antropológicos — A psicologia individual dos guatós — Condições de vida dos guatós em relação ao socialismo e ao individualismo.

SCHMIDT, Wilhelm — *Etnologia Sul Americana* — (Tradução de Sergio Buarque de Holanda) — Edição ilustrada — vol. 218 da série 5.ª — Brasiliana — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — 245 páginas. Destacam-se os seguintes capítulos: As culturas primárias: a unidade dos três círculos culturais mais antigos na América do Sul — Existiu na América do Sul, fora das regiões andinas de cultura superior a cultura exogâmica matrilinear ou de duas classes? — A mitologia dos diversos círculos culturais sul-americanos — O círculo cultural matrilinear-livre ou a cultura do arco na América do Sul. A obra está muito bem ilustrada com vários mapas.

SEABRA VELOSO, Cleto — Alguns aspectos da alimentação no Rio Grande do Sul — Considerações em tôrno de um pequeno inquérito — (Sep. N. 10 dos A.B.M.) — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1942 — 171 páginas.

SECÇÃO DE COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO — S. Paulo — *Comércio de cabotagem pelo Pôrto de Santos* — Boletim Mensal n.º 11 — Janeiro a novembro de 1941 — 23 x 16 cm. — Tipografia Siqueira — S. Paulo — 1941 — 19 páginas.

SECÇÃO DE COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO — Estado de S. Paulo — *Comércio de Cabotagem pelo Pôrto de Santos* — Boletim Mensal n.º 12 — Janeiro a dezembro de 1941 — 23 x 16 cm. — Tipografia Siqueira — São Paulo — 1941 — 19 cm.

SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — D.E.R. — *Atualidade Rodoviária* — 23 x 17 cm. — Com ilustrações fotográficas e cartográficas — Empresa Gráfica Limitada — Baía — 1940 — 65 páginas.

Breve histórico das Estradas de Rodagem da Baía — Plano Geral Rodoviário — Atividades da D.E.R. na execução do programa rodoviário ano 1938 — 1940 — Serviços mecanizados — Pontes de concreto armado no Estado da Baía — Resultados antingidos pelos trabalhos rodoviários no período de 1938 — 1940. Relação das Estradas em tráfego, no Estado, incluindo as municipais, federais e particulares — Tráfego nas Rodovias do Estado — Estradas carroçáveis no Estado da Baía.

Semana da Pátria de 1941 em Novo Hamburgo — 28 x 19 cm. — Com ilustrações fotográficas — Gráfica Hamburguesa — Novo Hamburgo — 1941 — 48 páginas.

SECRETARIA DO GOVÊRNO DE PERNAMBUCO — *Documentos do Arquivo* — Presidentes de Províncias — 1802-1817 — vol. I — 23 x 16 cm. — Imprensa Oficial — Recife — 1941 — 378 páginas.

SENA SOBRINHO, Mariano — *Sondagens para pesquisa de folhelho piro-betuminoso na Estância Santa Cruz — São Gabriel* — (Boletim n.º 95 — da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio — Diretoria da Produção Mineral) — 23 x 16 cm. — Edição ilustrada com fotografias no texto — Pôrto Alegre — 1942 — 15 páginas. Encerra, em resumo, o seguinte: Folhelho de Iratí — Situação da jazida — Fisiografia, vegetação e geologia — Trabalhos executados — Mineração — Análises.

SENNA BRAGA, Okiro de e CHRISTIANO WOLINER, Wittus — *Contribuição ao Conhecimento dos Texteis Nacionais* — (Bol. do Instituto de Experimentação Agrícola) — (n.º 2)

— 23 x 16 cm. — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — Rio — 1941 — 94 páginas.

SENNA, Caio Nelson de — *João Pinheiro da Silva — sua vida — sua obra — seu exemplo* — 24 x 17 cm. — Imprensa Oficial de Minas Gerais — Belo Horizonte — 1941 — 265 páginas.

SERRA, Adalberto B., e RATISBONA, Leandro — *O clima do Rio de Janeiro* — 25 x 21 cm. — Serviço de Meteorologia — Rio de Janeiro — 1941 — 41 páginas.

SERRA, Adalberto B. — *La formule de Laplace* — Serviço Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura — Rio — 59 páginas.

Serviços Agrícolas do Instituto do Cacau da Baia — Realizados pela Estação Experimental de Agua Preta, no ano de 1934 — Instituto do Cacau da Baia — 1938 — 10 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA E SANITÁRIA — Movimento de passageiros pelo Fôrto de Vitória — 1941 — 22 x 33 cms. — Edição mimeografada — Vitória — 1941 — 8 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA E SANITÁRIA — VITÓRIA — Departamento Estadual de Saúde — (Principais Atividades) — 24 x 33 cm. — Edição mimeografada — Vitória — 1941 — 14 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — janeiro a julho 1940/41 — 33 x 24 cm. — Edição mimeografada — Rio — 1942 — 5 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — Resumo Mensal — janeiro a abril de 1941-1942 — 33 x 22 cm. Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 11 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil — Exportação de Café* — janeiro 1940-1942 — Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 6 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda —*Comércio Exterior do Brasil — Exportação de Café* — janeiro 1940-1942 — Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 6 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Principais Mercadorias Nacionais e Nacionalizadas — janeiro 1939-1941 — 27 x 19 cm. Imprensa Nacional — 1941 — 22 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — M. da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — Janeiro a novembro — 1939 — 1941 — 27 x 18 cm. — Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 30 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Resumo mensal — Janeiro e fevereiro — 1941-1942 — 33 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 5 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Resumo mensal — janeiro a março 1941-1942 — 33 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 5 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Anos 1938 -1939 — 26 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 129 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — Principais Mercadorias Nacionais e Nacionalizadas — janeiro a junho 1939-1941 — 27 x 19 cm. — Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 20 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Resumo Mensal — janeiro a dezembro 1940-1941 — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 5 páginas — 33 x 22 cm.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Resumo Mensal — janeiro 1941-1942 — 33 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 5 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda —*Comércio Exterior do Brasil* — 1.º e 2.º volumes — 1937/1938. — 27 x 18 cm. — Com ilustrações gráficas — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 1 464 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — Importação e Exportação de mercadorias por países — 1939-1940 — 27 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 342 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — Janeiro a outubro — 1939-1941 — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 20 páginas — 27 x 19 cm.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — Exportação de Algodão em Rama. — Janeiro a novembro — 1939-1941 — 27 x 19 cm — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 4 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — Principais Mercadorias Nacionais e Nacionalizadas — janeiro a março 1939-1941 — 27 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 20 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio de Cabotagem do Brasil* — janeiro a novembro 1940-1941 — 33 x 25 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 5 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Co-*

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONfetaoin *mércio Exterior do Brasil* — janeiro a agosto de 1939-1941 — 27 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 30 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — janeiro — 1941-1942 — 33 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 11 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — janeiro a fevereiro — 1941/2 — 33 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 11 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Comércio Exterior do Brasil* — janeiro a fevereiro — 1941-1942 — 33 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1942 — 11 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Movimento Bancário do Brasil* — junho 1940-1941 — 26 x 19 cm. — Composto e impresso na Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 7 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Movimento Bancário do Brasil* — julho 1940-1941 — 27 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 7 páginas.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA — Ministério da Fazenda — *Movimento Bancário do Brasil* — agosto — 1940 -1941 — 27 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 7 páginas.

SERVIÇO DE INQUÉRITOS POLÍTICO-SOCIAIS (S.I.P.S.) — *Município de Araras* — Volume 1.º da coleção "Estado Novo" — Edição ilustrada — 71 páginas — *Município de Cambará* — Volume n.º 2 da Coleção "Estado Novo" — Edição ilustrada — 78 páginas.

SERVIÇO DE METEOROLOGIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — *Atlas internacional das nuvens e dos estados do Céu* — Com prefácio do Sr. E. Delcambre, presidente da Comissão Internacional para o Estudo das Nuvens — 31 x 23,5 cm. — Composto e impresso no Serviço de Publicidade Agrícola — Rio de Janeiro — 1939 — 46 páginas.

SETZER, José — *Os solos do Estado de São Paulo* — (Generalidades sôbre a riqueza química) — III Boletim Técnico n.º 70 do Instituto Agronômico do Estado (Campinas), da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo — Edição ilustrada com fotografias, três mapas das regiões naturais do Estado, fora do texto e 7 tabelas e análises de terra — 23 x 16 cm. — Composto e impresso na Imprensa Oficial do Estado — São Paulo — 1940 — 35 páginas.

SICILIANO, Heribaldo — *O Ruido e o Trânsito Urbano* — 22 x 15 cm. — Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo — São Paulo — 39 páginas.

SILVA BRASIL, Mário da — *Elementos de Geofísica* — 19 x 14 cm. — Edição ilustrada da Livraria Globo — 1941 — 285 páginas. Sumário: A Terra — Geomorfologia — Relevo terrestre e sua distribuïção. Sistema tetraédrico, e rêde pentagonal. Isostásia. Movimentos epirogênicos. Deslocamento dos continentes. A Crosta terrestre — Determinação da gravidade — A densidade da Terra e a constante de gravitação, métodos clássicos — Sismologia — Oceanografia — Marés — Meteorologia — Pressão atmosférica e suas variações — Circulação geral da atmosfera. Eletricidade atmosférica — Prospecção do solo. Mapas.

SILVA, Cleto — *Apontamentos Históricos da União da Vitória* — Max Roesner & Cia. Ltda. — Curitiba — Paraná — 1.ª edição ilustrada — 224 páginas.

SILVA, Pe. Francisco e Francisco Oliveira — *Atlas Geográfico Histórico* — para a 1.ª série (de acôrdo com o programa de ensino vigente do curso secundário) — Inst. Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Rio — 30 páginas.

SILVA, Pe. Francisco e Francisco Oliveira — *Atlas Geográfico Histórico* para a 2.ª série (de acôrdo com o programa de ensino vigente do curso secundário) — Instituto Geográfico Agostini do Brasil Ltda. — Rio — 37 páginas.

SILVA, Pe. Francisco e Francisco Oliveira — *Atlas Geográfico Histórico* — para a 3.ª série — (de acôrdo com o programa de ensino vigente do Curso Secundário) — Inst. Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Rio — 31 páginas.

SILVA, Gastão Pereira da — *Getúlio Vargas e o aspecto intelectual de sua obra* — Gráfica Guaraní Ltda. 1942. — Rio — 74 páginas.

SILVA, Jorge — *Geografia Infantil* — (para uso nas escolas primárias do Estado do Rio de Janeiro — 9.ª edição atualizada — Edição ilustrada — Casa Editora Jerônimo Silva — Niterói — Estado do Rio — 88 páginas.

SILVA, General V. Benício da — *A Batalha de Tuiuti* — Volume avulso da Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1941 — 29 páginas.

SILVA TELES, Gofredo T. da — *Os Cruzamentos de Nível dentro da Capital* — 24 x 17 cm. — Sociedade "Amigos da Cidade" — São Paulo — 1937 — 10 páginas.

SILVEIRA PEIXOTO — *A Tormento que Prudente de Morais Venceu!* — 2.ª edição — Editora Guaíra Limitada — Curitiba — 1942 — 388 páginas.

SILVEIRA PEIXOTO — Falam os Escritores — Segunda Série — Editora Guaíra — Curitiba — 1941 — 360 páginas.

SIMAS, Américo Furtado de — *A Energia Hidráulica, A Viação e o Problema das Sêcas no Estado da Baía* — 23 x 16 cm. — Com ilustrações cartográficas — Escola Politécnica da Baía — Salvador — 1941 — 166 páginas — Energia — Energia Hidráulica — Viação — Sêcas.

SIMCH, Dr. Francisco R. — *Programa de Economia Social* — 3.ª edição — Livraria Globo — 1934 — 500 páginas.

SIQUEIRA MENESES, Dr. Leonidas de — *Relatório referente ao ano de 1934*, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Marques dos Reis pelo Diretor Geral dos C. e T. — Oficinas dos Correios e Telégrafos — Rio de Janeiro — 1935 — 295 páginas.

SOARES PEREIRA, Moacír — *O Problema do Álcool-Motor* — 19 x 13 cm. — Com ilustrações gráficas — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1942 — 195 páginas — A Revolução de 30 e o álcool-motor — Legislação alcooleira — O alcool na defesa do açucar — As distilarias centrais — A ação do Instituto — Duas concepções, dois caminhos — A defesa nacional — Preço de venda — Custo de fabricação — Matéria-prima e preço de custo — O mercado brasileiro — Sugestões finais — Análise da situação atual dos engenhos do nordeste — A indústria açucareira em Alagôas.

SOBRINHO, Barbosa Lima — *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira* — (Exposição de motivos e texto do Estatuto da Lavoura Canavieira) — 24 x 17 cm. — Pimenta de Melo & Cia. — Rio de Janeiro — 1941 — 182 páginas — As usinas e os fornecedores — A limitação da produção e o fornecimento de canas — A lei 178 — Grande e pequena propriedade — Grande e pequena exploração — A lei da concentração e a agricultura — A concentração e a cana de açúcar — A situação do operariado — O fundo agrícola — Estatuto da Lavoura Canavieira.

SOCIEDADE COOPERATIVA DA INDÚSTRIA DO PARA' LIMITADA — *Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral de 28 de fevereiro de* 1942 — (Exercício de 1941) — 23 x 16 cm. — Papelaria Suisso — Belém — Pará — 1942 — 12 páginas.

SOUZA, Antônio de — *Questão de limites com o Estado do Ceará* — Apontamentos e documentos (1.ª série) — Empresa d'A República — Natal — Rio Grande do Norte — 1902 — 286 páginas.

SOUZA BRASIL, Cel. Temístocles Pais de — *Aspectos da região Amazônica — Fisiografia do Rio Negro* — Separata do relatório apresentado ao Ministério das Relações Exteriores, nos ano de 1934-35, pelo autor, como chefe da Comissão Demarcadora de Limites no setor de Este — Edição ilustrada — 19 x 28 cm. Impresso na Tip. Leuzinger, S. A. — Rio de Janeiro — 1939 — 32 páginas.

SOUZA DOCA, — *O Bi-Centenário da Colonização de Pôrto Alegre* — 24 x 16 cm. — Volume avulso da Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1941 — 35 páginas. Contém o seguinte: Diversos nomes — Fundação de Pôrto Alegre em 1732 — Fundação em 5-XI-1740 — Colonização em 5-11-40 — Primeiro Povoador de Pôrto Alegre — Estância de Santa Ana — Estância de São José — Estância de São Gonçalo — Controvérsias sôbre a localização — Exaltação merecida — Conclusão.

SOUZA JUIOR, José Osório de — A nossa organização agrícola em face da evolução econômica brasileira — 23 x 16 cm. — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo — 1941 — 21 páginas.

SOUZA OLIVEIRA, Prof. Nelson — *Influência das debilidades humanas nos recenseamentos* — (Palestra realizada na Ordem dos Contadores em 9 de novembro de 1940) — 20 x 13 cm. — Imprensa Oficial — Baía — 1941 — 35 páginas.

SOUZA REIS, O. de — *Manual de Geografia das Escolas Primárias* — Curso Complementar — Corografia do Distrito Federal — Rio de Janeiro — 1921 — 143 páginas.

SOUZA REIS, O. de — *Noções Elementares de Geofísica* — (de acôrdo com o programa oficial) — Livraria Francisco Alves, Editora — Rio — 180 páginas.

SOUZA SANTOS, Everaldo de — *Relatório do exercício de* 1940, *apresentado ao Exm. Sr. Dr. Landulfo Alves de Almeida, DD. Interventor Federal da Baía* — 23 x 16 cm. — Município de Jaguaquara (Prefeitura) — Baía — 1941 — 5 páginas.

STADEN, Hans — *Duas Viagens ao Brasil* — 1547 — 1555 — 23 x 16 cm. — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas da Tipografia Gutemberg — São Paulo — 1942 — 216 páginas. A obra, que transcrita dêsse original por Guiomar de Carvalho Franco, com uma introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco, consta de dois livros, a saber: Livro Primeiro: As Viagens — Livro Segundo: A Terra e seus Habitantes.

STEELE, Francisco — *Unidade Econômica do Brasil* — 23 x 16 cm. — Com ilustrações gráficas — Oficinas Gráficas do Diário Oficial — Niterói — 1941 — 39 páginas. Produção Mineral e Metalúrgica — Produção Florestal — Produção Animal — Produção Agrícola, total — Produção Industrial — Sistema Ferroviário Movimento Bancário — Comércio Exterior — Comércio de Cabotagem — Situação Social-Econômica — Finanças e Administração — Organismo Econômico — Esquema do Progresso Econômico.

SYMPSON, Pedro Luiz — Gramática da Língua Brasileira — (Brasilica, Tupí, ou Nheêgatú) — Fernandes, Neira & Cia. — Rio — 1926 — 80 páginas.

TAVARES, Sílvio — *Campos no Estado Novo* — Publicada na administração do Sr. Mário Pinheiro Mola) — Edição da Prefeitura Municipal de Campos — Oficinas gráficas da Escola de Aprendizes Artífices — Campos — Com ilustrações — 76 páginas.

TAMBELLINI, J. Machado — *A Freguesia dos Batatais* — (No 1.º Centenário de sua elevação à vila) — Prefácio de Altino Arantes — Oficinas Gráficas da "Revista dos Tribunais" — São Paulo — 155 páginas.

TAVARES, J. Berbert — *Ilusionismo Fiscal* — 19 x 14 cm. — Imprensa Regina — Baía — 1941 — 101 páginas.

TEIXEIRA ALVARES, Geraldo — *A Luta na Epopéia de Goiânia, uma obra de Engenharia Nacional* — 23 x 17 cm. — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Jornar do Brasil" — Rio de Janeiro — 1942 — 187 páginas. Sumário: O plano de urbanização — A luta diante do homem e do meio — A superintendência das obras — Ultimação do plano diretor — Os elementos componentes do plano — O urbanismo em marcha para o oeste.

TEIXEIRA, José A. — *Folklore Goiano* — 19 x 13 cm. — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 434 páginas. A poesia popular goiana e suas fontes — Os cantadores — Métrica cabôcla — Concioneiro — Poesia Social — Lendas e contos — Superstição e Magia.

TEJO, Limeira — *Brejos e carrascaes do nordeste* — Edições Cultura Brasileira S.A. — São Paulo — 184 páginas.

TESCHAUER, Carlos, S. J. — *Vida e Obras do Venerável Roque Gonzalez de Santa Cruz* — Primeiro Apóstolo do Rio Grande do Sul — (Contribuição para a História da Civilização no Brasil) — Livraria Americana — Rio Grande do Sul — 1913 — 191 páginas.

TRAVASSOS, Mário — *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras* — (Ensáio) — Prefácio de Gilberto Freyre — 23 x 15 cm. — Da Coleção Documentos Brasileiros — Edição da Livraria José Olímpio Editora — Rio de Janeiro — 1942 — 208 páginas. índice: Linhas Naturais de Circulação — Fatos Humanos e Expressões Geográficas — Fatores Psíquicos — Comunicações e novos meios de Transportes — Influências do espaço e da Posição — O mar e a classificação dos países — Caracterização dos países mistos — O tipo misto brasileiro — O tipo misto brasileiro e as comunicações — Comunicações e pluralidade dos transportes — Os transportes e o tipo misto brasileiro — As comunicações brasileiras e os transportes — O plano de viação nacional e os transportes mistos.

TORRES PASTORINO, Carlos — *A Música através dos séculos* — 19 x 13 cm — Vicente S. Mangione — Distribuídos — Rio — 1941 — 116 páginas.

VALE JÚNIOR, Artur — *Araruama* — Ensáio de Levantamento Estatístico do Município — (Separata do "Boletim de Informações Econômicas". 24 x 16 cm. — Com ilustração fotográfica — Tip. do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1937 — 77 páginas.

VAN LOON, H. — *História da Humanidade* — (Tradução de Marina Guaspari) — 25 x 17 cm. — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1941 — 450 páginas.

VAN LOON, H. — *América* — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1935 — 412 páginas.

VARGAS, Getúlio — *A Nova Política do Brasil* — VIII — Ferro, Carvão, Petróleo — 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941 — 23 x 15 cm. — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1941 — 312 páginas — Atualidade e futuro

de Goiaz — Cruzada rumo ao Oeste — O recenseamento de 1940 — O culto da Pátria e o dever de cada brasileiro — Visita a Amazônia e ao Nordeste — Dez anos de Govêrno — Em Pôrto Alegre.

VÁRZEA, Afonso — *Primeiro livro de Geografia* — Curso Elementar — F. Briguiet & Cia. — Rio — Desenhos de Marion Colonna — 55 páginas.

VÁRZEA, Virgílio — *Santa Catarina* — Primeira parte — A Ilha — Companhia Tipográfica do Brasil — Rio de Janeiro — 1900 — 336 páginas.

VASCONCELOS, Cap. Genserico — *História Militar do Brasil* — volume XLVIII da Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 2 volumes — 25 x 16 cm. — Com ilustrações cartográficas — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1941 — 312 páginas.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Atlas da América* — Com a divisão regional do Brasil — Impresso pelo Instituto Geográfico de Agostini — Novara — Itália — Instituto Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Editora — Rio.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Curso de Geografia Geral* — 14.ª edição (131.º a 140.º milheiros) — Livraria Jacinto, Editora — Rio de Janeiro — 733 páginas.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Geografia da América* — 1.ª edição — 10.º milheiro — Livraria Jacinto, Editora — Rio — 335 páginas, com ilustrações.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Geografia primária* — 10.ª edição — Ilustrada — 19 x 14 cm. — Livraria Jacinto — Rio de Janeiro — 1940 — 236 páginas.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Primeiro Ano de Geografia* — (De acôrdo com o atual programa de ensino secundário) — Livraria Jacinto, Editora — Rio — 300 páginas, com ilustrações.

VEIGA CABRAL, Mário da — *Terceiro Ano de Geografia* — De acôrdo com o atual programa de ensino secundário — 8.ª edição ilustrada — (71 a 80 milheiros) — Livraria Jacinto, Editora — Rio de Janeiro — 868 páginas.

VERÍSSIMO, José — *Pará e Amazonas — Questões de Limites* — Companhia Tipográfica do Brasil — Rio de Janeiro — 1899 — 95 páginas.

VIEIRA, Antóvila R. M. — *O Perigo Amarelo na Amazônia Brasileira* — (Discursos pronunciados, em 1936, na extinta Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo então deputado... contra a concessão de terras amazonenses aos nipônicos, precedidos de um trabalho do Interventor Alvaro Maia, sob o título "O Povoamento do Vale Amazônico — Imprensa Pública — Manáus — 1942 — 135 páginas.

VIEIRA, G. Veloso N. — *Aspectos Econômicos da Ovinicultura Riograndense* — (Conferência) — Sec. de Agr., Ind. e Com. — Rio Grande do Sul — 1942 — 22 páginas.

VIEIRA, Armando — *Teresópolis* — (Estrada de Rodagem — Hotéis — Parque Nacional) — Oficinas Gráficas "Jornal do Comércio", de Rodrigues & Cia. — Rio 35 páginas.

VIRGILLI, Filippo — *Manual de Estatística* — Oficina de Estatística — Rio de Janeiro — 1908 — 172 páginas.

VISCONDE DE TAUNAY — *Visões do Sertão* — Companhia Melhoramentos de São Paulo — São Paulo — 1928 — 160 páginas.

VIZIOLI, José — *A indústria Açucareira no Estado de São Paulo* — A sua situação atual — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — São Paulo — 1927 — 62 páginas.

VON PARSEVAL, Maximiliano — *Contribuïção para o estudo do fenômeno da amarelidão nos trigais do Sul do Estado do Rio Grande do Sul* — Sec. de Agr., Indústria e Comércio — 1939 — 38 páginas.

WALLACE, Henry A. — *O Preço da Liberdade* — Editora Universitária — São Paulo — 1942 — 84 páginas.

WEBER, Ernesta von — *O Brasil que eu vi* — Oficinas Gráficas — Heitor, Ribeiro & Cia. — Rio de Janeiro — 1930 — 192 páginas.

WERNECK SODRE', Nelson — *O Oeste* — Ensáio sôbre a Grande Propriedade Pastoril — (Coleção Documentos Brasileiros) — 23 x 14 cm. — Com ilustrações cartográficas — Livraria José Olmpio — Rio de Janeiro — 1941 — 206 páginas — A Grande Conquista — A Conquista Pastoril — A Expansão Humana — Desertão — Aspectos Geográficos — Regime Municipal — Fator Humano.

WILLICOX, O. W. — *A economia dirigida na indústria açucareira* — Edição do Instituto do Açúcar e do Alcool — 18 x 13 cm. — Rio de Janeiro — 1941 — 318 páginas. Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: A indústria açucareira mundial — O contingentamento na Austrália — O contingentamento no Brasil — O contingentamento na Rep. Argentina — O contingentamento na Tchecoslováquia — O contingentamento na Polônia — O contingentamento na Alemanha — O contingentamento na Itália — O contingentamento na França — O contingentamento na Espanha — O contingentamento nos Estados Unidos.

XAVIER, Alvaro — *Cultura da Erva Mate no Rio Grande do Sul* — (Boletim n.º 25 — Agosto — 1939) — da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio) — 23 x 16 cm. — Edição ilustrada com fotografias no texto — Pôrto Alegre — 1940 — 7 páginas.

XAVIER, Alvaro — *Organização de Pomares* — Secretria de Agricultura, Indústria e Comércio — 1940 — 10 páginas.

XAVIER, Carlos LEITE, Francisco — Estudos Brasileiros — 20 x 14 cm. — 1941 — 129 páginas. A árvore, o botânico e o poeta — A primeira visão dos pinheirais — A arquitetura do pinheiro na imaginação dos poetas. O pinheiro e sua gênese — As derrubadas — A profecia de Saint Hilaire — O pinheiro na matreação dos navios da Real Corôa — As lendas do pinheiro.

ZARUR, Jorge — *A Geografia no curso secundário* — (Separata do n.º 2, Ano III, da Revista Brasileira de Geografia) — 27 x 18 cm. — Com fotografias, desenhos e gráficos — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1941 — 42 páginas.

ZIKÁN, J. F. — Elementos Exóticos na Lepidóptero-Fauna do Brasil — (Separata de Arquivos do Serviço Florestal) — vol. I, n.º 2, pp. 9-17, out. 41) — 27 x 18 cm. — Com ilustrações fotográficas — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1941 — 17 páginas.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis baixados no mês de julho de 1943

Decreto-lei n.º 5 637, de 1.º de julho de 1943. Altera o Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, na parte referente a funções gratificadas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 3/7/943.

Decreto-lei n.º 5 638, de 1.º de julho de 1943. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 80 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 3/7/943.

Decreto-lei n.º 5 639, de 1.º de julho de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 57 065,00 para pagamento de reparação de locomotivas.

"Diário Oficial" de 3/7/943.

Decreto-lei n.º 5 640, de 1.º de julho de 1943. Concede pensão especial à Sílvia Binari Wyatt, viúva do 1.º sargento do Exército Luiz Frederico Wyatt.

"Diário Oficial" de 3/7/943.

Decreto-lei n.º 5 641, de 1.º de julho de 1943. Prorroga o prazo de que trata o decreto-lei n.º 5 257, de 18 de fevereiro de 1943.

"Diário Oficial" de 3/7/943.

Decreto-lei n.º 5 642, de 2 de julho de 1943. Altera o decreto-lei n.º 4 993, de novembro de 1942.

"Diário Oficial" de 5/7/943.

Decreto-lei n.º 5 643, de 5 de julho de 1943. Dispõe sôbre acumulação de pensões e proventos de aposentadoria.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 644, de 5 de julho de 1943. Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr$ 15 000 000,00 para pagamento de abono familiar, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 645, de 5 de julho de 1943. Prorroga o período de reorganização do Instituto de Aposentadorias e Pensões da Estiva e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 646, de 5 de julho de 1943. Dá nova redação ao art. 2.º do decreto-lei n.º 3 672, de 1.º de outubro de 1941.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 647, de 5 de julho de 1943. Cria a 1.ª Companhia Rodoviária Independente, com sede em Cáceres, Estado de Mato Grosso.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 648, de 5 de julho de 1943. Altera a redação do art. 2.º do decreto-lei n.º 4 575, de 12 de agôsto de 1942.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 649, de 5 de julho de 1943. Eleva o padrão de vencimentos do cargo do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 650, de 5 de julho de 1943. Estende o disposto no parágrafo único do art. 4.º do decreto-lei n.º 97, de 23 de dezembro de 1937, aos contratos de compra e venda de cambiais de importação.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 651, de 5 de julho de 1943. Autoriza o aumento de capital do Banco de Crédito da Borracha S. A. e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 652, de 5 de julho de 1943. Dispõe sôbre a amortização do empréstimo a que se refere o decreto-lei n.º 4 001, de 7 de janeiro de 1942.

"Diário Oficial" de 7/7/943.

Decreto-lei n.º 5 653, de 6 de julho de 1943. Dispõe sôbre consignações em fôlha de pagamento de militares.

"Diário Oficial" de 8/7/943.

Decreto-lei n.º 5 654, de 6 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 50 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 8/7/943.

Decreto-lei n.º 5 655, de 8 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 800 000,00 para despesas da Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington.

"Diário Oficial" de 10/7/943.

Decreto-lei n.º 5 656, de 8 de julho de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr$ 800 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 10/7/943.

Decreto-lei n.º 5 657, de 8 de julho de 1943 — Autoriza a alienação de terrenos situados no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 10/7/943.

Decreto-lei n.º 5 658, de 10 de julho de 1943. Cria no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo e altera as de Escriturário do Quadro Permanente e Datilógrafo do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13/7/943.

Decreto-lei n.º 5 659, de 10 de julho de 1943. Dá a garantia do Tesouro Nacional para um empréstimo de financiamento da usina siderúrgica em construção em Volta Redonda, nas condições estabelecidas no contrato de 4 de junho de 1943 com o Export-Import Bank de Washington.

"Diário Oficial" de 13/7/943.

Decreto-lei n.º 5 660, de 10 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 5 253 193,20, para atender as despesas com a reconstrução complementar do Titã e outros serviços aquí especificados.

"Diário Oficial" de 13/7/943.

Decreto-lei n.º 5 661, de 12 de julho de 1943. Transfere ao Banco do Brasil S. A., como agente especial do Govêrno Federal, as atribuïções de que tratam os arts. 4º., 5.º e 6.º do decreto-lei n.º 4 807, de 7 de outubro de 1942, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14/7/943.

Decreto-lei n.º 5 662, de 14 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 31 200,00 para atender à despesa com pessoal extranumerário da Escola Agrícola de Barbacena.

"Diário Oficial" de 16/7/943.

Decreto-lei n.º 5 663, de 14 de julho de 1943. Altera a carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16/7/943.

Decreto-lei n.º 5 664, de 14 de julho de 1943. Dispõe sôbre novas instalações da Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16/7/943.

Decreto-lei n.º 5 665, de 15 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 19 654,00, para a construção de passeios e muros em próprios nacionais.

"Diário Oficial" de 17/7/943.

Decreto-lei n.º 5 666, de 15 de julho de 1943. Esclarece e amplia o decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/7/943.

Decreto-lei n.º 5 667, de 15 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 160 000,00 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/7/943.

Decreto-lei n.º 5 668, de 15 de julho de 1943. Torna extensivo às Escolas de Farmácia da Baía e de Pôrto Alegre o disposto no decreto-lei n.º 4 430, de 2 de julho de 1942, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/7/943.

Decreto-lei n.º 5 669, de 15 de julho de 1943. Isenta o imóvel sito à rua Real Grandeza n.º 99, antigo 71 dos impostos e taxas que menciona.

"Diário Oficial" de 17/7/943.

Decreto-lei n.º 5 670, de 15 de julho de 1943. Prorroga a vigência da tabela de salário mínimo e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/7/943.

Decreto-lei n.º 5 671, de 16 de julho de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr$ 500 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 672, de 16 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00, para a conclusão da estrada Leopoldina a Petrolina, no Estado de Pernambuco.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 673, de 16 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 27 900,00, para pagamento ao maestro Heitor Vila Lobos.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 674, de 16 de julho de 1943. Modifica a organização do Batalhão de Guardas, sediado nesta Capital.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 675, de 16 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 12 518 263,70, para indenização à Estrada de Ferro Central do Brasil.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 676, de 16 de julho de 1943. Cria um cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 677, de 16 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 3 858 882,90, para a continuação das despesas de instalação e aparelhamento do edifício sede do mesmo Ministério e do Tribunal de Contas.

"Diário Oficial" de 19/7/943.

Decreto-lei n.º 5 388, de 12 de abril de 1943. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército — Atualiza disposições contidas no decreto-lei n.º 556, de 12 de julho de 1938.

"Diário Oficial" de 20/7/943.

Decreto-lei n.º 5 678, de 17 de julho de 1943. Isenta do imposto de consumo o açúcar e a aguardente requisitados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e destinados à produção de álcool motor.

"Diário Oficial" de 20/7/943.

Decreto-lei n.º 5 679, de 19 de julho de 1943. Modifica o art. 5.º do decreto-lei n.º 2 557, de 4 de setembro de 1940.

"Diário Oficial" de 21/7/943.

Decreto-lei n.º 5 680, de 20 de julho de 1943. Cria o 12.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, com sede na 5.ª Região Militar.

"Diário Oficial" de 22/7/943.

Decreto-lei n.º 5 681, de 20 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 8 000,00, para pagamento de gratificação de representação.

"Diário Oficial" de 22/7/943.

Decreto-lei n.º 5 682, de 20 de julho de 1943. Torna sem aplicação a dotação orçamentária de Cr$ 500 000,00, do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito suplementar de idêntica importância.

"Diário Oficial" de 22/7/943.

Decreto-lei n.º 5 683, de 20 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 60 000,00, para despesas com a segunda conferência Nacional de Proteção à Infância.

"Diário Oficial" de 22/7/943.

Decreto-lei n.º 5 684, de 20 de julho de 1943. Autoriza a criação da Companhia Nacional de Álcalis, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 23/7/943.

Decreto-lei n.º 5 685, de 21 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 15 000 000,00, para restituição de imposto de consumo.

"Diário Oficial" de 23/7/943.

Decreto-lei n.º 5 686, de 21 de julho de 1943. Proíbe a remessa de mudas e sementes de Hevea para qualquer parte fora da Amazônia, sem prévia autorização do Ministério da Agricultura.

"Diário Oficial" de 23/7/943.

Decreto-lei n.º 5 687, de 21 de julho de 1943. Eleva de L para M o padrão de vencimentos do cargo de arquivista da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 23/7/943.

Decreto-lei n.º 5 688, de 22 de julho de 1943. Altera a redação dos arts. 21 e 22 do decreto-lei n.º 5 175, de 7 de janeiro de 1943.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 689, de 22 de julho de 1943. Regula a dispensa de empregados na idade militar e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 690, de 22 de julho de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 100 000,00, para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 691, de 22 de julho de 1943. Dispõe sôbre a concessão de abono familiar aos empregados de entidades autárquicas.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 692, de 22 de julho de 1943. Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 3 115, de 13 de março de 1941.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 693, de 22 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ 379 360,00, para auxílio à Prefeitura Municipal de Santana do Livramento.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 694, de 22 de julho de 1943. Isenta de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de dois (2) anos, o gado boliviano importado para o abastecimento da Região Amazônica.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 695, de 22 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 27 750,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 696, de 22 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 700 000,00, para o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra".

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 697, de 22 de julho de 1943. Dispõe sôbre as bases da organização do serviço social em todo o país a que se refere o decreto-lei n.º 525, de 1 de julho de 1938.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 698, de 22 de julho de 1943. Dispõe sôbre a cooperação financeira da União com as entidades privadas a que se refere o decreto-lei n.º 527, de 1 de julho de 1938.

"Diário Oficial" de 24/7/943.

Decreto-lei n.º 5 699, de 27 de julho de 1943. Determina a liquidação das firmas Theodor Wille & Cia. e Herm Stoltz & Cia. existentes no Brasil e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 29/7/943.

Decreto-lei n.º 5 473, de 11 de maio de 1943. Institue o salário adicional para a indústria e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 29/7/943.

Decreto-lei n.º 5 700, de 27 de julho de 1943. Prorroga até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n.º 5 235, de 9/2/943.

"Diário Oficial" de 29/7/943.

Decreto-lei n.º 5 701, de 27 de julho de 1943. Modifica o decreto-lei n.º 2 855, de 11 de dezembro de 1940.

"Diário Oficial" de 29/7/943.

Decreto-lei n.º 5 702, de 28 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr$ 13 200,00.

"Diário Oficial" de 30/7/943.

Decreto-lei n.º 5 703, de 29 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros).

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 704, de 29 de julho de 1943. Concede pensão especial a Aida Rica de Azevedo.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 705, de 29 de julho de 1943. Dispõe sôbre a aposentadoria de Augusto Alfredo Barbosa Carneiro Farias.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 706, de 29 de julho de 1943. Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro, do Ministério da Marinha e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 707, de 29 de julho de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr$ 169 650,00, para classificação de despesa.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 708, de 29 de julho de 1943. Dispõe sôbre alienação de imóveis do domínio da Prefeitura do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 709, de 29 de julho de 1943. Dispõe sôbre o recolhimento ao Banco do Brasil S. A. da renda de exploração da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 710, de 29 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 242 973,00, para obra de reparos e remodelação no edifício da Alfândega de Santos.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 711, de 29 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 3 500 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 712, de 29 de julho de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 1 395 791,80, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 31/7/943.

Decreto-lei n.º 5 713, de 30 de julho de 1943. Dispõe sôbre os descontos a que ficam sujeitas as notas de papel moeda chamados a recolhimento.

"Diário Oficial" de 2/8/943.

Decreto-lei n.º 5 718, de 3 de agôsto de 1943. Dispõe sôbre a administração do Território de Fernando Noronha e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5/8/943.

Decreto-lei n.º 5 719, de 3 de agôsto de 1943. Suspende pelo prazo de seis mêses a cobrança de direitos e taxas aduaneiras que incidem sôbre a manteiga, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5/8/943.

Decreto-lei n.º 5 720, de 3 de agôsto de 1943. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior, o crédito especial de Cr$ 500 000,00, para auxílio ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

"Diário Oficial" de 5/8/943.

AOS EDITORES: Êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuïções sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 5 718, de 3 de agôsto de 1943

Dispõe sôbre a administração do Território de Fernando de Noronha e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º O Território de Fernando de Noronha, criado pelo decreto-lei n.º 4 102, de 9 de janeiro de 1942, e constituíno pelo respectivo arquepélago, será administrado por um governador, brasileiro nato, de livre nomeação e demissão do Presidente da República, e que tomará posse perante o Ministro da Guerra.

Parágrafo único. A nomeação poderá recair no comandante da guarnição militar do Território.

Art. 2.º O Governador será substituído em suas faltas ou impedimentos por quem estiver no exercício do comando da guarnição militar do Território.

Art. 3.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Guerra o cargo, em comissão, de Governador do Território de Fernando de Noronha, padrão R, e o cargo em comissão, de Secretário do Território de Fernando de Noronha, padrão N.

Parágrafo único. Quando a nomeação para Governador recair no comandante da guarnição militar, a êste será atribuïda a gratificação de função de Cr$ 12 000,00 (doze mil cruzeiros) anuais, ficando sem aplicação o previsto para o cargo governador civil.

Art. 4.º Ao Governador compete:

I — praticar todos os atos necessários à administração e representação do Território e à guarda da Constituïção e das leis;

II — cumprir e fazer cumprir as leis, os atos e decisões do Govêrno da União, expedindo para êsse fim regulamentos e instruções;

III — organizar servicos públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamento;

IV — expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos relativos à administração do Território;

V — organizar anualmente a proposta do orçamento para o Território e encaminhá-la, até 31 de março, ao Ministro da Guerra;

VI — apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Guerra, um relatório annual da sua gestão.

Parágrafo único. O Governador se comunicará diretamente com os Ministros de Estado e outras autoridades sôbre todos os assuntos referentes ao Território.

Art. 5.º São crimes de responsabilidade do Governador:

I — os atos que atentarem contra:

a) a existência da União;

b) a Constituïção;

c) a execução das decisões judiciárias; e

e) a probidade administrativa, a guarda e o emprêgo dos dinheiros públicos;

II — a omissão das providências determinadas pelas leis ou tratados federais, ou necessários à sua execução, dentro dos prazos fixados.

Art. 6.º O Governador será processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (Cód. Proc. Penal, Livro II, Tit. III), importando sempre a sentença condenatória a perda do cargo e a inhabilitação para o exercício de função pública pela prazo de dois a dez anos.

Art. 7.º Ao secretário incumbe auxiliar o governador da administração do Território, organizar e ter sob sua guarda os documentos relativos a essa administração, celebrar casamentos, resolver os dissídios de natureza trabalhista atribuídos pela lei às juntas de conciliação e julgamento, proceder a inquérito policial e exercer, em geral, as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 8.º O Governador designará um servidor para exercer também a função de Oficial de registos públicos, pelo que lhe caberá uma gratificação de função de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais:

Art. 9.º Ao Oficial de registos incumbe exercer as atribuïções conferidas pelos decretos n.º 4 857, de 9 de novembro de 1939, n.º 5 318, de 29 de fevereiro de 1940, as de tabelião de notas, as relativas ao protesto de títulos e processar as habilitações de casamento.

§ 1.º Aplica-se, no que couber, quanto ao exercício dessas atribuïções, o disposto no decreto-lei n.º 2 035, de 27 de fevereiro de 1940 (Livro II, Tít. III, Caps. II e III).

§ 2.º O Oficial de registos remeterá, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cópia autenticada de todos os atos que praticar ao oficial competente da Justiça do Distrito Federal, para que sejam os mesmos reproduzidos *ex-officio*, e independentemente de quaisquer custas, emolumentos ou taxas, nos respectivos livros.

Quando houver mais de um competente, as atribuïções serão do 1.º Ofício.

Art. 10. Os livros necessários ao exercício das atribuïções do Secretário e do Oficial de Registos serão fornecidos gratuitamente pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, devidamente autenticados pelo Juiz de Registos Públicos da Justiça do Distrito Federal, independentemente de pagamento de sêlos e emolumentos.

Art. 11. Observar-se-á quanto aos atos praticados pelo Secretário e pelo Oficial de Registos, no que fôr aplicável, o Regimento de custas da Justiça do Distrito Federal.

Parágrafo único. As custas a que se refere êste artigo serão cobradas em sêlos, inutilizados nos autos ou documentos.

Art. 12. À Justiça do Distrito Federal cabe processar e julgar tôdas as causas civís e criminais relativas a pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nêle situados, salvo quando cometidas expressamente a outra jurisdição.

Parágrafo único. Para os efeitos da legislação trabalhista, o Secretário do Território fica subordinado aos órgãos e autoridades competentes do Distrito Federal.

Art. 13. Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Território de Fernando de Noronha serão automàticamente registados pelo Tribunal de Contas e distribuïdos à Diretoria de Fundos do Ministério da Guerra, obedecendo-se quanto ao emprêgo dêsses créditos, às normas estabelecidas no decreto-lei n.º 4 185, de 16 de março de 1942.

Art. 14. Aplica-se ao Território, no que couber, o decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, especialmente, o disposto nos arts. 8.º, 19.º ao 22.º 33.º ao 35.º e 44.º.

Art. 15. Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de quarenta e nove mil e seiscentos cruzeiros (Cr$ 49 600,00) para atender no corrente exercício às despesas resultantes da execução do presente decreto-lei.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agôsto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.
Eurico G. Dutra

(D.O. 5-8-943)

★

Decreto-lei n.º 5 723, de 4 de agôsto de 1943

Cria um Distrito do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, em São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, um Distrito, com a denominação de Distrito de São Paulo, para atender às obras que serão executadas no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Ficam criadas, no Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes funções gratificadas:

	Anuais:
1 Chefe de Distrito (D.N.O.S. — São Paulo)	Cr$ 8 400,00
1 Chefe de Turma de Obras (D.N. O.S. — São Paulo)	Cr$ 4 800,00
1 Chefe de Turma Administrativa (D.N.O.S. — São Paulo)	Cr$ 3 600 00

Parágrafo único. A função de Chefe de Turma de Obras será exercida por funcionários da carreira de Engenheiro.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente do disposto no art. 2.º, dêste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de Cr$ 8 400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, do Anexo 20, do Orçamento vigente.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agôsto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João de Mendonça Lima.
A. de Sousa Costa.

(D.O. de 6-8-943)

★

Decreto-lei n.º 5 764, de 19 de agôsto de 1943

Dispõe sôbre a situação contratual das emprêsas de energia elétrica e dá outras providências

O Presidente da República usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Enquanto não forem assinados os contratos a que se referem os arts. 202 do Código de Águas e 18 do decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, os direitos e as obrigações das emprêsas de energia elétrica, coletivas ou individuais, continuarão a ser regidos pelos contratos anteriormente celebrados, com as derrogações expressas na presente lei.

§ 1.º A União substituirá automàticamente nêsses contratos, desde a publicação desta lei, os Estados, o Distrito Federal, o Território do Acre e os Municípios, salvo quando as obrigações e pagamentos decorrentes do fornecimento de energia elétrica para iluminação e outros serviços públicos ou de natureza local.

§ 2.º Até o máximo de seis mêses, após a publicação desta lei, a fiscalização dêsses contratos permanecerá a cargo das autoridades que a exerciam anteriormente, cessando mediante simples comunicação do Ministério da Agricultura às mesmas autoridade e às emprêsas interessadas, a menos que se proceda a delegação prevista no parágrafo seguinte.

§ 3.º Mediante delegação expressa e poderes definidos, a União poderá fiscalizar a execução dos mencionados contratos, por intermédio das autoridades neles referidas, cumprindo-lhe pagar aos Estados, ao Distrito Federal, ao Terirtório do Acre e aos Municípios a parte que convencionar da quota de fiscalização, assistência técnica e estatística, a que refere a letra *b* do art., 3.º do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940. A delegação de que se trata será dada sob proposta do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ou com sua prévia audiência.

Art. 2.º Estão igualmente sujeitas a esta lei as emprêsas termoelétricas compreendidas nos arts. 10 e 11 do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940.

Art. 3.º As limitações ou derrogações em contratos anteriormente celebrados com as emprêsas de que tratam os artigos 1.º e 2.º se consideram nêles introduzidas implìcitamente por fôrça da presente lei e versarão:

a) Sôbre os prazos, que constarão dos novos contratos;

b) Sôbre as zonas de fornecimento, que poderão ser modificadas, se o interêsse público assim o exigir;

c) Sôbre a fiscalização das emprêsas, a ser exercida na forma do Código de Águas e leis subseqüentes;

d) Sôbre as condições futuras da exploração.

Parágrafo único. Nas derrogações ou limitações referidas nêste artigo, ficam, em qualquer caso, plenamente garantidas às emprêsas:

a) a integridade do capital investido, reconhecido em função exclusiva e permanente da indústria;

b) a remuneração do mesmo capital, em conformidade com o disposto no artigo 147 da Constituïção e nos têrmos do § 3.º do artigo 5.º da presente lei.

Art. 4.º O direito a reversão, gratuíta ou onerosa, é mantido nos têrmos em que estiver assegurado em contrato anterior.

Parágrafo único. Para a execução dêste artigo, os Estados, o Distrito Federal, o Território do Acre e os Municípios deverão, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta lei, comunicar ao Conselho Nacional de Águas e Energia quais as reversões que lhes cabem.

Art. 5.º Até a assinatura dos novos contratos, as emprêsas de que trata o presente decreto-lei poderão ter, a título precário, os seus prêços, de fornecimento modificados, a critério exclusivo do Govêrno e mediante requerimento, devidamente fundamentado e por elas dirigido ao Ministro da Agricultura.

§ 1.º Será permitida a modificação do sistema de taxação, da forma de cobrança e do valor dos prêços em vigor, na data da promulgação do Código de Águas, sendo vedado estabelecer distinção entre consumidores da mesma classe e em iguais condições de utilização do serviço.

§ 2.º Os novos prêços de fornecimento serão fixados pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, pelo critério de semelhança, atendidas a razoabilidade de seus valores e as novas classes de consumidores.

§ 3.º Quer as modificações permitidas por êste artigo, quer os resultados financeiros da exploração serão considerados para, após a determinação do capital a remunerar, serem levados em conta na remuneração garantida pela letra *b* do parágrafo único do art. 3.º e desde a data em que se tornar efetiva a fiscalização de que tarta a letra *c* do mesmo artigo.

Art. 6.º Sob pena de nulidade, a propriedade das emprêsas só poderá ser transferida por qualquer motivo, com aprovação prévia do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Parágrafo único. No caso de sucessão *mortis causa* ou de execução judicial, só depois da aprovação exigida nêste artigo, será passado ao adquirente o título de propriedade.

Art. 7.º Os Estados, Município se quaisquer entidades oficiais ou particulares que realizem aproveitamentos hidráulicos ou explorem, direta ou indiretamente, a indústria hidro ou termoelétrica, em qualquer de suas fases, ficam sujeitos, no que lhes couber, ao disposto nesta lei.

Art. 8.º Os contratos a que se refere o art. 1.º, e os firmados pelas emprêsas de que trata o art. 2.º, bem como quaisquer simples têrmos assinados pelos Poderes Públicos com as emprêsas respectivas, deverão ser levados por estas, em duas vias e, no prazo de três (3) meses, ao conhecimento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica onde serão registados.

Parágrafo único. Em igual prazo, as emprêsas que exploram a indústria da eletricidade, sem contrato, deverão dar conhecimento da sua situação ao mesmo Conselho e do último contrato ou têrmo que, para seu funcionamento, houverem celebrado com o Poder Público.

Art. 9.º As dúvidas que surgirem na execução desta lei, senão submetidas ao exame do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ao qual incumbirá dirimí-las, por meio de instruções ou resoluções, e, quando necessário, submetê-las, em exposição de motivos, à consideração do Presidente da República.

Art. 10. Esta lei entre em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19, de agôsto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Apolônio Sales
Alexandre Marcondes Filho.

(D.O. 21-8-943)

★

Decreto

Decreto de 3 de agôsto de 1942

O Presidente da República resolve

Designar:

O Capitão Amilcar Dutra de Menezes, diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda para membro da Comissão Censitária Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(D.O. 5-8-943)

★

ATOS DIVERSOS

Presidência da República

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Exposição de Motivos

N.º 2 294 — Em 26 de julho de 1943 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu V. Ex. a estudo dêste Departamento anexo processo, em que o Ministério da Viação e Obras Públicas propõe a criação de um Distrito, em São Paulo, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e das funções gratificadas correspondentes.

2. Presentemente, integram o D.N.O.S., além da Divisão de Estudos e Obras e da Divisão Administrativa, seis Distritos (quatro na Baixada Fluminense, um em Pôrto Alegre e um no Recife), o núcleo de estudos e obras de Juiz de Fora e quatro sub-distritos na Baixada Fluminense. O novo Distrito teria jurisdição em todo o território do Estado de São Paulo.

3. Alega o D.N.O.S. a necessidade de serem imediatamente iniciados os estudos e obras de saneamento na Baixada Paulista e na zona da Alta Paulista. O Departamento pretende igualmente, estender o seu plano de ação, em futuro próximo, a tôda a bacia hidrográfica que interessa ao planalto paulista.

4. Como se depreende dos estudos que constam do processo e das informações relativas à capacidade de produção da região a ser beneficiada, não resta a menor dúvida quanto à conveniência de se estender a ação do Departamento de Obras de Saneamento à zona acima mencionada.

5. Para que a atividade ao Departamento possa se desenvolver com a eficiência que tem demonstrado em outras regiões do país é imprescindível uma relativa descentralização das funções que lhe cabem, o que tem sido feito, em casos análogos, pela criação de Distritos.

6. Os Distritos teem a sua estrura padrão definida no decreto n.º 5 915, de 4 de julho de 1940 (Regimento do D.N.O.S.) e se compõem de uma Turma de Obras (geralmente chamada "turma técnica") e de uma Turma Administrativa, à semelhança do próprio Departamento, cujas atividades se distribuem em dois grandes grupos: as que pertencem à D.E.O. e as que são exercidas pela D.A.

7. As funções gratificadas correspondem às já existentes nos demais Distritos, razão por que êste Departamento tem a honra de opinar favoràvelmente à sua criação.

8. Como no projeto de decreto-lei elaborado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas não está devidamente classificado e calculado o crédito à conta do qual deverá correr a despesa com as medidas propostas, êste Departamento elaborou um substitutivo, que tem a honra de oferecer, em anexo, à apreciação e assinatura de V. Ex.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes,* Presidente.

Sim — G. VARGAS.

(Assinado decreto-lei n.º 5 723, em 4-8-43).

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Exposição de Motivos

P. SP/2 409 — Senhor Presidente da República. O Ministério das Relações Exteriores houve por bem transmitir ao Instituto a solitacitação formulada à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos no sentido de ser promovida a designação para trabalhar na Secretaria Geral do Instituto Inter-americano de Estatística, em Washington, pelo prazo mínimo de seis meses, um técnico brasileiro versado em estatística econômicas e financeiras.

2. Êsse convite enquadra-se em um plano de cooperação técnica e profissional do maior alcance para os serviços estatísticos das diferentes nações americanas, as quais só poderão beneficiar-se com a designação de elementos dos seus quadros para estágios de aperfeiçoamento na Secretaria Geral do I.I.A.E.

3. Encaminhado o assunto ao exame da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, entendeu êsse órgão deliberar fôsse proposta ao Govêrno a designação do Sr. Otávio Alexander de Morais, estatístico, classe 26, do quadro do Ministério da Fazenda, com exercício no Serviço de Estatística Econômica e Financeira e que se encontra à disposição do Instituto, pelo prazo de um ano, de acôrdo com o despacho exarado por Vossa Excelência no respectivo processo de requisição, em data de 25 de agôsto de 1942.

4. Essa escôlha atende plenamente as condições estabelecidas, uma vez que se trata de elemento possuidor de reconhecida capacidade técnica, versado em assuntos econômicos e financeiros, e servindo por um longo tirocínio na estatística do comércio internacional.

5. Submetendo, pois, a indicação da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística à aprovação de Vossa Excelência, tenho a honra de solicitar se digne autorizar o funcionário escolhido a ausentar-se do país conforme dispõe o art. 41 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cívis da União, ficando, por outro lado, prorrogado por mais um ano a comissão em que ora se encontra, à disposição dêste Instituto sem prejuízo dos seus vencimentos, na forma da lei.

6. Antecipo a Vossa Excelência os melhores agradecimentos pela atenção que dispensar ao assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *José Carlos de Macedo Soares,* presidente.

Autorizado. Em 12 de julho de 1943. — G. VARGAS.

(D.O. 24-7-943)

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Exposição de Motivos

G.M. 958.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O serviço etnográfico do Serviço de Proteção aos índios iniciou, em 1 de março de 1942, as suas atividades, que foram oficialmente inauguradas em 1 de abril do mesmo ano.

Apesar das inevitáveis demoras para a defitiva organização administrativa e técnica daquele serviço poude a equipe destinada aos trabalhos sertanejos dirigir-se aos Estados de Mato Grosso e São Paulo, afim de obterem a documentação cinematográfica e sonográfica dos índios Terenos, Cadiuéus, Caiuás, Caingangues e Guaranis, localizados nos Postos Indígenas de nacionalização e de fronteiras nos referidos Estados.

Era intuito do Serviço de Proteção aos índios prosseguir nêste ano, sem solução de continuïdade, os trabalhos de sertão a cargo do seu serviço etnográfico.

Aconteceu, porém, que o Orçamento Geral da União para o corrente exercício de 1943 consignou a dotação de Cr$ 400 000,00 destinada a estudos etnográficos, não ao Serviço de Proteção aos índios, como tinha sido feito anteriormente, mas sim ao Conselho Nacional de Proteção aos índios. Sòmente pelo decreto-lei n.º 5 477, de 12 de setembro último, foi possível obter-se a transferência desse crédito para o Serviço de Proteção aos Índios, que possue o aparelhamento técnico necessário para os estudos em questão.

Para realização dos serviços etnográficos no corrente ano, pretende-se manter a mesma organização do ano anterior com pequenas modificações indicadas pela prática e tendentes a obter resultados mais completos.

O pessoal admitido para êsse serviço, na conformidade do decreto-lei n.º 2 583, de 14 de setembro de 1940, e em exercício no corrente ano, é o mesmo que já se encontrava em serviço no ano passado, com exceção de apenas de dois chefes a serem admitidos logo que se iniciarem os trabalhos sertanejos. O referido pessoal continuou em atividade, sem solução de continuïdade, e deve portanto perceber os salários a que fez jús, a partir de janeiro do corrente ano.

No processo anexo, o Serviço de Proteção aos índios apresenta a tabela numérica e a relação nominal desses servidores — assim como um programa detalhado dos materiais cuja aquisição se faz necessária para a realização de estudos etnográficos no corrente ano, além da discriminação das despesas diversas que deverão ser efetuadas para êsse fim.

Todavia, para que possam ser iniciados com a urgência necessária os estudos etnográficos a cargo do Serviço de Proteção aos índios foram propostas as seguintes medidas, com as quais estou de acôrdo e parecer a qual solicito autorização de Vossa Excelência:

1.º Que a dotação orçamentária de Cr$ 400 000,00 consignada no anexo 12, do Orçamento Geral da União para o corrente exercício, em favor do Conselho Nacional de Proteção aos índios e posteriormente transferida ao Serviço de Proteção aos índios para a realização de estudos etnográficos (Verba 3 — Serviços e encargos, Consignação I — Diversos. Subconsignação 17 — Expedições científicas), seja distribuída à Tesouraria dêste Ministério, na forma do art. 2.º do decreto-lei n.º 2 583, de 14-9-40, afim de ser entregue como adiantamento, de uma só vez, ao diretor do Serviço de Protecão aos índios;

2.º Que à conta dessa dotação seja autorizada a aquisição, nesta Capital, mediante o processo de coleta de preços, do material relacionado no processo anexo:

3.º Que seja aprovada a tabela numérica do pessoal especializado destinado à realização de estudos etnográficos organizada pelo Serviço de Proteção aos índios e autorizado o pagamento a êsses servidores dos salários a que fizeram jus no corrente exercício, a partir de 1 de janeiro, à conta do adiantamento a ser concedido;

4.º Que tôdas as demais despesas com a realização de estudos etnográficos sejam feitas à conta do referido adiantamento, independente do local em que sejam realizadas;

5.º Que, com relação às demais exigências do Código de Contabilidade Pública e seu Regulamento, sejam extensivas ao adiantamento de Cr$ 400 000,00 as normas contidas no decreto-lei n.º 2 583, de 14-9-40, por se tratar de trabalhos de natureza idêntica às demais atividades do Serviço de Proteção aos índios, a serem efetuadas em sua quasi totalidade em pleno sertão e em locais afastados de qualquer estação pagadora.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu mais profundo respeito. — *Apolônio Sales.*

Autorizada. Em 27-7-43. G. VARGAS.

S.C. 30 240-43.

(D.O. 6-8-943)

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos

N.º 997 — Gabinete — Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1. Referindo-se à autorização concedida por Vossa Excelência para que a exemplo do que sucedeu em 1942, fosse posto no Banco do Brasil e livremente movimentado pelo diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral o crédito de Cr$ 2 227 000,00, constante da verba 5.ª, consignação I, subconsignação 01, do orçamento vigente, para "estudos de jazidas e projetos de mineração" — o Ministério da Agricultura submete à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto-lei, cuja expedição julga necessária afim de evitar embaraços como os que surgiram no presente caso, em que a distribuïção do mencionado crédito ao tesouro — providência indispensável à sua utilização pela forma autorizada — foi recusada pelo Tribunal de Contas, sob o fundamento de que "só mediante decreto-lei as despesas sujeitas a registo prévio podem ficar subordinadas ao regime de fiscalização a *posteriori*".

2. Declara o Ministério da Agricultura discordar da decisão proferida pelo Tribunal de Contas, "por lhe parecer perfeitamente legal que Vossa Excelência, na qualidade de superintendente da administração pública federal, resolva qual a forma mais racional e eficiente de se utilizar os recursos atribuídos na lei de meio aos diversos administrativos". tendo, no entanto, elaborado o projeto que ora submete à aprovação de Vossa Excelência, "com o objetivo de evitar maiores delongas e a possível paralização de serviços da maior relevância para a economia nacional", como sejam os que enumera, aos quais se destina o crédito em questão.

3. Em exposição n.º 523, Gabiente, de 9 de abril último, que se encontra no processo anexo, tive ensejo de aludir aos incovenientes da medida então pleiteada e afinal, obtida pelo Ministério da Agricultura. No mesmo sentido, foi o parecer que emiti, em exposição número 899 — Gabiente, de 8 do corrente, sôbre idêntica solicitação feita pelo Ministério da Agricultura, relativamente a outro crédito orçamentário destinado a despesas a cargo do Serviço Florestal, conforme processo registado na Secretaria da Presidência da República sob n.º 13 661, do corrente ano.

4. Trata-se, porém, no presente caso, de matéria vencida de vez que o Ministério interessado já obteve a autorização desejada e, assim, esta Secretaria de Estado só relembra, com a devida vênia, a opinião já externada sôbre pedidos dessa natureza, para encarecer a necessidade de abandonar-se, antes que seja tarde, a tendência que se esboça para a generalização de um regime de facilidades exageradas que poderá ter conseqüências desagradáveis para os próprios chefes de serviço que a êle recorrem.

E encontra-se no processo anexo a justificativa de tal advertência.

5. O projeto de decreto-lei ora submetido à aprovação de Vossa Excelência não se limita, como seria de esperar a tornar efetiva a autorização concedida por Vossa Excelência no caso especial a que se refere o mesmo processo. Vai muito mais longe, estendendo a autorização a todos os créditos, "orçamentários e adicionais, destinados a estudos de jazidas e projetos de mineração", o que, convertido em lei, constituiria um precedente a ser invocado sempre que se desejasse evitar, nêste ou naquele setor da administração, os incômodos de uma fiscalização que, embora por vezes excessiva, não deve, em absoluto, deixar de existir.

Nota-se, além disso que o art. 4.º do mencionado projeto pretendendo obrigar o responsável pela movimentação dos créditos à prestação de contas perante o Tribunal de Contas, ao qual, para êsse fim, deverá remeter os documentos comprobatórios das despesas efetuadas "dentro do prazo máximo de sessenta dias, a partir do encerramento do ano financeiro", encerra preceito inócuo, de vez que nem o Tribunal toma conhecimento imediato das despesas efetuadas à conta do crédito préviamente distribuídos, nem lhe seria possível fazê-lo, uma vez que os comprovantes, remetidos pela forma indicada, chegariam ao mesmo Instituto depois de encerrado o próprio período adicional do exercício a que pertencesse a despesa.

6. Ante o exposto parece-me não merecer aprovação o projeto incluso. O ato a expedir-se deve, a meu ver, restringir-se aos têrmos da autorização superior que se tem em vista homologar.

7. Vossa Excelência, entretanto, melhor apreciando o assutno, dignar-se-á de resolver como julgar mais acertado.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943. — *A. de Souza Costa.*

Despacho:

Reconsidero o despacho anterior, para autorizar a despesa de que se trata pelo regime de adiantamento, na conformidade do estabelecido no título IV, capítulo II do Regulamento do Código de Contabilidade Pública. Em 6 de julho de 1943. — G. VARGAS.

(D.O. 19-7-943)

★

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

SERVIÇO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Portaria n.º 44, de 12 de julho de 1943

De acôrdo com o resolvido pelo Sr. diretor, em 2 de julho corrente, no processo número 62 034-1943, originado pelo ofício número 867, de 30-6-43 dêste Serviço Regional desde que haja anuência dos interessados a uma futura revisão da profundidade exata dos terrenos sujeitos ao onus do fôro como de marinha e enquanto não for ultimado a locação do preamar máximo de que trata o decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, — recomendovos que os aforamentos de terrenos que dependam da demarcação da linha do preamar máximo, tenham o respectivo prosseguimento, com a locação da linha do preamar na conformidade da que serviu de base para outras concessões de terrenos próximos e já aforados. Cientifico-vos, outrossim, que os aforamentos obtidos da Prefeitura do Distrito Federal, — exame e registo feitos nos têrmos do art. 35, do decreto-lei n.º 3 438, de 1941, — poderão ter os processos ultimados com os dados constantes dos títulos apresentados, na forma da resolução do Sr. diretor, antes mencionada.

Serviço Regional, em 15 de julho de 1943. — *Hildor Lins Beltrão*, esc. XII.

(D.O. 19-7-943)

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

Exposição de Motivos n.º 905

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tenho a honra de restituir a Vossa Excelência o processo anexo em que a Diretoria da Escola Estados Unidos do Brasil, em Rosário de Santa Fé, República Argentina, sugere seja dado o nome do general A. Justo à ponte Brasil-Argentina, ora em construção em Uruguaiana.

Apesar dêste Ministério não ter nenhuma objeção a fazer ao atendimento de tão justo e merecido tributo de aprêço àquele eminente estadista argentino e inolvidável amigo de nosso país, resolveu, por se tratar de homenagem de reflexo internacional, ouvir a respeito o Ministério das Relações Exteriores, que acolheu com a maior simpatia a aludida sugestão, que coincidia, segundo declarou com o seu próprio pensamento, já manifestado ao Embaixador daquela Nação.

Rio de Janeiro, 18 de agôsto de 1943. — *João de Mendonça Lima.*

Despacho — Sim — G. VARGAS.

(D.O. 24-8-943)

★

Portaria n.º 746, de 4 de agôsto de 1943

O ministro de Estado, tendo em vista o despacho proferido pelo Sr. Presidente da República na exposição de motivos n.º 116-SSNV, de 8 de março último dêste Ministério, resolve designar o Major Olinto de França Almeida e Sá, Jorge Oscar de Melo Flores, Marcos Valdetaro da Fonseca, Engenheiro (DNEH-DNER) classe M, do Quadro I, Antônio Ribeiro França Filho, Marcial Dias Pequeno, Alix Corrêa Lemos, Astrônomo classe M do Quadro Pernamente do Ministério da Educação e Saúde e Mário Leão Ludolf, representantes, respectivamente, do Conselho de Segurança Nacional, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, da Federação das Associações Comerciais do Brasil, do Departamento Nacional do Trabalho, do Observatório Nacional e da Confederação Nacional da Indústria, para constituírem a comissão incumbida de proceder a estudo completo sôbre a conveniência da instituïção da "hora de guerra" em todo o território nacional.

Rio de Janeiro, em 4 de agôsto de 1943. — *João de Mendonça Lima.*

(D.O. 6-8-943)

★

Portaria n.º 858, de 23 de agôsto de 1943

O ministro de Estado, atendendo ao que expôs o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em ofício n.º 941-DG, de 24 de julho último, resolve autorizar a mudança da estação de Caiupiranga, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, para o local em que se encontra instalada a base aérea de Parnamirim, naquele Estado, e aprovar as plantas que com esta baixam, rubricadas pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração dêste Ministério, referentes às obras a serem executadas pela Standard Oil Company of Brazil, sob a fiscalização da Estrada.

Rio de Janeiro, 23 de agôsto de 1943. — *João de Mendonça Lima.*

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

AMAZONAS

Decreto-lei n.º 1 031, de 1.º de junho de 1943

Reorganiza a Secção de Estatística Educacional, anexa ao Departamento de Educação e Cultura.

O Interventor Federal no Estado do Amazonas na conformidade do disposto no art.º 6.º, n.º IV, do Decreto-Lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º A Secção de Estatística Educacional, anexa ao Departamento de Educação e Cultura, criada pelo Decreto-Lei n.º 254, de 6 de junho de 1939, é o órgão encarregado da organização da estatística dos assuntos da competência do referido Departamento e da divulgação de seus resultados, nas bases do Convênio Estatístico assinado na cidade do Rio de Janeiro a 20 de dezembro de 1931, entre a União e as unidades da Federação Brasileira.

Art. 2.º No cumprimento das suas atribuïções compete à Secção de Estatística Educacional:

I — Proceder ao registo de todos os estabelecimentos de ensino, em seus diferentes graus, que funcionem no Estado;

II — Organizar e manter rigorosamente atualizados, em fichários adequados, os cadastros dos estabelecimentos de ensino primário geral, — estadual, muncipal e particular e dos respectivos professores;

III — Organizar bimestralmente o levantamento da estatística do ensino geral pré-primário e primário (fundamental comum, supletivo e complementar) e organizar as respectivas súmulas;

IV — Proceder anualmente ao levantamento da estatística do ensino primário geral para execução cabal do Convênio Nacional de Estatística Educacional;

V — Coordenar e tabular em fichas adequadas, em séries decimais, vintenais, etc., os dados referentes a estatística educacional — primária, não primária e anexas, — demonstrativos da evolução do ensino e educação no Estado;

VI — Entrar em entendimento com os inspetores de ensino, prefeitos e outras autoridades, interessando-as no êxito do levantamento estatístico e valendo-se do prestígio deles não só para que os boletins do movimento escolar cheguem a destino, como para que sejam exatamente preenchidos e devolvidos em tempo à Secção de Estatística;

VII — Solicitar da autoridade competente a publicação no órgão oficial, em anuário, boletim ou revista de instrução, dos resultados estatísticos, discriminadamente por municípios e distritos, logo que os totais do Estado, revistos, e considerados definitivos pela repartição federal, estejam com aquela em perfeita concordância.

VIII — Promover a ampla divulgação da publicação onde forem inseridos os dados estatísticos, ou de uma "separata", se fôr o caso de modo que seja contemplado nessa distribuïção todo o professorado do Estado;

IX — Proceder a estudos e análises comparativos, para fins de divulgação e aperfeiçoamento das condições de ensino, dos resultados obtidos não só retrospectivamente, para cada município, como, ano a ano, para as várias circunscrições ou regiões do Estado;

X — Instituir o serviço de comunicados mimeografados, onde se divulguem e comentem os resultados estatísticos, interessando o professorado nêsse estudo e promovendo ao mesmo tempo a maior vulgarização dos trabalhos de natureza estatística relacionados com a educação;

XI — Promover a visita de professores à Secção de Estatística, afim de que, *de visu*, tenham conhecimento do trabalho que nela se executa, lhe aprendam o mecanismo a apreciem o valor das informações com que colaboram no levantamento da estatística do ensino;

XII — Contribuir no que estiver ao seu alcance para que se execute o preceituado na cláusula 7.ª do Convênio, relativamente à realização do censo demográfico nos anos de milésimo cinco (5) ou ao menos, do censo, da população escolar dos seis (6) aos dezoito (18) anos;

XIII — Preparar gráficos emoldurados onde se reproduzam os dados da estatística do ensino, esquemas e outros trabalhos sôbre assuntos de competência própria e que devam constituir o mostruário técnico da Secção ou ser levados a exposições, congressos ou outros certamens que se realizam sôbre estatística educacional;

XIV — Manter uma pequena biblioteca especializada compreendendo anuários, boletins, obras técnicas e outras publicações sôbre estatística;

XV — Organizar e manter em dia um álbum ou *dossier* de retalhos de jornais e revistas contendo referências a trabalhos da Secção ou tratando de assuntos que a interessem:

XVI — Prestar as informações que lhe forem solicitadas por particulares ou repartições públicas e privadas.

Art. 3.º A Secção de Estatística Educacional far-se-á representar nas reuniões da Junta Executiva Regional de Estatística pelo Estatístico chefe e, nos seus impedimentos, pelo Estatístico.

Art. 4.º Todos os estabelecimentos de ensino situados no território do Estado ficam obrigados como colaboradores e cooperadores da estatística nacional, prestar com urgência e exatidão as informações solicitadas pela Secção de Estatística Educacional e pelo órgão competente do Ministério da Educação.

Art. 5.º A falta de cumprimento do disposto no artigo anterior será punida com as seguintes penalidades:

I — Se o responsável fôr funcionário:

a) na primeira falta, suspensão por quinze dias;

b) na primeira reincidência, multa correspondente aos vencimentos respectivos por quinze dias a um mês;

c) se a falta se repetir por mais de duas vêzes, suspensão por trinta a sessenta dias ou demissão, conforme a gravidade do caso, a juízo da autoridade competente para aplicação da pena, observadas as formalidades legais.

II — Se o responsável fôr particular:

a) na primeira falta, multa de cem a duzentos cruzeiros (Cr$ 100,00 a Cr$ 200,00);

b) na primeira reincidência, fechamento do estabelecimento por quinze dias a um mês;

c) se a falta se repetir por mais de duas vêzes, fechamento do estabelecimento por trinta a sessenta dias, ou em caráter definitivo, conforme a gravidade da infração a juízo da autoridade competente para aplicação da pena.

Art. 6.º O quadro do pessoal da Secção de Estatística Educacional será constituído de:

Um estatístico-chefe; um estatístico; cinco apuradores; um desenhista- cartógrafo.

Art. 7.º—Os cargos do quadro da Secção de Estatística Educacional são de natureza isolados, e providos de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 8.º Ao Estatístico-chefe compete:

I — propor ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura as medidas necessárias ao cumprimento integral do plano de serviço atribuído à Secção;

II — Distribuir o serviço pelos seus auxiliares de modo que todos os trabalhos tenham regular e contínuo andamento;

III — Prestar assistência direta a todos os serviços da Secção;

IV — Representar a Secção em quaisquer certames que sôbre estatística educacional se realizem;

V — Procurar por iniciativa própria tornar sempre mais amplo e mais completo o inquérito a cargo da Secção;

VI — Velar pela disciplina da Secção;

VII — Modificar, se lhe parecer necessário o sistema de coleta de informações (seja como fazem já alguns Estados), por meio não de uma única remessa de formulários, mas de várias, utilizando para tanto, boletins mensais organizados pela Secção com base nos formulários modêlo e procurando obter, por um trabalho contínuo de confronto de boletins e de correspondência, que as informações faltosas ou imperfeitamente prestadas, sejam supridas e retificadas ainda no correr do ano,

VIII — Corresponder-se diretamente sôbre assunto de detalhe de serviço cujas medidas iniciais tenham sido tomadas pelo Diretor do Departamento de Educação e Cultura, não só com o professorado, prefeito e mais autoridades que com a Secção colaborem, mas ainda com o Diretor Geral de Estatística do Ministério da Educação e Saúde;

IX — A prática do serviço datilográfico será obrigatório a todos os funcionários da Secção.

Art. 9.º Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito especial de trinta e um mil cento e quinze cruzeiros (Cr$ 31 115,00), para execução do presente decreto-lei, considerando-se extinta a dotação de dez mil e cincoenta cruzeiros (Cr$ 10 050,00), consignada no orçamento atual, para o mesmo serviço.

Art. 10. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manáus, 1.º de junho de 1943. — *Álvaro Botelho Maia* Interventor Federal; *Rui Araújo,* Secretário Geral do Estado.

★

Parecer

Remete a Interventoria Federal à nossa aprovação o projeto de decreto-lei que abre, no orçamento vigente, crédito destinado ao pagamento de cinco mil exemplares da carta geográfica do Estado.

2 — Consoante elucida o senhor Secretário Geral do Estado, no ofício de remessa da proposta, conta o erário economias de outras verbas e a melhoria de arrecadação verificada na receita pública, para enfrentar a abertura do crédito solicitado, cuja iniciativa se prende ao oferecimento feito pelo Conselho Nacional de Geografia para confeccionar e imprimir o mapa do Amazonas, em três côres, ao preço de quatro cruzeiros (Cr$ 4,00), cada exemplar.

Não incluídas nêsse preço as despesas de remessa, sugere o Departamento Estadual de Estatística o necessário acréscimo de cinco mil cruzeiros, elevando o crédito à quantia de vinte e cinco mil cruzeiros (Cr$ 25 000,00),

3 — Por se tratar de providência útil e de interêsse para o Estado, apresento ao voto do plenário o seguinte.

Projeto de Resolução:

O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS, usando das atribuïções que lhe são conferidas pelo decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

RESOLVE

aprovar, sem alterações, o projeto de decreto-lei, da Interventoria Federal, que abre, no orçamento em execução, o crédito especial de vinte e cinco mil cruzeiros (Cr$ 25 000,00), para ocorrer às despesas com a confecção e impressão, em três côres, pelo Conselho Nacional de Geografia, de cinco mil exemplares da carta geográfica do Estado.

S.S. do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 8 de abril de 1943.

Júlio José da Silva Neri — Relator

Resolução n.º 11, de 1943

O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS, usando das atribuïções que lhe são conferidas pelo Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

RESOLVE

aprovar, sem alterações, o projeto de decreto-lei, da Interventoria Federal, que abre, no orçamento em execução, o crédito especial de vinte e cinco mil cruzeiros (Cr$ 25 000,00), para ocorrer às despesas com a confecção e impressão, em três cores, pelo Conselho Nacional de Geografia, de cinco mil exemplares da carta geográfica do Estado.

S. S. do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 9 de abril de 1943.

Leopoldo Péres — Presidente
Júlio José da Silva Neri — Relator

Esta resolução foi publicada na SECRETARIA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO, em Manaus, 9 de abril de 1943.

Mário Jorge Couto Lopes — Secretário-Administrativo.

(D.O. — Amazonas 20-5-943"

BAÍA

Decreto n.º 12 737, de 3 de maio de 1943

Modifica o art. 1.º do decreto-lei n.º 12 693 de 10 de Março de 1943.

O Interventor Federal no Estado da Baía, na conformidade do disposto no art. 6.º n.º IV do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939.

DECRETA:

Artigo único. Para maior facilidade na delimitação e demarcação da área de terra devoluta, que fica incorporada ao patrimônio do respectivo Município, e dêsse modo integrada no seu domínio e posse, deverá ser essa área de cem milhões de metros quadrados (100 000 000 m²), ou sejam dez mil hectares, compreendida por um quadrado de dez mil metros de lado, com lados paralelos aos meridianos e paralelos do globo, equidistantes do edifício sede da Prefeitura Municipal, ficando, nêsse ponto, modificado o art. 1.º do decreto-lei n.º 12 693, de 10 de março de 1943, e revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Baía, 3 de maio de 1943 — *Renato Aleixo,* Interventor Federal — *Artur César Berenguer.*

(D.O. — Baía, 4-5-943)

★

Decreto n.º 12 854, de 6 de agôsto de 1943

Aprova o Regulamento relativo à exploração da cêra de licuri.

O Interventor Federal no Estado da Baía, no uso de suas atribuïções, resolve aprovar o Regulamento que com êste baixa, assinado pelo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, para execução do decreto-lei n.º 12 840, de 29 de Julho de 1943.

Palácio do Govêrno do Estado da Baía, em 6 de Agôsto de 1943. — *Renato Aleixo,* Interventor Federal — *P. Campos Pôrto.*

(D.O. 7-8-943)

★

Decreto-lei n.º 169, de 7 de agôsto de 1943

Concede um auxílio à Faculdade de Filosofia da Baía.

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía:

Na conformidade do disposto no Art. 5.º do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 3 de abril de 1939:

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a conceder à Faculdade de Filosofia da Baía o auxílio de Cr$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros), no corrente exercício, destinado à manutenção do mencionado estabelecimento de ensino superior.

§ Único — Fica aberto o crédito especial da importância correspondente ao auxílio de que trata êste artigo, para ocorrer à despêsa prevista nêste Decreto-lei.

Art. 2.º — A despêsa para abertura dêsse crédito correrá pelos recursos referidos no item 1.º do § 3.º do Art. 11 das Normas aprovadas pelo Decreto-lei Federal n.º 2 416, de 17-7-940.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 7 de agôsto de 1943. — *Elísio de Carvalho Lisbôa,* Prefeito. — *José Alves de Sousa,* Secretário interino.

(D.O. Baía 8-8-943)

★

Ato de 11 de agôsto de 1943

O Interventor Federal no Estado da Baía no uso de suas atribuïções, resolve:

Designar:

O Dr. José Antônio do Prado Valadares, inspetor de Museu a Monumentos, para, com direito às vantagens de seu cargo e a ajuda de custo de mil e quinhentos (1 500) cruzeiros mensais, na forma do estatuído no art. 136 do Decreto-lei n.º 12 076, de 28 de Outubro de 1941, além da Bolsa de Estudos que lhe foi concedida pela "Rockfeller Foundation" realizar, durante um ano, nos Estados Unidos da América do Norte, estudos de organização de Museus, mediante a assinatura de têrmo de compromisso de permanecer, concluídos os ditos estudos, no exercício do cargo, em comissão, de que é titular, durante dois (2) anos, no mínimo, inclusive a apresentação de relatório de seus estudos e observações.

★

SECRETARIA DA AGRICULTURA

Exposição de Motivos

(*Na Exposição de Motivos da Secret. da Agricultura abaixo transcrita, o Sr. Gal. Interventor exarou o despacho seguinte: "Aprovo a presente exposição. Faça-se a competente comunicação e em tempo oportuno as prorrogações que se tornarem necessárias por prestações de contas. Em 3 de março de* 1943 (a) — *Renato Aleixo*).

A solicitação feita pelo Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, de cooperação técnica e financeira do Estado da Baía para o prosseguimento dos trabalhos de levantamento das divisas Goiaz-Baía e prolongamento até a do Piauí, é merecedora do melhor acatamento por parte do Govêrno do estado a quem interessam muito de perto os resultados dêste trabalho.

Sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, iniciou-se no ano próximo passado, o levantamento desta divisória, tendo sido, entretanto, a expedição encarregada dos trabalhos forçada a suspendê-los, em virtude da carência de abastecimentos e da situação criada com a declaração de guerra às potências do Eixo.

Os serviços se desenvolvem desde a cidade de Formosa, em Goiaz, prolongando-se pela divisa Minas-Goiaz até a triiuncão com a Baía, prosseguindo pela zona compreendida entre os Estados de Goiaz e Baía até a nascente do rio Branco, irradiando-se até as cidades de Dianópolis, em Goiaz, e Barreiras na Baía.

Nesta fronteira (Goiaz-Baía) a divisória levantada estende-se a mais de 300 Kms.

Foram determinados mais de 30 pares de coordenadas geográficas, pos territórios dos Estados interessados, é localizadas tôdas as nascentes dos tributários do Tocantins e do São Francisco.

A situação determinada pelos levantamentos quanto à essa divisa veiu mostrar o enorme êrro dos mapas oficiais destas regiões, havendo grande deslocamento da fronteira para oeste,

com afastamentos variáveis até 80 Km. e até o limite da região levantada um acréscimo de quase 20 000 Km.² na área do Estado da Baía, em relação à oficial, sem entretanto haver dúvidas quanto a jurisdição territorial. O êrro é apenas cartográfico.

Diante de tal resultado, que se repetirá até alcançar as fronteiras do Estado do Maranhão e Piauí, é premente a continuação do levantamento, que revelará a desconhecida e vasta zona do Jalapão onde se juntam as águas do São Francisco e do Tocantins.

Novo e grande acréscimo da área virá mostrar quão imprecisos eram os dados de que dispunha a pleiade de técnicos que, num esfôrço hercúleo, conseguiu organizar a carta geral do Brasil, em 1922.

O auxílio solicitado pelo Conselho Nacional, que vem colaborando sempre com o Estado em serviços técnicos, de monta, custeando o levantamento sistemático de coordenadas geográficas poderá ser dado, dentro dos recursos normais do Departamento de Geografia, sem ser necessária a abertura de créditos especiais.

Para serviços desta ordem dispõe o Departamento de Geografia das seguintes verbas ainda intactas:

Verba 503-2 102 (turma de campo)	Cr$ 4 000,00
Verba 508-6 900 (material)	Cr$ 30 000,00

Há ainda no momento a disponibilidade de Cr.$ 2 100,00 mensais para contrato de um engenheiro, (verba 2 101), de que se disporia ainda, caso necessário.

Sendo o total pedido de Cr$ 32 000,00 segundo os dados do orçamento organizado pelo Conselho, vê-se que folgadamente poderá o Departamento de Geografia auxiliar com seus recursos normais tão útil e necessário empreendimento.

O resultado dos trabalhos que se vão completar serão elementos de inestimável valor para a organização do mapa geral do Estado, cuja publicação deverá ser feita sem grande delonga, dada a sua premente necessidade e a falta de uma carta razoável, para o uso geral.

Necessárias se tornarão entretanto certas facilidades, como adeantamentos de verbas por parte do Tesouro do Estado, e prorrogação dos prazos para as prestações de contas respectivas, em vista das condições especiais do serviço e dificuldades de transporte para longínqua zona.

Assim dito, Sr. Interventor, tenho a honra de submeter à alta apreciação de V. Excia. a presente exposição.

Baía, 3 de março de 1943. (a) — *P. Campos Pôrto,* Secretário da Agricultura.

(D.O. Baía 4-3-943)

★

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Exposição de Motivos

Baía, 15 de Março de 1943.

Senhor Interventor:

De acôrdo com a sugestão que V. Excia. me transmitiu, tenho a honra de submeter, agora, à sua esclarecida apreciação um projeto de decreto-lei, obrigando a ereção de mastros para a Bandeira Nacional e dispondo sôbre o hasteamento dessa Bandeira nos dias feriados e de festa, ou de luto, na Nação.

De iniciativa não sei mais oportuna do que esta. No momento mais grave da história do nosso Brasil, em que foi êle compelido a aceitar o estado de guerra que lhe foi imposto, em defêsa de sua soberania, de sua independência e de sua liberdade, tudo o que lembra a Pátria, tudo o que lhe recorde as tribulações ou as glórias, tudo o que a retrate aos olhos do presente e do futuro, na sua grandeza e no seu esplendor, na sublime inquietação dos seus sonhos de crescimento, na fecundo efervescência dos seus ideais de progresso e na sua excelsa predestinação entre os povos, — tem agora inteiro cabimento. E' preciso que haja entre os homens — radioso ideal, que lhes guie os passos; e esse ideal, outro não póde ser que a extreme imagem da Pátria, que nos desperta o mais puro dos sentimentos, porque o mais alevantado, o mais grandioso, porque o maior que cabe em peito humano. Esse sentimento, na glorificação da nossa bandeira sagrada, devemos possuir, cultivar, estremecer, para que estejamos firmes e decididos pela defêsa de nossa soberania sustentação de sua grandesa, representadas no pavilhão auri-verde do nosso majestoso Brasil.

Tendo em vista as prescrições do decreto-lei federal n.º 4 545 de 31 de Julho de 1942, que "dispõe sôbre a fórma e a apresentação dos símbolos nacionais", elaborei o decreto que V. Ex. me sugeriu, regulando, facilitando e obrigando o hasteamento da Bandeira Nacional, em todos os Municípios do nosso Estado, nos dias previstos naquele decreto.

Se V. Excia. julgá-lo merecedor de sua aprovação, ordenará que seja êle encaminhado ao Departamento Administrativo, para os devidos fins.

Cumprida, assim, a honrosa determinação de V. Ex., tenho o prazer, Sr. Interventor, nesta oportunidade, de renovar os meus protestos de elevada estima e subido aprêço.

(a) *Artur César Berenguer,* Secretário do Interior e Justiça.

Ao Exmo. Sr. General Renato Onofre Pinto Aleixo, Interventor Federal nêste Estado.

(D.O. Baía 13-4-943)

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

Parecer n.º 663-43

PROCESSO N.º 1 971-43

(*Interventoria*)

A Interventoria submete a êste Conselho o projeto do Decreto-lei que "Altera o Decreto-lei n.º 11 472, de 11 de novembro de 1939, que dispõe sôbre a *organização* da Escola Politécnica da Baía". O Sr. Secretário de Educação e Saúde, em substanciosa exposição de motivos ao Exmo. Sr. Interventor Federal, põe de manifesto o interêsse e alcance da providência, cujas felizes inovações atendem, ademais, aos conselhos da hora atual, quando o esfôrço de organização técnica nacional está a requerer antes mesmo da formação avultada dos engenheiros metalúrgicos, químicos, eletricistas, etc., os aparelhamentos que sejam, a um tempo, laboratórios de pesquisas a serem utilizados por setores diversos da atividade industrial do País. Dessa consideração resulta o valor do Instituto de Técnologia previsto no projeto cujos préstimos valem ser assinalados. Fena é que o projeto apenas o preveja. Contudo já significa um seguro índice da sua próxima existência a servir, inestimàvelmente, a um vasto campo de trabalho útil.

Não é menos para ser notado o interêsse prático da Oficina Mecânica de Precisão, também objeto da criação do projeto ora em estudo.

Aguardemos, todavia, e com ansiedade, as providências legais subseqüente e pelas quais o Instituto de Tecnologia se transforme em realidade. Por enquanto aplaudamo-lo nos seus tão animadores prenúncios.

Pensamos sejam desnecessários os têrmos do art. 1.º do projeto, uma evidente redundância, quando declara aprovado o contrato entre a União Federal e o Estado, celebrado em 25 de maio de 1939. Redundante porque êsse contrato já está aprovado, com as finalidades legais essenciais e complementares. Nenhum interêsse ou vantagem de regularização existe em novamente, fazer o Govêrno a declaração de aprovação daquele ato. Assim, proporíamos a exclusão do art. 1.º em aprêço, passando o 2.º atual a ter aquele número e fazendo-se as conseqüentes alterações numéricas em todo o projeto. O novo art. 1.º entretanto, deveria tomar a seguinte redação:

"A Escola Politécnica, mantida pelo Estado, e diretamente subordinada à Secretaria de Educação e Saúde, continuará a ter como finalidade o ensino de engenharia em seus diversos ramos".

Nada além disso se me apresenta que merecêsse reparo ou alteração, estando no mais o projeto fiel a seus intuitos, que exprimiu com clareza e sabedoria.

Não deve ficar sem uma palavra o grande mérito de uma das suas criações; o cargo de engenharia de Minas e Metalurgia, assim como os desdobramentos e amplificações que são feitos nos já existentes de Engenharia Elétrica e Química Industrial. Êstes seriam bastantes para recomendar o projeto e justificar a despêsa a acrescer, que no bom sentido econômico, não será despesa, mas vantagem a se evidenciar em próximo futuro.

Sou, assim, pela aprovação do projeto, com a alteração indicada, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1943. — *Bião de Cerqueira,* Relator.

(D.O. Baía 9-7-943)

★

MATO GROSSO

Decreto-lei n.º 500, de 21 de julho de 1943

Reserva para colonização uma área de 6 000 *hectares de terra lavradias, situadas em ambas as margens do Rio Paraíso, no município de Poxoréu.*

O Interventor Federal, no Estado de Mato Grosso, na conformidade do disposto no art. 6.º do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica reservada, para colonização, uma área de 6 000 hectares de terras lavradias, metros de largura, que acompanha o rio Paraíso no município de Poxorêu, cujos limites são os seguintes: ao Norte, o rio do Peixe e ribeirão Dourados; ao Nascente, uma faixa de 2 quilômetros de largura, que acompanha o rio Paraízo, no trecho compreendido entre o ribeirão Dourados o rio Poxorêu; ao sul, o rio Poxorêu; e ao Poente, uma outra faixa de 2 quilômetros de largura, que acompanha a margem direita do rio Paraíso, no trecho compreendido entre o rio do Peixe e rio Poxoréu.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 21 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

Júlio Strübing Müller; J. Ponce de Arruda.

(D.O. Mato Grosso 24-7-943)

★

MINAS GERAIS

Decreto-lei n.º 921, de 16 de julho de 1943

Dispõe sôbre a organização da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e contém outras disposições.

O Governador do Estado de Minas Gerais, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho constituída pelos seguintes órgãos:

a) Gabinete;
b) Departamento Administrativo;
c) Departamento de Economia;
d) Departamento de Produção Vegetal;
e) Departamento de Produção Animal;
f) Departamento de Ensino Técnico;
g) Departamento de Terras, Matas e Colonização;
h) Departamento de Fomento Industrial;
i) Departamento de Comércio.

Art. 2.º — Os atuais serviços da Secretaria ficam assim grupados.

1) *Departamento Adiminstrativo* — constituído pelos serviços de Contabilidade, Pessoal, Arquivo Central, Comunicações e Material.

2) *Departamento de Economia* — constituído pelo Serviço de Organização, Assistência e Fiscalização do Trabalho, Serviço Administrativo da Feira Permanente de Amostras, Rádio Inconfidência e Junta Comercial.

3) *Departamento de Produção Vegetal* — constituído pelo Serviço de Produção Vegetal, Serviço de Fomento do Algodão, Serviço de Fomento do Fumo e da Batata, Serviço de Expurgo do Café, e a parte de agricultura das Circunscrições Agro-Pecuárias.

4) *Departamento de Produção Animal* — constituído pelo Serviço de Produção Animal, a parte de veterinária das Circunscrições Agro-Pecuárias e a parte veterinária da Feira de Animais.

5) *Departamento de Ensino Técnico* — constituído pelo Serviço de Ensino Agrícola, Escola Superior de Agricultura, Escola Superior de Veterinária e Fazenda-Escola de Florestal.

6) *Departamento de Terras, Matas e Colonização* — constituído pelos Serviços de Terras Devolutas, Fiscalização de Terras e Matas e Colonização.

7) *Departamento de Fomento Industrial* — constituído pelo Instituto Químico-Biológico e os Serviços de Industrial, Estâncias Hidro-Minerais e Produção Mineral.

8) *Departamento de Comércio* — constituído pelo Serviço de Comércio, Estação Rodoviária, Entrepostos, Usina Inconfidência, Fábrica-Escola "Benjamim Guimarães".

Parágrafo único — Até ulterior regulamentação, os serviços continuam a reger-se pelos regulamentos em vigor ficando o Secretário da Agricultura autorizado a baixar as necessárias portarias para a adaptação dos mesmos a organização defintiva a ser decretada.

Art. 3.º — Ficam extintas as Assistências Técnicas, a Assistência Administrativa e as Inspetorias.

Art. 4.º — Ficam criados oito lugares de chefes de Departamentos, com os vencimentos mensais de Cr$ 2 000,00 (dois mil cruzeiros), a serem preenchidos em comissão.

Art. 5.º — Fica aberto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e crédito especial de Cr$ 96 000,00 (noventa e seis mil cruzeiros) para o pagamento dos vencimentos dos cargos criados por êste decreto.

Art. 6.º — Fica o Secretário da Agricultura autorizado a elaborar o novo Regulamento da Secretaria, com a organização de serviços que for julgada conveniente, submetendo-o à aprovação do Governador do Estado.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 16 de julho de 1943.

Benedito Valladares Ribeiro, Lucas Lopes. Francisco Balbino Noronha Almeida.

(D.O. Minas Gerais 17-7-943)

★

Decreto-lei n.º 925, de 3 de agôsto de 1943

Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$. 11 638 409,20

O Governador do Estado de Minas Gerais, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º IV, do decreto-lei federal n.º 1 202, de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de..... Cr$ 11 638 409,20 (onze milhões seiscentos e trinta e oito mil quatrocentos e nove cruzeiros e vinte centavos), para ocorrer às despesas, até o fim do corrente ano, com o prosseguimento da construção da Cidade Industrial, ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Rêde Mineira de Viação, variantes desta Estrada, obras do viaduto e prolongamento e terraplenagem da avenida Amazonas,

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 3 de agôsto de 1943.

Benedito Valadares Ribeiro, Dermeval José Pimenta, Francisco Balbino Noronha Almeida.

(D.O. Minas Gerais 4-8-943)

★

Decreto-lei n.º 905, de 18 de março de 1943

Modifica o quadro do pessoal da Fazenda do Florestal

O Governador do Estado de Minas Gerais, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta;

Art. 1.º — Ficam criados na Fazenda-Escola de Florestal os cargos de Diretor e de Chefe de Serviço Técnico, com os vencimentos mensais, respectivamente, de Cr$ 2 000,00 e Cr$ 3 500,00.

Art. 2.º — O cargo de Encarregado da Administração, da mesma Escola passa a denominar-se "Chefe do Serviço Administrativo", com o vencimento mensal de Cr$ 1 300,00.

Art. 3.º — Ficam extintos os cargos de Encarregado de Secção de Pecuária e de Encarregado de Secção Agrícola, da referida Escola.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Hirozinote, 18 de março de 1943.

Benedito Valadares Ribeiro, Francisco Balbino Noronha Almeida.

(D.O. Minas Gerais 19-3-943)

★

PARÁ

Decreto-lei n.º 4 359, de 16 de junho de 1943

Reserva as terras devolutas do Estado existentes nos municípios de Marabá e Conceição do Araguáia para a exploração do cáucho e dá outras providências.

O Interventor Federal, na conformidade do disposto no art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam reservadas as terars devolutas do Estado existentes nos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia para a exploração do cáucho aos trabalhadores que se propuzerem produzir essa variedade de goma elástica nessa área, mediante os favores e condições do presente Decreto-lei.

Art. 2.º — Cada trabalhador na extração do cáucho poderá trabalhar com exclusividade na área que escolher e lhe fôr designada pelo Prefeito do Município em que estiver compreendida.

Parágrafo único. Em cada uma das prefeituras de Marabá e de Conceição do Araguáia haverá um cadastro para o registo dos cauchais reservados aos trabalhadores empregados na extração do cáucho, em que conste a discriminação da área de localização de cada um, o nome dêste, a data do início do trabalho de produção da borracha, estimativa do número de árvores de caucho (Castillea Ulex) e a quantidade de cáucho produzido no fim de cada ano.

Art. 3.º — A localização dos trabalhadores de cáucho ficará a cargo dos prefeitos municipais de Marabá e Conceição do Araguáia como representantes do govêrno do Estado.

§ 1.º Poderá o govêrno do Estado entrar em acôrdo com a Rubber Development Corporation, ou outra entidade congênere interessada no incremento da produção do cáucho, com o fim de facilitar a localização e o abastecimento dêsses trabalhadores e o financiamento da exploração direta dos cauchais do Estado pelos mesmos.

§ 2.º Quando a exploração tenha de ser feita mediante abastecimento ou financiamento por parte da Rubber Development Corporation ou outra entidade congênere, por acôrdo com o Estado, tôda a produção de cáucho será remetida à mesma, por intermédio dos prefeitos municipais, que enviarão ao Departamento de Finanças do Estado uma segunda via da guia do embarque com a discriminação das quantidades consignadas, além do nome do produtor.

§ 3.º A entidade que abastecer e financiar o trabalhador do cáucho fica obrigada a expedir uma conta de venda, pela entrega do produto ao Banco de Crédito da Borracha, nos têrmos do Decreto-lei n.º 4 841, de 17 de outubro de 1942, da qual uma via será remetida ao trabalhador, outra ao Departamento de Finanças, até que seja criado o Departamento de Produção do Estado e outra do Serviço de Cadastro Rural do Estado.

§ 4.º Do valor líquido, depois de vendido o cáucho, oitenta por cento será distribuído ao produtor, isto é, ao trabalhador do cáucho, e vinte por cento ao Estado, como proprietário das terras em exploração.

Art. 4.º — Fica proïbida a derrubada de árvores de cáucho de menos de trinta centímetros de diâmetro, sob pena de ser cassada a licença ao trabalhador que infringir esta proïbição.

Art. 5.º — Os prefeitos dos municípios interessados na localização dos trabalhadores de cáucho deverão remeter mensalmente, ao Serviço de Cadastro Rural do Estado, uma relação discriminada das locações feitas, com as indicações constantes do parágrafo único, do artigo 2.º.

Art. 6.º — Ficam ressalvados aos atuais licenciatários da exploração da indústria extra-

tiva do cáucho e castanha, anteriormente locados pelo Estado, os direitos que lhes eram assegurados pela legislação anterior.

Art. 7.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 16 de junho de 1943.

Cel. *Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,* Interventor Federal; *João Guilherme Lameira Bittencourt,* Secretário Geral

(D.O. Pará 18-6-943)

*

PARANÁ

Decreto-lei n.º 86

O Interventor Federal substituto no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica alterado o decreto-lei n.º 63, de 4 de agosto do corrente ano, o qual passará a ter a redação seguinte:

"Art. 1.º — Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, em acôrdo com os artigos 5.º, letra "k", e 6.º do decreto-lei federal n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, as terras denominadas "Lagoa Dourada" e "Vila Velha", situadas no distrito de Ponta Grossa, município do mesmo nome e com linhas divisórias seguintes: iniciando o ponto de partida na barra do arrôio Capão Grande com o rio Guabiroba, sobe por êste acima e depois pelo rio Barrozinho até a barra do arrôio Cercadinho, subindo por êste até a barra de um pequeno arrôio, que serve de limite com a fazenda Cambijú, depois pela linha divisória da Fortaleza até alcançar as cabeceiras de outro arrôio, que serve de linha divisória com a referida fazenda Cambijú, por êste abaixo até sua barra no rio Quebra Perna, descendo por êste até encontrar um arrôio que serve de divisa com a fazenda Nasce o Dia, por êste acima e depois por um taimbé de pedra até alcançar o arrôio Capão Grande, e por êste abaixo até sua barra no rio Guabiroba, ponto de partida, conforme especificações constantes da planta anexa que fica fazendo parte integrante dêste decreto-lei: imóveis êsses pertencentes a sucessores de Brasílio Ribas e que ficam destinados à instalação de um parque florestal, com o objetivo de incentivar o turismo".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado do Paraná, em 16 de outubro de 1942; 54.º da República.

(a) *João de Oliveira Franco, Angelo Lopes, Cap. Fernando Flores.*

(D.O. Paraná 20-10-942)

*

Decreto-lei n.º 110

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 6.º n.º IV, do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, Decreta:

Art. 1.º — O atual Instituto de Biologia e Animal, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, passa a denominar-se Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, subordinado a referida Secretaria e com o mesmo quadro de pessoal e dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado do Paraná, em 26 de dezembro de 1942; 54.º da República.

(a) *Manoel Ribas, Angelo Lopes.*

(D.O. Paraná 30-12-942)

*

Decreto n.º 1 773

O Interventor Federal no Estado do Paraná, em face da solicitação feita pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resolve prorrogar por seis meses, sem onus para os cofres do Estado, o prazo pelo qual foi posto à disposição do referido Instituto o Engenheiro Civil Augusto Beltrão Pernetta, do quadro do funcionalismo público estadual, a contar de 1.º de fevereiro p. findo.

Palácio do Govêrno do Estado do Paraná, em 3 de março de 1943; 55.º da República.

(a) *Manoel Ribas, Cap. Fernando Flôres.*

(D.O. Paraná 6-3-943)

*

Decreto n.º 1 939

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 6.º n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Secretaria de Obras Públicas. Viação e Agricultura, a estabelecer, por intermédio do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, com a Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério de Agricultura, as bases para serem executadas, sob a Superintendência do referido Instituto, as disposições do Código de Caça e Pesca no território do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 13 de abril de 1943; 55.º da República.

(a) *Manoel Ribas, Angelo Lopes.*

(D.O. Paraná 20-4-943)

*

Portaria n.º 64

O Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, resolve transferir Carlos Bodziak Junior, do cargo de Sub-Assistente da Divisão Científica de Mineralogia, Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, para o cargo de Sub-Assistente da Divisão Científica de Análises Agrícolas e Tecnológicas do mesmo Instituto.

Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, em 24 de abril de 1942.

Angelo Lopes, Secretário de Estado.

(D.O. Paraná 14-8-943)

*

Portaria n.º 95

O Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, resolve Designar Alsedo Leprevost, para exercer, até ulterior deliberação, o cargo de Assistene-Técnico da Divisão Científica de Mineralogia, Geologia e Petrografia, do Instituto de Biologia Agrícola e Pesquisas Tecnológicas.

Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, em 13 de maio de 1943.

Angelo Lopes, Secretário de Estado.

(D.O. Paraná 16-5-943)

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.º 3 184

DESPACHO:

A Imprimir no D. O. Em 19-8-943.

(a) *Roberto Glasser*.

A Prefeitura Municipal de Curitiba traz à deliberação do Conselho Administrativo o projéto de decreto-lei, que tem por objetivo isentar do imposto predial, o edifício número 493, onde se acha instalado o Museu Coronel David Carneiro, não sómente porque já fôra declarado de utilidade pública pelo decreto federal número 22 736, de 22 de maio de 1933 e pela lei estadual número 2 725, de 27 de março de 1930, como também pela evidente finalidade instrutiva, histórica ou cívica.

A existência dos decretos que declarou o Museu referido de utilidade pública leva ao reconhecimento de seu valor à vida social, quer pelo aspecto puramente histórico, que forma o repositório de coleções ou objétos tendentes a explicar vários estágios da civilização brasileira, na sua generalidade ou em seus traços locais, quer pelo aspecto moral ou puramente estético ou, ainda, simplesmente indagativo, os quais aumentam a cultura, no sentido de áquisição de conhecimentos e dão ao homem maior sôma de idéias brotadas da observação do trabalho realizado ou arrancado da natureza e lhe proporcionam a segurança de juízos mais límpidos e mais seguros. E' de se conceder a isenção.

A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, entanto, entende que se deverá conceder subvenção de igual importância do imposto pago em vez de insenções, que devem ser estritamente concedidas. Todavia, como as últimas decisões deixassem opção ou não proïbissem terminantemente a concessão de isenções, nós nos inclinaríamos a conceder isenção do pagamento do imposto predial ao edifício em que se acha exclusivamente ocupado com o Museu Coronel David Carneiro. E assim o fazemos, porque se nos afigura que a subvenção deve ser concedida para os casos em que o emprezário percebe ou venha a perceber lucros, como os hoteis as emprezas comerciais as fábricas, inicialmente e com o caráter de generalidade, ao passo que a isenção deveria ser dada ao caso de rigorosa finalidade pública, como exposições artísticas, museus, ou entidades que prestem assistência cultural gratuita sob várias modalidades. Se o critério não fôr aceito, pela Comissão de Estudos de Negócios Estaduais, somos de opinião que o imposto pago seja retornado em fórma de subvenção, que estaria de acôrdo com superior deliberação.

Somos, assim, favoráveis à aprovação do projéto e deverá ficar, por fôrça de lei, dependente da ratificação do Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 19 de agôsto de 1943.

(a) *Flávio Guimarães*. Confere com o original. *João Pedro Gebran*, Secretário.

(D.O. Paraná 20-8-943)

★

PERNAMBUCO

Decreto-lei n.º 629, de 25 de janeiro de 1943

O Interventor Federal do Estado de Pernambuco, na conformidade do disposto no art. 5.º do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República, decreta:

Art. 1.º — O imposto territorial, cobrado de acôrdo com o Livro I do Código Tributário do Estado, será acrescido de 20% no primeiro ano e 50% nos subseqüentes, quando incida sôbre terras não cultivadas nas zonas do litoral e da mata, calculados esses acréscimos sôbre o valor inicial do imposto na data da promulgação do presente decreto-lei.

Parág. único. Não sujeitas a esses acréscimos as áreas mandadas reservar pelo Código Florestal.

Art. 2.º — Os acréscimos serão impostos pelos coletores mediante informação fornecida pela Diretoria da Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, que fará inspeção necessária no período do lançamento do imposto.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(a) *Agamenon Magalhães, José do Rego Maciel, Manoel Rodrigues Filho*.

(D.O. Pernambuco 26-1-943)

★

Decreto-lei n.º 853, de 20 de maio de 1943

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr.$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros), destinado a fazer face às despesas da Comissão de Divisão Administrativa.

Art. 2.º — O crédito em causa incidirá nos saldos de exercícios anteriores, revogadas as disposições em contrário.

(a) *Agamenon Magalhães, José do Rêgo Maciel*.

(D.O. Pernambuco 21-5-943)

★

Decreto-lei n.º 890, de 6 de agôsto de 1943

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — E' aberto o crédito especial de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros), custear as despesas a cargo dêste Estado, com os trabalhos da Comissão que está estudando a fixação dos limites definitivos entre Pernambuco e Alagôas.

Art. 2.º — O crédito ora aberto correrá por conta dos saldos de exercícios anteriores, revogadas as disposições em contrário.

(a) *Agamenon Magalhães, José do Rêgo Maciel.*

(D.O. Pernambuco 7-8-943)

★

Decreto-lei n.º 896, de 18 de agôsto de 1943

O Interventor Federal, no Estado de Pernambuco, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr.$ 355 000,00 (trezentos e cincoenta e cinco mil cruzeiros), destinado à reforma do jardim Zóo-Botânico, no Parque de Dois-Irmãos, desta cidade.

Art. 2.º — O crédito acima incidirá nos saldos de exercícios anteriores, revogadas as disposições em contrário.

(a) *Agamenon Magalhães, Manuel Rodrigues Filho, José do Rêgo Macial.*

(D.O. Pernambuco 19-8-943)

★

ATO 1 215

O Interventor Federal, no Estado resolve designar os drs. Manuel de Azevedo Leão, Antônio Vitor de Araújo, Osvaldo Gonçalves de Lima, Antônio de Figueiredo Lima, Aluísio Bezerra Coutinho, João de Lucena Neiva e José de Brito Pinheiro Passos, para sob a presidência do primeiro e como representantes, respectivamente, do Conselho Administrativo do Estado, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, da Secretaria do Interior do Instituto do Açúcar e do Alcool e da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, comporem a Comissão de Estudos das Caldas criada pelo ato n.º 1 201, de 4 dêste mês.

(D.O. Pernambuco 6-8-943)

★

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

1943 — *Paracer N.º* 179 *do Sr. Liberalino de Almeida, Relativo aos projetos ns.* 3 *e* 4 *de decretos-leis da prefeitura municipal de Ribeirão*:

"Capeado pelo ofício n.º 786, de 21 do corrente, do Sr. Secretário do Interior, chegaram a êste Departamento Administrativo os projetos ns. 3 e 4 de decretos-leis da Prefeitura Minicipal de Ribeirão dêste Estado, Vêm ambos com exposição de motivo.

PROJETO N.º 3 — Cogita êsse projeto n.º 3 da abertura do crédito adicional de Cr$ 5 000,00, destinado a fazer frente ao custeio da construção da rodovia inter-municipal que estabelece ligação com o município de Sirinhãem.

PROJETO N.º 4 — Êsse documento oficial diz respeito a mudança de designação de um bairro existente na zona suburbana da cidade

Êsse logradouro público é conhecido pelo nome de Bairro Novo. Certamente, a tradição popular consagrou-o, e, por isso mesmo, ninguem o tirará mais da memória da população local. Será inelutàvelmente denominado — Bairro Novo.

O fenômeno é notado *urbi et orbi*. Aquí mesmo no Recife temos visto que, a não ser caso caso especial de inadaptação de nome, nunca a substituição de denominações de praças e ruas encontra a aceitação do povo. Cito, assim a esmo, o caso do Páteo do Paraíso". Passou a ser — "Praça Barão de Lucena" e, de presente, chama-se "Largo do Paraízo". Mas será sempre o "Páteo do Paraíso". Ninguem o nomeia s'não com essa primitiva designação. A rua Nova. *exempli gratia*, nunca vi ser designada por rua Barão da Vitória, a não ser em correspondências.

Sou, por isso mesmo, contrário a essas inovações que férem a tradição e não perduram absolutamente. E, nêste sentido, tenho manifestado êsse ponto de vista, mais de uma vez.

Não estou fazendo uma tempestade em copo dágua.

O novo nome a ser posto nêsse bairro é o do Professor Agamenon Magalhães, digníssimo Interventor Federal e o homem que teve a coragem muito pernambucana de começar a derrubaca do mocambo que e o tumulo do vivo e a mais ignominiosa coisa a ferir a sensibilidade da nossa retina, e a desgraçar a beleza de nossa magnífica capital. Nniguem consequentemente, poderia negar a justiça dessa homenagem. E o Sr. Prefeito, justificando-a, além de pôr em relêvo a personalidade do Sr. Interventor Federal, numa adjetivação indicativa do seu entusiasmo de nordestino pelo Governador que tirou o Estado do caos econômico-financeiro, diz que

> "A denominação do "Bairro Agamenon Magalhães", que nêste decreto se dá ao "Bairro Novo", na zona suburbana desta cidade, é justa e constitue uma sincera homenagem dos ribeirãoenses ao benemérito Interventor Federal em Pernambuco".

E, mais adiante, pondéra:

> "Além disso, perpetuar o nome dos grandes brasileiros é um dever de todos nós que temos responsabilidade na administração pública".

E' uma verdade indiscutivel. De sorte que *ex-abundantia cordis* aceito o projeto n.º 4.

Póde, portanto, o Sr. Prefeito expedir os dois decretos-leis de que trata êste processado.

E' o meu parecer s.m.j.".

(D.O. Pernambuco 23-5-943)

★

PIAUÍ

Decreto-lei n.º 667 — Sancionado em 5 de abril de 1943

Divide o destrito da comarca de Teresina em duas zonas para o efeito de registo civil das pessôas naturais, e cria um segundo cartório para o mesmo efeito.

O Interventor Federal no Estado do Piauí, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º IV, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e tendo em visto que o presente Decreto-lei foi aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República,

DECRETA:

Art. 1.º — Para efeito de registo civil das pessôas naturais, fica o distrito da comarca de Teresina dividido em duas zonas, a primeira constituída da parte situada ao sul de uma linha que, partindo da margem do rio Parnaíba, onde termina a rua Teodoro Pachêco, vai, verticalmente, até o limite oriental da mesma comarca, e a segunda constituída da parte situada ao norte da referida linha.

Art. 2.º — E' criada, na aludida comarca, um segundo cartório de registro civil das pessôas naturais.

Art. 3.º — No atual cartório serão feitos os registros da zona sul e no segundo os da zona norte.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Piauí, em Teresina, 14 de outubro de 1942; 54.ª da República.

(L. do S.)

Leônidas de Castro Melo, João Osório Porfírio da Móta.

(D.O. Piauí 6-4-943)

★

Decreto-lei n.º 671 — Sancionado em 4 de maio de 1943

Dispõe sôbre o serviço telefônico de Teresina e aprova sua regulamentação.

O Interventor Federal no Estado do Piauí, na conformidade do dispôsto no art. 6.º, n.º IV, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — O servico telefônico de Teresina de propriedade do estado, instalado em maio de 1937, será dirigido pelo Departamento de Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º — E' aprovado o Regulamento do servico telefônico de Teresina, a êste anéxo.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Piauí, em Teresina, 3 de fevereiro de 1943; 54.º da República.

(L. do S.)

Leônidas de Castro Melo, João Osório Porfírio da Móta.

(D.O. Piauí 5-5-943)

★

RIO DE JANEIRO

Decreto n.º 1 664, de 18 de agôsto de 1942

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do disposto no Art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, retificado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio de 1943,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Comissão Especial de Estudos da Divisão Administrativa do Estado, encarregada a estudar e sugerir medidas relativas à delimitação das zonas urbanas e suburbanas municipais.

Art. 2.º — Êste decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Niterói, 18 de agôsto de 1943.

(a) *Ernani do Amaral, Dermeval Morais,* respondendo pelo expediente da Secretaria do Govêrno.

(D.O. Rio de Janeiro 19-8-943)

★

SECRETARIA DE A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Portaria n.º 39

Resolve usando de atribuïção legal e tendo em vista o que estabelece o artigo 15, letra I, do Código de Pesca baixado com o Decreto-lei n.º 794, de 19 de outubro de 1938, e Decreto-lei n.º 1 159, de 15 de março do mesmo ano e no interêsse da prestação da istiofauna da Lagoa Feia, declarar interditada a pesca nas suas corôas.

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em 22 de julho de 1943. — (a) *Ademar Lopes da Cruz* — Respondente pelo expediente da Secretaria.

(D.O. Rio de Janeiro 23-7-943)

★

RIO GRANDE DO SUL

Decreto n.º 768, de 12 de maio de 1943

Anexa a comarca de Caxias, o têrmo de Farroupilha.

O Interventor Federal na conformidade do art. 7.º do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e tendo em vista o que consta do processo n.º 1 218-1943, da Secretaria do Interior.

DECRETA:

Art. 1.º E' desanexado da comarca de Caí e anexado a de Caxias, o têrmo judiciário de Farroupilha.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 12 de maio de 1943.

O. Cordeiro de Farias, interventor Federal. *Miguel Tostes,* Secretário do Interior.

(D.O. 13-5-943)

★

SANTA CATARINA

Decreto-lei n.º 810

Modifica a carreira de Cartógrafo do Quadro Único do Estado e dá outras providências.

O Interventor federal interino no Estado de Santa Catarina, usando da atribuïção que lhe confere o art. 4.º, item V, do decreto-lei federal n.º 5 511, de 21 de maio de 1943,

DECRETA:

Art. 1.º — A carreira de Cartógrafo, do Quadro Único do Estado, fica modificada de conformidade com a tabela anexa que integra êste decreto-lei.

Art. 2.º — Os títulos dos funcionários cujos cargos foram atingidos pela modificação referida no art. 1.º, serão apostilados pelo competente Secretário de Estado.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário à execução dêste decreto-lei.

Art. 4.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 31 de julho de 1943.

Ivo d'Aquino, Artur Costa Filho, Orlando Brasil.

TABELA ANEXA AO DECRETO-LEI N.º 810, DE 31 DE JULHO DE 1943

SITUAÇÃO ANTIGA

N.º de cargos	Carreira	Classe	Observações
—	Cartógrafo.....	J	1 Excedente (classe extinta).
1		I	1 Vago
2		H	
3		G	2 Vagos
6			

SITUAÇÃO NOVA

1	Cartógrafo.....	K	
2		J	2 Vagos
3		I	
6			

(D.O. Santa Catarina 2-8-943)

★

Decreto-lei n.º 811

Cria o Departamento Estadual de Geografia e Geologia.

O Interventor federal interino no Estado de Santa Catarina, na conformidade do disposto no art. 6, n.º V, do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Da atual Diretoria de Geografia e Terras é destacado o serviço de Geografia que passa a constituir, com as adaptações do presente decreto-lei, o Departamento de Geografia e Geologia do Estado de Santa Catarina, diretamente subordinado ao Interventor Federal.

Art. 2.º — São fins dêsse Departamento:

a) o estudo das questões relativas à Geografia que interessem ao desenvolvimento econômico e social do Estado;

b) a organização das seguintes Cartas: geral do Estado, progresso, geológica, de mineração e dos municípios, todas na escala de 1:500 000;

c) a organização das folhas preparatórias na escala de 1:500 000 e as topográficas e detalhes na de 1:100 000;

d) o estudo das bacias hidrográficas, do regime dos rios e das quédas dágua;

e) o estudo de geologia em geral, discriminativo de suas formações e respectivas estruturas;

f) o estudo dos lençóis de águas subterrâneas e de sua captação, bem como das fontes de aguas minerais;

g) a demarcação das divisas intermunicipais e interdistritais;

h) a manutenção de laboratórios de ensaio, análise e experimentação no campo de suas especialidades;

i) o incentivo de indústrias que dependam vitalmente de matérias primas do subsolo;

j) o estudo econômico das jazidas minerais.

Parágrafo único — O D.G.G. observará em seus trabalhos os critérios normativos estabelecidos, para cada serviço especializado, pelo órgão competnete da administração federal.

Art. 3.º — Os serviços do D.G.G. são distribuídos por 4 secções, a saber: de expediente, de geografia, de cartografia, de geologia e minas, sendo as respectivas atribuïções fixadas em regulamento.

Art. 4.º — Ficam criados os seguintes cargos: um cargo, em comissão, de Diretor, padrão T; três cargos de provimento efetivo, de Topógrafo, padrão K; um cargo, de provimento efetivo, de Porteiro, padrão E.

Art. 5.º — Ficam criadas as seguintes funções gratificadas: duas de Chefe de Secção, uma de Assistente e uma de Secretário, que serão exercidas, mediante designação do Chefe do Poder Executivo, por funcionários lotados no Departamento de Geografia e Geologia.

Parágrafo único — As gratificações mensais serão de Cr$ 500,00, Cr$ 300,00 e Cr$ 150,00 respectivamente.

Art. 6.º — O Poder Executivo fica autorizado a admitir o pessoal extra-numerário necessário ao serviço do Departamento.

Art. 7.º — O quadro dos funcionários do D.G.G. é o constante da tabela anexa a êste decreto-lei.

Parágrafo único — O cargo de diretor será preenchido por engenheiro civili ou de minas, quanto possível experimentado em trabalhos de campo, geográficos e geológicos.

Art. 8.º — Apostilando-se-lhes os títulos e extinguindo-se-lhes os respectivos cargos, serão transferidos do Departamento Estadual de Estatística e da atual Diretoria de Geografia e Terras para o D.G.G. os funcionários especializados necessários aos seus serviços.

Art. 9.º — Fica aberto, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros), necessários à execução dêste decreto-lei, o qual será devidamente regulamentado e entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 31 de julho de 1943.

Ivo d'Aquino, Artur Costa Filho, Orlando Brasil, Antônio Carlos Mourão Ratton.

TABELA ANEXA AO DECRETO-LEI N.º 811, DE 31 DE JULHO DE 1943

CARGOS	Padrão	VENCIMENTOS	
		Parcial	Total
		Cr$	Cr$
1 Diretor, em comissão	T	21 600,00	21 600,00
3 Topógrafos.....	K	10 800,00	32 400,00
1 Cartógrafo.....	K	10 800,00	10 800,00
2 Cartógrafos.....	J	9 600,00	19 200,00
3 Cartógrafos.....	I	8 400,00	25 200,00
2 Escriturários.....	G	6 000,00	12 000,00
1 Escriturário.....	F	4 800,00	4 800,00
1 Escriturário.....	E	4 200,00	4 200,00
1 Porteiro.....	E	4 200,00	4 200,00
1 Contínuo.....	C	3 000,00	3 000,00

FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO	
	Parcial	Total
	Cr$	Cr$
2 Chefes de Secção.....	6 000,00	12 000,00
1 Assistente.....	3 600,00	3 600,00
1 Secretário.....	1 800,00	1 800,00

PESSOAL EXTRANUMERÁRIO

1 Geólogo, 1 Chefe de Laboratório, 1 Assistente químico, 1 Preparador, 1 Fotocopista e 2 Contínuos.

(D.O. Santa Catarina 3-8-943)

★

Decreto n.º 77

O Interventor federal, no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuïções e tendo em vista o disposto no decreto-lei federal n.º 311 e na resolução do Conselho Nacional de Geografia de n.º 118, de 2 de março de 1938 e 6 de 1938 e 6 de julho de 1942, respectivamente,

RESOLVE:

Constituir a seguinte Comissão para estudar a revisão do quadro territorial do Estado; José Nicolau Born, como representante da Diretoria Regional de Geografia; Virgílio Gualberto, como representante da Junta Executiva Regional de Estatística e Heitor Blum, diretor do Departamento das Municipalidades.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 18 de janeiro de 1943.

Nereu Ramos, Artur Costa Filho.

★

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Parecer n.º 43/259

À consideração dêste Conselho Administrativo submete a Interventoria Federal um projeto de decreto-lei, que dispõe sôbre a carreira de Cartógrafo do Quadro Único do Estado e dá outras providências.

A medida tem em vista introduzir modificação necessária à criação do Departamento de Geografia e Geologia do Estado, nos moldes sugeridos pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Integra o projeto uma tabela que opera a a modificação referida, devendo os títulos dos funcionários que forem atingidos pela mesma ser apostilados pelo compentente Secretário de Estado.

Nada tendo a objetar, oferecemos à deliberação da Casa o seguinte

Projeto de resolução

O Conselho Administrativo do Estado, aprova sem alterações o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que modifica de acôrdo com a tabela anexa, a carreira de Cartógrafo, do Quadro Único do Estado.

S.S. em Florianópolis, 28 de julho de 1943.

Jáu Guedes da Fonseca, Relator

(D.O. Santa Catarina 28-7-943)

★

Parecer n.º 43/267

A Interventoria Federal no Estado submete à consideração dêste Conselho Administrativo, em conformidade com o artigo 6, n.º IV, do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, um projeto de ato que cria o Departamento Estadual de Geografia e Geologia.

Da atual Diretoria de Geografia e Terras é destacado o Serviço de Geografia, que passa a constituir, com as adaptações do presente decreto, o Departamento acima referido, e terá a seu cargo os serviços geológicos, e a execução de vários outros encargos que lhe cometeu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inclusive o levantamento da carta geográfica do Estado na escala de 1:500 000.

Ademais, consoante exposição justificativa apresentada ao Chefe do Poder Executivo pelo titular da Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura, a legislação federal prevê a possibilidade de ao Estado serem delegadas algumas das atribuïções que o Ministério da Agricultura vem exercendo, evidenciando-se ainda as vantagens descorrentes das pesquisas e aproveitamento das riquezas minerais, especialmente a Siderúrgica.

Para execução dêste serviço, cogita o projeto da criação, no Quadro Único, de um cargo de Diretor, em comissão, padrão T; três cargos de provimento efetivo, de Topógrafos, padrão K; um cargo de provimento efetivo, de Porteiro, padrão E.

Cria também duas funções gratificadas de chefe de Secção, uma de Assistente e uma de Secretário, que serão exercidas mediante designação do Chefe, do Poder Executivo, por funcionários lotados nesta mesma repartição, além do pessoal extraordinário necessário à execução dêste serviço de acôrdo com a Tabela integrante dêste processo.

Com base no provável excesso da arrecadação do corrente exercício, para execução desta medida fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr$ 100 000,00.

Em vista, pois das evidentes vontagens que decorrerão com a criação dêste serviço e baseado quanto aos recursos disponíveis, para custear êstes novos encargos, no decreto n.º 2 416, de 17 de julho de 1940, que adotou a codificação das Normas Financeiras para os Estados e Municípios, nada tenho a objetar, pelo que, de parecer favorável, apresento para aprovação da Casa, o seguinte

Projeto de Resolução

O Conselho Administrativo do Estado aprova, nos têrmos em que se acha redigido, o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que cria o Departamento Estadual de Geografia e Geologia.

S.S. em Florianópolis, 30 de julho de 1943.

Roberto Soares de Oliveira, Relator.

(D.O. Santa Catarina 30-7-943)

★

SÃO PAULO

Decreto-lei n.º 13 411, de 10 de junho de 1943

O Interventor Federal no Estado de S. Paulo, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º IV, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e nos têrmos da Resolução n.º 551, do Conselho Administrativo do Estado,

DECRETA:

Artigo 1.º — E' criado, diretamente subordinado ao Chefe do Govêrno do Estado, o Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus.

Artigo 2.º — Compete ao Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus:

a) servir de órgão consultivo do Govêrno em matéria de bibliotecas e museus;

b) organizar e orientar as bibliotecas do Estado, incentivar o seu desenvolvimento e prestar tôda assistência tecnica e cultural às instituïções, públicas ou particulares, que o solicitarem;

c) estabelecer as bases para a unificação e padronização dos serviços técnicos nas bibliotecas do Estado e dos Municípios, solicitando às Autoridades competentes as medidas necessárias para regularizar o respectivo trabalho quando em desacôrdo com a orientação geral estabelecida:

d) promover, nos municípios, a criação de bibliotecas, discotecas e museus locais, onde se conservem documentos de qualquer natureza relacionados com a história local e suas personalidades eminentes;

e) manter intercâmbio e articulação com instituïções congêneres do país e do estrangeiro, especialmente o Instituto Nacional do Livro;

f) adquirir livros e distribuí-los às bibliotecas;

g) concorrer para o aperfeiçoamento técnico dos bibliotecários, seja mediante a vulgarização de obras sôbre biblioteconomia seja mediante cursos e estágios especiais;

h) fazer propaganda do livro através dos diversos meios de publicidade e promover reüniões e congressos bibliotecários:

i) orientar, de acordo com as Prefeituras, as atividades das comissões municipais de bibliotecas.

Artigo 3.º — O Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus será constituído:

a) de um membro da congregação de um dos institutos universitários do Estado escolhida de lista tríplice organizada pelo Reitor da Universidade;

b) de um representante da Secretaria da Educação e Saúde Pública escolhido de lista tríplice organizada pelo respectivo Secretário;

c) de um representante do Departamento Municipal de Cultura, escolhido de lista tríplice organizada pelo Prefeito Municipal de São Paulo;

d) de quatro pessoas de notória competência, de livre escôlha do Interventor.

Artigo 4.º — Os membros do Conselho serão nomeados pelo Interventor, que designará dentre êles o seu presidente.

Parágrafo único — A função de membro do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus será gratuita e constitue serviço público relevante.

Artigo 5.º — O Conselho reünir-se-á no mínimo uma vez por mês deliberando pela maioria de seus membros.

Artigo 8.º — O quadro do pessoal da Secretaria do Conselho, que é criada, será o seguinte, com os vencimentos anuais constantes da tabela anexa:

1 secretário
1 secretário-auxiliar
3 bibliotecários
4 bibliotecários-auxiliares
1 porteiro
1 contínuo
1 servente

§ 1.º — Os cargos de secretário, secretário-auxiliar, porteiro e contínuo são considerados isolados, de provimento efetivo, independente de concurso.

§ 2.º — O provimento dos demais cargos far-se-á nos têrmos da legislação vigente, sendo que os de bibliotecários-auxiliares serão iniciais da carreira de bibliotecário.

Art. 7.º — Somente poderão exercer a função de bibliotecário, estadual ou municipal, os portadores de certificado de conclusão de curso de biblioteconomia, oficial ou reconhecido.

§ 1.º — Constituirá prova suficiente de habilitação técnica o certificado expedido pela Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

§ 2.º — A juízo do Conselho, poderão ser aceitos certificados expedidos por outras escolas de biblioteconomia, nacionais ou estrangeiras.

Art. 8.º — Os cargos públicos estaduais de bibliotecário serão providos mediante concurso.

Art. 9.º — O provimento interino de cargos de bibliotecário, quando couber, será feito mediante indicação do Conselho Estadual de Bibliotécas e Museus, para os cargos estaduais, e das Comissões Municipais de Biblioteca, para os cargos municipais.

Art. 10 — As Prefeituras Municipais, mediante decreto-lei, deverão organizar as Comissões Municipais de Bibliteca, às quais competirá:

a) sugerir ao Prefeito tôda e qualquer providência visando a administração e a organização da biblioteca e secções anexas, sob método e sistemas modernos, de forma a poder atingir, com eficiência, os seus objetivos culturais;

b) propor ao Prefeito, nos limites das dotações orçamentárias, a aquisição de obras para a formação do acervo bibliográfico;

c) representar ao Prefeito sôbre as falhas e omissões que notar com relação, não só aos serviços técnicos e administrativos da Biblioteca, como ao respectivo mobiliário, visando a sua melhor disposição, o confôrto dos consulentes e a higiene do local;

d) indicar os nomes dos funcionários que devem ser nomeados interinamente, nos casos a que se refere o artigo 9.º;

e) promover por todos os meios ao seu alcance, o maior desenvolvimento da biblioteca, inclusive pedido de doações de obras;

f) providenciar e orientar, quando julgar oportuno, a organização, junto à biblioteca, das secções de hemeroteca e discoteca e de um museu local;

g) receber donativos para a biblioteca, providenciando o seu emprêgo como achar mais útil e acertado, quando não tenha fim determinado pelo doador.

Art. 11 — As Comissões Municipais de Bibliotéca serão constituídas de cinco membros com mandato por dois anos, nomeados livremente pelo Prefeito dentre as pessoas de reconhecida capacidade intelectual, aplicando-se-lhes o disposto no parágrafo único do artigo 4.º.

Parágrafo único — O Prefeito designará, na portaria de nomeação, o membro que deverá funcionar como presidente, bem como o seu substituto eventual.

Art. 12 — A Comissão Municipal de Bibliotecas, reunir-se-á uma vez, no mínimo por mês.

Art. 13 — Em tôdas as bibliotecas serão colocadas em lugar visível e de fácil acesso aos consulentes, um exemplar da Constituïção Federal e uma coleção de outras leis básicas — federais, estaduais e municipais.

Art. 14 — Subordinado ao Conselho, fica criado o serviço de catálogo geral das bibliotecas existentes no Estado, estaduais e municipais e dos particulares que o desejem e declarem submeter-se ao regulamento do Conselho.

Art. 15 — O catálogo geral terá o fim de estabelecer a centralização dos repertórios de tôdas as bibliotecas de São Paulo num catálogo único, tecnicamente organizado.

Art. 16 — O chefe do serviço do catálogo geral será um dos bibliotecários.

Art. 17 — A fim de atender às despesas, no corrente exercício com a execução dêste decreto-lei, será aberto, oportunamente mediante novo decreto-lei, o necessário crédito especial.

Art. 18 — Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, 10 de junho de 1943.

Fernando Costa, Abelardo Vergueiro César, Francisco D'Auria..

Publicado na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, aos 10 de junho de 1943.

Fábio Egidio de O. Carvalho, Diretor Geral.

Tabela anexa ao decreto-lei n.º 13 411, de 10 de junho de 1943

CARGOS	Vencimentos anuais Cr.$
1 Secretário	30 000,00
1 Secretário-auxiliar	18 000,00
3 Bibliotecários	12 000,00
4 Bibliotecários-auxiliares	9 600,00
1 Porteiro	7 200,00
1 Contínuo	4 800,00
1 Servente	3 780,00

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, 10 de junho de 1943.

Fernando Costa, A. V. César, Francisco D'Auria.

(D.O. São Paulo 11-6-943)

*

SERGIPE

Decreto-lei n.º 186, de 27 de abril de 1943

Provê sôbre o reflorestamento do Estado

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, de conformidade com o disposto no art. 5.º, do Decreto-lei número 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República,

DECRETA:

Art. 1.º — Todo aquele que consumir lenha ou outra qualquer espécie de madeira, em quantidade superior a 500 toneladas anuais, terá de manter um serviço de reflorestamento destinado a garantir reservas suficientes para 50% do seu próprio reflorestamento.

§ 1.º Todo explorador de matas terá que manter um serviço de reflorestamento destinado a substituir as árvores derrubadas.

§ 2.º O reflorestamento será feito tomando-se por base o plantio de uma árvore por cada tonelada de lenha.

§ 3.º Os que se encontrarem na situação prevista pelo art. 1.º terão o prazo de dois mêses, a contar da publicação dêste, para organizar seus respectivos serviços florestais, sendo punidos os que infringirem êsse prazo com a multa de duzentos cruzeiros (Cr$ 200,00) a cinco mil cruzeiros (Cr$ 5 000,00), estabelecida no art. 4.º do Decreto-lei federal n.º 3 914, de 9 de dezembro de 1941, multa esta aplicada pelas autoridades policiais do local com recurso para o Conselho Florestal do Estado.

Art. 2.º — Nenhuma mata pode ser explorada sem que o seu proprietário solicite ao Departamento de Agricultura a inspeção de um técnico, a quem compete dar instruções sôbre reflorestamento e evitar o ateamento de fôgo e a destruïção de árvores novas.

Parágrafo único. Aos infratores dêste artigo será cominada a multa de duzentos cruzeiros (Cr.$ 200,00) a cinco mil cruzeiros (Cr$ 5 000,00) estabelecida no artigo 4.º do Decreto-lei federal n.º 3 914, de 9 de dezembro de 1941.

Art. 3.º — O explorador de matas, para o fim de explorá-las, deve silicitar registro, no Departamento de Agricultura, podendo êste ser cassado sempre que se verificar o não cumprimento das exigências técnicas legais.

Art. 4.º — Fica o Departamento de Agricultura, em cooperação com o Horto Florestal de Ibura, encarregado de estipular a quantidade e a qualidade de mudas florestais, que devem ser plantadas anualmente pelos compreendidos no art. 1.º, organizar arquivos referentes às matas em exploração e seus responsáveis, assim como de fiscalizar o cumprimento das exigências legais e técnicas.

Art. 5.º — As repartições do Estado que consomem lenha de acôrdo com o art. 1.º ficam obrigadas a manter parques florestais que atendam, pelo menos, às exigências do seu consumo de lenha, dormentes e madeira de construção, sem prejuízo das providências técnicas e legais para preservar da devastação as nascentes e margens dos seus principais cursos dágua.

Art. 6.º — Compete às repartições arrecadadoras a cobrança das multas a que se refere o presente Decreto-lei, cuia importância será recolhida ao Tesouro do Estado.

Art. 7.º — Os membros do Conselho que residirem fora do município perceberão, por sessão em que tomarem parte, até o máximo de duas por mês, a importância de trinta cruzeiros (Cr$ 30,00).

Parágrafo único. A falta às sessões consecutivas durante dois mêses importará a perda do mandato, salvo moléstia ou ausência do Estado.

Art. 8.º — Servirá de Secretário do Conselho, um funcionário do Estado, em comissão, que se encarregará de lavrar as atas das reüniões do Conselho, de organizar todo expediente, arquivo, etc., pelo que terá a gratificação de cento e cincoenta cruzeiros. (Cr.$ 150,00) mensais.

Art. 9.º — O Govêrno do Estado baixará as instrucões necessárias à cabal execução dêste Decreto-lei, ficando aberto o crédito de mil duzentos e sessenta cruzeiros (Cr.$ 1 260,00) para ocorrer às despesas do mesmo.

Art. 10 — Revogam-se as disposição em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 27 de abril de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco Leite Neto.

(D.O. Sergipe 22-7-943)

*

Decreto-lei n.º 189, de 4 de maio de 1943

Abre crédito especial

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, na conformidade do disposto no art. 6.º n.º IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial da quantia de seis mil e oitocentos cruzeiros (Cr.$ 6 800,00), para atender ao pagamento da aquisição de 400 mapas adquiridos à firma Pimenta de Melo & Cia., do Rio de Janeiro, para o Departamento de Educação.

Art. 2.º — Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 4 de maio de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco leite Neto.

(D.O. Sergipe 5-5-943)

*

Decreto n.º 108, de 20 de maio de 1943

Dá nova denominação a Rádio Aperipê de Sergipe

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuïções legais,

DECRETA:

Art. 1.º — A emissora "Rádio Aperipê de Sergipe" passa a denominar-se "Rário Difusora de Sergipe".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 20 de maio de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco Leite Neto.

(D.O. 21-5-943)

★

Decreto n.º 113, de 23 de agôsto de 1943

Aprova as conclusões do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuïções legais,

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as conclusões do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas, reünido em Aracajú, de 10 a 15 de novembro de 1942, de acôrdo com as sugestões apresentadas pela presidência do referido Congresso.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 23 de agôsto de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco Leite Neto.

(D.O. Sergipe 4-8-943)

★

Decreto de 29 de março de 1943

Designa, em comissão, funcionário para se especializar em estudos físico, químico e biológicos dos solos

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, tendo em vista a proposta da Diretoria do Instituto de Química, resolve designar o profesosr catedrático da cadeira de Física, Química e História Natural da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", José Barreto Fontes, para, em comissão, se especializar na Escola Superior de Agricultura e Química Industrial de Pernambuco, em estudos físico, químico e biológico dos solos, sem outras vantagens além das de metade de seus vencimentos.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 29 de março de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco Leite Neto.

(D.O. Sergipe 30-3-943)

★

Decreto de 9 de agôsto de 1943

Designa comissão para relacionar a coleção numismática da Biblioteca Pública

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuïções, resolve designar Epifânio da Fonseca Dória e Monsenhor Carlos Camélio Costa para constituirem a comissão encarregada de relacionar a coleção numismática da Biblioteca Pública e fazer a entrega da mesma ao autal diretor dêsse estabelecimento, depois de publicada a respectiva relação no Diário Oficial do Estado.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 9 de Agôsto de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco Leite Neto.

(D.O. Sergipe 10-8-943)

★

Decreto de 11 de agôsto de 1943

Designa Comissão para elaborar o projeto de reforma do novo Código de Organização Judiciária

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuïções, resolve designar os desembargadores Luiz Loureiro Tavares, Presidente do Tribunal de Apelação e João Bosco de Andrade Lima, e os advogados Antônio Manuel de Carvalho Neto, consultor Jurídico, e Gonçalo Rolemberg Leite, procurador geral do Estado, para sob a presidência do primeiro, elaborarem o projeto de reforma do novo Código de Organização Judiciária do Estado.

Palácio do Govêrno do Estado de Sergipe, Aracajú, 11 de Agosto de 1943, 55.º da República.

Augusto Mainard Gomes, Francisco Leite Neto.

(D.O. Sergipe 17-8-943)

★

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

Exmo. Sr. Coronel Augusto Mainard Gomes, DD. Interventor Federal nêste Estado:

O Govêrno chefiado por V. Excia., afim de coordenar e racionalizar as administrações municipais, convocou o Segundo Congresso das Municipalidades sergipanas que funcionou de 10 a 15 do ano passado, sob a minha presidência, por vontade expressa de V. Excia.

Afim de que os resultados de tão útil reünião possam produzir efeitos benéficos ao Estado e aos municípios, passo a fazer um ligeiro relato dos trabalhos realizados e das conclusões que sugiro a V. Excia. sejam oficialmente adotadas pelo govêrno sergipano.

Grande foi o interêsse que tal reünião despertou em tôdas as classe sociais, notadamente professores, médicos, engenheiros e advogados que comparticiparam das discussões, contribuindo todos para o esclarecimento de transcendentes problemas financeiros, econômicos, sanitários e educacionais. Sendo já do conhecimento de V. Excia. as atividades do Congresso, passo a enumerar as conclusões que espero sejam aprovadas por V. Excia.

1.º — Os prefeitos municipais anotarão as lacunas do orçamento municipal, afim de que na proposta para o ano subseqüente sejam as mesmas eliminadas.

2.º — Durante o primeiro semestre de cada ano, os prefeitos deverão estudar atentamente os problemas vitais do município, auscultando a opinião pública e atendendo-lhe tanto quanto possível aos anseios e aspirações.

3.º — Os municípios sertanejos, onde se fazem sentir os efeitos nefastos das sêcas, devem cuidar precipuamente do abastecimento de água às populações da séde e dos demais povoados de tais municípios, procurando estimular a pequena açudagem.

4.º — O Departamento das Municipalidades estudará atentamente tôdas as propostas de orçamento, eliminando os impostos inconstitucionais.

5.º — As Prefeituras Municipais organizarão até fevereiro de 1944, em cooperação com a Secretaria Geral do Estado e o Departamento das Municipalidades, um plano quinquenal de obras de engenharia a serem realizadas nos referidos municípios, submetendo-o à aprovação do govêrno estadual os órgãos técnicos especializados.

6.º — O Departamento das Municipalidades, por intermédio da secção competente, promoverá o levantamento cadastral das cidades do interior, devendo a Prefeitura de Aracajú providenciar o seu levantamento.

7.º — Deve haver entre os funcionários fiscais do Estado e dos municípios uma perfeita cooperação em benefício do erário público. Tal cooperaçã é especialmente recomendada entre os chefes das repartções do Estado e os prefeitos municipais.

8.º — Fica organizada a comissão encarregada de elaborar os planos urbanísticos para os municípios sergipanos, que será composta pelo engenheiro do Departamento das Municipalidades, engenheiro do município de Aracajú, um engenheiro do Departamento de Obras Públicas e um representante da Saúde Pública, sob a presidência do Secretário Geral do Estado.

9.º — A Secretaria Geral do Estado, com a cooperação dos Departamentos de Educação e das Municipalidades, organizará, dentro em seis meses, um plano de disseminação das escolas típicas rurais que serão criadas pelo Estado e pelos municípios.

10.º — As prefeituras de municípios, onde a grande propriedade e o latifúndio perturbem a economia coletiva, promoverão a redistribuïção de propriedade, por meio do cooperativismo que constitue a verdadeira democracia econômica.

11.º — Todos os prefeitos do interior devem empregar esforços por evitar o êxodo rural.

12.º — Tôdas as prefeituras de municípios em que a uzina elétrica consome lenha serão obrigadas a organizar até maio de 1944 um parque florestal, onde será plantada pelo menos uma árvore por cada uma tonelada de lenha consumida.

13.º — Todos os prefeitos envidarão esforços no sentido de estimular os particulares ao reflorestamento, fiscalizando o cumprimento dos dispositivos legais, federais e estaduais, que regem o assunto.

14.º — Tôda prefeitura municipal cuja renda for igual ou superior a Cr$ 200 000,00, organizará sementeiras para distribuir mudas aos sivilcultores do município, em cooperação com o Departamento da Produção e o Horto Florestal de Ibura.

15.º — A Secretaria Geral com a cooperação do serviço de Fomento Agrícola Federal, Departamento das Municipalidades, Departamento da Produção e prefeituras locais organizará semanas agro-pecuárias, municipais e reginais, afim de ministrar conhecimentos práticos aos agricultores e criadores.

16.º — Afim de estimular o fomento da pecuária o govêrno organizará anualmente uma exposição de animais e produtos derivados.

17.º — As prefeituras municipais fomentarão o desenvolvimento da avicultura, organizando sempre que possível aviários industriais.

18.º — Os municípios são obrigados a empregar 10% das suas rendas tributárias para custeio da educação.

19.º — O govêrno baixará oportunamente decreto-lei que estabelecerá as bases do convênio educacional a ser celebrado entre o Estado e os municípios, respeitadas as bases do celebrado entre o Estado e a União.

20.º — Os govêrnos estaduais e municipais estabelecerão prêmios para os criadores que constituirem silos, realizarem fenação e constituírem banheiros carrapaticidas.

21.º — Fica criado um fundo especial destinado à ampliação dos serviços de saúde pública nos municípios do interior. Êste fundo será constituído por 5% da saúde tributária dos municípios e igual quantia fornecida pelo Estado para tal fim.

22.º — O Govêrno do Estado, por intermédio da Secretaria Geral e do Departamento das Municipalidades, convocará congressos regionais e um congresso geral das municipalidades sergipanas, nos quais serão estudados os problemas pertinentes a cada município.

23.º — Uma vez aprovadas pelo govêrno as presentes conclusões, serão executadas por todos os municípios, sob a fiscalização da Secretaria Geral do Estado e do Departamento das Municipalidades.

Eis, senhor Interventor, as conclusões que submeto à aprovação de V. Excia., na certeza de que uma vez cumpridas as providências delas decorrentes muito lucrará a administração dos municípios.

Hoje em dia já se não admite que a vida administrativa dos municípios vivem hoje em íntima colaboração em proveito da coletividade. Esta aliás tem sido a orientação seguida por V. Excia, fiel à orientação traçada pelo novo direito constitucional vigente.

Cheio de bôa vontade, amante da terra que lhe serviu de berço e desejoso de vê-la engrandecida e beneficiada pelo progresso, Vossa Excia. tudo tem feito por bem servir à coletividade.

Certamente que não é perfeita a obra do govêrno, contudo com os parcos recursos de que dispõe o Estado uma cousa a posteridade não poderá negar V. Excia.: a vontade de acertar e de ser útil a seus compatrícios. E um atestado irrefragável desta bôa vontade está na convocação dos congressos das municipalidades sergipanas, onde se auscultarem os anseios e se estudarem as necessidades reais da coletividade.

Aceite V. Excia. as homenagens de todos que comparticiparem de tão útil reünião.

Francisco Leite Neto, Presidente do 2.º Congresso das Municipalidades Sergipanas.

(D.O. Sergipe 24-8-943)

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

ARACAJÚ (Sergipe)

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § único do Decreto-lei n.º 29, de 20 de dezembro de 1939

O Prefeito do Município de Aaracajú, na conformidade do disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 3.º do Decreto-lei n.º 29, de 20 de dezembro de 1939 passa a ter a seguinte redação:

"O cargo de Diretor da Diretoria de Estatística e Estudos Econômicos do Município poderá ser exercido por qualquer pessôa que preencha os requisitos do art. 14, do Decreto-lei n.º 128, de 28 de Outubro de 1942. § único:

Incumbe ao titular da Diretoria de Estatística e Estudos Econômicos do Município a função de dirigí-la, observando, sempre, as normas e as determinações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Aracajú, 14 de maio de 1943.

José Garcez Vieira, Nelson Soares de Andrade.

(D.O. Sergipe 16-5-943)

★

BOM JARDIM (Rio de Janeiro)

Portaria n.º 2, de 28 de janeiro de 1943

O prefeito municipal de Bom Jardim, usando das atribuïções que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Designar os cidadãos abaixo para, sob a presidência do juiz de direito, dr. Everard Barreto de Andrade, constituírem a Comissão encarregada de organizar o programa das comemorações do cinqüentenário da instalação da Municipalidade a transcorrer em 5 de março próximo: dr. Carlos Luiz Bandeira Stampa, Padre Jorge Reis dos Santos, padre José Nicodemos dos Santos, Luiz Correia da Rocha Sobrinho, Sebastião Ertal, Manuel Hildebrando Monnerat, drs. José Luiz Ertal e Antônio José Maria Monnerat Neto, Argemiro Antônio de Mesquita, drs. João Luiz Ertal, Rui Carlos Decnop, Astrogildo Ertal, Antônio da Silveira Dias, padre Júlio Maria Billot, Armando Jorge Pereira de Lemos, João Eugênio Ertal, Rodolfo Fernandes Guimarães, Luiz Frotté, César Monteiro Júnior, Antônio Gonçalves Baranda, Jurandir Martins de Castro, Manuel Silva, Júlio Pereira da Rosa, Manuel da Mata Júnior, Aurélio Tardin, Eudóxio de Paula Guerra, Manuel Ertal, José Guida, Valdir Vendas Rodrigues e Leôncio Correia da Silva.

Prefeitura Municipal de Bom Jardim, em 28 de Janeiro de 1943. — *Celso Peçanha,* prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 16-2-943)

★

BOM JESÚS DO ITABAPOANA (Rio de Janeiro)

Decreto-lei n.º 48, de 19 de julho de 1943

O prefeito municipal de Bom Jardim do Itabapoana, na conformidade do disposto no Art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica desapropriada por utilidade pública, para localização de um horto florestal, um jardim de infância, um parque infantil e os serviços de sericicultura, a propriedade denominada "Chácara", pertencente ao espólio de Domingos Antônio Cerqueira situada no perímetro urbano desta cidade, com a área de .... 102 400,02 (cento e dois mil e quatrocentos metros quadrados), limitando-se com Firmino Dutra de Morais, Francisco Hooper de Oliveira, herdeiros de Inácio Barbosa e com o Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º — Fica aberto o crédito especial de Cr.$ 25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), para ocorrer a despesa com a desapropriação referida no artigo anterior.

Parágrafo único — A importância do crédito mencionado nêste artigo adivirá do saldo orçamentário do exercício de 1942.

Art. 3.º — A desapropriação objeto dêste Decreto-lei é declarada de urgência para o efeito do disposto no Art. 15, do Decreto-lei Federal n.º 3 365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Bom Jesús de Itabapoana, 19 de julho de 1943. — *José de Oliveira Borges,* prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 22-7-943)

★

CANTAGALO (Rio de Janeiro)

Decreto n.º 33, de 5 de abril de 1943

O prefeito municipal de Cantagalo, na conformidade do disposto no art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica reconstituído nêste município o Diretório Municipal de Geografia, como órgão do Conselho Nacional de Geografia, diretamente articulado com o Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — O Diretório Municipal de Geografia, será composto nos têrmos do artigo 13.º do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Os trabalhos do Diretório observarão as disposições da Resolução n.º 4, de 12 de junho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — Compete ao Diretório Municipal: — a) promover o melhor conhecimento do território do município, quer dos seus acidentes naturais (rochas, terras, relêvo, rios, lagos, litoral, clima, etc.), quer das suas caracetrísticas humanas (definição das linhas divisórias municipais e inter-distritais, situação e caracteres das localidades, povoamento e sua distribuïção, estradas de ferro e de automóvel, caminhos carroçáveis e de tropas, navegação, linhas telegráficas e telefônicas, localização da produção extrativa, agrícola, pecuária e industrial, etc.): b) — colher e remeter devidamente criticadas e retificadas as informações solicitadas pelos orgãos do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 5.º — O Diretório Municipal, para coleta de dados e informações territoriais, disporá dos informantes municipais, que, nos têrmos do Regulamento do Conselho, serão pessoas residentes no município eleitas para êsse cargo pelo Diretório Regional do Estado, mediante proposta do Diretório Municipal, de cujas reüniões poderão participar sem direito a voto.

Art. 6.º — O prefeito municipal baixará a seguir, portaria afixando a data da instalação do Diretório Municipal, ora reconstituído, dentro de dez (10) dias, a partir da presente data e enunciando os nomes dos componentes do Diretório.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Cantagalo, em 5 de abril de 1943. — *Dr. Paulo Barreira de Faria*, prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 15-5-943)

*

LONDRINA (Paraná)

Decreto n.º 85

O Prefeito Municipal de Londrina, Estado do Paraná, na conformidade do n.º II, artigo 12 do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, nomeia os senhores Engenheiros Aristides de Souza Melo, Osmar Bergonse, Francisco A. Faria e Harry Baer Bottmann; Advogados Edmundo Mercer Júnior e José Rocha Faria; e o funcionário João de Jesús Neto, para constituírem o Diretório Municipal de Geografia, tendo como Presidente nato a autoridade que êste baixa e Secretário nato o funcionário suprareferido conforme o rádio n.º 544, de 14 do corrente provindo do Departamento das Municipalidades.

Edifício da Prefeitura Municipal de Londrina, em 18 de novembro de 1942.

Major Miguel Brasi, prefeito municipal; *João de Jesús Neto*, Secretário.

*

MANAUS (Amazonas)

Decreto-lei n.º 201, de 14 de abril de 1943

Anula verba no orçamento vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Manaus, na conformidade do disposto no artigo 5.º do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica anualada a quantia de quatrocentos e cincoenta mil cruzeiros ..... (Cr$ 450 000,00) da verba Fomento Agrícola, consignada com Cr$ 650 000,00 — codificação 8.51.4 em "Despesas Diversas" do orçamento vigente.

Art. 2.º — No mesmo orçamento é aberto o crédito especial de quatrocentos e cincoenta mil cruzeiros (Cr$ 450 000,00), destinado a serviços de urbanização e embelezamento da cidade, saneamento dos subúrbios e complemento de obras já iniciadas.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Manaus, 14 de abril de 1943.

Antovila Rodrigues Mourão Vieira, Amadeu Soares Botelho.

(D.O. Amazonas 15-4-943)

*

NOVA FRIBURGO (Rio de Janeiro)

Decreto-lei n.º 56, de 1 de julho de 1943

O Prefeito municipal de Nova Friburgo, na conformidade do disposto no artigo 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de um milhão quinhentos e dez mil quinhentos e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr.$ ..... 1 510 506,60) destinado a execução das obras de abastecimento de água do bairro Cônego, nesta cidade, à reforma e ampliação do atual sistema de suprimento de água à sede do municpio, bem como a atender as despesas decorrentes de desapropriações de terrenos, que se fizerem necessários à realização dos trabalhos, inclusive os situados na bacia hidrográfica do córrego Cascatinha, e às despesas com ligações domiciliares de água.

Art. 2.º — Os recursos necessários ao crédito que se abre são os decorrentes da ampliação de empréstimo realizado com a Caixa Econômica Federal do Estado do rio de Janeiro, em face da autorização contida no Decreto-lei municipal n.º 28, de 25 de agôsto de 1941, e da importância de quinhentos e dez mil quinhentos e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr.$ ..... 510 506,60), que foi liberada em favor dos cofres municipais, nos têrmos da cláusula nona do contráto lavrado entre esta Prefeitura e a citada Caixa Econômica, a 2 de junho de 1943.

Art. 3.º — Este decreto-lei vigorará até 31 de dezembro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, em 1 de julho de 1943. — *Dante Laginestra*, prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 4-7-943)

PETRÓPOLIS (Rio de Janeiro)

Decreto-lei n.º 85, de 5 de fevereiro de 1943

O prefeito municipal de Petrópolis.

Na conformidade do disposto no art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Prefeitura autorizada a outorgar, a construção e exploração dos serviços de água e esgôtos do bairro "Quitandinha", situado no 1.º distrito do município.

Parágrafo único — O prazo da concessão não poderá ser superior a trinta (30) anos.

Art. 2.º — No instrumento a ser firmado, será obrigatòriamente estipulada a reversão dos serviços à Municipalidade, findo o prazo contratual sem qualsquer onus aos cofres municipais, terminal vedado qualquer prorrogação da data terminal da concessão.

Art. 3.º — Os editais de concorrência e o contrato respectivo serão aprovados pelo interventor Federal no Estado, mediante prévio exame pelo Departamento das Municipalidades.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Petrópolis, 5 de Fevereiro de 1943. — (a) *Márcio Alves,* prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 10-2-943)

★

PONTA GROSSA (Paraná)

Portaria n.º 14, de 2 de abril de 1943

O Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na conformidade do n.º 2, do art. 12, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, tendo em vista a necessidade de se proceder ao arruamento das denominadas "vilas" ou "cooperativas", cuja situação contrarie às disposições das Posturas Municipais, em vigor, resolve outorizar o Departamento de Obras e Viação, desta Prefeitura, a proceder a competente divisão e demarcação das terras situadas na Vila Guaíra, levantando a planta geral do terreno e projetando o arruamento, conforme o plano geral de expansão do quadro urbano, tudo de conformidade com os precisos têrmos do Decreto-lei n.º 13, de 8 de setembro de 1942.

Edifício da Municipalidade de Ponta Grossa, em 2 de abril de 1943.

(a) *Albari Guimarães,* Prefeito Municipal.

(D.O. Paraná 24-4-943)

★

RIO BONITO (Rio de Janeiro)

Decreto n.º 23, de 24 de agôsto de 1943

O prefeito municipal de Rio Bonito, na conformidade do disposto no art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica reconstituído nêste município o Diretório Municipal de Geografia como órgão do Conselho Nacional de Geografia, diretamente articulado com o Diretório Regional do Conselho do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — O Diretório Municipal de Geografia, terá a composição estabelecida pelo Artigo 13 do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — Nos seus trabalhos o Diretório observará as disposições da Resolução n.º 4, de 12 de junho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — Compete ao Diretório Municipal:

a) promover o melhor conhecimento do território do município, quer dos seus acidentes naturais (rochas, terras, relêvos, rios, lagos, litoral, clima, etc.), quer das suas características humanas (definições das linhas divisórias municipais e inter-distritais, situação e caracteres das localidades, povoamento e sua distribuïção, estradas de ferro e de automóvel, caminhos carroçáveis e de tropas, navegação, linhas telegráficas e telefônicas, localização da produção extrativa, agrícola, pecuária e industrial, etc).

b) colher e remeter devidamente criticadas e retificadas as informações solicitadas pelos órgãos do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 5.º — O Diretório Municipal, para coleta de dados e informações territoriais, disporá dos informantes municipais, que, nos têrmos do Regulamento do Conselho, serão pessôas residentes no município e eleitas para êsse cargo pelo Diretório Regional do Estado, mediante proposta do Diretório Municipal, de cujas reüniões poderão participar sem direito a voto.

Art. 6.º — O profeito municipal baixará a seguir, portaria fixando a data da instalação do Diretório Municipal, óra reconstituído, dentro de dez (10) dias, a partir da presente data e enunciando os nomes dos componentes do Diretório.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Rio Bonito, em 24 de agôsto de 1943. — (a) — *Caio Peçanha,* prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 28-8-943)

★

RIO CLARO (Rio de Janeiro)

Decreto-lei n.º 33, de 3 de maio de 1943

O prefeito municipal de Rio Claro, na conformidade do disposto no art. 5.º do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de trezentos e sessenta mil cruzeiros (Cr$ ..... 360 000,00), para atender às despesas com a execução das obras de abastecimento dágua e de instalação da rede de esgotos sanitários da Vila de Passa Três, sede do 4.º distrito dêste município, bem como às decorrentes da desapropriação das terras situadas na bacia hidrográfica do manancial a ser captado e das ligações domiciliares de água e esgotos sanitários.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Rio Claro, 3 de maio de 1943. — (a) *Oscar Bulcão Viana,* prefeito.

(D.O. 7-5-943)

★

SALVADOR (Baía)

Decreto-lei n.º 101

Autoriza a doação de um terreno ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía.

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía, na conformidade do disposto no art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939;

DECRETA:

Art. único — Fica o Prefeito do Município do Salvador autorizado a doar mediante escritura pública, ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía, a área de 191 m², (cento e noventa e um metros quadrados) de terreno de propriedade desta Prefeitura, à Avenida Joana Angélica, zona de S. Pedro, nesta Capital.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 22 de dezembro de 1942.

Elísio de Carvalho Lisbôa, Prefeito; *Octavio Junqueira Aires,* Secretário.

(D.O. Baía 24-12-942).

★

Decreto-lei n.º 162, de 24 de julho de 1943

Autoriza a contratar com historiadores patrícios a elaboração da obra "Evolução Histórica da Cidade do Salvador".

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía;

Na conformidade do disposto no Art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939;

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a contratar com historiadores patrícios a elaboração de uma obra intitulada "Evolução Histórica da Cidade do Salvador", constante de monografias que focalizem os diversos aspectos do desenvolvimento dêsta Cidade.

§ Único — A obra de que trata êste artigo deverá constituir uma das principais contribuïções à comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador.

Art. 2.º — Fica aberto o crédito especial de Cr$ 50 000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes dêste Decreto-lei.

Art. 3.º — A despesa para a abertura dêsse crédito correrá pelos recursos previstos no item 1.º do § 3.º do Art. 11.º das Normas aprovadas pelo Decreto-lei Federal n.º 2 416, de 17-7-940.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 24 de julho de 1943. — *Elísio de Carvalho Lisbôa,* Prefeito — *José Alves de Sousa,* Secretário interino.

(D.O. Baía 25-7-943)

Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística
Assembléia Geral

Ementário das Resoluções n.os 163 a 220 aprovadas no ano de 1941

Resolução n.º 163, de 5 de julho de 1941.
Louva as Campanhas empreendidas pelo Conselho Nacional de Geografia e põe em relêvo sua significação para os interêsses da Estatística.

Resolução n.º 164, de 5 de julho de 1941.
Rende honenagem à memória de Oziel Bordeaux Rêgo e formula um agradecimento.

Resolução n.º 165, de 17 de julho de 1941.
Traduz o aprêço da Assembléia a um discurso do Presidente do Instituto e acentua a importância das sugestões a que êle se reporta, como "ideário de reorganização nacional".

Resolução n.º 166, de 14 de julho de 1941.
Promove a inclusão, nos Anais do Instituto, da mensagem do presidente do I.B.G.E. ao Papa Pio XII e da resposta de Sua Santidade.

Resolução n.º 167, de 14 de julho de 1941.
Expressa os agradecimentos do C.N.E. aos serviços prestados à Estatística pelo Dr. Léo de Afonseca.

Resolução n.º 168, de 14 de julho de 1941.
Ratifica a nova redação do art. 27 do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia.

Resolução n.º 169, de 15 de julho de 1941.
Dispõe sôbre a participação do Instituto no "batismo cultural" da nova capital de Goiaz.

Resolução n.º 170, de 17 de julho de 1941.
Presta homenagem à memória de Bulhões de Carvalho e formula agradecimentos.

Resolução n.º 171, de 17 de julho de 1941.
Cogita das monografias históricas sôbre a estatística regional e recomenda providências para a sua elaboração.

Resolução n.º 172, de 17 de julho de 1941.
Louva as iniciativas do Instituto de Resseguros do Brasil no sentido da racionalização de seus serviços.

Resolução n.º 173, de 17 de julho de 1941.
Manda incluir nos Anais do Instituto o plano de organização da estatística do Distrito Federal, elaborado por Aureliano Portugal em 1895.

Resolução n.º 174, de 17 de julho de 1941.
Significa o agradecimento do Conselho ao corpo de colaboradores da Revista Brasileira de Estatística.

Resolução n.º 175, de 17 de julho de 1941.
Apresenta congratulações à Associação Brasileira de Educação pelo êxito do Curso de Férias instituído para o magistério primário do país.

Resolução n.º 176, de 17 de julho de 1941.
Exprime os agradecimentos do C.N.E. ao VIII Congresso Científico Americano, pelo seu honroso pronunciamento acêrca da Estatística Brasileira.

Resolução n.º 177, de 17 de julho de 1941.
Presta homenagem ao Professor Giorgio Mortara e promove a tradução e publicação de sua obra "Sommario di Statistica".

Resolução n.º 178, de 17 de julho de 1941.
Provê à organização do volume de legislação orgânica do sistema estatístico-geográfico regional.

Resolução n.º 179, de 19 de julho de 1941.
Recomenda o estudo de um trabalho da repartição central de estatística da Baía.

Resolução nº 180, de 19 de julho de 1941.
Apresenta sugestões relativamente ao levantamento das estatísticas administrativas.

Resolução n.º 181, de 19 de julho de 1941.
Recomenda providências para o levantamento regular e uniforme do movimento de hóspedes em hotéis e pensões.

Resolução n.º 182, de 19 de julho de 1941.
Regula a aplicação dos auxílios concedidos pelo Instituto e a respectiva prestação de contas.

Resolução n.º 183, de 19 de julho de 1941.
Formula um apêlo em prol da eficiência das Campanhas Estatísticas do Instituto.

Resolução n.º 184, de 19 de julho de 1941.
Expressa o louvor do Conselho à Comissão de Metrologia e divulga as definições, símbolos, designações e quadros de conversão constantes do regulamento do sistema legal de unidades de medir.

Resolução n.º 185, de 19 de julho de 1941. Aplaude a convocação das Conferências Nacionais de Educação e Saúde e formula um voto sôbre o regime de cooperação inter-administrativa.

Resolução n.º 186, de 19 de julho de 1941. Consolida as disposições relativas à utilização da franquia postal-telegráfica e determina outras providências.

Resolução n.º 187, de 22 de julho de 1941. Declara a solidariedade do Conselho ao Instituto Inter-Americano de Estatística e manifesta os propósitos de colaboração da Estatística Brasileira em face de seu programa técnico e cultural.

Resolução n.º 188, de 22 de julho de 1941. Provê à publicação dos "Comunicados" distribuídos pelo S.E.E.S. à imprensa brasileira no decênio de 1931-1940.

Resolução n.º 189, de 22 de julho de 1941. Recomenda o estudo do trabalho "Ementário das Instruções para a Campanha Estatística de 1941", do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, e determina providência para sua generalização.

Resolução n.º 190, de 22 de julho de 1941. Institui o "Dia do Estatístico".

Resolução n.º 191, de 22 de julho de 1941. Homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho.

Resolução n.º 192, de 22 de julho de 1941. Faz sugestões sôbre a padronização do expediente das repartições de estatística.

Resolução n.º 193, de 22 de julho de 1941. Provê à organização de estatísticas sôbre a distribuïção da riqueza e da renda nacional.

Resolução n.º 194, de 22 de julho de 1941. Aplaude as comemorações do 50.º aniversário da encíclica "Rerum Novarum" e formula um voto.

Resolução n.º 195, de 22 de julho de 1941. Apresenta congratulações ao Instituto Nacional do Livro pela campanha das bibliotecas municipais e assegura-lhe a solidariedade do Conselho.

Resolução n.º 196, de 23 de julho de 1941. Ratifica a Resolução n.º 93, da Junta Executiva Central e amplia os seus efeitos.

Resolução n.º 197, de 23 de julho de 1941. Encarece a atenção dos Agentes Municipais de Estatística para certos aspectos da situação de suas regiões.

Resolução n.º 198, de 23 de julho de 1941. Dispõe sôbre a criação das Secções de Estatística Militar.

Resolução n.º 199, de 23 de julho de 1941. Louva o Serviço de Estatística da Produção pelo lançamento do inquérito sôbre estoques de gêneros alimentícios e matérias primas e formula uma sugestão para o seu aperfeiçoamento.

Resolução n.º 200, de 23 de julho de 1941. Determina providências para o levantamento regular da estatística bibliográfica brasileira.

Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.

Junta Executiva Central

Ementário das Resoluções n.os 104 a 121 aprovadas no ano de 1941

Resolução n.º 104, de 7 de fevereiro de 1941.
Dispõe sôbre a distribuïção do auxílio aos órgãos do sistema do Instituto no exercício de 1941.

Resolução n.º 105, de 7 de fevereiro de 1941.
Traduz o pronunciamento do Conselho sôbre as novas normas fixadas para os boletins do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Resolução n.º 106, de 14 de fevereiro de 1941.
Dispõe sôbre os serviços da Secretaria Geral do Instituto.

Resolução n.º 107, de 20 de março de 1941.
Faz a discriminação do emprêgo do auxílio concedido pelo Instituto, no exercício de 1941, às repartições centrais federais.

Resolução n.º 108, de 20 de março de 1941.
Louva um parecer da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica sôbre a divisão regional do Brasil e encaminha a solução definitiva do assunto.

Resolução n.º 109, de 20 de março de 1941.
Formula um pronunciamento sôbre a monografia "O Município de Niterói".

Resolução n.º 110, de 20 de março de 1941.
Dispõe sôbre o recolhimento ao Banco do Brasil dos auxílios concedidos pelo Instituto aos seus órgãos regionais.

Resolução n.º 111, de 20 de março de 1941.
Formula um apêlo ao Conselho Nacional de Geografia.

Resolução n.º 112, de 6 de maio de 1941.
Dispõe sôbre o Curso de Aperfeiçoamento instituído pela Resolução n.º 67.

Resolução n.º 113, de 30 de maio de 1941.
Orça as desepsas da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1942.

Resolução n.º 114, de 30 de maio de 1941.
Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1942.

Resolução n.º 115, de 30 de maio de 1941.
Dispõe sôbre as vantagens de que cogita a Resolução n.º 62.

Resolução n.º 116, de 24 de junho de 1941.
Dispõe sôbre a incorporação ao patrimônio do Instituto do acêrvo das delegacias regionais, seccionais e municipais do S.N.R.

Resolução n.º 117, de 25 de julho de 1941.
Modifica, em parte, dispositivos da Resolução n.º 116, desta Junta.

Resolução n.º 118, de 22 de agôsto de 1941.
Atende a um apêlo da Junta Regional do Piauí.

Resolução n.º 119, de 22 de agôsto de 1941.
Reforça a sub-consignação n.º 11 da verba III do Orçamento do Conselho para o exercício de 1941.

Resolução n.º 120, de 19 de novembro de 1941.
Inclui os Diretórios Regionais de Geografia entre os beneficiários do acêrvo do S.N.R.

Resolução n.º 121, de 19 de dezembro de 1941.
Dispõe sôbre a remuneração adicional ao pessoal da Secretaria Geral do Instituto, em função do tempo de serviço.

Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.

Conselho Nacional de Geografia
Assembléia Geral

Ementário das Resoluções n.os 107 a 129 aprovadas no ano de 1942

Resolução n.º 107, de 2 de julho de 1942.
Presta homenagem ao Govêrno do Estado de Goiaz.

Resolução n.º 108, de 3 de julho de 1942.
Dispõe sôbre as contas do Conselho relativas ao período de julho de 1941 a junho de 1942.

Resolução n.º 109, de 3 de julho de 1942.
Determina a publicação duma Corografia do Brasil, na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Resolução n.º 110, de 3 de julho de 1942.
Baixa as instruções para a realização em 1943 do concurso anual de monografias de aspectos geográficos municipais.

Resolução n.º 111, de 3 de julho de 1942.
Promove a realização de expedições científicas anuais.

Resolução n.º 112, de 3 de julho de 1942.
Organiza o Curso de Informações, anexo às sessões da Assembléia.

Resolução n.º 113, de 3 de julho de 1942.
Presta homenagem aos brasileiros devotados à Geografia nacional, falecidos durante o exercício de 1941-1942.

Resolução n.º 114, de 3 de julho de 1942.
Baixa recomendações aos órgãos do Conselho para colaborarem nos trabalhos do X Congresso Brasileiro de Geografia.

Resolução n.º 115, de 4 de julho de 1941.
Dispõe sôbre os serviços de Secretaria dos Diretórios Regionais.

Resolução n.º 116, de 4 de julho de 1942.
Dispõe sôbre a criação de um Código de Especificações Técnicas, que regule a execução dos trabalhos geográficos dentro do País.

Resolução n.º 117, de 6 de julho de 1942.
Elege os membros das Comissões Técnicas e lhes sugere temas de estudos.

Resolução n.º 118, de 6 de julho de 1942.
Baixa instruções e recomendações àcêrca da revisão dos quadros municipais e distritais, a processar-se em 1943.

Resolução n.º 119, de 6 de julho de 1942.
Dispõe sôbre a uniformização das Convenções Cartográficas referentes à geologia e à petrografia.

Resolução n.º 120, de 8 de julho de 1942.
Baixa instruções para o preparo de contribuïções regionais ao Dicionário Geográfico Brasileiro.

Resolução n.º 121, de 8 de julho de 1942.
Dispõe sôbre a realização de estudos relativos à Serra do Mar.

Resolução n.º 122, de 9 de julho de 1942.
Aprova os atos e deliberações dos Diretórios Regionais e Central, referentes ao ano de 1941.

Resolução n.º 123, de 9 de julho de 1942.
Dispõe sôbre o orçamento do Conselho para 1943.

Resolução n.º 124, de 9 de julho de 1942.
Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, para uso da estatística brasileira.

Resolução n.º 125, de 9 de julho de 1942.
Dispõe sôbre a publicação de bibliografias geográficas na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Resolução n.º 126, de 9 de julho de 1942.
Exprime congratulações, formula votos e apelos àcêrca de acontecimentos de interêsse para a Geografia nacional ocorridos no exercício 1941-1942.

Resolução n.º 127, de 9 de julho de 1942.
Dispõe sôbre a situação da repartição central do Conselho.

Resolução n.º 128, de 10 de julho de 1942.
Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística pela unificação dos serviços municipais de Estatística e apresenta sugestões.

Resolução n.º 129, de 10 de julho de 1942.
Dispõe sôbre a criação dos Serviços Geográficos Estaduais.

*

Íntegra das Resoluções n.os 12 a 14

Resolução n.º 12, de 17 de julho de 1937

Regula a constituïção e o funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções, e tendo em vista as disposições dos arts. 15 e 34 do Regulamento,

RESOLVE:

Art. 1.º O Corpo dos Consultores Técnicos do Conselho Brasileiro de Geografia, será constituído de professores e personalidades notòriamente especializadas em assuntos diretamente ligados à Geografia do Brasil ou das suas unidades políticas.

Art. 2.º Haverá duas categorias de Consultores:

a) a dos "Consultores Nacionais", técnicos especializados em assuntos geográficos brasileiros, eleitos pela Assembléia Geral, mediante proposta do Diretório Central, que conterá o dôbro dos nomes necessários aos lugares a preencher e, para cada nome, a justificativa da indicação;

b) a dos "Consultores Regionais", técnicos especializados em assuntos geográficos regionais, eleitos pelo Diretório Central, mediante proposta do Diretório Regional, que conterá o dôbro dos nomes necessários aos lugares a preencher e, para cada nome, a justificativa da indicação.

Art. 3.º Os Consultores serão elementos de consulta e de colaboração dos Diretórios, com os quais se articularão, respectivamente, os Consultores Nacionais com o Diretório Central e os Consultores Regionais com os Diretórios Regionais.

Art. 4.º Os Consultores Técnicos Nacionais serão em número de 10, no mínimo, e de 50, no máximo; os Consultores Regionais de 5 a 20, em cada Unidade Política.

Art. 5.º O mandato de Consultor Técnico será de dois anos, renovável.

Art. 6.º Os Consultores Técnicos serão distribuídos por Secções, de acôrdo com as especializações respectivas.

Art. 7.º Ao Consultor Técnico Nacional compete:

a) apresentar à Assembléia Geral ou ao Diretório Central sugestões referentes ao aperfeiçoamento da pesquisa geográfica relacionada com a Secção respectiva;

b) comparecer perante a Assembléia Geral ou ao Diretório Central, quando especialmente convidado, para esclarecer assuntos de sua especialidade;

c) responder, por escrito, às consultas que o presidente do Conselho, por deliberação da Assembléia Geral ou do Diretório Central, lhe dirigir.

Art. 8.º Ao Consultor Técnico Regional, compete:

a) apresentar ao Diretório Regional sugestões para melhoramento dos trabalhos geográficos empreendidos pelo Conselho na região respectiva e relacionados com a especialização da Secção.

b) comparecer às reüniões do Diretório Regional, quando especialmente convidado, para esclarecer assuntos da sua especialidade;

c) responder, por escrito, às consultas que o presidente do Diretório Regional, por deliberação dêste ou do Diretório Central, lhe dirigir.

Art. 9.º Ficam delegados poderes ao Diretório Central para eleger os Consultores Técnicos Nacionais, que forem necessários aos trabalhos do Conselho Brasileiro de Geografia, com mandato até a próxima Sessão ordinária da Assembléia Geral, na qual ficará definitivamente estabelecida a distribuïção das Secções das Consultorias Nacionais.

Art. 10. O quadro inicial dos Consultores Técnicos Regionais compreenderá as seguintes Secções:

I — Documentação geográfica
II — Fisiografia
III — Regiões naturais
IV — Biogeografia
V — Levantamentos e cartografia
VI — Geografia histórica
VII — Geografia política
VIII — Geografia da produção
IX — Geografia dos transportes
X — Geografia das comunicações
XI — Geografia social
XII — Turismo e excursionismo.

Art. 11. Cada Diretório Regional, dentro de 90 dias depois de constituído, enviará ao Diretório Central a proposta dos nomes para preenchimento dêsse quadro inicial, nos têrmos do art. 2.º letra **b** desta Resolução.

Art. 12. Aos Consultores serão regularmente enviadas tôdas as publicações do Conselho.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1937, ano II do Instituto. Conferido e numerado: **Fábio de Macedo Soares Guimarães,** Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: **Cristóvão Leite de Castro,** Secretário Geral do Conselho. Publique-se: **José Carlos de Macedo Soares,** Presidente do Instituto e do Conselho.

*

Resolução n.º 13, de 17 de julho de 1937

Dispõe sôbre o orçamento do Conselho Brasileiro de Geografia para 1938

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções,

Considerando que é de sua atribuïção expressa distribuir os recursos financeiros do Conselho (letra g) do art. 20 do Regulamento;

Considerando que, presentemente o Conselho não dispõe de recursos próprios;

Considerando que, na proposta do orçamento geral da República para 1938 está prevista uma verba global para o Instituto Nacional de Estatística, a qual permite prever a possibilidade de recursos financeiros para o Conselho Brasileiro de Geografia no próximo ano, conforme dispõe a "resolução" n.º 49, de 15 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística;

Considerando o disposto no art. 20 do Regulamento;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica o Diretório Central autorizado a estabelecer um orçamento provisório, de acôrdo com o auxílio que se atribuir ao Conselho Brasileiro de Geografia, no orçamento que fôr aprovado para a Despesa Geral da República em 1938.

Art. 2.º O referido orçamento servirá provisòriamente para o primeiro semestre de 1938 e compreenderá metade do valor do auxílio que fôr conferido ao Conselho para o próximo exercício.

Art. 3.º No referido orçamento deverão ser previstas, tanto quanto possível, as despesas com a vinda dos delegados estaduais à Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, com gratificações ao pessoal que servir na Secretaria Geral, com os serviços da Secretaria Geral com as publicações do C.B.G., com os trabalhos da revisão da Carta Geral do Brasil ao milionésimo e com a intensificação da elaboração dos Atlas Corográfico-Municipais.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1937, ano II do Instituto. — Conferido e numerado: **Fábio de Macedo Soares Guimarães,** Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: **Cristóvão Leite de Castro,** Secretário Geral do Conselho. Publique-se: **José Carlos de Macedo Soares,** Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Resolução n.º 14, de 17 de julho de 1937

Prescreve como empreendimento fundamental do Conselho Brasileiro de Geografia, a atualização da carta geográfica do Brasil, e provê ao seu início imediato

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções,

Considerando que a atualização da carta geográfica do país é a finalidade máxima da organização oficial da geografia nacional;

Considerando que o Conselho Brasileiro de Geografia é a organização nacional à qual compete promover um melhor conhecimento do território pátrio, mediante a coordenação das atividades geográficas brasileiras (art. 1.º do dec. n.º 1 527);

Considerando o apêlo formulado pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em sua resolução n.º 30, de 9 de julho de 1937, no sentido do Conselho Brasileiro de Geografia ativar a revisão da carta geográfica da República ao milionésimo e a elaboração dos Atlas Corográficos Municipais, a tempo de servirem de elementos subsidiários ao Recenseamento Geral da República em 1940;

RESOLVE:

Art. 1.º O Conselho Brasileiro de Geografia inclue, entre as suas realizações objetivas, e como empreendimento fundamental, a atualização da carta geográfica do Brasil ao milionésimo, e envidará esforços no sentido de preparar a sua nova edição a tempo de prestar colaboração à grande operação do Recenseamento Geral da República em 1940.

Art. 2.º O Conselho Brasileiro de Geografia iniciará imediàtamente a coleta dos elementos cartográficos e demais documentos referentes ao território nacional, necessários ao preparo da referida nova edição da carta.

§ 1.º A coleta dos aludidos documentos geográficos será promovida pelo Diretório Central que se articulará com os Diretórios Regionais, e êstes com os Diretórios Municipais.

§ 2.º O material coletado será concentrado na Secretaria Geral do C.B.G., que se encarregará da sua guarda e catalogação.

Art. 3.º Deverá ser organizada apropriada e eficiente propaganda, sobretudo nos meios técnicos e culturais competentes, que desperte, em todo o País, o maior interêsse pela remessa ao C.B.G. de informações e dados sôbre o território brasileiro.

Art. 4.º A Presidência do Instituto providenciará junto às autoridades competentes para a concessão ao C.B.G. dos recursos e medidas legislativas indispensáveis aos trabalhos da revisão da carta geográfica ao milionésimo e para a impressão de sua nova edição.

Art. 5.º O Diretório Central estabelecerá e executará um plano de serviços para a revisão e preparo da nova edição da carta geográfica ao milionésimo, de acôrdo com os recursos de que o C.B.G. dispuser para êsse fim.

Art. 6.º De acôrdo com os recursos de que o C.B.G. dispuser, deverá ser intensificada concomitantemente a elaboração dos Atlas Corográficos Municipais, mediante mútua cooperação que o Diretório Central estabelecerá com os Diretórios Regionais.

Art. 7.º O Diretório Central submeterá à deliberação da Assembléia Geral um plano de estabelecimento de um serviço, permanente de atualização da carta geográfica do Brasil ao milionésimo, de acôrdo com as possibilidades normais do C.B.G.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1937, ano II do Instituto. — Conferido e numerado: **Fábio de Macedo Soares Guimarães,** Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: **Cristóvão Leite de Castro,** Secretário Geral do Conselho. Publique-se: **José Carlos de Macedo Soares,** Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Diretório Central

Ementário das Resoluções n.os 89 a 100 aprovadas no ano de 1942

Resolução n.º 89, de 19 de janeiro de 1942.
Fixa em definitivo o orçamento do Conselho para 1942.

Resolução n.º 90, de 19 de janeiro de 1942.
Dispõe sôbre o encerramento do orçamento de 1941.

Resolução n.º 91, de 4 de fevereiro de 1942.
Fixa o quadro do pessoal do Conselho para o exercício de 1942 e dá outras providências.

Resolução n.º 92, de 4 de fevereiro de 1942.
Concede um auxílio.

Resolução n.º 93, de 4 de fevereiro de 1942.
Dispõe sôbre o local das reüniões do Diretório.

Resolução n.º 94, de 20 de fevereiro de 1942.
Inclue o estudo da região da divisa Goiaz-Baía no plano dos trabalhos da Campanha Altimétrica de 1942.

Resolução n.º 95, de 3 de março de 1942.
Aprova a indicação para renovação do mandato dos Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução n.º 96, de 6 de abril de 1942.
Promove a participação da Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia no "batismo cultural" de Goiânia.

Resolução n.º 97, de 6 de abril de 1942.
Dispõe sôbre o concurso do Conselho na realização dum Curso de Português para os funcionários das Secretarias dos Conselhos componentes do Instituto.

Resolução n.º 98, de 4 de maio de 1942.
Concede um auxílio.

Resolução n.º 99, de 4 de maio de 1942.
Autoriza a aquisição de uma máquina.

Resolução n.º 100, de 14 de maio de 1942.
Aprova a proposta do orçamento do Conselho para 1943.

★

Íntegra das Resoluções n.os 12 a 14

Resolução n.º 12, de 19 de setembro de 1938

Assenta o padrão previsto na Resolução n. 108, do Conselho Nacional de Estatística, para as leis regionais executórias do docreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no suo das suas atribuïções;

Considerando que a sugestão contida na Resolução n.º 108 do Conselho Nacional de Estatística foi aceita pelos Estados, já tendo sido baixados os decretos-leis previstos naquele diploma;

Considerando que êsses atos determinam que a legislação regional executória do decreto-lei n.º 311 se deverá cingir a um padrão propôsto por êste Conselho;

Considerando que dos mesmos decretos consta igualmente que as atas das solenidades em que, a 1.º de janeiro futuro, se declararão efetivamente em vigor os novos quadros territoriais, adotarão também o modêlo proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado por êste Conselho;

Considerando o exposto na resposta do aludido Instituto à Presidência dêste Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o padrão previsto na Resolução n.º 108 do Conselho Nacional de Estatística e solicitado pelos Estados (Anexo n.º 1 desta Resolução), para os decretos-leis regionais que vão fixar os novos quadros territoriais do Brasil para vigorar inalteradamente de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943.

Art. 2.º São também integralmente aceitas e aprovadas por êste Conselho as sugestões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constantes dos anexos ns. 2 e 3, ficando a Presidência do Instituto autorizada a tomar providências daí decorrentes.

Art. 3.º A Presidência do Conselho exprimirá ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com os melhores agradecimentos dêste Diretório, calorosas congratulações pela colaboração brilhante e de tão alto alcance cívico que houve por bem prestar ao magnífico empreendimento nacionalista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística relativamente à racionalização do quadro territorial — administrativo e judiciário — da República.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e numerado: **Júlio Agostinho de Oliveira**, Secretário Assistente interino, no impedimento do efetivo; Visto e rubricado: **Fábio de Macedo Soares Guimarães**, Secretário Geral interino do Conselho, no impedimento do efetivo. Publique-se: **José Carlos de Macedo Soares**, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 13, de 19 de setembro de 1938

Autoriza o comissionamento de um funcionário técnico do Instituto para prestar assistência aos trabalhos necessários à execução do decreto-lei nacional n.º 311 no Estado do Maranhão

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções:

Considerando a solicitação feita pelo govêrno do Estado do Maranhão, referente à execução do decreto-lei nacional n.º 311, especialmente na parte relativa à organização dos mapas municipais;

Considerando que, para a execução do referido decreto-lei é recomendável que o Conselho Nacional de Geografia, na medida das suas possibilidades, preste assistência técnica ao desenvolvimento dos trabalhos respectivos;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica o Presidente do Instituto autoizado a enviar um funcionário técnico ao Estado do Maranhão, a disposição da respectiva Comissão Revisora da Divisão Territorial, afim de prestar assistência aos trabalhos necessários à execução do decreto-lei nacional n.º 311, especialmente quanto à organização dos mapas municipais;

Art. 2.º Ao funcionário comissionado em virtude desta Resolução será concedida uma ajuda de custa e uma diária até os limites máximos respectivos de dois contos de réis e de trinta mil réis;

Art. 3.º As despesas provenientes da presente resolução correrão por conta da sub-consignação n.º 6 da verba I do orçamento do Conselho para 1938 (assistência técnica aos sistemas regionais integrados no Conselho).

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e numerado: **Júlio Agostinho de Oliveira,** Secretário Assistente interino, no impedimento do efetivo; Visto e rubricado: **Fábio Macedo Soares Guimarães,** Secretário Geral interino do Conselho, no impedimento do efetivo. Publique-se: **José Carlos de Macedo Soares,** Presidente do Instituto.

*

Resolução n.º 14, de 5 de dezembro de 1938

Dispõe sôbre a colaboração técnica do Conselho junto aos sistemas geográficos regionais por intermédio da Delegacia Geral do Instituto

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuïções;

Considerando que a assistência técnica aos sistemas regionais integrados no Instituto, além de constituir um compromisso assumido pelo Govêrno Federal na Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agôsto de 1936, é, para o setor geográfico do Instituto, indispensável à boa execução dos empreendimentos afetos ao Conselho Nacional de Geografia.

Considerando que existe uma Delegacia Geral do Instituto, para o Norte do País, com sede em Salvador, à qual o Conselho Nacional de Estatística atribuiu o encargo de prestar assistência técnica aos sistema estatísticos regionais, que se tornasse necessária nos Estados a partir do Estado do Espírito Santo;

Considerando que as iniciativas do Conselho, sobretudo as referentes à execução da lei nacional n.º 311, exigem cada vez mais um entendimento contínuo e intenso com as atividades regionais, que possibilite o desenvolvimento dos trabalhos com a harmonia e a uniformidade conveniente;

RESOLVE:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Geografia manterá na Delegacia Geral do Instituto um técnico que, subordinado ao Delegado Geral, se encarregará da assistência que o Conselho, pelo órgão competente, deliberar prestar aos sistemas geográficos regionais, integrados no Instituto;

Art. 2.º O técnico, designado pelo presidente do Instituto, por proposta do Diretório Central, perceberá do Conselho, a título de ordenado ou de gratificação, conforme o caso, uma remuneração até 1:500$000 mensais, cabendo-lhe ainda o direito a uma diária de 20$000, quando a serviço fora da sede;

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta da verba intitulada "Assistência Técnica aos sistemas regionais", constante do orçamento do Conselho.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e numerado: **Fábio de Macedo Soares Guimarães,** Secretário Assistente; Visto e rubricado: **Cristóvão Leite de Castro,** Secretário Geral do Conselho. Publique-se: **José Carlos de Macedo Soares,** Presidente do Instituto.

Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.

Diretórios Regionais

AMAZONAS

Íntegra das Resoluções n.os 11 a 15

Resolução n.º 11, de 4 de abril de 1938

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento do mesmo Conselho, e

Considerando que o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março último, em seu art. 8.º, determina que os limites intermunicipais e interdistritais serão definidos segundo acidentes naturais ou linhas bem identificáveis;

Considerando ainda que foi êsse o critério adotado pela Comissão que, em 1933, chefiada pelo Comte. Braz Dias de Aguiar, fez a revisão e especificação dos limites dos Municípios do Estado, resolve:

Artigo único — Avocar, para estudo e base dos seus trabalhos, na divisão territorial do Amazonas, o Relatório e Mapas anexos da Comissão chefiada pelo Comte, Braz Dias de Aguiar, relativo ao assunto, Relatório êsse que foi apresentado ao Govêrno do Interventor Rogério Coimbra, em maio de 1933 e que se deve achar no Arquivo da Secretaria do Estado.

Diretório Regional de Geografia, em Manaus, em 4 de abril de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

Resolução n.º 12, de 4 de abril de 1938

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia, no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23 de Reg. do mesmo Conselho, e

Considerando ser indispensável a execução da letra *e* do arti. 8.º do Regulamento daquele, pois, considera de grande importância a cooperação dos Diretórios Municipais, resolve:

Artigo único — Reiterar ao Govêrno do Estado seu pedido sôbre a nomeação dos Diretórios Municipais de que trata a letra *e,* do Art.º 8.º, do Reg. do Conselho Brasileiro de Geografia.

Diretório Regional de Geografia, Manaus, 4 de abril de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

Resolução n.º 13, de 4 de abril de 1938

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento do mesmo Conselho, e

Considerando que o Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março último, em seu art. 4.º, determina que os Distritos tenham sédes fixas e categoria de *vila;*

Considerando que, nêste Estado, muitos Distritos não podem satisfazer esse justo preceito da lei, porque suas sédes, tantas vezes ambulantes, não passam de uma palhoça, onde reside o Sub-delegado de Polícia ou o Juiz de Casamento, resolve:

Artigo único — Sugerir à Comissão, que está elaborando o Projeto da revisão do quadro territorial do Estado, adote somente como Distritos aquelas circunscrições que possuírem um *povoado* no qual se possa fixar sua séde, ficando, com a categoria de "Zonas distritais", aqueles antigos distritos, ou outros em que forem desdobrados, que não tiverem um núcleo de população capaz de merecer o título de vila.

Diretório Regional de Geografia, em Manaus, 4 de abril de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

Resolução n.º 14, de 4 de abril de 1938

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art.: 23, do Regulamento do mesmo Conselho, e

Considerando que o engenheiro Antônio Telles de Sousa fôra designado, pelo Govêrno da Interventoria, para fazer parte dêste Diretório, não tendo assumido o seu pôsto de Vogal, até a presente data, nem manifestado nenhum pedido de justificação de falta, importando esse fato em não aceitação das respectivas funções, resolve:

Artigo único — Fica declarado vago o cargo de Vogal dêste Diretório para o qual havia sido nomeado o engenheiro Antônio Teles de Sousa, ficando autorizado o Presidente dêste Diretório a propor a nomeação de outra pessoa idônea para a mesma função.

Diretório Regional de Geografia, em Manaus, 4 de abril de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

Resolução n.º 15, de 4 de abril de 1938

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Estado do Amazonas, em sua reünião de hoje, usando das prerrogativas que lhe confere o Regulamento do mesmo Conselho, e

Considerando estar nomeada pela Interventoria Federal a Comissão, que tem de rever o quadro da divisão territorial do Estado, de acôrdo com os imperativos do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março último, resolve:

Artigo único — Prestar-lhe todo o seu auxílio, no sentido do melhor exito da divisão intermunicipal e inter-distrital dêste Estado.

Diretório Regional de Geografia, em Manaus, 4 de abril de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

Informações

Quadro geral da administração pública brasileira

Administração federal

PODER EXECUTIVO:

Presidente da República: Dr. GETÚLIO DORNELES VARGAS.

Ministro de Estado da Aeronáutica: Dr. JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO.

Ministro de Estado da Agricultura: Dr. APOLÔNIO JORGE DE FARIA SALES.

Ministro de Estado da Educação e Saúde: Dr. GUSTAVO CAPANEMA.

Ministro de Estado da Fazenda: Dr. ARTUR DE SOUSA COSTA.

Ministro de Estado da Guerra: General Div. EURICO GASPAR DUTRA.

Ministro de Estado da Marinha: Vice-almirante HENRIQUE ARISTIDES GUILHEM.

Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO (Interino).

Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. OSVALDO ARANHA.

Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas: General Bda. JOÃO DE MENDONÇA LIMA.

Coordenador da Mobilização Econômica: Ministro JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS.

PODER JUDICIÁRIO:

Supremo Tribunal Federal:

PRESIDENTE: Ministro Eduardo Espínola.

VICE-PRESIDENTE: Ministro José Linhares.

MINISTROS: Antônio Bento de Faria, Castro Nunes, Laudo Ferreira de Camargo, Orosimbo Nonato da Silva, Goulart de Oliveira, Aníbal Freire, Barros Barreto, Valdemar Falcão e Filadelfo de Azevedo.

PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA: Dr. Gabriel de Resende Passos.

Supremo Tribunal Militar:

PRESIDENTE: Amte. Raul Tavares.

MINISTROS: Gen. Raimundo Barbosa, Gen. Almério de Moura, Gen. Manuel Rabelo, Almte. João Francisco de Azevedo Milanez, Brigadeiro do Ar Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Dr. João Vicente Bulcão Viana, Dr. Mário Augusto Cardoso de Castro, Dr. João Pacheco de Oliveira, Dr. Washington Vaz de Melo, Gen. Div. Francisco José da Silva Júnior, Brigadeiro do Ar Heitor Varady.

PROCURADOR: Dr. Valdomiro Gomes Ferreira.

ADMINISTRAÇÕES LOCAIS

ALAGOAS:
Major Ismar de Góis Monteiro (Interventor).

AMAZONAS:
Dr. Álvaro Botelho Maia (Interventor).

BAÍA:
General Bda. Renato Pinto Aleixo (Interventor).

CEARÁ:
Dr. Francisco Meneses Pimentel (Interventor).

ESPÍRITO SANTO:
Dr. Jones dos Santos Neves.

GOIAZ:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor).

MARANHÃO:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos (Interventor).

MATO-GROSSO:
Dr. Júlio Strübing Müller (Interventor).

MINAS GERAIS:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro (Governador).

PARÁ:
Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata (Interventor).

PARAÍBA:
Dr. Rui Carneiro (Interventor).

PARANÁ:
Dr. Manuel Ribas (Interventor).

PERNAMBUCO:
Dr. Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães (Interventor).

PIAUÍ:
Dr. Leônidas de Castro Melo (Interventor).

RIO DE JANEIRO:
Capitão-Tenente Ernani do Amaral Peixoto (Interventor).

RIO GRANDE DO NORTE:
General Bda. Antônio Fernandes Dantas (Interventor).

RIO GRANDE DO SUL:
General Bda. Osvaldo Cordeiro de Faria (Interventor).

SANTA CATARINA:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos (Interventor).

SÃO PAULO:
Dr. Fernando Costa (Interventor).

SERGIPE:
Cel. Augusto Maynard Gomes (Interventor).

DISTRITO FEDERAL:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth (Prefeito).

TERRITÓRIO DO ACRE:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho (Governador).

TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA.
Cel. Tristão de Alencar Araripe (Governador).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dr. Getúlio Dorneles Vargas.

GABINETE CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: (Sede: Palácio do Catete). — Chefe do Gabinete Civil e Secretário da Presidência da República: Dr. Luiz Fernandes Vergara. — Substituto do Secretário da Presidência da República: Dr. Alberto de Andrade Queiroz. — SERVIÇO TELEGRÁFICO: Chefe: Aguinaldo V. Fernandes. — DIRETORIA DO EXPEDIENTE: Diretor: Dr. José de Queiroz Lima. — Adjunto do Diretor: Dr. Darcí Carmo Diniz.

GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Chefe do Gabinete Militar: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento — Sub-Chefe do Gabinete Militar. Cap. de Mar e Guerra Otávio Figueiredo de Medeiros.

COMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO DO MÉRITO: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva. — SECRETÁRIO: Dr. Geraldo Ildefonso Mascarenhas da Silva. — MEMBROS: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento, Dr. Gabriel de Resende Passos, Dr. Afonso Pena Júnior e Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Dr. Getúlio Dorneles Vargas. — SECRETÁRIO GERAL: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO: Sede: Palácio do Trabalho — Av. Aparício Borges, 251 — 6.º andar — Telefone: 42-6911. PRESIDENTE: Dr. Luiz Simões Lopes.

Divisão de Aperfeiçoamento — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Mário Paulo de Brito.

Divisão de Estudos de Pessoal — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Astério Dardeau Vieira.

Divisão de Organização e Coordenação — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Moacir Ribeiro Briggs.

Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Paulo de Lira Tavares.

Divisão de Seleção — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Murilo Braga de Carvalho.

Divisão do Material — D.A.S.P. — Sede: Palário do Trabalho.
DIRETOR: Mário Bittencourt Sampaio.

Serviço de Administração — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Paulo Vidal.

Serviço de Documentação — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Alfredo Nasser.

Serviço de Obras — D.A.S.P. — Sede: Palácio do Trabalho.
DIRETOR: Arí Azambuja.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: (Sede: Palácio Itamaratí). — PRESIDENTE: Ministro Frederico Castelo Branco Clark.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR: (Sede: Av. Presidente Wilson, 231). — DIRETOR GERAL: Embaixador Ciro de Freitas Vale.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA: (Sede: Av. Graça Aranha, 39, 9.º e 10.º). — PRESIDENTE: Ten.-Cel. Mário Pinto Teixeira da Cunha.

CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO: (Sede: Av. Presidente Wilson, 164 — 9.º). — PRESIDENTE: Cel. João Carlos Barreto.

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA: (Sede: Rua Araújo Pôrto Alegre, 71-5.º) — COORDENADOR: Min. João Alberto Lins de Barros.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA: (Sede: Palácio Tiradentes). — DIRETOR GERAL: Capitão Amílcar Dutra de Menezes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: (Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º). — PRESIDENTE: Embaixador José Carlos de Macedo Soares. — SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — DIRETOR DA SECRETARIA: Dr. Alberto Martins.

COLÉGIOS DIRIGENTES:

Conselho Nacional de Estatística:
Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º.
SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Conselho Nacional de Geografia:
Sede. Praça Getúlio Vargas, 14-5.º.
SECRETÁRIO GERAL: Eng. Cristóvão Leite de Castro.

Comissão Censitária Nacional:
Sede: Av. Pasteur, 404.
PRESIDENTE: Dr. José Carneiro Filipe.

ÓRGÃOS TÈCNICAMENTE SUBORDINADOS:

Serviço Nacional de Recenseamento:
Sede: Av. Pasteur, 404.
DIRETOR: Dr. José Carneiro Filipe.

Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica. Praça Getúlio Vargas, 14 - 5.º:
DIRETOR: Eng. Cristóvão Leite de Castro.

TRIBUNAL DE CONTAS: Sede: Avenida Almirante Barroso, 81). — PRESIDENTE: Dr. Rubem Machado da Rosa. — VICE-PRESIDENTE: Dr. Bernardino José de Sousa.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho.

GABINETE DO MINISTRO: Sede: Rua México, 74-7.º — Telefone: 42-4661.
Chefe do Gabinete: Ten. Cel. Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.
Consultor Jurídico: Dr. Valdemar da Silva Moreira.

ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA: Sede: Rua México, 74-8.º — Telefone: 42-8333.
Chefe do Estado Maior da Aer.: Maj. Brig. do Ar Armando T. Trompowsky de Almeida.

1.ª ZONA AÉREA: Sede: Belém.
Comandante: Cel. Av. Antônio Apel Neto.

2.ª ZONA AÉREA: Sede: Recife.
Comandante: Brig. do Ar Eduardo Gomes.

3.ª ZONA AÉREA: Sede: Distrito Federal — Telefone: 29-0029.
Comandante:

4.ª ZONA AÉREA: Sede: São Paulo.
Comandante: Brig. do Ar. Gervásio Duncan de Lima Rodrigues.

5.ª ZONA AÉREA: Sede: Pôrto Alegre.
Comandante: Cel. Av. Fábio de Sá Earp.

DIRETORIA DA AERONÁUTICA CIVIL: Sede: Ponta do Calabouço — Telefone: 42-8723.
Diretor Geral: Dr. Adroaldo Junqueira Aires.

DIRETORIA DE OBRAS: Sede:
Telefone: 42-5173.
Diretor Geral: Dr. César Grilo.

DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS: Sede: Rua México, 74-7.º — Telefone: 42-5810.
Diretor Geral: Brig. do Ar Eduardo Gomes.

DIRETORIA DO MATERIAL: Sede: Rua Visconde de Itaboraí, 80-1.º — Telefone: 43-0438.
Diretor Geral: Cel. Av. Engenheiro Ivan Carpenter Ferreira.

DIRETORIA DO PESSOAL: Sede: Rua México, 74-2.º — Telefone: 42-9423.
Diretor Geral: Cel. Av. Ajalmar Vieira Mascarenhas.

ESCOLA DE AERONÁUTICA: Sede: Marechal Hermes — Telefone: 1023.
Comandante: Cel. Av. Henrique Raimundo Dyott Fontenele.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS: Sede: Governador — Telefone: 242.
Comandante: Cel. Av. Armando Pinheiro de Andrade.

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONÁUTICA: Sede: Rua México, 74 — Telefone: 42-2672.
Chefe: Cel. Int. de Aeronáutica Luiz Barreto Alves Ferreira.

SERVIÇO DE SAÚDE: Chefe: Cel. Médico Ângelo Godinho dos Santos.

SUB-DIRETORIA DE TÉCNICA AERONÁUTICA: Sede: Telefone: 42-8469.
Sub-Diretor: Ten. Cel. Av. Engenheiro Casemiro Montenegro Filho.

Major-Brigadeiro do Ar

Armando T. Trompowsky. Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

Brigadeiros do Ar

Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras. Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Eduardo Gomes. Comandante da 2.ª Zona Aérea e Diretor de Rotas Aéreas — Sede: Base Aérea do Recife.

Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, Comandante da 4.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de São Paulo.

Ivan Carpenter Ferreira, Diretor do Material da Aeronáutica — Sede: Rua Visconde de Itaboraí, 80-1.º.

Fernando Vítor do Amaral Savaget, Membro da Comissão de Requisições.

Antônio Guedes Muniz, Diretor da Fábrica Nacional de Motores — Baixada Fluminense.

Heitor Varady, Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Coronéis

Fábio de Sá Earp, Comandante da 5.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Pôrto Alegre.

Antônio Apel Neto, Comandante da 1.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Belém.

Ajalmar Vieira Mascarenhas, Diretor do Pessoal da Aeronáutica — Sede: Rua México, 74-4.º.

Carlos Pfaltzgraff Brasil. Sub-Chefe do Estado Maior da Aeronáutica — Sede: Rua México, 74-5.º.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: Sede: Rua da Misericórdia, 51.

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Apolônio Jorge de Faria Sales.

GABINETE DO MINISTRO: Sede: Edifício do Ministério, 3.º andar.
Chefe do Gabinete: Dr. João Maurício de Medeiros.
Consultor Jurídico: Dr. Luciano Pereira da Silva.

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS ECONÔMICAS: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Praça Quinze de Novembro.
Diretor: Dr. Heitor Vinicius da Silveira Grilo.

ESCOLA NACIONAL DE AGRONOMIA: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Valdemar Raythe de Queiroz e Silva.

ESCOLA NACIONAL DE VETERINÁRIA: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Guilherme Edelberto Hermsdorff.

INSTITUTO DE ECOLOGIA AGRÍCOLA: Sede: Rua Jardim Botânico. 1008.
Diretor: Dr. Elídio Lindolfo Velasco.

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA: Sede: Rua Jardim Botânico, 1024.
Diretor: Dr. José Hasselmann.

INSTITUTO NACIONAL DE ÓLEOS: Sede: Av. Maracanã, 252.
Diretor: Dr. Joaquim Bertino de Morais Carvalho.

LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Manuel Mendes da Fonseca.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS FRUTAS: Sede: Av. Rio Branco, 277 — 14.º-Edif. S. Borja.
Presidente: Dr. José Arruda de Albuquerque.

COMISSÃO EXECUTIVA DA PESCA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Presidente: Dr. José Arruda de Albuquerque.

COMISSÃO EXECUTIVA DOS PRODUTOS DE MANDIOCA: Sede: Ed. Esplanada — Rua México, 90-8.º.
Presidente: Dr. Diógenes Caldas.

COMISSÃO NACIONAL DO GASOGÊNIO: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Ministro da Agricultura.

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS DO BRASIL: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Presidente: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Dr. José Mariano Filho.

CONSELHO NACIONAL DE CAÇA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Presidente: Dr. Alberto Rêgo Lins.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º.
Presidente: Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: José Solano Carneiro da Cunha.

BIBLIOTECA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Urbino Viana.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado — S. Cristóvão.
Diretor: Dr. Mário de Oliveira.

DIVISÃO DE CAÇA E PESCA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Diretor: Dr. Ascânio de Farias.

DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado — S. Cristóvão.
Diretor: Dr. João Cláudio de Lima.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL: Sede: Mata Machado.
Diretor: Dr. Mário Teles da Silva.

DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado.
Diretor: Dr. Augusto de Oliveira Lopes.

INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL: Sede: Av. Maracanã, 222.
Diretor: Dr. Argemiro de Oliveira.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Antônio José Alves de Sousa.

DIVISÃO DE ÁGUAS: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Valdemar José de Carvalho.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Avelino Inácio de Oliveira.

DIVISÃO DE GEOLOGIA E MINERALOGIA: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Aníbal Alves Bastos.

LABORATÓRIO DA PRODUÇÃO MINERAL: Séde: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Mário Abrantes da Silva Pinto.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Carlos de Sousa Duarte.

DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Antônio Francisco Magarinos Tôrres.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Oscar Espínola Guedes.

DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO: Sede: Ed. Pedro II — Av. Graça Aranha.
Diretor: Dr. José de Oliveira Marques.

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS E TERRAS: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Dr. Henrique Dietrich.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Pr. 15 de Novembro.
Diretor: Dr. José Arruda de Albuquerque.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Alberto Ribeiro Cerqueira Lima.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS: Sede: Rua México, 90-8.º.
Diretor: Dr. Álvaro Simões Lopes.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Itagiba Barçante.

SERVIÇO DE METEOROLOGIA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Diretor: Dr. Francisco Xavier Rodrigues de Sousa.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º andar.
Diretor: Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos.

SERVIÇO FLORESTAL: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Diretor: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA: Sede: Edifício do Ministério.
Superintendente: Dr. Arquimedes de Lima Câmara.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

MINISTRO DE ESTADO:
Dr. Gustavo Capanema.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Edifício Rex, 16.º — Chefe do Gabinete: Dr. Carlos Drummond de Andrade — 22-5588.

BIBLIOTECA NACIONAL:
Sede: Av. Rio Branco, 219/239. — Diretor: Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia — 22-6199.

CASA DE RUI BARBOSA:
Sede: R. São Clemente, 134. — Diretor: Dr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe — 26-2548.

COLÉGIO PEDRO II:
INTERNATO — Sede: Campo de São Cristóvão, 177. — Diretor: Dr. Clovis do Rêgo Monteiro — 28-2538.
EXTERNATO — Sede: Av. Marechal Floriano, 80. — Diretor: Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia — 43-1904.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. México, 168-10.º. — Presidente: Heitor Pedro de Farias.

COMISSÃO INSPETORA DOS SERVIÇOS PSIQUIÁTRICOS:
Sede: R. México, 90-3.º — 22-4377.

COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO:
Sede: R. Álvaro Alvim, 31-19.º. — Presidente: Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo — 42-7952.

COMISSÃO DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL:
Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 43-6520.

COMISSÃO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO:
Sede: Pr. Marechal Âncora.
Presidente: Professor Everardo Backheuser — 42-7712.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS:
Sede: Edifício Rex, 16.º. — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 42-9744.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º. — Presidente: Dr. Reinaldo Porchat — 22-6817.

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL:
Sede: R. México, 90. — Presidente: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva — 42-5754.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: R. Almirante Barroso, 72-3.º. — Diretor: Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá — 42-5727.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA:
Sede: Av. Rui Barbosa, 12-3.º. — Diretor: Dr. Olímpio Olinto de Oliveira — 25-5201.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Sede: Edifício Rex, 14.º — Diretor: Dr. Abgar Renault — 42-1481.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE:
Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor Geral: Dr. João de Barros Barreto — 42-0708.

DIREÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA:
Sede: Praia do Flamengo, 132. — Secretário Geral: Major Jair Dantas Ribeiro.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE:
Sede: Recife — Pernambuco. — Diretor: Dr. Antônio Vicente de Andrade Bezerra.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAÍA:
Sede: Salvador — Baía. — Diretor: Dr. Edgar Rêgo Santos.

FACULDADE DE MEDICINA DE PÔRTO ALEGRE:
Sede: Pôrto Alegre — R. G. do Sul. — Diretor: Dr. Raul Moreira da Silva.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT:
Sede: Av. Pasteur, 350. — Diretor: Dr. João Alfredo Lopes Braga — 26-9512.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO:
Sede: Pr. da República, 14-1.º. — Diretor: Prof. A. Roquete Pinto — 43-9809.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS:
Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor: Dr. Manuel Bergström Lourenço Filho — 42-7951.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO:
Sede: Av. Rio Branco, 219-/239. — Diretor: Dr. Augusto Meyer — 42-5254.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS:
Sede: R. das Laranjeiras, 232. — Diretor: Dr. Armando Paiva de Lacerda — 25-5730.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:
Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor: Dr. Gustavo Barroso.

MUSEU IMPERIAL:
Sede: Petrópolis — Estado do Rio. — Diretor: Dr. Alcindo de Azevedo Sodré.

MUSEU NACIONAL:
Sede: Quinta da Boa Vista. — Diretora: D. Heloísa Alberto Tôrres — 28-7010.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES:
Sede: Av. Rio Branco, 199. — Diretor: Professor Osvaldo Teixeira — 42-4355.

OBSERVATÓRIO NACIONAL:
Sede: Morro de S. Januário. — Diretor: Dr. Sebastião Sodré da Gama — 28-6129.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Sede: Pr. Mauá, 7-10.º. — Diretor: Dr. Fernando Magalhães.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:
Sede: Edifício Rex, 16.º. — Diretor: Dr. Vítor Nunes Leal — 22-8335.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Sede: Pr. Mauá, 7-11.º. — Diretor: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — 43-0632.

SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO:
Sede: Av. Graça Aranha, 29. — Diretor: Alexandre Abbadie Faria Rosa — 42-8900.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 155-7.º. — Diretor: Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — 42-7690.

SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA:
Sede: R. da Carioca, 45-3.º. — Diretor: Dr. Edgar Roquete Pinto — 42-3435.

UNIVERSIDADE DO BRASIL: Sede: R. do Ouvidor, 169. — Reitor: Professor Raul Leitão da Cunha — 22-0507.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTRO DE ESTADO:
Dr. Artur de Sousa Costa.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Av. Rio Branco. — Chefe: Secretário do Ministro da Fazenda: Dr. Ovídio Paulo de Meneses Gil — Tel. 43-1005.

COMISSÃO CONSTRUTORA DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA:
Sede: Av. Graça Aranha, 19 — Chefe: Dr. Arí Fontoura de Azambuja — 22-0280.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. da Candelária, 9-10.º. — Presidente: Dr. Alberto Gentile — 43-6927.

COMISSÃO DO ORÇAMENTO:
Sede: Palácio do Trabalho, 6.º. — Presidente: Dr. Luiz Simões Lopes — 42-6911.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Primeiro):
Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: José Luiz Batista.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Segundo):
Sede: R. da Candelária, 9-5.º. — Presidente: Cornélio Marcondes da Luz.

CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA:
Primeira Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Palvino Campos Rocha. Segunda Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Sílvio de Magalhães Figueira.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS:
Sede: R. da Candelária, 9-9.º. — Presidente: Dr. Artur de Sousa Costa.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA:
Sede: Av. Branco, 9-1.º. — Contador Geral da República: Claudionor de Sousa Lemos — 43-2318.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS:
Sede: Av. Graça Aranha, 62-11.º. — Diretor Geral: Dr. Fernando Martins Pereira e Sousa — 42-6140.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL:
Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Dr. Romero Estelita Cavalcante Pessoa.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO:
Diretor: Eng. Ulpiano de Barros.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA:
Sede: R. Luiz de Camões, 68 — Diretor: Dr. João de Lourenço.

MINISTÉRIO DA GUERRA

MINISTÉRIO DA GUERRA:
Sede: Quartel General do Exército — Praça da República. Ministro de Estado da Guerra e Presidente do Conselho Superior de Guerra — Gen. Div. Eurico Gaspar Dutra.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Quartel General do Exército — 9.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-0343.
Chefe: Cel. José Bina Machado.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO:
Sede: Palácio do Exército — 6.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-4169.
Chefe: Gen. Div. Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

ESCOLA DE ESTADO MAIOR:
Sede: Praia Vermelha — Telefone: 26-8320.
Comandante: Cel. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott.

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO:
Séde: Morro da Conceição — Telefone: 43-9821.
Diretor: Gen. Div. José Antônio Coelho Neto.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA:
Sede: Quartel General do Exército — 8.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-3094.
Secretário Geral: Gen. Bda. Mário José Pinto Guedes.

INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA:
Sede: Quartel General do Exército — 12.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3155.
Inspetor: Gen. Div. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

INSPETORIA DO 1.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 16.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3244.
Inspetor: Gen. Div. Pedro Alcântara Cavalcanti de Albuquerque.

INSPETORIA DO 2.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 14.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-7499.
Inspetor: Gen. Div. Emílio Lúcio Esteves.

INSPETORIA DO 3.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 15.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-7044.
Inspetor: Gen. Div. Cristóvão de Castro Barcelos.

DIRETORIA DE ARMAS:
Sede: Quartel General do Exército — 5.º pav. — Telefone: 43-0463.
Diretor: Gen. Bda. Edgard Facó.

DIRETORIA DO ENSINO:
Sede: Quartel General do Exército — 10.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 47-7311.
Diretor: Gen. Bda. Isauro Reguera.

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO:
Sede: Praça General Tibúrcio.

DIRETORIA DE ARTILHARIA DE COSTA:
Sede: Quartel General do Exército — 6.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-6838.
Diretor: Gen. Bda. Sebastião do Rêgo Barros.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE ENGENHARIA:
Sede: Quartel General do Exército — 4.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-2136.
Diretor: Gen. Bda. Amaro Soares Bittencourt.

DIRETORIA DE TRANSMISSÕES:
Sede: Quartel General do Exército — 4.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-9104.
Diretor: Cel. Miguel Salasar Mendes de Morais.

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO:
Sede; Quartel General do Exército — 18.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-8788.
Diretor: Gen. Bda. Mílton de Freitas Almeida.

DIRETORIA DE MATERIAL BÉLICO:
Sede: Quartel General do Exército — 7.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3223.
Diretor: Gen. Bda. Álvaro Fiúza de Castro.

DIRETORIA DO RECRUTAMENTO:
Sede: Quartel General do Exército — Ala Marcílio Dias — 5.º pav. — Telefone: 43-7369.
Diretor: Cel. Lourival Duarte do Carmo.

DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO:
Sede: Quartel General do Exército — 6.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 23-0422.
Diretor: Gen. Intendente Emílio Fernandes de Sousa Docca.

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO:
Sede: Quartel General do Exército — 2.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-4349.
Diretor: Gen. Médico Dr. Afonso de Sousa Ferreira.

DIRETORIA DE REMONTA E VETERINÁRIA:
Sede: Quartel General do Exército — 3.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-6430.
Diretor: Gen. Bda. Antônio da Silva Rocha.

Regiões Militares

1.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Distrito Federal — Quartel General do Exército — 3.º pav.
Comandante: Gen. Div. Maurício José Cardoso:

2.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: São Paulo — São Paulo.
Comandante: Gen. Div. João Batista Mascarenhas de Morais.

3.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
Comandante: Gen. Div. Valentim Benício da Silva.

4.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Juiz de Fora — Minas Gerais.
Comandante: Gen. Bda. Raimundo Sampaio.

5.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Curitiba — Paraná.
Comandante: Gen. Bda. José Agostinho dos Santos (Interino).

6.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Salvador — Baía.
Comandante: Gen. Bda. Dermeval Peixoto.

7.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Recife — Pernambuco.
Comandante: Gen. Div. Newton de Andrade Cavalcanti.

8.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Belém — Pará.
Comandante: Gen. Bda. Francisco da Paula Cidade.

9.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Campo Grande — Mato Grosso.
Comandante: Gen. Bda. Mário Xavier.

10.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Fortaleza — Ceará.
Comandante: Gen. Bda. Francisco Gil Castelo Branco.

Estado Maior General

GENERAIS DE DIVISÃO:

Pedro Aurélio de Góis Monteiro — Chefe do Estado Maior do Exército.

Eurico Gaspar Dutra — Ministro de Estado da Guerra.

Almério de Moura — Presidente da Comissão Central de Requisições Militares.

Raimundo Rodrigues Barbosa — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Francisco José da Silva Júnior — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Maurício José Cardoso — Comandante da 1.ª Região Militar.

Cristóvão de Castro Barcelos — Inspetor do 3.º Grupo de Regiões Militaers.

Manuel Rabelo — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Emílio Lúcio Esteves — Inspetor do 2.º Grupo de Regiões Militares.

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — Inspetor da Arma de Cavalaria.

Júlio Caetano Horta Barbosa.

Estêvão Leitão de Carvalho — Delegado Brasileiro na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em Washington.

Pedro de Alcântara Cavalcante de Albuquerque — Inspetor do 1.º Grupo de Regiões Militares.

José Antônio Coelho Neto — Diretor do Serviço Geográfico e Histórico do Exército.

Newton de Andrade Cavalcante — Comandante da 7.ª Região Militar.

João Batista Mascarenhas de Morais — Em Comissão nos Estados Unidos da América do Norte.

Heitor Augusto Borges — Comandante da 5.ª Região Militar.

Valentim Benício da Silva — Comandante da 3.ª Região Militar.

Boanerges Lopes de Sousa — Comandante da 14.ª Divisão de Infantaria.

Firmo Freire do Nascimento — Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

GENERAIS DE BRIGADA:

Artur Sílio Portela — Comandante da 7.ª Divisão de Infantaria.

Isauro Reguera — Diretor do Ensino do Exército.

Raimundo Sampaio — Comandante da 4.ª Região Militar.

Mário José Pinto Guedes — Secretário Geral do Ministério da Guerra.

João de Mendonça Lima — Ministro da Viação e Obras Públicas.

Eduardo Guedes Alcoforado — Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Amaro Soares Bittencourt — Diretor de Engenharia.

Milton de Freitas Almeida — Diretor de Moto-Mecanização.

Mário Arí Pires — Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Salvador César Obino — Comandante da Artilharia Divisionária da 1.ª D. I.

Edgard Facó — Comandante da Infantaria Divisionária da 4.ª D. I.

Renato Paquet — Comandante da Infantaria Divisionária da 4.ª D. I.

Álvaro Fiúza de Castro — Diretor do Material Bélico.

Mário Xavier — Comandante da 9.ª Região Militar.

José Agostinho dos Santos — Comandante da Infantaria Divisionária da 5.ª D. I.

José Silvestre de Melo — Comandante da 2.ª Divisão de Cavalaria.

Gustavo Cordeiro de Faria — Comandante da Infantaria Divisionária da 14.ª D. I.

Euclides Zenóbio da Costa — Em Comissão nos Estados Unidos da América do Norte.

Francisco Gil Castelo Branco — Comandante da 10.ª Região Militar.

Dermeval Peixoto — Comandante da 6.ª Região Militar.

Osvaldo Cordeiro de Faria — Interventor Federal no E. do R. G. do Sul.

Anôr Teixeira dos Santos — Comandante da Artilharia Divisionária da 3.ª Região Militar.

Canrobert Pereira da Costa — Comandante da 3.ª Divisão de Cavalaria.

João Pereira de Oliveira — Comandante da Infantaria Divisionária da 2.ª D. I.

Francisco de Paula Cidade — Comandante da 8.ª Região Militar.

Ângelo Mendes de Morais.

Alcio Souto — Em Comissão nos Estados Unidos da América do Norte.

Renato Onofre Pinto Aleixo — Interventor Federal no Estado da Baía.

Odílio Denys — Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.

Newton Estillac Leal — Comandante da Infantaria Divisionária da 7.ª D. I.

OFICIAIS-GENERAIS DIRETORES DOS SERVIÇOS:

General Intendente — Emílio Fernandes de Sousa Docca — Diretor da Intendência do Exército.

General Médico — Dr. Afonso de Sousa Ferreira — Diretor de Saúde do Exército.

OFICIAIS-GENERAIS DA RESERVA CONVOCADOS PARA O SERVIÇO ATIVO:

General Bda. Sebastião do Rêgo Barros — Diretor da Artilharia de Costa.

General Bda. Antônio da Silva Rocha — Diretor de Remonta e Veterinária do Exército.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

MINISTRO DE ESTADO:

Dr. Alexandre Marcondes Filho (interino).

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio Monroe — Av. Rio Branco.
Chefe do Gabinete — 22-3173.

ARQUIVO NACIONAL:

Sede: Pr. da República, 26. — Diretor: Dr. Eugênio Vilhena de Morais — 22-4441.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. Senador Dantas, 1 — Presidente: Dr. Bento Queiroz de Barros Júnior — 43-3240.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS:
Sede: Palácio Monroe. — Presidente: Dr. Adroaldo Junqueira Aires — 22-9933-R. 18.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS:
Sede: Palácio Monroe — 42-8477.

COMISSÃO REVISORA DE DECRETOS-LEIS:
Sede: Palácio Monroe.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO:
Sede: Palácio Monroe. — Presidente. Dr. Iedo Fiúsa — 22-9933.

CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA:
Sede: R. Senador Dantas. — Consultor Geral: Dr. Hahnemann Guimarães — 42-1727.

CONSULTOR JURÍDICO:
Sede: Palácio Monroe. — Consultor Dr. Fernando Antunes — 22-6831.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: Pr. da República, 45. — Comandante: Coronel Aristarco Pessoa Cavalcante de Albuquerque — 22-4455.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: R. Senador Dantas. — Diretor Geral: Dr. Cincinato Galvão Ferreira Chaves — 42-7101.

DIRETORIA DA JUSTIÇA E DO INTERIOR:
Sede: Edifício Rex, 17.º. — Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

IMPRENSA NACIONAL:
Sede: Av. Rodrigues Alves, 1. — Diretor: Dr. Rubens d'Almada Horta Pôrto — 43-8833.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. Dom Manuel, 27/45.

JUÍZO DE MENORES:
Sede: R. dos Inválidos, 152. — Juiz: Dr. Saul de Gusmão — 42-7916.

JUSTIÇA DO TERRITÓRIO DO ACRE:
Sede: Cruzeiro do Sul — Acre.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:
Sede: Av. Rio Branco, 241.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: Edifício do Forum. R. Dom Manuel. — Procurador Geral: Dr. Romão Côrtes de Lacerda — 42-6523.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. da Relação. — Chefe de Polícia: Ten. Cel. Nelson de Melo.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. Evaristo da Veiga, 78. — Comandante: General Odílio Denys.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES:
Sede: R. São Cristóvão, 482. — Diretor Dr. Meton de Alencar Neto — 28-2378.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA:
Sede: Av. Graça Aranha, 26-10.º. — Diretor: Dr. Heitor Bracet — 42-9370.

MINISTÉRIO DA MARINHA

MINISTRO DE ESTADO:
Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Cais dos Mineiros. — Chefe do Gabinete: Capitão de Mar e Guerra Jerônimo Francisco Gonçalves — 23-2258.

SECRETARIA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério. — Diretor: Dr. Rodolfo Graça — 23-6080.

ARSENAL DE MARINHA DA ILHA DAS COBRAS:
Sede: Ilha das Cobras. — Diretor: Contra-Almirante Eng.º Naval Júlio Regis Bittencourt — 23-0551.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO:
Sede: (Entrada) Pr. Barão de Ladário. — Diretor Geral: Capitão de Mar e Guerra Oscar de Barros Cavalcante — 23-4110.

AUDITORIA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério, 7.º.
1.º Auditor: Dr. Henrique Alberto Magalhães de Almeida — 2.º Auditor: Dr. José Batista dos Santos Júnior.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E TOMBAMENTO DOS PRÓPRIOS NACIONAIS:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º.
Capitão de Mar e Guerra Francisco de Araújo Reis Viana.

COMISSÃO DE METALURGIA:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º.
Presidente: Contra-Almirante Alberto da Cunha Pinto.

CONSELHO DO ALMIRANTADO:
Sede: Edifício do Ministério, 3.º.
Presidente: Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

DIRETORIA DO ARMAMENTO DA MARINHA:
Sede: Cidade de Niterói. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Oscar Pereira de Sousa e Almeida — Niterói, 828.

DIRETORIA DE ENGENHARIA NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Almirante Luiz Pereira das Neves — 23-2070 — R.126.

DIRETORIA DO ENSINO NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Guilherme Reiken.

DIRETORIA DE FAZENDA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério, 2.º. — Diretor-Geral: Vice-Almirante Raimundo de Melo Braga de Mendonça.

DIRETORIA DE MARINHA MERCANTE:
Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO:
Sede: Ilha Fiscal. — Diretor Geral: Contra-Almirante Jorge Dodsworth Martins.

DIRETORIA DO PESSOAL DA ARMADA:
Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral do Pessoal: Contra-Almirante Mário Hechesher.

DIRETORIA DE SAÚDE NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Contra-Almirante Médico Dr. Heráclito de O. Sampaio.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO RIO DE JANEIRO:
Sede: R. do Rosário, 21/22. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Aarão Reis Filho.

ESTADO MAIOR DA ARMADA.
Sede: Edifício do Ministério. — Chefe: Vice-Almirante Américo Vieira de Melo.

TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO:
Sede: Pr. Sérvulo Dourado. — Presidente: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

Relação dos almirantes em serviço ativo:

VICE-ALMIRANTES:

Américo Vieira de Melo — Chefe do Estado Maior da Armada. João Lira, 35 — Leblon.

Mário de Oliveira Sampaio — Diretor Geral de Marinha Mercante. Pr. José de Alencar (Hotel dos Estrangeiros) Apt. 22.

Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, À Disposição do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil — Washington, D. C. — EE. UU.

Raimundo de Melo Braga de Mendonça — Vice-Presidente da Com. Cent. de Requisições. Pr. Santos Dumont, 104 — Gávea.

Eduardo Augusto de Brito Cunha — à disposição do Ministério das Relações Exteriores. Av. N. S. de Copacabana, 1394-Ap. 8.

Guilherme Rieken — Diretor Geral do Ensino Naval. São Clemente, 139-Casa, 26.

CONTRA-ALMIRANTES:
Alberto de Lemos Bastos — Comandante Naval de Leste. Salvador — Estado da Baía.

Durval de Oliveira Teixeira — Comandante Naval do Centro. Otávio Correia, 286 — Urca.

Arí Parreiras — Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal. Natal — Estado do Rio Grande do Norte.

Mário Hecksher — Diretor da Escola Naval. São Francisco Xavier, 312 — São Francisco Xavier.

Jorge Dodsworth Martins — Diretor Geral de Navegação. Sousa Lima, 9 apt. 64 — Copacabana.

Gustavo Goulart — Comandante Naval do Norte, Belém — Estado do Pará.

José Maria Neiva — Comandante Naval do Nordeste. Recife — Estado de Pernambuco.

Oscar de Frias Coutinho — Diretor Geral de Fazenda. Coronel Cabrita, 17 — São Cristóvão.

Luiz Augusto Pereira das Neves — Diretor Geral de Engenharia Naval. Praia de Botafogo, 148 — 6.º andar — apt. 60 — Botafogo.

Heráclito de Oliveira Sampaio — Diretor Geral de Saúde Naval. Paissandú, 239 — ap. 22 — Flamengo.

Milciades Portela Ferreira Alves — Comandante Geral do Corpo de Fusileiros Navais. Ilha das Cobras.

Sílvio de Noronha — Comandante Naval de Mato Grosso-Ladário.

Alfredo Carlos Soares Dutra — Comandante da Fôrça Naval do Nordeste.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:
Sede: Av. Mal. Floriano Peixoto — Palácio Itamaratí. Ministro de Estado: Dr. Osvaldo Aranha.

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO:
Sede: Palácio Itamaratí. Telefone: 43-2751 — Secretário Geral do Ministério: Embaixador Pedro Leão Veloso.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral — Mário de Castelo Branco.

DIVISÃO DO MATERIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Adriano de Sousa Quartin.

DIVISÃO DE ORÇAMENTO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Perilo Gomes.

DIVISÃO DO PESSOAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Carlos Alves de Sousa Filho.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Francisco Gualberto de Oliveira.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Luiz Camilo de Oliveira Neto.

ARQUIVO HISTÓRICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Luiz Carlos de Andrade Filho.

BIBLIOTECA:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Jango Fischer.

GABINETE FOTOSTÁTICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Encarregado: Alair Botelho.

MAPOTECA:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Murilo de Miranda Basto.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe:" Renato da Costa Almeida.

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES:
Sede: Palácio Itamaratí. Cônsul Jaime de Barros Gomes.

DEPARTAMENTO DIPLOMÁTICO E CONSULAR:
Sede: Palácio Itamaratí. Secretário Geral: Embaixador Pedro Leão Veloso.

DIVISÃO CONSULAR:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Joaquim A. de Sousa Ribeiro.

DIVISÃO DE ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Heitor Lira.

DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Temístocles da Graça Aranha.

DIVISÃO DE FRONTEIRAS:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Heitor Lira.

DIVISÃO DE PASSAPORTES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Secretário Afrânio de Melo Franco.

DIVISÃO DO CERIMONIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro José Roberto de Macedo Soares.

DIVISÃO ECONÔMICA E COMERCIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Mário Moreira da Silva.

DIVISÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA:
Sede: Palácio Itamaartí. Chefe: Ministro Acir do Nascimento Pais.

ANAIS:
Sede: Palácio Itamaratí: Redator-Chefe: Afonso Aurélio Pôrto.

CONSULTOR TÉCNICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

SERVIÇO JURÍDICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Consultor Jurídico — Sebastião do Rêgo Barros.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Sede: Palácio do Trabalho — Av. Aparício Borges. Ministro de Estado: Dr. Alexandre Marcondes Filho.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Palácio do Trabalho - 8.º — Telefone: 42-4700 e 42-8080, ramal 457. Chefe do Gabinete: Dr. Aristides Malheiro. Consultor Jurídico: Dr. Oscar Saraiva.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:
Sede: Palácio do Trabalho - 5.º — sala 547. Presidente: Dr. Adolfo Morales de los Rios.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - — Telefone: 22-0038. Presidente: Major Felinto Müller.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 8.º — Telefone: 42-8080, ramal 259. Diretor: Dr. José Cândido de Lima Ferreira.

SERVIÇO ATUARIAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 7.º — sala 744 — Telefone: 42-8080, ramal 210. Diretor Atuário Paulo Leopoldo Pereira da Câmara.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - 4.º — Telefone: 42-8080, ramal 411. Diretor: Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 3.º — Telefone: 42-0841 e 42-8080, ramal 401. Diretor Geral: Dr. Francisco Antônio Coelho.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 10.º — Telefone: 42-8080, ramal 633. Diretor Geral: Dr. Henrique Dória de Vasconcelos.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Sede: Palácio do Trabalho - 11.º — Telefone: 22-0122. Diretor: Guilherme Vidal Leite Ribeiro.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 7.º — Telefone: 42-8080, ramal 439. Diretor Geral: Dr. Edmundo Perry.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - — Telefone: 42-7500. Diretor Geral: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: João Mendes da Silveira Arruda.

DIVISÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: Dr. Décio Parreiras.

DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA SINDICAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 5.º. Diretor: Dr. José Segadas Viana.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: Marcial Dias Pequeno.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DA ESTIVA:
Sede: Av. Venezuela, 53 — Telefone: 43-8991. Presidente: Antônio Ferreira Filho.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 31 — Edif. dos Bancários — Telefone: 23-1941. Presidente: Dr. Aderbal Carneiro de Novais.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS:
Sede: Edifício Novo Mundo — Av. Pres. Wilson, 164 - 5.º, 6.º, 7.º, 80.º e 10.º andares — Telefone: 42-6100, ramal 35. Presidente: Dr. Plínio Reis de Cantanhede Almeida.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS:
Sede: Av. Graça Aranha, 35 — Telefone: 42-6053, ramal 7. Presidente: Dr. Helvécio Xavier Lopes.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS:
Sede: Av. Almirante Barroso, 78. Presidente: Eng. Plínio Reis de Cantanhede Almeida.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS:
Sede: Av. Rio Branco, 10 — Telefone: 23-1162. Presidente: Homero Mesquita.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO:
Sede: Rua Pedro Lessa, 27 (Esplanada do Castelo) — Telefone: 22-7731. Presidente: Dr. Júlio de Barros Barreto.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA:
Sede: Av. Venezuela, 82 — Telefone: 43-1428. Diretor: Dr. Ernesto Lopes da Fonseca.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE:
Sede: Rua Almirante Barroso, 81 - 4.º (Edif. Andorinha) — Telefone: 42-7074, ramal 1. Presidente: Dr. Carlos Gomes de Oliveira.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:
Sede: Praça da Bandeira, 96 — Telefone: 48-1080. Diretor: Édison Pitombo Cavalcanti.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

MINISTRO DE ESTADO:
Gen. Bda. João de Mendonça Lima.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Chefe do Gabinete: Dr. Vítor Gustavo de Mascarenhas Tamon.
Consultor Jurídico: Dr. Adauto Cardoso.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: Raul de Azeredo — 22-7876.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE:
Sede: Av. Rio Branco, 46, 2.º. — Presidente: Comandante Rodolfo Fróis da Fonseca.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA:
Sede: Corumbá — Mato Grosso. — Chefe da Comissão: Luiz Alberto Whertely.

COMISSÃO DE ACERVO DA BRAZIL RAILWAY COMPANY E OUTRAS EMPRÊSAS:
Sede: Edifício da A Noite. — Superintendente: Coronel Luiz Carlos da Costa Neto.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E METALURGIA:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: General João de Mendonça Lima.

CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES:
Sede: R. Uruguaiana, 25. — CONSELHO ADMINISTRATIVO: Presidente: Dr. Jurandir Pires Ferreira. — CONSELHO DE TARIFAS E TRANSPORTES:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Fernando Augusto de Almeida Brandão — 42-8395.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor Geral: Major Landry Sales Gonçalves — 42-2266. — DIRETORIAS REGIONAIS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO:
Diretor Geral: Eng. Valdemar Coimbra da Luz.
Sede: Av. Graça Aranha. 416 - 10.º.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Sede: Pr. Mauá, 7. — Diretor: Dr. Iedo Fiúsa. — 43-2065.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO:
Sede: Av. Venezuela, 238. — Diretor: Dr. Hildebrando de Araújo Góis — 43-5045.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO:
Sede: Pr. Mauá, 10. — Diretor: Dr. Frederico César Burlamaqui.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES:
Diretor: Brigadeiro do Ar Antônio Guedes Muniz.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO PARÁ:
Sede: Belém — Pará. — Diretor: Comandante Francisco Bulcão Viana.

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 155. — Inspetor: Dr. Luiz Augusto da Silva Vieira —42-1659.

INSPETORIA GERAL DE ILUMINAÇÃO:
Sede: Av. Graça Aranha, 43. — Inspetor Geral: Dr. Francisco de Sá Lessa.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Vicente de Brito Pereira Filho — 22-9230.

Administração regional

DISTRITO FEDERAL

PREFEITO:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth.

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO:
Dr. Jorge Dodsworth (secretário).

PROCURADORIA:
Dr. José Sabóia Viriato de Medeiros, procurador.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO:
Dr. Jorge Dodsworth (Secretário Geral).

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Cel. Jonas de Morais Correia Filho, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS:
Dr. Mário Melo, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:
Dr. Jesuíno Carlos de Albuquerque, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Edson Junqueira Passos, secretário geral.

TRIBUNAL DE CONTAS:
Presidente: Cônego Olímpio de Melo. — Vice-Presidente: Dr. Benjamim Guilherme dos Reis Jr. — Membros: Dr. Pedro Firmeza, Dr. Francisco Antônio R. Sales Filho, Dr. Rui Carneiro da Cunha, Dr. Valdomiro de Barros Magalhães, Dr. Ivan Monteiro de Barros Lins.

ALAGOAS

INTERVENTOR FEDERAL:
Major Ismar de Góis Monteiro.

SECRETARIA DA INTERVENTORIA FEDERAL:
Cap. Alves Mata, secretário.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Alexandre Nobre, presidente.

Secretaria da Fazenda e da Produção

SECRETÁRIO:
Agr. Esperidião de Farias Júnior.

DIRETORIA DA RECEITA:
Bel. Aldaberon Cavalcante Lins.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA:
José Marinho Júnior, diretor.

PROCURADORIA DA FAZENDA:
Bel. Antônio Baltazar de Mendonça, procurador.

Secretaria do Interior, Educação e Saúde

SECRETÁRIO:
Bel. Arí Bôto Pitombo.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Bel. José Maria Correia das Neves, diretor.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO:
Pe. Luiz Medeiros Neto, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Rodrigues de Albuquerque, diretor.

COLÔNIA EDUARDO RABELO:
Dr. Aderbal Jabotá, médico.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção masculina):
Cirurgião-dentista Vital de Meira Barbosa, diretor.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção Feminina):
Bel. Teonilo Cravo Gama, diretor.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO:
Eng. Civil Antônio Mário Mafra, superintendente.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Bel. Manuel Diegues Júnior, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Bel. Antônio de Freitas Cavalcante, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Pedro Barreto Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Bel. José Mota Maia, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Agrônomo Alberto Araújo, diretor.

DIRETORIA REGIONAL DA DEFESA PASSIVA ANTI-AÉREA:
Dr. Lourival de Melo Mota, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Civil Valdemar Uchôa de Oliveira, diretor.

FÔRÇA POLICIAL MILITAR:
Cel. Manuel Xavier de Oliveira, comandante.

GUARDA CIVIL:
Cap. Antônio Pantaleão Neto, comandante.

AMAZONAS

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Álvaro Botelho Maia.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Rui Araújo, secretário.

CÔRTE DE APELAÇÃO:
Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro, presidente.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Antônio de Oliveira Lima, chefe.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Leopoldo Peres, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Dr. Temístocles Pinheiro Gadelha, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Júlio Benevides Uchôa, diretor.

DIRETORIA DO ARQUIVO, BIBLIOTECA E IMPRENSA PÚBLICA:
José Luiz de Araújo Neto, diretor.

DIRETORIA DO COLÉGIO AMAZONENSE:
Prof. José Rocha de Machado e Silva, diretor.

DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA:
Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, diretor.

DIRETORIA DO INSTITÚTO DE EDUCAÇÃO:
Prof.ª Eunice Serrano Teles de Sousa, diretora.

FÔRÇA POLICIAL:
Tte.-Cel. João Gentil Barbato, comandante.

INSPETORIA DAS RENDAS MUNICIPAIS:
Homero de Miranda Leão, inspetor.

BAÍA

Interventoria

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Bda. Renato Onofre Pinto Aleixo.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:
Bel. João da Costa Pinto Dantas Júnior.

ASSISTÊNCIA MILITAR:
Major Maurino Cesimbra Tavares.

CONSELHO ADMINISTRATIVO (Pres.):
Eng. Civil Arnaldo Pimenta da Cunha.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO (Dir-interino):
Bel. Joaquim Artur Pedreira Franco.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA ESTATÍSTICA (Dir.):
Bel. Afrânio de Carvalho.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (Dir.):
Bel. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt.

Secretaria do Interior e Justiça

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Bel. Artur César Berenguer.

PROCURADOR GERAL DO ESTADO:
Bel. Epaminondas Berbert de Castro.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Pres.):
Bel. EUVALDO LUZ.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Secretário):
Bel. Lafaiete Pereira Guimarães.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO (S.I.):
Bel. Ademar Correia de Meneses.

ARQUIVO PÚBLICO (Dir.):
Bel. Alfredo Vieira Pimentel.

JUNTA COMERCIAL (Dir. Sec.):
Bel. César Prisco Paraíso.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E REFORMA (Dir.):
Bel. Édison Tenório de Albuquerque.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES (Dir.):
Bel. Tarcilo Vieira de Melo.

IMPRENSA OFICIAL (Dir.):
Bel. Afonso Rui de Sousa.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO (Dir.):
Bel. Sebastião Alfredo Ramos.

Secretaria de Educação e Saúde

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Aristides Novis.

DIRETOR DO GABINETE (Educação):
Álvaro Coelho Moreira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (Dir.):
Bel. Álvaro Augusto da Silva.

INSTITUTO NORMAL DA BAÍA (Dir.):
Eng. civil Solon Nélson de Sousa Guimarães.

COLÉGIO ESTADUAL DA BAÍA (Dir.):
Bel. Francisco da Conceição Meneses.

INSPETORIA DE MUSEU E MONUMENTOS (Insp).:
Bel. José Prado Valadares.

BIBLIOTECA PÚBLICA (Dir.):
Bel. Osvaldo Imbassaí da Silva.

ESCOLA POLITÉCNICA DA BAÍA (Dir.):
Eng. civil Arquimedes Pereira Guimarães.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE (Dir.):
Dr. Luiz Lessa.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA (Dir.):
Dr. José de Oliveira Guimarães.

HOSPITAL COUTO MAIA (Dir.):
Dr. Antônio de Assis Coelho Borges.

INSTITUTO OSVALDO CRUZ (Dir.):
Dr. Agenor Meireles.

SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO (Dir.):
Dr. Matias Mariani Bittencourt.

HOSPITAL JULIANO MOREIRA (Dir.):
Dr. João Inácio de Mendonça.

HOSPITAL SANTA TERESINHA (Dir.):
Dr. César de Araújo.

LEPROSÁRIO RODRIGUES DE MENESES (Dir.):
Dr. Francisco Mendonça.

DIVISÃO DE SAÚDE (Dir.):
Dr. Álvaro Franca Rocha.

ASSISTÊNCIA SOCIAL (Dir.):
Dr. Colombo Moreira Espínola.

Secretaria de Segurança Pública

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Major Hoche Pulquério.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (Dir.):
Dr. Egas Moniz de Aragão.

DEPARTAMENTO CENTRAL ADMINISTRATIVO (Dir.):
Bel. Nélson de Almeida Pinto.

DELEGADO AUXILIAR:
Bel. Antônio Pereira de Matos.

DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL:
Bel. Almir B. Pinto.

INSPETOR DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Bel. Mário José Cardoso.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA:
Dr. Pedro Augusto de Melo.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO:
Eng. civil Armando Carneiro da Rocha.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL (N. Rodrigues):
Dr. Estácio Valente de Lima.

COMANDANTE DA FÔRÇA POLICIAL:
Cel. Armindo Vilaça.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Farmacêutico Francisco Ribeiro Gonçalves.

CASA DE DETENÇÃO (Dir.):
Bel. Leopoldo Braga.

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA I.C.:
Agr. Paulo Campos Pôrto.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO:
Hermógenes Florence Drummond.

ESCOLA DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA (Dir.):
Agr. José Carlos Ribeiro.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL (Dir.):
Agr. Nuno Dias Tavares.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL (Dir.):
Agr. Francisco Veloso Pondé.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E PROTEÇÃO À NATUREZA (Dir.):
Eng. civil Alfredo de Amorim Coelho.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (Dir.):
Eng. civil Lauro de Andrade Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Agr. Valdiki Cardoso Moura.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Dir.):
Agr. Antônio Nonato Marques.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

SECRETÁRIO DA VIAÇÃO E O. PÚBLICAS:
Eng. civil Osvaldo César Rios.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO:
Eng. civil Mário Tarquínio.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO:
Eng. civil Celso Tôrres.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM (Dir.):
Eng. civil Edmundo da Silva Visco.

DEPARTAMENTO DOS SERV. INDUSTRIALIZADOS:
Eng. civil Carlos Kock de Carvalho.

SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTOS (Super.):
Eng. civil Emile Tournillon.

NAVEGAÇÃO BAÏANA (Super.):
Eng. civil Humberto Pacheco de Miranda.

ESTRADA DE FERRO DE NAZARÉ (Super.):
Eng. civil Manuel Cosme Coelho Borges.

NAVEGAÇÃO BAÏANA DO SÃO FRANCISCO (Super.):
Eng. civil Jorge de Lacerda Kelsch.

Secretaria da Fazenda

SECRETÁRIO DA FAZENDA:
Bel. Guilherme C. da Rocha Marback.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO (Dir.):
Bel. Sylvio Leal Pereira da Rocha.

PROCURADOR FISCAL:
Bel. Carlos Marback de Andrade.

DIRETORIA DA RECEITA (Dir.):
Euclides Lamartine Pereira Caldas.

RECEBEDORIA DAS RENDAS (Dir.):
Farmaceutico Rodolfo Araújo Doréa.

DIRETORIA DA DESPESA (Dir.):
Luiz Soares Rosado.

INSPETORIA FISCAL DAS RENDAS:
Bel. Oscar de Cerqueira Falcão.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
João Ursecino de Figueiredo.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS (Dir.):
Eng. civil João da Mata Barros.

TESOURARIA GERAL:
Tancredo Tourinho.

Repartições Federais

DOMÍNIO DA UNIÃO (Chefe):
Eng. Odilon Franco Sobrinho.

ALFÂNDEGA DA BAÍA (Inspetor):
João Augusto Ataíde.

DELEGADO FISCAL:
Dr. Elpídio Boa Morte Filho.

CORREIOS E TELÉGRAFOS (Diretor):
Dr. Franklin Augusto Ramos.

CAIXA ECONÔMICA (Pres.):
Agr. João Moreira da Rocha.

DELEGADO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO:
Dr. Antônio Domingues Uchoa.

INSPETORIA DE SÊCAS (Chefe Com.):
Eng. civil Reinaldo Silva Lima.

FISCALIZAÇÃO DO PÔRTO DA BAÍA:
Eng. civil Luiz Teixeira de Carvalho.

INSP. DEFESA SANITÁRIA VEGETAL:
Agr. Pedro da Silva Lopes.

INSP. DEFESA SANITÁRIA ANIMAL:
Dr. Aloísio Lobato Vale.

SERVIÇO NACIONAL DA FEBRE AMARELA (D.R.):
Dr. Frederico Acker.

INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS:
Dr. Mário Larmo Cantição.

VIAÇÃO FÉRREA LESTE BRASILEIRO (Dir.):
Eng. civil Lauro Farani de Freitas.

CAPITANIA DOS PORTOS:
Cap. Frag. Luiz Bezerra Cavalcante.

COMANDANTE NAVAL DE LESTE:
Almte. Alberto Lemos Basto.

INSPETORIA AGRÍCOLA DA 4.ª REGIÃO:
Agr. Liberalino Sales Gadelha.

COMANDANTE DA 6.ª REGIÃO MILITAR:
Gal. Dermeval Peixoto.

CEARÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Francisco Menezes Pimentel.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Rui de Almeida Monte, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Martins Rodrigues, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Antônio Manuel de Andrade Furtado, secretário.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Cap. José Barros de Campos Góis, secretário.

DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Renato Braga, diretor.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Manuel Pio de Farias, diretor.

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA:
Dr. Antônio Catunda de Sabóia, diretor.

DIRETORIA GERAL DO TESOURO:
Dr. Mozart Catunda Gondim, diretor.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Eduardo Eleri Barreira, diretor.

DEPARTAMENTO DE CENSURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA:
Dr. Fran Martins, diretor.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA:
Dr. Ramir Valente, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Pe. José Bruno Teixeira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Tomaz Gomes da Silva, diretor.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DA RECEBEDORIA:
Dr. José Eduardo Espínola, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hider Correia Lima, diretor.

IMPRENSA OFICIAL:
Alfeu Faria de Aboim, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
José Cândido Cavalcante Filho, presidente.

POLÍCIA MILITAR:
Dr. Manuel Cordeiro Neto, Comte. geral.

ESPÍRITO SANTO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Jones dos Santos Neves.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Moacir Ubirajara, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Osvaldo Cruz Guimarães, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Américo Coelho, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Placidino Passos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Armando Rabelo, diretor.

DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA:
Dr. Enrico I. A. Ruschi, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Jaime dos Santos Neves, diretor.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Paulo Tarso Veloso, chefe.

DIRETORIA DA CONSTRUÇÃO DO PÔRTO:
Dr. Eumenes Peixoto Guimarães, diretor.

DIRETORIA DA ESTRADA DE FERRO DE ITAPEMIRIM:
Dr. J. A. Neto Souto, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO:
Dr. Napoleão Fontenele da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS CIVÍS:
Dr. Hermes Carneiro, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS NO NORTE DO ESTADO:
Dr. Dido Fontes de Faria Brito, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS:
Edgar Ribeiro de Sousa, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Dr. Manuel de Passos Barros, diretor.

SUPERINTENDÊNCIA DO PÔRTO DE VITÓRIA:
Dr. José Tarquínio da Silva, superintendente.

GOIAZ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Teixeira Álvares Jr., secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Dário Délio Cardoso, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Colemar Natal e Silva, procurador geral.

DIRETORIA GERAL DO D.S.P.:
Odorico Costa, diretor.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO:
Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, diretor.

DIRETORIA GERAL DE FAZENDA:
Dr. José Ludovico de Almeida, diretor.

DIRETORIA GERAL DE POLÍCIA E TRÂNSITO:
Dr. Eurico Viana, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE:
Dr. José Magalhães da Silveira, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Antônio de Queiroz Barreto, chefe.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Antônio Juruena Di Guimarães, diretor.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E CADASTRO IMOBILIÁRIO:
Dr. Humberto Ludovico de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Joaquim Câmara Filho, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Abel Soares de Castro, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO PESSOAL:
Hildebrando Veloso do Carmo, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO MATERIAL:
Nicanor Brasil Gordo, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Garibaldi Teixeira, diretor.

DIRETORIA DO ESCRITÓRIO DE VIAÇÃO E TERRAS:
Dr. Solon Édison de Almeida.

MARANHÃO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Secretário Geral: Dr. Albuquerque Alencar.

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Diretor: José dos Santos Carvalho.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Presidente: Dr. Djalma Caldas Marques.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTABILIDADE:
Diretor: Cássio Reis Costa.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Diretor: Eduardo de Pinho Castro.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Dr. Emiliano Macieira.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Diretor Geral: Antônio Jaber.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Diretor: Djalma Fortuna.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Diretor: José de Ribamar Pinheiro.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Diretor: Dr. Iberê Rodrigues da Cunha.

DIRETORIA DA FAZENDA:
Diretor: Dr. Clodoaldo Cardoso.

DIRETORIA DE FOMENTO AGRÍCOLA:
Diretor: Dr. Jaime de Brito.

DIRETORIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:
Diretor: Dr. Cesário Veras.

DIRETORIA GERAL DA INTRUÇÃO PÚBLICA:
Diretor: Prof. Luiz Rêgo.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Procurador Geral: Dr. Édson Brandão.

MATO GROSSO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Júlio Strubing Müller.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Ponce de Arruda, secretário.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA:
Prof. Francisco Ferreira Mendes, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Lobivar Matos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hélio Ponce de Arruda, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Alexandre Ador Filho, chefe.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Manuel Soares de Campos, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Arquimedes Pereira Lima, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO:
Dr. Pedro Pais de Barros, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS:
Otávio de Vasconcelos Neves, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO:
Cel. Antônio Antero Pais de Barros, diretor.

REPARTIÇÃO DE LUZ E ÁGUA:
Dr. Alberto Aloísio Ador, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Máximo Leví, comte. geral.

MINAS GERAIS

GOVERNADOR:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Lucas Lopes, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Cristiano Monteiro Machado, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Francisco Balbino Noronha de Almeida, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Ovídio Xavier de Abreu, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Dermeval José Pimenta.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Ciro Versiani dos Anjos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Hildebrando Clarck, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Luiz Martins Soares, chefe.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Olinto Fonseca Filho, diretor:

DIRETORIA DA RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO:
Eng. Demerval Pimenta, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. José Alves de Castilho Júnior, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Alvino Alvim de Meneses, comandante.

PARÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
João Guilherme Lameira Bittencourt, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Bianor Penalber, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Prof. Temístocles Santana Marques, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Adelino de Vasconcelos, diretor.

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS:
Dr. Homero Cunha, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Eusébio de Matos Cardoso, solicitador.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Amintor Virgolino Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antônio Teixeira Gueiros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS, TERRAS E AGRICULTURA:
Dr. Antônio Ferreira Celso, diretor.

SERVIÇO DE AGRICULTURA:
Dr. José Hermógenes Barras, diretor.

SERVIÇO DE ÁGUAS:
Dr. Artur Seixas, diretor.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Orlando Guilhon, diretor.

SERVIÇO DE CADASTRO RURAL:
Augusto B. de Araújo.

SERVIÇO DE OBRAS:
Antônio Gomes de Meneses, diretor.

SERVIÇO DE TERRAS:
Dr. Bertino Barbosa Lima, diretor.

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Osvaldo Viana, diretor.

MATADOURO DO MAGUARÍ:
João B. de Araújo, diretor.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Dr. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Augusto Matos Pereira, presidente.

POLÍCIA MILITAR:
Cap. João Augusto da Costa, comte.

PARAÍBA

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Rui Carneiro.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. João Henriques da Silva, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Miguel Falcão de Alves, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Samuel Vital Duarte, secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Flodoardo da Silveira, presidente.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Severino Lucena, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RÁDIO-DIFUSÃO:
Dr. Abelardo Jurema, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Sigesmundo Costa, diretor.

DEPARTAMENTO DE MUNICIPALIDADES:
Dr. Cláudio Oscar Soares, diretor.
Interinamente: Eduardo Costa.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. José Semeão Leal, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Janduí Carneiro, diretor.
Interinamente: Dr. Plínio Espínola.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Manuel Ribeiro de Morais, chefe.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Orlando Almeida, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. João Henriques da Silva, diretor.
Interinamente: Dr. Evandro Ribeiro.

DIRETORIA DO TESOURO:
Dr. J. de Santos Coelho, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Refarim Rodrigues Martinez, diretor.

IMPRENSA OFICIAL — "A União":
Ascendino Leite, diretor.

SERVIÇO DE ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Ernani Batista, chefe.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA:
Joaquim Santiago, chefe.

JUNTA COMERCIAL:
João Celso Peixoto de Vasconcelos, presidente.

ESCOLA DE AGRONOMIA DE AREIA:
Dr. J. Moreira de Melo, diretor.

POLÍCIA MILITAR:
Cel. Elias Fernandes, comandante.

PARANÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Manuel Ribas.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. João de Oliveira Franco, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Capitão Fernando Flores, secretário.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA:
Dr. Ângelo Lopes, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. Agrônomo Sandoval Ribas, diretor.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS:
Eng. Odilon Mäder, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Lauro Schleder, diretor.

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE, PROTOCOLO GERAL E CONTADORIA:
Túlio de Sá Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Abílio Peixoto, diretor.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Eng. Osvaldo Lacerda, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Fausto N. Bittencourt, diretor.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO DE TRÂNSITO:
Arí Correia Lima, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Amaurí Ataíde, diretor.

INSTITUTO DE BIOLOGIA:
Dr. Marcos Enriete, diretor.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Dr. Carlos Mafra Pedroso, diretor.

DIRETORIA DA DESPESA FIXA:
Hairton da Silva Pereira, diretor.

DIRETORIA DA RECEITA:
Leandro Dacheux do Nascimento Filho, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO E PAGADORIA:
José Macedo Sobrinho, diretor.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE PARANAGUÁ:
Eng. Raul Macedo, superintendente.

ALMOXARIFADO GERAL DO ESTADO:
Rosalino Azambuja Fernandes, diretor.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO:
José de Barros Fonseca, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Frederico Faria de Oliveira, secretário.

SERVIÇO MÉDICO-LEGAL:
Dr. Alô T. Guimarães, diretor.

PERNAMBUCO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Agamenon Sérgio de Godói Magalhães.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Manuel Rodrigues Filho, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Maciel do Rêgo Monteiro, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Arnóbio Tenório, secretário.

SECRETARIA DE SEGUARNÇA PÚBLICA:
Dr. Etelvino Lins, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Gercino Malagueta Fontes, secretário.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO CÍVICA:
Cap. Roberto Pessoa, diretor.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS COOPERATIVAS:
Dr. Costa Pôrto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
D. Maria do Carmo Pinto Ribeiro, diretora.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Paulo Acioli Pimentel, diretor.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA E MUSEU:
Dr. Olímpio Costa Filho, diretor.

DIRETORA DE HIGIENE DO INTERIOR:
Dr. Lessa de Andrade, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Willy Kewin, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Renato Farias, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Djalma Almir Vanderlei, diretor.

DIRETORIA DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Milton de Pontes, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO:
Dr. Francisco de Paula Dias Fernandes, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Maurício de Abreu, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:
Dr. Barros de Lima, diretor.

INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS:
Dr. Paulo Parísio, diretor.

FÔRÇA POLICIAL:
Cel. José Arnaldo Vasconcelos.

INSPETORIA DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Dr. Renato Medeiros, diretor.

PIAUÍ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Leônidas de Castro Melo.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Osório Porfírio da Mota, secretário.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Ten.-Cel. Evilásio Gonçalves Vilanova, chefe.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Dr. Fernando Pires Leal, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. João Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Artur Passos, diretor.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Sr. Álvaro Sisifo Correia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Anísio Martins Maia, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Paulino Pinto de Barros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Raimundo de Areia Leão, diretor.

BIBLIOTECA, ARQUIVO PÚBLICO E MUSEU HISTÓRICO:
Dr. Anísio de Brito Melo, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Dr. Agenor Barbosa de Almeida, diretor.

RIO DE JANEIRO

INTERVENTOR FEDERAL:
Comte. Ernani do Amaral Peixoto.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Dr. Rubem de Campos Farrula, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Rui Buarque de Nazaré, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Sr. Valfredo Martins, secretário.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Cel. Agenor Barcelos Feio, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Major Hélio de Macedo Soares e Silva, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Ademar Lopes da Cruz, diretor.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS:
Dr. Francisco Xavier Rosemburgo, diretor.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:
Dr. Raul Quaresma de Moura, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Rubem Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA:
Eng. civil Luiz de Sousa, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Francisco Stele, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Hermes Gomes da Cunha.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Adelmo de Mendonça, diretor.

DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:
Dr. Antônio Barcelos, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E INDUSTRIAIS:
Eng. civil Carlos de Albuquerque Correia Gondim, diretor.

RIO GRANDE DO NORTE

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Antônio Fernandes Dantas.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
João Dionísio Filgueira, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Elói Castriciano de Sousa, presidente.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Ag. Odorico Ferreira de Sousa, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Prof. Severino Bezerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Anfilóquio Câmara, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Édilson Varela, diretor geral.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Gilberto Santos Moreira, diretor geral.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Oto de Brito Guerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Alferes Galdino dos Santos Lima, diretor geral.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Cap. Alexandre Moss Simões dos Reis, chefe.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
Sr. Boanerges Leitão de Almeida, diretor.

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE NATAL:
Eng. Floro Dória da Costa, diretor.

SERVIÇO ESTADUAL DO ALGODÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS:
Eng. Agro. Nilo de Albuquerque Melo, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Sr. Felinto Elísio Manso Maciel, presidente.

RIO GRANDE DO SUL

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Bda. Osvaldo Cordeiro de Faria.

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Ataliba de F. Paz.

DIRETOR GERAL:
Dr. Desidério Finamor.

DIRETOR DA DIR. DE AGRICULTURA:
Dr. Álvaro Xavier.

DIRETOR DA DIR. DE IND. E COMÉRCIO:
Dr. Clândio Osório Pereira.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO MINERAL:
Dr. Pedro Barroso.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Manuel Correia Soares.

DIRETOR DA DIR. DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Artur Ambros.

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Oscar Fontoura.

DIRETOR GERAL:
Dr. Manuel L. Borges da Fonseca.

SUB-DIRETOR GERAL:
Luiz Osório de Almeida.

DIRETOR:
Trogílio Souto de Oliveira.

DIRETOR:
José Silveira.

DIRETOR:
Dr. Eduardo Gama (adido à Sec. do Interior).

DIRETOR:
Cláudio Breno de Albuquerque.

DIRETOR:
Dr. Ladário Canabarro.

DIRETOR:
Ildefonso Thielen.

DIRETOR:
Ovídio Magalhães.

INSPETOR GERAL DE FAZENDA:
Arí Mariante.

INSPETOR GERAL DO IMPOSTO SÔBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES:
Gabriel L. Gusmão.

Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. José Coelho Pereira de Sousa.

Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas

SECRETÁRIA DE ESTADO:
Dr. Antônio da Rocha Meireles Leite.

DIRETORIA DA VIAÇÃO FLUVIAL:
Benno Hofmann, diretor.

DIRETORIA DE ELETRICIDADE E FÔRÇAS HIDRÁULICAS:
Mário Lanes Cunha, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS:
Ciro M. da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS DO PÔRTO E BARRA DO RIO GRANDE:
Fernando Duprat da Silva, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO E URBANISMO:
Antônio de Siqueira, diretor.

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Miguel Toestes.

INTERIOR:
Dr. Joaquim Guerreiro Chaves, Diretor da Diretoria do Interior e da Justiça.
Atos Damasceno Ferreira, Idem, da Diretoria do Expediente.
Carlos Augusto Mennet, Idem, da Diretoria do Pessoal.
Aristóteles Paz, Idem, da Diretoria da Despesa e Material.

EDUCAÇÃO:
Dr. Caio Brandão de Melo, Diretor Geral.
Pedro Ivo da Cunha, Diretor da Diretoria do Pessoal e Expediente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E NORMAL:
Olga Acauã Gayer, Diretora.
Nei de Almeida Brito, Diretor da Secção Administrativa.
Marieta Cunha Silva, Diretora da Secção Técnica.

Ernesto Pelanda, Diretor de Estatística Educacional.
Dr. Emílio Kemp, Chefe do Museu Júlio de Castilhos.
Reinaldo Moura, Idem, da Biblioteca Pública.
Dante Barone, Secretário do Teatro São Pedro.
Dr. Jorge Felizardo, Superintendência do Ensino Profissional.
Dr. Ubaldino Moura, Idem, do Ensino Secundário.

UNIVERSIDADE DE PÔRTO ALEGRE:
Dr. Edgar Schneider, Reitor.
Dr. Perí Diniz, Secretário Geral.
Dr. Egídio Ferreira Pais, Faculdade de Direito.
Dr. Egydio Hervé — Escola de Engenharia.
Dr. Gaspar Dilermano Uchoa, Escola de Agronomia e Veterinária.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE:
Dr. José Bonifácio P. da Costa, Diretor Geral.
Dr. Cristiano Frederico Buys, Diretor da Divisão Técnica, efetivo. (Afastado em virtude de comissionamento em serviço do govêrno federal).
Dr. Felicíssimo Difini, Diretor técnico, interino e diretor da Divisão Administrativa, efetivo.
Dr. Francisco Salzano, Médico Assistente, efetivo, e diretor da Assistência Médico-Social, digo: diretor-administrativo, interino.
Dr. Alvorino Mércio Xavier, Diretor da Assistência Médico-Social, interino, em comissão.
Dr. Jandir Maia Faillace, Diretor dos Serviços de Laboratórios de Saúde, efetivo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Mem de Sá, diretor.

SANTA CATARINA

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Müllen da Silveira. presidente.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. Virgílio Gualberto, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Gustavo Neves, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Heitor Blum, diretor.

Secretaria da Fazenda

SECRETÁRIO:
Dr. Altamiro Guimarães.

CONTADORIA GERAL DE ESTADO:
Dr. Orlando Brasil, diretor.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:
Dr. Eduardo Nicollichy.

TESOURO DO ESTADO:
Dr. Otávio de Oliveira, diretor.

Secretaria de Justiça, Saúde e Educação

SECRETÁRIO:
Dr. Ivo d'Aquino,

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Dr. Carlos da Costa Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Elpídio Barbosa, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Vinícius Wagner, diretor.

DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Arí Mafra, diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:
Dr. Edelvito C. de Araújo, diretor.

Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura

SECRETÁRIO:
Dr. Artur Costa Filho.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. César Seára, diretor.

DIRETORIA DE ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Afonso Veiga, diretor.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGENS:
Dr. Anes Gualberto, diretor.

DIRETORIA DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Fausto Luz, diretor.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E TERRAS:
Dr. José N. Born, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Udo Deeke. diretor.

Secretaria de Segurança Pública

SECRETÁRIO:
Cap. Antônio de Mourão Ratton.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL:
Cap. Antônio de Lara Ribas.

FÔRÇA POLICIAL DO ESTADO:
Cmt. Ten. Cel. Cantídio Quintino Regis.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E MÉDICO-LEGAL:
Dr. Fernando Wendhausenn.

SÃO PAULO

Interventoria federal

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Fernando Costa.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:
Dr. Nélson Luiz do Rêgo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. Djalma Forjaz, Diretor geral.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Augusto Brant de Carvalho.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA POLICIAL:
Dr. Joaquim da Silva Prado.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Gabriel Monteiro da Silva, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Professor Cândido Mota Filho, Diretor geral.

DIVISÃO DE IMPRENSA E PROPAGANDA E RÁDIO-DIFUSÃO:
Comendador Alfredo Mário Guastini.

DIVISÃO DE TURISMO E DIVERSÕES PÚBLICAS:
Dr. Ariovaldo Teles de Meneses.

SERVIÇO DE CENSURA E PUBLICIDADE SANITÁRIA:
Professor João Batista Rocha Correia.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. Américo Portugal Gouveia. Diretor geral.

COMISSÃO ESTADUAL DO GASOGÊNIO:
Dr. João Luiz Meiller.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Dr. Godofredo T. da Silva Teles (Presidente).

Secretaria da Justiça e Negócios do Interior

SECRETÁRIO:
Dr. Abelardc Vergueiro César.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Manuel Carlos Figueiredo Ferraz, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Benedito da Costa Neto.

DEPARTAMENTO DOS PRESÍDIOS DO ESTADO:
Professor Flamínio Favero, Diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:
Henrique de Sousa Queiroz Méier.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:
Dr. Corí Gomes de Amorim, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO:
Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro.

PROCURADORIA JUDICIAL DO ESTADO:
Dr. Dario Sebastião Oliveira Ribeiro.

PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO E CADASTRO DO ESTADO:
Dr. Messias Junqueira, substituto.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:
Dr. Orlando Almeida Prado.

Secretaria da Segurança Pública

SECRETÁRIO:
o da Saúde, respondendo pelo expediente.

DIRETOR GERAL:
Dr. Alfredo Issa Assaly.

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES:
Dr. Francisco de Assis Carvalho Franco.

DIRETORIA DO SERVIÇO DO TRANSITO:
Dr. Aguinaldo de Góis.

Secretaria da Educação e Saúde Pública

SECRETÁRIO:
Teotônio Monteiro de Barros Filho.

DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRA:
Dr. Sales Gomes Júnior.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS:
Dr. Pedro Augusto da Silva.

INSTITUTO BUTANTÃ:
Dr. Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca.

SERVIÇO DE MEDICINA SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Dr. João Pereira Pinto.

INSTITUTO DE HIGIENE:
Dr. Geraldo H. de Paula Sousa.

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO:
Dr. Alípio Leme de Oliveira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
Cap. Sílvio Magalhães Padilha.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Israel Alves dos Santos.

ENSINO PROFISSIONAL:
Prof. Horácio Augusto da Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:
Reitor, Jorge Americano.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO:
Dr. Samuel B. Pessoa.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:
Dr. Joaquim Carvalho Parreiras.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:
José Maria Reys.

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO:
Dr. Paulo de Lima Correia.

DIRETOR GERAL:
Dr. José de Paiva Castro.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:
Edmundo Rodrigues Jordão.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:
Vítor de Carvalho.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:
Darcy Bloem.

DIRETORIA DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA:
Dr. Cristóvão Bezerra Dantas.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Teodureto Leite de Almeida Camargo.

DIVISÃO DE ENGENHARIA RURAL:
Dr. Antenor Pinto da Silveira, Engenheiro chefe.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Plínio Pompeu Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DA AGRICULTURA:
Dr. Henrique da Rocha Lima.

SERVIÇO FLORESTAL:
Dr. José de Camargo Cabral.

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA:
Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto.

INSTITUTO DE BOTÂNICA:
Dr. Frederico Carlos Hoehne.

SERVIÇO DE SERICICULTURA:
Dr. Mário Garnero.

SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:
Dr. Clóvis de Morais Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Otacílio Tomanik.

ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA "JOSÉ BONIFÁCIO":
Dr. Jaime de Andrade Algodoal.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO:
Dr. Valdemar Lefèvre.

Secretaria da Viação e Obras Públicas

SECRETÁRIO:
Dr. Luiz Anhaia Melo.

DIRETORIA GERAL:
Dr. Francisco Gayotto.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:
Silas Botelho.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Manuel Grilo Neto.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Francisco José Longo.

INSPETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:
Otávio Ferraz Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Ariovaldo Viana.

REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DA CAPITAL:
Plínio Penteado Whitaker.

Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado

SECRETÁRIO:
Dr. Coriolano de Araújo Góis.

DIRETOR GERAL:
Américo Portugal Gouveia (Em comissão no Departamento do Serviço Público).
Substituto: Lupércio Chagas.
Sub-Diretor Geral: Lupércio Chagas.
Substituto: Oto Fonseca.

DIRETOR ADMINISTRATIVO:
José Marcos dos Santos.

DIRETORIA DE CAIXAS ECONÔMICAS:
Dr. Hugo de Andrade Só.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS:
Dona Erotides Luz.

DEPARTAMENTO DA RECEITA:
Dr. Bernardo Freire Viana.

DEPARTAMENTO DA DESPESA:
Sílvio Whitaker Leite Penteado.

DEPARTAMENTO DE CAIXAS, VALORES E CONTAS:
Amintas Carvalho Macedo.

PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO:
Dr. Raul Romeu Loureiro.

CONTADORIA CENTRAL DO ESTADO:
Professor Francisco Dauria.

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS:
Artur Diederichsen.

DIVISÃO DO PESSOAL:
Eurico Mendes (Substituto).

SERGIPE

INTERVENTOR FEDERAL:
Cel. Augusto Maynard Gomes.

SECRETARIA GERAL:
Dr. Francisco Leite Neto, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Fontes da Silva, presidente.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. Urbano Lima Neto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
João Carlos de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Luiz Pereira de Melo, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Francisco Moreira Sousa.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Nilson de Freitas Guimarães, diretor.

CHEFIA DA POLÍCIA:
Dr. Pedro Vieira de Matos, chefe.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Sr. Alfredo Pinto, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, consultor.

FÔRÇA POLICIAL:
Cap. Bernardino Dantas, comandante.

IMPRENSA OFICIAL:
Sr. Exupéro Monteiro, diretor.

TESOURO:
Sr. Sálvio de Oliveira, diretor.

TERRITORIO DO ACRE

GOVERNADOR:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho.

SECRETARIA:
Dr. Antenor Cavalcante, secretário.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sr. João Coelho de Miranda Fonseca, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Sr. Humberto Soares da Costa, diretor.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:
Raimundo Nobre Passos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Dr. Paulo de Carvalho Fontes, diretor.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO:
Dr. Pimentel Gomes, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Vágner Brasiliense Eleutério, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antenor Cavalcante, diretor.

*

Administração municipal (*)

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Alagoas

ÁGUA BRANCA — Miguel Tôrres Filho.
ANADIA — Jorge Pinto Dâmaso.
ARAPIRACA — Manuel de Farias Leal.
ATALAIA — Álvaro Calheiros Leite (Bel.).
CAPELA — Clódio Rodrigues de Araújo (Bel.).
CORURIPE — Augusto Gama.
IGREJA NOVA — Carlos do Vale Ferro.
LEOPOLDINO — Amadeu Aguiar.
LIMOEIRO — Luiz de Castro Fonseca.
MACEIÓ — Francisco Ábdon de Arroxelas.
MARAGOGÍ — José Jorge de Faria Sales (Bel.).
MARECHAL DEODORO — Antônio Paranhos.
MARECHAL FLORIANO — Mário de Mendonça Mendes.
MATA GRANDE — Antônio Neto de Andrade.
MURICÍ — Francisco de Paula Acioli Filho (Bel.).
PALMEIRA DOS ÍNDIOS — José Pinto de Barros.
PÃO DE AÇÚCAR — Augusto Freitas Machado.
PASSO DE CAMARAGIBE — Dr. Alfredo Costa Farias.
PENEDO — Bel. Alfredo Gáspar de Oliveira Mendonça.
PIASSABUSSÚ — Afonso Gonçalves Jaime Galvão
PILAR — Francisco de Holanda Cavalcante Filho.
PÔRTO CALVO — João Pinto de Vasconcelos.
PÔRTO DE PEDRAS — José de Morais Mendonça.
PÔRTO REAL DO COLÉGIO — Boaventura Vieira Dantas.
QUEBRANGULO — Eliseu Teixeira Cavalcante.
RIO LARGO — Venceslau José Batista (Bel.).
SANTANA DO IPANEMA — Adauto de Barros Rêgo (interino).
SÃO JOSÉ DA LAJE — Mário Guimarães (Dr.).
SÃO LUIZ DO QUITUNDE — Aurélio de Oliveira Buarque.
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — José Teixeira Neto (Dr.).
TRAIPÚ — Gonçalo Meneses Tavares.
UNIÃO — Antonino Tertuliano de A. Lins (Bel)
VIÇOSA — Dr. José Maria de Melo.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Amazonas

BARCELOS — Ris Ricardo França das Neves.
BARREIRINHA — Vicente Correia Lima.
BENJAMIM CONSTANT — Nélson Noronha.
BOA VISTA — Capitão Temístocles Henriques Trigueiro.
BÔCA DO ACRE — Atílio Nery.
BORBA — Agrônomo Oséias Martins.
CANUTAMA — Teófilo Narciso de Mesquita.
COARÍ — Cap. Alexandre Montoril.
CARAUARÍ — Alfredo Marques da Silveira.
CODAJAZ — Almir Rodrigues da Fonseca.
FONTE-BOA — Francisco Barnabé Gomes.
HUMAITÁ — Agrônomo Francisco Flúsa Lima.
ITACOATIARA — Dr. Francisco Couto Vale.
ITAPIRANGA — Perseverando da Trindade Garcia.
JOÃO PESSOA — Florentino de Almeida.
LÁBREA — João Lopes da Silva.
MAUÉS — Raimundo Gomes de Albuquerque.
MANAUS — Dr. Antovila Mourão Vieira.
MANACAPURÚ — Dr. Henock Reis.
MANICORÉ — José de Alencar Dias Pinto.
MOURA — Leônidas Pimentel.
PÔRTO VELHO — Boemundo Álvares Afonso.
PARINTINS — Cap. Pedro Ferreira de Sousa.
BÔCA DO ACRE — Atílio Cândido Neri.
SÃO PAULO DE OLIVENÇA — Alcides Raposo da Câmara.
SÃO GABRIEL — Rodolfo Lopes Gonçalves.
TEFÉ — Cleto Marques Praia.
URUCARÁ — Omar Rodrigues Bento.
URUCURITUBA — Teodoro Monteiro dos Santos.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Baía

AFONSO PENA — João Antônio Coni Filho.
ALAGOINHAS — Carlos Cunha.
ALCOBAÇA— João Garcia de Azevedo.
AMARGOSA — Dr. Raul Paranhos Dias dos Santos.
ANCHIETA — Arnulfo Soares.
ANDARAÍ — João Esteves do Socorro.
ANGICAL — Eduardo Mariani Passos.
ARATUÍPE — João Ricardo Filho, substituto interino — João da Costa Almeida Filho.
AREIA — Dr. André Lírio.
BAIXA GRANDE — Isalino de Queiroz Matos.
BARRA — Ciríaco Dias da Costa.
BARRA DA ESTIVA — Carlos Gomes Fernandes.
BARREIRAS — Alfredo Mariano Jacobina.
BELMONTE — José de Faria.
BOA NOVA — Querubim Cana Brasil.
BONFIM — José Gabriel Gonçalves Tôrres.
BOM JESÚS DA LAPA — Dr. Manuel Cícero de Magalhães.
BOM SUCESSO — Vital Xavier Gomes.
BREJÕES — Mário Meireles.
BROTAS — Nestor Rodrigues Coelho.
BRUMADO — Marcolino Risério de Moura.
CACHOEIRA — Dr. Alexandre Coelho Baía.
CACULÉ — Miguel Antônio Fernandes.
CAITETÉ — Antônio Vieira.
CAIRÚ — Ten. Durval Carneiro.
CAMAMÚ — Agnelo da Rocha Lira.
CAMASSARÍ — Eng.º Mário Beléns Pinto.
CAMPO FORMOSO — Dr. Ulisses Gonçalves da Silva
CANAVIEIRAS — Josias Teixeira.
CAPIVARÍ — José Silvany Pacheco Sampaio, substituto interino — Abelardo Sampaio Lopes.
CARAVELAS — Dr. Sócrates Ramos.
CARINHANHA — José Oliveira Lisboa.
CASA NOVA — Raimundo Santos.
CASTRO ALVES — Joaquim A. de Castro Neto.
CATÚ — Elias Medeiros.
CHIQUE-CHIQUE — Ten. Antônio Justiniano de Sousa.
CÍCERO DANTAS — Raimundo Nonato de Andrade.
CIPÓ — Eng.º Helenauro Soares Sampaio.
CONCEIÇÃO DO COITÉ — Luiz Amâncio Moreira.
CONCEIÇÃO DA FEIRA — Aristides Cardoso Filho.
CONDE — João Batista Bezerra de Almeida.
CONDEÚBA — Antônio Ferreira da Silva, substituto interino — Lucrécio Barbosa da Silva.
CONQUISTA — Dr. Luiz Regis Pacheco Pereira.
CORAÇÃO DE MARIA — Pedro de Freitas Barros.
CORRENTINA — Félix Joaquim de Araújo.
COTEGIPE — José Paraguassú Guerreiro.
CRUZ DAS ALMAS — Dr. Luiz Elói Passos.
CURAÇÁ — Raul Crispiniano Coelho.
DJALMA DUTRA — Joaquim Antônio da Rocha.
ENCRUZILHADA — Dr. Ramiro Evrágio Soeiro.

---

* Falta a indicação do Estado do Maranhão.

ENTRE RIOS — Moacir Bastos Rabelo.
ESPLANADA — Dr. Ladislau Cavalcante.
EUCLIDES DA CUNHA — José Camerino de Abreu.
FEIRA DE SANTANA — Dr. José Berbert Tavares.
GEREMOABO — Vicente de Paula Costa.
GLÓRIA — Adelino Ferreira Filho.
GUANAMBÍ — José Ferreira Costa.
ILHÉUS — Eng.º Eunápio Peltier de Queiroz.
INHAMBUPE — Dr. Manuel José de França.
IPIRÁ — José Luiz dos Santos.
IRARÁ — Pedro Veiga.
IRECÊ — Renério Justiniano Dourado.
ITABERABA — Eng.º José Dias Laranjeiras.
ITABUNA — Eng.º Francisco Ferreira da Silva.
ITACARÉ — Dr. Lodônio Ferreira da Cruz.
ITAMBÉ — Dr. Aparício Couto Moreira.
ITAPARICA — Eng.º Fernando Passos Marques.
ITAPICURÚ — Boaventura da Silva Caldas.
ITAPIRA — Agr.º Cledenor Sousa Soares.
ITAQUARA — Antônio Piton Barreto.
ITIRUSSÚ — Geir Magalhães.
ITIÚBA — Dr. Heitor de Sousa Dantas.
ITUASSÚ — Sílvio Avelino dos Anjos.
JACARACÍ — Mozart Daví.
JACOBINA — Dr. José Pinho de Freitas.
JAGUAQUARA — Everaldo de Sousa Santos.
JAGUARARÍ — Custódio Barbosa.
JAGUARIPE — Anfilóquio Barbosa Castro.
JANDAÍRA — Antônio Deoclécio Dantas.
JEQUIÉ — Eng.º Eliézer de Sousa Santos.
JEQUIRIÇÁ — Afonso Sampaio.
JUAZEIRO — Aprígio Duarte Filho.
LAJE — Dr. Samuel Novais Figueira.
LENÇÓIS — Esmeraldo Coelho Lessa.
LIVRAMENTO — Ursino Tanajura Meira.
MACAÚBAS — José Plínio do Rêgo.
MARACÁS — Sinobelino Meira da Silveira.
MARAGOGIPE — Oscar Guerreiro.
MARAÚ — Moisés Vivas (interino).
MATA DE SÃO JOÃO — Mário Veloso Moreira.
MONTE ALEGRE — Patrício Francelino da Silva.
MONTE ALTO — Sebastião Rocha.
MONTE SANTO — César Belarmino Cordeiro de Matos.
MORRO DO CHAPÉU — José Modesto de Sousa (interino).
MUCUGÊ — Antonito Pina Medrado.
MUCURÍ — Etore José Fontes Gazzinelli.
MUNDO NOVO — Dr. Adalberto de Cerqueira Campos.
MURITIBA — Dr. Valdir Almeida.
MUTUÍPE — Rodolfo Gil Rebouças.
NAZARÉ — Salatiel Edgar Ribeiro (interino).
NILO PEÇANHA — Querubim Barbosa Rocha.
OLIVEIRA DOS BREJINHOS — João Neri Santana.
PALMEIRAS — Agripino Batista da Silva.
PARAMIRIM — Dr. Aurélio Justiniano Rocha.
PARIPIRANGA — Ismael Querino da Trindade.
PILÃO ARCADO — Agesislau Gomes de Queiroz.
POÇÕES — Dr. Francisco Peixoto Júnior.
POJUCA — Antônio Mota.
POMBAL — Manuel Américo do Passo.
PÔRTO SEGURO — Dr. Manuel Ribeiro Coelho.
PRADO — Algeziro Moura.
QUEIMADAS — Antônio Nascimento dos Santos.
REMANSO — Dercílio Castelo Branco.
RIACHÃO DE JACUÍPE — Dr. João Oliveira Campos.
RIACHO DE SANTANA — Porfírio Castro.
RIO BRANCO — Alcides de Oliveira Dourado.
RIO DE CONTAS — Emiliano Ramos Cordeiro.
RIO NOVO — Dr. Agostinho Cardoso Pinheiro.
RIO PRETO — Abidiel dos Reis, substituto interino — Dorgival Nascimento.
RIO REAL — Dr. Domingos de Andrade Passo.
RUI BARBOSA — Cícero Alencar de Sousa.
SALVADOR — Eng. Elísio de Carvalho Lisboa.
SANTANA — João Alkmim.
SANTA CRUZ CABRÁLIA — Capitão José Isidro de Sousa.
SANTA INEZ — Gervásio Rocha Barbosa.
SANTA LUZIA — José Marques de Sousa.
SANTA MARIA — Bel. Clovis de Araújo Castro.
SANTARÉM — Querubim Leite.
SANTA TERESINHA — Armando Messias de Figueiredo.
SANTO AMARO — Honorato Viana de Castro.
SANTO ANTÔNIO DE JESÚS — Dr. Gorgônio Araújo.
SANTO ESTÊVÃO — Dr. Osvaldo Cerqueira da Silva.
SANTO INÁCIO — Ten. Ladislau Reis de Sousa.
SÃO FILIPE — Julindo Cristóvão de Oliveira Costa.
SÃO FÉLIX — Dr. Júlio Ramos de Almeida.
SÃO FRANCISCO — Édison Martins Peralva.
SÃO GONÇALO — Oscar Peixoto de Lacerda.
SÃO MIGUEL — Antônio dos Santos Neri.
SÃO SEBASTIÃO — Moisés Cerqueira de Oliveira.
SAÚDE — Edgar Agnelo Pereira.
SEABRA — Francisco Rodrigues da Costa.
SENTO SÉ — Antônio Nunes Sento Sé.
SERRINHA — José Vilalva Ribeiro.
SOURE — José Ferreira da Silva.
TAPEROÁ — Guilherme da Cunha Bittencourt.
TUCANO — Dr. Teotônio Martins de Almeida.
UAUÁ — Rafael da Silva Borges.
UNA — Edgar da Mata Pires.
URANDÍ — Hugolino Pereira Rodrigues.
VALENÇA — Dr. Adelino Gonçalves de Amorim.

✡

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Ceará

ACARAÚ — Raimundo Rocha.
AFONSO PENA — Celso de Castro.
AQUIRAZ — Agrício Correia Lima.
ARACATÍ — João Pôrto Caminha — licenciado.
ARACOIABA — Eduardo de Castro e Silva.
ARARIPE — José Loiola de Alencar.
ASSARÉ — Raimundo Claraval Catonho.
AURORA — Antônio Temístocles da Silveira.
BAIXIO — Luiz Bezerra da Silva.
BARBALHA — Dr. Antônio Lírio Callou.
BATURITÉ — Francisco das Chagas Tito.
BOA VIAGEM — Cap. Raimundo Ferreira do Nascimento.
BREJO SANTO — José Matias Sampaio.
CACHOEIRA — Antônio Cornélio Pinheiro Landim.
CAMOCIM — João da Silva Ramos.
CAMPO GRANDE — Dr. Antônio de Amorim Zinet.
CAMPOS SALES — José Augusto Sobrinho.
CANINDÉ — Luiz Magalhães Vieira.
CARIRÉ — Raimundo Elísio da Frota Aguiar.
CASCAVEL — Luiz Benício de Sampaio.
CEDRO — Capitão José Ponce Leão.
CRATEÚS — Antônio de Melo Rosa.
CRATO — Dr. Wilson Gonçalves.
FORTALEZA — Dr. Raimundo de Alencar Araripe.
FRADE — Raimundo Adauto Pinheiro.
GRANJA — Francisco Gonzaga de Sousa.
GUARANÍ — Renato Pessoa de Alencar.
IBIAPINA — Vicente Monte Aragão.
ICÓ — Raimundo Raul Correia Lima.
IGUATÚ — Dr. Manuel Carlos de Gouveia.
INDEPENDÊNCIA — Luiz Nogueira Mota.
IPÚ — Dr. Francisco das Chagas Pinto.
IPUEIRAS — Raul Catunda Fontenele.
ITAPIPOCA — Porfírio Lima Filho.
JAGUARIBE — Altamiro de Carvalho.
JARDIM — José Caminha de Anchieta Gondim.
JUAZEIRO — Possidônio Benn.
LAVRAS — Dr. Vicente Férrer Augusto Lima.
LIMOEIRO — Custódio Saraiva de Meneses.
MARANGUAPE — João Facundo Barbosa.
MARIA PEREIRA — Anacleto Odolino de Araújo Chaves.

MASSAPÊS — Demerval Carneiro de Vasconcelos.
MAURITÍ — José Luiz de Andrade.
MILAGRES — Aluísio Franklin do Nascimento.
MISSÃO VELHA — Raimundo Gonçalves de Lucena.
MORADA NOVA — Eduardo Girão Sobrinho.
NOVA RUSSAS — Antônio Carvalho.
PACATUBA — Francisco das Chagas Albuquerque Sousa.
PACOTÍ — Alarico Ribeiro Guimarães.
PALMA — Antônio Teles Dourado.
PEDRA BRANCA — João Lins de Sousa.
PENTECOSTE — José Ribeiro Guimarães.
PEREIRO — Humberto Queiroz.
QUIXADÁ — Elizer Forte Magalhães.
QUIXARÁ — Enoque Rodrigues.
QUIXERAMOBIM — Dr. Pedro Teles de Meneses.
REDENÇÃO — Valdemar César do Nascimento.
RUSSAS — Manuel Matoso Filho.
SABOEIRO — Manuelito Cândido dos Santos.
SANTA CRUZ — Agrípio Soares.
SANTANA — João Adeodato de Vasconcelos.
SANTANÓPOLE — Aprígio Cruz.
SANTA QUITÉRIA — Francisco de Assís Lôbo.
SÃO BENEDITO — Francisco Júlio Felizola.
SÃO FRANCISCO — Manuel Luiz da Rocha.
SÃO GONÇALO — Adelino da Cunha Alcântara.
SÃO MATEUS — Lauro Alves de Oliveira.
SÃO PEDRO — Carlos José de Morais.
SENADOR POMPEU — José Linhares de Vasconcelos.
SOBRAL — Vicente Antenor Ferreira Gomes.
SOURE — Fausto Dario Sales.
TAMBORIL — Vicente Alves do Vale.
TAUÁ — Sebastião Marques.
TIANGUÁ — Joaquim Florêncio de Sousa.
UBAJARA — José de Oliveira Vasconcelos.
UNIÃO — Adolfo Rocha.
URUBURETAMA — Júlio Costa Ribeiro.
VÁRZEA ALEGRE — Vicente Honório.
VIÇOSA — Antônio Plutarco de Lima.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Espírito Santo

AFONSO CLÁUDIO — Aderbal Galvão.
ALFREDO CHAVES — Lauro Ferreira da Silva Pinto.
ALEGRE — Messias L. de Oliveira Chaves.
ANCHIETA — Agostinho Ferreira dos Santos.
BAIXO GUANDÚ — Manuel Milagres Ferreira.
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — Fernando de Abreu.
CACHOEIRO DE SANTA LEOPOLDINA — César Müller.
CARIACICA — Álvaro Gimenez.
CASTELO — Mário Correia Lima.
COLATINA — Paulo de Vasconcelos.
CONCEIÇÃO DA BARRA — Mário Velo Silvares.
DOMINGOS MARTINS — Otaviano Santos.
ESPÍRITO SANTO — Eugênio P. de Queiroz.
FUNDÃO — Vago.
GUARAPARÍ — Celso Bastos Couto.
ICONHA — Silvan Vieira.
ITAGUASSÚ — Antônio Martinho Barbosa.
ITAPEMIRIM — Jorge Alves Brumana.
JOÃO PESSOA — Jasson Martins de Araújo.
MUNIZ FREIRE — Evandro Pires Domingues.
PAU GIGANTE — Aryton Osvaldo Bonesi.
RIO NOVO — José Braz de Mendonça.
RIO PARDO — Alfredo Antônio.
SANTA CRUZ — Antônio Luiz da Costa.
SANTA TERESA — José da Silva Rosa Bonfim.
SÃO JOÃO DO MUQUÍ — Avides Fraga.
SÃO JOSÉ DO CALÇADO — Ataulfo Virgílio Lôbo.
SÃO MATEUS — Oto de Oliveira Neves.
SERRA — Alceu Moreira Pinto Aleixo.
SIQUEIRA CAMPOS — José Horta Araújo.
VIANA — Luiz Lírio.
VITÓRIA — Américo Polí Monjardim.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Goiaz

ANÁPOLIS — J. Câmara Filho.
ANICUNS — Almir Turisco de Araújo.
ARRAIAS (Via Palma) — Beatriz Alves Rêgo.
BELA VISTA — Sebastião Lôbo.
BOA VISTA (Via Boa Vista) — Francisco da Silva Queiroz.
BONFIM — Misach Ferreira Júnior.
BURITÍ ALEGRE — Beltrão Martins Ferreira.
CALDAS NOVAS — Luiz José Pereira.
CAMPO FORMOSO — José da Costa Pereira.
CATALÃO — Dr. Francisco Balduino Santa Cruz.
CAVALCANTE (Via Formosa) — Cícero Santos Costa.
CORUMBÁ — André Gaudie F. Curado.
CORUMBAÍBA — Dr. Juvenil Amaral.
CRISTALINA — José Leão de Sousa Pereira.
DIANÓPOLIS (Via Palma) — Veríssimo Teixeira da Mata.
FORMOSA — Dr. Amaro Juvenal de Almeida.
GOIANDIRA — Ildefonso Teles.
GOIATUBA — Orlando Rodrigues Borges.
GOIÂNIA — Prof. Venerando de Freitas Borges.
GOIAZ — Prof. Divino de Oliveira.
INHUMAS — Dr. José de Aimatéi e Silva.
IPAMERÍ — Dr. Antônio R. Gomes da Frota.
ITABERAÍ — Dr. Filemon Justiniano Ribeiro.
JARAGUÁ — Antônio de Castro Ribeiro.
JATAÍ — Dr. Júlio Cunha.
MINEIROS — Pedro Arantes.
MORRINHOS — Dr. Guilherme Xavier de Almeida.
NATIVIDADE (Via Peixe) — Oscar Muniz.
PALMA (Via Palma) — André Rodrigues de Araújo.
PALMEIRAS — Dr. Floresto Scarpelli.
PARAÚNA — Epifânio José Bezerra.
PEDRO AFONSO (Via Pedro Afonso) — Pedro Tavares dos Reis.
PEIXE (Via Peixe) — Benevenuto de Queiroz.
PILAR — José Pereira Dutra.
PIRENÓPOLIS — José Augusto Curado.
PIRES DO RIO — Dr. Taciano Gomes de Melo.
PLANALTINA — Francisco Mundim Guimarães.
PONTALINA — Olivero de Mendonça Ribeiro.
PÔRTO NACIONAL (Via P. Nacional) — Osvaldo Aires da Silva.
POSSE (Via Formosa) — Dr. Arquimedes Vieira de Brito.
POUSO ALTO — Dr. Hermínio Alves de Amorim.
RIO BONITO — Dr. Plínio Gayer.
RIO VERDE — Célio Borges Leão.
SANTA MARIA DO ARAGUAIA (Via P. Afonso) — Clotário Nogueira.
SANTANA — Osvaldo Leal de Albuquerque.
SANTA LUZIA — Epaminondas Roriz.
SANTA RITA DO PARANAÍBA — Dr. José Gomes de Lira.
SÃO DOMINGOS (Via Palma) — Domingos Jacinto Pinheiro.
SÃO JOSÉ DO TOCANTINS — José Pereira Filho.
SÃO VICENTE (Via Boa Vista) — Deoclécio de Almeida Valente.
SÍTIO D'ABADIA (Via Formosa) — José Iram Guimarães.
TAGUATINGA (Via Palma) — Camilo Godinho.
BALIZA — Alfredo Carlos da Rocha.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Mato Grosso

AQUIDAUANA — Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha.

ALTO ARAGUAIA — Cacildo Hugueney.
ALTO MADEIRA — Francisco Gomes Sobrinho.
ARAGUAIANA — Elisário José de Faria.
BELA VISTA — João Antônio José Maria Caporossi.
CAMPO GRANDE — Demóstenes Martins.
CORUMBÁ — Artur Afonso Marinho.
CUIABÁ — Jaime Joaquim de Carvalho.
CÁCERES — Dr. Luiz Marques Ambrósio.
DOURADOS — Álvaro Brandão.
DIAMANTINO — Caetano Dias da Silva.
ENTRE RIOS — Oclécio de Sousa Barbosa.
GUARAJÁ-MIRIM — Dr. Carlos Rocha Leal.
HERCULÂNEA — Viriato da Cruz Bandeira.
LAJEADO — Clovis Hugueney.
LIVRAMENTO — Emiliano Monteiro da Silva.
MARACAJÚ — João Pedro Fernandes.
MIRANDA — Nagib Ourives.
MATO GROSSO — Manuel Domingues Júnior.
NIOAQUE — Antônio Francisco Xavier.
PARANAÍBA — Vladislau Garcia Gomes.
PONTA PORÃ — Lídio Lima.
PÔRTO MURTINHO — Mário Teixeira Codorniz.
POXORÉU — Luiz Coelho de Campos.
POCONÉ — Dr. Cid Nunes da Cunha.
ROSÁRIO OESTE — Manuel Loureiro.
SANTO ANTÔNIO — Acindino Pinto Duarte.
TRÊS LAGOAS — Rosário Congro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Minas Gerais

ABAETÉ — Antônio Domício Valadares Vasconcelos.
ABRE CAMPOS — Dr. Sertório de Amorim e Silva.
ÁGUAS BELAS — Bel. Josino Abrantes.
AIMORÉS — Dr. Américo Brasil Martins da Costa.
AIURUOCA — Dr. Antônio Guimarães.
ALÉM PARAÍBA — Luiz de Marca.
ALFENAS — Salomão Barroso (em comissão).
ALPINÓPOLIS — Bel. José de Carvalho Faria.
ALTO RIO DOCE — Maurino Dias do Nascimento.
ALVINÓPOLIS — Bel. Manuel de Araújo Pôrto.
ANDRADAS — Farmc. José Teixeira Magalhães.
ANDRELÂNDIA — Dr. José Gustavo Alves.
ANTÔNIO DIAS — Farmc. Valdemir de Castro.
ARAGUARÍ — Dr. José Jeová Santos.
ARARÍ — Mário Roquete.
ARASSUAÍ — Farmc. Franklin Fulgêncio Alves Pereira.
ARAXÁ — Álvaro Cardoso de Meneses.
AREADO — Dr. Joaquim Ribeiro Pereira.
ARCEBURGO — Adolfo de Sousa Caldas.
ARCOS — Dr. João Vaz Sobrinho.
ASTOLFO DUTRA — Olinto Almada.
BAEPENDÍ — Antônio Alves Ferreira.
BAMBUÍ — Farmc. Sinfrônio Tôrres.
BARBACENA — Bel. José Francisco Bias Fortes.
BARRA LONGA — Bel. Benedito Vasconcelos Lanna.
BELO HORIZONTE — Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.
BELO VALE — Joaquim Rodrigues da Silva.
BETIM — Raul Saraiva Ribeiro (em comissão).
BIAS FORTES — Bel. Carlos Frederico Lacerda de Araújo César.
BICAS — Geraldo Mosqueira Machado (em comissão).
BOA ESPERANÇA — Dr. Joaquim Vilela.
BOCAIUVA — João Procópio de Carvalho.
BOM DESPACHO — Farmc. Flávio Xavier Lopes Cansado Filho.
BOM JARDIM — Américo Ferreira Pena.
BORDA DA MATA — Raul de Andrade Cobra.
BOM SUCESSO — José Vanderlei Lara.
BONFIM — Emílio Curtiss Lima.
BOTELHOS — Dr. César Monerat Lutterbach.
BRASÍLIA — Manuel Gonçalves Passos.
BRAZÓPOLIS — Dr. Ataliba de Morais.
BRUMADINHO — Dr. Mário Albergaria Santos.
BUENO BRANDÃO — Bel. Roberto Iemini F.º.
BUENÓPOLIS — Herculino França (em comissão).
CABO VERDE — Álvaro Brasiliense Fernandes.
CACHOEIRAS — Domiciano Machado Homem.
CAETÉ — José Nunes Melo Júnior.
CAMANDUCAIA — Benedito Silva Santos.
CAMBUÍ — José Francisco Nascimento (em comissão).
CAMBUQUIRA — Dr. José Ribeiro Laje.
CAMPANHA — Dr. Manuel Valadão.
CAMPESTRE — Benedito Jorge (interino).
CAMPINA VERDE — Dr. Nicodemos de Macedo.
CAMPO BELO — Dr. Antônio de Bastos Garcia (interino).
CAMPO FORMOSO — Dr. Vicente Ribeiro do Vale.
CAMPOS GERAIS — Farmc. Jorge de Paula Meinberg.
CANDEIAS — Dr. Zoroastro Marques da Silva.
CAPELINHA — Jacinto José Ribeiro.
CAPETINGA — José do Nascimento Pimenta.
CARANDAÍ — Dr. Abeilard Rodrigues Pereira Filho.
CARANGOLA — Dr. Valdemar Soares — substituto Dr. Valdemar de Oliveira Resende.
CARATINGA — Bel. José Augusto Ferreira Filho.
CARLOS CHAGAS — Álvaro Faria Vieira.
CARMO DA CACHOEIRA — Farmc. Amintas de Oliveira Vilela.
CARMO DA MATA — Joaquim Afonso Rodrigues.
CARMO DO PARANAÍBA — Farmc. Misael Luiz de Carvalho.
CARMO DO RIO CLARO — Dr. Casimiro de Sena Madureira.
CÁSSIA — Dr. Luciano de Melo Batista.
CATAGUASES — Dr. Joaquim Martins da Costa Cruz.
CAXAMBÚ — Bel. Renato Maurício Silva (em comissão).
CLÁUDIO — Farmc. Custódio Costa.
CONCEIÇÃO — Raul de Almeida Costa.
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS — Antônio Nassif Mizziara.
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE — Pedro Magalhães Carneiro.
CONGONHAS DO CAMPO — Dr. Alberto Teixeira dos Santos F.º.
CONQUISTA — Carício Borges.
CONSELHEIRO LAFAIETE — Dr. Mário Rodrigues Pereira.
CONSELHEIRO PENA — Dr. Sebastião Anastácio de Paula.
CORAÇÃO DE JESÚS — Caetano Gonçalves de Macedo.
CORDISBURGO — Dr. José Maria Gordiano dos Santos.
CORINTO — Altino de Matos Filho.
COROMANDEL — Dr. Ermiro Rodrigues Pereira.
CRISTINA — Bel. José de Resende Ferraz.
CURVELO — Eng.º Viriato Mascarenhas Gonzaga (interino).
DELFIM MOREIRA — Joaquim Honório de Melo.
DELFINÓPOLIS — Manuel Leite Lemos.
DIAMANTINA — Bel. Luiz Kubitschek Figueiredo.
DIVINO — Dr. Júlio Alves de Sousa.
DIVINÓPOLIS — Bel. Antônio Gonçalves de Matos.
DIVISA NOVA — Farmc. Lázaro Magalhães Rabelo.
DOM JOAQUIM — Valdemar Teixeira.
DOM SILVÉRIO — Farmc. Antônio Nunes Pinheiro Sobrinho.
DORES DE CAMPOS — Ildefonso Augusto da Silva.
DORES DO INDAIÁ — Cornélio Caetano da Silva Guimarães.
ELÓI MENDES — João Batista Ximenes.
ERVAL — Paulo Vieira de Vasconcelos.

ESPERA FELIZ — Joaquim Cabral.
ESPINOSA — José Cangussú.
ESTRÊLA DO SUL — Lírio do Vale Brasileiro.
EXTREMA — Farmc. Olinto Soares.
FERROS — Dr. Júlio de Alvarenga Drumond.
FORMIGA — Carlos Camarão.
FORTALEZA — João de Almeida.
FRANCISCO SÁ — Sr. Antônio Tenório.
FRANCISCO SALES — Dr. José Penha Vilela.
FRUTAL — Dr. Sandoval Henrique de Sá.
GIMIRIM — José Bartolomeu de Oliveira.
GLÓRIA — Cel. Teodoro Pereira do Vale.
GOVERNADOR VALADARES — Eng.º Moacir Paleta de Cerqueira Laje (em comissão).
GRÃO MOGOL — Bel. Lauro Pires de Carvalho (Bel. Antônio Tenório — interino).
GUANHÃES — Jovino de Barros.
GUAPÉ — José Cândido dos Passos Maia.
GUARANÉSIA — Dr. Sílvio Gonçalves.
GUARANÍ — Oscar Alves Vieira.
GUARARÁ — Bertoldo Garcia Machado.
GUAXUPÉ — Bel. Antônio Costa Monteiro.
GUIA LOPES — Vicente Rafael Picardi.
GUIRICEMA — Luiz Coutinho.
IBIRACÍ — Timóteo Joaquim de Andrade.
IBIÁ — Dr. Getúlio Portela (em comissão).
INDIANÓPOLIS — Dr. Geraldo Cardoso de Miranda.
INHAPIM — Dr. Guilhermino de Oliveira.
IPANEMA — Dr. Cornélio da Silva Araújo.
ITABIRITO — Dr. José Raimundo Soares Silva.
ITAJUBÁ — Alcides Faria.
ITAMBACURÍ — Bel. Ademar Dias Duarte.
ITAMARANDIBA — Jonas Câmara.
ITAMONTE — Dr. Arlindo Carneiro Pinto.
ITANHANDÚ — Dr. Delfim Pinho Filho.
ITAPECERICA — Dr. Flávio de Oliveira Morais.
ITAÚNA — Dr. Lincoln Nogueira Machado.
ITUIUTABA — Bel. Jaime Veloso Meinberg.
JABOTICATUBAS — João B. Santos Viana.
JACUÍ — João Alves de Vasconcelos (interino).
JACUTINGA — Floriano Sareti.
JANUÁRIA — Sisenando de Oliveira Itabaiana.
JEQUERÍ — Dr. Artur Damásio, licenciado — Dr. Amador Ubaldo Ribeiro — (em comissão).
JEQUITINHONHA — Bel. Hildebrando Martins da Silva.
JOÃO PINHEIRO — Antônio Pereira de Andrade.
JOÃO RIBEIRO — Dr. Américo Cirilo (em comissão).
JUIZ DE FORA — José Celso Valadares Pinto.
LAJINHA — Eurico Machado de Oliveira.
LAGOA DA PRATA — Paulo Fernandes Lobato.
LAGOA DOURADA — Ernesto Resende.
LAGOA SANTA — Dr. Lindouro Avelar.
LARANJAL — Leandro Afonso Rodrigues.
LAMBARÍ — Dr. João Lisboa Júnior.
LAVRAS — Dr. Jacinto Escorza.
LEOPOLDINA — Francisco de Andrade Bastos.
LIMA DUARTE — Nominato de Paiva Duque.
LIBERDADE — Dr. Pitágoras Barbosa Lima (em comissço, subst. José Romano Filho).
LUZ — Alexandre S. de Oliveira Du.
MACHADO — João Vieira da Silva.
MALACACHETA — José Abrantes Reis.
MANGA — Domiciano Pastor Filho — substituto Anfrísio Lima.
MANHUASSÚ — Bel. José Feres.
MAR DE ESPANHA — Ademar Martins.
MANHUMIRIM — Manuel Nunes da Rosa.
MARIANA — Dr. Josafá Macedo — substituto Dr. Celso Arinos Mota.
MARIA DA FÉ — Dr. José Zaroni, substituto.
MARTINHO CAMPOS — Dr. Olavo Alves Pinto.
MATEUS LEME — Miguel Alves de Andrade.
MATIAS BARBOSA — Olívio de Albuquerque Castro.
MATIPÓ — Dr. Orlando de Abreu Costa.
MEDINA — Dr. Max Veloso Machado — substituto Querubim Cirino da Silva Matos.
MERCÊS — Alziro Augusto Mendes.
MESQUITA — Onésimo Soares Camargo.
MINAS NOVAS — Dr. Francisco Badaró Júnior.
MIRAÍ — Dr. Henrique Alves Pereira.
MONTE ALEGRE — Dr. Nicando Parreira — substituto Leonardo Alessandre.
MONTE AZUL — Leví de Sousa e Silva.
MONTE BELO — Francisco Venceslau dos Anjos.
MONTE CARMELO — Laerte Canedo.
MONTE SANTO — Dr. Pedro Paulino da Costa.
MONTES CLAROS — Dr. Alfeu Gonçalves de Quadros.
MONTE SIÃO — Farmc. Mário Zucato.
MURIAÉ — Bel. Geraldo Starling Soares.
MUTUM — Bel. Artur Eutrópio.
MUZAMBINHO — Dr. José Januário de Magalhães.
NEPOMUCENO — Dr. Rubens Ribeiro.
NOVA ERA — Farmc. Nélson de Lima Bruzzi.
NOVA LIMA — Bel. Manuel Franzen de Lima.
NOVA PONTE — Otávio Veiga.
NOVA RESENDE — Bel. José Gonçalves de Resende.
OLIVEIRA — Bel. Jaime Pinheiro de Almeida.
OURO FINO — Dr. Francisco Bueno Brandão.
OURO PRETO — Dr. Washington de Araújo Dias — Substituto José da Costa Carvalho Filho.
PALMA — José Barbosa do Amaral.
PARACATÚ — Romualdo Ulhoa Tomba.
PARÁ DE MINAS — Francisco Valadares Ribeiro.
PARAGUASSÚ — Dr. Cristiano Otoni do Prado.
PARAISÓPOLIS — Eng.º Joubert Guimarães.
PARAOPEBA — Dr. Guilherme Mascarenhas Dale.
PARREIRAS — Bel. Uriel de Resende Alvim.
PASSA QUATRO — Artur Tibúrcio Ribeiro.
PASSA TEMPO — Bolivar de Andrade.
PASSOS — Dr. Lourenço Ferreira de Andrade.
PATOS — Clarimundo José da Fonseca Sobr.º
PATROCÍNIO — Dr. José Garcia Brandão.
PEÇANHA — Antônio Augusto da Cunha Pereira (em comissão).
PEDRA BRANCA — Dr. Carlos Ribeiro Filho.
PEDRO LEOPOLDO — Dr. Cristiano Otoni Gonçalves Ferreira.
PEQUÍ — Dr. Oscar Barbosa.
PERDIZES — Dr. João Afonso Sobrinho.
PERDÕES — Samuel Alvarenga.
PIRANGA — João Vilela Soares da Fonseca.
PIRAPETINGA — José Ferreira de Sousa.
PIRAPORA — Arnaldo Gonzaga — substituto Cícero Passos.
PITANGUÍ — Dr. Antônio Malheiros Fiúsa.
POÇOS DE CALDAS — Bel. Joaquim Justino Ribeiro — int.º.
PIUÍ — Farmc. Rodolfo de Freitas Mourão (em comissão).
POMBA — Bel. José Simões de Araújo Campos.
POMPEU — Dr. Ciro de Campos Cordeiro (em comissão).
PONTE NOVA — Bel. Otávio Martins Soares.
PORTEIRINHA — Dr. Altivo de Assis Fonseca.
POTÉ — Dr. Artur Rausch.
POUSO ALEGRE — Dr. José Antônio Vasconcelos Costa.
POUSO ALTO — Farmc. Alonso Starling Filho.
PRADOS — Getúlio Silva.
PRATA — Dr. Aloísio Ribeiro da Silva.
PRESIDENTE OLEGÁRIO — Dr. Abelardo Baeta Neves.
PRESIDENTE VARGAS — Valdir Machado Laperriére.
RAUL SOARES — Dr. Durval Otávio Grossi.
RECREIO — Modesto Faria.
RESPLENDOR — Bel. Alexandre de Alencar.
RESENDE COSTA — Dr. José Vilela Costa Pinto.
RIO BRANCO — Dr. Jorge Carone.
RIO CASCA — Dr. João Camilo Teixeira Fontes.
RIO ESPERA — Teófilo Rodrigues de Miranda.
RIO NOVO — Dr. Júlio Carvalho Guilhon de Oliveira.

RIO PARDO — Odílio Tôrres Costa.
RIO PARANAÍBA — Olímpio Franklin de Castro.
RIO PIRACICABA — Farmc. Felício Araújo.
RIO PRETO — Dr. Dolor Gentil de Ramalho Pinto.
RIO VERMELHO — Dr. Paulo Penido.
SABARÁ — Dr. Homero Machado Coelho.
SABINÓPOLIS — Sebastião de Araújo Abreu.
SACRAMENTO — José Ribeiro de Oliveira.
SALINAS — Bel. Aderbal Pacífico Oliveira.
SANTA BÁRBARA — Bel. Hélio Moreira dos Santos.
SANTA CATARINA — Justino Lisboa Carneiro — substituto Pedro Caetano.
SANTA JULIANA — Farmc. José Pinheiro dos Santos.
SANTA LUZIA — Emílio Bernardo Zeymer — substituto Francisco Lucindo Júnior.
SANTA MARIA DO SUASSUÍ — Dr. Lélio Lara.
SANTA QUITÉRIA — Dr. Eusébio Dias Bicalho.
SANTA RITA DO SAPUCAÍ — Frederico de Paula Cunha.
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO — Newton Ferreira de Paiva.
SANTO ANTÔNIO DO MONTE — Dr. Osvaldo Mendonça.
SANTOS DUMONT — Jaques Gabriel Pansardi.
SÃO DOMINGOS DO PRATA — Nélson de Lelis Ferreira.
SÃO FRANCISCO — Oscar Caetano Gomes.
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ — Dr. José Ibraim de Carvalho.
SÃO JOÃO DEL REI — Dr. Antônio das Chagas Viegas.
SÃO GOTARDO — Bento Ferreira dos Santos.
SÃO JOÃO EVANGELISTA — Dr. Ademar Pimenta Brant.
SÃO JOÃO NEPOMUCENO — Farm. Agenor Henrique Soares — subst. Dr. Geraldo Henriques Cruz.
SÃO LOURENÇO —
SÃO MANUEL — Bel. Francisco de Assís Carvalho.
SÃO ROMÃO — Saint-Clair Fernando Valadares.
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO — João Pio Figueiredo Westin.
SÃO TOMAZ DE AQUINO — Donizete Santana de Figueiredo.
SAPUCAÍ MIRIM — Vitrúvio Marcondes Pereira.
SENADOR FIRMINO — Cícero Tôrres Galindo.
SERRA NEGRA — Dr. Jorge Simão.
SERRANIA — Dr. Plínio do Prado Coutinho.
SÊRRO — Antônio Honário Pires de Oliveira.
SETE LAGOAS — Dr. José Evangelista França.
SILVESTRE FERRAZ — Dr. Altamiro Coli.
SILVIANÓPOLIS — Júlio Correia Beraldo.
SOLEDADE — Bel. Antônio José Eistemann.
TARUMIRIM — Yaeder Albergaria.
TEIXEIRAS — Dr. Cláudio José Mariano da Rocha.
TEÓFILO OTONI — Dr. Alfredo Sá (interino).
TIRADENTES — Celestino Rodrigues de Melo.
TIROS — Carlos Neves Cipreste.
TOMBOS — Francisco Inácio de Borba.
TRÊS CORAÇÕES — Farmc. Francisco Franqueira.
TRÊS PONTAS — Francisco Ximenes de Oliveira.
TUPACIGUARA — Manuel Ferreira Pontes.
UBÁ — Bel. Levindo Ozanam Coelho.
UBERABA — Carlos Martins Prates.
UBERLÂNDIA — Dr. J. A. Vasconcelos Costa.
VARGINHA — Dr. Manuel Rodrigues de Sousa.
VERÍSSIMO — Rufino Camargo Filho.
VIÇOSA — Bel. João Braz da Costa Val.
VIGIA — Dr. Acúrcio Lucena Pereira.
VIRGÍNIA — Raul da Costa Pinto.
VIRGINÓPOLIS — Francisco Coelho Sobrinho.
VOLTA GRANDE — Bernardino Rocha — substituto Vanir Lima.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Pará

ABAETÉ — Aristides dos Reis e Silva.
ACARÁ — Anastácio Carlos Sampaio.
AFUÁ — João Lins Guedes Pereira.
ALENQUER — Amadeu Burlamaqui Simões.
ALMEIRIM — Joaquim Barreto de Almeida.
ALTAMIRA — Valdemar de Oliveira.
AMAPÁ — Quintino Pontes Tavares.
ANAJAZ — Mário Castelo Branco Xavier.
BAIÃO — Tranquilo Agostinho de Brito.
BELÉM — Alberto Engelhard.
BRAGANÇA — Augusto Correia.
BREVES — Américo Carneiro Brasil.
CACHOEIRA — Luciano Pereira Gomes.
CAMETÁ — Nélson da Silva Parijós.
CAPANEMA — Jorge Travassos da Rosa.
CASTANHAL — Maximino Porpino da Silva
CHAVES — Arlindo do Amaral Cacela.
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — Balbino Maranhão.
CURRALINHO — José Chaves de Moura.
CURUÇÁ — Cantídio Alves Guimarães.
FARO — Marcos Bentes de Carvalho.
GURUPÁ — Jacó Marcos de Aben-athar.
IGARAPÉ-ASSÚ — Germano João de Melo.
IGARAPÉ-MIRÍ — Raimundo Monteiro Lopes.
IRITUIA — Júlio de Oliveira.
ITAITUBA — Artur Carneiro Mendes.
JURUTÍ — Américo Pereira Lima.
MACAPÁ — João Ferreira Sá.
MARABÁ — João Anastácio de Queiroz.
MARACANÃ — José Sicsú.
MARAPANIM — Cizenando do Carmo Ferreira.
MAZAGÃO — Francisco Domingos de Oliveira.
MOCAJUBA — Manuel de Melo Pompeu.
MOJÚ — Manuel Salomão Cardoso.
MONTE ALEGRE — Dr. Edward Catete Pinheiro.
MUANÁ — Antônio da Costa Azevedo.
ÓBIDOS — Ildefonso Almeida.
OEIRAS — Júlio Monteiro Guedes.
ORIXIMINÁ — Helvécio Imbiriba Guerreiro.
OURÉM — Raimundo Orlando Guilhon.
PONTA DE PEDRAS — Volfando Fontes da Silva.
PORTEL — Raimundo Ferreira Guedes.
PÔRTO DE MOZ — Dr. Michel Melo e Silva.
PRAINHA — Antônio de Queiroz Teixeira.
SALINAS — Francisco Rodrigues de Assís.
SANTA ISABEL — Dr. Carlos Miguel Damous.
SANTARÉM — Mário de Freitas Guimarães.
SÃO CAETANO DE ODIVELAS — Inácio de Oliveira Santos.
SÃO DOMINGOS DO CAPIM — Raimundo Magno Camarão.
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ — Bernardo José de Carvalho.
SOURE — Dr. Francisco de Castro Ribeiro.
VIGIA — Manuel de Sousa Leal.
VISEU — Demétrio Lauro Juvenal Tavares.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Paraíba

ALAGOA GRANDE — Telésforo Onofre.
ANTENOR NAVARRO — Antônio Espínola Pessoa.
ARARUNA — Dr. Hermano Sá Neto.
AREIA — Dr. Antônio Farias.
BANANEIRAS — João Batista dos Santos.
BONITO — José Morais.
BREJO DO CRUZ — Capitão Severino Lira.
CABACEIRAS — Severino Pereira Castro.
CAIÇARA — Alfredo José da Costa.
CAJAZEIRAS — Juvêncio Carneiro.
CAMPINA GRANDE — Vergniaud Vanderlei.
CATOLÉ DO ROCHA — Aristeu Formiga.

CONCEIÇÃO — Dr. João Loureiro.
CUITÉ — Antônio Coutinho.
ESPERANÇA — Severino Costa
ESPÍRITO SANTO — Israel Meira Lima.
GUARABIRA — Sebastião Duarte.
INGÁ — Francisco Lucas Rangel.
ITABAIANA — José Augusto Pinto Ribeiro.
JATOBÁ — Antônio Andrade Neto.
JOÃO PESSOA — Francisco Cícero Melo Filho.
JUAZEIRO — Clovis Nóbrega.
LARANJEIRAS — Arlindo Colaço.
MAMANGUAPE — Dr. José Fernandes.
MONTEIRO — Alcindo Meneses.
PATOS — Pedro Tôrres.
PIANCÓ — Antônio Montenegro.
PICUÍ — Cel. José Maurício da Costa.
PILAR — Duarte de Almeida e Albuquerque.
POMBAL — José Gregório Medeiros.
PRINCESA ISABEL — Dr. Armando Caminha.
SANTA LUZIA — Dr. Ercílio Rodrigues.
SANTA RITA — Diógenes Chianca.
SÃO JOÃO DO CARIRÍ — Tertuliano de Brito.
SAPÉ — Osvaldo Pessoa.
SERRARIA — Valdemar Leite.
SOUSA — Eronides Ramos.
TAPEROÁ — Capitão Irineu Rangel.
TEIXEIRA — Delfino Costa.
UMBUZEIRO — Dr. Joaquim Montenegro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Paraná

ANTONINA — Cap. Custódio Rapôso Neto.
ARAUCÁRIA — Agr. Rubens Dória de Oliveira.
BANDEIRANTES — Bel. Domingos Macedo S. Pereira.
BOCAIUVA — Bel. Anísio Luz.
CAMBARÁ — Dr. Alceu Marques Ladeira.
CAMPO LARGO — Bel. Murilo Camargo.
CARLÓPOLIS — Bel. Júlio Rocha Xavier.
CASTRO — Vespasiano Carneiro de Melo.
CÊRRO AZUL — Prof. Oscar Bassetti.
CLEVELÂNDIA — Ten. Luiz Santos.
CORNÉLIO PROCÓPIO — Bel. Francisco Ferreira Pimpão.
CURITIBA — Eng. Alexandre Beltrão.
FOZ DO IGUASSÚ — Major Artur Borges Maciel.
GUARAPUAVA — Henrique Santos.
IMBITUVA — Lauro Santos Correia.
IPIRANGA — Agr. Silvio Silvestre Staffi.
IRATÍ — Tte. Manuel Alves do Amaral.
JACARÉZINHO — Agr. João Aguiar.
JAGUARIAÍVA — Cap. Aderbal Fortes de Sá.
JOAQUIM TÁVORA — Dr. Alfredo Gabriel.
LAPA — Bel. Peregrino Dias Rosa Filho.
LONDRINA — Major Miguel Balbino Blasi.
MALÉ — Agr. Osvaldo Lombardi Dias.
MORRETES — Aguilar de Morais.
PALMAS — Rutílio Ribas.
PALMEIRA — João Guedes.
PARANAGUÁ — Paulo Cunha Franco.
PIRAÍ — Bernardo Barbosa Miléu.
PIRAQUARA — Vet. Válter Costa Lopes.
PONTA GROSSA — Albarí Guimarães.
PRUDENTÓPOLIS — Dr. Geraldo Ribeiro de Carvalho.
REBOUÇAS — Altair Bittencourt.
RESERVA — Tte. Lázaro Nini de Campos.
RIBEIRÃO CLARO — Eunino Correia de Oliveira.
RIO AZUL — Vicente Bufrem.
RIO NEGRO — Raul de Almeida.
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — Tapir Lopes.
SÃO JERÔNIMO — Heitor Lôbo.
SÃO JOÃO DO TRIUNFO — Anfrísio F. de Siqueira.
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — Francisco Querino dos Santos.
SÃO MATEUS — Eng. Domingos Cunha Maciel.
SENGÉS — Jesué Jorge.
SERTANÓPOLIS — Bel. Vespertino Fereira Pimpão.
SIQUEIRA CAMPOS — Armindo Saldanha.
TEIXEIRA SOARES — Tte. Dr. Lázaro Nini de Campos.
TIBAGÍ — Guataçara Borba Carneiro.
TOMAZINA — Ranulfo Moura.
UNIÃO DA VITÓRIA — Ivaí Martins.
VENCESLAU BRAZ — Agr. Mário Bastos.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Pernambuco

AFOGADOS DE INGAZEIRA — Sebastião de Siqueira Bitú (Secretário, Resp. pelo Exped.).
ÁGUA PRETA — Cap. Francisco Flávio Ibraim de Lira.
ÁGUAS BELAS — Jacó Rodrigues de Melo.
ALAGOA DE BAIXO — Bel. Reginaldo Fernandes Martins.
ALIANÇA — Lourival da Silva Marques.
ALTINHO — Rubens Lemos Barbosa da Silva.
AMARAGÍ — Dr. Plínio Alves de Araújo.
ANGELIM — Francisco da Costa Lima.
BARREIROS — João Coimbra Neto.
BEBEDOURO — João Guilherme de Azevedo Lira.
BELÉM — Jáder de Alemão Cisneiros.
BELMONTE — Afonso Alves de Carvalho.
BELO JARDIM — Artur Pais.
BEZERROS — Romeu Cavalcante de Góis.
BOA VISTA — Florêncio de Barros Filho.
BODOCÓ — Otacílio Rodrigues do Nascimento.
BOM CONSELHO — Major José Pedro da Silva.
BOM JARDIM — Manuel Gonçalves Souto Maior.
BONITO — Major Alfredo d'Agostini.
BUIQUE — José Nunes Vanderlei.
CABO — Dr. Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque.
CABROBÓ — Pedro de Barros Vanderlei Ramos.
CANHOTINHO — Coronel João Nunes.
CARPINA — Major Carlos Afonso de Melo.
CARUARÚ — Manuel Afonso Pôrto Filho.
CATENDE — Bel. Melquíades de Albuquerque Montenegro.
CORRENTES — Major Davino Ribeiro de Sena.
CUSTÓDIA — Ernesto de Queiroz.
ESCADA — Álvaro Xavier Sampaio.
EXÚ — Jerônimo de Sousa Neto.
FLORES — Benedito de Sousa Dantas.
FLORESTA — José Ribeiro Lins.
GAMELEIRA — Manuel Albuquerque Araújo.
GARANHUNS — Dr. Celso Galvão.
GLÓRIA DE GOITÁ — Júlio Carneiro da Silva.
GOIANA — Manuel Simões de Gouveia (Secretário, Resp. pelo Expediente).
GRAVATÁ — Gustavo Veloso Borba.
IGARASSÚ — Tenente Coronel Martiniano de Barros Correia.
IPOJUCA — Pedro de Sousa Leão.
ITAPARICA — José Barreto de Araújo.
JABOATÃO — Bel. Carlos Barbosa da Paz Portela.
JOÃO ALFREDO — Severino Adrião Gomes da Silva.
JUREMA — João Alves Pereira.
LAGOA DOS GATOS — José Geraldo de Carvalho.
LEOPOLDINA — Milton Caldas de Meneses.
LIMOEIRO — Dr. José Donino da Costa Lima.
MACAPÁ — Vicente Ferreira de Andrade Cavalcante.
MADRE DE DEUS — Dirceu Valença de Oliveira.
MARAIAL — Péricles Bezerra de Almeida.
MORENO — Henrique Barbosa da Paz Portela.
MOXOTÓ — José Mariano da Nóbrega.
NAZARÉ — Major Severino Mendes de Araújo Pereira.
OLINDA — Bel. Valfrido Patrício Advíncula.
OURICURÍ — José de Oliveira Pessoa.
PALMARES — Pedro Afonso de Medeiros.
PANELAS — José Rufino de Melo e Silva.
PAUDALHO — Dr. João Alves da Luz.
PAULISTA — Cap. José Primo de Oliveira.

PEDRA — Américo Luiz Soares.
PESQUEIRA — Bel. João de Arruda Marinho dos Santos.
PETROLINA — Dr. Pacífico da Luz.
QUEIMADAS — Lupércio Borba Pereira Lima.
QUIPAPÁ — Manuel Gadelha Ribeiro.
RECIFE — Dr. Antônio Novais Filho.
RIBEIRÃO — Mário José de Carvalho.
RIO BRANCO — José de Oliveira Pessoa.
RIO FORMOSO — Amaro Tavares de Albuquerque.
SALGUEIRO — Luiz Soares Diniz.
SÃO BENTO — Antônio Félix da Silva.
SÃO CAETANO — Severiano Ramos.
SÃO GONÇALO — Dr. José Araújo Lima.
SÃO JOAQUIM — Pedro Sérgio de Meneses.
SÃO JOSÉ DO EGITO — Tenente Raimundo Virgolino Urtiga.
SÃO LOURENÇO — Anacleto Alves da Silva.
SERRA TALHADA — José Bené de Carvalho.
SERRINHA — Francisco Filgueira Sampaio.
SERINHAEM — Oscar Cardoso da Fonte.
SURUBIM — Nélson Barbosa.
TAMBÉ — Bel. Simplício Tavares de Melo.
TAQUARETINGA — Severino Cordeiro de Arruda.
TIMBAÚBA — Álvaro Xavier de Morais Coutinho.
TRIUNFO — Luiz Maia.
VERTENTES — Pedro Alcides de Figueiredo Lima.
VICÊNCIA — Geminiano da Cunha Pedrosa.
VITÓRIA — José Aragão Bezerra Cavalcante.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Piauí

ALTO LONGÁ — Salvador Monteiro de Freitas.
ALTOS — Lourenço Saraiva Barbosa.
AMARANTE — Enoque Cícero e Silva.
APARECIDA — Antenor Alves Pereira da Rocha.
BARRAS — José Fortes.
BATALHA — Clovis Melo.
BELÉM — Joaquim Barbosa de Almeida.
BOA ESPERANÇA — Antônio Diniz Chaves.
BOM JESÚS — Dario Martins de Araújo Costa.
BURITÍ DOS LOPES — Dácio Almeida.
CAMPO MAIOR — Ascendino Pinto.
CANTO DO BURITÍ — José Vicente de Moura.
CASTELO — José Cardoso de Sá.
CORRENTE — Dr. Augusto Nogueira Paranaguá.
FLORIANO — Dr. Osvaldo da Costa e Silva.
GILBUÉS — Alcides Mendes da Rocha.
JAICÓS — Frutuoso Jusselino da Silveira.
JERUMENHA — Sebastião Martins de Carvalho.
JOÃO PESSOA — Joaquim Gonçalves Cordeiro.
JOSÉ DE FREITAS — Antônio da Costa Carvalho.
LUIZ CORREIA — Manuel Galvão.
MIGUEL ALVES — José Dias de Santana.
OEIRAS — Orlando Barbosa de Carvalho.
PARANAGUÁ — Júlio Borges de Macedo.
PARNAÍBA — Dr. Mirocles Campos Veras.
PATROCÍNIO — Helí Bezerra.
PAULISTA — Raimundo Coelho Damasceno.
PEDRO II — Tertuliano Milton Brandão.
PERIPERÍ — Nélson Coelho de Resende.
PICOS — Adalberto de Moura Santos.
PIRACURUCA — Antônio José de Sousa.
PÔRTO ALEGRE — João Francisco de Carvalho.
PÔRTO SEGURO — Raimundo Augusto da Rocha.
REGENERAÇÃO — Francisco de Paula Teixeira Nunes.
RIBEIRO GONÇALVES — Leôncio Dias de Medeiros.
SANTA FILOMENA — Enéias Maia.
SÃO BENEDITO — Gonçalo Benício.
SÃO JOÃO DO PIAUÍ — Raimundo Pereira de Sousa.
SÃO MIGUEL DO TAPUIO — Manuel Evaristo de Paiva.
SÃO PEDRO — João Claro de Sousa.
SÃO RAIMUNDO NONATO — Francisco Antônio da Silva.
SIMPLÍCIO MENDES — José Severiano da Costa Andrade.
SOCORRO — Dr. Clovis Lopes.
TERESINA — Dr. Lindolfo Rêgo Monteiro.
UNIÃO — Felinto do Rêgo Monteiro.
URUSSUÍ — Cícero Coelho.
VALENÇA — Jaime Martins Nogueira.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Rio de Janeiro

ANGRA DOS REIS — Dr. Moacir de Paula Lôbo.
ARARUAMA — Antônio Joaquim Alves Branco.
BARRA DO PIRAÍ — Dr. Paulo da Silva Fernandes.
BARRA MANSA — Dr. Joaquim de Almeida Matos.
BOM JARDIM — Major José Nobre de Araújo.
BOM JESÚS DO ITABAPOANA — José de Oliveira Borges.
CABO FRIO — Adolfo Berenger Júnior.
CACHOEIRAS — Mozart Janot.
CAMBUCÍ — Dr. José Batista dos Santos.
CAMPOS — Dr. Salo Brand.
CANTAGALO — Dr. Paulo Barreira de Faria.
CAPIVARÍ — Antônio Borges Alfradique.
CARMO — Luiz de Moura Pinheiro.
CASIMIRO DE ABREU — Dr. Valdemar Pimentel Maia Bittencourt.
DUAS BARRAS — Manuel Lutterbach Nunes.
ENTRE RIOS — Dr. Válter Gomes Franklin.
ITABORAÍ — Dr. Celso Rocha Nogueira da Silva.
ITAGUAÍ — Vicente Cicarino.
ITAOCARA — Dr. Carlos Moacir de Faria Souto.
ITAPERUNA — Dr. Raul Travassos da Rosa.
MACAÉ — Dr. Télio Barreto.
MAGÉ — Valdemar de Assís Ribeiro.
MANGARATIBA — Dr. Murilo Cabral da Silva.
MARICÁ — Dr. Orlando de Barros Pimentel.
MIRACEMA — Altivo Mendes Linhares.
NITERÓI — Dr. Francisco de Almeida Brandão Júnior.
NOVA FRIBURGO — Dante Laginestra.
NOVA IGUASSÚ — Eng. Bento Santos de Almeida
PARAÍBA DO SUL — Dr. Sabino Souto.
PARATÍ — Jair Araújo.
PETRÓPOLIS — Dr. Márcio de Melo Franco Alves.
PIRAÍ — Otávio Teixeira Campos.
RESENDE — Dr. Otacílio de Freitas Assunção.
RIO BONITO — Celso Peçanha.
RIO CLARO — Oscar R. Ramagem.
SANTA MARIA MADALENA — Astolfo Erves de Castro.
SANTA TERESA — Mário Augusto Rodrigues.
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — Otávio Denys Filho.
SÃO FIDÉLIS — Ernesto Duarte Machado da Silva.
SÃO GONÇALO — Dr. Nélson Correia Monteiro.
SÃO JOÃO DA BARRA — Mauro Luiz dos Santos.
SÃO PEDRO D'ALDEIA — Manuel Pereira Nunes.
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — José Lengruber.
SAPUCAIA — Paulino Fernandes da Silva.
SAQUAREMA — Segisfredo Rodrigues Bravo.
SUMIDOURO — Dr. Antônio Tôrres de Lima Júnior.
TRAJANO DE MORAIS — Dr. Augusto Lengruber.
TERESÓPOLIS — Dr. Lauro Antunes Pais de Andrade.
VALENÇA — Dr. Osvaldo da Cunha Fonseca.
VASSOURAS — José Henrique Saião Alves Branco.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Rio Grande do Norte

ACARÍ — Edmundo Gurgel.
ALEXANDRIA — Manuel Emídio de Sousa.
ANGICOS — Baltasar da Costa Pereira.
APODÍ — Orígenes Monte.
AREIA BRANCA — Francisco Ferreira de Araújo.
ARÊS — Major Napoleão de Carvalho Agra.
ASSÚ — Manuel Pessoa Montenegro.
AUGUSTO SEVERO — Manuel Joaquim Veras.
BAIXA VERDE — Ângelo Pessoa Bezerra.
CAICÓ — Aldo Medeiros.
CANGUARETAMA — Otávio de Araújo Lima.
CARAÚBAS — Aproniano Martins de Sá.
CEARÁ MIRIM — Tte. Cel. Jacinto Tavares Ferreira.
CURRAIS NOVOS — Dr. José Bezerra de Araújo.
FLORES — Antônio Pereira de Meneses.
GOIANINHA — Jerônimo Cabral Pereira Fagundes.
JARDIM DO SERIDÓ — Pedro Isidro de Medeiros.
JUCURUTÚ — Francisco Baldomero Chacon.
LAJES — Francisco de Oliveira Cabral.
LUIZ GOMES — João Germano da Silveira.
MACAÍBA — Major Genésio Lopes da Silva.
MACAU — João Fernandes de Melo.
MARTINS — Ten. Bilac Farias.
MOSSORÓ — Pe. Luiz Mota.
NATAL — Dr. José Augusto Varela.
NOVA CRUZ — Severino Elias.
PAPARÍ — 1.º Tte. José Evangelista da Silva.
PARELHAS — Florêncio Luciano.
PATÚ — Ten. Álvaro Nunes.
PAU DOS FERROS — Sr. José Ferreira da Costa.
PEDRO VELHO — Misael Osório.
PORTALEGRE — Manuel de Freitas Nobre.
SANTA CRUZ — Alfredo Xavier Bezerra.
SANTANA DO MATOS — Asclepíades Fernandes.
SANTO ANTÔNIO — Ten. Pedro Heráclito Pinheiro.
SÃO GONÇALO — Major José Vitoriano de Medeiros.
SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ — Áureo Tavares de Araújo.
SÃO MIGUEL — 1.º Ten. Adauto Rodrigues da Cunha.
SÃO TOMÉ — Francisco Sérgio de Paiva.
TAIPÚ — Rosendo Leite da Fonseca.
SERRA NEGRA — Descartes Mariz.
TOUROS — Severino de Moura Ribeiro.

☆

Relação dos prefeitos municipais do Estado do Rio Grande do Sul

ALEGRETE — Bel. Eurípedes Brasil Milano.
ALFREDO CHAVES — Rogério Galeazzi.
ANTÔNIO PRADO — Felisbino Monteiro.
ARROIO GRANDE — Oscar Carpes.
ARROIO DO MEIO — Bel. Jaime Trindade Coimbra.
BAGÉ — Dr. Jerônimo Mércio Silveira.
BENTO GONÇALVES — Bel. J. M. de Almeida Dentice.
BOM JESÚS — Eng. Ag. Leônidas Coelho de Sousa.
CAÇAPAVA — João Faria de Oliveira Lima.
CACHOEIRA — Ciro da Cunha Carlos.
CAÍ — Bel. Egídio Michaelsen.
CAMAQUÃ — Celestino Franco Coutinho.
CANDELÁRIA — Albino Lenz.
CANGUSSÚ — Dr. Jaime Faria.
CANOAS — Eng.º Agr.º Aloísio Palmeiro de Escobar.
CARAZINHO — Albino Hillebrand.
CAXIAS — Bel. Dante Marcucci.
CRUZ ALTA — Pacífico Dias da Fonseca.
D. PEDRITO — Floribal de Oliveira Jardim.
ENCANTADO — Adalberto Pio Souto.
ENCRUZILHADA — Honório F. de Carvalho.
ERVAL — Aquiles Araújo Abreu.
ESTRÊLA — Acilino Pauleti.
FARROUPILHA — Antônio Pedroso Pinto.
FLORES DA CUNHA — Oto Bélgio Trindade.
GARIBALDI — Olinto Fagundes de Oliveira Freitas.
GENERAL CÂMARA — Orfelino de Azambuja Reichel.
GETÚLIO VARGAS — Bel. Leonel Flores da Rosa.
GRAVATAÍ — Arí Tubs.
GUAÍBA — Bel. Nazário Leitão dos Santos.
GUAPORÉ — Manuel Francisco Guerreiro.
IJUÍ — Bel. Emílio Martins Buhrer.
IRAÍ — Eng.º Álvaro Rodrigues Leitão.
ITAQUÍ — Otávio Silveira.
JAGUARÃO — Carlos Alberto Ribas.
JAGUARÍ — Cap. Dormilindo de Oliveira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Bel. Jerônimo Teixeira de Oliveira.
JÚLIO DE CASTILHOS — Aristides de Morais Gomes.
LAGOA VERMELHA — Libório Pimentel.
LAJEADO — Eng. Ag. Juvenal José Pinto.
LAVRAS — Pedro da Costa Lima.
LIVRAMENTO — Dr. Crisanto de Paula Dias.
MONTENEGRO — Carlos Correia da Silva.
NOVO HAMBURGO — Nelson Toohey Schneider.
OSÓRIO — Israel Mariense de Lemos.
PALMEIRA — Felício Augusto de Almeida.
PASSO FUNDO — Bel. Vítor Oscar Graeff.
PELOTAS — Bel. J. J. de Albuquerque Barros.
PINHEIRO MACHADO — Euclides Fernandes Costa
PIRATINÍ — Bel. José Maria da Silveira.
PÔRTO ALEGRE — Dr. Antônio Brochado da Rocha.
PRATA — Adolfo Schneider.
QUARAÍ — Bento Lima Júnior.
RIO GRANDE — Bel. Roque Aita Júnior.
RIO PARDO — Ernesto Protásio Wunderlich.
ROSÁRIO — Rafael Barcelos Gonçalves.
SANTA CRUZ — Dario de Azevedo Barbosa.
SANTA MARIA — Miguel de Andrade Neves Meireles.
SANTA ROSA — Cap. Pautílio Palhares.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR — Eng.º Guilherme de Sousa Castro.
SANTIAGO — Sílvio Ferreira de Aquino.
SANTO ÂNGELO — Policarpo Gay.
SANTO ANTÔNIO — Teodorico Francisco Machado da Silva.
S. BORJA — Manuel Luiz Fagundes.
S. FRANCISCO DE ASSÍS — Dr. João de Sousa Fraga.
S. FRANCISCO DE PAULA — Alziro Tôrres Filho.
SÃO GABRIEL — Antônio Coimbra Gonçalves.
SÃO JOSÉ DO NORTE — Bel. Oto Brodt Filho.
S. LEOPOLDO — Teodomiro Pôrto da Fonseca.
S. LOURENÇO — Nestor Jost.
S. LUIZ GONZAGA — Gustavo Langsch.
S. PEDRO — Eduardo Lima Filho.
S. SEPÉ — João Carlos Osório Tôrres.
S. VICENTE — Dr. Marcolino Teixeira de Morais.
SARANDÍ — Eng.º Volmar Franco.
SOBRADINHO — Dr. Totilas Carvalho.
SOLEDADE — Maj. Otávio Paixão Coelho.
TAPES — Fernando Fernandes Chagas.
TAQUARA — Francsico Holmer.
TAQUARÍ — Bel. Nestor Azambuja Guimarães.
TÔRRES — Israel Mariense de Lemos.
TRIUNFO — Dr. Hermes Silveira de Ávila.
TUPANCIRETÃ — Dr. J. Pereira Melo.
URUGUAIANA — Francisco Maria Piquet.
VACARIA — Sátiro Dorneles de Oliveira Filho.
VENÂNCIO AIRES — Bel. Flávio Mena Barreto Matos.
VIAMÃO — Dr. Carlos Velho Monteiro.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Santa Catarina

ARARANGUÁ — Ten. Rui Stockler de Sousa.
BIGUASSÚ — Antônio de Pádua Pereira.
BLUMENAU — Dr. Afonso Rabe.
BOM RETIRO — Arno Oscar Meyer.
BRUSQUE — Rodolfo Gerlach.
CAÇADOR — Alfredo Fróis.
CAMBORIÚ — Aurélio José Francisco.
CAMPO ALEGRE — Bento de Amorim.
CAMPOS NOVOS — Gasparino Zorzi.
CANOINHAS — Alinor Vieira Côrte.
CONCÓRDIA — Dogollo Goss.
CRESCIUMA — Elias Angeloni.
CRUZEIRO — Newton da Luz Macuco.
CURITIBANOS — Salomão Carneiro de Almeida.
FLORIANÓPOLIS — Dr. Rogério Vieira.
GASPAR — João dos Santos.
HAMÔNIA — Rodolfo Koffke.
IMARUÍ — Pedro Bittencourt.
INDAIAL — João Maria de Araújo.
ITAJAÍ — Francisco de Almeida.
ITAIÓPOLIS — João Francisco de Assís.
JAGUARUNA — Ten. Leônidas Ramos Jr.
JARAGUÁ — Ten. Leônidas Cabral Herbster.
JOINVILLE — Arnaldo Moreira Douat.
LAJES — Vidal Ramos Júnior.
LAGUNA — Giocondo Tasso.
MAFRA — Pedro Kuss.
NOVA TRENTO — Irineu Busnardo.
ORLEANS — José Antunes Matos.
PALHOÇA — Ten. Euclides Simões de Almeida.
PARATÍ — Itamar Cordeiro.
PÔRTO BELO — Heronido Conceição.
PÔRTO UNIÃO — Ten. Mário Fernandes Guedes.
RIO DO SUL — Roberto Machado.
RODEIO — Sílvio Scooz.
SÃO BENTO — Joaquim de Sales.
SÃO FRANCISCO — Flodoardo Nóbrega.
SÃO JOAQUIM — Ercílio Vieira Amaral.
SÃO JOSÉ — Pedro Mayvorne.
TIJUCAS — Valério Teodoro Gomes.
TIMBÓ — Teodolindo Pereira.
TUBARÃO — Marcolino Cabral.
URUSSANGA — Zeferino Burigo.
XAPECÓ — Licínio Córdova.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Sergipe

ANÁPOLIS — Dr. Marcos Ferreira.
AQUIDABÃ — Odon Figueiredo.
ARACAJÚ — José Garcês Vieira.
ARAUÁ — Antônio Francisco do Nascimento.
BUQUIM — Pedro Simões Freire.
CAMPO DO BRITO — José de Oliva Freire.
CAMPOS — José Joviniano dos Santos.
CANHOBA — João Alves de Resende.
CAPELA — Dr. Edélsio Vieira de Melo.
CARMO — José de Aguiar Lemos.
CEDRO — Miguel Seixas.
CRISTINA — Lourival Alves Costa.
DIVINA PASTORA — Carlos Vieira de Melo.
ESPÍRITO SANTO — Vilobaldo Araújo Góis.
ESTÂNCIA — Dr. Arquibaldo Ribeiro da Silveira.
GARARÚ — Nélson Resende Albuquerque.
ITABAIANA — Manuel Francisco Teles.
ITABAIANINHA — Joaquim Martins Fontes.
ITAPORANGA — Dr. Alberto de Oliveira Freire.
JABOATÃO — Antônio Sá Travassos.
JAPARATUBA — José de Matos Teles.
LAGARTO — Manuel Emílio.
LARANJEIRAS — Dr. Francisco Alberto B. Azevedo.
MARUIM — Dr. Gonçalo Prado Rolemberg.
MURIBECA — Manuel Gomes de Sá.
NEÓPOLIS — Eng. Mário Gonçalves.
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — Ulisses Alves de Oliveira.
NOSSA SENHORA DAS DORES — José Barreto de Sousa.
PÔRTO DA FÔLHA — Cap. Manuel Ramos.
PROPRIÁ — Martinho Dias Guimarães.
RIACHÃO — Horácio Dantas Góis.
RIACHUELO — Tasso Sobral Garcês.
RIBEIRÓPOLIS — Francisco Sobral.
ROSÁRIO — Otacílio Vieira de Melo.
SALGADO — José Barreto Góis.
SANTA LUZIA — Adelson Silveira Lima.
SANTO AMARO — Alon de Matos Teles.
SÃO CRISTÓVÃO — José Pereira Dantas.
SÃO FRANCISCO — José Machado Tojal.
SÃO PAULO — Maurício Etinger.
SIRIRÍ — Aurélio de Meneses Barreto.
SOCORRO — José de Melo Meneses.

☆

Relação nominal de Municípios e prefeitos do Estado de São Paulo

ÁGUAS DA PRATA — João Batista de Figueiredo Costa.
AGUDOS — Padre João Batista de Aquino.
ALTINÓPOLIS — Paulo Garcia Palma.
AMERICANA — Dr. Joãé de Castro Gonçalves.
AMPARO — Dr. Homero Pimentel.
ANÁPOLIS — Guido Trevisan.
ANDRADINA — Evandro Calvoso.
ANGATUBA — Juvenal Vieira de Morais.
APARECIDA — Américo Alves Pereira Filho.
APIAÍ — Alberto Dias Batista.
ARAÇATUBA — Célio de Araújo Cintra.
ARARAQUARA — Dr. Camilo Gavião Sousa Neves.
ARARAS — Inácio Zurita Júnior.
AREIAS — Joaquim Irineu de Andrade.
ARIRANHA — Gabriel Hernandes.
ASSÍS — Dr. Licurgo de Castro Santos.
ATIBAIA — João Batista Conti.
AVAÍ — João Pereira Novo Filho.
AVANHANDAVA — Adalgiso Martins Ferreira.
AVARÉ — Dr. Diamantino Monteiro da Gama.
BANANAL — Olegário Ramos.
BARIRÍ — Dr. Sadí Fernandes da Silva.
BARRA BONITA — Inimá Barreto.
BARREIRO — José Martins Freire.
BARRETOS — Fábio Junqueira Franco.
BATATAIS — Dr. José Arantes Junqueira.
BAURÚ — Ernesto Monte.
BEBEDOURO — Joaquim Alves Guimarães.
BELA VISTA — Arlindo Eiras.
BERNARDINO DE CAMPOS — Francisco Bressani da Cunha.
BIRIGÜÍ — Dr. Tomaz de Figueiredo Magalhães
BOA ESPERANÇA — Mário Franco do Amaral.
BOCAINA — Guilherme Giraldo Ferreira Campanha.
BOCAIÚVA — Paulo Barbosa Ferraz.
BOFETE — Francisco Gorga.
BOITUVA — Floriano Peixoto Vilaça.
BORBOREMA — Joaquim Martins de Carvalho.
BOTUCATÚ — Dr. João Maria de Araújo Júnior.
BRAGANÇA — Dr. José de Aguiar Leme.
BRODOSQUI — Valter Barreto da Costa.
BROTAS — Dr. Lingard Miller Paiva.
BURÍ — Jaime Duarte Tavares.
CABREÚVA — Roque de Mesquita Camargo.
CAÇAPAVA — Dr. Rosalvo de Almeida Teles — ef. José Teles Pereira — com.
CACHOEIRA — Agostinho Vicente de Freitas Ramos.
CACONDE — Sebastião Ferreira Barbosa.
CAFELÂNDIA — Luiz Siqueira Mateus.
CAJOBÍ — João Rimoli Neto.
CAJURÚ — Dr. Edmundo Gomes de Queiroz.
CAMPINAS — Persen Leite de Barros.
CAMPO LARGO — João Batista da Costa.
CAMPOS DO JORDÃO — Dr. Lourival Francisco dos Santos.
CANANÉIA — Juvenal da Silva Fraga.
CÂNDIDO MOTA — Manuel Fernandes Barreira.

CAPÃO BONITO — Virgílio Lírio de Almeida.
CAPIVARÍ — Mário Bernardino de Campos.
CARAGUATATUBA — Joaquim Evilásio do Amaral.
CASA BRANCA — João de Pádua Lima.
CATANDUVA — Sílvio Sales.
CEDRAL — João Gonçalves Leite.
CERQUEIRA CÉSAR — Alcebíades Lemos de Moura Leite .
CHAVANTES — João Carneiro Filho.
COLINA — Luiz Lemos de Toledo.
CONCHAS — José Gorga.
COROADOS — João Lorenzetti.
COTIA — Derval Ferreira da Rosa Aquino.
CRAVINHOS — Dr. José Eduardo Vieira Palma.
CRUZEIRO — Carlos Ribeiro de Sousa.
CUNHA — Antônio Acácio Cursino.
DESCALVADO — Amazílio Pozzi.
DOIS CÓRREGOS — Mário de Campos.
DOURADO — Trajano Penteado.
DUARTINA — Dr. Lindolfo Alves.
FARTURA — Hipólito de Almeida Melo.
FERNANDO PRESTES — Altino Pereira Martins.
FORMOSA — Benedito Carlos de Oliveira.
FRANCA — Dr. João Ribeiro Conrado.
GÁLIA — Antônio Nóra.
GARÇA — Durval Alves de Sousa.
GETULINA — Francisco Moreira de Matos Filho.
GLICÉRIO — Estácio Nunes da Silva.
GRAMA — João Machado.
GUAÍRA — Gabriel Garcia Leal.
GUARÁ — Lincoln de Andrade Junqueira.
GUARARAPES — Luiz Lincoln de Oliveira.
GUARAREMA — Francisco Leite Sobrinho.
GUARATINGUETÁ — Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes.
GUAREÍ — Adalberto Rocha.
GUARIBA — Bento Carlos Botelho do Amaral.
GUARUJÁ — Dr. Ernani Botto de Barros.
GUARULHOS — José Maurício de Oliveira.
IACANGA — Artur Salgado.
IBIRÁ — Godofredo Pagliusi.
IBITINGA — Valdomiro Ribeiro dos Santos.
IGARAPAVA — José Basile.
IGUAPE — Hermelino França Júnior.
INDAIATUBA — Sebastião Nicolau.
IPAUSSÚ — Dr. José Cunha.
IPORANGA — Rafael Déscio Júnior.
ITABERÁ — Alfredo F. de Oliveira.
ITAÍ — Pedro Paulo da Costa.
ITAJOBI — José Odorico Monteiro Salgado.
ITANHAÉN — Jorge Rossmann.
ITAPECIRICA — Tte.-cel. Luiz Tenório de Brito.
ITAPETININGA — Dr. Antônio de Almeida Leme Júnior.
ITAPEVA — Joaquim Bento de Oliveira Neto.
ITAPIRA — Dr. Hortêncio Pereira da Silva.
ITÁPOLIS — Lucilo Alves Pôrto.
ITAPORANGA — Jorge Zimermann.
ITAPUÍ — Dr. José Miraglia.
ITARARÉ — Eugênio Dias Tatit.
ITATIBA — Evaristo Silva.
ITATINGA — Joaquim Pinto de Araújo Novais.
ITIRAPINA — Luiz Ramos da Silva Veiga.
ITÚ — Dr. Mário Costa de Oliveira.
ITUVERAVA — Dr. Gilberto Ribeiro Barbosa.
JABOTICABAL — Dr. Valdomiro Vieira Marcondes.
JACAREÍ — Antônio Alves de Carvalho Rosas.
JACUPIRANGA — Raul Ferreira Machado.
JAMBEIRO — Antônio de Castro Leite.
JARDINÓPOLIS — Eurico Alves de Resende.
JAÚ — Dr. Antônio Neves de Almeida Prado.
JOANÓPOLIS — Felício Fernandes Nogueira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Carlos Nerí da Costa.
JUNDIAÍ — Manuel Apíbal Marcondes.
JUQUERÍ — Benedito Fagundes Marques.
LARANJAL — José Alves Lima.
LEME — Dr. Sebastião Jair Mourão.
LENÇÓIS — Antônio Leão Tocci.
LIMEIRA — Arí Leví Pereira.
LINDÓIA — Dr. Eduardo de Barros Martins.
LINS — Dr. Urbano Teles de Meneses.
LORENA — Luiz de Castro Pinto.
MARACAÍ — Juversino Cunha.
MARÍLIA — Nélson de Carvalho.
MARTINÓPOLIS — Dr. João Grande de Melo.
MATÃO — José Bartolomeu Ferreira.
MINEIROS — Francisco Zanzini.
MIRASSOL — Dr. Anísio José Moreira.
MOCOCA — Dr. Carlos Lima Dias.
MOGÍ DAS CRUZES — Armindo Faustino de Melo.
MOGÍ GUASSÚ — Dr. Valdomiro Girard Jacó.
MOGÍ MIRIM — Ataliba Silveira Franco.
MONTE ALTO — Manuel Tomaz de Carvalho Lima.
MONTE APRAZÍVEL — Basileu Estrêla.
MONTE AZUL — Sebastião Lima Brito.
MONTE MOR — Amadeu Ginefra.
MORRO AGUDO — Afonso Ricci.
MUNDO NOVO — Dr. Átila Ferreira Vaz.
NATIVIDADE — Higino Miranda de Faria.
NAZARÉ — Valabonso Cândido Ferreira.
NOVA GRANADA — Dr. Inácio de Negreiros Rinaldi (ef.) Argemiro Gusmão (int.)
NOVO HORIZONTE — Carmélio de Paiva Caldas.
NUPORANGA — Francisco Barbosa da Silva.
ÓLEO — Salustiano Marques do Vale.
OLÍMPIA — Dr. Paulo Furquim.
ORLÂNDIA — Édison Leite de Morais.
OURINHOS — Dr. Hermelino Agnes de Leão.
PALESTINA — Abraão Scaff.
PALMEIRAS — Sílvio Dias de Arruda.
PALMITAL — Ciro Pereira Leite.
PARAGUASSÚ — Antenor Teixeira de Assunção.
PARAIBUNA — Dr. Jorge Washington de Camargo.
PARNAÍBA — Benedito de Oliveira Pedroso.
PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ — Esmeraldo Nunes Monteiro.
PAULO DE FARIA — Dr. Luiz Antônio Penteado de Castro.
PEDERNEIRAS — Dr. Osní Fleurí da Silveira.
PEDREGULHO — Válter Balieiro.
PEDREIRA — Pedro Alvarenga.
PENÁPOLIS — Graciliano de Oliveira.
PEREIRA BARRETO — Arlindo Custódio Leite.
PEREIRAS — Antônio Felli.
PIEDADE — Armando Osvaldo de Carvalho.
PILAR — Eugênio Teodoro Sobrinho.
PINDAMONHANGABA — João Romeiro Filho.
PINDORAMA — Jorge Miguel Attab.
PINHAL — Dr. Francisco Álvares Florence.
PINHEIROS — Sebastião Novais.
PIQUETE — José Monteiro de Brito Júnior.
PIRACAIA — Silvino Júlio Guimarães Júnior.
PIRACICABA — Jorge Pacheco e Chaves.
PIRAJÚ — Dr. Edmundo Ortiz de Camargo.
PIRAJUÍ — Dr. Inácio Meireles Bastos.
PIRAMBÓIA — Ângelo Cosentino.
PIRANGÍ — Dr. Clementino Canabrava Filho.
PIRASSUNUNGA — Dr. Manuel de Castro Mendes.
PIRATININGA — Francisco Senise.
PITANGUEIRAS — José Dantas de Mendonça Uchoa.
POMPÉIA — Dr. Flávio de Faria Jordão.
PONTAL — José Leonel Pupo.
PORANGABA — Domingos Manuel de Miranda.
PÔRTO FELIZ — José Pais da Mota.
PÔRTO FERREIRA — Dr. Nicolau de Vergueiro Forjaz.
POTIRENDABA — Danilo Galeazzi.
PRAINHA — Joaquim Dias Ferreira.
PRESIDENTE ALVES — José Helene.
PRESIDENTE BERNARDES — Alfredo Westin Júnior.
PRESIDENTE PRUDENTE — Dr. Domingos Leonardo Ceravolo.
PRESIDENTE VENCESLAU — Dr. Francisco de Campos Lima.
PROMISSÃO — Arnaldo Andrade.
QUATÁ — Dr. Lourenço Dessimoni.
QUELUZ — Francisco Tomaz da Silva.
RANCHARIA — Dr. Benedito Martins Barbosa.
REDENÇÃO — José Brasiliano de Alvarenga.
REGENTE FEIJÓ — João Batista Berbet.

RIBEIRA — Frederico Dias Batista.
RIBEIRÃO BONITO — Paulo Dias de Aguiar.
RIBEIRÃO PRETO — Dr. Fábio de Sá Barreto.
RIO CLARO — Dr. Solon Rêgo Barros.
RIO DAS PEDRAS — Luiz de Arruda Leite.
RIO PRETO — Dr. Hernani Domingues.
SALESÓPOLIS — Antônio Camargo Primo.
SALTO — João Batista Ferrari.
SALTO GRANDE — Serafim Duarte Correia.
SANTA ADÉLIA — Daniel de Carvalho.
SANTA BÁRBARA — Plácido Ribeiro Ferreira.
STA. BÁRBARA DO RIO PARDO — Luiz Gonzaga Lino de Campos.
SANTA BRANCA — Tancredo Galvão Trigueirinho.
STA. CRUZ DO RIO PARDO — Dr. Leônidas Camarinha.
SANTA ISABEL — Francisco Beraldo.
SANTA RITA — Urbano de Sousa Meireles Filho.
SANTA ROSA — João Bueno dos Reis.
SANTO ANASTÁCIO — Flamínio Barbosa Ferraz.
SANTO ANDRÉ — Dr. José de Carvalho Sobrinho.
SANTO ANTÔNIO D'ALEGRIA — Antenor Ferreira Nobre.
SANTOS — Antônio Gomide Ribeiro dos Santos.
SÃO BENTO DE SAPUCAÍ — Augusto Marcondes de Azeredo.
SÃO CARLOS — Sabino de Abreu Camargo.
SÃO JOÃO DA BOA VISTA — Henrique Cabral de Vasconcelos.
SÃO JOAQUIM — Roberto Resende Junqueira.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — Dr. Pedro Popini Marcarenhas.
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO — Aurino Vilela de Andrade.
SÃO LUIZ DO PARAITINGA — Benedito Pião Sobrinho.
SÃO MANUEL — Dr. José do Amaral Wagner.
SÃO MIGUEL ARCANJO — Luiz Valio
SÃO PAULO — Dr. Francisco Prestes Maia.
SÃO PEDRO — Carlos Mauro.
SÃO PEDRO DO TURVO — Alcindo Chaves.
SÃO ROQUE — Dr. João Gabriel Pinto da Costa.
SÃO SEBASTIÃO — Armando Datino.
SÃO SIMÃO — Dr. Áulio Lousada Veloso.
SÃO VICENTE — Dr. Polidoro de Oliveira Bittencourt.
SARAPUÍ — Felismino Vieira.
SERRA AZUL — Galdino Taveiros
SERRA NEGRA — Joaquim de Araújo Almeida.
SERTÃOZINHO — Manuel de Freitas Machado.
SILVEIRAS — Roberto de Miranda Alves.
SOCORRO — Alfredo de Oliveira Santos Júnior.
SOROCABA — Antônio César do Nascimento Filho.
TABAPUÃ — Dr. Paulo Guzzo.
TABATINGA — João Machado.
TAMBAÚ — José Carlos de Melo.
TANABÍ — Manuel Garcia de Oliveira.
TAPIRATIBA — Herconides Martins de Oliveira.
TAQUARÍ — Trajano Gabriel.
TAQUARITINGA — Carlos de Oliveira Novais.
TATUÍ — Antônio Tricta Júnior.
TAUBATÉ — Dr. Antônio de Oliveira Costa.
TIETÊ — Olegário Camargo.
TORRINHA — Antônio Amalfi.
TREMEMBÉ — Dr. Hipólito José Ribeiro.
TUPÃ — Dr. Gil Junqueira Meireles.
UBATUBA — Deolindo de Oliveira Santos.
UCHOA — João Reverendo Vidal.
UNA — João Carlos Marcondes.
VALPARAÍSO — Oscar de Arruda.
VARGEM GRANDE — Edmundo Dante Calió.
VERA CRUZ — Valdomiro Freire.
VIRADOURO — Fábio Ralston.
XIRIRICA — Antônio Avelino Cunha.

☆

Relação nominal dos prefeitos municipais do Território do Acre

BRASÍLIA — Francisco Custódio Freire, eng. agrônomo.
CRUZEIRO DO SUL — Farmacêutico Mário Lobão.
FEIJÓ — Raimundo Augusto de Araújo.
RIO BRANCO — Major Manuel Fontenele de Castro.
SEABRA — Manuel Vieira da Cunha.
SENA MADUREIRA — João Câncio Fernandes.
XAPURÍ — Agr. Francisco Coelho Filho.

Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.